

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

HELCIANE DE FÁTIMA ABREU ARAÚJO

ESTADO/MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO:

a trama da construção conjunta de uma
política pública no Maranhão.

FORTALEZA

2010

HELCIANE DE FÁTIMA ABREU ARAÚJO

ESTADO/MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO:

a trama da construção conjunta de uma
política pública no Maranhão.

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu

Estado/movimentos sociais no campo: a trama da
construção conjunta de uma política pública no maranhão/
Helciane de Fátima Abreu Araújo. 2010
387 f.;

Orientadora: Prof^a Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

HELCIANE DE FÁTIMA ABREU ARAÚJO

ESTADO/MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO:

a trama da construção conjunta de uma
política pública no Maranhão.

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Jawdat Abu El Haj

Universidade Federal do Ceará - UFC

Dedico este trabalho aos povos e grupos que
tentam construir uma cultura política emancipatória no Maranhão.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que me acompanharam nesta jornada. Fica aqui o meu reconhecimento. Agradeço a família (meu pai, João; minha mãe, Hildenê; meus irmãos Helena, Helvilane, Jean e Talvane), meus sobrinhos e cunhados. A meus filhos (Igor e Iana), orgulho da minha vida, dois companheiros que, com zelo e dedicação, estiveram comigo até os últimos segundos na construção desta Tese, que mais parece uma produção familiar. A Mayara, pela firme solidariedade. A Marcelo pelo apoio e confiança. A Luza, por cuidar da casa na minha ausência. A Jorge Luís, pelos diálogos importantes sobre a política brasileira.

A professora Alba Maria Pinho de Carvalho, pelo carinho com que me recebeu na cidade de Fortaleza, pela atenção e dedicação na orientação do meu trabalho e por dividir comigo as angústias e alegrias deste processo de construção de um trabalho científico. À sua maravilhosa equipe de trabalho, Maria Alice Almeida e Cícero Augusto Silva dos Santos, pela boa acolhida e atenção sempre dedicada a minha pessoa.

Às entidades e movimentos sociais ASSEMA, MIQCB, MST, CENTRU, TIJUPA, FETAEMA, SMDH, por aceitarem a minha proposta de estudo e fornecerem as informações necessárias. Aos trabalhadores (as) rurais, quebradeiras de coco babaçu, lideranças e técnicos (as) de ATES que disponibilizaram seus tempos, para acompanhar-me às áreas de assentamento, conversar, dar entrevistas, apresentar documentos e por permitirem a minha presença em seus eventos.

Aos servidores e gestores do INCRA/MA, em especial aos do setor de ATES que, desde o início, acolheram a proposta de estudo e se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Aos professores do curso de Doutorado em Sociologia da UFC, por suas contribuições teóricas. Aos funcionários Aimberê e Socorro, pela atenção dedicada sempre que solicitada. Aos amigos de turma Napoleão, Paulinha, Mônica, Helenira e Diogo, pela prazerosa companhia. Agradeço, especialmente a Rilda, grande companheira, que me ensinou a andar pelas ruas de Fortaleza e e me acolheu no seu lar. E a Roque, novo amigo.

Aos professores Alfredo Wagner, Geovani Jacó, Gema Galgani, Jawdat Abu El Haj por aceitarem fazer a primeira leitura do meu trabalho e por suas ricas contribuições.

A UEMA e à Faculdade São Luís, pelo investimento na minha qualificação profissional. Aos colegas de trabalho Núbia, Lourdene, Cesar Choairy (CESSIN) e Vanessa (Faculdade São Luís).

Aos amigos sempre presentes: Nonato Reis, Márcia Belfort, Izaurina, Aracéa, Cynthia, Arydimar, Ana Cristina, Luciene, Carol, Vitória, Adolfo, Irlene. Aos guias espirituais Expedito, Fátima e Graça e a um ente muito querido, Dolly. Saudades.

Essas secretas esperanças eram mais gerais do que se pode supor. Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.

Lima Barreto

RESUMO

A relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo, estabelecida no processo de construção conjunta de uma dada política pública, voltada para segmentos que vivem da produção familiar, é o eixo central da presente Tese. O estudo tem, como referência empírica, a experiência vivenciada no estado do Maranhão, no período 2004-2008, com convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e sete organizações da sociedade civil, para a prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, às famílias que residem nos denominados Projetos de Assentamento - PAs. As inspirações analíticas põem em diálogo teorias da Economia Política, da Sociologia Política e da Antropologia Política, com leituras que, do ponto de vista metodológico e epistemológico, ajudam a pensar a atitude do pesquisador no ofício de fazer pesquisa, cabendo destacar contribuições de três vertentes: sociologia reflexiva (Bourdieu), sociologia das ausências e das emergências (Boaventura dos Santos) e antropologia interpretativa (Geertz). Por meio de uma metodologia qualitativa, que conjuga distintas vias investigativas - observação em eventos, realização de entrevistas, visitas aos assentamentos e pesquisa documental - o estudo chega às percepções dos agentes sociais envolvidos na iniciativa, identificando tensões e aproximações que advêm da ação conjunta, proporcionando a formulação de uma análise sociológica, acerca da contraditoriedade do Estado brasileiro contemporâneo que tenta firmar-se como um Estado democrático de direito, em meio aos dilemas provocados pelos ajustes à dinâmica do capital, em sua face mundializada.

Palavras – chave: Estado; Movimentos Sociais; campo; políticas agrárias e agrícolas

ABSTRACT

STATE/SOCIAL MOVEMENTS IN THE COUNTRYSIDE: the plot of the joint construction of a public policy in Maranhao.

The relationship between government and Social Movements that working in the countryside, established in the process of joint construction of a particular public policy, directed to segments that living in household production, is the central axis of this thesis. The study has as empirical reference the lived experience in the state of Maranhao, in the period 2004-2008, with firm covenants between the National Institute of Colonization and Agrarian Reform – NICRA and seven civil society organizations for the service delivery of Technical Social Environmental Advising – TSEA for families who reside in so-called Settlement Projects – SPs. The analytical inspirations combine theories of Political Economy, Political Sociology and Political Anthropology, with readings that, from the point of methodological and epistemological view, help you think the attitude of a researcher in the craft of doing research, among them, stand out the contributions of reflexive sociology (Bourdieu), the sociology of absences and emergencies (Boaventura dos Santos) and the interpretive anthropology (Geertz). Through a qualitative methodology, which combines different techniques of data collection, among them, observing events, interviews and visits to settlements, the study comes to perceptions of social agents involved in the initiative, identifying tensions and approximations that arise from joint action, which helps in the formulation of a sociological analysis, about the inconsistency of the contemporary Brazilian Nation, that attempts to establish itself as a democratic Nation of law, amid the dilemmas caused by adjustments to the dynamics of the capital, on its face globalized.

Key-words: Nation; Social Movements; countryside, agricultural and agrarian policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Eventos acompanhados 2007 – 2009	55
Figura 1 - Quebradeiras na Câmara dos Deputados em Brasília	57
Figura 2 – Quebradeiras denunciam violência nos babaçuais	58
Figura 3 - Audiência Pública, em Pedro do Rosário – MA	61
Quadro 02 – Entrevistas realizadas com as entidades	65
Quadro 03 – Entrevistas com órgãos governamentais	66
Mapa 01 – Áreas visitadas	67
Mapa 02 – Região do Médio Mearim	69
Mapa 03 – Região da Baixada Maranhense.....	71
Quadro 04 – Temas e itens.....	75
Quadro 05 - Maiores empresas do agronegócio.....	175
Mapa 04 – Regionais do MST no Estado do Maranhão	184
Quadro 06 - Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Maranhão Período 1962 -2008.....	207
Mapa 05 – Área de cobertura da ATES/Maranhão	275
Quadro 07 – Programa ATES no Maranhão (2004-2008).....	275
Quadro 08 – Estrutura e competência dos serviços de ATES	277
Quadro 09 - Área de cobertura da ATES/MA - Convênios 2004-2008	278
Figura 4 - Organograma do INCRA/MA – Setor de ATES na estrutura do INCRA/MA.....	281
Quadro 10 – Recursos do ATES/Maranhão	308
Quadro 11 - Caracterização política das organizações	388

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Quilombola

AESCA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola

AGED - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

AIA - Associação Internacional Americana

ALTECON - Alternativas Econômicas Sustentáveis para a Erradicação da Pobreza na Região do Babaçu

AMIQCB – Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental

BM - Banco Mundial

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAF - Casa de Agricultura Familiar

CAOI - Coordenadora Andina de Organizaciones Indígenas

CÁRITAS – Cáritas Brasileira – Regional Maranhão

CCA - Cooperativa Central de Reforma Agrária

CCAMA - Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão

CCPJ - Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares

CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CESSIN - Centro de Estudos Superiores de Santa Inês

CESTE - Consórcio Estreito Energia

CFR's - Casas Familiares Rurais

CGU - Controladoria Geral da União

CIMEP – Companhia de Mecanização Agrícola do Maranhão

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CINPRA - Consórcios Intermunicipais de Produção e Abastecimento da Região de Influência de São Luís

CISO – Encontro de Ciências Sociais.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CODAGRO – Companhia de Defesa e Promoção Agropecuária do Maranhão

CODEA – Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento S/A

COLONE - Companhia de Colonização do Nordeste

COMABA – Companhia Maranhense de Abastecimento

COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização

CONCRAB - Central de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil

CONTACAP - Programa de Apoio e Gestão de Organização de Pequenos Produtores

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COOMARA - Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina

COOPAQMA - Cooperativa de Produção Agropecuária 04 de Maio

COOPERA - Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária

COOPERVID - Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante

COOSERT - Cooperativa de Serviços Técnicos

COPPAESP - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis

COSPAT – Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica

COTERMA - Companhia de Terras do Maranhão

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRJ - Centro de Referência da Juventude

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DESES – Departamento de Serviço Social

DFID - Departamento Internacional para o Desenvolvimento da Grã Bretanha.

DPA - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EAFSL - Escola Agrotécnica Federal de São Luis

EFA's - Escolas Famílias Agrícolas

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural

ENERA - Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FAOR – Fórum da Amazônia Oriental

FDDI - Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas

FEAGRO - Federação dos Estudantes de Agronomia

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

FINAM - Fundo de Incentivo da Amazônia

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

FUBRA – Fundação Universitária de Brasília

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEAGRO - Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

GEPLAN - Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

GESEA - Grupo de Estudos Sócio-Econômicos da Amazônia

GETAT - Grupo Executivo para as Terras do Araguaia

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC – Instituto de Capacitação Comunitária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA - Instituto de Colonização e Terra Maranhão

ITOG - Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão

LIO - Licença de Instalação e Operação
LP – Licença Prévia
LVO – Licença de Validade da Operação
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
MARA - Ministério de Agricultura e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério de Educação e Cultura
MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MP - Ministério Público
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE – Norma de Execução
NEPE - Núcleo de Projetos Especiais
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental.
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA – Projeto de Assentamento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAJ - Projeto de Assessoria Jurídica
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural
PDA - Planos de Desenvolvimento de Assentamento
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEA – Plano de Exploração Anual
PEA - Plano de Execução do Assentamento
PGR - Procuradoria Geral da República
PIN - Programa de Integração Nacional

PJR - Pastorais da Juventude Rural.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNPCT – Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPA – Plano Plurianual

PRA – Plano de Recuperação de Assentamentos

PROCERA - Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária

PRODIM - Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

PT – Partido dos Trabalhadores

PVN - Projeto Vida de Negro

RAMA – Rede Agroecológica do Maranhão.

RAS - Relatório Ambiental Simplificado

RBSES - Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária

RIMA - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente

RIPP – Rede de Intervenção em Políticas Públicas

SABESP - Empresa Pública de Saneamento Básico de São Paulo.

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAGRIMA - Secretaria de Agricultura do Maranhão

SBF – Sistema Brasileiro Florestal

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAGRO – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

SEPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIBER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SMDDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SMDH - Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

STD – Sociedade, Tempo e Direito

STF – Supremo Tribunal Federal

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCU - Tribunal de Contas da União

TIJUPA - Associação Agroecológica Tijupá

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDR - União Democrática Rural

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPA - Universidade Federal do Pará

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
O enigma, a busca do “ângulo imprevisto” na construção do objeto	21
Sujeitos em movimento na “dinâmica do campo”: categorias de atribuição e categorias de autodefinição.....	25
A dinâmica da exposição da Tese: a busca de uma sequência adequada de apresentação do movimento investigativo e suas descobertas	31

CAPÍTULO 1

CONSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PESQUISA: reflexão sociológica sobre percursos e estratégias	33
1.1 Circunscrevendo as fontes de inspiração na estruturação do trabalho: referenciais epistemológico-metodológicos fundantes.....	34
1.2 Adentrando no objeto por diferentes vias investigativas: a perplexidade diante do mundo que se descortina.....	38
1.3 Pesquisa de campo: Desvendando e mapeando teia de relações e agentes envolvidos.....	42
1.3.1 Formas diferenciadas de inserção no campo	46
1.3.1.1 Observação em eventos	48
1.3.1.2 Realização de entrevistas.....	64
1.3.1.3 Visitas aos assentamentos.....	67
1.4 Construindo uma estratégia metodológica de exposição.....	74

CAPÍTULO 2

ESTADO, POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: novos agentes no contexto contemporâneo.....	77
2.1 Processos de acumulação do capital e o Estado contemporâneo.....	79
2.2 Cultura e política: atenção aos elementos simbólicos e aos sujeitos da ação.....	96
2.3 Estado e Movimentos Sociais no Brasil: um dilema democrático.	118
2.3.1 Herança ambientalista e a articulação dos temas locais com os globais.	126
2.3.2 A peleja das “forças demoníacas” contra o “moinho satânico”.	135

CAPÍTULO 3

O MARANHÃO NA DINÂMICA DO CAPITAL NOS PERCURSOS DA MUNDIALIZAÇÃO E DE AJUSTE: a saga de uma disputa hegemônica.....	157
3.1 Cultura e política: espaços de disputa hegemônica e rupturas não consolidadas.....	158
3.2 Aspectos da formação sócio política econômica do Maranhão.....	162
3.3 Sujeitos políticos a construir uma cultura política emancipatória.....	179
3.3.1 MST: mudanças na estrutura agrária.....	182
3.3.2 ASSEMA: a terra era liberta.....	188
3.3.3 MIQCB: livre acesso aos babaquais.....	194

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: uma dimensão da questão social no campo.....	199
4.1 De um serviço mercadológico à assessoria técnica e política.....	200
4.1.1 Intervenção voltada para a acumulação e valorização do capital.....	204
4.1.2 Intervenção contraditória: considerando interesses do capital, permeável às pressões dos movimentos sociais.....	215
4.1.3 Programa ATEs: assessoria <i>in loco</i> , na convivência cotidiana com as famílias.....	233

CAPÍTULO 5

PROGRAMA ATEs NO MARANHÃO (2004/2008): jogo de forças na construção de uma política pública.....	245
5.1 Assentamentos no Maranhão: território plural, com disputas em diferentes dimensões..	249
5.1.1 Questões fundiárias.....	249
5.1.2 Questões de infraestrutura.....	253
5.1.3 Questões ambientais.....	259
5.1.4 Acesso a políticas sociais, agrícolas e agrárias.....	260
5.1.5 Organização social e política.....	262
5.1.6 Questões éticas no uso de recurso público.....	266
5.2 Atuação conjunta Estado/Movimentos sociais.....	273
5.3 Competência técnico-gerencial das entidades na execução de definições estatais.....	292
5.4 Disputa no âmbito do Governo pelos significados de ATEs/ATER.....	309
5.5 Formas diferenciadas de apropriação do Programa ATEs.....	315

5.5.1 AESCA/MST: assessoria técnica como um ato político e pedagógico.....	315
5.5.2 ASSEMA: ampliação das bases e fortalecimento do agroextrativismo	323
5.5.3 MIQCB: reforço ao debate sobre as questões de gênero e ambiental	339
5.6 Sentidos do ATEs no contexto dos agentes envolvidos: trabalhadores, técnicos, gestores públicos	341
5.7 Atuação dos movimentos sociais no campo na percepção de gestores e técnicos do Estado.....	356
CONSIDERAÇÕES FINAIS: retorno ao ponto de partida	363
REFERÊNCIAS	369
APÊNDICE	387

INTRODUÇÃO

*Sou como um espião a serviço de uma nobre causa: a causa da idéia
(...) Longe de ir direto ao objetivo, tomo emprestados meandros e
falsas aparências
(...) Sou um espião que aprende por profissão a saber tudo sobre as
ilusões e outras condutas duvidosas, mas observa com relação a si
mesmo a maior circunspeção.*

Kierkegaard

A reflexão sobre a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo¹, estabelecida no processo de construção conjunta de uma dada política pública voltada para segmentos que vivem da produção familiar – apresentada nesta Tese de Doutorado em Sociologia - colocou-me diante do desafio de praticar o ofício do sociólogo e da difícil tarefa de “pintar o medíocre”, nos termos da construção do objeto proclamada por Bourdieu (1998). A retomada de um tema deveras explorado pela academia parece pertinente, tendo em vista que os tempos, neste século XXI, dão sinais de que temáticas aqui tratadas, embora condenadas ao ostracismo por determinados campos da ciência e do planejamento público, não foram esgotadas e ainda reclamam por novas possibilidades de investigação científica. Especificamente, refiro-me a dimensões no âmbito das questões agrárias, como a atuação política de sujeitos face à intervenção estatal, por meio de políticas agrícolas e de programas de assistência técnica. Avalio ser esta a razão de que, no tempo histórico presente, tais questões estejam sendo apropriadas pelos movimentos sociais.

Se o cume da arte em ciências sociais é “por em jogo coisas teóricas muito importantes” a respeito de objetos ditos “empíricos muito precisos” - conforme assegurou Bourdieu (1998, p.20) - e o talento do cientista social está na capacidade de constituir objetos “socialmente insignificantes” em “objetos científicos”, ou trabalhar um grande objeto socialmente importante de um ângulo imprevisto, vi-me diante da segunda alternativa do dilema: trabalhar uma temática tradicional, historicamente relevante, qual seja, Estado e movimentos sociais, no foco de um ângulo imprevisto, com luzes eminentemente contemporâneas. E, este pareceu um exercício instigante a provocar-me.

Ressalto a atualidade do pensamento de Carnoy (1994) de que o estudo sobre Estado e movimentos sociais em países, como o Brasil, é válido e pertinente. Na medida em que as economias reguladas pelo mercado se desenvolveram em todo o mundo, o Estado

¹ No Capítulo 2 explicito o sentido atribuído à noção de campo nesta Tese.

creceu em importância em todas as sociedades e em todas as suas dimensões. Por que e como isso ocorre ainda é uma preocupação para o cientista social, sobretudo nos dias de hoje, quando abalos, provocados pelo padrão de acumulação desta economia de mercado põem por terra o mito do “Estado mínimo”, exigindo, cada vez mais, intervenções estatais, precisamente para “salvar” o capital financeiro, em meio à crise estrutural em curso (MÉSZÁROS, 2002). Em verdade, nos circuitos de mundialização do capital, o Estado, como afirma Carvalho (2010) “nunca saiu de cena”.

A rigor, o Estado constitui um dos pilares do sistema do capital que não sobreviveria um dia sequer sem a sua intervenção decisiva (MÉSZÁROS, 1997). Para atender às exigências da acumulação capitalista, o Estado efetiva uma “reforma ajustadora”, desmontando serviços de seguridade social garantidores de direitos (CARVALHO, 2006a). E, neste desmonte, transfere responsabilidades estatais para a sociedade civil e para o mercado, via privatização dos serviços públicos e adoção de diferentes mecanismos de mobilização de entidades e voluntariado. No caso brasileiro, o Estado ajustador dominante constituiu-se, em meio às tensões das lutas emancipatórias, encarnando a contraditoriedade no espaço estatal².

O enigma, a busca do “ângulo imprevisto” na construção do objeto.

O objeto de estudo, delineado e desvendado nesta Tese, está ancorado na contraditoriedade do espaço estatal, trabalhando-a em um contexto histórico específico de construção de uma dada política pública, no cenário maranhense contemporâneo. Assim, parto da premissa de que a relação Estado/Movimentos Sociais que se estabelece nesse esforço de ação conjunta, consubstancia processos contraditórios permeados de tensões. Posicionado na liminaridade entre a democratização e o ajuste, o Estado brasileiro contemporâneo³, ao incorporar uma configuração específica do Estado capitalista, passa a conceber e desenvolver políticas públicas, reconhecendo e demandando a participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Concomitante a isso, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas suas lutas emancipatórias pela ampliação de direitos, com diferentes formatos e níveis de pressão, buscam o Estado a exigir o seu reconhecimento, como sujeitos políticos, com a inclusão de suas demandas nas agendas estatais (CARVALHO, 2006a).

² A discussão sobre a contraditoriedade na configuração do Estado Brasileiro Contemporâneo será desenvolvida no Capítulo 2.

³ Qualifico dessa forma o Estado constituído no Brasil, nos últimos 30 anos, isto é, a partir da Constituição de 1988, quando o Estado se afirma nos processos de ajuste à ordem do capital mundializado.

A referência empírica na análise da relação Estado/Movimentos Sociais, no âmbito desta Tese, é a experiência vivenciada no Estado do Maranhão, no período 2004-2008, de construção de um programa governamental de assessoria técnica, voltado para as denominadas áreas de assentamento da reforma agrária, articulando a intervenção estatal com a participação de entidades vinculadas a movimentos sociais atuantes no campo. Esse programa foi incorporado à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, instituídos pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

O presente estudo trata, especificamente, de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e sete organizações da sociedade civil, para a prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES às famílias que residem nos denominados Projetos de Assentamento - PAs, no Maranhão. O ATES é um programa governamental, implementado, em nível nacional, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, desde 2003, sob a coordenação do INCRA, executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação de segmentos sociais, que vivem no campo, e organizações não governamentais, que trabalham com a temática da reforma agrária.

A intenção não é fazer uma avaliação de programa, e, sim, discutir os encontros e desencontros entre Estado e movimentos sociais, no processo de construção conjunta do Programa ATES. Para tanto, observei os percursos dessa relação em diferentes momentos, acompanhando a execução dos convênios firmados no período de 2004 a 2008, para compreender o processo de construção de espaços de definição de políticas públicas, em que se encontram envolvidos Estado, movimentos sociais e suas entidades, no âmbito da sociedade civil.

No Maranhão, os convênios foram firmados, inicialmente, com movimentos sociais e respectivas entidades, com experiências históricas ao longo de duas décadas, ou mais precisamente, entidades que têm entre 16 e 25 anos de existência e que, em suas trajetórias, incorporam a luta pelo direito de participação na definição de políticas públicas voltadas para o campo, tendo, em suas pautas, temas relacionados com a reforma agrária. As entidades, então conveniadas, são as seguintes: Associação Estadual de Cooperação Agrícola/Maranhão – AESCA; Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA; Associação Agroecológica Tijupá; Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH; Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU; Federação dos

Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA; Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB⁴.

Considerando os percursos do ATES no Maranhão, classifico a execução do programa em dois momentos: o primeiro (2004/2008), quando os convênios foram firmados com as sete entidades – acima referidas - vinculadas a movimentos sociais, acompanhadas por esta pesquisa; e o segundo momento (2008/2011), quando o Programa passa por reformulações, mudando o formato de contratação de serviços para concorrência pública, o que possibilitou a entrada de outras organizações, sendo a maioria, cooperativas e organizações não governamentais de técnicos. Das sete entidades que iniciaram a experiência, somente duas permaneceram na segunda fase. Optei por investigar os primeiros convênios que, de fato, consubstanciam a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo. Nesse momento, o Programa ATES atingiu 30.066 famílias de 239 PAs do INCRA, instalados em 79 municípios do Maranhão (INCRA, 2010).

Compreender a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo apresentou-se como uma necessidade do tempo presente, quando, na condição de assessora, observei de perto as tensões vivenciadas em uma das entidades do movimento social conveniada, qual seja, a ASSEMA⁵. De fato, no decorrer da pesquisa, acompanhei dilemas das sete entidades para assumir a execução do ATES, tendo que ajustar suas estruturas de entidades do movimento para as exigências da gestão de um programa governamental. No caso específico da ASSEMA, percebi uma alteração no seu cotidiano, a começar pela súbita ampliação do número de técnicos para compor os núcleos operacionais do Programa.

A execução do Programa e a lida com as normas, regras e exigências do convênio colocaram o grupo diante da estrutura burocrática governamental e da exigência de adequar-se à lógica de gerenciamento de recursos públicos, desde a definição dos critérios para a contratação de pessoal até o cumprimento das atividades, junto às famílias beneficiadas. Por outro lado, amplia-se a teia de relações, tanto da organização quanto do órgão público envolvido, implicando, por consequência, interferência no *modus operandi* de ambos os espaços.

⁴ Convém esclarecer que tanto a AESCA quanto a AMIQCB são organizações formais, vinculadas, respectivamente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. A institucionalização de formas organizativas é uma das estratégias dos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, para dialogar com o poder público e ter acesso às políticas públicas.

⁵ Organização dirigida por segmentos que se autodenominam *trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu*, da região do Médio Mearim/MA, onde trabalhei como assessora de comunicação social no período de 2000 a 2005. Ver Capítulos 3 e 5.

Pergunto-me o que significa a tentativa de construção conjunta de uma política pública em um estado com o perfil do Maranhão, cuja estrutura de poder - ainda que montada sob o discurso da modernidade – alimenta-se por uma espécie de hibridização entre interesses do capital mundializado e dimensões do patrimonialismo e do colonialismo – tal como as interpretações de Holanda (1995) e Santos (2007), respectivamente - que se colocam como resistência à consolidação de um Estado democrático de direito, em construção no Brasil, a partir da Constituição de 1988⁶.

Cabe ressaltar que a pesquisa, que alicerça esta Tese, foi realizada em um momento significativo na história política do Estado do Maranhão, em que se vivenciava uma tensão específica: a eleição ao Governo do Estado, em 2006, de um grupo, liderado pelo médico Jackson Lago (PDT)⁷, trazendo a possibilidade de ruptura com um padrão de dominação de mais de 40 anos. A ruptura não se consolidou e foi completamente interrompida com a cassação do mandato do governador Jackson Lago, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, no dia 16 de abril de 2009. Esse fato político ocorreu concomitante a uma série de outros episódios que descortinaram minúcias da política maranhense, revelando a teia de relações existente entre a política local e a política nacional e colocando o Maranhão na pauta da mídia nacional e internacional⁸.

É pertinente pensar que a experiência de execução dos serviços de ATES, de forma compartilhada entre poder público e movimentos sociais, está vinculada a esse contexto maranhense, revelando aspectos das dimensões cultural, política e econômica, fundamentais para a compreensão de processos contraditórios na civilização do capital, especificamente os que se constituem na relação Estado/Movimentos sociais.

No percurso investigativo, procuro compreender como os diferentes agentes – gestores e técnicos vinculados ao Estado; técnicos, dirigentes e militantes vinculados aos movimentos sociais; e famílias beneficiadas pelo programa – vivenciaram, pensam e narram a trama da construção do ATES. A interpretação de suas representações, valores, imaginário, sobre os serviços em pauta, ajuda-me a perceber as tensões e aproximações que advêm do esforço da ação conjunta.

⁶ Sobre esse processo político maranhense, apresento uma leitura mais aprofundada no Capítulo 3.

⁷ Político atuante no campo da esquerda desde os anos 1960, um dos fundadores do PDT no Maranhão. Sua eleição foi fruto da composição das forças (PT, PC do B e PDT) que então faziam oposição ao grupo que comanda a política no Maranhão por mais de 40 anos, consubstanciado nas figuras emblemáticas do senador José Sarney e sua filha, senadora Roseana Sarney. Cabe ressaltar que o resultado da eleição de 2006 foi possível, em função da articulação dessas forças coligadas com grupos de interesse dissidentes do agrupamento político dominante, consignado como “Família Sarney”.

⁸ Parte desses episódios foi compilada no livro *Honoráveis Bandidos*, de autoria do jornalista Palmério Dória, publicado pela Geração Editorial, em 2009.

As inspirações analíticas desta caminhada são resultantes do acúmulo de leituras, realizadas em dois níveis de abstração que me permitem adentrar nas sutilezas do meu objeto. Procuro conjugar as teorias da Economia Política, da Sociologia Política e da Antropologia Política, com leituras que, do ponto de vista metodológico e epistemológico, ajudam a pensar a atitude do pesquisador no ofício de fazer pesquisa. Enquanto o primeiro nível de abstração contribui para um maior domínio da lógica que preside a civilização do capital na contemporaneidade e das formas de tensões e resistências constituídas no seu interior, propiciando-me pistas analíticas para pensar a relação Estado/Movimentos Sociais, o segundo amplia horizontes, iluminando meu percurso investigativo e constituindo-se em bases fundantes da estruturação desta produção acadêmica.

Sujeitos em movimento na “dinâmica do campo”: categorias de atribuição e categorias de autodefinição.

O objeto, aqui delineado, emergiu de observações e vivências acumuladas em trabalhos de assessoria, junto a movimentos sociais que atuam no campo, no Maranhão, e de experiências com pesquisas sobre a organização social, política e econômica de grupos sociais⁹ que se autodenominam *pequenos produtores agroextrativistas*, na microrregião de Imperatriz (MA); *trabalhadores rurais e agroextrativistas*, na região do Médio Mearim (MA); e *mulheres quebradeiras de coco babaçu*, nas áreas de ocorrência dos babaçuais¹⁰. Especificamente o estudo que resultou na construção desta Tese, envolveu grupos que se autodenominam *mulheres quebradeiras de coco babaçu*, *trabalhadores (as) rurais, sem terra*, *agricultores familiares*, *agroextrativistas e pequenos produtores rurais*, que vivem nos denominados assentamentos do INCRA, no Maranhão, contemplados com os serviços de ATES.

Diante do exposto, há de ser feita uma distinção entre categorias de atribuição e categorias de autodefinição. Tomando como referência as análises de Gaioso (2000), as

⁹ Faço uso da expressão *grupos sociais* ou *grupo* inspirada em Bauman (2010, p. 37), como agrupamentos que se constituem pelas expectativas que lançam sobre seus integrantes, excluindo aqueles que não vivem sob tais requisitos. Schminck (1992, p. 13) ao trabalhar o termo, entende como “collectivities of people defined by common forms of access to productive resources and by their participation in similar social relations in the process of making a living”. Barth (2000) usa o termo *grupo étnico* para designar o grupo organizado com fins políticos utilizando-se de princípios morais e rituais.

¹⁰ A região denominada “dos babaçuais” abrange uma área de 18 milhões de hectares, envolvendo os estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Há uma estimativa de que, aproximadamente, 400 mil pessoas vivem da economia do babaçu, que representa 20% do extrativismo vegetal no Brasil, com a possibilidade de exploração de cerca de 70 produtos da palmeira. O principal problema dos que vivem dessa atividade é o acesso à terra e ao recurso (ALMEIDA *et al*, 2000).

categorias de autodefinição são aquelas acionadas por grupos, no contexto de suas relações, afirmando identidades políticas que lhes conferem visibilidade; enquanto que as categorias de atribuição são denominações construídas, a partir de critérios elaborados para classificar grupos, tendo em vista o lugar que lhes é destinado. Tais categorias são generalizantes e essencialistas, fazendo invisíveis outras formas de identidades, tais como *trabalhador rural*, *posseiro*, *quebradeira de coco babaçu* que emergem em contextos específicos.

Os termos *assentamento*, *áreas de assentamento*, *projeto de assentamento* ou *PAs*, atribuídos aos espaços demarcados pelos órgãos públicos para a execução do programa básico do PNRA, desde 1985, bem como a categoria *assentado*, atribuída aos agentes definidos como beneficiários do programa, são construções do pensamento oficial, consubstanciadas em instrumentos jurídicos e de planejamento, no âmbito de processos de intervenção pública, para fins de reforma agrária, não devendo, portanto, ser tomados como algo “dado” (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1998)¹¹.

Logo, tais categorias de atribuição são construções dos instrumentos de intervenção estatal no campo, criações da burocracia governamental e, como tal, devem ser analisadas, e não “naturalizadas, tomadas acriticamente como processos sociais reais, objetivos” (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1998, p. 36). Assim, designações como *assentados*, *colonos*, *parceiros*, *agricultores familiares*, *pequenos produtores* - que aparecem, ao longo desta Tese, quando recupero as questões agrárias no Brasil - são categorias datadas e plenas de significados, revelando que determinados agentes sociais que vivem no campo têm sua existência afetada por definições oficiais que lhe conferem um dado lugar social. É o poder estatal de definir existências sociais, com capacidade de tornar invisíveis formas de vida e de resistência. Portanto, os termos *assentado* e *assentamento* estão referidos a práticas administrativas de órgãos fundiários oficiais e denotam a intervenção governamental no presente, em substituição aos termos *colonos* e *colonização*, mobilizados em passado recente.

Quando se toma, acriticamente, as categorias censitárias corre-se o risco de contribuir para a legitimação do discurso oficial, sobretudo quando se tratam de estatísticas de número de assentamentos de famílias para fins de reforma agrária. Em muitas situações, segmentos camponeses se anteciparam às ações governamentais, ocupando áreas, posteriormente doadas pelo Estado a grandes grupos econômicos e desapropriadas, a “preço de ouro”, para fins de reforma agrária (idem, p. 44-45).

¹¹ No Capítulo 5, tento relativizar esses termos.

O que pretendo enfatizar é que tanto a categoria de atribuição quanto a categoria de autodefinição correspondem ao mesmo agente e são manipuladas de acordo com o campo político e com o interlocutor da ação. Como construção histórica, em condições específicas, a categoria *assentado* é acionada, especialmente quando o interlocutor é o poder público (GAIOSO, 2000). Do mesmo modo, como esta Tese demonstra, outras categorias emergem com a implantação de políticas agrícolas e agrárias, a exemplo de *agricultor familiar ou pequeno produtor*.

Assim como mudam os instrumentos teóricos que tentam explicar o agente social que se constitui o foco dessas políticas, mudam-se as formas estratégicas de sobrevivência e as representações que esse agente social tem de si próprio, do mesmo modo que muda a forma da mediação (ARAÚJO, 2010). Mas o agente social continua a construir sua existência, no âmbito das condições e representações delimitadas em dado momento histórico, afirmando identidades e posições. De maneira que os movimentos sociais e as entidades de mediação lidam com diferentes categorias de atribuição como *assentados, agricultores familiares, pequenos produtores* e com distintas categorias de autodefinição, como *trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, quilombolas, agroextrativistas, pequenos produtores agroextrativistas, camponês, sem terra, cooperado, comunidade tradicional*.

Isso demonstra que o agente social é plural, conforme afirma Gaioso (2000, p.19): “tais identidades se complementam e são acionadas de acordo com o campo em que o agente se articula”, e que há uma pluralidade de posições, também, no campo da mediação, conforme identificou Araújo (2010)¹². Os novos movimentos sociais (HOBSBAWM, 1995) caracterizam-se por eleger um novo espaço de relação política, ao identificar novas formas de opressão, não mais pautadas, fundamentalmente, nas relações de produção, mas, também, nos aspectos culturais, na cidadania e na qualidade de vida, distinguindo-se das formas tradicionais de representação, baseadas em categorias profissionais e homogêneas, como no discurso sindical.

Portanto, trabalhar a temática da relação Estado/Movimentos Sociais exige a percepção das armadilhas que cercam o objeto: o maniqueísmo no sentido de análises dicotômicas que tendem a romantizar ou proclamar as virtudes dos movimentos sociais em contraposição à demonização do Estado, ou em outra direção, criminalizar os movimentos sociais e glorificar o Estado. É fundamental a consciência do lugar de quem fala, de que se fala (FOUCAULT, 1997). Quando quem fala é um técnico de governo, o risco de reprodução

¹² Sobre a concepção de mediação, que inspira a construção desta Tese, ver Bourdieu (1990) e Araujo (2010).

da ideologia e das práticas discursivas do Estado é iminente, assim como, o contrário, o excesso de vigilância pode nos levar a tratá-lo com certo pudor. Outra perspectiva é possível quando se está fora da estrutura burocrática estatal, mas no campo da disputa. A tendência é demonizá-lo, quando uma visão muito crítica gera a sacramentalização da ação dos movimentos, do agente dito subalterno, opondo isso à figura demoníaca do Estado.

A pesquisa estendeu-se, também, ao corpo burocrático da Superintendência Regional do INCRA, no Maranhão, especificamente, o setor responsável pela execução do Programa ATEs. O contato com essa instituição ajudou-me a superar preconceitos e a compreender a máquina estatal como um campo político, heterogêneo, permeado de disputas e tensões, exigindo, de qualquer análise, cautela para evitar generalizações inadequadas. Assim como também rompi preconceitos no âmbito dos movimentos sociais, ao perceber as suas contradições e fragilidades.

Compreendendo que a pesquisa também é uma tomada de posição (RIBEIRO, 2006), tento fugir das prováveis armadilhas, optando por situar meu “ponto” de observação no interstício da relação Estado/Movimentos sociais. Assim, me parece simpática a proposição de Santos (2007a, p. 181) de outra lógica epistemológica que estabelece uma diferença entre objetividade e neutralidade para se contrapor às monoculturas que formam a produção de ausências¹³. Precisamos ser objetivos e não neutros. Ser objetivo é “deixar-se surpreender pela realidade” e para isso é necessário a adoção de metodologias de distanciamento crítico, da organização do conhecimento, o que nos garante objetividade e não neutralidade. “Nós devemos sempre saber de que lado estamos, porque neste mundo moralmente injusto há os opressores e os oprimidos e nós, como cientistas, como cidadãos, devemos saber de que lado estamos. Devemos saber para que serve a nossa ciência ou o nosso conhecimento” (idem, p. 181).

Tendo em vista, também, as condições de possibilidade da pesquisa, privilegiei as interpretações dos agentes considerados beneficiários do programa governamental aqui analisado e os planejadores públicos envolvidos na proposta, até porque a revisão da literatura realizada sobre o tema apontou que pouco espaço de voz tem sido oferecido a esses agentes sociais. Os estudos têm analisado as experiências a partir da versão oficial ou da leitura documental. O ponto de vista escolhido tem seus riscos e limites, mas, concordando com Dória (2010)¹⁴, não acredito no jargão jornalístico do “outro lado”. Ciente de que não dá para se alcançar todos os pontos de vista sobre uma questão, compartilho com o bom senso de

¹³ Esta tese de monoculturas a produzir ausências e a sua superação por outra racionalidade é desenvolvida por Santos (2004)

¹⁴ Entrevista concedida a Samuel Souza, no dia 21 de outubro de 2009.

Darci Ribeiro (2006), o ato de fazer pesquisa é um ato político. Tenho consciência de que ao fazer ciência faço política e o faço movida por razões éticas e pela fé de que a mudança do mundo é algo possível.

Daí porque prefiro utilizar a / entre os termos aqui analisados - Estado e Movimentos Sociais - para indicar que não estou trabalhando na perspectiva nem da soma e nem da oposição, que poderiam ser expressas com a utilização do (e) e do (versus). Procuo entender a relação entre os dois campos como aquela que, não sendo dicotômica, transita por diferentes formas de expressão, com momentos de distanciamentos e até de rupturas e momentos de aproximação, de ação conjunta.

Proponho-me a pensar sobre uma relação que, historicamente, no Brasil, e particularmente no Maranhão, é compreendida como de conflito, no momento em que o esforço do consenso é depreendido. É possível que o elemento inovador seja pensá-la, rompendo com os esquemas dicotômicos, percebendo as contradições, tensões, mas sem perder de vista os pontos de encontro. Talvez o novo desse estudo seja o esforço pessoal, enquanto pesquisadora, de situar meu olhar, nos interstícios dessa relação, investigando dentro da instância estatal e nos seus entornos, bem como no interior dos movimentos sociais e nas suas margens.

Em verdade, minha produção analítica, nesta Tese, situa-se no âmbito da Sociologia Política, construindo interlocuções com a Ciência Política e, de modo especial, com a Antropologia Política. Mas, qual o enigma? A presente Tese visa compreender as tramas da relação Estado/Movimentos Sociais no processo de construção de uma política pública de assistência técnica, considerando a natureza e contrariedade do Estado - no contexto de ajustes da lógica do capital mundializado e da democratização - e a capacidade de participação das entidades dos movimentos sociais em suas contradições, como sujeitos políticos nas lutas emancipatórias. Cabe observar, portanto, o duplo movimento: 1) o Estado ofertando e disponibilizando condições de participação para as entidades dos movimentos sociais, no contexto específico do ATES. Aqui cabe perguntar que tipo de participação o Estado se dispõe a efetivar e se as entidades se apropriam desta política pública como campo de atuação política, ou seja, se há uma politização da participação; 2) Grupos sociais, advindos do campo, criando espaços públicos e se apropriando do poder público para o reconhecimento e atendimento de suas demandas, respeitando as diversidades.

Esse duplo movimento impõe trabalhar a tensão entre encontros e desencontros. Na apresentação do projeto Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil (DAGNINO, 2002), os termos *encontro* e *desencontros*, ainda que de forma fluida, procuram dar conta das

relações entre a sociedade civil e o Estado brasileiro contemporâneo¹⁵. Dagnino (2002) delinea uma chave analítica ao afirmar que, a partir dos anos 1990, assistiu-se a uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de encontros entre o Estado e a Sociedade Civil. Na dinâmica do real, Estado/Sociedade Civil convivem com momentos de desencontros, de rupturas e de tensões.

Para chegar aos encontros e desencontros da situação pesquisada, decidi observar a trama das relações, do ponto de vista dos agentes¹⁶ que, no campo peculiar do ATES, encarnam o Estado e os movimentos sociais, dos que estão representando a situação, desde a gestão ao *front* da prática. Apresento quem são, o que fazem, o que pensam, de onde falam, que coreografia constroem, na tentativa de mergulhar no mundo dos sentidos e das práticas refletidas. De fato, o meu esforço permanente tem sido o de trabalhar, de forma articulada, discursos e práticas. Assim, como pretendo dar sequência a minha tendência de trabalhar diálogos em resposta a instigantes provocações da realidade. Se, em alguns momentos, o estudo inclina para uma avaliação é porque os agentes consultados assim trataram a questão. Apropriando-me um pouco de Geertz (1989), tento emprestar significados a essa teia de sentidos, tecida por esses agentes em um campo de disputas, onde estão construindo políticas públicas, tendo como referência a política de assistência técnica e a luta por múltiplos direitos.

As iniciativas de execução das políticas públicas com esse formato, ou seja, com a participação direta de organizações dos movimentos sociais revelam espaços diferenciados de tensão, de disputas entre as distintas formas de percepção do mundo e as diversas formas de compreender e tratar o planejamento público. O caso específico das experiências com os movimentos que atuam no campo revela novos campos de disputa para além das lutas que, tradicionalmente, opõem figuras emblemáticas das questões agrárias no Brasil: o chamado *proprietário de terra* em oposição ao *trabalhador rural*, ao *sem terra* ou a *quebradeira de coco babaçu*. Assim, afirma-se, como desafio do nosso tempo, mergulhar nesses espaços e nesses campos de lutas para compreender as atuais estratégias de encontro/desencontro,

¹⁵ Seguindo esse raciocínio, Teixeira (2002) analisa seis casos específicos de vínculos entre Organizações Não Governamentais - ONGs e o Estado, observou que esse duplo movimento foi bastante intensificado na década de 1990 com conseqüências para a relação dessas organizações com a sociedade. A maior visibilidade alcançada pelas ONGs nesta década está, segundo a autora, vinculada a dois processos: 1) criação e consolidação de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil; 2) processo de ajuste estrutural que previa transferir responsabilidades do Estado para a sociedade, por meio da inserção das ONGs no projeto de colaboração em políticas compensatórias.

¹⁶ A inspiração desta Tese vem do pensamento sociológico reflexivo que compreende que a realidade suscita diferentes possibilidades de interpretação. Para dar uma visão mais completa e mais refinada do mundo, à sociologia convém arrumar e classificar os diversos “pontos de vista”, trazendo a reflexão para si mesma, como uma das interpretações que disputam a autoridade para abordar determinadas questões. Os “pontos de vista” do observador e das pessoas observadas constituem os materiais básicos dessa atividade organizadora.

trabalhando tensões dialéticas. Este, talvez, seja o ângulo imprevisito pelo qual aproprio-me deste tema consagrado como “tradicional” na sociologia política do Brasil.

Investigar as tramas da relação Estado/Movimentos Sociais na construção de políticas públicas consubstanciadas no ATES, a partir dos agentes, deu-se por força da dinâmica da realidade, considerando que o estudo aborda algo que está em construção, portanto, em movimento, o que me exigiu certa habilidade nas opções pelos instrumentos de coleta de dados mais convenientes diante das situações apresentadas. Procedi dessa forma, inspirada na reflexão de Bourdieu de que a pesquisa é um trabalho demasiado sério para ser confundida com o rigor e ser atrelada a um único recurso, devendo, portanto, ser exercida com liberdade e, sobretudo, com “vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema proposto e às condições de seu emprego” (BOURDIEU, 1998, p. 25).

Tal postura metodológica me permitiu adentrar nas entranhas da experiência de ação conjunta, o que me deu acesso à teia de significados dos agentes envolvidos na proposta do ATES, tendo presente as determinações estruturais e as mediações, bem como as dimensões conjunturais que determinam potencialidades, avanços, ou limites e tensionamentos de visões de mundo diferenciadas entre Estado, em suas diferentes instâncias, e movimentos sociais, em suas especificidades.

A dinâmica da exposição da Tese: a busca de uma sequência adequada de apresentação do movimento investigativo e suas descobertas.

Durante quatro anos desenvolvi o processo de pesquisa que alicerça a Tese, que ora apresento. De fato, por diferentes vias investigativas, busquei, de forma incessante e cotidiana, adentrar no fenômeno que, durante este tempo, mobilizou minhas buscas como pesquisadora. Assim, fui construindo a metodologia da investigação, procurando delinear relações e conexões. Feito esta “viagem de ida”, vi-me diante do desafio de “viagem de volta”, e de construir uma exposição do movimento real deste processo e suas descobertas. Nesta empreitada de produção científica, iluminou-me a demarcação de Marx, ao tecer considerações sobre o dilema do método:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. (MARX, 1988, p.20)

Assim, num esforço de tentativas e experimentações, cheguei a construir a dinâmica da Tese que compreende a Introdução, cinco capítulos e Considerações Finais. No primeiro capítulo, delimito as fontes de inspiração teórico-metodológicas que alicerçaram a realização do estudo. Em seguida, faço a narrativa da trajetória da pesquisa, revelando os percursos seguidos na construção do objeto e na realização do estudo, bem como as opções feitas no processo de sistematização e análise das informações coligidas.

No segundo capítulo, apresento uma reflexão sobre as ressignificações de conceitos e a inserção de novos sujeitos, na dinâmica da mundialização do capital e de formação do Estado Brasileiro contemporâneo. A partir da análise de situações empíricas, analiso a relação Estado/Movimentos sociais no Brasil como um dilema democrático e discorro sobre as diferentes configurações dos movimentos sociais na atualidade, suas demandas e estratégias de lutas.

No terceiro capítulo, circunscrevo contornos do universo empírico, situando o estado do Maranhão, face aos fenômenos da mundialização do capital e do ajuste do Estado brasileiro, mostrando seus diferentes processos de territorialização (OLIVEIRA, 1997) e a inserção do capital, facilitada pelo Estado. Discorro, ainda sobre a saga de uma disputa hegemônica, materializada na relação contraditória Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo.

No quarto capítulo, exponho a constituição da assistência técnica, como uma dimensão da questão social, refletindo sobre os deslocamentos conceituais que resultaram na configuração atual da política de assistência técnica no Brasil e no Maranhão. O propósito é contextualizar a construção do Programa ATES e demonstrar a transformação da assistência técnica mercadológica para uma assessoria técnica e política que o programa tenta imprimir.

No quinto e último capítulo, faço uma análise sociológica da experiência do Programa ATES no Maranhão, tomando como referência as percepções dos diferentes agentes sociais envolvidos na iniciativa. Nas Considerações Finais, como arremate das análises, retomo o fio condutor da Tese: a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo, enfatizando dimensões-chaves delineadas ao longo do trabalho de desvendamento do enigma que persegui nos percursos da investigação.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PESQUISA: reflexão sociológica sobre percursos e estratégias

Somente pela conversação na qual os pensadores experimentados trocam informações sobre suas formas práticas de trabalho será possível transmitir ao estudante iniciante um senso útil de método e teoria.

Wright Mills.

A construção do objeto está estreitamente vinculada à biografia do pesquisador. Ensina-nos Wright Mills (1980, p.211) que “os pesquisadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas”. A consciência dessa vinculação facilita a vigilância das armadilhas e dos riscos que ela proporciona, quando não há a reflexividade, o controle racional do modo de chegar e de se inserir no contexto da investigação. Neste capítulo, faço uma narrativa dos percursos da pesquisa, mostrando sua relação com a minha trajetória pessoal e profissional. Demonstro como o ato de negociação (BOURDIEU, 1999), de acertos e acordos entre o pesquisador e o pesquisado, exige paciência e determinação na definição do caminho a seguir, quando a realidade assim o exige.

Na negociação é preciso ter presente a demarcação feita por Bourdieu (1999, p.697) de que o pesquisador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga e que lhe dá garantias contra “a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas”. Nesse acordo firmado, raramente de maneira consciente e intencional, estão implícitos “os pressupostos concernentes aos conteúdos e as formas da comunicação” (idem), bem como “os sinais não verbais”, combinados com “os sinais verbais”, que indicam como o enunciado deve ser interpretado e como ele foi interpretado pelo interlocutor.

No exercício da imaginação sociológica, a partir do ponto de vista da minha trajetória acadêmico-profissional, percebo, com clareza, os nexos com a dinâmica histórica das questões agrárias no Maranhão. Sinto de perto a lição do mestre Wright Mills (1980, p. 12): “a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas dentro da sociedade”. Essa é a tarefa e a promessa do sociólogo. Senão vejamos.

Desde o ano de 1992, estudo as questões agrárias nesses territórios. Inicialmente, meu olhar estava voltado para os processos de disputa pela posse da terra e para as formas

organizativas que geraram as ocupações de fazendas nas microrregiões do Pindaré e Imperatriz (MA)¹⁷. Posteriormente, o foco dos meus estudos foi ampliado para os processos organizativos econômicos e políticos das famílias de trabalhadores rurais da região do Médio Mearim (MA) e das mulheres quebradeiras de coco babaçu da região dos babaçuais, bem como para outros tipos de disputas que se configuraram, entre as décadas de 1990 e 2000, em torno da preservação e do acesso aos recursos naturais¹⁸. A inserção nesses campos, como pesquisadora, aproximou-me das organizações representativas dos grupos, com as quais passei a estabelecer outros tipos de relação de trabalho, como o de consultoria e de assessoria de comunicação, possibilitando um acúmulo de informações que, originalmente, inspirou a elaboração desta Tese.

Todo o meu envolvimento político-profissional estava em jogo nos momentos em que o formato da pesquisa, aqui configurado, era “negociado” com os grupos. Ao longo do processo de investigação, acompanhei atentamente acontecimentos políticos do estado do Maranhão e do Brasil que, de certa forma, foram impactantes ao meu objeto de estudo. Muitas mudanças aconteceram na política do Estado do Maranhão e, especificamente, no âmbito da execução dos serviços de ATES. No ritmo da “História se fazendo”, redefini o objeto, sem prejuízo do foco da pesquisa, procurando ajustar o interesse investigativo à realidade que se apresentava.

1.1 Circunscrevendo as fontes de inspiração na estruturação do trabalho: referenciais epistemológico-metodológicos fundantes.

O caminho analítico assumido nesta Tese delineou-se sob a inspiração de uma tríplice vertente: sociologia reflexiva, antropologia interpretativa e, mais recente, sociologia

¹⁷ Na graduação do curso de Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 1996, apresentei a monografia **Entre a cerca e o asfalto**: a luta pela posse da terra em Buriticupu, em que abordei o processo de inserção do capital no campo e as lutas pela posse da terra na Pré-Amazônia maranhense. Em 2000, na conclusão do curso de Mestrado em Políticas Públicas, também na UFMA, apresentei a dissertação **Memória, mediação e campesinato**: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense, em que faço uso da técnica história de vida para dar continuidade à análise iniciada na graduação, orientando meu olhar para as formas de resistência dos camponeses. Este trabalho foi publicado pela UEA Edições, em 2010. Ver ARAÚJO (2010)

¹⁸ Em 1999, participei de um levantamento preliminar de dados sobre a economia do babaçu na microrregião de Imperatriz-MA. Ver Almeida *et al* (2000). Em julho de 2000, integrei a equipe de consultores na elaboração de uma proposta do projeto Alternativas Econômicas Sustentáveis para a Erradicação da Pobreza na Região do Babaçu - ALTECON, financiado pelo Departamento Internacional para o Desenvolvimento da Grã Bretanha - DFID. Ver MIQCB (2001). Após a experiência como pesquisadora, fui contratada pela ASSEMA como técnica do Programa de Comunicação e Mobilização de Recursos, no período de 2000 a 2005. Participei ainda como pesquisadora, no período de 2002 e 2003, da pesquisa que resultou no Diagnóstico da Situação Socioeconômica das Reservas Extrativistas de Mata Grande, Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO). Ver Mesquita *et al* (2003)

das ausências e sociologia das emergências. Trata-se de um esforço de, numa leitura interdisciplinar, conjugar pensamentos que questionam posturas metodológicas da Ciência Moderna no âmbito do empirismo, do formalismo e do positivismo - ainda presentes no pensamento científico ocidental -, dificultando o exercício do diálogo com outros modos de pensar, de agir e de conceber a vida e a construção científica.

Por isso, assumi o desafio de articular – compreendendo, é claro, os limites de tal pretensão - o pensamento de Pierre Bourdieu, de Clifford Geertz e de Boaventura dos Santos, por entender serem estas referências epistemológico-metodológicas centrais do meu estudo, já que seus fundamentos alicerçaram a construção dos caminhos teórico-metodológicos seguidos. A rigor, são as bases que norteiam o meu pensar e o meu agir, no exercício do ofício da pesquisa, constituindo as raízes onde está fincada a produção científica delineada nesta Tese.

Ao observar o fenômeno a partir da experiência social, preoquei-me em interpretar os discursos dos agentes envolvidos no Programa ATES, mas aproximando-me o máximo de suas práticas - embora isso não seja tão simples -, pois, como afirmara Geertz (1989), a cultura é pública porque o significado o é e, assim sendo, ela é partilhada, construída socialmente, não sendo, portanto, poder, mas contexto.

Desde o início fui alertada de que o caminho escolhido é um terreno arenoso e movediço, onde se entrecruzam diferentes discursos, linguagens e formas narrativas, bem como distintas formas de expressão simbólicas, presentes no cotidiano dos agentes sociais envolvidos nesta iniciativa de construção de uma política pública peculiar. Trata-se de um serviço de assessoria técnica que almeja considerar as denominadas áreas de assentamento em suas múltiplas dimensões - social, econômica, cultural e ambiental - assim como, também, em suas distintas problemáticas sociais: acesso à terra, produção, uso sustentável dos recursos naturais, inserção no mercado e capacitação dos recursos humanos.

Também me pareceu interessante e fecundo explorar uma metodologia que permitisse alcançar a leitura que os agentes envolvidos na proposta de ATES fazem do processo. O que significa para eles esse espaço que estou denominando de “ponto de encontro ou de desencontro” entre o poder público e os movimentos sociais que atuam no campo? Do mesmo modo, considere pertinente pensar como os serviços de ATES provocam um diálogo entre diferentes formas de apropriação do saber: o saber técnico acadêmico (técnicos agrícola e agropecuário, engenheiro agrônomo, engenheiro veterinário, sociólogo, assistente social, pedagogo); o saber técnico da estrutura burocrática estatal, consubstanciado nos planejadores da política; e o saber da experiência acumulada pelos agentes que vivenciam a realidade dos

assentamentos e a militância em movimentos sociais. A proposta de construção conjunta da política pressupõe que estes diferentes saberes dialoguem em meio a consensos e tensões, em um contexto de respeito aos saberes distintos que se fazem necessários à produção coletiva de uma política pública.

Chamando ao diálogo a vertente da Teoria da Interpretação de Geertz, caminhos se abrem e, no esforço de articulá-los, destaco expressões de distintos saberes, particularmente do saber da experiência de vida cotidiana, apostando na possibilidade de análise da realidade, a partir de outras formas narrativas - como a metáfora, as piadas, os “causos” e as místicas - muito presentes em reuniões e eventos dos movimentos sociais que atuam no campo, e que, especificamente, na minha pesquisa, apresentaram-se como outras vias de leitura dos discursos, nem sempre explícitas em documentos formais ou nas entrevistas. Daí porque, na dinâmica da investigação, privilegiei eventos organizados tanto pelo INCRA, como pelas entidades/movimentos conveniados para fins de prestação dos serviços de ATEs, bem como outros não ligados diretamente ao programa, mas que se apresentaram como correlatos.

Como destacou Freitas (2003), existem situações em que a revelação da palavra na esfera pública é limitada, e eu acrescentaria, orientada pela interlocução, fazendo com que outros modos de expressão, individual ou coletivamente, sejam construídos e exercitados socialmente. Portanto, é importante estar atento para as diferentes formas narrativas e formas de expressão simbólicas, presentes no cotidiano das pessoas. Ao propor uma antropologia interpretativa para alcançar o sistema de significado dos nativos, Geertz (1997, p.105) aponta o “método do círculo hermenêutico” como “essencial para interpretações literárias, filológicas, psicanalíticas, bíblicas ou até mesmo para anotações informais sobre aquelas experiências cotidianas que chamamos de bom senso”.

Sublinho a linguagem peculiar a eventos de determinados movimentos sociais, a exemplo das místicas e manifestações do MST e os rituais dos encontros das quebradeiras de coco babaçu. Destaco ainda que muitas das observações foram possíveis por meio de conversas informais, de caráter confidencial, viabilizadas somente quando os laços de confiança se confirmaram.

O delineamento dos caminhos metodológicos levou em conta também o debate proposto por Bourdieu (1998) e seguidores da sociologia reflexiva, no que concerne ao processo de construção da pesquisa. Sendo a pesquisa uma relação social, é na vivência do pesquisador com seu objeto que se revelam as demandas teóricas, as exigências metodológicas e os instrumentais técnicos mais adequados para o desenvolvimento de um

dado estudo. E, ainda, nas pistas e indicações da Sociologia de Bourdieu (1999), apresenta-se a exigência da reflexividade ao longo de todo o processo de investigação.

Com caráter distinto das trocas nos percursos da existência comum, a pesquisa é uma relação social que reflete sobre os resultados obtidos, devendo ser conhecidas e dominadas todas as possíveis distorções, equívocos inscritos na estrutura da relação de pesquisa, o que somente é conseguido através de uma “reflexividade reflexa”, baseada num “olho sociológico” que põe em análise os próprios pressupostos da ciência (BOURDIEU, 1999, p. 694). Portanto, todos os procedimentos metodológicos aqui adotados estiveram sob constante revisão e redefinição, na medida em que a minha relação, enquanto pesquisadora, com os grupos pesquisados foi se estabelecendo. É o exercício permanente da “vigilância epistemológica” (BACHELARD, 1996).

Outro eixo importante, considerado nas delimitações metodológicas, diz respeito às especificidades dos agentes pesquisados, ou seja, peculiaridades do campo. O presente estudo abrange grupos sociais que – mesmo sofrendo interferências do mundo regido pela economia regulada pelo mercado – desenvolvem sistemas econômicos diferenciados, por vezes orientados por motivações não econômicas e articulados com outras dimensões da sociedade – tal como as situações analisadas por Polanyi (2000) e Bourdieu (1996). Tais modos de vida não chegaram a ser reconhecidos no processo de formação do Estado brasileiro e, secularmente, lutam para saírem da invisibilidade imposta pelo pensamento colonialista que produz a não existência e a subordinação.

É possível inferir que essas situações estão entre as experiências que foram desperdiçadas pela *razão indolente*, mencionada por Santos (2004). A *razão cosmopolita*, proposta pelo autor, consubstancia outra forma de racionalidade que se alicerça nos procedimentos da *sociologia das ausências*, na *sociologia das emergências* e no *trabalho de tradução*. A *sociologia das ausências* se move no campo das experiências disponíveis e visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia dos saberes, libertando as práticas sociais do “estatuto de resíduo, restituindo-lhes a temporalidade própria e a possibilidade de desenvolvimento autônomo” (idem, p. 790-791), enquanto que a *sociologia das emergências* opera no campo das expectativas possíveis (idem, p. 797). A investigação, portanto, deve ser prospectiva, tornando parcial o conhecimento das condições do possível e, ao mesmo tempo, parciais as condições disponíveis a fim de fortalecer as pistas e sinais oferecidos. O terceiro procedimento que alicerça a racionalidade da *razão cosmopolita* proposta por Santos é da tradução capaz de possibilitar a inteligibilidade entre as experiências do mundo, as disponíveis e as possíveis.

Enraizada em outra forma de pensar e de olhar o mundo, a razão cosmopolita permite compreender as formas organizativas, que circunscrevem o objeto do meu estudo, e que sofrem um processo de invisibilização, via desqualificação e criminalização, pela razão indolente do pensamento dominante. O trabalho de tradução entre práticas sociais e seus agentes, proposto por Santos (2004), pode inspirar a investigação do potencial emancipatório dos grupos estudados. Os movimentos e organizações conveniadas com o INCRA participam de redes de movimentos sociais locais e transnacionais que propõem uma globalização alternativa à globalização neoliberal. É interessante verificar o que os unem e o que os separa no processo de interlocução com o Estado e em que medida essa experiência interfere na lógica da economia de mercado, ainda hegemônica no mundo ocidental.

Essas são as fontes de inspiração fundantes, de cunho epistemológico e metodológico que orientaram na construção do meu pensamento e na estruturação do trabalho. Cabe, no entanto, ressaltar outras bases teóricas, referentes às diferentes temáticas que se apresentaram nesta reflexão sobre Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo. Tais referências situam-se nos campos da sociologia e da antropologia, garantindo a dimensão interdisciplinar exigida pelo objeto.

Não posso deixar de mencionar, também, leituras que, de certa forma, deram o tom ao texto que constrói esta Tese. Destaco Aluísio Azevedo (2005), Guimarães Rosa (2001), Darci Ribeiro (2006) e Lima Barreto (2002), Victor Nunes Leal (1997), Sérgio Buarque de Holanda (1995). As leituras iniciais do curso de Doutorado que me ensinaram a ver o lado cômico de toda tragédia. Não sei se aprendi bem as aulas do professor Diathay, mas com ele entendi que o olhar sociológico pode ser muito mais apurado se estiver focado, também, nas diferentes formas narrativas e diferentes formas de expressão que se apresentam no cotidiano da vida.

1.2 Adentrando no objeto por diferentes vias investigativas: a perplexidade diante do mundo que se descortina

A primeira surpresa – revelada na pesquisa bibliográfica e documental e confirmada no trabalho de campo – foi a constatação da amplitude do tema e da dificuldade de afunilar o campo que se apresentava cada vez mais expansivo. Senti a sensação de quem espia o mundo por uma fresta da janela e, de repente, a janela se escancara e o mundo se apresenta de forma tão intensa que é preciso esfregar os olhos para enxergá-lo. Pensar sobre um programa governamental, focando Estado e movimentos sociais atuantes no campo não é

um “pensamento pequeno”, localizado, pontual, como parecia no início. Na medida em que mergulhava nas indagações, dei-me conta da magnitude do debate que sustenta a definição de um programa governamental com o perfil do ATES.

Diante da surpresa, a reação foi sair “caçando” – para usar uma expressão bem maranhense – informações e publicações, documentos oficiais, documentos das entidades, relatórios, capítulos de livros, matérias de revistas, artigos divulgados em internet, sites do INCRA e do MDA, monografias, dissertações e teses sobre o tema, enfim, a busca foi no sentido de resgatar elementos, materiais e referências, tudo que pudesse acrescentar ao estudo da temática em pauta.

Desencadeei, então, um processo reflexivo e, nele, procurei demarcar meu objeto em três níveis: primeiro, em um nível mais geral de abstração, discutindo categorias-chave para compreender o processo de acumulação do capital e as configurações contemporâneas do Estado brasileiro e dos movimentos sociais que atuam no campo; segundo, em um nível geral mais concreto, recorrendo à literatura sobre o Maranhão, na perspectiva de compreender como esse Estado é pensado, tanto do ponto de vista do planejamento público, quanto da academia, buscando apreender as configurações dos movimentos sociais, face aos investimentos econômicos e políticos decorrentes do planejamento oficial; e, terceiro, em um nível mais específico e concreto, efetivando uma revisão da concepção de assistência técnica, na tentativa de compreender o processo de constituição da assistência como um problema social ao longo de distintos momentos históricos.

Em relação, especificamente, à questão da assistência técnica que, no projeto original, não estava devidamente problematizada, identifiquei determinados deslocamentos de campo e de concepção. A assistência técnica que, inicialmente, foi apropriada por áreas técnicas, como a da agronomia, em certo momento, adentrou no campo das ciências sociais. Ao mesmo tempo, demarco uma ampliação conceitual, passando-se da visão restrita da assistência técnica e sua histórica vinculação orgânica com o termo extensão rural para a noção de assessoria, proposta pelo Programa ATES, para dar conta de um redimensionamento do trabalho, o que implica mudança na relação entre o técnico e o denominado assentado, beneficiário do Programa. Tais deslocamentos expressam campos de poder, bem como a complexidade das dimensões que circunscrevem esse fenômeno, na amálgama do técnico e do político, revelando-me o processo histórico da construção de uma dada concepção de assistência técnica.

De muita valia foi a participação em atividades de pesquisa no período do curso de Doutorado. Foram oportunidades de estudo que muito acrescentaram na análise da

formação do Estado do Maranhão e suas atuais questões agrárias, bem como na caracterização dos movimentos sociais que, contemporaneamente, atuam no campo. Dentre essas atividades de pesquisa, cumpre destacar a participação no Estudo Perfil de Agricultores Familiares, organizado pela Fundação Universitária de Brasília - FUBRA e pelo MDA, o que me permitiu acesso aos denominados agricultores familiares do Oeste do Estado do Maranhão, potenciais beneficiários do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. Ademais, este trabalho investigativo possibilitou-me um duplo acesso aos órgãos públicos, mais especificamente ao Instituto de Terras do Estado do Maranhão – ITERMA, ao INCRA e um maior domínio da literatura específica sobre a questão fundiária do Brasil. Visitei, no período de janeiro de 2006 a fevereiro de 2007, os municípios maranhenses de Cândido Mendes, Zé Doca, Pedro Rosário, Governador Nunes Freire, Penalva e Pinheiro (MDA/FUBRA, 2007).

Neste período, contribuí, na condição de pesquisadora, com a “Campanha Justiça nos Trilhos”¹⁹, cujos resultados parciais foram apresentados em um seminário no Fórum Social Mundial, realizado no período de 27 de janeiro a 01 de fevereiro de 2009, na cidade de Belém (PA). A pesquisa “Vida nos Trilhos”, iniciada em abril de 2008, no município de Alto Alegre do Pindaré, pelo núcleo de pesquisa do Centro de Estudos Superiores de Santa Inês – CESSIN, um dos pólos da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, em parceria com um núcleo de pesquisa do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, colocou-me em contato com especificidades da história política e econômica do Maranhão que me fizeram enxergar traços de relações sociais associadas ao colonialismo ou ao patrimonialismo, suprimidos do discurso da modernidade. A análise da situação do Maranhão revela que em circunstâncias específicas, essa dita modernidade se mantém por tais elementos.

¹⁹ Lançada por uma rede de entidades e movimentos sociais de âmbito nacional e internacional, igreja católica, intelectuais, jornalistas, a Campanha “Justiça nos Trilhos” começou, de maneira espontânea, em fins de 2007/início de 2008. É firmada por meio de alianças, tanto em Belém-PA, como com movimentos e organizações locais da região de Açailândia-MA. Começa com o Fórum Carajás e parceiros internacionais, tais como o Centro Nuovo Modello di Sviluppo (Itália) e a United Steel Workers (Canadá e Estados Unidos). A campanha visa questionar a imagem que a Companhia Vale do Rio Doce, a Vale, tenta passar de empresa comprometida com o desenvolvimento sustentado e com o bem-estar das pessoas que residem nas regiões em que atua; cobrar da empresa a disponibilização do de Desenvolvimento à disposição de um consórcio intermunicipal ao longo da ferrovia, com a participação da sociedade civil na sua administração. Foi firmada também a parceria com a UFMA e com professores da UEMA/Pólo Santa Inês, para a realização de uma pesquisa sobre as condições de vida das famílias que residem ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Ver Carneiro e Araujo (2009).

Desde 2007, acumulo inserções específicas no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA²⁰. A participação nos eventos desse Projeto muito contribuiu para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos e do processo de construção de políticas públicas, que visam atender às especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Por conta desse envolvimento, participei do Fórum Social Mundial e do Encontro de Pesquisadores do Nordeste do PNCSA, realizado em Natal (RN), nos dias 3 e 4 de março de 2009. Nesses eventos, acompanhei debates que expressaram bem a relação entre movimentos sociais e o Estado brasileiro contemporâneo, as articulações possíveis e as tensões na construção de políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais. Coletei informações e registrei depoimentos para a análise do tema em estudo. Considerei esses momentos como se eu estivesse em uma sala de aula sobre a formação da sociedade brasileira.

Outro investimento acadêmico importante foi a participação no processo de construção do curso de especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão: povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável e políticas étnicas”, oferecido pela UEMA, por meio do Grupo de Estudos Sócio-Econômicos da Amazônia - GESEA, do qual sou membro. Ministrei, no período de 14 de março a 4 de abril de 2009, juntamente com a professora Zulene Muniz, a disciplina “Estado e Políticas de Desenvolvimento”. Neste momento, fiz uma revisão da literatura sobre o Maranhão, do ponto de vista do planejamento público, tema trabalhado em um dos capítulos da Tese. No período de 22 de maio a 18 de junho, ministrei também, com a professora Cynthia Carvalho Martins, a disciplina “Seminário I: Trabalho de Campo”, abordando os métodos de pesquisa e trabalho de campo, o que me ajudou a repensar o trabalho de campo da minha própria pesquisa.

A participação nesses eventos de pesquisa e de produção acadêmica viabilizou distintos caminhos, no esforço de delimitar o objeto de estudo circunscrito nesta Tese. De fato, comprometi-me com atividades que me levaram a situações empíricas e a revisões bibliográficas exigidas pela pesquisa. No tocante, especificamente, à revisão bibliográfica, cumpre destacar o processo de estudo deflagrado na primeira etapa do curso de Doutorado,

²⁰ O PNCSA é uma rede de pesquisadores que trabalha com agentes sociais que estão às margens da leitura das cartografias oficiais. Entre os cartografados estão os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu, os seringueiros, os faxinalenses, as comunidades de fundos de pastos, os pomeranos, os ciganos, os geraizeiros, os vazanteiros, os piaçabeiros, os pescadores artesanais, os pantaneiros, os afro-religiosos, os homossexuais. Esses grupos vivem em comunidades tradicionais e cidades - cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural. Além de apresentar ao Brasil uma nova cartografia, essa rede de pesquisadores vem construindo, conjuntamente com os agentes sociais, uma nova forma de produzir conhecimento, expressa em seus mapas e publicações: fascículos, livros e coleção de livros de bolsos. Sobre as cartografias participativas, ver também ACSELRAD (2008).

quando cumpri os créditos necessários. A rigor, no primeiro ano do curso, explorei ao máximo as leituras sugeridas nas disciplinas, evitando as amarras e permitindo, com total liberdade, que as diferentes correntes teóricas demonstrassem as possibilidades de análise da realidade que me propus a desvendar. Foi um “passeio” muito rico, com “passagem” obrigatória pelos clássicos da sociologia, intercalada com encontros específicos com a antropologia cultural, a antropologia visual, a antropologia política e estudos sobre a memória. Compreendi o quanto é enriquecedor o diálogo da sociologia com outros campos do saber e a fertilidade do cotidiano para a construção do pensar sociológico.

Acreditei e apostei na possibilidade de articular o olhar sociológico com o olhar antropológico, na observação dos processos vivenciados nas entidades e nos próprios movimentos sociais, na perspectiva de perceber como um está imbricado no outro, ou seja, compreender em que medida relações que se estabelecem no plano macro interferem ou sofrem interferência das relações que se dão no plano micro. Em verdade, é o desafio de construir o pensar relacional nos termos propostos por Bourdieu.

1.3 Pesquisa de campo: desvendando e mapeando teia de relações e agentes envolvidos

Concluída a primeira etapa do curso, em Fortaleza - o que me fez empreender a “viagem de volta” para São Luís, onde realizei a pesquisa - a minha atitude foi semelhante a de um garimpeiro explorando metais, seguindo atentamente as pistas que as disciplinas me ofereceram para construir o meu caminho. Nesta narrativa metodológica, que quisera eu fosse uma “descrição densa” na mais genuína tradução de Geertz, apresento as escolhas e trilhas percorridas na construção deste momento que chamamos de “trabalho de campo”, tentando não subestimar os “imponderáveis da vida real” ou os “fatos comuns e rotineiros”, ou, ainda, um “incidente imaginário”, no dizer de Malinowski (1976, p.28-29). Cabe destacar que minha inserção tão próxima – em função dos vínculos, já mencionados, da minha trajetória acadêmico-profissional com a trajetória da pesquisa – em determinados momentos facilita e, em outros, dificulta o acesso a determinados sujeitos, espaços e informações, exigindo mudanças de estratégias e constantes “ajustes de foco” da pesquisa.

Inicialmente, acatei a orientação da professora Alba Maria Pinho de Carvalho de acompanhar os primeiros convênios firmados entre o INCRA e as sete entidades, deixando para uma etapa posterior a opção por uma – ou mais – situação a ser observada com maior profundidade. Daí meu esforço, no primeiro ano de trabalho de campo, em 2007, de acompanhar as agendas das sete entidades e de coletar informações sobre as diferentes

experiências com os convênios firmados com o INCRA. Após a leitura preliminar dos dados de campo, propus, no Exame de Qualificação²¹, fazer uma observação direta de duas situações: o convênio firmado entre o INCRA e a AESCA; e o firmado entre o INCRA e a ASSEMA. As duas experiências explicitam inserções distintas no ATES. Das duas, a AESCA é a organização com a qual eu tinha menos contato e esta pesquisa me proporcionou grandes descobertas acerca do mundo, ainda desconhecido, do MST, exigindo muita paciência no momento inicial – que eu considero de conquista – da pesquisa.

O convênio firmado com a AESCA é o segundo no Estado do Maranhão²². Os serviços de ATES, sob a responsabilidade dessa entidade, estão em 24 municípios, em 37 PAs, atendendo 4.845 famílias. Propus me concentrar na experiência desenvolvida no Projeto de Assentamento Diamante Negro/Jutay, situado no município de Igarapé do Meio, oeste maranhense, microrregião da Baixada Maranhense. Desde a sua criação, esse assentamento vem sendo acompanhado pelo MST. A escolha se deu, em primeiro lugar, pela abrangência do convênio e pelo acúmulo de experiência do MST com a participação em programas governamentais, voltados para a assistência técnica em áreas de reforma agrária. Desde meados de 1990, esse movimento, juntamente com a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, tem se posicionado em defesa de uma política de assistência técnica pública e descentralizada.

Com atuação no Maranhão desde o ano de 1985, o MST participou do Programa de Apoio e Gestão de Organização de Pequenos Produtores – CONTACAP, do Projeto Lumiar e do Programa ATES. Todas essas experiências foram executadas no PA Diamante Negro/Jutay e, por isso, acreditei que o Movimento fosse portador de um conhecimento nessa área, o que me permitiria a reflexão pretendida sobre a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo.

O convênio firmado entre INCRA e a ASSEMA garantiu os serviços de ATES, nos anos de 2005, 2006 e 2007, em 12 PAs, de quatro municípios, beneficiando 1.336 famílias. A ASSEMA é uma organização sem fins lucrativos, dirigida por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu. Desenvolve suas atividades por meio de apoios de

²¹ Realizado no dia 17 de março de 2008, na UFC, quando os professores, membros da banca, Alba Maria Pinho de Carvalho, Geovani Freitas e Gema Galgani deram importantes orientações que, na medida do possível, procurei seguir.

²² A primeira é a FETAEMA, a única que terceirizou os serviços, por meio de contratos com duas cooperativas (a Cooperativa de Serviços Técnicos – COOSERT e a Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica – COSPAT), com a ONG Planeja e com a empresa RD. Essa última, em 2007, suspendeu o contrato, e os serviços foram assumidos pela FETAEMA.

organizações não governamentais, órgãos governamentais, organismos de cooperação internacionais e doações individuais. Atua em sete municípios da microrregião Médio Mearim. Tem por missão a construção coletiva pelos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, de ações sustentáveis de utilização dos recursos naturais, na busca da qualidade de vida no campo, tendo como base a produção familiar, relações justas de gênero e o respeito às etnias e à diversidade cultural (ASSEMA, 2009).

Observei o esforço da ASSEMA para acessar o Programa ATES, desde 2004. Em 2005 acompanhei o seu empenho em adequar os objetivos do serviço de ATES aos princípios do seu Programa de Produção e, mesmo após a suspensão do convênio com o INCRA, em 2007, considerei importante acompanhar o desdobramento do trabalho iniciado nessa entidade, por sua experiência acumulada com assessoria técnica a um sistema de produção sustentável, denominado agroextrativismo²³, e por sua luta pelo reconhecimento desse sistema como uma política pública.

A experiência com o Programa ATES coincide com o período em que os órgãos de representação dos denominados trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares estão disputando e redefinindo territórios, em âmbito nacional. Em 2005, por iniciativa da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, que pretendia ampliar suas bases no Maranhão, o MIQCB estabeleceu uma parceria com essa Federação e firmou o convênio com o INCRA. Os serviços de ATES, sob a responsabilidade do MIQCB, atingiram seis municípios, atendendo 2.453 famílias, de 34 PAs. A parceria foi desfeita em 2008, quando o MIQCB assumiu totalmente a gestão do convênio, inserindo, com isso, a temática da assistência técnica entre suas preocupações.

Apesar das advertências dos professores Geovani Jacó de Freitas (UECE) e Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (UFC), durante o Exame de Qualificação - de que o objeto era muito ambicioso e da necessidade de afunilar mais - por força da realidade, fui levada a acrescentar mais uma situação a ser acompanhada na segunda etapa do trabalho de campo. Foi uma decisão tomada conjuntamente com a orientadora, tendo em vista as mudanças no formato do convênio, ocorridas no final de 2008, depois da realização de vários seminários de avaliação do Programa ATES e dos questionamentos dos termos dos convênios, feitos pelos órgãos de controladoria da União²⁴.

²³ Ver Capítulos 3 e 5.

²⁴ Essas investigações foram iniciadas após denúncias e questionamentos de deputados estaduais a respeito dos convênios realizados entre o INCRA e as entidades. Os órgãos de controladoria da União – Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público – MP e Tribunal de Contas da União – TCU - questionam os convênios firmados, basicamente nos seguintes itens: forma de contratação das organizações (sem licitação) e dos técnicos

O INCRA reeditou os convênios por meio de licitação pública, tendo hoje como entidades executoras, em sua maioria, cooperativas e organizações não governamentais, formadas por técnicos. Das sete entidades que iniciaram a experiência com o ATES no Maranhão, apenas duas, a Tijupá e o MIQCB, continuam executando os serviços, o que nos levou a incluir esta última entre as situações a fazerem parte da observação direta.

Assim, o trabalho de campo envolveu uma dinâmica investigativa com duplo movimento: o primeiro, de caráter mais panorâmico, abrangendo o conjunto das sete entidades conveniadas na etapa inicial do Programa; o segundo, como recorte empírico de estudo, consiste em um mergulho mais localizado, concentrando-me nas experiências com três convênios: o da AESCA, o da ASSEMA e o da AMIQCB, em três regiões do Maranhão²⁵. As demais organizações atuaram como pontos de apoio às análises feitas nessas situações específicas.

Nessas mudanças de percursos, me certifiquei daquilo que Bourdieu (1998), no auge de sua sabedoria, alertara: a “construção do objeto não é uma coisa que se produza de uma assentada [...] [e a pesquisa] não é um plano que se desenhe antecipadamente” (p.26-27). Pelo contrário, é um “trabalho de grande fôlego”, que se realiza lentamente, “por retoques sucessivos”, e que exige muita paciência e saúde física e mental. Procurei dar atenção aos pormenores, e, até pela minha trajetória profissional, muito me preocupou o modo como eu iria me apresentar aos grupos que compuseram o universo da pesquisa. Tentei fugir do fetichismo dos conceitos e da teoria, que nasce, segundo Bourdieu (1998), da “propensão para considerar os instrumentos teóricos, habitus, campo, capital em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação” (idem). Não foi um exercício fácil e nem considero como meta cumprida, em função das dificuldades que durante todo o trabalho serão explicitadas.

Se a pesquisa é um acordo, os termos desse acordo com os grupos pesquisados, com os quais eu tenho uma relação de proximidade, constituíram-se preocupação desde o início da investigação, quando o desafio é apreender os sentidos e significados dados pelos envolvidos na situação de pesquisa (BOURDIEU, 1999). Quais seriam os sentidos encarnados pelos pesquisados, quando da apresentação do meu projeto, e por que razões decidiram participar dessa troca de interesses? Como me apresentar para o grupo, na condição de pesquisadora, e falar da pesquisa? Por outro lado, quais os efeitos desse estudo sobre esses

(sem concurso público), salários, a capacidade técnica das organizações conveniadas para a execução dos serviços de ATES e o fato de que entidades executoras dos serviços participavam da Coordenação Regional. Em função desses questionamentos, dois convênios foram encerrados antes do prazo acordado, o da SMDH e o da ASSEMA. Por determinação do TCU, a FETAEMA não poderá mais firmar novo convênio. Ver Capítulo 5.

²⁵ Capítulo 5.

grupos? Como partir para o trabalho de campo e exercitar a *vigilância epistemológica* (BACHELARD, 1996), evitando a reprodução de esquemas explicativos consagrados e movimentando teorias para responder às provocações do mundo social consubstanciadas nos recortes do objeto. Para sair do dilema inicial de pesquisa (BERREMAN, 1990; DA MATA, 1978), decidi começar pelo “mais fácil”. E o mais fácil²⁶, no meu caso específico, foi começar pelas organizações que atuam no campo, com as quais já havia tido relações de trabalho.

1.3.1 Formas diferenciadas de inserção no campo

O primeiro contato foi com a ASSEMA, por iniciativa do técnico do Programa de Comercialização Solidária, Mayk Honnie, que me convidou para contribuir na produção de um laudo antropológico, necessário para o acordo de Repartição de Benefício que a ASSEMA e a empresa de cosméticos Natura estavam firmando entre si. Em função da falta de tempo, aceitei participar de apenas uma reunião, que ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2007, na Embaixada Babaçu Livre²⁷, com representantes da empresa, diretores e técnicos da entidade e a antropóloga Noemi Porro, profissional responsável pelo laudo antropológico.

Na reunião observei a postura da ASSEMA diante de uma estratégia empresarial, acompanhando o caloroso debate que se estabeleceu com uma empresa, em torno de um programa governamental voltado para a erradicação do trabalho infantil. Uma das exigências da Natura para a consolidação do contrato foi a não participação de crianças nas atividades extrativistas acompanhadas pela entidade. Em se tratando de povos e comunidades tradicionais²⁸ e grupos camponeses, trata-se de uma exigência um tanto quanto complexa, tendo em vista a recorrência da presença da criança nas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais.

²⁶ As aspas são utilizadas para relativizar o termo. Muitas vezes esse contato anterior, os laços de confiança, já estabelecidos com determinados movimentos, permitiram o acesso a certas informações e eventos. No entanto, a minha trajetória político-profissional me posicionava na teia de relações e o acesso a determinados agentes e informações dependia da posição que me era atribuída pelos grupos.

²⁷ A Embaixada foi um espaço montado pela ASSEMA, em um dos casarões do centro histórico da cidade de São Luís, para divulgar suas ações e comercializar os produtos da linha Babaçu Livre (sabonete, mesocarpo, artesanato, embalagens de papel reciclado, compotas, licores, e óleo de babaçu), produzidos pelas famílias agroextrativistas da região do Médio Mearim, e para fortalecer a economia solidária no Estado. O projeto, financiado pela OXFAM-Brasil, foi concluído em 2006.

²⁸ A adoção do termo “povos e comunidades tradicionais”, nesta Tese, é inspirada em Almeida (2006, p. 23), que, por sua vez, utiliza a expressão “comunidades”, em sintonia com a idéia de “povos tradicionais”, deslocando o termo “populações”, reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da Organização Internacional do Trabalho - OIT em 1988 – 89 e retomada na Amazônia, por meio da mobilização dos chamados “povos da floresta” no mesmo período. O “tradicional”, como operativo, foi aparentemente deslocado no discurso oficial, afastando-se do passado e aproximando-se de demandas do presente”.

Diretores e técnicos da ASSEMA expuseram o modo de vida em áreas onde ocorre a prática do extrativismo do babaçu, evidenciando o papel da criança no processo de reprodução social do grupo, abrindo o debate com as instituições definidoras de políticas de erradicação do trabalho infantil, entre elas a Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a perspectiva generalizante das políticas governamentais, que impede o reconhecimento das particularidades desses grupos e povos (MARTINS; GAIOSO; ARAÚJO, 2009).

Por ocasião da participação nesse debate, falei ao grupo ASSEMA sobre meu projeto de pesquisa e pedi uma espécie de “licença” para entrar novamente no seu mundo, dessa vez, como pesquisadora acadêmica. A resposta foi satisfatória, revelando a receptividade do grupo à proposta investigativa. O segundo contato com a ASSEMA aconteceu na sede da entidade na cidade de Pedreiras-MA, no dia 14 de março de 2007. Nessa visita, a coordenadora do Programa de Produção, Mauricélia Ferreira Almeida, repassou-me documentos, relatórios, publicações, além de prestar informações mais gerais sobre a implementação do Programa ATES na região, a distribuição da equipe técnica pelos PA's e sobre a estrutura de organização da entidade. Com base nas informações preliminares, comecei um rascunho das zonas de tensões e aproximações, identificadas no processo de execução dos serviços já percebíveis na região do Médio Mearim.

Nessas conversas, delinea-se a teia de relações que circunda os convênios de ATES no Maranhão. São apresentados os agentes envolvidos e identificados seus interesses e as zonas de tensões existentes nesse esforço de construção conjunta de uma política pública. Iniciei o mapeamento desse universo, identificando as organizações conveniadas com o INCRA, bem como agentes envolvidos na operacionalização do Programa, tais como: o Banco do Nordeste do Brasil – BNB; empresas, ONGs e cooperativas contratadas pela FETAEMA para a execução dos serviços; empresas contratadas para os serviços de instalação dos projetos de assentamento, associações, órgãos do poder público municipal, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dessa forma, na medida em que adentrava nessa teia de relações, segui caminhos diversificados, dependendo do grau de envolvimento com as entidades e instituições. De modo que a forma de obtenção dos dados definiu-se sem um planejamento prévio. Em algumas situações, as informações foram coletadas por meio de visitas e conversas individuais com os técnicos ou diretores, gravadas ou não. Em outras, a coleta se deu por meio de participação em reuniões, assembléias e eventos como seminários, oficinas, audiências públicas, manifestações públicas de pressão - ocupações no INCRA-, fóruns e

encontros. E, em momentos específicos, realizei entrevistas semiestruturadas com informantes que considerei chaves para a pesquisa.

A diversidade das vias de acesso às informações se deve ao grau de aproximação mantida com as organizações. Quanto maior o grau de aproximação e mais estreitos os laços de confiança, mais ampliadas foram as vias de acesso; em contrapartida, maior foi o envolvimento com as questões internas da organização. Quanto menor o grau de proximidade, maior foi o nível de formalidade na relação. A receptividade não foi a mesma em todos os espaços. Em alguns, fui recebida com certa “desconfiança”, devido ao contexto político em que a pesquisa foi realizada, o que exigiu mudanças de percurso.

Alguns grupos demonstraram interesse na proposta de pesquisa, ora para divulgar o Programa ATES, ora para refletir sobre seus processos de execução. Em outras entidades, percebi o empenho em evidenciar as tensões com o poder público, numa postura de denúncia. Em outras, o enfoque privilegiava o aprendizado, como se a pesquisa pudesse se constituir no espaço de avaliação, não previsto nos planos de ação do programa.

Cabe ressaltar um elemento prenhe de significados. Iniciei meu trabalho de campo, em março de 2007, período que coincidiu com o tempo de realização das auditorias dos órgãos de controladoria da União, o que gerou um estado de tensão dentro das organizações conveniadas e do próprio INCRA. O momento era de muita insegurança quanto ao futuro do Programa e, por isso, decidi, nessa primeira fase, privilegiar os contatos com as equipes técnicas e coordenadores das organizações e com a equipe técnica do INCRA. Em algumas entidades a tônica do primeiro diálogo foi orientada por esse clima de tensão. Os técnicos pareciam estressados com as exigências dos órgãos de controladoria e toda a leitura do Programa era baseada nas dificuldades de sua execução.

1.3.1.1 Observação em eventos

Trata-se de um tempo, também, em que os movimentos sociais buscavam formas de articulação e de pressão face à expansão dos empreendimentos ligados ao agronegócio no Estado do Maranhão. Eu almejava fazer um mapeamento dos movimentos sociais que atuam no campo: onde estão, o que estão fazendo, quais suas estratégias de luta. Por isso, foram fundamentais os laços de confiança já estabelecidos com os técnicos da ASSEMA, que facilitaram a minha inserção em espaços dos movimentos sociais e institucionais, como o INCRA. Destaco o meu contato inicial com o sociólogo Miguel Silva, na época, técnico de Políticas Públicas da ASSEMA, que atuou como mediador na minha inserção em outros

campos, como o da Via Campesina²⁹, uma articulação internacional de movimentos sociais e organizações não governamentais que atuam no campo, que está se estruturando no Maranhão.

Participar das reuniões da Via Campesina significava ter acesso às preocupações comuns dos movimentos sociais naquele momento, apropriando-me das agendas coletivas e individuais, globais e localizadas, que me permitiriam perceber aspectos da relação Estado/Movimentos Sociais, o fio condutor do meu objeto de estudo. Procurei me inteirar das pautas comuns e específicas dos movimentos, priorizando duas situações: as agendas que possibilitassem uma observação mais ampla das tentativas de aproximação entre o poder público e os movimentos sociais; e as agendas que explicitassem as estratégias contemporâneas de pressão dos movimentos sociais, visando o reconhecimento de suas demandas.

Outra estratégia de pesquisa foi a participação em eventos, promovidos por órgãos governamentais e não governamentais, com a intenção de compreender os discursos dos diferentes agentes envolvidos nas disputas circunscritas na relação Estado/Movimentos Sociais: governo federal, governo estadual, movimentos sociais, técnicos, trabalhadores e empresas. A intenção era verificar em que contexto os movimentos sociais assumem ações de pressão e em que momentos optam pela negociação e pelo diálogo.

No dia 20 de março de 2007, participei, pela primeira vez, de uma reunião da Via Campesina. Essa reunião foi importantíssima por me inserir no universo dos movimentos sociais, desta vez, como pesquisadora e/ou como professora da universidade, já que todo o contato anterior, com esses movimentos, foi na condição de assessora de comunicação da ASSEMA³⁰. O desafio era obter a legitimidade para participar das reuniões. Em determinado momento, perguntei a um membro do MST, se poderia participar das reuniões da Via Campesina e ele me respondeu que “deveria”, e assim me senti mais confortável. Em outra reunião, quando se perguntava quais movimentos deveriam compor a Via Campesina e quem tinha representatividade para estar nesse espaço, tive a oportunidade de me apresentar realmente como pesquisadora e professora da universidade, desvinculada de qualquer

²⁹ No Maranhão essa articulação reúne várias entidades/movimentos que atuam no campo, como: MST, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ASSEMA, MIQCB, SMDH, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial – MABE, CÁRITAS, Associação das Comunidades Negras Quilombola - ACONERUQ, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e FETRAF. No interior dessa articulação estão cinco entidades conveniadas com o INCRA para fins de execução dos serviços de ATES: CENTRU, ASSEMA, MST, SMDH e MIQCB.

³⁰ Em algumas situações isso era uma dificuldade, porque, sempre que me fazia presente nas reuniões, eles me atribuíam tarefa na área da comunicação. Durante o período de pesquisa, prestei serviços pontuais nessa área ao MIQCB e à ASSEMA.

entidade no âmbito dos movimentos sociais; e o grupo, então, concordou com a minha presença nas reuniões. Ficou negociado que eu ajudaria a sistematizar o conteúdo dos seminários sobre agronegócios, promovidos pela Via. Nesse tocante vivencio a relação social consubstanciada na pesquisa.

Nessas reuniões, percebi a tendência dos movimentos sociais de se reorganizarem de uma forma globalizada, mas com preocupações mais localizadas. Havia um cuidado em combinar o calendário de eventos definidos pela Via Campesina e outros movimentos em nível nacional com o calendário de eventos de cada organização local que compõe a Via Campesina no Maranhão. A idéia era construir coletivamente uma agenda comum, que contemplasse questões específicas da realidade dos trabalhadores rurais – aqui considerando as demandas, digamos, mais tradicionais relacionadas ao acesso aos recursos naturais, políticas públicas, e as demandas vinculadas aos direitos como etnia, de gênero, ambiental e geracional – e questões gerais no âmbito da civilização do capital. A intenção era construir uma agenda que permitisse perceber as particularidades das situações e as relações entre elas.

Uma preocupação era verificar como os grandes investimentos – soja, eucalipto, agrocombustível – estão relacionados entre si e quais os seus impactos na vida dos diferentes povos. No caso específico da soja e do eucalipto, era discutido como esses investimentos estão conectados com as siderúrgicas. Foram destacadas as questões do Baixo Parnaíba, atingido pela soja e eucalipto, e da Baixada Maranhense, onde persiste a luta em defesa dos ecossistemas atingidos pela criação de búfalos. Quanto ao agrocombustível, as entidades reconheciam a necessidade de uma capacitação maior dos militantes nessa área. A discussão passava pela necessidade de uma articulação maior das ações no campo e pela compreensão de que a luta pela reforma agrária deve abarcar as questões sociais e ambientais específicas. Enfim, as reuniões eram espaços de socialização e de reflexão sobre questões enfrentadas nas diferentes regiões e de definição de estratégias de lutas. Logo, amplia-se o horizonte político da reforma agrária no contexto do capitalismo na contemporaneidade.

Outro ponto de pauta muito debatido nesse espaço diz respeito à ocupação dos cargos na máquina estatal, considerando que o exercício do cargo público significa uma dimensão de poder que pode ser (re)direcionado para os interesses fundamentais dos movimentos. Naquele momento, os movimentos sociais, após a reeleição do Presidente Lula e a eleição do médico Jackson Lago (PDT) ao governo do Estado do Maranhão, estavam em disputa pela composição das novas equipes de governo, tanto na esfera federal, quanto na estadual.

A estrutura burocrática é alvo de disputa e “indicar nomes” para esses espaços é uma estratégia vital para os movimentos³¹. Trata-se de outro campo de luta, em que estão em jogo interesses políticos partidários que, por vezes, assumem dimensões pessoais, explicitados pela imprensa local. A tarefa de indicar nomes parece ser do partido político, mas as divergências internas impedem o partido de resolver a questão. Os movimentos sociais têm dificuldades de se manifestar, de publicizar sua posição diante da administração do INCRA, de fazer a defesa de uma política de reforma agrária para o Estado e de indicar “um nome”. A questão básica é a inexistência de consenso no âmbito dos movimentos sociais, considerando os laços políticos mantidos com os agentes envolvidos na disputa³² e o jogo de forças, no qual estão circunscritas antigas estruturas do poder político local. O palco dessa disputa é a Casa Civil da Presidência da República, espaço onde oficialmente são definidos os nomes para ocupação dos cargos no Maranhão.

Em 2007, eram intensas as preocupações dos movimentos com a direção da superintendência do INCRA e de outros cargos públicos considerados chave para as questões agrárias no Maranhão. Assim como o INCRA, a Secretaria Estadual de Agricultura – SEAGRO era alvo constante das disputas que envolviam interesses políticos partidários e econômicos³³. O clima era de instabilidade no governo estadual, devido à ameaça de cassação do governador Jackson Lago e das lutas internas entre grupos que defendiam interesses diferentes dentro da estrutura do Governo, particularmente na SEAGRO, cujo representante era de origem do movimento sindical rural e sofria constantes ameaças de substituição.

Estava, pois, diante de uma pequena radiografia da correlação de forças que envolvia interesses de partidos políticos, movimentos sociais, gabinete civil da Presidência da República e grupos políticos que detêm o domínio na política maranhense. A disputa em torno da superintendência do INCRA revelava que a definição de cargos, no Maranhão, não estava sendo discutida com os movimentos sociais, mas negociada com os partidos políticos,

³¹ Na época, no Maranhão, dos 46 cargos federais somente dois tinham indicação dos movimentos sociais: o INCRA e o IBAMA. No ano de 2008 ocorreu a substituição do superintendente do INCRA e no ano de 2009, a da superintendente do IBAMA.

³² O então superintendente do INCRA provinha do movimento sindical. Apesar da disputa de duas lideranças do Partido dos Trabalhadores – um deles deputado federal –, a definição do nome para ocupar o cargo de superintendência do INCRA seguiu outra orientação da Casa Civil da Presidência da República e, em dezembro de 2007, Raimundo Monteiro foi substituído por Benedito Terceiro.

³³ Também nessa esfera, os movimentos sociais não se sentiam contemplados, considerando que, no Governo Jackson, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAGRO não estava fortalecida dentro da estrutura governamental e a chamada “agricultura familiar” não parecia ser uma prioridade. Em várias reuniões, as entidades cobravam uma política mais clara nessa área.

em âmbito nacional, tendo em vista as eleições de 2010³⁴. Os movimentos sociais discutiam estratégias para garantir espaço dentro da estrutura governamental, e estavam atentos às investigações dos órgãos de controladoria da União, com fortes indícios de corrupção no INCRA, já que até aquele momento estava à frente do órgão uma pessoa também de origem do movimento sindical urbano. As entidades que integram a Via Campesina bem que tentaram eximir-se da mera disputa pelo cargo do INCRA – que expressava uma disputa interna do partido –, canalizando o foco de suas reivindicações para a implementação de uma política agrária no Maranhão.

As entidades tentaram articular organizações com abrangência nacional para influenciarem nas decisões de Brasília. Mas nessa luta de braços, tanto o partido local quanto os movimentos sociais que atuam no campo acabaram perdendo a oportunidade de indicar um nome de seu interesse. O acompanhamento desse episódio foi instigante para compreender um pouco mais sobre a tensão e a contraditoriedade que demarcam a construção de políticas públicas no Brasil. O aparentemente simples ato de indicar um nome para o órgão responsável pela implementação da política de reforma agrária - o segundo órgão a receber o maior volume de recursos federais, no estado do Maranhão, portanto estratégico, porque comanda uma série de políticas locais - não pode ser menosprezado, pois o cargo está envolvido no conjunto de peças importantes de um jogo de forças muito mais abrangente.

As entidades manifestavam preocupação quanto ao seu papel nesse embate, considerando que, muitas das vezes, a indicação de nomes para os cargos privilegia acertos políticos partidários pós-campanhas eleitorais, em detrimento da qualificação técnica e dos compromissos públicos que o cargo exige. No caso do INCRA, as entidades que integram a Via Campesina avaliavam que o órgão não estava cumprido suas metas, sobretudo, no tocante à reforma agrária, verificando-se descompassos entre os interesses das entidades e o projeto dos partidos políticos, considerados de esquerda. As entidades que compõem a Via Campesina no Maranhão divulgaram um documento, no qual demarcam o seu posicionamento quanto à questão.

() O INCRA, como todos sabem, constitui importante espaço de disputas político-partidárias. Denunciamos aqui, que cargos importantes para o desenvolvimento do estado, como a superintendência do INCRA, não são indicados pelas organizações sociais que representam os diversos segmentos populares, acarretando prejuízos para a implementação das ações de reforma agrária como uma política pública. Neste contexto de disputas, o que definiu o cargo de superintendência foram interesses de correntes e grupos políticos partidários e não a real necessidade da realização de

³⁴ Desde que a governadora Roseana Sarney (PMDB) declarou apoio ao governo Lula, intensificaram-se os conflitos internos do PT no Maranhão, e, tal como a superintendência do INCRA, outros cargos públicos federais foram definidos a partir de negociações firmadas em Brasília, acirrando as polêmicas quase sempre expostas na imprensa local.

uma reforma agrária efetiva. Neste sentido, a presença do órgão fundiário do Governo Federal se torna cada vez mais inócua para enfrentar as questões complexas da reforma agrária no Estado. (Via Campesina, 2007).

O debate evidenciava, por sua vez, as tensões que se apresentam no campo da mediação: partido político versus movimentos sociais, bem como tensões que envolvem o poder público, no caso o INCRA, e os interesses dos movimentos sociais e partidos políticos, disputas que por vezes assumem dimensão pessoal com conflitos expostos na imprensa. No processo de indicação de nomes para ocupar cargos públicos, estão em disputa critérios defendidos pelos diferentes sujeitos envolvidos na causa. No cenário estavam movimentos sociais que apresentavam o argumento da qualificação técnica para o cargo; o PT local que primava pela força de maior expressão política dentro do Estado; e o PT nacional que primava pelos interesses da tendência majoritária do PT local e das possíveis alianças que poderiam advir desse processo³⁵.

Esses espaços sociais evidenciam o jogo de forças na definição da estrutura burocrática governamental, em momentos de transição política. Por outro lado revelam as particularidades dos movimentos sociais e suas relações com outros espaços sociais como os partidos políticos e o aparato governamental. Dei-me conta de que o poder público é um grande campo de disputa dos movimentos sociais e que a relação entre os movimentos sociais e o aparato de governo oscila entre a confiança e a desconfiança³⁶. Os movimentos propõem a política pública, mas querem ter o controle, mediante participação em sua execução. E mais, essa relação varia de órgão para órgão, muitas das vezes em função dos laços de confiança que se estabelecem entre os movimentos e determinados profissionais lotados em setores específicos do poder público. Nesse caso, são estratégicos o estabelecimento de “contatos” dentro da estrutura burocrática governamental e, também, a realização de eventos, audiências e visitas específicas às localidades, junto com esses profissionais, visando sensibilizá-los e chamar a atenção da sociedade, por meio das organizações de representação profissionais para

³⁵ Convém ressaltar que, no Maranhão, o PT tem sido, nos últimos oito anos, espaço de disputa entre os partidos que se autoproclamam de “esquerda” e os que se autoproclamam “aliados” do Presidente Lula. A dificuldade dos movimentos sociais interferirem no aparato burocrático estatal, mesmo em um governo dito popular, advém dessa dinâmica. As estruturas tradicionais de poder local parecem se fortalecer na relação com o governo federal e os movimentos sociais não conseguem chegar a uma articulação capaz de promover rupturas. Ver Dória (2009), Reis (2007), Almeida (2010).

³⁶ Constatação reforçada quando acompanhei o debate em torno do futuro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e a preocupação das entidades em preservar a participação e a autonomia dos movimentos na execução do Programa. Diante da intenção do governo federal de transferi-lo para a responsabilidade do Ministério de Educação e Cultura – MEC, os movimentos defendiam sua permanência no INCRA, porque temiam a perda de autonomia e a fragilização da proposta.

as temáticas que balizam o reconhecimento das especificidades das situações. Dou-me conta das contradições de um Estado democrático, ainda em formação.

Isso me leva a repensar a perspectiva weberiana que aponta os laços de impessoalidade como uma das características da organização burocrática. Nos dois mandatos do Governo Lula e nos dois anos de governo de Jackson Lago no Maranhão, vivenciamos a criação de órgãos específicos e a formação de um quadro técnico do aparato governamental com vínculos com os movimentos sociais, fato que a mim despertava algumas questões: estaríamos em um processo de construção de outra racionalidade burocrática? Qual(is) o(s) espaço(s) atual(is) desses movimentos? Que novas regras estão sendo construídas na concepção de políticas públicas? Eram questões de fundo dessa análise da relação Estado/Movimentos Sociais que atuam no campo, em tempos contemporâneos. Na observação dos encontros e desencontros dessa relação, pretendia chegar até os paradoxos do Governo Lula e seus reflexos sobre a realidade do Maranhão.

Seguindo o meu percurso investigativo, por intermédio da Via Campesina, cheguei ao MST. Participando de suas reuniões tive a oportunidade de me apresentar às lideranças do Movimento, para falar da pesquisa e pedir “licença” para entrar em seu universo. As primeiras visitas à sede, localizada em São Luís, foram de caráter exploratório. Realizei entrevistas gravadas. Fiz anotações, tive acesso a publicações. No período de 21 a 25 de julho, o MST realizou uma ocupação na superintendência do INCRA, em São Luís. Estive lá, fazendo uma observação, meio que sem jeito, sem saber como me aproximar; se fazia fotos, se anotava, se conversava com alguém. Foi aí que percebi que o MST era um mundo estranho para mim. Até que uma das coordenadoras da manifestação indagou sobre minha pessoa. Apresentei-me como professora da universidade e então fui convidada a contribuir com as leituras de textos e discussão com os grupos. Aceitei trabalhar com um tema e dividi com um militante a responsabilidade de facilitar as discussões.

Foi a primeira vez que me aproximei do léxico próprio do Movimento e das bases teóricas que sustentam seu projeto. Muito me impressionaram a linguagem, a presença de jovens e crianças, a realização das místicas durante toda a atividade e o comportamento dos funcionários do órgão que, indiferentes, pareciam não alterar sua rotina com a presença daquelas pessoas – homens, mulheres e crianças – espalhadas pelos corredores, acomodadas em barracas de lona e em redes penduradas entre as árvores, dando um colorido especial ao estacionamento do prédio.

Na ânsia de entender o espírito que circundava a experiência, acompanhei, no período de 2007 a 2009, eventos de diferentes naturezas, conforme sistematizado no quadro

abaixo. Reuniões particulares de entidades, reuniões que envolviam as entidades conveniadas com o ATES, audiências públicas, seminários, manifestações públicas, promovidos pelos movimentos sociais e por órgãos governamentais. Nesses eventos foram registradas falas em conferências, mesas redondas, palestras, depoimentos. Tentei me aproximar do quadro de realidade dos assentamentos; das demandas/reivindicações; das pautas dos movimentos sociais específicas e gerais; da relação Estado/entidades (técnicos/assentados; direção INCRA/assentados); das configurações da burocracia estatal; enfim, da postura das entidades em relação aos serviços de assistência técnica.

Quadro 01 - Eventos acompanhados 2007 - 2009

EVENTOS	GRAVAÇÕES REALIZADAS
Reuniões específicas de cada entidade	6
INCRA/Entidades	6
Entidades no âmbito da ATES	3
SEAGRO	1
CEDRUS	5
Seminários/cursos/treinamentos/fóruns	13
Assembléias/ Plenárias	4
Audiências Públicas	3
Manifestações Públicas	5
TOTAL GERAL	46

Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

A participação nesses eventos, tanto de âmbito nacional quanto local, me ajudou no trabalho da caracterização dos movimentos sociais contemporâneos, melhor detalhados nos capítulos seguintes. Nesses espaços tive oportunidade de observar as pautas reivindicatórias, as estratégias de lutas e de pressão, para garantir os direitos reivindicados, e o esforço conjunto dos movimentos sociais, organizações não governamentais, técnicos de governo das esferas estadual e federal, visando a construção de espaços públicos de definição de políticas públicas no estado do Maranhão.

Valorizei ao máximo os espaços públicos criados para a definição das diretrizes dos serviços de ATES – fóruns, seminários, reuniões específicas –, onde participam técnicos do INCRA e representantes dessas entidades. Acompanhei eventos e manifestações públicas do MST, da ASSEMA e do MIQCB. Além de garimpar informações que cercavam meu objeto, fazia contatos, complementava o mapeamento das instituições e das relações. Por

outro lado, em tais oportunidades, as organizações me observavam (BERREMAN, 1990), indagavam sobre minha presença e, lentamente, fomos estabelecendo uma relação de confiança, até o momento em que passei a ser convidada para os eventos e a receber informações de forma espontânea, particularmente as de caráter sigiloso que implicavam relatos de conduta das empresas, organizações conveniadas ou dos técnicos dos órgãos públicos envolvidos com o Programa.

Estive presente em reuniões internas e assembléias gerais da ASSEMA, em Pedreiras, e do MIQCB, em Codó e em São Luís, onde os serviços de ATES eram avaliados. No MST, participei de dois momentos importantes, uma capacitação dos técnicos de ATES, que durou uma semana em 2008, e um encontro estadual do Movimento, em dezembro de 2009. Ambos realizados no Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares, na Vila Diamante, PA Diamante Negro/Jutaí, município de Igarapé do Meio. Acompanhei ainda encontros entre as entidades e a superintendência do INCRA, na sede do órgão, em São Luís, ocasiões em que, no calor das discussões, constatei a complexidade da questão fundiária e da política de reforma agrária no Maranhão.

Estive nas reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS, espaço que reúne representantes dos movimentos sociais e instituições públicas para discutir as políticas públicas voltadas para o campo. Observei o esforço de técnicos do poder público e representantes das entidades da sociedade civil de construir uma instância de gestão social e de controle social e de qualificação das políticas públicas e dos programas governamentais que estavam sendo implementados. As entidades participantes reclamavam da falta de compromisso dos órgãos governamentais e da falta de representatividade das diferentes regionais. A presença nesses eventos facilitou a minha inserção nas entidades, no setor de ATES e na superintendência do INCRA e, por consequência, garantiu o acesso a informantes-chaves que me concederam entrevistas e disponibilizaram informações.

Participei de eventos políticos promovidos pelos movimentos sociais. Nos dias 10 e 11 de julho de 2007, acompanhei a caravana do MIQCB, formada por cerca de 300 mulheres, a Brasília, a fim de observar uma mobilização das quebradeiras de coco babaçu, que teve por objetivo sensibilizar os deputados da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para aprovação da Lei Nº 231, de 2007³⁷ (apenso o Projeto de

³⁷ Conhecida por Lei Babaçu Livre. Em 1999, o então deputado Waldir Ganzer, do PT do Pará, reapresentou esse projeto, arquivado em 2003. A deputada Terezinha Fernandes (PT/MA) reapresentou o projeto, mas, em 2007, foi arquivado. Em 2007, nova tentativa é empreendida com a reapresentação do deputado Domingos Dutra (PT/MA). Na época, havia uma crença na aprovação da Lei, com o apoio de cinco bancadas: Pará, Tocantins, Piauí, Maranhão e Goiás.

Lei nº 891, de 2007), que dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, tendo como autor o Deputado Domingos Dutra (PT) e como Relator o Deputado Sarney Filho (PV).

A ida a Brasília foi uma oportunidade que surgiu e eu considerei oportuna a experiência de acompanhar mais de perto uma das estratégias assumidas pelos movimentos sociais contemporâneos, que consiste em realizar caravanas a Brasília, como forma de sensibilizar ou de pressionar o parlamento no processo de elaboração e aprovação de leis ou políticas públicas favoráveis as suas causas. A caravana foi organizada pelo MIQCB e contou com o apoio de um deputado do PT, dos governos dos estados do Piauí e do Maranhão, e do Ministério do Meio Ambiente.



Figura 1 - Quebradeiras na Câmara dos Deputados em Brasília

A caravana é uma forma de mobilização que envolve estratégia de comunicação, para dar visibilidade à causa no mundo externo. Como em um espetáculo, cada agente tem um papel a desempenhar. Depois de dois dias de viagem de ônibus e uma noite alojada em um Clube, as mulheres pareciam muito dispostas na manhã do dia 10 de julho. Em frente à Câmara dos Deputados, o grupo se formou. Todas de camisetas, rapidamente ergueram cartazes e faixas com os dizeres “Por acesso livre aos babaçuais” e “Pela Lei do Livre Acesso aos Babaçuais” e bandeirinhas “Babaçu Livre”. Alegres e sorridentes exibiam seus produtos (sabonetes, azeites, mesocarpo, artesanato), instrumentos de trabalho e matéria-prima, entre eles, um cacho de quase dois metros do coco babaçu, como símbolos de identidade a ser exibido para as câmeras. Alguns homens portavam os instrumentos musicais como violão e tambores. Algumas delas tocavam caixas do Divino Espírito Santo. Um grupo de assessores distribuía os folderes e orientava o trajeto pelos corredores da Câmara, e à frente equipes de fotógrafos e cinegrafistas se acotovelavam para registrar as cenas que se seguiam.

O grupo entrou no auditório cantando as cantorias de trabalho das quebradeiras de coco babaçu: “Eh não derruba essas palmeiras. Eh não devore os palmeirais. Tu já sabes que não podes derrubar. Precisamos preservar as riquezas naturais”. Quando acabava uma, logo alguém puxava outra: “Quebra coco nego, eu não, eu não”... e assim, rindo e cantando (elas riam muito!), o grupo se comprimia nos corredores, todas vestidas com uma camiseta branca do MIQCB com a frase: “Na luta pelo livre acesso aos babaçuais”.

O auditório estava praticamente vazio, para a decepção de todas. Presentes apenas alguns deputados, autoridades, pesquisadores convidados e representantes de órgãos de cooperação internacional. Mas, de súbito, o espaço foi tomado por essa massa. As mulheres rapidamente organizaram uma exposição dos seus produtos, ao pé da mesa e tornaram-se alvo de disputas de cinegrafistas e fotógrafos. Certamente aquela cena quebrou a rotina dos funcionários da Casa que olhavam meio que espantados e admirados para aquelas mulheres de todos os jeitos e de todas as idades. Alguns não se contentavam em olhar e se aproximavam, tocavam nos produtos e faziam perguntas. Elas, exibindo os produtos, contavam suas histórias. É como se a existência estivesse materializada ali naquele sabonete, naquele azeite, naquela cesta de palha ou naquela farinha do mesocarpo. Ali estava o principal argumento em defesa do projeto de lei que dispõe sobre a proibição da derrubada dos babaçuais.



Figura 2 – Quebradeiras denunciam violência nos babaçuais.

A caravana é o espaço de denúncia e de pressão. Nas sessões realizadas, as mulheres quebradeiras de coco babaçu fizeram pronunciamentos, narrando suas histórias de vida e denunciando as violências que sofrem por questões fundiárias e por investimentos

econômicos que pressionam os recursos naturais na região dos babaçuais³⁸. É um espaço de articulação com sujeitos, muitas vezes oriundos dos movimentos sociais que ocupam posição estratégica dentro da estrutura governamental e, nesse processo, também é estratégico o acompanhamento de pesquisadores na condição de consultores nas negociações. Juntamente com os grupos, esses intelectuais atuam em outro campo de disputa, expresso no mundo acadêmico, pelo reconhecimento dos saberes que tentam emergir do mundo subterrâneo. É possível que o trabalho desses intelectuais seja semelhante ao do procedimento de tradução de projetos parciais de emancipação social, proposto por Santos (2006).

É como em um jogo de sedução, em que lideranças, assessores, pesquisadores garimpam e trocam informações, discutem estratégias de ação conjunta. São momentos de contatos e de conquistas de ambos os lados. Ao mesmo tempo em que os movimentos tentam se aproximar de técnicos, considerados centrais dentro da estrutura burocrática, são abordados por esses técnicos, para prestarem esclarecimentos sobre as especificidades de suas situações

A caravana é um espaço onde se expressa à guerra de posição mencionada por Pacheco (2005), em que uma nova perspectiva política está em construção. Percebe-se tanto nos discursos dos representantes governamentais e dos parlamentares, quanto nos das representantes dos movimentos, a recorrência no uso de determinados conceitos, em torno dos quais parece convergir um consenso, embora a sua operacionalização seja carregada de tensões. Além das mesas redondas foram realizadas audiências em setores específicos dos ministérios do Meio Ambiente, de Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, da Procuradoria Geral da República, da Organização Internacional do Trabalho e do Serviço Florestal Brasileiro.

A audiência pública consiste em um espaço de socialização dos programas governamentais e das demandas dos movimentos sociais, bem como também de debates acerca de determinados conceitos incorporados por esses programas, a exemplo das noções de “trabalho infantil” e “quilombola”. Ao mesmo tempo em que se percebe um esforço dos movimentos em compreender a lógica estatal e verificar as possibilidades que existem para o reconhecimento de suas demandas, percebe-se um movimento, por parte de setores do poder público, com vistas a construir as peças do que seria um Estado pluriétnico (ALMEIDA, 2004; PACHECO, 2005).

A observação dessa caravana me fez pensar que a resistência dos movimentos sociais ao capital - sobretudo os que se apresentam na região amazônica - se expressa por

³⁸ Um documento, contendo o relato dessas situações e as demandas das quebradeiras de coco, foi entregue aos deputados, representantes dos órgãos visitados e ao gabinete da Casa Civil.

meio de múltiplas estratégias. No caso específico em estudo, ela tanto se apresenta no enfrentamento direto com os chamados “capatazes de fazendeiros”, “madeiros”, “produtores de soja” e empresas siderúrgicas, pelo acesso aos recursos naturais; como por articulações em redes regionais e internacionais de atuação política e de produção econômica; por audiências específicas no parlamento, em ministérios e órgãos públicos; manifestações de pressão como ocupações de laboratórios, de órgãos públicos, interdições de ferrovias e rodovias, visando o reconhecimento e a inserção de suas demandas específicas nas políticas públicas. Em síntese, os movimentos sociais que atuam no campo, na contemporaneidade, articulam demandas e estratégias de lutas de dimensões locais com as de dimensões globais (MARTINS; GAIOSO; ARAÚJO, 2009).

Um mergulho em outra dimensão foi o acompanhamento de seminários e audiências públicas organizados pelas equipes de ATES das entidades³⁹, quando tive a oportunidade de me aproximar um pouco mais da realidade das áreas de assentamento e de observar a operacionalização desse esforço de construção conjunta de uma política pública em um estado com o perfil do Maranhão. Acompanhei audiências públicas, nos municípios de Estreito e Amarante, organizadas pelos técnicos de ATES do CENTRU; e de três seminários organizados pela equipe do MIQCB, nos municípios de São Luís, Pedro do Rosário e Caxias.

Por meio de metodologias participativas, tais audiências incluem palestras sobre temas específicos e debates sobre a situação dos PAs e os problemas/soluções são compartilhados entre as organizações/movimentos sociais que atuam na área, os órgãos do poder público municipal, estadual, bancos oficiais, políticos e as superintendências regionais do INCRA.

³⁹ Nos dias 17 e 18 de junho de 2007, estive na assembléia geral da ASSEMA. No dia 5 de julho, acompanhei uma audiência pública organizada pela equipe de ATES do convênio MIQCB/FETRAF, no município de Pedro do Rosário/MA, com a participação de representantes de 24 Projetos de Assentamento, representantes do poder público local e do INCRA. No período de 17 a 19 de setembro, estive em um seminário promovido pela FETRAF, na cidade de Caxias/MA. Em 2008, participei das audiências públicas organizadas pelos técnicos de ATES do CENTRU: em Estreito (24/01); Amarante (19/02); e Senador La Rocque (06/03). O conteúdo desses espaços se encontra sistematizado no Capítulo 5.



Figura 3 - Audiência Pública, em Pedro do Rosário – MA

Há de se considerar também o caráter de denúncia e a oportunidade de mobilização para o debate em torno da reforma agrária desses eventos. Os assentados, de posse dos microfones, expõem suas experiências diante das autoridades, apresentam suas pautas reivindicatórias, cobram respostas e soluções para suas situações específicas, ouvem as explicações oficiais acerca das questões em pauta⁴⁰. Percebe-se, em algumas situações, que a relação com o poder público, aqui se incluem as regionais e a superintendência do INCRA, chegou ao limite, o que justifica a intenção explícita, nas audiências públicas, pelos assentados, de dialogar/pressionar diretamente com o órgão em nível nacional. As entidades e os movimentos sociais, em particular os mais localizados, apostam na interlocução direta com o governo federal, daí a preocupação de elaborar documentos e encaminhar ao Governo Federal, o que revela certa fragilidade das instâncias municipais e estadual para a solução dos problemas vivenciados.

() Eu disse aqui nós temos problemas sérios, nós não podemos admitir que a nossa equipe ... porque se continuar desse jeito a gente pede para sair, porque a gente não quer ir... aqui do município de Pedro do Rosário, município de Codó, para Zé Doca, para Viana, para Olinda Nova, para servir de babaca, porque nós queremos ir onde, nós queremos fazer nosso trabalho, mas nós queremos que o governo federal também tem que colocar a sua face, a sua face de infraestrutura, de estrada nos assentamentos, energia elétrica... só tem um matagal mais... do mundo. Então se não resolver esses problemas... nós queremos trabalhar, agora nós queremos que o governo, o governo federal, faça a sua parte, que a FETRAF, junto com os sindicatos, pode fazer a sua. Nós queremos discutir com o INCRA, porque tem assentamento que não tem escola... e nós precisamos resolver isso. De quem que é a competência? É do INCRA? É da Prefeitura Municipal? É do governo do Estado? Então nós queremos... essas coisas, com as pessoas que têm... para

⁴⁰ O detalhamento desses debates, ver no Capítulo 5.

sair perguntando isso, porque esse trabalho... de ATES, ele é importante. Mas ele é importante se as outras instituições estiverem fazendo também a sua parte, porque se não, isso fica inviabilizado, a gente fica inviabilizado de realizar essas atividades e o nosso compromisso é que quando a gente... nosso contrato com o governo, a gente tenha condições de deixar os companheiros já produzindo ao menos para comer, porque a gente sabe que a nossa produção agrícola, nessas áreas de assentamento... mas quando chega no mês de agosto, mês de setembro... não tem mais produção e é por isso que é preciso... assistência técnica, investir na infraestrutura.

() O grande problema da reforma agrária é que as políticas não são integradas, vocês desapropriam, fazem a vistoria, depois passa três anos para sair decreto de desapropriação, depois passa não sei quantos anos para sair a imissão de posse, depois não sei quanto tempo a liberação do crédito... não sei quanto tempo a estradinha. ... o governo federal precisa mudar essa política. Tem que ser política integral. Se a gente tiver condição de trabalhar só mil habitações ou desapropriações, que isso chegue em um pacote, para que você tenha condições de trabalhar melhor a vida do nosso povo, a vida dos trabalhadores, porque aqui no Maranhão a gente continua ainda a passos de tartaruga essa questão da reforma agrária (Assessora da FETRAF, 2007)

Percebe-se, nas falas acima, o cunho político muito forte do Programa ATES, cuja operacionalização o coloca em posição de liminaridade. Trata-se de um programa governamental, cujas ações expõem as condições socioeconômicas e ambientais dos assentamentos, o modo como as políticas públicas, incluindo as agrícolas e agrárias, são implementadas, em níveis municipal, estadual e nacional. Daí as tensões geradas dentro e fora da instituição que o mantém. Tais aspectos estão relacionados com as especificidades da política local, mais exploradas nos Capítulos 3, 4 e 5.

A fala de uma assessora da FETRAF/MA, em uma audiência pública realizada em Pedro do Rosário, em julho de 2007, evidencia essa dupla face da intervenção pública, materializada, no caso em estudo, no Programa ATES. Essa particularidade vem da intenção de executar uma proposta de assessoria técnica pública diferenciada, na medida em que amplia os serviços ao incluir as dimensões social, econômica e ambiental. Na sua concepção, o programa apresenta uma conotação educativa e política, assumindo o caráter da revelação das ambigüidades do modelo de reforma agrária vigente, gerando tensão permanente na sua execução.

() a ATES é um processo **de intervenção educativo**. Não é aquele processo que os técnicos chegam nas áreas de assentamento, dizem o que **aprenderam** na escola agrotécnica ou na universidade e vão embora, sem discutir com os trabalhadores, que estão no dia-a-dia, ... as suas atividades que aprenderam ao longo das gerações, do avô... e os técnicos chegam e desconhecem o conhecimento que os agricultores têm. O processo de ATES é diferente, se não está acontecendo, mas é para acontecer desta forma, de **uma relação direta e de permanência dos técnicos nas áreas de assentamento**. Então é preciso ter coragem para se construir esse espaço

aqui e realmente dizer quais são os problemas que nós enfrentamos para poder avançar e ter qualidade de vida dentro dessas áreas de assentamento. Precisa ter coragem, porque não dá para a gente ficar fazendo de conta que estamos trabalhando e vocês ficarem fazendo de conta que estão sendo assessorados. A gente precisa discutir aqui, para a gente poder encaminhar, porque isso aqui é um recurso público, recurso pago pelo dinheiro de vocês, foi pensado pelo governo federal, mas ele foi pensado pelo governo federal, mas ele tem que ser realizado de acordo com a realidade dos assentados e das assentadas. Esse é o princípio que se precisa respeitar. **É de acordo com a realidade de cada assentado e assentada** que a ATES precisa ser executada (Assessora da FETRAF/MA, 2007)(grifos nossos).

Esse modo diferenciado de prestar serviços de assessoria técnica - como um processo educativo em que se mescla o saber técnico com o saber prático, em que os serviços são planejados, conforme a realidade do assentado - é recorrente não só nos instrumentos normativos, como nos discursos dos técnicos do ATES. Entretanto é nos eventos, que têm um caráter mais de denúncia e de pressão, que se expressam as tensões advindas do esforço de construir uma política pública com essas especificidades e que são operacionalizadas no dia-a-dia do trabalho, nas relações entre o técnico do ATES e o assentado, entre a equipe técnica e a entidade conveniada, entre a entidade e o INCRA, e entre os técnicos do ATES que estão no campo e a equipe técnica que atua na sede do órgão, em São Luís. No Capítulo 5 tento detalhar os diferentes níveis de tensões.

O período de execução do Programa ATES coincide com o tempo em que as entidades vinculadas a movimentos sociais estavam investindo na ampliação de suas ações, por meio de parcerias com o poder público local, tendo em vista as mudanças na política de cooperação internacional que, desde o início dos anos 2000, redirecionou seus apoios para outras áreas do planeta, avaliadas como “pobres”. A interpretação de que no Brasil não existe pobreza nos moldes de outras realidades como determinadas regiões da África, Ásia e áreas vitimadas pelas grandes tragédias, e sim uma concentração de renda, reorientou a cooperação internacional para o fortalecimento das ONGs e movimentos sociais, via a mobilização de recursos locais, por meio de políticas públicas⁴¹. Todas as entidades conveniadas já acumulavam experiências passadas com parcerias com setores específicos do governo federal.

Essas incursões panorâmicas do trabalho de campo, às vezes difíceis de controlar, apresentaram-se como uma necessidade, tendo em vista a realidade que se apresentava. As discussões na Via Campesina, a ida a Brasília, os encontros do PNCSA, a ida ao Fórum

⁴¹ A ASSEMA é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve suas atividades, por meio de apoios de organizações não governamentais, órgãos governamentais, organismos de cooperação internacionais e doações individuais. Até o momento a maior parte de sua fonte de renda ainda vem da cooperação internacional. Até 2007, a entidade manteve em sua estrutura um programa de Comunicação e Mobilização de Recursos Locais, com o objetivo de ampliar os recursos públicos de suas fontes de contribuição.

Social, as audiências públicas, os contatos diretos com as equipes de governo, acrescentaram novos aspectos do Estado Brasileiro e dos Movimentos Sociais contemporâneos, bem como sobre a reforma agrária no Maranhão, sobre a organização dos movimentos sociais, face ao avanço do capital no campo, e sobre o processo de negociação e de pressão do movimento social em torno da criação de uma política pública. Identifiquei os agentes envolvidos nesse campo de disputa, e verifiquei o quanto o econômico e o político estão imbricados, tal como anunciara Oliveira (1981), em seus estudos sobre a SUDENE, e o quanto que as relações pessoais e familiares interferem nessa imbricação, tal como nos revelam os estudos da Antropologia Política.

Apesar da cautela permanente, esses “vãos” foram necessários, também, para perceber a dinâmica dentro da estrutura burocrática estatal na construção de políticas públicas que implicam inserção de novos conceitos na pauta governamental, a exemplo de “extrativismo”, “agroecologia”, “povos e comunidades tradicionais”, “quilombolas”. Os espaços acompanhados são de troca de saberes e de interesses. Tanto os grupos sociais aprendem sobre programas governamentais e direitos, como técnicos do governo buscam conhecer sobre a sociedade que se revela diante de seus olhos, por meio dos movimentos sociais e de suas demandas. Foi importante acompanhar as tentativas de construção, por vezes interrompidas, de espaços públicos de definição de políticas públicas no Maranhão.

Estive atenta, também, aos acontecimentos no plano político administrativo, buscando apreender esse Estado de que eu estou falando. Os fatos políticos que resultaram na cassação do mandato do então governador Jackson Lago, no dia 16 de abril de 2009, trouxeram-me a necessidade de retomar as leituras clássicas da formação da sociedade brasileira.

1.3.1.2 Realização de entrevistas

Paralelo a esses eventos intensifiquei o contato direto com as organizações conveniadas – ASSEMA, AESCA, SMDH, Tijupá, AMIQCB, CENTRU e FETAEMA – e com o setor responsável pelo serviço de ATES no INCRA. Nas entidades conveniadas com ATES, priorizei quatro agentes com diferentes inserções no ATES: trabalhadores (as) rurais, com experiências com assistência técnica pública e com relação com o Estado, encarnada nas entidades; dirigentes ou lideranças de entidades, com experiência com assistência técnica; técnicos (as) de ATES; e técnicos (as) militantes das organizações/movimentos responsáveis

pelo acompanhamento dos serviços de ATES. Cabe ressaltar que, na maioria dos casos, a liderança é trabalhador (a) rural e está, também, na condição de assentado (a).

Quadro 02 – Entrevistas realizadas com as entidades.

ENTIDADES	ENTREVISTAS TRANSCRITAS				
	TRABALHADOR	LIDERANÇA	TÉCNICO DE ATES	TÉCNICO MILITANTE	TOTAL
MST		7	9	3	19
MIQCB		2	3	1	6
ASSEMA	31	7	7	3	48
SMDH			1		1
CENTRU		2	7	2	11
FETAEMA		1	3		4
TIJUPÁ			2		2
TOTAL	31	19	32	9	91

Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

Segui um roteiro que, basicamente, compreende: o processo de organização política e econômica das famílias e das entidades; as experiências da organização com parceria com o poder público das esferas municipal, estadual e nacional, na implementação de políticas voltadas para a agricultura familiar; o formato dessas parcerias; o papel desempenhado pela organização; as dificuldades; as experiências específicas na área da produção; como a organização se estruturou para prestar serviços de ATES; experiência da organização com assistência técnica e com gestão de recursos públicos; se o convênio facilita a expansão do trabalho da organização; os motivos que levaram a organização a entrar no convênio; os arranjos institucionais para cumprir as determinações; os trabalhos realizados; as dificuldades; e o significado dos questionamentos do Ministério Público, da Controladoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União.

Quando possível, realizei entrevistas gravadas, individualmente. Em algumas situações, como no PA Palmeiral/Vietnã, município de Esperantinópolis, na região do Médio Mearim, as entrevistas foram realizadas com grupos de trabalhadores (as) que preferiam prestar informações, coletivamente. Nesses casos, conversei sobre o processo de organização política para a conquista da terra; as experiências com a assistência técnica; a experiência com o convênio ATES; as mudanças que os serviços imprimiam em suas vidas.

Em alguns momentos não foi possível realizar entrevistas gravadas. O uso dessa técnica tem suas limitações e muitas informações não são obtidas mediante um gravador, mas

em uma conversa informal, permitida graças aos laços de confiança entre o pesquisador e o pesquisado. Basicamente, informações que expressam tensões internas às organizações e ao órgão público, ou as que envolvem relações entre as entidades, são fornecidas após o sinal para desligar o equipamento. Classifico como esclarecimentos confidenciais, que mostram que a relação de confiança entre o pesquisador e pesquisado tem seus limites.

Foi por intermédio dos movimentos sociais que cheguei até o INCRA. Um dos técnicos da ASSEMA me ajudou nessa etapa e, inicialmente, realizei uma entrevista com duas servidoras do setor de ATES do INCRA⁴², que disponibilizaram documentos, listas de assentamentos e de técnicos. O objetivo dessa primeira conversa era obter informações gerais e básicas, que ajudassem na compreensão do lugar do serviço de ATES dentro da estrutura do INCRA, perceber a relação que se estabelece entre o órgão e as organizações, o fluxo das demandas, a composição da equipe, a rotina de trabalho, as limitações, os canais de interlocução com outros programas e as tensões internas geradas no processo de execução. Nesse órgão foram entrevistados três servidores do setor de ATES e dois superintendentes.

Entrevistei, ainda, um técnico da Controladoria Geral da União e um Procurador da República, responsáveis pela análise dos convênios firmados entre o INCRA e as entidades. Na oportunidade, os dois entrevistados apresentaram suas interpretações sobre as iniciativas de gestão conjunta de programas governamentais, com a participação de organizações da sociedade civil.

Quadro 03 – Entrevistas com órgãos governamentais.

INSTITUIÇÕES	ENTREVISTAS TRANSCRITAS		TOTAL
	TÉCNICOS (AS)	DIREÇÃO	
INCRA	3	2	5
CGU	1		1
MP	1		1
TOTAL	5	2	7

Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

⁴² Ao resgatar os depoimentos, coloca-se a questão da identificação dos entrevistados. Entendendo que muitas informações prestadas o foram em razão da relação de confiança entre o entrevistado e a pesquisadora - particularmente nas entrevistas com trabalhadores(as) rurais, técnicos de ATES, lideranças de entidades e servidores(as) do INCRA - decidi não identificar, com nomes dos entrevistados, os excertos das entrevistas selecionados para o trabalho final, priorizando a informação sobre a posição, de onde o informante fala. Somente as figuras públicas, a exemplo do superintendente do INCRA e dos técnicos dos órgãos de controladoria, tiveram seus nomes citados, quando a situação exigia.

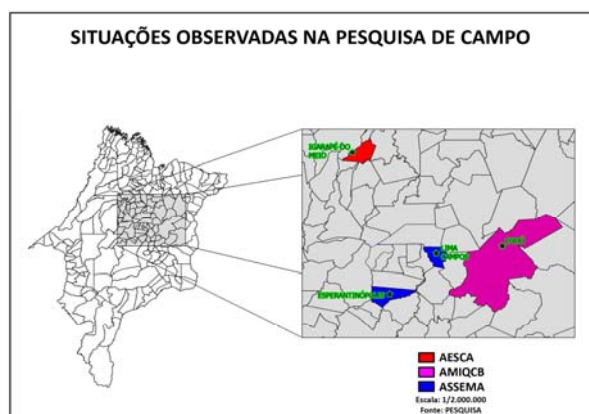
Como forma de compreender a construção da assistência técnica como uma questão social, tratada no Capítulo 4, entrevistei cinco profissionais que, entre os anos 1980 e 2000, desenvolveram atuação no campo da assistência técnica e extensão rural no Maranhão.

1.3.1.3 Visitas aos assentamentos

Quando iniciei a pesquisa, uma das pretensões era observar como a relação Estado/Movimentos Sociais que atuam no campo se reflete no cotidiano dos assentados, ou, o caminho inverso: como esse cotidiano interfere no processo de elaboração de uma política pública. Daí, a intenção de combinar o olhar sociológico com o olhar antropológico, por meio de observação mais aproximada de uma área de assentamento contemplada pelos serviços de ATES. Entretanto, as condições de possibilidades da pesquisa e a dinâmica dos fatos, narrados até agora, me fizeram mudar de percurso.

Com o objetivo de ter um contato com o desenvolvimento dos serviços de ATES nos assentamentos, de ouvir as famílias beneficiadas, técnicos e representantes das organizações locais e conhecer as experiências produtivas já em andamento em função dos convênios, realizei visitas a três assentamentos acompanhados pela ASSEMA, na região Médio Mearim: PA Nova Salvação, no município de Lima Campos, onde estive em dois momentos, e os PAs Cipó/Canaã e Palmeiral/Vietnã, município de Esperantinópolis; e um acompanhado pelo MST: o PA Diamante Negro/Jutay, município de Igarapé do Meio, onde estive em cinco momentos. Participei também, no município de Codó, de uma reunião da equipe de ATES com a coordenação do MIQCB. De maneira que o percurso da observação in loco, pretendido nesta pesquisa, se restringiu às áreas delimitadas no mapa abaixo:

Mapa 01 – Áreas visitadas.



Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

Na região do Médio Mearim, a visita ao PA Nova Salvação, a 4 km do município de Lima Campos, aconteceu no período de 14 a 16 de maio de 2007. Acompanhada pelo técnico do Programa de Produção Agroextrativista da ASSEMA, Antônio Ramos dos Santos, realizei entrevistas gravadas com trabalhadores beneficiados pelos serviços de ATES e participei de uma conversa em grupo com 23 homens e três mulheres, na faixa de 31 a 63 anos, oportunidade em que eles contaram a história da formação do assentamento e expuseram suas experiências. Entrevistei o presidente da Associação de Trabalhadores Rurais das Subáreas da Vila Santa Luzia do Projeto de Assentamento Nova Salvação, Valdemir Marreiro da Costa. Visitei áreas de produção e fiz um registro fotográfico da produção de caprinos, dos açudes, dos plantios de arroz, milho e mandioca, da criação de galinhas, da quebra de coco, enfim, os investimentos produtivos que revelam a tendência das famílias em investir na produção agroextrativista, proposta pela ASSEMA.

Trata-se de um assentamento recente, criado em 2000, com 155 famílias cadastradas⁴³ (SMDH/PDA, 2002). A terra pertencia a um fazendeiro, residente em São Luís, que investia na criação de gado de leite e cultivo de arroz mecanizado. Ele disponibilizava parte das terras aos trabalhadores rurais sob a condição de que não plantassem culturas de ciclo mais longo. Após a colheita do arroz, as áreas eram liberadas para a formação do pasto. Não cobrava renda, mas cada trabalhador deveria trabalhar um dia nas atividades do proprietário, recebendo pelos serviços prestados (idem, p. 15). Posteriormente, as terras foram vendidas para um grupo de “paulistas” que proibiram as famílias de “botarem suas roças”. Os novos proprietários ampliaram e cercaram as terras e, em 1981, venderam para um empresário japonês. Este implantou um grande projeto de pecuária de corte, chegando a possuir mais de 5.000 cabeças de gado.

A partir de 1991, o empreendimento japonês entra em decadência e, diante da movimentação dos trabalhadores rurais - apoiados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais de Lima Campos, Pedreiras e São Luiz Gonzaga - junto ao INCRA, solicitando a desapropriação da fazenda Salvação, o proprietário se dispôs a negociar a área para fins de reforma agrária. De forma que não houve situação de conflito, ou “não houve greve”, no dizer dos trabalhadores entrevistados. As famílias ocuparam, começaram a trabalhar na terra e, em seguida, em 1999, ocorreu a desapropriação. “Nós fizemos as barreiras, passamos uns três meses, mas só que o sindicato sabia”, contou um entrevistado. Após a desapropriação, a área

⁴³ No Relatório Anual Institucional da equipe de ATES/ASSEMA, de dezembro de 2006, o total de famílias chega a 194.

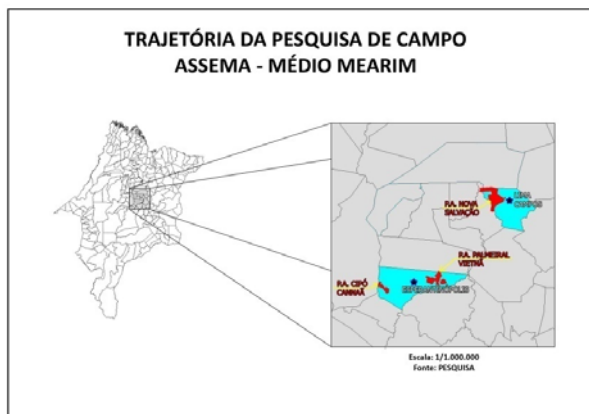
de, aproximadamente 5 mil hectares, foi dividida em subáreas: Nova Salvação, Santa Luzia, Fazendinha e São Lucas.

Nesse assentamento existem três associações e duas delegacias sindicais, além do grupo de jovens, ligado às igrejas católica e evangélica, times de futebol e um grupo da pastoral da criança. Na subárea de Nova Salvação, existem cinco grupos de produção que estão investindo na produção de gado e criação de suínos. Existe também uma mini-usina de beneficiamento de arroz e uma casa de farinha.

O assentamento não possui serviços adequados de infraestrutura. A escola (1ª a 4ª séries) e o posto de saúde funcionam em locais improvisados, como antigo galpão da fazenda. A merenda escolar é insuficiente para atender às crianças. Do mesmo modo a energia elétrica só existe em um povoado e não atende todas as famílias. Não há abastecimento de água potável, os poços existentes são do tipo cacimbão, as habitações são de taipa, cobertas de palha com piso de chão batido (SMDH/PDA, 2002).

Em Esperantinópolis, na visita ao PA Cipó Canaã, nos dias 7 e 8 de junho de 2008, fui acompanhada pelo coordenador da ASSEMA, João Pereira, um dos beneficiados pelo Programa ATES. Realizei entrevistas nas subáreas de Potó e Sumaúma, com trabalhadores e com um grupo de jovens beneficiado com os serviços de ATES, além de visitas às áreas de produção. No PA Palmeiral Vietnã, a visita, realizada nos dias 28 e 29 de agosto de 2008, foi mediada pela técnica de ATES, Francisca do Nascimento Silva (Orleane), que me levou até as subáreas Centro do Coroatá e Palmeiral, onde conversei com um grupo de trabalhadores, entre eles jovens e mulheres, e realizei entrevistas individuais com lideranças e técnicos de ATES.

Mapa 02 – Região do Médio Mearim



Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

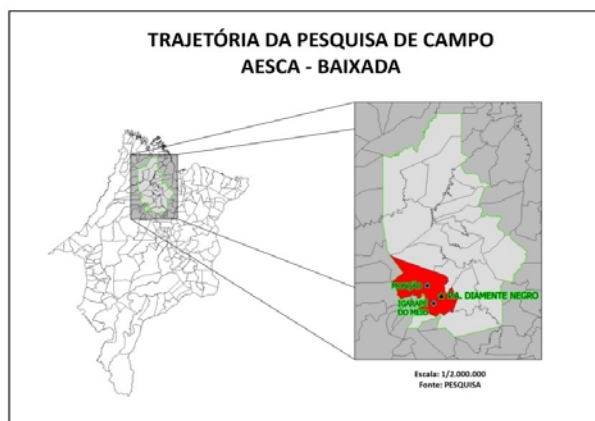
O PA Cipó/Canaã tem 1.127 hectares de terra, onde vivem 54 famílias cadastradas. O assentamento abrange três subáreas: Potó, Sumaúma e Jenipapo. No PA Palmeiral Vietnã existem 180 famílias cadastradas, distribuídas nas subáreas Palmeiral, Centro do Coroatá e Bom Princípio. A partir da conquista da terra, anos 1980/90, as famílias começaram a institucionalizar suas formas organizativas, por meio de associações e cooperativas, alterando as formas tradicionais de solidariedade - expressas nos grupos informais, mutirões e troca de dias - como estratégia para acessarem os benefícios coletivos e linhas de crédito, voltadas para as áreas de assentamento da reforma agrária.

As famílias acessaram o crédito implantação⁴⁴ e os recursos de investimento para a infraestrutura do assentamento, tais como poço e distribuição de água, estradas, energia e projetos produtivos para a criação de animais e plantio de frutas. Hoje o assentamento dispõe de certa infraestrutura, com as instalações de água encanada e energia elétrica. Os serviços de habitação, educação, saúde, instalações sanitárias e transportes oferecidos ainda são precários, constituindo fortes demandas da comunidade.

No PA Diamante Negro/Jutay, a primeira visita foi realizada no dia 8 de julho de 2008. Fui acompanhada por Simião Maranhão, um dos dirigentes do MST/MA. Inicialmente, ficamos instalados no escritório do ATES, no Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares – CCPJ, onde conversei e gravei entrevistas com a equipe técnica e com Simião. Em seguida, conheci e fotografei algumas das instalações físicas do assentamento. Voltei a este assentamento por duas ocasiões, durante um treinamento para os técnicos de ATES, quando realizei entrevistas com vários dirigentes e técnicos de ATES, e, depois, no final de 2009, no encontro estadual do MST. Retornei em outros momentos, para visitas às áreas de plantio de arroz e de feijão, na comunidade de Ananazal, município de Monção, onde conversei com trabalhadores e técnicos de ATES.

⁴⁴ Depois de criado um assentamento, as famílias acessavam o crédito implantação e o PROCERA, ambos gerenciado pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento - DPA/INCRA. O crédito implantação permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção necessárias para sua permanência na terra. Esse crédito compreende três modalidades: crédito alimentação; crédito fomento - ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais; e crédito habitação - construção de moradias em regime comunitário.

Mapa 03 – Região da Baixada Maranhense



Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

Formado pela junção das fazendas Diamante Negro e Jutay, o PA Diamante Negro/Jutay (8.885 hectares), é situado à margem esquerda da BR 222, a 240 km de São Luís, no trecho que pertence ao território de dois municípios da Baixada Maranhense: Igarapé do Meio, a leste, e Monção, a oeste, (AZAR, 2005, p.70). Segundo os entrevistados, anteriormente, a área era um sítio de Vitória do Mearim, onde residiam comunidades formadas por apenas um tronco familiar. Com a expansão da pecuária na região, nos anos 1970, esses grupos ficaram sujeitos a relações de exploração com o pretense “dono da terra”, como cobrança de renda, para definir suas plantações, e a situações de conflitos, em função da destruição de suas roças pelo gado.

Em 30 de junho de 1989, dentro do processo de expansão do MST no Maranhão – que seguia sentido Imperatriz/Pindaré –, a fazenda é ocupada por grupos de maranhenses, oriundos dos municípios circunvizinhos, Vitória do Mearim e Igarapé do Meio e de nordestinos, do Ceará e do Piauí⁴⁵, que se concentraram na área hoje denominada Vila Diamante. A ocupação contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Igreja Católica de Vitória do Mearim. Após dois despejos e conflitos com pistoleiro e a polícia militar, que resultaram em prisões de lideranças, as famílias resistiram e, no dia 17 de março de 1994, foi publicado no Diário Oficial da União a criação do PA Diamante Negro/Jutay.

A partir de 1995, o MST começou a propor uma estrutura organizativa que inclui a redefinição do espaço nos assentamentos, em agrovilas, obedecendo aos critérios geográficos e demográficos, com os objetivos de facilitar o acesso das famílias aos benefícios

⁴⁵ O processo de ocupação da fazenda Diamante Negro/Jutay foi recuperado em três estudos, nos quais me ancorei para a realização do trabalho de campo. Refiro-me à dissertação de mestrado em Políticas Públicas, de Zaira Sabry Azar; e às monografias de Florizângela Taveira e de Joaquim Bezerra Lima. Todos citados nas Referências. Tais elaborações são importantes, também, para compreender o processo de expansão do MST no Maranhão.

coletivos, facilitar o deslocamento das famílias para os locais de trabalho e evitar o inchamento dos assentamentos. Atualmente, no PA Diamante Negro/Jutay existem 11 agrovilas: Vila Diamante, Serdote, Morada Nova, Nova Morada, Baixa do Arroz, São Raimundo, Pau Girimbau, Ipiranga, Água Branca, Centro dos Cordeiros e Ananazal (AZAR, 2005, p.17). São 280 famílias cadastradas, mas o número de famílias residentes é superior⁴⁶. Daí, a grande diversidade cultural neste assentamento.

Concentrei as visitas na Vila Diamante, agrovila que já passou por todo o processo de formação institucional de um assentamento, com a liberação dos créditos instalação ou crédito apoio, destinados a alimentação, fomento e habitação; crédito custeio (produção de arroz, milho, feijão e mandioca); crédito investimento (mini-usina de arroz, uma casa de farinha, uma granja, uma pocilga e 10 hectares de cana-de-açúcar). Recebeu recursos do PROCERA e do CONTACAP, do Projeto Lumiar e do Programa ATES.

Em termos de infraestrutura, o PA Vila Diamante dispõe de serviços nas áreas de educação (três escolas do nível maternal ao ensino fundamental, sendo que, na maioria das agrovilas, os prédios das escolas são de taipa), de um sistema de telefone público precário, poços, igreja, estradas também precárias, campos de futebol organizados pelas comunidades, saúde (miniposto de saúde, coletivo da saúde, hortas medicinais), comunicação popular (rádio de alto falante), e na área da produção (miniusina de arroz e uma casa de farinha).

O MST propõe uma estrutura organizativa que inclui: núcleos de famílias, formados por 10 famílias e definidos com base em relações de parentesco, de compadrio, religiosas, políticas. Cada núcleo é coordenado por um homem e uma mulher. A estrutura inclui, ainda, uma coordenação formada por dois representantes de cada núcleo, sendo um homem e uma mulher, mais a diretoria das entidades, da escola e dois representantes dos jovens e duas representantes de mulheres.

Na agrovila Vila Diamante atuam várias formas organizativas, entre elas o Grupo Coletivo Unidos Venceremos; Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante; Associação dos Pequenos Agricultores da Vila Diamante, uma associação de comunicação, um centro de formação e capacitação, uma associação de mulheres e uma

⁴⁶ Consideram-se assentadas as famílias que se encontram cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, instrumento de controle do INCRA que garante o acesso aos benefícios da reforma agrária. Segundo um dirigente do MST, no caso específico deste assentamento foram cadastrados os que participaram do processo de luta pela ocupação da fazenda. Entretanto, na medida em que o PA se consolida, outras famílias são abrigadas na condição de “agregado”. Podem ser famílias constituídas de filhos e filhas dos “cadastrados” ou outros parentes. De acordo com o entrevistado, atualmente existem várias situações: a) as famílias cadastradas; b) as pessoas que moram e trabalham no assentamento, mas não são cadastradas; c) pessoas que moram no município de Igarapé do Meio e botam a roça no assentamento, ou seja, usam um espaço do assentamento para o trabalho, são chamados de “clandestinos”.

fábrica de beneficiamento do coco babaçu. Além dessas, existem outras formas de cooperação informais, como mutirões e trocas de dias de serviço⁴⁷.

Com essa estrutura, o assentamento já foi por duas vezes indicado para ser emancipado, mas as famílias não aceitaram, considerando a qualidade desses serviços e as pressões que o assentamento sofre com a expansão do agronegócio no estado. Azar (2005) identificou situações de exportação de mão-de-obra, sobretudo masculina jovem, para os trabalhos temporários nos canaviais e cafezais do Sudeste ou nos cultivos de soja e milho do Centro-Oeste.

Nessas visitas, conversei sobre as técnicas de plantio, produção diversificada, individual ou coletiva; mercado, comercialização, projetos apresentados ao PRONAF A: definição e desenho do projeto. Ouvei opiniões sobre o tempo de elaboração dos projetos, a liberação dos recursos pelo banco, a burocracia, a relação produtor/técnico. Conversei, ainda, sobre a trajetória de vida do técnico, os riscos das atividades, a segurança alimentar, a organização para a produção de gado, a composição familiar, a contratação da mão-de-obra, a trajetória de vida dos produtores, a qualidade da produção e o processo de ocupação da área. As informações obtidas nessas visitas foram sistematizadas e compõem a análise apresentada nos próximos capítulos.

Todos esses contatos facilitaram o acesso a documentos, relatórios, trabalhos científicos e publicações sobre o tema que compuseram o conjunto de fontes secundárias, utilizados como complemento da análise do material coletado no trabalho de campo. O percurso da pesquisa revelou uma teia de relações bastante complexa, com múltiplos campos de disputa, o que tem exigido dos movimentos sociais contemporâneos criatividade na definição de suas ações coletivas. São adotadas desde estratégias que possibilitam espaços de diálogo dentro da máquina estatal – de forma a influenciar na concepção de políticas públicas, em mudanças conceituais nos instrumentos jurídicos, bem como no comportamento na relação Estado/Sociedade Civil – até estratégias de confronto, capazes de tornar públicas as divergências que, porventura, existam na implementação de determinadas políticas.

⁴⁷ Nos mutirões, as famílias se reúnem em grupos para concretizar projetos coletivos, como construção de infraestrutura, atividades de limpeza ou atividades socioculturais. Nas trocas de dias de serviços, uma contribui com a atividade da outra, o que lhe dá direito à restituição do ato de solidariedade.

1.4. Construindo uma estratégia metodológica de exposição.

Para a sistematização e interpretação do material coligido em pesquisa de campo, na busca de um caminho próprio, e, diante, do volume de informações disponíveis, apropriei-me de técnicas utilizadas na análise de conteúdo (RICHARDSON, 1985), que me possibilitaram chegar a uma estratégia metodológica de exposição adequada aos propósitos da pesquisa. Longe da pretensão de “medir resultados” ou de chegar a uma codificação que responda a critérios de objetividade, sistematização e generalização (idem, p. 187), procurei adotar um procedimento sistemático e analítico que permitiu trabalhar as percepções dos agentes sociais envolvidos na experiência de concepção e gestão do Programa ATES.

Priorizei uma dinâmica metodológica de sistematização e interpretação, na perspectiva de uma análise de conteúdo de natureza qualitativa. Diante das possibilidades de uso dessa técnica de pesquisa, que encarnam distintas concepções da produção científica, assumi, como referência, a formulação de Cardoso (1977;1978) que busca ultrapassar o nível de descrição para atingir o nível de análise, fundando-se na relação entre bases teóricas e material empírico. Tal formulação foi, posteriormente, trabalhada por Carvalho (1983)⁴⁸ que, assim, sistematiza os fundamentos e a dinâmica da alternativa de análise de conteúdo:

o processo metodológico inicia-se com a configuração de uma teoria no sentido da delimitação de categorias fundamentais que precisam ser simples e suficientemente gerais para orientar todo o processo de investigação. Tendo por base as categorias teóricas fundamentais e a especificidade do objeto de estudo, definem-se as unidades de análise que são os temas. Os temas, como unidades de análise, expressam feixes de relações, ou seja, uma combinação de relações. Os temas são constituídos por itens que configuram determinadas relações em suas diferentes possibilidades, marcando assim os diversos posicionamentos que podem ser assumidos em cada tema. Esses temas e itens são operacionalizados através de indicadores. (CARVALHO, 1983, p. 18 e 19).

Em coerência com essa formulação, desenvolvi a sistemática de análise de conteúdo, tendo duas referências-chaves: as bases teóricas da Tese e a natureza e conteúdo do material produzido no trabalho de campo que forma o corpus empírico, constituído por narrativas em entrevistas, narrativas em discursos, narrativas em reuniões e manifestações públicas, palestras e material documental.

⁴⁸ Na construção de sua dissertação de Mestrado, publicada em 1983. Nesse trabalho, Carvalho (1983) expõe, detidamente, a dinâmica de construção da análise de conteúdo por ela desenvolvido.

No entrelaçamento de teorizações e material empírico, foram definidos temas de análise, expressando eixos centrais no desvendamento do objeto. De fato, os temas circunscrevem elementos-chaves, a partir das exigências analíticas do universo da investigação. Na construção de cada tema, foram delimitados itens, circunscrevendo as alternativas possíveis, como recurso heurístico, para a sistematização e análise do material, para chegar à versão final do quadro analítico, apresentado abaixo, tendo sempre presente, como diretrizes norteadoras, as categorias analíticas que desenvolvi, ao longo das teorizações da Tese: Estado, Movimentos Sociais, cultura, política, políticas públicas e assistência técnica.

Quadro 04 – Temas e itens

TEMAS	ITENS
I – Relação Estado/Movimentos Sociais	a) Relação democrática de respeito mútuo e parceria b) Relação autoritária de imposição e de submissão c) Relação de pressão e negociação permanentes, na perspectiva de processos de democratização do poder público
II – Atuação conjunta Estado/Movimentos sociais	a) Partilha de trabalho conjunto governo/movimentos sociais b) Entidades assumindo encargos estatais sem tempo para trabalho político c) Entidades não têm competência técnico-gerencial e executam definições estatais
III – Atuação dos Movimentos Sociais na construção de políticas públicas/	a) Atuação dos movimentos como sujeitos políticos em processos de disputa do espaço público, exercendo pressão e controle da intervenção do Estado, na conquista de demandas e reivindicações no âmbito das políticas públicas/ Participação política com ação efetiva nas decisões, execução e controle social b) Atuação pragmática de captação de recursos em processos de despolitização da participação/ Participação passiva como beneficiário no acesso a determinados serviços e bens c) Atuação submissa aos critérios técnicos impostos pelo Estado sem força política de tensionamento e sem poder de afirmação como sujeitos, limitando-se a garantir o acesso a bens e serviços/Participação técnica como executor de determinadas atividades
IV – Intervenção estatal via políticas públicas	a) Intervenção voltada exclusivamente para a acumulação e valorização do capital b) Intervenção de natureza contraditória, considerando fundamentalmente interesses do capital, permeável às pressões políticas dos movimentos sociais c) Intervenção pautada em um discurso de promoção da qualidade de vida dos “pobres”
V – Concepção de assistência técnica	a) Assistência técnica “in loco” no campo, na vivência cotidiana com os trabalhadores rurais b) Assistência técnica deslocada (técnico vai e vem) c) Assistência técnica de pacotes/projetos
VI– Diálogo entre distintos saberes	a) Imposição do saber técnico-oficial e desqualificação dos saberes tradicionais b) Ausência de comunicação ou desconexão na comunicação entre saber técnico e saber prático c) Troca e partilha de saberes.

TEMAS	ITENS
VII- Agendas políticas dos movimentos sociais no campo	a) Agenda contemplando questões específicas da realidade dos trabalhadores rurais e questões gerais no âmbito da civilização do capital b) Agenda inteiramente voltada para questões específicas tradicionais dos trabalhadores rurais (terra/crédito/assistência técnica/ infraestrutura de serviços) c) Agenda contemplando questões específicas dos trabalhadores rurais e questões de gênero, etnia, ambiental, geracional, priorizando a assistência técnica, social e ambiental
VIII - Sentidos do ATEs no contexto dos trabalhadores rurais	a) Programa que consubstancia avanços na ampliação da perspectiva da assistência técnica social e ambiental conquistados nas lutas b) Programa governamental que leva a um recuo no âmbito da assistência técnica c) Programa com possibilidades, mas sem a devida estrutura comprometendo sua proposta de ampliação da assistência técnica.
IX – Posição dos gestores e técnicos do Estado acerca da atuação dos Movimentos Sociais no campo	a) Reconhecimento e legitimação dos Movimentos Sociais como sujeitos políticos, tratando como interlocutores e parceiros na construção de políticas. b) Desconhecimento e perplexidade face ao potencial dos Movimentos Sociais c) Criminalização e desqualificação dos Movimentos Sociais, manejando mecanismos para restringir sua participação.

Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

De posse do quadro, realizei um trabalho de sistematização e interpretação do material constitutivo do corpus empírico, num esforço reflexivo de identificar os temas com as respectivas possibilidades de interpretação, consubstanciadas nos itens. Após este trabalho artesanal, pude consolidar análises que revelaram as descobertas do amplo processo investigativo. Cabe ressaltar que, ao longo da construção de uma alternativa de exposição, vivenciei dimensões novas da questão metodológica, “pedra de toque” nos percursos de um pesquisador e constatei a exigência de fazer, aqui, esta narrativa metodológica do processo, adentrando no real sentido das palavras de Wright Mills, apresentadas na epígrafe deste capítulo.

CAPÍTULO 2

ESTADO, POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: novos agentes no contexto contemporâneo

O problema da condição contemporânea de nossa civilização moderna é que ela parou de questionar-se. Não formular certas questões é extremamente perigoso, mais do que deixar de responder às questões que já figuram na agenda oficial; ao passo que responder o tipo errado de questões com frequência ajuda a desviar os olhos das questões realmente importantes.

Zygmunt Bauman

A lida com temas “tradicionais” exige reforço na vigilância epistemológica proposta por Bachelard (1996), sobretudo, quando o uso desmesurado de conceitos universalizantes, legitimados e consagrados, nos impede de ir além das evidências (BOURDIEU, 1998). A análise do Estado/Movimentos Sociais que atuam no campo requer a desconstrução e o desmonte das armadilhas das sacramentalizações de termos comumente reproduzidos como algo dado natural, a exemplo de “mundialização” e “globalização”⁴⁹, “neoliberalismo”⁵⁰, os “cânones do nosso tempo”, como bem expressou o sociólogo polonês Bauman (1999, p. 11), para quem o serviço mais urgente da contemporaneidade é “indagar sobre as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida”.

A necessidade de formular questões também está presente no pensamento do sociólogo português Boaventura dos Santos, particularmente, quando propõe uma ecologia dos saberes. A nossa compreensão do mundo, diz Santos (2007a, p.176-178), “ainda é a compreensão ocidental do mundo, e as ciências sociais do Norte que, orientam todo o nosso olhar sobre o mundo, estão estéreis e não enxergam as experiências do conhecimento do Sul, o que leva alguns a desacreditarem em alternativas ou a decretarem o fim da história”.

Inspirada nesses pensadores do tempo presente, apropriei-me, neste capítulo, de categorias chaves, numa perspectiva histórica e dialética, privilegiando o processo de construção e de ressignificação de termos e conceitos que se dá na dinâmica da realidade,

⁴⁹ Termos francês e inglês, respectivamente, que se referem a uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização em escala do conjunto das regiões, cujo efeito sobre as instituições bancárias e financeiras facilitou as fusões e aquisições transnacionais e acomodou o investimento internacional. Ver Fiori (1999) e Chesnais (1996).

⁵⁰ Ideologia defendida pelos Estados Unidos e pelas instituições financeiras por ele controladas, tais como: Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial, que preconizam mercados livres; privatizações; desregulamentação; retirada do Estado da economia; eliminação de restrições à acumulação de riqueza e à correspondente produção de miséria social (SANTOS, 2010).

evitando enfoques abstratos, ortodoxos e fechados. Ressalto, porém, que tal investida não tem a pretensão de alcançar uma gênese social dos conceitos, propugnada por Bourdieu (1998), o que transcenderia a intenção deste estudo e, entendendo que outros estudiosos já se dedicaram à tarefa, arrisco uma aproximação com autores que trabalham com os conceitos consagrados da teoria política clássica, mas numa perspectiva de ampliá-los – por intermédio de uma visão multidisciplinar – em suas interpretações sobre as sociedades orientadas pela economia de mercado e sobre o processo de expansão dessa economia, tornada hegemônica no mundo ocidental. Tal esforço me possibilita alcançar aspectos semióticos do Estado pretendidos nesta pesquisa.

A dinâmica de exposição deste capítulo segue três níveis de análise. No primeiro, de caráter mais geral e abstrato, resalto aspectos da configuração do Estado no contexto de mundialização do capital e de sua interlocução com sujeitos da política emancipatória. No segundo nível – ainda de caráter geral, mas me aproximando mais do concreto –, para pensar a relação Estado/Movimentos Sociais, retomo conceitos clássicos como cultura e política, políticas públicas, participação, comunidade e, mais recentemente, territorialidades, num diálogo entre a Sociologia Política e a Antropologia Política.

Para compreender os sujeitos coletivos que atuam como interlocutores desse dilema democrático, aprofundo meu olhar sobre o tema, observando a particularidade dos movimentos sociais que atuam no campo e sua herança ambientalista que possibilita a articulação de questões locais com as globais, mostrando ser, esse, um dilema democrático que se apresenta a partir da abertura política consolidada com a Constituição de 1988 e da política de ajuste à dinâmica do capital, em sua fase mundializada.

Em um nível mais específico e concreto, concluo o capítulo apresentando situações identificadas no Maranhão que expressam a emergência, a partir dos anos 1990, de agentes sociais a construir uma cultura política emancipatória (SANTOS, 2007b) ou uma contra-hegemonia⁵¹. Com destaque para as experiências de atuação do MST, da ASSEMA e do MIQCB, faço uma reflexão sobre as formas de expressão e de interlocução assumidas por esses movimentos, face ao Estado democrático e sua política de ajuste aos interesses do capital.

⁵¹ Carnoy (1994), recuperando o pensamento de Gramsci, ressalta que as classes ditas subalternas aceitam a sociedade de classe, devido à hegemonia da classe capitalista que consegue impor o seu domínio por meio de normas e valores, legitimados e amplamente inculcados pelos aparelhos ideológicos do Estado, tendo os intelectuais um papel fundamental nesse processo. A crise do desenvolvimento capitalista é hegemônica e se dá somente com a ruptura desse “consenso” e com a construção de uma contra-hegemonia.

2.1 Processos de acumulação do capital e o Estado contemporâneo.

As intenções analíticas aqui configuradas exigem a devida explicação de como determinadas categorias e conceitos estão sendo concebidas neste capítulo. O ponto de partida da minha “imaginação sociológica” (MILLS, 1980) foram as contribuições de Polanyi (2000) e Bourdieu (1994). Ambos procuram distanciar-se de uma análise sequencial que pressupõe a substituição de um modelo por outro, recorrendo à antropologia para entender em que medida essa economia de mercado altera as formas de reciprocidade e de retribuição.

Em seguida enveredei por uma revisão bibliográfica que inclui a retomada da literatura específica sobre o fenômeno da mundialização do capital, inspirando-me nas interpretações de Hobsbawm (1995), Chesnais (1996), Bauman (1999) e Santos (2006) e alguns de seus intérpretes brasileiros, para compreender o contexto em que o Estado brasileiro se delineia na contemporaneidade. Privilegiei autores que analisam os processos de acumulação do capital e que percebem, concomitante ao fenômeno da globalização, sujeitos que a ele se contrapõem, ou seja, visualizam pontos de resistência e chamam atenção para o papel da ciência e dos intelectuais no diálogo com os movimentos sociais que questionam esse fenômeno.

A partir dessa discussão, outros conceitos se apresentam e prossigo com a revisão, apoiando-me sempre nas vertentes que tentam conjugar diferentes dimensões em suas análises. Minha ‘viagem’ começa com a afirmação de Bourdieu (1996) de que a constituição da economia como economia – ou seja, das sociedades de economia regulada pelo mercado e analisadas também por Polanyi – é acompanhada da constituição negativa de ilhotas de economia pré-capitalista, o que representa a emergência de um campo, de um espaço de jogo, cujo princípio é a lei do interesse material. Esse processo implica sérias interferências nas formas de vida onde a economia de bens simbólicos prevalece. Bourdieu recorre aos estudos realizados por antropólogos sobre as trocas de dádivas para compreender a lógica dessa economia e descreve as suas propriedades: a) dualidade, como verdades duplas; b) o tabu da explicitação; os membros nunca revelam os preços dos presentes ou o valor, como uma forma de recusar o cálculo do calculismo.

Bourdieu procura estabelecer uma diferenciação entre esse tipo de ação humana que se expressa, por exemplo, na troca de dádiva, considerada o paradigma da economia de bens simbólicos, e a economia econômica, que se baseia no princípio de um sujeito calculista. No primeiro tipo de economia há a recusa de sua verdade objetiva da troca econômica. No processo de constituição da economia econômica, os sistemas de troca, cujas regras eram

silenciadas, passam a expor publicamente tais regras, adequadas ao mercado, que se apresenta como o lugar do cálculo ou até da astúcia e de transgressão do sagrado.

Ora, com a constituição da economia e a generalização das trocas monetárias e do espírito do cálculo, a economia doméstica deixa de fornecer o modelo de todas as relações econômicas, passando a ser a exceção. Isso interfere em alguns processos, por exemplo, a família, que era uma unidade integrada, é ameaçada pela lógica da economia econômica e passa a ser unida e dividida pela propriedade. Bourdieu (1996) cita diversas situações em que a generalização das trocas monetárias e a constituição correlativa da idéia econômica do trabalho interferem no espírito de solidariedade, tendendo a substituir as decisões coletivas da unidade doméstica pelas decisões individuais do indivíduo isolado. A família está assim comprimida entre dois sistemas de forças contraditórias: as forças da economia introduzem as tensões, as contradições e os conflitos, mas impõem certa coesão; por outro lado, a reprodução do capital depende da reprodução da unidade familiar e impõe, com isso, outras forças de coesão.

Em outro momento, ao analisar o papel do Estado, Bourdieu (1996) atenta para a questão metodológica de se aplicar as categorias de pensamento, produzidas e garantidas pelo Estado, já que todo o pensamento construído sobre essa instituição foi produzido dentro de suas estruturas, o que deve ser relativizado na análise. A maior parte dos estudos dedicados a esse objeto participa de sua construção, de sua existência. O autor se apóia na concepção de Weber (1996) de que o Estado é uma comunidade humana que reivindica, com sucesso, o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado, e acrescenta que o Estado reivindica o monopólio da violência física e simbólica. O Estado se encarna tanto na objetividade, quanto na subjetividade, nas mentes, nas formas de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento (BOURDIEU, 1996). Daí a necessidade de uma história social das ciências sociais, capaz de tornar claras as adesões inconscientes ao mundo social. Essa gênese possibilita a percepção dos conflitos e confrontos e a ruptura com a análise de essência.

O Estado resulta de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital de força física ou de instrumentos de coerção, capital econômico, capital cultural, capital de informação, capital simbólico. Essa concentração gera a formação de outro capital específico, propriamente estatal, que lhe permite exercer esse poder sobre os diversos campos. O Estado, portanto, pode ser pensado como um campo do poder, como um espaço de disputa, entre os detentores de capital, pelo poder que o Estado acumula.

Para exercer o monopólio da coerção física, o Estado passa pela organização das forças armadas e dos recursos financeiros por meio do fisco. Isso só é possível com a concentração do capital simbólico que dá o reconhecimento, a legitimidade. O Estado acumula, portanto, o capital econômico e o capital simbólico que compõem a construção estatal dos espíritos e, com ele, uma espécie de um transcendental histórico comum, imanente a todos os seus agentes (BOURDIEU, 1996). Esse monopólio estatal da violência física e simbólica é inseparável do campo de lutas pelo monopólio.

Em certa medida, a discussão de Bourdieu nos remete para a descrição de Polanyi (2000) dos efeitos do progresso econômico feito à custa da desarticulação social e da forma como a economia de autoregulação de mercado afeta a sociedade como um todo⁵². Os dois autores chamam atenção para a existência de diferentes sistemas econômicos articulados, para o fenômeno da separação da dimensão econômica das outras dimensões da sociedade e alertam para a responsabilidade do Estado como o articulador desse processo. Segundo Polanyi (2000), a sociedade regulada pela economia de mercado separou a dimensão econômica das demais dimensões.

A retomada dessas leituras é pertinente ao estudo dos movimentos sociais que atuam contemporaneamente no Brasil e que, sob a influência do ambientalismo, propõem outra sociedade, em que as paixões humanas possam ser dirigidas também para finalidades não econômicas, pondo em contato diferentes dimensões da sociedade. A tentativa de construção de políticas públicas voltadas para o campo, em certa medida, põe em contato diferentes lógicas, diferentes formas de economia e diferentes formas de reciprocidade e de retribuição, aspectos que serão melhor explorados no final deste capítulo e nos Capítulos 3 e 5.

Na mira da minha observação estão os meandros da relação Estado/Movimentos Sociais nos processos de construção de uma política pública voltada para segmentos que vivem da produção familiar, considerando, em primeiro lugar, a natureza e a contraditoriedade do Estado Brasileiro Contemporâneo, no contexto da democratização e de ajuste da lógica do capital mundializado, e, em segundo, a capacidade de participação dos

⁵² O livro de Polanyi “**A Grande Transformação**: as origens de nossa época”, publicado em 1944, foi escrito 15 anos após a chamada crise de 1929, quando o pensamento liberal esgotou seus argumentos em defesa de sua grande utopia de promover a “felicidade” via economia de mercado. Trata-se de um período em que outro modelo de economia está sendo desenhado, exigindo do Estado uma intervenção maior, inclusive na esfera econômica. O Estado liberal está expondo as suas fragilidades e outro ponto de sua análise é o surgimento da sociedade, ou melhor, a descoberta da sociedade pela ciência, no Século XIX, quando a sociedade européia manifesta-se perplexa diante dos fenômenos sociais advindos do progresso econômico e tecnológico e diante do aparecimento da figura do “pobre”, ora assumido pela Igreja e instituições de caridade, ora lançado sob a responsabilidade do Estado, que começa a pensar em medidas protecionistas não assumidas pelo mercado.

movimentos sociais, em suas contradições, como sujeitos políticos nas lutas emancipatórias. Está em questão, portanto, a constituição de espaços públicos nas tramas da construção de políticas públicas. Procuo analisar as condições efetivas de oferta, de participação na política pela via do Estado em suas diferentes instâncias, bem como as potencialidades e fragilidades dos movimentos sociais na atuação política, na interlocução com o Estado e na apropriação, gerenciamento e execução da política pública.

Pensar onde estão os movimentos sociais e suas resistências em tempos contemporâneos nos ajuda a compreender que o fenômeno da globalização coexiste com processos de resistência e que o capital, como movimento mundializado, se confronta com agentes que atuam no campo também de formas globalizadas, o que desmistifica a crença de certos autores de que o processo de globalização seja irreversível e que afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira (BAUMAN, 1999).

Tal abordagem tem inspiração também nas noções de *espaços sociais*⁵³ e de *campo de poder*,⁵⁴ desenvolvidas por Bourdieu (1996). Compreendo que a relação Estado/Movimentos Sociais que atuam no campo põe em contato diferentes *espaços sociais* com seus *campos de poder* estabelecidos. O desafio é descobrir quais os princípios de diferenciação desses *espaços* e quais são os *campos de força* e *campos de luta* que essa iniciativa de construção conjunta de uma política pública de assistência técnica implica.

Ao penetrar nesses espaços sociais, observo a posição dos diferentes agentes, incluindo os planejadores e executores dos serviços de ATEs, as organizações conveniadas e

⁵³ Na acepção de Bourdieu (1996, p. 18), a noção de *espaço social* refere-se ao “conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança e de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”. O essencial nessa noção, segundo o autor, é a diferenciação social – que tanto pode gerar antagonismos individuais como coletivos – entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social. Cabe à ciência social construir e descobrir o princípio de diferenciação que permite reengendrar teoricamente o espaço social empiricamente observado. Esse princípio de diferenciação é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado. Essa estrutura não é imutável, tem sua dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. Bourdieu (1996) descreve o espaço social global como “um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (p. 50).

⁵⁴ A noção de *campo de poder*, muito associada à noção de *espaço social*, é compreendida por Bourdieu (1996), como o espaço de relações de força entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente. As lutas se intensificam quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder, são ameaçados. Há de se compreender que ao desenvolver essa noção, o autor está dialogando ou discutindo com o modo de pensamento realista. O *campo de poder* implica “as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social - ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder” (BOURDIEU, 1998, p. 28-29).

as famílias contempladas por tal programa governamental. A pesquisa circunscreve o momento contemporâneo dos anos 2000, quando o Governo Brasileiro e o Governo do Maranhão⁵⁵ passam por uma espécie de transição, em que o aparato governamental se coloca como um espaço de disputa e de muitas contradições e nenhum discurso se sustenta pela consensualidade.

Ao analisar a iniciativa de construção dessa política pública, é importante pensar esses espaços como *campos de poder*, cujas regras nem sempre se apresentam de forma explícita nos dispositivos⁵⁶, como normas, convênios, relatórios. É importante perceber a posição dos agentes nesses campos, quais os tipos de capital e as relações de força que se apresentam nessa empreitada e em que os serviços de ATEs, ou melhor dizendo, a participação de movimentos sociais na concepção e na execução de políticas públicas, ameaçam o equilíbrio estabelecido nesses *campos de poder*.

A reflexão sobre o tema me encaminhou para uma literatura específica sobre o fenômeno da mundialização do capital e sobre as formas de resistência que se apresentam, sobretudo, na América Latina. No decorrer da década de 1980, o capitalismo assumiu uma configuração de caráter mundial, delineada, segundo Chesnais (1996), com base em dois fatores: 1) a liberação e desregulamentação financeira; 2) as revoluções tecnológicas. Tais fatores possibilitaram a abertura dos mercados nacionais e a sua interligação em tempo real, tendo como resultado a integração internacional dos mercados financeiros. Em consequência, nas décadas seguintes, assiste-se a um processo de fortalecimento da esfera financeira que passa a orientar e a ditar o comportamento do capital industrial. Embora o setor produtivo seja o responsável pela geração da riqueza, a repartição e a destinação social dessa riqueza são comandadas pela esfera financeira.

Esse fenômeno coincide com a expansão da ideologia neoliberal, de forma hegemônica particularmente nos países integrantes do G7⁵⁷, o que garante ao capital total liberdade para escolher países e camadas sociais de seu interesse. Em contrapartida, certos

⁵⁵ Refiro-me ao período em que a pesquisa realizou-se, quando o Governo do Maranhão estava sob o comando do governador Jackson Lago e dos grupos políticos aliados, que fazem oposição ao grupo político vinculado ao Senador Sarney.

⁵⁶ Foucault (1979, p.244) usa o termo para designar a rede que se estabelece entre o dito e o não dito, ou seja, “um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, decisões regulamentares, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”.

⁵⁷ A hegemonia da ideologia neoliberal se materializa no chamado “Consenso de Washington”, também denominado “Consenso Neoliberal”, acordo firmado em Washington, em 1979, pelos Estados centrais do sistema mundial, definindo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. Santos (2001, p. 47-49; 2006, p. 329-330) destaca quatro formas de consenso firmados nesse acordo: 1) Consenso econômico neoliberal; 2) Consenso Estado Fraco; 3) Consenso democrático liberal; 4) Consenso do Primado do direito e dos tribunais.

países, regiões dentro de países e áreas continentais são marginalizadas, e determinadas populações são excluídas da esfera de atividade produtiva, ampliando o abismo entre os países participantes dessa nova configuração do capital e aqueles que sofrem a sua dominação (CHESNAIS, 1996).

Ao destacar as inovações tecnológicas nas áreas da comunicação e dos transportes, Bauman (1999) analisa que esse fenômeno imprimiu o mundo do pós-guerra espacial, onde a mobilidade é o fator de estratificação mais poderoso, já que se tornou a matéria que define e redefine as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala mundial. Somente os competidores que se possam fazer ouvir usufruem a liberdade. A mobilidade dos que têm dinheiro para investir gera uma desconexão do poder face a obrigações com empregados, jovens e fracos, gerações futuras, enfim, com a vida cotidiana e com a perpetuação da comunidade. O poder desarraigado, garantido pelo capital móvel do final do século XX, continua Bauman (1999, p. 16), é “livre para explorar e abandonar as conseqüências dessa exploração”.

Prosseguindo ainda com Bauman, destaco a diferenciação entre os que ele denomina de “ausentes proprietários fundiários” do início dos tempos modernos e os “capitalistas e corretores imobiliários” da era moderna recente. Os primeiros eram negligentes com as populações que os alimentavam e não gozavam da liberdade dos segundos, porque eram presos à localidade, a exploração era limitada, e isso trazia conseqüências para o próprio proprietário, como queda na fertilidade dos solos e na produtividade agrícola. Aqui o limite gera fronteiras, mas há a possibilidade do encontro com a Alteridade. Os denominados “capitalistas e corretores imobiliários” não enfrentam limites reais o bastante que os obriguem ao respeito. Nesse caso, quando há a possibilidade do encontro com o Outro, o capital parte ao encontro de outro ambiente mais hospitaleiro, não resistente, diminuindo as possibilidades de redução da “diferença pela força” ou a vontade de aceitar o “desafio da comunicação” (BAUMAN, 1999, p. 18 e 72). A lógica da globalização, na interpretação desse autor, é extensiva a todos os aspectos da vida. Os Estados não têm recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão. A qualquer momento empresas e até Estados podem entrar em colapso.

Desde os anos de 1980 - e no tempo presente com mais intensidade – o estado do Maranhão tem sido um desses “ambientes hospitaleiros” dos “capitalistas” e “corretores imobiliários da era moderna”, citados por Bauman (1999). Nos capítulos 3 e 4 será abordada a forma de inserção do capital no campo, no território denominado Maranhão e o papel determinante do Estado nesse processo. Mostro também que, a despeito do ambiente

favorável, proporcionado pelas elites locais – sempre muito afinadas com interesses econômicos baseados na exploração das riquezas naturais até a exaustão – o encontro com o Outro, no Maranhão, não é tão tranquilo. Situações ilustrativas dessa afirmação são: a resistência das comunidades quilombolas no município de Alcântara, face à instalação da segunda base de lançamentos de foguetes do Brasil, denominada de Centro de Lançamento de Alcântara, desde 1989⁵⁸; e a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu contra empreendimentos econômicos, baseados na monocultura e na lógica do mercado internacional, que depredam o meio ambiente e impedem o livre acesso ao recurso natural.

Ainda na tentativa de compreender esse fenômeno, recorro a Santos (2001) e a sua denominação de “processos de globalização”, atribuída às interações transnacionais, ocorridas nas últimas três décadas, que se expressam na globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, na disseminação de informações e imagens e no deslocamento de pessoas. Trata-se, segundo o autor, de um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de modo complexo. Apesar do “Consenso de Washington”, que viabiliza as condições para a intensificação dessas interações transnacionais, a globalização não é consensual. Ao contrário, trata-se de um campo de disputa entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos de um lado e grupos sociais, Estados e interesses subalternos de outro. Os conflitos se perpetuam, mesmo no campo hegemônico.

Como parte desse fenômeno, a Estado-nação entrou numa espécie de definhamento, face às forças de poder de caráter transnacional. E juntamente com ela, toda a idéia de ordem e de “estar no controle”, daí porque Bauman, citando Kenneth Jowitt (1997 apud BAUMAN, 1999), afirmou que o significado mais profundo de globalização é o do caráter indeterminado, o da “nova desordem mundial”. Juntamente com a idéia de universalização, ruíram, ou pelo menos foram enfraquecidos, outros termos-chaves do pensamento moderno, “civilização”, “convergência”, “consenso”, que declaravam a intenção de tornar iguais todas as diferentes condições de vida existentes no mundo. Globalização, no entendimento atual, está longe da idéia de universalização, porque se refere aos efeitos globais e não às iniciativas dos empreendimentos globais (BAUMAN, 1999).

Assim como se enfraqueceu a idéia, a concepção de Estado territorial⁵⁹, que reivindicava o direito legítimo de impor as regras e normas definidoras de negócios em um

⁵⁸ Sobre esse processo, consultar Pereira Júnior (2009).

⁵⁹ Bauman (1999) afirma ainda que as mudanças das últimas décadas atingiram os três pés do “tripé da soberania” – a autossuficiência militar, econômica e cultural. Para os Estados preservarem sua capacidade de

dado território ou como agente que tem legitimado o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano (WEBER, 1996). Com a ampliação das fronteiras nacionais, os organismos internacionais – liderados por países com maior poder no plano do capital financeiro, a exemplo dos Estados Unidos – passam a ter maior interferência nos planejamentos nacionais, sugerindo mudanças no papel desempenhado pelo chamado Estado Moderno, agora não mais interpretado como o principal detentor de políticas públicas e principal articulador de políticas econômicas (CHESNAIS, 1996).

Santos (2006), ao tratar da crise do modelo de regulação social que produz a desigualdade e a exclusão, acrescenta que o papel do Estado Nacional é atingido pela *desnacionalização* – provocada pelo esvaziamento da capacidade de regulação do Estado sobre a economia política nacional – e pela *desestatização* – possibilitada por uma “nova articulação entre a regulação estatal e não estatal, entre o público e o privado, uma nova divisão do trabalho regulatório entre o Estado, o mercado e a comunidade” (p. 289).

Daí porque alguns autores do campo da economia chegaram a ressaltar que o Estado Moderno vive, nos tempos contemporâneos, a agonia de ter que se definir entre um *Estado mínimo*, sem exercer grandes interferências no mercado, tal como apregoa a ideologia neoliberal, e um *Estado forte*, capaz de assumir um papel indutor-normativo-regulador, diante da exclusão social, resultante desse modelo econômico, sujeito ao desafio de encontrar novas relações com o setor privado e com a sociedade civil. A agonia talvez se dê em função de que persiste o cataclismo, cujas origens, na análise de Polanyi (2000), repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado autoregulável. Não é à toa que as agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, têm colocado como condição fundamental para o desenvolvimento econômico e social sustentável, a formação de um Estado atuante, com posição mais de *parceiro e facilitador* do que de *diretor* (DUPAS, 2000).

Santos (2006) também se refere à formação de um *Estado fraco*, atravessado pelo dilema de ser um *Estado forte* para produzir esta *fraqueza* eficientemente e sustentá-la coerentemente. O Estado, assim configurado, emerge e institui-se no contexto da democracia, consolidada como sistema de governo hegemônico no Ocidente. Entretanto, ainda na perspectiva de Santos (2006), na chamada mundialização do capital, assiste-se a uma *enorme*

policar a lei e a ordem tiveram que fazer alianças e entregar pedaços dessa soberania. A partir daí um mundo – que se tornara desconhecido e impedido de perturbar a ordem, desde 1815, com a emergência de interesses universais, construídos pelas revoluções francesa e industrial - é revelado: “Havia ‘etnias’ esquecidas ou de que nunca se ouvira falar – mortas há muito tempo e renascidas ou antes inexistentes e agora devidamente inventadas – muitas vezes pequenas demais, carentes e incompetentes demais para passar em qualquer dos testes tradicionais de soberania, mas mesmo assim a reivindicar Estado próprio, com todo o aparato de soberania política e o direito de legislar e policar a ordem do seu próprio território” (BAUMAN, 1999, p. 72). Essas etnias abriram mão dos direitos soberanos e lutaram pela dissolução de sua soberania em formações supraestatais.

degradação das práticas democráticas e efetiva-se uma concepção minimalista de democracia ou uma *democracia de baixa intensidade*, em meio a um regime civilizacional de *fascismo social*.

Com a disseminação das regras de livre mercado e com o livre movimento do capital e das finanças, a economia é isenta do controle político, restando ao Estado a única tarefa de garantir um “orçamento equilibrado, policiando e controlando as pressões locais por intervenções estatais mais vigorosas na direção dos negócios e em defesa da população, face às conseqüências mais sinistras da anarquia de mercado” (BAUMAN, 1999, p. 74).

As interpretações dos processos de globalização, vivenciados a partir dos anos de 1980, em certa medida, remete-nos para outros estudos que tiveram como objeto os movimentos do capitalismo ocidental em tempos passados, para melhor compreensão das especificidades do presente. Nesse caso, embora reconheça a existência de vasta literatura voltada para a temática, as interpretações de Polanyi (2000) e Fiori (1999) me pareceram pertinentes, sobretudo pela recuperação do enigma lançado desde os tempos de Adam Smith sobre a relação entre dinheiro, riqueza e o poder dos Estados, ou seja, o grau de influência recíproca entre riqueza material e poder político. Se, conforme afirmou Max Weber (1968 apud FIORI, 1999), a competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza foi decisiva para o desenvolvimento do moderno capitalismo, Fiori se pergunta se é possível alterar uma correlação de poder entre as nações, considerando que os Estados historicamente aparecem hierarquizados, e competem dentro de uma mesma economia capitalista global.

Desde os tempos do imperialismo, o vínculo entre essas duas dimensões, poder político e riqueza material, parece indissolúvel. O filósofo Karl Polanyi (2000) recupera o problema, de uma perspectiva histórica, por entender que a questão não se restringe ao econômico. Propõe uma nova economia política internacional⁶⁰ para compreender a relação entre a geopolítica, a gestão da moeda internacional e o desenvolvimento contraditório das economias de mercado. Com isso, identifica uma contradição, ao sugerir a existência simultânea de um duplo movimento provocado pela ação de dois princípios de organização da sociedade: 1) o princípio do liberalismo econômico, que visa o estabelecimento do mercado auto-regulado; 2) o princípio da proteção social, que tenta preservar o homem, a natureza e a organização produtiva (POLANYI, 2000).

A contradição se dá na medida em que o mundo no internacionalismo e na interdependência reforça o nacionalismo e a autosuficiência, ao mesmo tempo em que

⁶⁰ Conjuga mercados, Estados, poder internacional e o sistema monetário baseado no padrão-ouro.

estimula a luta de classe pela autoproteção social e a luta dos Estados pela proteção da riqueza mundial. Ao analisar a crise da década de 1930, que gerou a Primeira Guerra Mundial, Polanyi (2000) reconhece o fracasso histórico da utopia do mercado. Segundo ele, foi a generalização das relações mercantis que levou à politização das relações sociais e econômicas. O sistema supunha homogeneidade e estabilidade, mas de fato não era nem homogêneo e nem estável, e sua heterogeneidade era reforçada pelo seu funcionamento. Ainda segundo essa análise, a generalização das relações mercantis ocasionou a politização das relações sociais e econômicas, a ampliação democrática dos sistemas políticos e o aumento do intervencionismo estatal, transformando o Estado liberal e levando ao descrédito os mercados auto-regulados.

Cabe ressaltar que Polanyi (2000) analisa um sistema auto-regulável de mercados, ou seja, uma economia dirigida por preços de mercado e nada além dos preços de mercado, apropriando-se dos conhecimentos dos campos da economia ou da história, da ciência política, da sociologia e da antropologia, numa leitura interdisciplinar do fenômeno da expansão dessa economia, basicamente no século XIX, na Europa ocidental, tomando a situação vivenciada na Inglaterra como exemplar. A sua grande preocupação é dissecar a utopia do mercado auto-regulável, instituição que não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar as sociedades humanas. Por outro lado, para se proteger, a sociedade teria que adotar medidas incompatíveis com a autoregulação e com a vida industrial. A revolução industrial, iniciada no século XVIII e acelerada no século XIX, trouxe o progresso nos instrumentos de produção e uma desarticulação na vida das pessoas, provocando uma espécie de *moinho satânico* que transformou o homem em massa.

A filosofia liberal, na interpretação de Polanyi, falhou na compreensão da mudança por sua crença exacerbada na espontaneidade e na aceitação das conseqüências sociais do progresso econômico, assim como na interpretação da história da revolução industrial, julgando os acontecimentos sociais sob o ponto de vista econômico. Ao comparar sociedades e sistemas econômicos, Polanyi explica que todas as sociedades humanas desenvolvem alguma espécie de economia para sobreviver e que, anteriormente a nossa época, nenhuma economia controlada pelo mercado existiu. Nas sociedades ditas não civilizadas, a economia do homem está submersa às relações sociais. Em todas elas, o sistema econômico é dirigido por motivações não econômicas e é organizado em função da esfera social. Nessas sociedades, as paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não econômicas. Não existe a idéia do lucro e da riqueza nem o princípio de trabalhar por uma remuneração. A ordem na produção e na distribuição é garantida pela

reciprocidade e redistribuição. O retorno se reflete no prestígio que a pessoa acumula ao adotar determinados comportamentos.

A partir do século XVI os mercados passam a ser mais numerosos, chegando ao ponto de se converterem em preocupação principal dos governos, no sistema mercantil. No processo de sua expansão, o Estado sempre esteve acompanhando por meio de regulamentações. Uma economia de mercado pressupõe: mercado e equilíbrio entre preço e demanda; a presença de dinheiro; a produção controlada pelos preços. A ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada pelos preços. A autoregulação significa que toda a produção é para a venda e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Para isso deve haver mercados para todos os componentes da indústria: o trabalho, a terra, e o dinheiro. Por outro lado, todas as rendas serão derivadas das vendas e as rendas terão que ser suficientes para a compra dos bens produzidos (POLANYI, 2000).

O que cabe ao Estado? Medidas que ajudem a assegurar a autoregulação e a criação de condições para fazer do mercado o único poder organizador da esfera econômica. Em outras palavras, Polanyi explica que um mercado auto-regulável exige a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Isso aconteceu no século XIX, quando a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta (POLANYI, 2000). Essas mudanças afetam a sociedade na medida em que uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado e uma economia de mercado compreende os componentes da indústria que são a terra, o trabalho e o dinheiro. Considerando que os componentes terra e trabalho são os seres humanos e a terra é o ambiente natural no qual eles existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado.

Ora, para o autor o dilema maior é que o trabalho (atividade humana que acompanha a vida), a terra (natureza) e o dinheiro (símbolo do poder de compra) são elementos essenciais da indústria, têm que ser organizados em mercados, mas eles não são mercadorias. Pensá-los dessa forma é uma ficção e foi a partir dessa ficção que os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro foram organizados. Esses elementos são comprados e vendidos e quaisquer medidas que possam inibir a formação desses mercados afetam a autoregulação do sistema. “A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas” (POLANYI, p. 94).

Nessa perspectiva, permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural é uma ameaça para a sociedade.

Nenhuma sociedade, segundo Polanyi, suportaria os efeitos de tal sistema, a menos que sua substância humana natural fosse protegida contra os assaltos desse *moinho satânico*. Como a organização do trabalho é apenas outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo esse raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico, invertendo as antigas formas de sociedade. Portanto, a idéia do progresso é feita à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir no processo. O autor enfatiza que a comparação entre o ritmo da mudança e o ritmo do ajustamento decidirá o que deve ser visto como resultado líquido das mudanças. De certa forma, ele defende uma intervenção estatal nesse processo de mudança, como estratégia para conter os efeitos dessa mudança.

Para Polanyi a resposta de tudo isso está na sociedade. Somente ela é capaz de garantir a ordem, e para fazer face ao processo de expansão da economia de mercado há de ser descoberta uma sociedade internacional, uma reafirmação dos valores essenciais da vida humana, de forma a recriar a liberdade individual, devolvendo a esse tecido institucional o controle do esquema econômico das coisas.

Ao recuperar o pensamento de Polanyi para interpretar a história recente, Fiori (1999) considera que a nova forma de associação entre o capital e o poder político, discutida desde os clássicos, transforma a competição intercapitalista numa competição política entre Estados e transformou o sistema interestatal numa espécie de mercado ou espaço de competição capitalista entre os grandes conglomerados. A contradição persiste, já que a substituição dos estados nacionais por um império mundial representaria o perecimento do capitalismo. Daí, a incógnita sobre a possibilidade de conjugar a estabilidade econômica com o equilíbrio político.

Fiori (1999), em sua reflexão sobre a economia política internacional, analisa a conjuntura histórica, que advém dos anos 1970 e se prolonga até o presente, marcada pela emergência e consolidação do denominado liberalismo econômico e pelo acirramento dos impasses, principalmente para as economias periféricas. Para Fiori (1999), nasce uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente que a ocorrida no século XIX. Essa nova onda impõe, de maneira mais categórica, a mesma convergência ortodoxa das políticas econômicas nacionais, em particular, no caso dos Estados com moedas fracas. O “moinho satânico”, do qual fala Polanyi (2000), volta a operar a todo vapor, como no século XIX, mas agora de maneira mais perversa no mundo do trabalho e de maneira mais extensa e imperial no mundo das finanças globalizadas, impondo limites às

políticas econômicas e às taxas de crescimento da economia mundial, começando pela dos próprios países industrializados (FIORI, 1999).

Os fenômenos citados, relacionados ao neoliberalismo e associados ao *moinho satânico*, se reproduzem de forma mais intensa nos países periféricos, incluindo os países latinos americanos onde os processos negativos do neoliberalismo são reforçados pelas políticas ativas de potências econômicas e suas redes de apoios globais, a favor dos novos regimes internacionais de comércio e investimento e da convergência das políticas econômicas dos países situados dentro dos espaços ditos imperiais. Configura-se uma ordem altamente hierarquizada, baseada na acentuação da dominação de alguns países economicamente mais fortes. Na zona da periferia econômica e nos Estados sem moedas fortes, a pressão das finanças é mais ofensiva (FIORI, 1999).

No contexto contemporâneo da civilização do capital, emergem novas formas de dominação social abstratas, impessoais, por vezes sutis, mas generalizantes que se articulam com formas de opressão, de discriminação, de exclusão, de expropriação da humanidade no âmbito do racismo, do sexismo, da religião, chegando a encarnar um neocolonialismo. É a hibridização das novas formas de domínio do capital, com as formas de opressão da colonialidade do poder, a impor modos de vida, formas de sociabilidade, permeados por riscos e inseguranças (CARVALHO, 2009).

No caso específico da América Latina, qual tem sido o papel do Estado nesse processo? A noção de Estado ampliado (ou Estado integral), elaborada por Antônio Gramsci (2002), no início do século XX, é reapropriada por Oliver (2009) e por Sales (2003)⁶¹. Em seu estudo sobre o processo de construção, estabelecimento, vigência e posterior reconstrução da hegemonia burguesa moderna no Brasil e no México, Oliver nos oferece uma luz, ao fazer uma articulação entre a economia – capital industrial e financeiro – e a política – espaço institucional legal e legítimo de poder e da luta política; e entre o Estado – em sua acepção de domínio político – e a sociedade “civil” – os indivíduos e os grupos sociais atuantes e portadores da hegemonia civil. Ele ressalta que um dos problemas do estudo do Estado

es que un concepto que se presenta socialmente como un complejo de instituciones públicas de poder, represión, dirección, educación e gestión públicos de diversa naturaleza - política, jurídica, cultural, social,

⁶¹ Em seu estudo sobre a sociedade civil, em tempos contemporâneos, Sales (2003, 61-62) também recupera a distinção, feita por Gramsci, entre Estado Restrito - quando a gestão da sociedade é feita, quase que exclusivamente por dirigentes e funcionários do aparelho governamental – e Estado Ampliado - quando a gestão da sociedade passa a ocorrer, por meio de representantes dos interesses dos grupos, categorias e classes sociais, isto é, por meio de um tipo de gestão compartilhada por representantes governamentais e civis. Na medida em que a ideologia neoliberal avança, reclamando a formatação de um Estado Mínimo, tem-se, na concepção de Gramsci, um Governo Mínimo e um Estado Ampliado.

económica, administrativa e de organización e sanción - se presenta coisificado, apartado de la sociedad por una división del trabajo entre gobernantes y gobernados, cristalizada y permanente, que asienta fuertemente en la sociedad la separación entre dirigentes y dirigidos, creando la sensación de que los primeros – dirigentes, gobernantes, burocratas, propagandistas – son príncipes modernos, ungidos de los dioses en tanto se les identifica con sus puestos políticos de dirección o burocráticos de gestión, cuando en verdad su existencia y sus políticas son el resultado de las relaciones sociales – de cultura, dominio, explotación y participación – existentes (OLIVER, 2009, p.11-12).

A divisão de trabalho que separa governantes – os príncipes modernos - e governados, observada por Oliver, impede a percepção de que a existência dos primeiros e suas políticas são decorrência das relações sociais e que, portanto, crises políticas, lutas cidadãs, movimentos sociais integram o processo de recomposição do Estado ampliado, processo que revela as relações sociais e contribui para a constituição do público como produto e expressão da organização, que mostra as contradições da complexa sociabilidade de poder e domínio.

Conforme essa interpretação, o momento histórico do mundo social latino-americano mostra que o público societal – criado pela sociedade em seu dia-a-dia, em sua prática política, em seus espaços e foros cidadãos e sociais – está em voga novamente, depois de anos em que prevaleceu a separação entre dirigentes e dirigidos. Talvez seja essa a razão da crise do poder e da política que afeta o Ocidente e que na América Latina assusta aos deuses sentados no Olimpo, parafraseando o autor.

Oliver (2009) aponta os limites da teoria política que leva a uma separação absoluta entre Estado e sociedade civil. Segundo ele, o Estado tem sido analisado por uma via interpretativa predominante como “sociedade política”⁶², apropriada para a constituição de “um corpo político institucional legal, racional, eficiente e legítimo capaz de exercer o poder por meio de uma burocracia especializada” (p. 13 e 14). Essa perspectiva teórica é parcial, porque explica tudo pelos componentes do próprio Estado, ignorando os agentes enquanto expressões construídas das forças políticas e sociais, vinculadas a determinadas relações sociais.

O pensamento político moderno⁶³ entende a sociedade como base do Estado, mas em sua construção teórica abstrai o Estado de sua relação com o poder. É a partir de Hegel

⁶² Conjunto de instituições de condução política, administração e repressão, instâncias de poder, legalidade, legitimidade, elaboração política que, ainda que possam ser legitimadas pela sociedade, prevalecem separadas e diferenciadas dela e que, segundo se tenha ou não uma perspectiva crítica, se considera que expressam a sociedade em geral ou uma relação de capital e de dominação de classes (OLIVER, 2009, p. 13).

⁶³ Oliver (2009) se refere basicamente às interpretações da teoria moderna sobre o Estado capitalista que privilegiaram o caráter do pacto social, expresso no contrato político e jurídico (HOBBES, 1653; LOCKE, 1690;

que o Estado passa a ser interpretado como mediação entre os indivíduos e as classes antagônicas. Posteriormente, Engels, Durkheim e Gramsci ampliam essa perspectiva, entendendo que tanto o Estado político como a sociedade civil se convertem em mediação.

Inspirado em Gramsci, Oliver (2009) interpreta os assuntos do poder como um processo de domínio e hegemonia dos distintos agrupamentos sociais em luta. A partir de sua complexa explicação sobre o Estado Moderno, chega à metodologia do Estado ampliado, segundo a qual as crises institucionais, as lutas cidadãs e os movimentos sociais são compreendidos como expressão histórica, política e cultural da relação orgânica entre o poder e a sociedade, e da articulação entre sociedade civil e sociedade política. A esse enfoque de investigação interessam as relações de forças que se expressam nas determinações estruturais, políticas e culturais do Estado ampliado.

Tanto no Brasil como no México, a institucionalidade do Estado e o conseqüente rumo das sociedades nos séculos XX e XXI não são apenas mérito de quem detém o poder, e, sim, resultado de lutas sociais e de poder, nas quais determinadas forças históricas com determinado perfil social, político e cultural conquistam a hegemonia civil⁶⁴. Em síntese, o Estado não é resultado da sabedoria ou torpeza de quem detém o poder. O poder é resultado de lutas sociais.

Perceber a relação de forças em sua perspectiva histórica e na atualidade é essencial para entender o significado social dos fenômenos do Estado, do poder, da política e da cultura política, ou, no dizer de Bourdieu (1996), o campo de poder, o espaço de disputa entre detentores de poder. Oliver (2009), assim como Bauman (1999), parece preocupado com as sacramentalizações de conceitos, ao lembrar que no debate acadêmico moderno sobre a democracia e sobre as formas de Estado e regimes políticos, pelo nível de abstração alcançado, a sociedade não aparece como ela é, e sim por intermédio de uma referência que se tem como ideal. A ele interessa perceber os processos históricos que desencadearam a ascendência ideológica de uma determinada relação de forças:

ROUSSEAU, 1764; ENGELS, 1895, *apud* OLIVER, 2009); ou como instituição de determinada racionalidade e universalidade (HEGEL, 1821 *apud* OLIVER, 2009); ou pela legitimidade burocrática racional formal de um projeto nacional (WEBER, 1922, *apud* OLIVER, 2009); ou como um desdobramento institucional e político, fetichizado, de uma relação de capital e de dominação de classes (MARX, 1848,1858; LÊNIN, 1917; GRAMSCI, 1929-1934; HOLLOWAY, 1994; HIRSCH, 1996 e 2006, *apud* OLIVER, 2009); ou ainda como instância de coordenação política dos distintos subsistemas da vida social (LECHNER, 2001, *apud* OLIVER, 2009).

⁶⁴ Sendo esta exercida quando o domínio e direção se incorporam no conjunto da sociedade, cuja conseqüência tem sido a subalternidade de outras forças histórico-sociais que não podem vencer e nem constituir-se com a autonomia plena para impedir, questionar ou romper a hegemonia existente (OLIVER, 2009, p.18).

en la cual determinados grupos sociales están en situación de poder, tienen el dominio y la hegemonía en las instituciones y en la vida social organizada, que les permiten actuar sobre la voluntad y el trabajo de otros, a los que subordinan, los colocan en situación de subalternos y los sometem (OLIVER, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, o Estado não é simplesmente um ator passivo e inerte na sociedade, que resulta um reflexo da complexa estrutura de relações sociais que lhe dão vida, como chegou a enunciar a teoria política moderna. O Estado capitalista expressa o domínio global do capital e o desenvolvimento capitalista, mas não é igual ao capital privado. É um agente político importante, central e não uma mera expressão das relações sociais.

Nos últimos 10 anos, vivenciam-se na América Latina processos de lutas emancipatórias na construção de uma contra-hegemonia, que trazem o Estado à cena política com nova configuração⁶⁵, que têm levado alguns analistas a classificar este momento como uma transição. Santos (2006, p. 338) compreende o tempo presente como de “transição societal” para novas formas de sociabilidade, as “sociabilidades alternativas”, face ao *neo intervencionismo estatal*.

Embora formalmente democrático, como um agente central nos processos de acumulação, esse Estado intervém na perspectiva de *ajustar* e de *ajustar-se* à lógica de valorização do capital, isentando-se, progressivamente, do papel de garantidor de direitos, por meio do desmonte de sistemas de seguridade social, nos diferentes modelos de Welfare State nos chamados Estados centrais e dos processos de regulação tardia, na América Latina (SPOSATI, 2002).

Se for verdade, como afirmou István Mészáros (1997), que o sistema capitalista, para sobreviver, necessita das múltiplas formas de intervenção do Estado, é também verdade que esse Estado, que se restringe pela força da lógica do mercado, está longe de conformar-se à condição de “mínimo”, pretendida pelo pensamento liberal. Ao contrário, cada vez mais reivindica a ampliação de sua presença na economia, a dimensão central nas sociedades reguladas pelo mercado⁶⁶.

⁶⁵ Carvalho (2010) destaca os acontecimentos políticos na Bolívia, Equador e Venezuela que apontam para o retorno do Estado com formas de Democracia Popular Participativa, oportunizando projetos comunitários de emancipação social, política, econômica, cultural, étnica, de gênero, ecológica, implementados por movimentos de base, como os indígenas. Tais movimentos propõem outro formato de Estado.

⁶⁶ Vide o forte apelo ao regresso do Estado, proclamado nos anos 2008/2009, durante as crises econômicas mundiais do século XXI. Regresso que Carvalho (2009) qualifica como “sem partida”. Na hora oportuna, o Estado é acionado e atua como fiador, salvando banqueiros e acionistas, com recursos dos contribuintes, as principais vítimas do padrão de financeirização. Vide também, no caso brasileiro, o debate em torno da regulação do pré-sal – em que o papel da Petrobrás é dominante –; o avanço dos bancos públicos no mercado de crédito; e a ingerência do Governo na Vale, ou seja, uma movimentação acionando um sentimento de “patriotismo”, que sinaliza para uma espécie de “re-estatização do Estado”.

A fragilidade do Estado mencionada por Santos (2006) se revela somente face aos interesses dos trabalhadores, dos segmentos discriminados, imersos em processos de exclusão social. As políticas públicas, ancoradas no ideário neoliberal, são seletivas, pontuais, eminentemente compensatórias. No caso específico da América Latina, os Estados atuam como meros ajustadores no gerenciamento da valorização do capital financeiro, sem nenhuma contrapartida (CARVALHO *et al.*, 2007) ou, na interpretação de Bauman (1999), como controladores do orçamento e das pressões locais que emergem face à anarquia do mercado.

Nos momentos de “crises globais,” o Estado deixa de ser problema e é acionado como solução, como ocorreu em 2008, quando – decorridos 30 anos de evangelização neoliberal – o governo federal dos Estados Unidos assumiu o controle direto de parte do sistema financeiro, para salvar bancos de investimento de duas maiores sociedades hipotecárias do país e da maior seguradora do mundo. A intervenção do Governo norte-americano – embora não seja novidade, haja vista as intervenções registradas em outros tempos de crise do capitalismo – mostrou que cada país tem o direito de defender o que considera de interesse nacional contra os ditames da globalização. Como analisa Santos (2008a, p.1): “o mercado não é racional e eficiente, apenas racionaliza a sua irracionalidade e ineficiência, enquanto estas não atingirem o nível de sua autodestruição; o capital tem sempre o Estado a sua disposição e, consoante aos ciclos, ora por via da regulação ora por via da desregulação”.

A construção teórica desses estudiosos traz pistas fecundas para se pensar a especificidade do Estado brasileiro contemporâneo. A noção de “Estado ampliado”, recuperada por Oliver (2009), ajuda a compreender o processo de construção de um Estado democrático de direitos, que incorpora o potencial emancipatório dos movimentos sociais, vislumbrando a possibilidade de uma associação entre sociedade política e sociedade civil. A particularidade do caso brasileiro, no entanto, reside no fato de que, enquanto “agente importante”, apresenta-se como “ajustador”, que privilegia políticas de ajustes às condições da ideologia neoliberal, com tensionamentos da democracia. Vive-se, portanto, a grande contraditoriedade citada por Carvalho (2010).

Descartando a tese de abandono do Estado, anunciada pelo pensamento neoliberal, Caccia Bava (2010) avalia que no Brasil houve uma orientação do Estado para garantir o funcionamento do livre mercado, ou seja, para assegurar as regras de operação das grandes empresas, segundo a lógica do lucro máximo, afastando os encargos necessários para uma distribuição da riqueza. De tal forma que o Estado é obediente a um projeto de desenvolvimento das forças políticas que o controlam.

Em situações específicas como a do Brasil, a fragilidade não é do Estado e sim da democracia, que ainda não superou o controle do Estado por parte de grandes grupos econômicos, das oligarquias regionais, a exemplo do Maranhão, cujo poder concentra-se na família Sarney; do Paraná com os Pimentel; do Pará com os Barbalho. São grupos de interesse privado que privatizam o espaço público, submetendo-o à lógica que norteia os seus interesses privados. Apesar de ter uma riqueza social produzida capaz de resolver o seu nível de desigualdade, o Brasil não o faz porque a lógica que preside as políticas públicas é a de beneficiar os mais ricos (CACCIA BAVA, 2010).

2.2 Cultura e política: atenção aos elementos simbólicos e aos agentes da ação

As reflexões sobre o Estado contemporâneo trazem à tona conceitos-chaves como cultura e política, retomados aqui por meio de um diálogo entre teóricos contemporâneos da Antropologia Política e da Sociologia Política e seus intérpretes brasileiros, cuja perspectiva analítica amplia os interesses da teoria política clássica. Neste percurso teórico, algumas paradas são necessárias para pensar sobre termos correlatos muito presentes nessas articulações conceituais, tais como políticas públicas, participação, comunidade, e mais recentemente, territorialidades.

A cautela constantemente reforçada nesta tese com a adoção de termos e conceitos vem do entendimento de que a relação de forças presentes nos fenômenos que envolvem o Estado, o poder, a política e a cultura política (OLIVER, 2009), bem como a construção das políticas públicas que atendam às particularidades de segmentos diferenciados da sociedade, passam, sobretudo, pela resignificação de termos e conceitos permeados pelos processos de construção sócio-política, relacionados à organização dos movimentos sociais, isto é, a gênese social desses conceitos e das disciplinas que se dedicam a sua compreensão está associada à história desses movimentos e suas lutas pela conquista da hegemonia.

O pensamento de Geertz (1991) abre pistas para a observação de aspectos objetivos e subjetivos que estão na essência do mundo social, e que devem ser apreendidos de forma relacional. Em seus estudos publicados desde a década de 1980, Geertz preocupa-se em incorporar elementos do simbólico na compreensão da política e propõe outra forma de pensar o Estado, que não seja puramente racional. Em *Negara* (1991), com esteio em uma sociedade tão diferente da sua e onde o Estado tem o simbólico como a base da política, Geertz repensa a teoria política do pensamento ocidental e defende a tese de que política é ação simbólica. Contesta a teoria política clássica ou as perspectivas que compreendem a simbologia política como ideologia política e a ideologia política como uma hipocrisia de

classe, por considerar que tais teorias tendem para formulações mais celebratórias. Em todas elas, segundo ao autor, os aspectos semióticos do Estado são mascarados, quando não exageram a força, escondem a exploração, insuflam a autoridade ou moralizam os processos (GEERTZ, 1991).

Em Nova Luz sobre a Antropologia (2001), Geertz mostra a fragilidade da teoria política e da antropologia face às mudanças sociais do século XX, que nos colocam diante do desafio de repensar determinados conceitos para compreender um mundo que se organiza como uma espécie de emaranhado de diferenças e semelhanças apenas parcialmente discernidas. Tradicionalmente a teoria política aborda questões universais e permanentes a respeito do poder, da obrigação, da justiça e do governo, em termos gerais e incondicionais, como uma resposta específica a circunstâncias imediatas. Entretanto, um padrão pluralista de relações entre os povos do mundo está emergindo, mas de forma vaga e irregular, feito de retalhos e indeterminado. Ao contrário de muitas “profecias”, todos esses fenômenos não produziram a sensação de uma nova ordem mundial, mas um sentimento de dispersão, particularidade, complexidade e descentramento, ou ainda, de “nova desordem mundial” (JOWITT, 1997 *apud* BAUMAN, 1999).

Em sua análise das perdas e ganhos desse processo, Geertz (2001) considera que a distância entre as disputas locais e a confrontação global parece se reduzir. Afirma que o esfacelamento das coesões maiores em coesões menores tornou difícil relacionar as realidades locais com as globais. Para que o geral possa ser apreendido e para que se descubram novas unidades é necessário apreendê-lo caso a caso, como ele diz, aos estilhaços.

Geertz (2001) se pergunta como ficam os grandes conceitos integradores e totalizantes que durante tanto tempo organizaram as idéias sobre a política mundial. O autor se encontra no meio de um novo debate. De um lado, os pós-modernistas que descartam padrões abrangentes, as narrativas mestras, e acreditam na existência de apenas acontecimentos, pessoas e fórmulas passageiras. De outro, os defensores da substituição dos conceitos de larga escala, integradores e totalizantes, por outros ainda mais integradores e totalizantes e que apostam no confronto atual entre as civilizações. Entre estas existem, ainda, as teorias que decretaram o fim da história. Geertz, por sua vez, compõe um grupo dos que defendem a necessidade de fazer uma triagem de assuntos concretos, para defender comparações pormenorizadas – investigações específicas de diferenças específicas.

Com a tese de que a teoria política deve ser um compromisso intelectual, móvel, preciso e realista, com problemas presentes que são presentemente clamorosos, Geertz faz uma crítica, sobretudo, ao liberalismo, considerando que, em determinados momentos, este

fenômeno tem sido aplicado com indiferença à realidade das coisas. Tal movimento precisa ser reconcebido, mediante a experiência política ocidental e as aprendizagens da convivência, com certo grau de civilidade, entre pessoas com diferenças (GEERTZ, 2001). Para ele, a diferença tem que ser reconhecida, de maneira explícita e franca e não obscurecida.

Diante das fragmentações do mundo contemporâneo, a visão da cultura como um consenso em torno de elementos fundamentais – concepções, sentimentos e valores comuns – não tem muita consistência diante da dispersão e desarticulação presentes em um mundo, onde a identidade coletiva é demarcada, sobretudo, por falhas e fissuras. Ainda, segundo Geertz (2001), no capitalismo sem fronteiras e na aldeia global não são acordos profundos sobre questões profundas que parecem definir a identidade, mas a recorrência de divisões conhecidas, argumentos persistentes ou ameaças permanentes, dando a idéia de que é preciso manter a ordem da diferença.

A grande contribuição nesse debate da antropologia interpretativa, seguida pela antropologia política no Brasil, é a incorporação de elementos que estão no plano do simbólico na compreensão da política. Barreira (2004) e Neiburg (2006) alertam que, para se compreender a política contemporânea, é imprescindível estar atento para elementos – como sentimentos e emoções, intimidade – que, por vezes, foram reservados à dimensão subjetiva, considerados irracionais e, portanto, exteriores aos interesses da teoria política clássica. Barreira (2004) ressalta a percepção das emoções e sentimentos como parte das regras sociais e jogos políticos, o que evita pensá-los como matérias substantivas da natureza humana, atentando para os seus significados e formas de expressão, construídos e/ou incorporados – no caso do seu estudo – à disputa eleitoral, bem como para as ligações entre o plano dos sentimentos e a ordem social.

Neiburg (2006) busca entender a combinação entre negócios, política e brigas entre famílias, assunto ignorado pela teoria política clássica, porque era classificado como fenômeno remanescente de um passado pré-moderno e descrito como ideologia ou espetáculo, patologias individuais ou coletivas, fora da “boa sociedade” e da “boa política”. O autor considera importante a temática para compreender a política moderna e para entender “as formas ‘nativas’ de construir e relacionar espaços sociais de naturezas e escalas diferentes, tais como o nacional e o local, a família e a política” (p. 333).

Essas interpretações ajudam a pensar o Maranhão no contexto contemporâneo e as limitações de projetos que visam à superação de práticas e imaginários que orientam as relações que mantêm vivas oligarquias regionais, mencionadas por Caccia Bava (2010). A experiência com o Programa ATES, narrada e analisada nos Capítulos 4 e 5, mostra que a

ruptura com estruturas oligárquicas requer maior atenção sobre os elementos atribuídos à dimensão subjetiva acionados, com frequência, em processos eleitorais mais recentes, quando a piedade e a comoção pública - entre outros sentimentos em função, por exemplo do estado de saúde de candidato (as) -, são exploradas por marqueteiros políticos e transformadas em elementos de identidade e solidariedade em favor de determinados políticos.

Cabe ressaltar, ainda como desmembramento do fenômeno da mundialização do capital, a criação de espaços públicos, visando ao equacionamento de questões planetárias, a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU, da Organização Mundial do Comércio – OMC, Banco Mundial – BM. Esses órgãos multilaterais assumem posição mais ativa na discussão de problemas globais. Essa esfera pública global tem permitido a emergência da sociedade civil, pensada como uma multiplicidade de organizações, não mais submissa às razões do Estado nem aos mecanismos de mercado, mas, como esfera que mantém sua autonomia em relação àquelas, sendo, ao mesmo tempo, capaz de estabelecer com elas formas de solidariedade. Vieira (1996) atribui esse processo à mudança de paradigma; a sociedade civil deixa de ser vista de forma passiva e passa a ser percebida, também, ativamente, como o contexto e o produto de agentes coletivos que se autoconstituem.

Também já foi explicitado que o chamado Estado Contemporâneo vive a tensão de ser forte para atenuar a exclusão social, resultante do modelo econômico vigente, e de ajustar-se às exigências do capital. Isso o coloca diante do desafio de descobrir novas relações com o setor privado e com a sociedade civil, como forma de seguir as orientações das agências multilaterais. Estas, condicionam o desenvolvimento econômico e social sustentável à formação de um Estado atuante, com posição mais de *parceiro* e *facilitador* do que de *diretor* (DUPAS, 1999).

Portanto, a atual ordem mundial impõe mudanças na forma de planejar. O Estado nacional burocrático, por intermédio de seu corpo de especialistas, já não é a única esfera com autoridade para planejar as políticas públicas, agora em processo de descentralização. Há o discurso que sugere a abertura de possibilidades da participação da sociedade civil organizada no planejamento e no controle dessas políticas sociais contemporâneas. Sobretudo nos países industrializados do Terceiro Mundo, essas políticas orientam para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, recomendando a intermediação das ONGs em trabalhos de parceria com grupos organizados formalmente (GOHN, 1997).

É considerando esse contexto que a relação Estado/Movimentos Sociais, na contemporaneidade, é pensada nesta tese, não na perspectiva dicotômica que separa Estado, para um lado; movimentos, para o outro. Leitura que nos impede de pensar os termos fora das

articulações e das relações de poder que os unem e de perceber outras possíveis articulações e relações de poder ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas (SANTOS, 2004).

Pensar a relação Estado/Movimentos Sociais em um país como o Brasil e em um Estado com o perfil do Maranhão requer cuidado no emprego de certas noções e conceitos hoje largamente empregados no jogo de forças pela hegemonia. Com essa cautela, inicialmente tento fazer uma diferenciação entre os termos “políticas públicas” e “políticas ou programas governamentais”. Para o primeiro faço uso da concepção elaborada por Lins de Azevedo (2004), para quem as políticas públicas representam a materialidade da intervenção do Estado. Para compreendê-las, é preciso ter em mente “as estruturas de poder e de dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social e que têm, no Estado, o lócus da sua condensação” (idem, p. 5). Ainda, segundo a autora, “o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (*ibidem*, p. 6).

Seguindo essa orientação teórica, as *políticas públicas* são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado, guardando estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. São construções orientadas por valores, símbolos e representações sociais “que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade” (*ibidem*, p. 7). O termo *política ou programa governamental* aponta para uma ação governamental que prescinde desses valores, desses símbolos e dessas representações culturais.

Augusto (1989) identifica uma aproximação dos termos planejamento e políticas públicas. A compreensão dos mesmos nos ajuda a entender também a intervenção estatal no Brasil, já que ambos têm a ver com a atuação do Estado. O termo *política pública* passou a se impor no discurso oficial e nos textos das ciências sociais, em lugar da noção de *planejamento estatal*, a partir dos anos 1970, alterando a perspectiva desenvolvimentista predominante nas décadas de 1950 e 1960, quando toda a ênfase era dada para a ação do Estado e sua força transformadora. Esta ênfase, no entanto, é limitada com o uso da expressão *política pública*, cujo sentido se refere à intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social.

Para o sociólogo Caccia Bava, as políticas públicas deveriam garantir a universalização dos direitos para todos os cidadãos, entretanto, na lógica do neoliberalismo, elas são tratadas como políticas compensatórias que não visam à universalização de direitos e

limitam-se à transferência de renda, de assistência, destinadas aos mais pobres. Tais políticas existem porque a política econômica gera pobreza e desigualdade.

Caccia Bava (2010) retoma a história das políticas sociais, destacando que elas surgiram no século XX, no momento em que o Estado, diante da pobreza e do desemprego, procurava, com recursos públicos, garantir direitos básicos: alimentação, moradia, vestuário e saúde, para enfrentar a ameaça de expansão do socialismo. As políticas sociais tinham o caráter de conter os conflitos, as tensões que pudessem desencadear um processo político que ameaçasse o capitalismo. Nos anos 1990, o mercado era livre para buscar um lucro maior e essa corrida aumentava a concentração de renda, a pobreza e a desigualdade. As políticas sociais vieram, então, para compensar a desigualdade produzida pela lógica do mercado.

A questão certamente nos remeterá à discussão sobre os termos *público* e *privado* e da atuação estatal no País. Augusto (1989) lembra o processo de alargamento do chamado espaço público e do aumento dos temas e problemas convertidos em “questões de Estado”. A partir dos anos 1970, quando as formas e as funções do Estado passaram a ser questionadas, foi colocado também em debate o perfil que deveriam assumir as *políticas públicas*, em particular as voltadas para os setores sociais, compreendidas até então como um elemento estrutural das economias de mercado.

O presente estudo consiste na análise do processo de construção de uma política pública. O ATEs, criado enquanto programa governamental em 2003, como resultado de um longo debate que envolveu diferentes agentes sociais em torno da política de assistência técnica para a reforma agrária, é incorporado à Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

O acompanhamento da relação de forças que envolveu a construção dessa política demonstrou que o Brasil reivindica o status de ser um Estado de direitos, democrático, mas ainda enfrenta muitas barreiras para constituir-se, enquanto um Estado pluriétnico. A Constituição de 1988 proporcionou a abertura de espaços significativos para sujeitos que por centenas de anos viveram na invisibilidade, quando reconheceu o direito à diferença e os direitos étnicos, fortalecendo as tendências da teoria do pluralismo jurídico e possibilitando uma revisão da noção de “povo”, por vezes associada à ideia de “minorias”. A partir desse momento histórico assistimos ao deslocamento da ideia evolucionista de “assimilação”, pelo estabelecimento de nova relação jurídica entre o Estado e esses povos (ALMEIDA, 2004).

Como situação exemplar, temos o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Art. 68, que garantiu direito à propriedade definitiva aos quilombolas (SHIRAISHI NETO, 2007).

Segundo Pacheco (2005), o processo de instituição da Constituição de 1988 trouxe outra perspectiva política, o que gera uma guerra de posição. Assiste-se à pressão da sociedade pelo reconhecimento da diversidade cultural, pela institucionalização dos direitos humanos e pela afirmação dos direitos étnicos, exigindo a configuração de nova performance jurídica. A questão social ainda é uma lacuna e o grande desafio é promover um desenvolvimento que conjugue democracia, justiça social e ecologia. Shiraishi Neto (2006, p.13) atenta para a grande contraditoriedade inerente às políticas públicas em um Estado que se pretende plural:

O Estado brasileiro tem negado sistematicamente a existência social desses povos, na medida em que as políticas governamentais continuam sendo pensadas de forma ‘universal’, levando à constituição do ‘reino de um único direito’, o que mais tem servido para ‘apagar’ as diferenças existentes do que para garantir o direito às diferenças.

Vivemos uma era em que nova imposição parece se configurar. Como afirma Almeida (2002), os apelos verificados nas políticas governamentais aos termos *participação* e *comunidade* dão a ilusão de poder e de fortalecimento da sociedade civil, via intervenção governamental. Entretanto, “a monotonia e a homogeneidade de estatutos utilizados no perfil traçado do que vem a ser considerado *associação*, seja no centro-sul do Brasil ou na Amazônia, revelam uma noção de *comunidade* que menospreza as especificidades”, (idem, p. 6-7). Ainda segundo este autor, esse quadro coloca em evidência um debate clássico na sociologia sobre o indivíduo e o coletivo. O poder público, para implementar suas políticas, impõe que o cidadão esteja organizado coletivamente, intervindo, por vezes, na autonomia dos processos organizativos pré-existentes.

A situação analisada acena para o que Carvalho (2006a) chama de “confluência contraditória de democratização e de ajuste” do Estado Brasileiro contemporâneo. No período de 1988 a 2000, a construção de uma Constituição cidadã e a normalização da vida democrática foram acompanhadas por uma movimentação reformadora de desconstrução do Estado, estimulada pelo avanço do neoliberalismo na América Latina. Ao mesmo tempo em que a esfera pública é levada a um ajuste estrutural, emergem forças sociais – outrora condenadas ao mundo subterrâneo do Estado nação – que clamam por direitos humanos sociais, cidadania para todos e por espaços públicos para a definição de políticas públicas que reconheçam sua existência, exigindo a formatação de um Estado pluriétnico. Segundo Sposati (2002), ao contrário do desmanche social, apresenta-se no Brasil, nos anos 2000, um novo

modelo de regulação social que vincula democracia e cidadania, mas descentrado do pleno emprego e do trabalho formal.

A contraditoriedade da situação brasileira se apresenta na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã que assegura a universalização de direitos, mas não consegue efetivar tais conquistas na prática. A educação, por exemplo, apesar de ter o acesso universalizado, ainda não alterou o quadro de 10% da população brasileira que continua analfabeta. Durante a década de 1990, uma das estratégias foi a deterioração e privatização dos setores da educação, saúde e previdência, não permitindo à classe média outra alternativa que não fosse a busca dos serviços privados.

A confluência de democratização e ajuste impede que o Brasil se reconheça enquanto um “Estado Pluriétnico”, tal como pensam alguns juristas (ALMEIDA, 2004), e tampouco chegue à adoção de uma política étnica, bem como de ações governamentais sistemáticas capazes de reconhecer os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica. Em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como o caso brasileiro, o Estado ajustador tem seus limites e as conquistas jurídico-institucionais têm dificuldades de serem encarnadas (MARTINS; GAIOSO; ARAÚJO, 2009).

Ao analisar o processo de transformação do problema ambiental em uma questão social, Lopes (2004) identifica como um dos fatores o estímulo da Constituição de 1988 ao envolvimento dos cidadãos, legitimando a participação popular, com tendência à democratização das políticas públicas. Diz o autor:

Essa seria uma nova forma de gerir a coisa pública, e o conjunto do Estado vai nessa direção. No entanto, nem sempre as formas e os instrumentos participativos oferecidos por essas políticas encontram eco nas práticas da população ou na política local. E nem sempre as propostas políticas democráticas sabem lidar com as demandas da população (idem, p. 28).

Nas questões específicas, como as de interesse de povos e comunidades tradicionais, a solução burocrática encontrada, até o momento, articula as disposições constitucionais com as estruturas administrativas pré-existentes, deixando a competência de operacionalização a cargo de aparatos já existentes, resultando em obstáculos concretos para a solução de determinados problemas, como a homologação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e por comunidades quilombolas.

Dado que o Estado Brasileiro Contemporâneo emerge da reforma ajustadora e vive as tensões de seguir a lógica do capital, em sua fase neoliberal, e, ao mesmo tempo, atender às demandas sociais, em meio aos processos de democratização do país, podemos

afirmar que se trata, portanto, de um espaço tenso, contraditório. Santos (2008), em seu artigo *Bifurcação na Justiça*⁶⁷, analisa que o Brasil atravessa um período alto de judicialização da política e que, “em momento de bifurcação histórica, as decisões do Supremo Tribunal Federal nunca serão formais, mesmo que assim se apresentem. Condicionarão decisivamente o futuro do país. Para o bem ou para o mal”. Isso acontece, segundo o autor, quando os conflitos jurídicos são emergências de conflitos sociais subjacentes que o sistema político não quer ou não pode resolver, o que nos leva a crer que no Brasil é no campo do jurídico em que se expressam, com mais veemência, as lutas sociais e de poder pela conquista da hegemonia civil, citada por Oliver (2009).

O fato é que ainda são recentes as experiências de construção das políticas públicas direcionadas a segmentos diferenciados da sociedade, que passaram a reivindicar a viabilização de políticas direcionadas para suas situações específicas. Podemos considerar que temas como “políticas públicas” e “territorialidade” passaram por um processo de construção sócio-política relacionada à própria organização dos denominados movimentos sociais. Como bem destacam Paoli e Telles (2000), nos anos 1980, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e suas reivindicações de direitos resultaram em conquistas importantes. É no final dessa década que outras formas de mobilização, no entanto, passam a ter maior presença no cenário nacional, a partir da emergência de grupos sociais organizados em movimentos que lutam por mudanças comportamentais, de valores, pelo reconhecimento de territorialidades específicas e outras demandas.

Com a Constituição de 1988, essas forças mobilizatórias ganham visibilidade e conseguem assegurar direitos direcionados a comunidades e ao reconhecimento de territorialidades específicas e influenciam na construção de espaços plurais de representação de identidades coletivas que hoje se apresentam como interlocutores reconhecidos no cenário político nacional⁶⁸. Essas ações de solidariedade dos movimentos sociais, orientadas por fatores étnicos, resultaram em diferentes dispositivos jurídicos presentes na Constituição Federal de 1988⁶⁹. Nesse contexto de lutas por acesso a políticas públicas, o termo

⁶⁷ Por bifurcação, Santos (2008) entende “a situação de um sistema instável em que uma alteração mínima pode causar efeitos imprevisíveis e de grande porte”.

⁶⁸ O critério de autodefinição é reconhecido pela própria legislação que rege o direito dos povos e comunidades tradicionais, sendo resultado de mobilizações dessas comunidades tradicionais em torno do reconhecimento de seus direitos territoriais.

⁶⁹ No caso das Comunidades Quilombolas, o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias legisla sobre a regularização do território quilombola. Em junho de 2002, o Decreto Legislativo Nº. 143 ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, de julho de 1989, que estabelece como critério fundamental para o reconhecimento de “terras tradicionalmente ocupadas” os elementos de autodefinição, além de dispor sobre termos de dominialidade e do direito ao retorno as suas terras tradicionais (Artigo 16).

comunidade, clássico da discussão antropológica da segunda metade do século passado, é atualizado pela política pública, que o remete para a noção de coletividade, ou seja, para a esfera do político organizativo, tal como se percebe na Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (MARTINS; GAIOSO; ARAÚJO, 2009).

A gênese desse debate orienta para uma reflexão acerca do conceito de *comunidade*, à luz da literatura clássica da sociologia (WEBER, 1996), que pode ser cotejada com a literatura mais contemporânea, na revisão das interpretações de *comunidade* como espaço homogêneo, harmônico, sem conflitos – que não incorpora a dimensão política dos grupos –, por vezes expressos em documentos e em projetos oficiais ou empresariais, como forma de fundamentar teoricamente a imposição de uma prática, sem a devida reinterpretação dos termos “participativo”, “coletivo”, “comunitário”. Dessa forma, homogeneiza-se a idéia do coletivo, desconsiderando-se formas organizativas pré-existentes nesses espaços sociais e apresenta-se a ideia de participação como espetáculo – ou espetáculo da participação –, quando direitos fundamentais são subsumidos a essa participação.

O ponto de partida pode ser a concepção de Durkheim (1995) que explica as diferenças de tipos de sociedades humanas por meio de um esquema evolutivo, ressaltando que, progressivamente, a solidariedade mecânica – aquela que se deriva apenas das semelhanças próprias das sociedades onde a consciência coletiva se sobrepõe à consciência individual – perde terreno para a solidariedade orgânica – a que se deriva das diferenças e onde ocorre um “afrouxamento” da consciência coletiva em favor da consciência individual. Esse afrouxamento se dá na medida em que a sociedade industrial avança, imprimindo uma nova divisão do trabalho.

Para o autor, as sociedades humanas passam por uma evolução social, deslocando-se de uma estrutura social que tem na horda o seu tipo ideal, formada por segmentos homogêneos e semelhantes entre si, onde o indivíduo é absorvido no grupo por uma coesão especial (a parte no todo), para uma estrutura social caracterizada por um sistema de órgãos diferentes, “cada um dos quais tem um papel especial, e que são formados, eles próprios, de partes diferenciadas. Ao mesmo tempo que não têm a mesma natureza, os elementos sociais não estão dispostos da mesma maneira” (idem, p.165).

O sociólogo alemão Max Weber (1996) apresenta outra interpretação na explicação das diferentes estruturas sociais identificadas e estabelece uma diferença entre os termos “comunidade” e “sociedade”:

Reconhece como terras tradicionalmente ocupadas aquelas resultadas de processos, tanto de colonizações antigas quanto as de ocupação recentes (ALMEIDA, 2006; SHIRAIISHI NETO, 2007).

Llamamos comunidad a una relación social cuando y en la medida en que la actitud en la acción social – en el caso particular, por término médio o en el tipo puro – se inspira en el sentimiento subjetivo (afectivo o tradicional) de los partícipes de constituir un todo (p. 33).

Esse tipo de sociedade em que prevalecem os sentimentos de pertencimento pode coexistir, segundo Weber, com outras formas de relações sociais:

Llamamos sociedad a una relación social cuando y en la medida en que la actitud en la acción social se inspira en una compensación de intereses por motivos racionales (de fines o de valores) o también en una unión de intereses con igual motivación (idem, p. 33).

A sociedade, ainda, segundo Weber, pode se basear em um acordo ou pacto racional, por declaração recíproca e essa ação pode ser orientada pelos valores, pelos méritos e pelos fins, ou seja, por motivos racionais. A interpretação de Weber lembra a distinção feita por F. Tonnies (apud WEBER, 1996) de *gesellschaft* (sociedade) e de *gemeinschaft* (comunidade), em que o autor enfatiza as características do tipo mais puro de sociedade: a) a troca estritamente racional com relação aos fins, e livremente pautada no mercado; b) a união pautada e dirigida por determinados fins, ou seja, por interesses objetivos. Enquanto que a comunidade pode ancorar-se sobre os fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. Para Tonnies, a comunidade é estabelecida por laços de amizade, vizinhança e afetivos entre seus membros, constituindo-se como a forma básica da união dos homens, enquanto que a sociedade é demarcada pelo individualismo, frieza nas relações, maximização das relações de troca, cujos controles se firmam por atos normativos, como leis e regimentos.

Weber amplia o conceito de *comunidade* na medida em que considera que toda relação social pode dar lugar a valores afetivos que transcendam os simples fins queridos. Toda sociedade que exceda os termos de uma mera união e que seja de larga duração e envolva as mesmas pessoas tende a fomentar sentimentos de afeto.

Estudiosos mais contemporâneos percebem o termo *comunidade* como uma construção social e não como resultado de uma “evolução social”. Gusfield (1975, p. 36) afirma que “a história, a tradição e o sentido de identidade da comunidade ativamente são escritos ou criados por membros da sociedade, no presente, para encontrar-se com necessidades sociais atuais”. Dessa forma o autor se contrapõe às interpretações do termo *comunidade*, como algo dado, e diz que a comunidade pode estar dentro da sociedade.

O sociólogo polonês Bauman (2001) e o historiador Eric Hobsbawm (1997) questionam a utilização indiscriminada do termo *comunidade*, justamente nas décadas em que as chamadas comunidades, no sentido empregado pela sociologia clássica, estão difíceis de

ser encontradas. Ao explicar o processo de liquefação por que passa a sociedade moderna, Bauman (2001, p. 14) lembra que:

Hoje, os padrões e configurações não são mais dados, e menos ainda ‘auto-evidentes’; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram reclassificados de acordo com os itens no inventário das tarefas individuais. Em vez de preceder a política-vida e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções. Os poderes que liquefazem passaram do ‘sistema’ para a ‘sociedade’, da ‘política’ para as ‘políticas da vida’ – ou desceram do nível ‘macro’ para o nível ‘micro’ do convívio social.

Distintamente daqueles que pensam a *comunidade* como elemento do passado ou como oposição ao termo *modernidade*, Bauman considera que em termos sociológicos, o termo *comunitarismo* é uma reação à acelerada “liquefação” da vida moderna, “uma reação, antes e acima de tudo, ao aspecto da vida sentido, como a mais aborrecida e incômoda entre suas numerosas conseqüências penosas – o crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais” (idem, p. 195). Nessa perspectiva, a *comunidade* se apresenta como o espaço da segurança para aqueles que assistem a seus direitos ameaçados pelo processo de “liquefação” da vida moderna.

O retorno à literatura clássica é pertinente, tendo em vista que nos anos 1990/2000 assiste-se a diferentes investimentos econômicos, envolvendo a iniciativa privada e o poder público – este último por meio de financiamentos de organismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial – com apelos constantes ao estabelecimento de *parcerias* e de *participação* da sociedade civil. A ênfase com que as noções de *comunidade* e *solidariedade* aparecem em programas e projetos oficiais, bem como nas estratégias empresariais, expressam uma relação pretendida com a sociedade civil.

No Brasil, nos anos 1990, no governo FHC, Bresser Pereira (1998; 2005) defendeu a tese da reforma do Estado⁷⁰, argumentando que existia um papel complementar à ação do Estado na área das políticas sociais, que passam a ser orientadas para a

⁷⁰ Valles (2003, p. 151-152), em seu estudo sobre a reforma do Estado, cita a corrente de pensamento denominada “Nova Administração Pública”, que pretende dotar os Estados nacionais de uma nova governança: “após uma fase inicial de redução das burocracias e de ajustes estruturais mais ou menos severos, visando à disciplina, à austeridade orçamentária, ao controle do déficit público e da inflação e à estabilidade monetária e cambial, caminha-se rumo a uma nova etapa de reconstrução do Estado, numa tentativa de superar o ‘Consenso de Washington’, calcado na ortodoxia neoliberal”. Na defesa de uma administração pública mais eficiente, essa corrente de pensamento abandona a ideia do Estado mínimo e argumenta que o Estado tem um papel relevante, ativo e positivo a desempenhar no aperfeiçoamento e catalisação do sistema econômico. Quanto às políticas públicas, estas são voltadas para a formulação de um marco institucional catalisador das forças produtivas nacionais, logrando inserir sua economia no mercado internacional globalizado, em condições de competir.

desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, com a intermediação das ONGs em trabalhos de parceria com comunidades organizadas (GOHN, 1997). Criou-se a figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, organizações que não têm mais uma visão de entidades independentes da sociedade civil, que concedem suas formas de intervenção e atuam junto a redes de cidadania na garantia de direitos, na efetivação de políticas mais universais.

Lembrando que o mundo das ONGs é plural, Caccia Bava (2010) faz uma diferenciação entre as OSCIPs e as organizações que surgiram no período do regime militar, formadas por grupos de cidadãos que se organizavam para a defesa de direitos contra a tortura, o controle da mídia, pela livre expressão, livre organização partidária, além de entidades da sociedade civil que defendiam o direito das mulheres, dos negros, das crianças. Essa mobilização resultou nas conquistas sociais da Constituição de 1988.

Hoje existem entidades que se organizam em defesa dos direitos e impulsionam sua ampliação. No Brasil, existem vários órgãos – a exemplo da Delegacia da Mulher, da Secretaria Especial da Presidência da República – dentro da estrutura governamental, que surgiram a partir dos movimentos sociais, como o de extrativistas, quilombolas, indígenas, que se organizam em associações, entidades; se articulam em redes, fóruns, e conseguem uma atuação com mudanças políticas. Ao lado disso, surgiu, nos anos 1990, uma nova geração de ONGs que prestam serviços para o governo e que entram no chamado mercado social, cuja lógica é a de prestação de serviços, a despeito da questão da cidadania e dos direitos.

A interpretação desse duplo movimento leva a crer que, para se fazerem existir, os grupos em risco de exclusão social são instados a se organizar formalmente, se inserindo nesses espaços públicos, propostos pelos organismos multilaterais de financiamento, demonstrando que, para requerer os direitos e a cidadania, o indivíduo denominado *pobre* só existe como comunitário. Assim as políticas governamentais e os investimentos econômicos geram a emergência de diferentes formas de existência coletiva que, por vezes, concorrem com as formas nativas de organização (ALMEIDA, 2002), estruturadas pelos agentes sociais envolvidos.

Assiste-se, em conseqüência, à problematização e politização de questões como a pobreza, a violência e a fome, antes interpretadas como naturais e locais e agora tratadas como problemas de forma universalizada⁷¹. Este processo dá origem a novas formas de articulação e de planejamento internacional. Se anteriormente as formas de financiamento do

⁷¹ Sobre a problematização da questão da pobreza de forma universalizada, consultar Escobar (1996).

Banco Mundial estavam atreladas ao Estado⁷², sendo este o principal planejador, atualmente configura-se outra situação, em que a noção de *parceria* é prioritariamente estabelecida com os movimentos sociais.

Atualmente, percebe-se um redirecionamento das formas de financiamento, privilegiando o desembolso rápido para atender as necessidades do balanço de pagamentos dos países ditos *subdesenvolvidos*. O Banco passou a monitorar a alocação e o emprego de recursos via políticas setoriais internas e de ajuste estrutural, com ênfase para projetos apresentados por grupos organizados da sociedade civil, quer em formas de cooperativas ou de associações. Entretanto, conforme alerta Teixeira (2002), a concepção de participação, partilhada por bancos multilaterais e setores da burocracia estatal, restringe-se à execução de projetos. Trata-se, segundo Leroy e Soares (1977, *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 122), de uma “perspectiva tecnoburocrática, baseada nos bons resultados do projeto e na economia de recursos. A participação é vista como uma forma de garantir melhor relação custo/benefício”.

Concomitante a esse processo, outro movimento também se observa. Se há uma imposição no sentido da organização formal em cooperativas e associações, esta imposição se dá por um consentimento das organizações, que não se colocam de forma passiva nessa relação. Elas também parecem se apropriar do espaço como uma forma de luta pelo reconhecimento e legitimação de suas demandas por meio das políticas públicas.

As organizações conveniadas com o INCRA ilustram o que se vem afirmando. Todas elas são vinculadas a movimentos sociais que surgiram entre final dos anos 1970 e 1990 e que se institucionalizaram, por meio de formas organizativas reconhecidas pelo Estado, como estratégia política, para dialogar com o poder público e acessar políticas públicas. Como apresentaremos nos Capítulos 3 e 5, essas organizações têm acessado programas governamentais específicos, particularmente os que oferecem apoio ao extrativismo e à produção familiar e, desde o início da década de 1990, participam do processo de construção de uma política pública voltada para a assistência técnica e extensão rural, processo que se consolida em 2010.

A breve recuperação da construção e ressignificação de termos e conceitos, necessária na reflexão sobre as políticas públicas, em tempos contemporâneos, inclui, ainda, a noção de território, termo que, no âmbito da antropologia, deslocou-se da idéia de espaço físico e localizável geograficamente para situações nas quais os grupos acionam o dado étnico

⁷² A primeira missão econômica do Banco Mundial para a América Latina, datada de 1949, tinha como objetivo a reconstrução econômica desses países, e possuía como campo prioritário o financiamento de projetos no setor da energia elétrica. Nesse período todos os financiamentos do Banco Mundial passavam pelo corpo burocrático do Estado. Sobre a vinda dessas missões para o Maranhão, consultar Bello Filho (1998).

como fator de mobilização. Almeida (2006) considera que, enquanto uma construção social, o território atém-se aos critérios intrínsecos de mobilização e enfatiza o fator que enuncia a disputa e o conflito. Vivencia-se a fabricação de novas unidades discursivas que substantivam e diversificam o significado das “terras tradicionalmente ocupadas”. Além de refletirem as mobilizações políticas mais recentes, essas unidades discursivas enfatizam os sujeitos da ação e suas formas organizativas.

Estamos diante de novos significados e de uma interrelação das noções de tradição, comunidade e território que consideram as formas organizativas dos grupos sociais como centrais (MARTINS; GAIOSO; ARAUJO, 2009). Na ressignificação da tradição são incorporados elementos do presente, como as lutas contemporâneas, que envolvem o reconhecimento da territorialidade e dos saberes locais. Trata-se, no dizer de Hobsbawm (1997, p. 11), de uma invenção da tradição que relativiza a própria concepção de tempo linear e de uma suposta ancestralidade ou laços primordiais⁷³, de modo que o tradicional, em tempos contemporâneos, não é o costume, o que se repete ou o consuetudinário. O termo está sempre sendo reelaborado, conforme a percepção do agente sobre si, exigindo atenção especial a outro termo, “conhecimento tradicional” – e para sua dimensão política –, acionado pelos agentes sociais como estratégia de mobilização para assegurar direitos (ALMEIDA, 2010).

Durante toda a construção desta tese, tento refletir sobre o momento presente como de mudanças paradigmáticas, num esforço de situar a concepção da proposta de ATES, dentro de um debate muito mais amplo, em que o modo de vida hegemônico nas sociedades orientadas pela economia de mercado está em questionamento. Sua superação chega a ser proposta em diferentes espaços públicos, de caráter local, regional ou global, como vimos nos itens anteriores. A concepção, em construção, de outra(s) sociedade(s) implica revisão de conceitos e a descoberta de uma linguagem capaz de refletir a visão de mundo pretendida.

Partindo da aceção de Thomas Samuel Kuhn (1992), compreendo que os paradigmas são realizações científicas, universalmente reconhecidas, que prevalecem no processo de produção de um conhecimento, de elaboração de construções teóricas e proposições de políticas públicas. Eles tanto contribuem para a formação da realidade, de acordo com a visão de mundo de seus criadores, como também estão sujeitos a rupturas e superações resultantes das revoluções científicas. São, portanto, como bem destaca Molina e Jesus (2005), territórios políticos que contribuem para transformar a realidade, ou seja, o

⁷³ A Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, considera territórios tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Ver Almeida (2006), Martins, Gaioso e Araújo (2009).

desejo de mudar a realidade pressupõe a promoção de revoluções científicas e a construção de novos paradigmas.

O tema aqui analisado é um campo minado por processos de lutas pela desconstrução de determinados paradigmas e pelo reconhecimento de outros que estão em construção. Por isso, acrescento a esta revisão conceitual a clássica classificação dicotômica “campo x cidade”; “rural x urbano” – que privilegiou o mundo dito “urbano” em detrimento do mundo dito “rural”, condenado à representação do “atraso”, da “tradição”, do “arcaico” – na perspectiva de me aproximar dos esquemas explicativos que tentam romper com oposições binárias. E nesse caso, os movimentos sociais parecem pioneiros na iniciativa.

Se o campo não roça, a cidade não almoça.
Se o campo não planta, a cidade não janta.
(MST)

A ruptura com a dicotomia pretendida na poesia do MST é justificada com o argumento apresentado pelos autores de que toda classificação, sendo uma construção social, é arbitrária. Bourdin (2001, p. 25) afirma que a “localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos”. Tal assertiva ilustra bem o quanto que há de arbitrário na construção de idéias e de conceitos, paulatinamente introjetados e reproduzidos, como um dado da natureza e como se a natureza fosse intocável e imutável.

No caso específico da oposição “rural” x “urbano”, o ponto de partida é a própria Sociologia Rural e a ambigüidade original que a acompanha desde que surgiu como disciplina, para explicar modos de vidas diferentes – porque organizados fora da lógica do capital – classificados, inicialmente, como *periféricos*. Souza Martins (1986, p. 17) refere-se aos limites dessa disciplina, por constituírem-se de “ideias-elemento conservadoras”, que representam as “idéias-elemento do pensamento burguês e liberal” da fase de constituição da sociedade capitalista. Seu interesse era compreender como essa ambigüidade, percebida na Sociologia em sua origem, se reflete na constituição de um campo específico, a Sociologia Rural.

Souza Martins (1986) supõe que a ambigüidade desdobra-se nas dicotomias, de maneira que essa ambigüidade não seja percebida em cada termo da oposição criada, e, sim, no mundo. Este é que seria ambíguo e dicotômico. Assim a crise que fundamenta o surgimento da Sociologia Rural é interpretada mediante a perspectiva da expansão do *urbano*

sobre o *rural*, na medida em que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das cidades.

A história da disciplina no Brasil, nos anos 1950/1960, mostra que o tema alcançou certa hegemonia com a associação das principais universidades brasileiras e dos programas de mestrado e estudos rurais às universidades norte-americanas. O objetivo era promover o desenvolvimento da agricultura, para melhorar as condições de vida, ou seja, promover maior integração entre os espaços denominados *rural* e *urbano* e entre as atividades agricultura e indústria⁷⁴. Essa associação estava dentro do programa de modernização do campo brasileiro, a ser melhor detalhado no Capítulo 5.

Nos anos 1960, estudiosos da Universidade de São Paulo, ligados à sociologia crítica de Florestan Fernandes, dedicaram-se mais às análises dos processos sociais agrários. Nos anos 1970 esse tema perdeu espaço para outras temáticas, mas emergiram discussões em torno da *pequena produção, agricultura familiar*, categorias criadas em meio à transformação das políticas do Estado brasileiro, face ao surgimento de grupos e movimentos sociais que se fortaleciam no campo. Nos anos 1980, o debate foi centrado nas formas de *agricultura familiar*, classificadas como não camponesas e, nos anos 1990, as lutas sociais pela reforma agrária deram novo vigor ao debate.

Ainda, segundo Souza Martins (1986), a grande contradição da disciplina diz respeito ao fato de que ela está voltada para um objeto, o meio dito *rural*, entendido como meio social interno, qualitativamente diferente do meio dito *urbano*, e se traduz, na prática, pela intervenção desse mundo. Intervenção essa que, explícita ou implicitamente, visa a realizar a hegemonia do *urbano* sobre o *rural*. Ele se pergunta em que medida o público ou a demanda da sociologia rural são os povos ditos rurais.

Souza Martins (2000), retoma o tema no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, ressaltando o débito que a Sociologia Rural tem para com os povos *ruralizados* de todo o mundo, dado o seu compromisso com as inovações tecnológicas e com a idéia de modernidade, que gerou demolição cultural, o desenraizamento, a migração para as cidades e a condenação desses povos à existência, em forma de resíduo, à condição de resto da modernização. A disciplina passa, nos últimos anos, por um processo de desencantamento ao descobrir que esses povos têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino.

⁷⁴ No campo da economia, a interpretação clássica de Adam Smith (2003), em *A Riqueza das Nações*, associa diretamente o desenvolvimento do capitalismo à formação do Estado Nacional à construção de um mercado nacional, constituído pelo comércio entre o campo e a cidade, que determina o progresso natural da riqueza.

Além da Sociologia Rural, outros campos do conhecimento científico também tentam explicar esses modos de vida *ruralizados* pela Sociologia Rural, por meio de critérios diferenciados: ocupação, relação com o meio ambiente, volume das comunidades, homogeneidade, mobilidade social. Anita Brumer e Tavares dos Santos (2000) salientam, no entanto, a necessidade de se interpretar o dito *rural*, de acordo com o que fazem os que se intitulam a si mesmos de sociólogos rurais, a partir da análise das temáticas de que esses profissionais se ocupam.

Os esquemas dicotômicos apresentam-se também nas tipologias e nas categorias classificatórias construídas. Na perspectiva de explicar a realidade empírica, privilegiam-se determinadas noções de cunho genérico, ignorando-se a dinâmica e a diversidade de situações existentes. Atualmente dispomos de uma vasta literatura que analisa criticamente essas classificações. Podemos destacar os debates em torno das noções de “agricultura familiar”, “unidade familiar de produção”, e “unidade de produção”, trabalhadas por Carneiro (1999, 2000) e Neves (1995).

Maria José Carneiro (1999) ressalta que em todo esforço de classificação estão presentes a arbitrariedade da lógica de ordenação e a noção de sistema, e que todas as classificações seguem uma estruturação teórica, servindo a determinadas ideologias, sendo, portanto, resultado de escolhas e estando limitadas a um ou outro aspecto da realidade. Vale observar, nesse caso, os critérios utilizados na classificação e a propriedade de posição de quem classifica. Compreender, por outro lado, os processos em jogo nos quais e por meio dos quais essas categorias são produzidas. Quem nesse jogo de força, ou, que agentes sociais disputam a autoridade pelas classificações? Enfim, chegar até os instrumentos de análise, o que nos possibilitaria a percepção do processo de produção do problema e a desnaturalização de determinadas construções teóricas (BOURDIEU, 1998).

Por isso aproprio-me, nesta tese, da noção de *campo*, por compreender que ela emerge de um processo revolucionário, contrapondo-se à noção de *rural* – cujos limites já foram referidos. Também dotada de uma dimensão política, a noção de *campo*, apropriada pelos movimentos sociais contemporâneos, parte da noção de território, compreendido como espaço político ou como campo de relações sociais, de ação e de poder, portanto, um campo de disputa, inclusive no plano teórico, onde diferentes visões de mundo buscam o reconhecimento da comunidade científica e a conquista do poder de determinar a formação ou transformação da realidade.

Compartilho do pensamento de Molina e de Jesus (2005) de que a idéia do *rural* não dá conta das interrelações emergentes na sociedade, nem incorpora as demandas dos

movimentos sociais contemporâneos, pois sustenta uma visão unidimensional do mundo, excluindo tudo o que não o comporta. Se os paradigmas dão validade ao discurso, tornando o que está fora exótico e estranho, o *rural*, quando associado à ideia de tradicional, serve ao interesse do capital. O que está fora dessa lógica não existe na modernidade, não tem visibilidade ou está condenado a uma vida no subterrâneo, ou ainda, no dizer de Santos (2004), compõe o conjunto das experiências desperdiçadas pela ciência.

Do mesmo modo, a noção de território emerge como categoria para sintetizar outra ideia de desenvolvimento, também em construção, vinculada a uma organização territorial que incorpora a reflexão geográfica, demográfica, econômica, social, ambiental e política. Echeverri (2005) analisa que, tradicionalmente, o espaço denominado rural tem sido compreendido, ora por acepções ligadas a considerações demográficas, como áreas de assentamentos humanos dispersos ou de baixa concentração populacional; ora por acepções ligadas a considerações produtivas, que o definem com base em critérios econômicos, como espaços que dependem de atividades primárias. Arriscando outra classificação, o autor considera que o fator diferenciador do dito *rural* reside no papel determinante da oferta de recursos naturais, que delimita padrões de apropriação e permanência no território em processos históricos.

A tentativa de romper com a dicotomia criada rural x urbano deu origem ao surgimento de outros termos como *territorial rural*, assumida por alguns estudiosos, que incorpora suas dimensões econômica, ambiental, social, cultural, histórica e política, o que ajuda a repensar o presente e o futuro, bem como o tipo de desenvolvimento pretendido. Nesse aspecto, a dimensão econômica não é a única articuladora do chamado desenvolvimento rural, já que a noção de territórios engloba uma visão multidisciplinar que reivindica aspectos antropológicos, sociopolíticos, ecológicos, históricos, etnográficos e econômicos.

O que está em jogo são critérios de *di-visão* e de classificação (BOURDIEU, 1998). Esse debate vem inspirando a elaboração de programas governamentais, a exemplo do Programa “Território da Cidadania”⁷⁵, através do qual o governo pretende chegar a um novo desenho de território, incorporando entre seus critérios de definição não só dados geográficos, como também características econômicas, sociais, ambientais, associadas

⁷⁵ Programa de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, concebido pelo MDA, desde 2003, voltado às regiões mais pobres do Brasil, visando à superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Para isso, propõe a estratégia territorial, a consolidação das relações federativas, a integração das políticas públicas e a participação social. (Vide www.territoriocardadania.gov.br). Até o ano de 2009, o Programa havia mobilizado 22 ministérios e somava 120 territórios criados. Desse total, oito no Maranhão.

às identidades e coesão social e cultural. Muitos dos dados considerados vêm de fontes oficiais de pesquisa e dos programas sociais como o Bolsa Família. Entretanto, na fase de implantação desse programa no Maranhão, percebeu-se uma grande dificuldade de enxergar as territorialidades específicas já existentes, bem como formas organizativas políticas e econômicas definidas, a partir das relações construídas por esses povos nas suas relações com o meio ambiente e com suas culturas e que imprimem modos de vida diferenciados.

Compreendendo que o processo de construção de um paradigma vai além da sistematização dos argumentos que dão força à explicação de determinado problema e/ou a exposição de sua solução à comunidade científica, coadunado com a ideia de que, nesse processo, faz-se necessário interferir na linguagem, nos significados das palavras, enfim, nos elementos subjetivos que sustentam uma idéia, bem como nos instrumentos jurídicos responsáveis pelo reconhecimento formal dessa visão de mundo que luta pela conquista da hegemonia. É com esse espírito que os movimentos sociais que atuam no campo, no Brasil contemporâneo, propõem, por exemplo, uma política de educação no e do campo⁷⁶. Dessa forma, propõem uma nova relação campo/cidade, dentro do princípio da igualdade social e da diversidade cultural, também permeada de contradições e questões a serem resolvidas por meio dos movimentos sócio-territoriais (MOLINA; JESUS, 2005)⁷⁷.

Inspirada nestas reflexões teóricas e na ação política dos movimentos sociais – que se constituem objeto de observação deste estudo –, adoto a noção de campo para classificar os movimentos sociais que atuam junto aos segmentos camponeses e aos denominados povos e comunidades tradicionais que, nas últimas três décadas, se articulam no Brasil com fortes apelos às questões ambientais, ao respeito à diversidade cultural, às relações de gênero e de geração e às questões étnicas. Refiro-me aos emergentes na década de 1990 e classificados por Hobsbawm (1995) como “novos movimentos sociais” – que se distinguem das formas organizativas tradicionais, por incluírem em suas pautas reivindicatórias a consciência ambiental e as questões de gênero, e por adotarem um critério político-organizativo, deslocando sujeitos de uma existência atomizada para uma existência coletiva. Incluo outros movimentos, como o das quebradeiras de coco babaçu e quilombolas, que se articulam em defesa de seus territórios e os denominados povos e comunidades tradicionais.

⁷⁶ O destaque às preposições é para ratificar que a mudança de paradigma pressupõe mudanças no léxico. O no e o do representam uma visão de educação, em construção, que supera a idéia de *educação rural para* o meio dito *rural*. Deste modo a Educação, associada à noção de *campo*, se contrapõe ao modelo de agricultura capitalista, imprimindo à Educação uma forma de pensar esse espaço, a partir do ponto de vista dos agentes que nele vivem, em seus diferentes modos de viver e a partir de suas lutas sociais. Ver Caldart (2004).

⁷⁷ Sobre algumas dessas experiências de educação ‘no’ e ‘do’ campo, consultar Araújo (2007).

Todos eles reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas de ocupação e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2006).

Tratam-se, portanto, de movimentos sociais pluritemáticos que percebem o território em suas diferentes dimensões (cultural, econômica, social, ambiental e cultural). Utilizam táticas de pressão para influenciar as políticas públicas voltadas para a educação, saúde, assistência técnica, políticas de crédito, direitos políticos, sociais e étnicos. Inspirados nos princípios agroecológicos, esses movimentos investem em sistemas produtivos capazes de recuperar e preservar os recursos naturais e apostam no mercado segmentado, atualmente denominado de Economia Solidária⁷⁸.

No estudo sobre a relação Estado/Movimentos Sociais que atuam no campo, percebe-se que as políticas públicas têm incorporado noções advindas desses movimentos, o que não implica necessariamente o reconhecimento de suas demandas, quando da operacionalização de tais políticas. Paoli e Telles (2000, p. 102), alertam que a década de 1980 foi marcada pela esperança democrática e finaliza com o espetáculo da pobreza engendrada. Segundo as autoras, “na convergência da tradição excludente, de uma crise econômica prolongada, dos efeitos perversos da modernização econômica e uma reestruturação produtiva”.

A democracia consolidada na década de 1990, com o reconhecimento formal dos direitos sociais, garantias civis e prerrogativas cidadãs, não elimina a violência e violação dos direitos humanos. Em suma, ainda que estejam garantidos os direitos políticos democráticos, a lei não vigora. Diante da capacidade reprodutiva dos circuitos paralelos de poder, o Estado se mostra ineficaz em garantir as próprias regulações. As lutas sociais dos anos 1980 criaram um espaço público informal, no qual se elaborou e se difundiu a consciência do direito a ter direitos, espaço que é descontínuo e plural, por onde circulam diferentes reivindicações (PAOLI; TELLES, 2000), tornando factível a negociação, a despeito de toda a violência ainda presente, mas que deixou de ser exclusiva nas relações que envolvem o poder público e a sociedade civil em países como o Brasil.

Podemos admitir, ainda, seguindo o raciocínio de Paoli e Telles (2000), que esses espaços públicos constituem um campo de conflito plural e descentrado, e são redefinidos a

⁷⁸ Das acepções atribuídas ao termo “economia solidária” que eu tive contato, a que mais se aproxima da ideia que pretendo transmitir é a do economista Paul Singer (2004, p.7): “Desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”.

cada momento, seguindo a temporalidade dos próprios conflitos⁷⁹. Uma análise detida das situações de mobilização que estão em andamento permite perceber os conflitos e a dinâmica desses processos que incluem, a cada dia, novos agentes sociais, que passam a afirmar sua identidade, face aos antagonistas. Esses agentes passam da existência atomizada para a coletiva e reivindicam novos princípios de di-visão do mundo social (BOURDIEU, 1998), que nem sempre coadunam com aqueles definidos pelas políticas públicas. Nesses espaços de representação, de negociação e de interlocução pública emergem personagens, antes ocultos na cena pública brasileira e que, agora, reivindicam o direito de serem reconhecidos como sujeitos capazes de interlocução pública.

É para sair dessa invisibilidade que as quebradeiras de coco babaçu lutam pela ampliação dos canais de diálogo com os órgãos governamentais, pleiteando participação nas instâncias de definição de políticas públicas e em espaços públicos que têm o caráter de propor políticas públicas. Toda essa articulação que se apresenta em âmbito nacional⁸⁰ e, por vezes internacional, se considerarmos o apoio dos órgãos de cooperação internacional presentes na história desse movimento, não prescinde de uma movimentação local, com vistas a influenciar nas políticas locais.

Por outro lado, as políticas imprimem novas formas de conflito, exigindo dos movimentos sociais criatividade na redefinição de suas ações de interlocução com as diferentes instâncias de definição dessas políticas. Além de pensar e propor, essas formas organizativas se confrontam, a todo o momento, com estratégias governamentais e empresariais que, mesmo acionando termos constantes nas pautas dos movimentos sociais, como o de “desenvolvimento sustentável”, os ressignificam, lançando novos desafios para quem almeja ser incluído nas políticas de desenvolvimento oficiais. Como estão em jogo concepções diferentes de desenvolvimento, esses grupos, no seu cotidiano, são lançados no confronto direto com outros agentes sociais que disputam a apropriação dos recursos naturais. Ver Capítulo 3.

Paoli e Telles (2000) afirmam que, mesmo tendo se modificado a trama da sociedade brasileira, ainda que tenham reconhecidas algumas das demandas populares, ainda que as negociações sejam algo factível e ainda que, nesse período, tenham sido criados espaços públicos informais e plurais, os movimentos sociais contemporâneos se confrontam

⁷⁹ No caso da PNPCT, verifica-se a persistência de uma pressão constante dos movimentos sociais para a viabilização das propostas já garantidas, e uma vigilância para que a *ilusão de direitos contemplados* não justifique a inoperância dos aparatos governamentais. A mesma vigilância é exigida no momento em que a PNATER é instituída e seus mecanismos de controle social são definidos.

⁸⁰ Sobre as formas de mobilização das quebradeiras de coco babaçu, ver Capítulo 3.

com as ambivalências e ambiguidades da passagem de uma sociedade autoritária, excludente e autoritária para uma sociedade mais igualitária e democrática.

Caso exemplar dessa trama é a luta dos povos e comunidades tradicionais pelo seu reconhecimento e garantias de direitos, sintetizada na declaração da procuradora geral da República - 6ª Câmara do Ministério Público Federal -, Débora Duprat, de que as “forças antagônicas da Constituição de 1988 voltaram a se articular” (DUPRAT, 2009). Com a proximidade do julgamento da ação de inconstitucionalidade do Decreto 487, que garante o título de regularização do Quilombola, a procuradora sugeriu mobilização com pressão no STF, pois segundo ela, o Ministério Público precisa se amparar em instrumentos que comprovem a existência física desses grupos. Nessa “guerra de posição” (PACHECO, 2005), dois fortes instrumentos têm sido os mapeamentos e as cartografias participativas (ACSELRAD *et al*, 2008) que vêm dando visibilidade aos grupos sociais na interface com os programas governamentais, instrumentalizando suas lutas pelo reconhecimento dos seus modos de vida e por políticas nacionais que atendam as especificidades.

Outro exemplo da ambigüidade da passagem de uma sociedade autoritária para outra mais igualitária tem sido a criminalização dos movimentos sociais, por diversos meios, entre eles, a proibição da participação das crianças em manifestações políticas e em atividades de trabalho ou culturais dos pais até a prisão de lideranças e a realização de CPIs em ONGs. O movimento social é o principal alvo das articulações das forças antagônicas da Constituição de 1988, citada por Duprat (2009) e o Poder Judiciário tem sido o grande palco onde essas tensões se expressam, daí porque o Direito vem solicitando da antropologia e da geografia instrumentos nas análises de situações específicas. Na avaliação de Duprat, é fundamental mostrar a situação do presente nas análises das situações pertinentes a esses povos e comunidades tradicionais.

2.3 Estado e Movimentos Sociais no Brasil: um dilema democrático

Quando Bauman (1999) aponta a liberdade quase ilimitada do capital e da sua habilidade de fugir do encontro com o Outro, transferindo-se para ambientes mais favoráveis, deixa a impressão de que, nessas condições, é difícil vislumbrar formas de resistência a esse processo. Entretanto, há quem aposte na reinvenção do mundo. Como lembrou Geertz (2001), assim como o capital se tornou móvel, a teoria política também deve ser um compromisso intelectual móvel e realista, capaz de reconhecer a diferença que emerge do mundo contemporâneo.

Santos (2006) considera que a *reinvenção* da emancipação é o grande desafio do momento, cujo ponto de partida é o reconhecimento do que ele chama de *experiências emancipatórias*, aquelas efetivamente capazes de abalar ou de afetar o capitalismo global. Carvalho (2007), ao reconhecer a crise estrutural do sistema do capital, considera que a transição rumo a uma sociedade, “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2002), seria regida pela lógica da ruptura, sendo a emancipação uma questão do tempo contemporâneo.

Hobsbawm (1995), em sua análise da estruturação da economia, de forma transnacional, também anunciara que esse processo tornou prescindível a existência de Estado-nação territorial. Mas observou que organizações que possuem um campo de ação limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas políticos, cedem espaço para formas de organização caracterizadas pela “transnacionalidade”, a exemplo dos movimentos ambientalistas, feministas e movimentos que lutam pelos direitos étnicos e pelo respeito à diversidade sexual.

Gaioso (2000), ao interpretar o pensamento de Hobsbawm, complementa que as tensões vivenciadas pelos agentes sociais extrapolam o campo econômico e penetram no político, agregando às forças mobilizatórias elementos de identidade. Dessa forma, há um deslocamento de espaços de mobilização, antes concentrados nos partidos de esquerda, para os movimentos de mobilização mais especializados, o que gerou uma multiplicidade de existências coletivas com diferentes representatividades, posições e frentes de luta.

O que há de comum nessas construções teóricas é a tentativa de perceber e de interpretar formas globalizadas de resistência ao fenômeno da mundialização do capital. As considerações iniciais sobre as diferentes configurações do Estado na contemporaneidade revelaram a necessidade de uma recuperação do que estou denominando aqui de movimentos sociais. Tarefa nada fácil, tendo em vista o campo de dificuldades enfrentado por estudiosos que têm se dedicado ao desafio de precisar o que caracterizaria um movimento social.

Desde os anos de 1960, os movimentos sociais vêm ganhando visibilidade nas sociedades ocidentais, atraindo o interesse da academia. Com a globalização, uma nova teoria sobre a sociedade civil começou a ser elaborada, a partir da observação do aumento de novas formas não institucionais de ação coletiva em sistemas complexos, gerando um deslocamento do interesse das ciências sociais – anteriormente dedicado aos estudos sobre o Estado – para o campo da sociedade civil, tendo como foco os movimentos sociais. Recuperei nesta tese alguns trabalhos pela espécie de gênese social que fazem do termo, por meio de diferentes vertentes teóricas da ação coletiva, que movimentaram as ciências sociais, no período entre o final do século XIX e final do século XX.

Maria da Glória Gohn (2000)⁸¹, uma das fontes inspiradoras deste item, chegou a mencionar que um dos obstáculos desse tipo de estudo é a multiplicidade de conceitos – construídos conforme o paradigma norteador – que disputam a hegemonia do reconhecimento. Outra dificuldade é discernir diferentes tipos de movimentos sociais de diferentes formas de ações coletivas, expressas em lutas, protestos, revoltas. Há de se reconhecer a carência de literatura brasileira sobre a temática, do ponto de vista teórico. Há uma proeminência de estudos de caso, estudos comparativos, universo das lutas, etnografias de movimentos específicos, relação dos movimentos com a mediação, enfim de trabalhos empíricos de caráter mais descritivo que privilegiam o ponto de vista dos agentes sociais envolvidos no processo de construção dos movimentos sociais e das ações coletivas.

Como ponto de partida, considerei interessante a observação do italiano Alberto Mellucci (1996, *apud* GOHN, 2000, p. 154) de que os movimentos sociais “são parte da realidade social, na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas”, e que as ações coletivas se referem ao

conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo.

Outros autores, como Tilly (1981 *apud* GOHN, 2000), optam pelo termo ação coletiva por considerá-lo mais amplo, incluído toda ocasião em que um conjunto de pessoas investem recursos e esforços próprios para fins comuns. Gohn (2000) complementa que os movimentos transitam em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais, questionando-as e propondo novas formas de organização à sociedade política. Blumer (*apud* GOHN, 2000, p. 30) compreende os movimentos sociais como “empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida”, interpretação semelhante à de Habermas (1981

⁸¹ No livro *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, Maria da Glória Gohn (2000) apresenta os resultados dos estudos e pesquisas, realizados durante mais de duas décadas, sobre as teorias dos movimentos sociais, conforme os paradigmas clássicos e contemporâneos, organizados segundo uma classificação que obedeceu a um critério geográfico-espacial, como um recurso pedagógico que tenta localizar os paradigmas a partir de realidades específicas. Dessa forma, foram agrupadas no paradigma norte-americano as *teorias clássicas americanas sobre a ação coletiva* que dão ênfase para as estruturas das organizações dos sistemas sociopolíticos e econômicos; a *teoria da Mobilização de Recursos* que interpreta a mobilização a partir de aspectos organizacionais e da lógica econômica; e a *Mobilização Política Contemporânea*, que procura compreender o desenvolvimento do processo político, entendendo o político associado à cultura (linguagem, símbolos e ideologias), tentando fazer articulações entre a objetividade e a subjetividade dos indivíduos e entre explicações de nível macro com explicações de nível micro, específicas. Os paradigmas europeus incluem as teorias dos *Novos Movimentos Sociais* e as *teorias marxistas* de análise dos movimentos. E um terceiro paradigma, identificado pela autora, diz respeito ao paradigma latino-americano. A autora mostra que com a globalização, nos anos de 1990, as teorias se internacionalizam.

apud GOHN, 2000), que os entende como criadores de uma nova ordem social, uma transição entre duas formas de organização: comunidade e sociedade.

Na abordagem sociopolítica, os movimentos sociais são vistos como um tipo especial de grupo social com uma estrutura particular, contendo grupos organizados e não organizados. Para Turner e Killian (1957, *apud* GOHN, 2000), movimentos são uma ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir à mudança na sociedade ou no grupo. Esses últimos atentam para a categoria tempo, destacando que o tempo de duração dos movimentos não é indefinido. Distintos das organizações institucionais, marcadas pela estabilidade, o movimento social é dinâmico e assim deve permanecer, sob pena de desaparecer, na medida em que se institucionaliza. Clauss Offe (1985, *apud* GOHN, 2000) considera que os movimentos sociais introduzem elementos novos dentro de uma nova ordem, e reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuando, portanto, na esfera pública e privada.

O que chama atenção no resgate das diferentes abordagens sobre o tema é a tentativa de se precisar o lugar dos movimentos sociais, eles estão dentro ou fora, ou ainda no interstício da ordem social. Em outros termos, há uma indagação sobre a posição de onde os movimentos sociais falam, em que momentos eles surgem e em que momento eles perdem a razão de existir, o que acontece quando eles se institucionalizam. Outra questão a observar é o deslocamento conceitual, no tempo e no espaço, e o longo debate acerca dos elementos apontados pelas distintas abordagens como importantes na compreensão dos termos.

Evitando alçar grandes vãos e fugir do foco desta tese, concentrei-me em leituras, cujas reflexões apresentam subsídios teóricos para eu pensar meu objeto. Além dos resultados da pesquisa de Gohn (2000), foram bastante pertinentes as contribuições de Jeffrey C. Alexander (1998, p. 5), em seu ensaio intitulado Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais, no qual o autor relaciona os movimentos sociais aos “processos e grupos não institucionalizados, bem como suas lutas, organizações e discursos, que visam a mudar, de forma radical, a distribuição de recompensas e sanções sociais”.

A princípio, interessei-me pela recuperação, apresentada por Alexander, do esquema teórico clássico – final do século XIX – que interpretou os movimentos sociais, segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como “mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico” (idem, p. 6). Esse esquema explicativo, montado em plena emergência da sociedade industrial, era impregnado de ideias de mudança radical, que concebiam os movimentos sociais de maneira instrumental, isto é,

como meio de alcançar a distribuição radical dos bens. Na interpretação de Alain Touraine (1977, *apud* ALEXANDER, 1998), os “velhos movimentos sociais” foram associados à ideia de revolução, obedecendo à orientação tática para o poder, violência e controle.

O modelo clássico restringiu o foco dos atores revolucionários ao campo da economia. Touraine (*idem*) percebeu que o modelo cultural da sociedade industrial, baseado na crença de que a mudança social teria que passar pelo campo das relações econômicas, orientou a metas social desses movimentos. Em função disso, a narrativa revolucionária pregou que, somente após a mudança de estrutura e das transformações técnicas, seria possível a redistribuição equitativa de bens e serviços; em último momento ocorreria a revolução no plano da ética, moral e cultural⁸².

No século XX, a realidade social exige novas interpretações para movimentos, cujas ações e lideranças questionam a sociedade industrial e seus efeitos, reclamando transformações não só econômicas, como éticas, estéticas, emocionais, morais, afetivas, enfim, aspectos imaginários e normativos produzidos nas dimensões qualificadas como subjetivas⁸³, não valorizadas na narrativa meta-histórica que privilegiaram os interesses econômicos e materiais como os condutores do processo revolucionário. Nas últimas duas décadas, os sociólogos interpretaram os movimentos sociais como respostas práticas e coerentes à distribuição desigual das privações sociais criadas pela mudança institucional.

Esse processo – denominado por Alexander (1998) de “secularização” da abordagem clássica, que a liberta da teleologia revolucionária – quando direcionado para fenômenos de nível micro, isto é, mais localizados, ignorou as dimensões morais e afetivas da ação coletiva. Os movimentos eram analisados sob uma ótica pragmática, em que organizações eficazes e padrões estruturados de relações sociais eram suficientes para modificar a distribuição dos bens materiais. Quanto maior o volume de recursos controlados, maior o poder das organizações. Nesse caso a violência e a força eram tratadas como meios eficientes.

O papel da subjetividade começa a ser percebido somente na última década do século XX. Inicialmente, pela sociologia e ciência política norte-americana, onde aparecem

⁸² Alexander (1998), citando Tilly (1975), destaca que, no final do século XIX e início do século XX, a violência grupal foi o meio mais eficiente de defender “interesses comuns”, chegando a ser considerada o subproduto natural da urbanização e da industrialização. Essas interpretações privilegiavam as estratégias de mobilização de massas e os meios eficientes de mobilizar recursos organizacionais, ignorando os fatores subjetivos, por vezes interpretados como funcionais ou como estratégias de motivação. Quando reconhecido, o conteúdo simbólico das demandas dos movimentos sociais é reduzido em sua autonomia, com a interpretação de que a cultura do movimento é determinada pelas instituições com as quais se defrontam.

⁸³ Ver as teorias sobre movimentos sociais na era da globalização e os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais em GOHN (2000).

estudos sobre o entendimento cognitivo e moral e o seu papel na produção do descontentamento dos movimentos sociais ou sobre identidade coletiva e discurso público. Na Europa também já se viam estudos sobre as dimensões emocionais e irracionais do comportamento de grupo.

Alexander (1998, p. 12) mostra que em determinadas tendências teóricas – em particular as interacionistas⁸⁴ e a da mobilização de recursos (GONH, 2000) – “as dimensões criativas e subjetivas dos movimentos sociais são vistas como meios para um fim, não como fins almejados por serem significativos em si mesmos”. O que demonstra a necessidade de uma abordagem que esclareça a importância das práticas interpretativas e do meio cultural e que mostre como estes aspectos se interrelacionam com fatores institucionais e históricos.

Tais abordagens reclamam uma correção histórica e teórica no enfoque clássico para incluir, ao estudo dos novos movimentos sociais, os significados culturais, as identidades psicológicas e uma teorização dos fatores institucionais. Essa linha da Sociologia recente leva em conta ainda a contingência e a subjetividade dos atores, e revela uma forte sensibilidade para os aspectos históricos e institucionais. Vincula o crescimento da subjetividade às mudanças empíricas ocorridas no plano da macroestrutura, à passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. Considera que as transformações históricas tornaram obsoletos os movimentos revolucionários de classe pioneiros, havendo, nesse processo, um deslocamento da centralidade das necessidades materiais e sua epistemologia realista, presente no modelo clássico, para uma orientação para os significados e as identidades psicológicas.

Entendendo que no capitalismo industrial o modelo de ação coletiva esgotou-se, Mellucci (1989 *apud* ALEXANDER, 1998) alerta para a necessidade de novos mecanismos para a mudança social, daí a importância das dimensões subjetivas, afetivas e culturais dos movimentos sociais contemporâneos. De acordo com essa interpretação, a identidade social e pessoal dos indivíduos é cada vez mais percebida como um produto da ação social, enquanto que a identidade pessoal é a propriedade que se deseja reivindicar e defender. O conflito se dá basicamente no terreno simbólico, por meio do questionamento e da desorganização dos códigos dominantes.

⁸⁴ Uma das vertentes da teoria clássica norte-americana - inspirada no pensamento da Escola de Chicago, que idealizava a ideia de progresso e mudança social, por meio de reformas, processos educativos e cooperação voluntária - via nas lideranças o principal agente de mudança e compreendia que os movimentos sociais emergiam do conflito entre as culturas e as diferentes realidades. Essa vertente teve bastante influência nos movimentos populares da América Latina, nos anos de 1970 e 1980. Foi bastante criticada por sua ênfase à objetividade, racionalidade; sendo retomada, com as políticas neoliberais, na década de 1990, quando é enfatizado o papel da subjetividade na determinação das ações dos indivíduos nas escolhas e opções dos grupos sociais dentro de uma trama de relações sociais e contextos de oportunidades políticas (GOHN, 2000).

Nas décadas de 1960/1970 do século XX, os centros de dominação tecnocrática penetram cada vez mais na vida cotidiana e invadem a liberdade do indivíduo. Em sua crítica à teoria neomarxista e à teoria funcionalista, Touraine (1984, *apud* ALEXANDER, 1998) lança as bases para uma ciência social de orientação hermenêutica, estabelecendo relações entre ação e ordem, valor e norma, cultura e organização social. Dentro da perspectiva do paradigma acionalista, constrói uma teoria das condutas e comportamentos sociais, com ênfase para os sujeitos na história como agentes.

O dilema dessa construção teórica era perceber uma sociedade civil ampla, fundada na história que determina continuidades entre os acontecimentos do século XIX e da atualidade. Touraine (*idem*) entendeu que, na sociedade pós-industrial, ou da informação, as sociedades civis clássicas – espaço social da produção da vida social através do trabalho e da criação dos valores culturais – estavam se desfazendo. Daí porque sua teoria dos novos movimentos sociais é centrada no ator. Ele enxergava uma nova classe revolucionária capaz de transformar uma resistência difusa à dominação em um movimento social de toda a sociedade. A luta dos movimentos de protestos era pelo controle cultural e expressava a subjetividade de uma classe revolucionária.

Touraine, mais preocupado com os sistemas macrosociais, Mellucci, mais concentrado no plano micro, na ação coletiva dos indivíduos, com enfoque para o psicossocial – além de outros estudiosos, como Offe, Laclau e Mouffe – perceberam os limites do paradigma tradicional marxista para explicar as ações que advêm de outros campos, como o político e o cultural – subjugados na interpretação clássica –, presentes nos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 1960 do século XX. Criticaram os esquemas utilitaristas e as teorias baseadas na lógica racional e estratégia dos atores.

Noutra perspectiva, valorizaram esquemas interpretativos que enfatizaram a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. Dessa forma, o conceito de ideologia, do esquema clássico, foi apropriado e colocado no plano da cultura. Essa abordagem elimina a centralidade de um sujeito histórico específico, predeterminado, representado na figura do operário, e vislumbra um novo sujeito, coletivo, difuso, não hierarquizado, participante das ações coletivas como ator social, que luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos. A política deixa de ser um nível numa escala hierárquica e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (GOHN, 2000).

Essa perspectiva abriu possibilidades para se pensar o poder na esfera pública da sociedade civil, nos termos de Foucault (1979) – que procura resgatar o discurso, a fala dos que lutam contra a opressão, denunciando os focos particulares de poder – e não apenas nas esferas do Estado. A dimensão política é utilizada no âmbito das relações microssociais e culturais, ao contrário das teorias norte-americanas que tratam a política mais no nível macro das instituições de poder na sociedade (aparelhos estatais). Para Touraine (1980;1996), os movimentos sociais questionam prioritariamente a sociedade civil, tentando mudar suas orientações culturais. A sociedade civil passa a ser o espaço de disputa, lutas e processos políticos.

Nos esquemas interpretativos que servem de base para a construção das teorias dos novos movimentos sociais, uma das questões centrais é a noção de identidade, enquanto identidade coletiva, que permeia as ações de um grupo e não por estruturas sociais. Autores como Gamson, McAdam, Taylor, analisando as teorias de mobilização de Recursos e a dos Novos Movimentos Sociais, recorreram ao conceito de identidade coletiva, desenvolvido por Mellucci, e perceberam os movimentos como um processo negociado, nascido fora das estruturas das desigualdades existentes (GOHN, 2000), visando mudanças institucionais e culturais, sendo a identidade coletiva um ponto estratégico.

A recuperação do processo de construção de paradigmas e teorias que tentam explicar os movimentos sociais, feita por Alexander e Gohn, evidencia que o tempo presente ainda carece de compreensão. Como bem concluiu Gohn (2000), a teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão ainda explicitados. O que existe é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. Estes movimentos geraram mudanças importantes, tanto na sociedade civil como na política.

O termo “novo” ainda é utilizado para evidenciar a inexistência de uma clara base classista (FOWERAKER,1995, *apud* GOHN, 2000), ou para se contrapor ao antigo movimento da classe trabalhadora, particularmente na Europa (ASSIES; BURGWAL e SALMAN, 1990, *apud* GOHN, 2000), ou ainda, no caso da América Latina, para se referir aos movimentos que se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em suma, “novo” é a forma de fazer política e a politização de determinados temas. Os novos movimentos sociais tentam assegurar direitos sociais, são de interesses difusos, expressam a formas diferenciadas de processo social – estudantes, mulheres, gays, lésbicas, indígenas –, menos forma organizacional e mais construções analíticas que geram novos códigos culturais.

Sobre a acepção de *novos movimientos sociales*, utilizada por Hobsbawm (1995), Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) comentam que essa divisão, ocorrida nos anos 1980, entre movimentos sociais “novos” e “velhos”, resultou da restrição do conceito de política cultural a determinados movimentos. Os “novos” eram considerados os movimentos para os quais a identidade era importante, aqueles engajados em “novas formas de fazer política” e os que contribuíam para formas novas de sociabilidade. Aqui se incluíam os femininos, os ecológicos, o dos negros, o dos índios, étnicos, o dos homossexuais, cujas demandas estavam vinculadas aos direitos sociais ditos modernos, com forte apelo à igualdade e à liberdade nas relações de raça, gênero e sexo.

Desta classificação ficaram excluídos os movimentos urbanos, camponeses, operários e de bairro, entre outros, cujas lutas eram consideradas mais convencionais por necessidades e recursos. Esses autores questionam essa classificação por considerarem que tais movimentos também põem em movimento forças culturais:

em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 23).

Esses autores alertam para o fato de que as políticas culturais são também postas em ação, quando os movimentos intervêm em debates políticos, quando tentam dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafiam práticas políticas estabelecidas. Para compreender esse processo, Alvarez, Dagnino e Escobar utilizam a definição de política cultural, compreendida como ativa e relacional, como um processo posto em ação, quando conjuntos de agentes sociais moldados por - e encarnando - diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros. Segundo eles, a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural.

2.3.1 Herança ambientalista e a articulação dos temas locais com os globais

Nos plantea desde los poderes estatales, financieros y mediáticos que la crisis que atravesamos es una crisis financiera que puede ser resulta con la

inyección de fondos al Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. Nunca en la historia del capitalismo se había otorgado tal cantidad de dinero para el salvataje de las empresas privadas. Así se benefician unos pocos que no casualmente son quienes causaron la crisis en un primer lugar. El objetivo del salvataje es entonces que el casino financiero siga funcionando, mientras millones de personas permanecen en la indigencia.

A la par, también promueven la idea de que estamos atravesando una crisis alimentaria diciendo que es a causa de que países como India y China están hoy aumentando su consumo diario de alimento. Pero esta argumentación no muestra que hay un nuevo padrón de producción basado en biotecnologías de avanzada que provocan la destrucción de la agricultura familiar-campesina, y las costumbres campesina e indígenas.

Este modelo productivo basado en la agricultura mecanizada, extensiva e intensiva, con el uso masivo de transgénicos y agrotóxicos, impacta directamente sobre el medio ambiente, destruyendo y afectando muy fuertemente el clima del planeta.

*Declaración de la Cumbre de los Pueblos del Sur
Protagonismo popular, construyendo soberanía⁸⁵.*

O fragmento extraído da Declaração de la Cumbre de los Pueblos del Sur Protagonismo popular, construyendo soberania apresenta uma panorâmica da dinâmica do capital em sua forma mundializada e seus efeitos sobre diferentes culturas que, organizadas também de forma globalizada, se apresentam com capacidade mobilizatória e de resistência ao modelo econômico hegemônico no mundo ocidental. O capitalismo no século XXI aprofunda a separação da dimensão econômica das demais dimensões da sociedade, identificada por Polanyi (2000). O moinho satânico, como disse Fiori (1999), é muito mais perverso, na medida em que, sob a proteção dos poderes estatais, financeiros e midiáticos, supera as denominadas crises e avança, de forma mais violenta – e contando para isso com os conhecimentos sofisticados da ciência, mais recentemente da biotecnologia – sobre o Outro que resiste em render-se ao padrão de produção imposto, que impacta igualmente seres humanos e a natureza.

Assim como a economia se organiza de forma transnacional (HOBSBAWM, 1995), os movimentos sociais do século XXI transcendem as fronteiras delimitadas pela ideia do Estado-nação, e, nesse processo, não se pode negligenciar o papel dos meios de comunicação de massa, havendo, nos tempos contemporâneos, toda uma literatura voltada para esse campo. John B. Thompson (1998) é um dos que têm se dedicado ao estudo da relação entre os avanços tecnológicos nos meios de comunicação e a modernidade, abordagem importante que este estudo não teve condições de abarcar.

⁸⁵ Asunción, 23 y 24 de Julio de 2009.

Retomo minha preocupação em compreender as especificidades dos movimentos que atuam no campo no Brasil contemporâneo e suas vinculações com demandas globais, acercando-me, sempre que possível, dos autores que oferecem luzes para as minhas indagações. Neste item, procuro mostrar como a agenda dos movimentos sociais, alinhados com o pensamento ambientalista, está voltada para questões tradicionais dos trabalhadores rurais - terra/crédito/infraestrutura e benefícios coletivos –, contemplando, ao mesmo tempo, questões específicas - como relações de gênero, geração e etnia, articulação importante na definição da proposta de assessoria técnica, social e ambiental expressa no Programa ATES – com questões gerais no âmbito da civilização do capital.

Recorro novamente a Mellucci, nos anos 1970, quando, inspirado em Touraine, distingue os movimentos reivindicatórios que propõem mudanças nas normas e nos processos de destinação dos recursos públicos dos movimentos políticos, visando influir na modalidade de acesso aos canais de participação política e promover mudança nas relações de força. Em 1996, esse autor compreende os movimentos como um sinal. Eles assinalam transformações na lógica e no processo que orientam as sociedades ditas complexas. Anunciam o que está tomando forma, assumindo a postura de profetas do presente, produzem modelos organizacionais, influenciam instituições, atores sociais, públicos e privados, produzem elites políticas para corporações, serviços públicos e empresas, escolas e sistemas educacionais, transformam culturas, institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época (GOHN, 2000).

Tanto os povos do Sul como as quebradeiras de coco babaçu da região dos babaçuais, as famílias assentadas da região do Médio Mearim, os trabalhadores rurais sem terra e os extrativistas do Sul do Maranhão vivenciam e se digladiam com um padrão de produção que não privilegia a vida. Esses grupos denunciam a tragédia e anunciam, como profetas, no dizer de Mellucci, outras alternativas. Espinoza (2009) propõe a construção de paradigmas sociais alternativos à crise da civilização hegemônica e aos impactos de sua modernidade-colonialidade eurocêntrica, por meio de espaços de encontro e interaprendizagem interculturais, entre as experiências de povos, comunidades, nações sem Estado e movimentos sociais:

Vivimos una compleja crisis de la civilización hegemónica (aquella de la unidad entre “Modernidad-Colonialidad”) que pone en peligro todas las formas de vida del planeta, no solo las humanas, y hace urgente el desarrollo de alternativas, a partir del fortalecimiento de experiencias y propuestas sociales que estén en construcción, ayudando a clarificar las nuevas

perspectivas, horizontes de sentido y paradigmas interculturais que ellas contengan potencial o activamente (ESPINOZA, 2009, p. 1)

O autor propõe um diálogo com vistas à reconstituição de alternativas civilizatórias, o diálogo interaprendizagem entre esses movimentos de povos originários/indígenas/tribais, com enfoques similares ou convergentes, provenientes de outros movimentos sociais, considerados outros mundos possíveis. Um diálogo não apenas entre paradigmas ou matrizes civilizatórias, como também com a diversidade de horizontes de sentido ou propostas em construção profunda, já que a palavra “revolução” limitada à esfera do poder é insuficiente.

Compreendendo a conexão entre essas realidades e os movimentos ambientalistas, retomo a trajetória da ecologia como um campo de conhecimento que se origina na segunda metade do século XIX, quando o foco eram as relações entre os organismos e seu meio ambiente orgânico e inorgânico, na perspectiva de compreender as interconexões desses diferentes organismos e meios ambientes, dentro de um sistema total (LEIS, 1999). O caráter holístico e de síntese dado ao debate procura levar em consideração as interrelações entre os seres vivos e seu meio ambiente.

Leis (1999) retoma as raízes estéticas do ambientalismo, expressas em três formas de abordagens: 1) aquela que percebe esses movimentos como grupo de pressão ou de interesse; 2) aquela que considera como novo movimento social; 3) aquela que os trata como movimento histórico. O autor prefere a perspectiva do enfoque histórico vital, que compreende que o ambientalismo permite dar relevância à multiplicidade de suas expressões e interações.

Durante todo o século XX, esse debate toma corpo no âmbito dos movimentos sociais que disputam o reconhecimento do tema como “problema” pelos governos dos países mais ricos e pelos organismos multilaterais. Mais que uma simples ação dirigida a corrigir os efeitos deletérios do mercado e dos Estados, essa intervenção da sociedade civil mundial nos problemas ambientais representa, em primeiro lugar, a construção de vínculos globais entre realidades locais (aspecto transnacional) e, em segundo lugar, a construção (ou reconstrução) estratégica de vínculos entre as dimensões biofísica, cultural e política da humanidade.

A disputa se dá também no campo do conhecimento científico. Inicialmente o tema é assumido pelas ciências naturais, mas a partir dos anos 1960, a ecologia já havia migrado das faculdades de biologia para a consciência dos povos (LOPES, 2004, p. 21) e, somente a partir dos anos 1980, pelas ciências sociais, ainda de forma tímida, segundo Leis

(1999), devido à dificuldade de perceber que a problemática social contemporânea implica uma problemática ambiental concomitante.

Um marco referencial pode ser a conferência sobre o meio ambiente promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972. A partir daí configura-se uma nova questão pública: a questão da preservação do meio ambiente. O termo “ambientalização” é usado por Lopes (2004, p. 17) para registrar a interiorização das “diferentes facetas da questão pública do meio ambiente”, percebida pela “transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial”.

O termo “ambientalização dos conflitos sociais” está relacionado à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Tal preocupação emerge nos países desenvolvidos industriais, afetados pelos acidentes industriais e por problemas ambientais que se tornaram “questões globais”. Vários estudos têm colocado como objeto os “riscos” das sociedades contemporâneas que parecem sinalizar uma espécie de continuidade da “grande transformação” – tratada por Polanyi (2000) –, na qual a sociedade é subjugada pelo capitalismo, tendo como consequência o desencadeamento da luta pelo controle do capitalismo e pelo restabelecimento do “tecido social”. Segundo Lopes (2004), o ambientalismo poderia ser uma dessas formas de controle do capitalismo, por meio de mudanças no Estado e no comportamento das pessoas⁸⁶.

O segundo marco referencial é a Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A Eco 92 ou Rio-92 reuniu centenas de ONGs, não especializadas, movimentos sociais, associações de moradores, federações empresariais, instituições governamentais. Muito significativas foram a reunião paralela das ONGs e associações populares e o compromisso dos governos signatários com a Agenda 21.

No século XXI, os movimentos sociais assumem formas de organização e de mobilização que tentam articular, em rede, movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional. Esses movimentos buscam participação ativa nas instâncias internacionais, construindo uma agenda global que conjuga questões de cidadania planetária e experiências locais com práticas transformadoras. A expressão máxima dessas formas de mobilização é o Fórum Social Mundial, definido em sua Carta de Princípios como “um

⁸⁶ Lopes (2004), explica que o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente, entre os anos de 1970 e final do século XX, é permeado por conflitos sociais, mas, mesmo no regime militar, são criados dispositivos jurídicos, como a lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que possibilita um arcabouço institucional federal. A partir de 1985, com a redemocratização, outros dispositivos são criados, outros são reforçados com a Constituição de 1988, incorporando reivindicações dos movimentos sociais. Esse processo teve como desdobramento a apropriação criativa de questões e categorias “ambientais” e “externas” por grupos sociais, para se fortalecerem nos conflitos com seus opositores, tais como “atingidos” e “povos de floresta”.

espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de outro mundo” (FSM, 2001, p.1)

Esse espaço de debates, de articulação, de troca de experiências ou um movimento de ideias reuniu 150 mil participantes de 142 países em sua 9ª edição, no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, na cidade de Belém/PA, onde 2310 atividades autogestionadas foram realizadas – entre tendas e grupos temáticos, seminários, oficinas, conferências, debates, manifestações de protesto e de afirmação de identidades, manifestações artísticas, comércio, exposições de produtos, cultos religiosos, depoimentos e relatos de situações específicas (FSM/2009).

A amplitude do Fórum Social Mundial deixa a sensação de que a luta simbólica, necessária para a construção da contra-hegemonia, exige um mergulho profundo no Outro que está dentro de cada um de nós, sujeitos desta história. É como se estivéssemos em plena construção da moral de uma nova sociedade (DURKHEIM, 2002) ou de um novo “manual de etiquetas” (ELIAS, 1990). A transformação social pretendida e anunciada neste grande evento põe em revisão as políticas globalizantes, traz para a pauta os direitos difusos e coletivos (SHIRAIISHI NETO, 2007) e impõe a transversalidade da questão ambiental.

O ponto alto desse grande evento são as assembleias, espaços de convergência, onde organizações e movimentos sociais dialogam sobre problemas comuns e novas temáticas, amadurecem reflexões, constroem alianças, articulam lutas e ações coletivas locais, nacionais e mundiais, visando “unificar” processos que já existem, mas de forma isolada ou fragmentada. Numa leitura cuidadosa dos documentos finais das assembleias, é possível identificar algumas das demandas qualificadas como globais dos movimentos sociais contemporâneos.

Importante perceber a articulação entre as demandas globais e as especificidades das situações, um esforço desprendido pelos movimentos que têm uma perspectiva universalizante, como o movimento feminista, que começa a dialogar com as particularidades das mulheres nas diferentes partes do mundo e a desenvolver alternativas de emancipação em escala internacional. Há uma crença de que somente a luta social de massa enfrentará a crise, daí o agendamento de mobilizações internacionais, a exemplo da “Minga Global por la Madre Tierra”⁸⁷.

⁸⁷ Mobilização mundial, envolvendo diferentes povos, juristas e cientistas, deflagrada no período de 12 a 16 de outubro de 2009, contra a contaminação, a mercantilização da vida e os bens naturais, a militarização e a criminalização social. A mobilização tem por propósito a criação da Corte Penal de Crimes Ambientais, para a

Percebe-se nesses espaços globais e nos regionais que o capitalismo, em sua face mundializada do século XXI, tenta se apoderar não apenas dos recursos naturais, como também dos bens simbólicos: conhecimentos ancestrais, cultura, patrimônio genético. Daí por que o tecido social em construção proclama, não somente o respeito à natureza como também aos direitos humanos e aos saberes ancestrais, formas de gestão participativas democráticas com acesso à cultura, aos meios de comunicação e a tecnologias. Paradigmas alternativos de descolonialidade, desmercantilização da vida, bom viver e direitos coletivos estão sendo construídos, propondo outra relação campo/cidade e uma articulação entre as demandas, como é possível identificar nos fóruns sociais mundiais e nos fóruns temáticos, setoriais que integram as lutas no plano mundial.

No seminário de avaliação dos dez anos de Fórum Social Mundial, em fevereiro de 2010, foram apontados como tendência de debate para os próximos anos os temas: a paz e a democracia, tendo em vista a militarização dos conflitos sociais, incluindo a criminalização dos movimentos sociais e dos protestos dos cidadãos ante aos efeitos das crises econômicas; a crise civilizacional, resultado do modelo econômico hegemônico, cuja reação pode ser destrutiva, mas pode também ser anunciadora de uma nova consciência planetária, fruto da convergência entre saberes ancestrais, inquietações ambientais e éticas feministas; e sujeitos políticos que atuam nas lutas pela paz, pela democracia e pelo modelo social, cultural e econômico pós-capitalista. São temas que têm como pano de fundo as questões: como não desperdiçar a energia transformadora? Como construir alianças transcontinentais?

No caso específico da América Latina, há de se destacar o reencontro, nas últimas décadas, dos movimentos sociais com os movimentos indígenas, agentes condenados à invisibilidade que emergem nesse processo, entre eles, povos das florestas, dos rios, das chuvas, dos povoados, das aldeias, das cidades, dos quilombos, dos assentamentos, povos originários (indígenas/tribais, na Argentina), populações tradicionais, povos amazônicos trifronterços (Colômbia, Brasil e Peru), como expressa a Declaración de la Asamblea de los Movimientos Sociales (FSM/2009):

Estamos en America Latina donde en las últimas décadas se há dado el reencuentro entre los movimientos sociales y los movimientos indígenas que desde su cosmovisión cuestionan radicalmente el sistema capitalista, y en los últimos años há conocido luchas sociales muy radicales que condujeron al derrocamiento de gobiernos neoliberales y el surgimiento de gobiernos que han llevado a cabo reformas positivas como la nacionalización de sectores vitales de la economía y reformas constitucionales democráticas.

Esses movimentos expressam o seu sentimento de resistência por meio de passeatas, campanhas, abaixo-assinados, cartas, manifestos, assembléias, Chamados do Diálogo, bloqueios de vias e manifestações nacionais, conferências mundiais, tentando conjugar políticas públicas globais da atualidade. Nesse sentido, conjugam lutas pela vida, em defesa dos recursos naturais (terra, água e meio ambiente), direitos dos povos, direitos como povos originários, meios ambientes ancestrais, soberania alimentar ancestral.

A reação ao capitalismo mundializado gera a formação de agrupamentos ou integração entre países (a exemplo da tripla fronteira e da integração entre o Brasil e a Argentina) e mobilizações específicas. Com a derrocada dos governos neoliberais na Argentina, no Brasil, Chile, na Bolívia, no Equador e na Venezuela, surgem, na América do Sul, governos que procuram manter as políticas de austeridade fiscal e de controle inflacionário, enquanto tentam ressuscitar o Estado como agente de implementação do desenvolvimento econômico e como agente de redução da desigualdade social.

A solução apresentada pelo governo norte americano à crise de 2008/2009 aponta, no entender de Santos (2008), para uma fase da globalização, internamente muito mais diversificada. Novos regionalismos se apresentam na África, na Ásia e na América Latina, como o consolidado com a criação da União das Nações Sul-Americanas e do Banco do Sul. As mudanças na globalização hegemônica vão provocar mudanças na globalização dos movimentos sociais: a nova centralidade das lutas nacionais e regionais; as relações com Estados e partidos progressistas e as lutas pela refundação democrática do Estado; contradições entre classes nacionais e transnacionais e as políticas de alianças.

A leitura dos anais de congressos de comunidades afetadas por empresas mineradoras, manifestos dos povos indígenas, mobilizações em defesa da água, identifica um processo de globalização dos movimentos sociais, conjugado com o fortalecimento das demandas regionais dos povos da América Latina que incluem: denúncias contra a repressão excessiva da força pública, da força policial e militar que tem resultado em assassinatos de lideranças; Amazônia livre com regime especial; Sistema de Educação intercultural bilíngue das nacionalidades indígenas do Equador; Estado Plurinacional comunitário como alternativa à civilização ocidental; temas transcendentais e nacionais no marco do Estado Plurinacional, que implique o direito a água, a educação, a saúde, as circunscrições territoriais, os recursos naturais, as terras, a biodiversidade – ao movimento indígena, ao povo afro, aos camponeses, aos trabalhadores jubilados, aos estudantes, aos mestres.

A Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI – Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Chile e Argentina – propõe outro tipo de trabalho: a agricultura, artesanato,

cerâmica, turismo vivencial, como alternativa à atividade de recursos extrativos contaminantes e depredantes. Reivindica direitos e apresenta propostas políticas, econômicas, jurídicas e sociais em qualquer âmbito, reconhecido a nível nacional e internacional. Reclama a indenização histórica e social pelas violências praticadas – genocídio, etnocídio, extermínio, saque dos recursos naturais, violações a crianças e mulheres, expropriação de territórios indígenas e roubo do conhecimento tradicional – pelas multinacionais.

A Declaração de La Cumbre de los Pueblos del Sur Protagonismo Popular, construyendo soberania – encontro de organizações sociais e políticos de diferentes países e continentes e povos originários – ao tratar das enunciadas crises financeira, alimentar e energética, conclui que trata-se de uma crise integral do capitalismo, não momentânea, que não será solucionada com a injeção massiva de capitais. Na mesma medida, a resposta deve ser integral, visando à transformação do modelo de desenvolvimento e a construção de um projeto para os povos da América Latina. A Declaração propõe a soberania alimentar – produção autônoma, autogestionada e comunitária, distribuição popular e igualitária; direito à alimentação saudável; defesa das sementes e produção agroecológica; saber identitário, desde a pluriculturalidade no centro do território, como base da identidade cultural, políticas públicas que garantam a soberania alimentar –; soberania energética para que os povos possam dispor de suas fontes de energia, assim como buscar modos mais convenientes para lográ-lo; e soberania financeira.

Observa-se, na leitura desses documentos, que a natureza tem diferentes significados para esses povos que lutam por uma cultura própria, mas sem menosprezar a dimensão econômica. Eles reclamam o direito de serem diferentes, mas não querem ser vistos como “exóticos” e sim como sujeitos. Querem a inclusão sem perder suas identidades. Essa é a resistência que se apresenta na América Latina, onde estão concentradas as maiores reservas minerais e petrolíferas do mundo e onde o capitalismo segue em frente, se apropriando das riquezas naturais e minerais, necessitando, para isso, disciplinar os povos resistentes, por meio de estratégias política, econômica e militares de Estado, a exemplo da Base de Lançamento de Alcântara, das violências praticadas contra lideranças e da criminalização dos movimentos sociais (CECEÑA, 2009).

Ao refletirem sobre as perspectivas das sociedades latino-americanas, Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) avaliam que é, precisamente, sobre os possíveis projetos alternativos, para a democracia, que se trava boa parte da luta política na América Latina e que os movimentos sociais têm um papel fundamental nesse debate, em que estão em disputa os parâmetros da democracia e as fronteiras da arena política. Os autores lembram que os

programas de ajuste econômico e social, inspirados pelo neoliberalismo, detêm um poder nessa disputa:

Em resposta à suposta lógica inevitável imposta pelos processos de globalização econômica, as políticas neoliberais introduziram um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil e apresentaram uma definição distintiva da esfera pública e seus participantes, baseada numa concepção minimalista do Estado e da Democracia (idem, p. 15)

O redirecionamento na forma de planejar estatal, identificado Alvarez, Dagnino e Escobar, coincide com o processo de organização dos denominados novos movimentos sociais, citados por Hobsbawm (1995), cuja capacidade mobilizatória transcende os limites da territorialidade, definida na formação dos Estados nacionais. Representados inicialmente pelos movimentos populares que demandavam bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana, como direito à vida, acesso à comida, ao abrigo, esses movimentos buscavam maior autonomia em relação ao Estado autoritário (GOHN, 1997).

Com base nesta compreensão os autores denominam as situações de formações de política cultural, como resultante de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes, híbridas, que revelam contrastes em relação às culturas dominantes, e no contexto de determinadas condições históricas. Os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos, nessa perspectiva, vão além dos ganhos materiais e institucionais percebidos, eles afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como da prática social, pondo em questão a própria concepção de política. O que está colocado é a transformação da cultura política dominante (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000).

2.3.2 A peleja das “forças demoníacas” contra o “moinho satânico”

Retomo, neste item, outro tema tradicional que, por vezes, sai das pautas dos fóruns acadêmicos, mas que a realidade dá provas de que ele ainda tem sua importância. Como destacou Andrade (2000), a reforma agrária tem raízes seculares e continua no presente, e seu estudo mostra – como pretende esta tese – que os problemas regionais ou locais estão integrados com os problemas nacionais e mundiais.

Aproveitando a metáfora usada por Polanyi (2000), o “moinho satânico” também tem pedras em seu caminho. Se assim não o fosse, ele não precisaria ser satânico. Analisando bem os processos históricos no Brasil, é possível perceber a resistência que se apresenta desde os períodos coloniais, inicialmente com os indígenas e negros. Há registros de muita violência

nos mecanismos oficiais de repressão sobre esses povos, com aniquilamentos dos movimentos e de suas lideranças⁸⁸. Andrade (2002, p.91-93) identifica duas opções de luta camponesa: 1) entre o produtor e o proprietário, concluída sempre com um assassinato; 2) e a coletiva, entre grupos de camponeses e proprietários. Nas duas situações os estudos mostram fortes ligações entre proprietários de terra, políticos e governo, na empreitada de aniquilar tais movimentos.

Rui Facó (1963 *apud* ANDRADE, 2002) chegou a identificar que o sertanejo pobre do Brasil estava entre o cangaço e o fanatismo. Na República houve uma forte repressão sobre os movimentos populares e rurais, classificados por alguns autores como de fanatismo, entre eles, destacam-se: o da Pedra Bonita (PE), início do século XX; o de Canudos (sertão da BA), últimos anos do século XIX, e o de Contestado (PR e SC), nas primeiras décadas do século XX, acusados também de monarquistas, retrógrados; e o do beato José Lourenço, no CE, nos anos 30 do século XX. Uma das características comuns a esses movimentos eram a organização de comunidades camponesas, com a formação de lideranças e adeptos (ANDRADE, 2002, p.93; QUEIROZ, 2003).

A recuperação histórica de Andrade (2000) mostra que a idéia da reforma agrária vem sendo discutida desde 1852, quando estudiosos como André Rebouças e Joaquim Nabuco (*apud* ANDRADE,2002) questionavam as velhas formas de apropriação da terra: 1) sesmarias; 2) direito de posse; 3) contrato de compra e venda. Todas elas propiciaram a formação de latifúndios. A propriedade (algodão, café, cana-de-açúcar) tinha a função de produzir artigos de exportação. Ao lado da grande propriedade, formavam-se pequenas propriedades, pequenas lavouras (mandioca, milho, inhame, cará), uma produção marginal.

A questão agrária se torna objeto de interesse de estudiosos de vários campos do conhecimento científico a partir do momento em que a ideia de modernização começou a ser incorporada no Brasil, despertando interesse acadêmico para a compreensão do processo de expansão do capitalismo no Brasil e a formação de um novo sujeito: o camponês. Medeiros (2010), em sua recuperação histórica, lembra que em 1930, com o processo urbano-industrial, houve uma tentativa de construção de um conceito de trabalho e de trabalhador, inserida na proposta corporativista de sindicalização, política orientada de controle da classe operária. No governo de Getúlio Vargas (1930-45), houve uma pretensão de estender esses direitos. Em 1937, um projeto de Código Rural apresentado à Câmara de Deputados procura definir o termo “empregado rural” e regulamentar os sistemas de barracões de engenho e as relações de

⁸⁸ Sobre as revoltas de escravos negros e indígenas, ver Caio Prado Jr. (1933). Ver também Moura (1972) sobre Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, Alagoas, que resistiu por quase um século a várias expedições, sendo destruído pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho, liquidação que culminou com a morte do líder Zumbi dos Palmares.

trabalho nos seringais. O Ministério da Agricultura e os empresários rurais defenderam uma organização mista, argumentando que a “uniformidade do trabalho” dificultava diferenciações (PINHO, 1939 *apud* MEDEIROS, 2010).

Após a revolução de 1930, a *idéia* da propriedade familiar volta a ser tema de estudos e debates⁸⁹. A *idéia* de organização mista persiste até os anos 1940 e orienta a organização sindical - Decreto-Lei nº 7038/44 -, sob o argumento de que, sendo mista, evitaria a “desarmonia às classes agrícolas” ou alegando, para isso, a “deficiência intelectual e econômica dos trabalhadores” e a “dificuldade em admitir a profissão rural”. Em 1945, outro decreto - Nº 7449/45- definia a formação das associações rurais, mistas, atreladas ao Estado, voltadas para a assistência sanitária e educacional

Em meados da década de 1950, com a emergência das mobilizações camponesas por terra, a “questão agrária” se apresenta como um tema de estudo ao pensamento econômico brasileiro. Entre as questões tratadas estavam as lutas pela permanência na terra, baseadas nas noções de direito sobre a posse da terra trabalhada, a condenação à propriedade da terra e à improdutividade, expressa no latifúndio, agora vinculado a relações de sujeição no campo. Por outro lado, começam a emergir demandas por direitos trabalhistas já conquistados pelos operários urbanos. É quando o termo camponês constitui-se em uma identidade política (MEDEIROS, 2010).

Sob influência da atuação política do PC do B no campo, foram criadas associações no Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Goiás, e, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Em 1955, foi criada uma associação de foreiros do engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão/Pernambuco, dando origem às Ligas Camponesas⁹⁰, propagadas, em nível nacional, pelo advogado Francisco Julião. Essas formas organizativas passaram a disputar influência na região com o Partido Comunista do Brasil – depois denominado Partido Comunista Brasileiro – e com a Igreja Católica.

A partir daí, começaram a ser apresentados projetos de reforma agrária na Câmara dos Deputados e o debate teórico aparece de forma mais sistemática em quatro tendências: a do PC do B, que identificava o feudalismo na formação econômica brasileira e defendia o aprofundamento do capitalismo com alianças entre o proletariado, burguesia nacional e os trabalhadores camponeses, para superar essa estrutura; a dos setores reformistas da igreja

⁸⁹ Caio Prado Jr (1979); Alberto Passos Guimarães (1968 *apud* ANDRADE, 2000); Manuel Correia de Andrade (1986); Josué de Castro (1946); Celso Furtado (1986).

⁹⁰ Reuniam diversos segmentos sociais do campo que reivindicavam o direito à propriedade da terra, tendo como lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

católica; a da CEPAL, que defendia a reforma agrária radical para romper com o entrave estrutural ao processo desenvolvimentista; e a de um grupo de professores da USP, que defendia as teses reformistas do economista Roberto Campos, na época ministro do Planejamento do primeiro governo militar (DELGADO, 2010)⁹¹.

Os anos 1960/1970 foram marcados por forte repressão sobre os movimentos sindicais, sobretudo os do campo. Enquanto o projeto de modernização, via industrialização, adentrava no campo, introduzindo sistemas produtivos baseados na mecanização, no uso de insumos e de agrotóxicos, o governo militar, para conter os conflitos agrários, elaborou o Estatuto da Terra, a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, devido aos efeitos da modernização da agricultura e dentro do contexto da democratização do país, entram na pauta política temas e lutas, que se somam às deflagradas pelos movimentos sindicais das grandes cidades. O tema da reforma agrária ganha nova centralidade e, com ele, as lutas por terra e por direitos trabalhistas e previdenciários que produziram identidades e organizações, pondo em questão a categoria trabalhador rural (MEDEIROS, 2010). No âmbito do debate com o poder público e com as políticas públicas, percebem-se sucessivos deslocamentos conceituais e de categorias de atribuição e de autodefinição dos sujeitos políticos, como a do *pequeno produtor* entre os anos 1970, para o *agricultor familiar*, nos anos 1980, categoria cunhada do debate intelectual e da construção do conceito de agricultura familiar que extrapola os espaços acadêmicos para os espaços sindicais (idem)⁹².

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, outro sujeito político parece se configurar, com a constituição do MST, cuja forma de organização social é indissociável da territorialização. Delgado (2010) define quatro momentos desse processo: 1979-1984, quando se deu a gestação; 1985-1989, momento da consolidação; 1990 até 1996, com a sua institucionalização; e de 1996 até o presente, com a mundialização dos movimentos camponeses viabilizada pela via campesina.

Tendo, inicialmente, entre seus aliados, a CPT, o MST realizou suas primeiras ocupações, em setembro de 1979, das fazendas Macali e Brillhante, no norte do Rio Grande do

⁹¹ Sobre esse debate, consultar, também, Gonçalves Neto (1997) e Stédile (2005). Este último identifica quatro vertentes: a do PCB; as teses de Caio Prado Jr (1979), para quem a solução dos entraves para o desenvolvimento capitalista estaria na melhoria das condições econômicas do mundo rural; a dos cepalinos; a dos pensadores como Rui Marini, Teotônio dos Santos, André Gunder Frank e Paulo Wright, que defendiam a reforma agrária socialista.

⁹² Esse debate tem seus desdobramentos na organização sindical. Em 2001 surge a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF/SUL, transformada em FETRAF/BRASIL. Em 1996 foi criado o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. Tais organizações colocam em pauta novas identidades e, na crítica à modernização da agricultura, reforçam a *idéia* da agroecologia.

Sul. Mas, sua criação oficial se deu em Cascavel (PR), dia 22 de janeiro de 1984, quando as diretrizes, o estatuto, as linhas gerais do Movimento são traçadas. Desde o início, sua perspectiva era ser um movimento nacional para se contrapor às forças adversárias. Em busca da autonomia, criou uma estrutura organizativa⁹³, assim definida por Delgado (2010, p. 184):

A estrutura organizativa do MST é múltipla, plural e híbrida. Tem caráter formal e informal, e foi construída como novas e antigas formas de organização. Sua amplitude garante os trabalhos nos mais variados assuntos, abrangendo dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Seu traço principal, porém, não está na definição de sua estrutura, mas em seu movimento, ou seja, em sua versatilidade e flexibilidade. Seu caráter multidimensional e flexível lhe permite estar presente simultaneamente em diversos espaços políticos, e lhe facilita a possibilidade de criar novos espaços de atuação. Essa estrutura multifacética, com variadas instâncias de decisão coletiva, ajuda também a proteger o MST, pois torna muito mais difícil o intento de cooptar, controlar ou reprimir o Movimento por parte das forças que lhe são hostis.

A organicidade, ainda segundo este autor, é uma condição política determinada pelo grau de vinculação das famílias sem-terra com o MST. Do mesmo modo, esse movimento criou uma série de estratégias visando a sua identidade política, por meio da construção de símbolos de identidade, escolhidos nos encontros nacionais, como o hino (1989), a cor vermelha da bandeira (1987) e dos bonés, a marca, as místicas, as performances, as palavras de ordem, os cartazes, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, as fotos de líderes históricos – como Che Guevara e Rosa Luxemburgo – expostos em cartazes e em camisetas, poesias, pensamentos, cartas, discursos. Todos esses elementos formam um conjunto, uma harmonia, uma linguagem, uma estética, uma cultura política. A ideia é construir um imaginário, uma história, um sentimento de pertença a partir da história.

A Reforma Agrária proposta pelo MST está associada à construção de um Projeto Popular para o Brasil, que pressupõe investimento em uma proposta educacional, inspirada no pensamento de Paulo Freire e suas formulações em torno da Pedagogia do Oprimido e nas teorias sobre a educação popular. A construção de uma educação do campo amplia sua estrutura organizativa, criando uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa e coletivos com diversos eixos temáticos: gênero, cultura, agroecologia e direitos humanos.

Hoje existe uma extensa produção teórica em torno da proposta de educação do campo do MST, em nível de alfabetização, graduação e especialização, que vem sendo

⁹³ Ver estrutura organizativa no Capítulo 3.

desenvolvida, com apoios da cooperação internacional e governamental, em articulação com outros segmentos sociais. Cabe aqui mencionar parte do resgate histórico desse processo feito por Garcia (2007), tendo como marco o ano de 1979, quando a preocupação inicial era com a escolarização das crianças.

Em 1981, ocorreram as primeiras experiências isoladas de educação de jovens e adultos, com o lema “Terra para quem nela trabalha, a educação é necessária! Uma escola alternativa! Tempo das experiências”. Em 1984, o lema foi “Tempo da consolidação, ocupar, resistir e produzir, escola do MST: Qual escola? Como se faz?”. O terceiro momento ocorre entre 1995 e 2005 e é identificado pelos lemas: “Tempo da ampliação, Reforma Agrária, uma luta de todos, do MST” e “Escola do Campo”. Um fato marcante foi a estruturação do Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária – ENERA, em 1997, que formou as bases para a consolidação do PRONERA, em 1998.

Em sua dinâmica o movimento imprime, por meio de sua militância, outra relação campo/cidade. A principal estratégia é sensibilizar a sociedade para um diálogo em torno das questões do campo, tal como explica os militantes do MST. A ocupação de terras, presumidamente improdutivas, foi uma estratégia bastante utilizada pelos movimentos sociais, no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, para viabilizar a reforma agrária, aproveitando-se de uma situação descrita por Delgado (2010) como a existência de um território “frouxamente fiscalizado” pela União, e que correspondia a 71,7% do território nacional⁹⁴. Uma das formas de pressão, visando à desapropriação, é explicitada pela militante do MST, na entrevista abaixo:

() Eu acho assim que o Movimento Sem Terra, as outras organizações elas têm aprendido muito, **o movimento acabou pedagogicamente formando muitas organizações**, onde você vê **ocupações** assim, da cidade, ocupação de um prédio público, então não é só a ocupação de terra. Então **a ocupação é uma questão pedagógica** que as outras organizações acabaram tomando para si e é uma forma de pressão. Você ocupar determinado espaço para você pressionar. (Militante do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos)

Para esta entrevistada, a ação de “ocupar” tem, também, um valor simbólico

() A **ocupação** para o Movimento é essa **simbologia** maior de pressão. Você ocupa, por exemplo, quando você organiza os trabalhadores para vir aqui fazer uma mobilização no INCRA com essa possibilidade de ocupar o INCRA e resistir ali para conquistar determinado ... Seja um crédito que não está saindo, de habitação, seja a área que não está sendo desapropriada, seja a negociação de uma pauta do INCRA, os trabalhadores não estão sendo

⁹⁴ O autor se refere às áreas privadas autodeclaradas em conformidade com a “função social” e inscritas no Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Ver Delgado (2010, p. 102).

ouvidos e então **a ocupação é uma das formas mais forte que o Movimento tem de pressão**, seja a ocupação da terra, seja a ocupação de um espaço. E a ocupação da terra é **simbólica** e até, de certa forma, é **um direito à terra, produzir para alimentar** a comunidade é até um **direito constitucional**. Está na Constituição, a terra precisa cumprir a sua função social e produzir alimentos. Então a ocupação tem aí como se justificar, porque se o latifúndio, ele é um latifúndio improdutivo, não estava produzindo alimentos. Então se justificava ocupar para produzir, **a ocupação da terra ela está muito ligada a produção**, ocupar para produzir, para produzir alimentos para essas famílias que estavam sem condições de produzir para a sua própria existência, para a sua própria subsistência (Militante do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos).

No seu processo de territorialização, o MST retomou ações coletivas, a exemplo da “ocupação”, adotadas entre 1962 e 1963, a partir da atuação das Ligas Camponesas e do Movimento de Agricultores Sem-Terra. A “ocupação” é reinterpretada, nos anos 1980, como uma ação de sensibilização, no dizer desta outra entrevistada, também militante do MST, que percebe nesta ação uma espécie de “chamamento” da sociedade

() E o interessante é que esse tipo de conceito, eles são construídos. Então assim, acredito que, quando se ocupou a terra, a primeira ocupação do Movimento. Assim acho que teve muito esse **significado de unidade**, unir em busca de uma necessidade comum daquele grupo. Então, a ocupação ela foi ganhando, assim, foi ganhando legitimidade desse ponto de vista. Ocupação enquanto **legitimar um direito** e ocupação também do ponto de vista de **chamar atenção da sociedade** para um problema, para um diálogo, porque quando se ocupa o INCRA, quando se ocupa um órgão público, está se **chamando a atenção para um diálogo**, para uma necessidade dos trabalhadores. E aí, porque a pressão é isso, ela é você **chamar a atenção de alguém** para o diálogo, esse diálogo, para se conversar sobre as necessidades de direitos, de dever, e a ocupação da terra, elas vêm **legitimar esse direito** dos trabalhadores ter acesso a terra, de cumprir a função, da terra poder cumprir a sua função social que a própria natureza designa, essa questão de produzir para produzir a vida, porque no **assentamento**, quando a gente trabalha o assentamento, **a gente mais do que vê o território**, a gente precisa ver **todos os sujeitos** que estão ali e passam a construir a sua existência, desde as **mulheres**, se conseguem voltar a estudar, conseguem participar das lutas, discutir desde a presidência, a questão da saúde, o embelezamento da casa, do assentamento em si, a **juventude** também. Quais as perspectivas que a juventude tem hoje. Então quando a gente percebe, faz esse ato de **ocupar a terra, é esse ato também de chamar a atenção da sociedade para um problema**. De então legitimar um direito de ter um espaço, um território para construir e reconstruir a sua existência (Dirigente do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos).

Em função das pressões dos movimentos sociais, a reforma agrária foi reinserida na pauta governamental. Entre 1983 e 1984, a CONTAG desenvolveu uma campanha pela reforma agrária ampla, geral e massiva, sob o controle dos trabalhadores. Em 1985, o Congresso da CONTAG aprovou a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA,

elaborada por José Gomes. A partir daí, começam os debates em torno do PNRA e da constituição de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que compreenda os assentamentos de forma mais integral, e, não somente, sob o ponto de vista da produção. Nesse jogo de forças, que durou dois anos - 1984/1985-, a CONTAG e a Igreja Católica, principais mediadoras desse debate, saíram enfraquecidas e a proposta de José Gomes não foi aprovada. O então presidente da República, José Sarney, reedita a Lei Sarney de Terras para o Brasil, cedendo às pressões da elite que começa a se reorganizar e a se expressar por meio da União Democrática Rural - UDR.

Andrade (2002), diz que o problema premente do Brasil é o da realização da reforma agrária, visando diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno e garantir a vida no campo, atenuando o êxodo rural. Segundo ele, a reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso à terra, por parte do trabalhador rural, como para a orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção. Ela deve atingir tanto as formas como as funções da produção.

Cabe ressaltar que a literatura sobre a reforma agrária no Brasil tende a interpretar o tema numa visão dicotômica, tomando como base a formação e expansão da sociedade capitalista que contrapõe modos de vida capitalistas x não capitalistas. A partir dos anos 1990, novas interpretações no campo científico emergem, revelando a co-existência de modos de vida diferenciados e de sujeitos que começam a sair do anonimato e a reivindicar o reconhecimento de sua existência. Na realidade, essa diversidade de modos de vida, ressaltados hoje em fóruns mundiais, vem sendo discutida desde o tempo dos teóricos clássicos da reforma agrária⁹⁵.

Essa dinâmica coincide com o fortalecimento dos chamados novos movimentos sociais, dentre eles, o movimento ambientalista, que tem forte influência na configuração dos movimentos sociais que atuam no campo no Brasil. Há uma retomada da luta pela terra e a emergência de novos sujeitos e novas identidades, como sem-terra, atingidos por barragens, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, com formas específicas de ações coletivas voltadas para espaços públicos, em busca de visibilidade (MEDEIROS, 2010; 2003).

Segundo Almeida (1994, p. 23), é dentro dessa dinâmica que os processos de intervenção do planejamento público na Amazônia resultam na consolidação de movimentos sociais fora dos marcos tradicionais de controle. Ao mesmo tempo em que geram o conflito,

⁹⁵ Vide o grande debate entre Kautsky (1986), Lenin (1982) e Chayanov (1974), entre o final do século XIX e início do século XX, retomado nos anos 1970 pelos antropólogos, em torno da expansão do capitalismo e seu enfrentamento com outros modos de vida não capitalistas, agrupados no conceito de campesinato. Debate que até hoje influencia as teorias sobre as questões agrárias no Brasil.

as políticas governamentais possibilitam elementos básicos à formação e composições de vínculos solidários, concretizados nas denominadas *unidades de mobilização*. Tais formas de associação e de luta escapam à estrutura da organização sindical do Estado e reivindicam a manutenção das condições de vida pré-existentes aos projetos ou programas oficiais.

Almeida (1994) se refere aos movimentos dos seringueiros, das quebradeiras de coco babaçu, dos atingidos por barragens, dos remanejados, deslocados, assentados e reassentados e outros organizados por grupos sociais atingidos por projetos de construção de barragens, campos de treinamento militar, ferrovias, rodovias e base de lançamento de foguetes. Utilizando os mesmos instrumentos teóricos, apresentados por Wolf (1984, p. 336), em sua análise de propagação e difusão mundiais do capitalismo do Atlântico Norte, pode-se compreender que tais projetos econômicos, elaborados para a Amazônia, prenunciavam uma crise ecológica, à medida que ameaçavam o acesso dos grupos sociais mencionados às pastagens, florestas e recursos hídricos, o que impossibilitaria a combinação estável de recursos necessária à sobrevivência dos mesmos.

Com o processo de lutas pela democratização que resultam na Constituição de 1988, com forte apelo ao respeito à diversidade e à pluralidade cultural, o Estado brasileiro torna-se signatário de importantes tratados internacionais voltados à proteção dos Direitos Humanos tanto na esfera da Organização das Nações Unidas – ONU, como na da Organização dos Estados Americanos – OEA. A partir de 1992, quando o Brasil organizou e sediou a Conferência das Nações Unidas, a Rio-92, tornou-se signatário da Convenção da Diversidade Biológica, primeiro instrumento legal para assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Em 2002, o Governo brasileiro, cedendo às pressões dos movimentos sociais, ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, por meio do Decreto Legislativo nº 143, reconhecendo os elementos de auto-identificação e, com isso, os fatores étnicos e novas identidades coletivas que orientam as ações coletivas dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2007).

Tais sinais de democratização são concomitantes ao ajuste ao modelo econômico que serve à ideologia neoliberal e que impõe outras formas de interlocução entre o Estado e a sociedade, gerando, nos anos 1980, uma crise da mediação tradicional. A representatividade mudou e o movimento sindical tem dificuldades de assegurar o papel de mobilizador, porque a mobilização também mudou de lugar.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) lembram que, ao longo das duas últimas décadas, esses movimentos sociais vêm propondo, ao poder público brasileiro, políticas públicas e direitos que significam mudanças nas representações que a sociedade tem de

determinados segmentos, como índios, negros, mulheres, seringueiros, quebradeiras. Suas estratégias de lutas colocam, na pauta oficial, determinados temas anteriormente debatidos no âmbito dos movimentos sociais. São movimentos que, apesar de todas as condições adversas – desmatamento, queimadas, investimentos públicos financiados pelo Estado – se fortalecem politicamente, a exemplo do que têm demonstrado as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas e os atingidos por barragens.

As organizações conveniadas com o INCRA para a prestação dos serviços de ATEs, no Maranhão, são vinculadas a movimentos sociais que surgiram entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, período em que, na Amazônia, estão se consolidando movimentos sociais fora dos marcos tradicionais de controle citados por Almeida (1994), contando, no início, com o apoio formal de organizações específicas (STTRs, grupos de oposição sindical). Trata-se de um momento em que, no Brasil, os movimentos populares que, inicialmente, tinham por demanda bens e serviços e direitos à vida, comida e abrigo passam a assumir mais a questão da identidade, consubstanciada nos movimentos de mulheres, ecologistas, negros e índios, incluindo em suas agendas de luta os direitos sociais e étnicos, as questões ambiental e de gênero, com forte apelo à igualdade, à liberdade, nas relações de raça, gênero e sexo.

Tais organizações lutam pelo reconhecimento, como política pública, dos sistemas de produção que desenvolvem, inspirados na agroecologia, e que têm se mostrado sustentáveis. Esses movimentos tentam resgatar a conexão entre as diferentes dimensões da sociedade, perdida com o estabelecimento da sociedade regulada pelo mercado, estudada por Polanyi (2000).

Pensar sobre essas experiências, sem desperdiçá-las, como recomenda Boaventura dos Santos (2004), requer refletir sobre sua conexão com o movimento ambientalista, considerando, também que, hoje, as lutas do campo transcendem as questões relativas à posse da terra, como em décadas anteriores, e se estendem para o acesso e forma de uso dos recursos naturais. A herança ambientalista os ajudou a romper com paradigmas – como o da oposição rural x urbano, ou seja, com a forma de perceber o chamado rural como sendo o Outro. Para além das dicotomias, esses movimentos, em particular os ambientalistas, propõem outras relações entre esses diferentes espaços, influenciando na formação de movimentos sociais específicos⁹⁶, a exemplo dos movimentos sociais que atuam no campo no Brasil

⁹⁶ Povos originários/indígenas/tribais, movimentos afrodescendentes, de autogestão urbana, correntes de ecologia social crítica, socialização do poder, feministas, radicalização da democracia, diversidade sexual, descolonialidade do poder e do saber.

contemporâneo, com potencial de resistência ao capital e de pressão, face ao Estado, pelo reconhecimento de suas demandas.

() E o sonho da gente é a criação dessa reserva. Então agora, já agora em 2000, a área já era de alguns fazendeiros. E teve alguns fazendeiros novos que compraram do outro fazendeiro, e esses que compraram agora, o que eles estão fazendo? Eles estão colocando cerca elétrica em toda a área. Estão colocando no centro mesmo de Enseada da Mata. Eles colocaram três ordens de arame de cerca elétrica. Isto para botar para os trabalhadores, para as quebradeiras de coco. Então eles tentaram cercar a roça, onde era de 80 pessoas, ficou para dentro, essas pessoas não conseguem entrar para pegar seus produtos dentro da roça. Algumas pessoas, eles compraram a linha de roça para não ficar dentro. Então eles têm feito uma ameaça, uma humilhação das maiores, como nunca teve. Tinha muita ameaça, mas do tanto dessa não. Outra coisa, colocaram pistoleiro por cinco dias, ficou cinco dias diretamente lá, armado para ver se alguém tocava, passava perto da área. Então não era pra outra pessoa, porque quem vive aqui somos nós, trabalhadores, quebradeiras de coco. Eu acho que eles não estão colocando pistoleiro para outro. Estão vendo se a gente ao menos entra para apanhar o babaçu dentro para eles fazerem alguma coisa (Liderança do MIQCB, Penalva/MA, 2008).

A fala da quebradeira de coco da região da Baixada Maranhense, pela criação da reserva extrativista Enseada da Mata, no município de Penalva/MA, ilustra bem a tragédia com que convivem essas mulheres, no seu cotidiano. Um quadro de violência que as colocam em condições de sujeição, longe de ser superadas em um estado com o perfil do Maranhão. Além de denunciar a devastação do principal meio de subsistência, o coco babaçu, em favor da pecuária e dos grandes projetos, o relato mostra a inabilidade do aparato governamental na condução dessas políticas ambientais, uma vez que o Estado brasileiro contemporâneo vive a tensão de corresponder também aos interesses do grande capital⁹⁷. São as ambivalências e ambiguidades, citadas por Paoli e Telles (2000), da passagem de uma sociedade autoritária e excludente para uma pretendida sociedade mais igualitária e democrática, se apresentando no real.

⁹⁷ Sobre esse tema, ver Mesquita *et al.* (2007). Nesse artigo, os autores analisam a ocupação vigente na região dos babaçuais, desde os anos 1970, baseada nos subsídios do governo e voltada para a pecuária e culturas industriais e de madeiras. Esse processo trouxe problemas para a produção familiar, tanto na região do Bico do Papagaio como na de Imperatriz, devido a degradação do solo, destruição da fauna e flora e poluição dos mananciais hídricos. Do ponto de vista social, o Estado não oferece o mínimo de infraestrutura social e, nem tampouco, uma política compensatória que contenha a exclusão social, ocasionada pelo modelo excludente da força de trabalho. Os principais impactos ambientais são aqueles decorrentes da expansão da fronteira agrícola, baseados em plantios homogêneos e mecanizados, e da pecuária extensiva; no uso do fogo para diversos fins e queimadas. As principais atividades por ordem de extensão ocupada são: a pecuária, o eucalipto, a extração de madeira, a produção de carvão vegetal e a implantação do Projeto Sampaio. No caso específico de Enseada da Mata (Penalva/Maranhão), embora a área esteja sendo avaliada pelos órgãos ambientais para possível desapropriação como Unidade de Conservação, são as quebradeiras de coco, no seu cotidiano, que enfrentam as constantes ameaças de devastação da área para fins de investimento na pecuária.

No Maranhão, estão em disputa projetos de sociedades que têm, como principais interlocutores desse jogo de forças, os movimentos sociais, os aficionados do agronegócio e segmentos sociais, cujos modos de vida se organizam por meio da produção familiar, e que sofrem diretamente os efeitos desse padrão de produção, baseado na agricultura mecanizada, extensiva e intensiva, com o uso massivo de transgênicos e agrotóxicos. Dessa forma, os movimentos sociais que atuam no campo no Brasil, assim como os povos do sul, estão interconectados com um debate mundial que envolve uma nova matriz energética do mundo, uma nova matriz alimentar e ambiental. Como veremos, suas demandas estão inteiramente afinadas com as apresentadas na Declaración de la Cumbre de los Pueblos del Sur.

No início dos anos 1990, mediante a precarização das políticas públicas para a agricultura, grandes mobilizações nacionais, anuais, organizadas pela CONTAG, com o apoio do MST, da CPT e do MAB, entre elas o “Grito da Terra”, passaram a chamar a atenção da opinião pública e do governo, constituindo-se em espaços públicos de socialização e de negociação de reivindicações dos povos que vivem no campo (MEDEIROS, 2003). Como resultado dessas ações coletivas, mudanças foram feitas no âmbito de programas governamentais, como é o caso do PROCERA e do PRONAF, generalizando a identidade de “agricultor familiar”. Com a dinâmica dos movimentos sociais, tais programas sofrem sucessivas alterações, na tentativa de absorver a diversidade das situações que se apresentam nas relações sociais no campo.

Entretanto, a partir do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, algumas medidas de criminalização da luta pela terra foram adotadas, com destaque para duas Medidas Provisórias: uma, ainda vigente, que proíbe a vistoria pública das terras ocupadas por dois anos, quando ocupada uma vez, e por quatro anos, quando ocupada mais de uma vez, impedindo a fiscalização e a vistoria de terra “invadida”, instrumento necessário para as ações de desapropriação; e outra que proibia o assentamento das famílias que participassem da ocupação de terra. Paralelamente, ocorreu o processo de judicialização da luta pela terra, transferindo para o poder judiciário a solução dos problemas agrários. Além disso, o Governo adotou uma política de mercantilização da terra, por meio do Banco da Terra, financiado pelo Banco Mundial, e criou um programa de cadastro das famílias interessadas em obter terras pelo correio nacional e pela internet, medidas que ajudaram a frear o processo de reforma agrária e a mascarar os dados oficiais⁹⁸.

⁹⁸ Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a área de terras obtidas para a reforma agrária passou de 2% para 4% e paralisou entre 2002 e 2003 (DELGADO, 2010).

A mudança ocorrida nos anos 2000, no âmbito da política institucional, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, como representante das ditas forças populares, para a Presidência da República, intensificou as tensões no campo do Estado, com as possibilidades dos movimentos sociais entrarem na disputa pela hegemonia de poder na estrutura burocrática governamental. Os movimentos abdicam da postura, característica dos anos de 1980, de atuarem “de costas para o Estado”⁹⁹, em suas pressões e questionamentos, para apostarem nas oportunidades de uma relação, não só de conflito, mas também de diálogo. Situação mais exemplar desse espírito é a presença de membros ou de simpatizantes do MST, do movimento negro e das comunidades quilombolas, nos espaços onde as políticas públicas são propostas e definidas. Os movimentos atuam por dentro e por fora das estruturas burocráticas, disputando recursos e pleiteando participação nos espaços de definição de políticas públicas.

Entretanto, o Governo Lula é demarcado pela tensão de contemplar as demandas dos movimentos sociais e os interesses do capital em expansão no campo, representado pelo agronegócio, com momentos de forte pressão sobre as ações dos movimentos sociais. Sobre a tensão característica do Governo Lula, Oliver (2009, p.33) comenta que:

Este ha buscado ser un mediador democrático de las contradicciones entre los grandes grupos empresariales transnacionalizados y las demandas sociales y populares. Esa política há evitado la solución de un Estado ampliado de seguridad militarizada y há abierto el camino a un Estado que prioriza una política que provoca crecimiento econômico y adhesión política ideológica de las grandes mayorías, a la vez que propicia ya amplia actividad econômica de los empresários y del agronegocio exportador. Así, la conducción política de Lula há pospuesto la explosión de las contradicciones.

O ano de 2005 é um marco apontado pelos militantes do MST entrevistados, tendo em vista a inclinação dos governos federal e estadual de reafirmação do agronegócio, por meio de venda de terras para multinacionais, de aprovação de medidas provisórias que inibem a resistência dos movimentos sociais e de retirada da reforma agrária da pauta governamental.

Outro aspecto importante – não explorado, mas não esquecido nesta tese – refere-se ao poder de articulação da bancada ruralista, estruturada em vários partidos políticos, e do seu controle político do Estado, situação da qual o Maranhão é emblemático, como veremos nos capítulos que seguem. Enquanto que os partidos de esquerda, hoje no governo, no esforço

⁹⁹ Ver análise de T. Evers (1983) sobre o Movimento Verde na Alemanha.

do “ajustamento constrangido”, corroboram com o discurso do agronegócio, conforme explica esta militante do MST/MA

() na medida em que os trabalhadores se organizam, e fazem mais **ocupação**, dão mais **pressão**, o governo é obrigado a criar algumas **medidas para mediar esse conflito**. O que aconteceu agora, nesse período do governo Lula, é porque houve um período que a gente fazia a leitura, um período em que ele estava em disputa e então ficava, fazia **um pouco de assentamento, mas também ia cedendo às pressões do agronegócio** e tal; num primeiro momento nem aprovou a questão da lei dos transgênicos, então a gente ficava, fazia a luta de massa, o governo dava um pouco de atenção a nossa pauta. Mas, na medida em que **o Lula aderiu ao projeto do agronegócio**, que definiu a política econômica dele com base de **incentivo às importações, às grandes produções**, então com isso ele tira desde o orçamento que se tinha para a reforma agrária, até as políticas mínimas vão deixando de ser prioridade, desde a vinda da cesta básica, desde a desapropriação da terra, e aí tem outros elementos que a gente avalia (Dirigente do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos)

A contraditoriedade do Governo Lula, no que se refere, especificamente, à política de reforma agrária, tem penalizado os movimentos sociais, na interpretação da militante entrevistada. Na sequência de sua análise, acerca da atual conjuntura política, aponta para a retirada do tema da reforma agrária da pauta do governo e da sociedade

() Então assim, desde 2005, mudou também a prioridade do governo, você vê pelas próprias políticas que o governo tem adotado, que essa questão da **reforma agrária, ela tanto saiu do debate da sociedade, como saiu da prioridade do governo, e aí como tem todo esse processo de criminalização dos movimentos também**, na nossa leitura, ele é também uma ofensiva nessa perspectiva de **reafirmar o modelo de desenvolvimento do governo, que é o agronegócio**, de essa questão de vender a terra para as multinacionais, para as empresas multinacionais, as grandes corporações e não fazer uma devida divisão social, para que o povo maranhense ou o povo brasileiro possa passar a produzir sua subsistência nessa terra. Então, na verdade, para gente isso é um conjunto, então **hoje está cada vez mais difícil se desapropriar uma terra**, mas isso não faz com que a gente tire de foco essa questão da ocupação. Isso na verdade, as nossas linhas políticas, a gente tem discutido muito, essa questão de que **o nosso desafio agora é como que nós vamos massificar essa questão da luta pela terra**, porque na nossa leitura, é uma alternativa, desde essa **questão da produção** de alimentos, a questão também da **preservação do meio ambiente dos recursos naturais** e até uma saída da própria crise mundial, que se estabelece hoje que a gente sabe que ela não é uma crise de cunho só financeiro. Ela é de organização social. Tem esse cunho mais ambiental, com toda essa questão do aquecimento global, do desmatamento (Dirigente do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos)

As militantes do MST analisam que há dois movimentos fortes no segundo mandato do Governo Lula: um, no sentido da retirada do tema da reforma agrária da pauta

governamental, com forte pressão sobre os movimentos sociais, por meio de criação de dispositivos jurídicos que inibem a ocupação como principal instrumento de pressão via reforma agrária, tornando mais lenta a conclusão dos conflitos; e, outro, no sentido do reforço ao agronegócio. Os movimentos interpretam o momento contemporâneo como de ampliação de suas lutas, também em dois sentidos. Primeiro, de incorporar à luta pela terra as causas ambientais, ou seja, de somar a dimensão econômica a outras dimensões, como a ambiental, cultural e social. Segundo, articular as demandas locais com as globais, como forma de reestabelecer o caráter de luta de classe implícita na luta pela terra.

() e além do financiamento mesmo do agronegócio. **Antes o latifúndio, que aparentemente era improdutivo**, porque os fazendeiros grilavam as áreas e tal, que eram terras públicas e os fazendeiros não produziam, **hoje existe uma falsa produção que é a produção de monocultura**, hoje você vê latifúndios no município de Açailândia, que antes não produziam praticamente nada, hoje estão plantados com **eucalipto**, mas isso não significa que a área está produzindo comida para alimentar a população; está produzindo algo para ser queimado, para **carvão**, para alimentar as **siderúrgicas**. Houve essa inversão, não sei se é inversão, houve uma maior priorização do agronegócio, sendo que muito claramente do que o fortalecimento da agricultura, da pequena agricultura, da própria reforma agrária, que era uma das bandeiras, das bandeiras de campanha do primeiro mandato do governo Lula. Houve até a tentativa da construção de um plano de reforma agrária, no primeiro governo; um plano bastante participativo e tal. A média era assentar em um ano 1 milhão, e, no final de 2007, foi assentado 100 mil famílias. Então assim, e aí foi só desgastando, não houve também muita, não sei, os movimentos acabaram também, **o descenso da luta**, o desânimo, a **falta de conquista, de conquistas concretas** acabaram desanimando, você não aglutina muito em torno da luta pela terra, da luta pela reforma agrária, não é **uma pauta que desapareceu só do governo, desapareceu da luta das universidades, desapareceu dos movimentos urbanos**, que também tinham a reforma agrária como pauta política nos seus debates e tal, seria uma das viabilidades para construir uma sociedade menos injusta aqui no Brasil (Militante do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos)

As entrevistadas apontam para uma mudança na característica do latifúndio que, anteriormente, não chegava a ser produtivo, e que agora prioriza a monocultura, num alinhamento total com investimentos econômicos voltados para a exportação e inseridos no mercado internacional. As pressões em torno das lutas pela terra dão a impressão de uma nova retirada do tema da reforma agrária das pautas, não somente governamentais, como das universidades, dos movimentos urbanos e da sociedade, como sintetiza a entrevistada acima.

Os conflitos em torno dos transgênicos e da construção de hidrelétricas são exemplos ilustrativos da tensão característica do Governo Lula, a que Oliver (2009) se refere, que faz com que determinados órgãos governamentais sejam espaços de disputa, tendo como

atores técnicos da burocracia, ONGs ambientalistas internacionais e nacionais, movimentos sociais, intelectuais, empresários nacionais e estrangeiros, fazendeiros, povos e comunidades tradicionais e segmentos que vivem da produção familiar. A questão ambiental se transformou em uma questão política e, nos últimos dois anos, vem sendo pauta de audiências públicas, realizadas com o objetivo de chegar a um consenso sobre as mudanças no Código Florestal, capazes de reconhecer as especificidades locais, estaduais e nacionais.

A fronteira agrícola no Brasil, hoje apropriada de diferentes formas, é palco de disputa entre diferentes interesses – nacionais e estrangeiros – que se expressam em espaços específicos como o Ministério de Meio Ambiente e Ministério Público. Na impossibilidade de uma intervenção via luta armada, como ocorre em outros países, a via de acesso tem sido a Legislação Ambiental.

Outra expressão dessa disputa tem sido a resistência dos movimentos sociais aos projetos de grandes usinas hidrelétricas, apresentados pelo Governo Brasileiro, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, como alternativas de “energias limpas”. A maior obra proposta é a AHE Belo Monte, na Bacia do Xingu, com uma previsão de investimentos variando entre R\$ 17 e 30 bilhões, e deslocamento de cerca de 100.000 pessoas para a região de Altamira¹⁰⁰. Os movimentos sociais desde 2000 enfrentam as investidas governamentais de barramento na Bacia do rio Xingu. O Movimento Xingu Vivo para Sempre, criado no Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais, que aconteceu em Altamira em maio de 2008, reúne 200 entidades da Bacia Hidrográfica do Xingu.

O projeto tem causado forte resistência por parte da sociedade civil e conflitos que envolvem movimentos sociais, Igreja Católica, universidades, povos indígenas, organizações não governamentais, Ministério Público, IBAMA, FUNAI, Ministério das Minas Energia e as empresas de consultoria Elabore e LEME – responsáveis pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - EIA-RIMA.

A resistência da sociedade civil apresentada nesse empreendimento fez com que o ministro das Minas e Energia, senador Edson Lobão, classificasse como “forças demoníacas” os povos que lutam contra esse projeto, o que mostra que o “moinho satânico” tem suas resistências sim, ainda que advenham das forças sobrenaturais¹⁰¹. Na Carta dos Povos da

¹⁰⁰ A usina hidrelétrica de Belo Monte atingirá 11 municípios que compõem a região do Xingu, formada por 18 aldeias indígenas. Entre os povos atingidos estão: agricultores familiares, ribeirinhos, moradores de reserva, extrativistas, indígenas.

¹⁰¹ Sendo um dos discípulos do senador José Sarney – ou um dos “três porquinhos” citados por Dória (2009, p. 63) - o ministro Edson Lobão é sabedor de que essas “forças” existem. Prevalece no senso comum a crença de que o poder de Sarney no Brasil se deve a sua vinculação com um Pai de Santo bastante respeitado no Maranhão. No caso de Alcântara, por exemplo, o Centro de Lançamento de Alcântara nunca conseguiu lançar o foguete.

Volta Grande do Xingu¹⁰², é exigida a realização de audiências públicas com a participação da população e a consolidação do projeto de agricultura familiar, iniciado em 1970, por meio do ordenamento fundiário e ambiental, da infra-estrutura para os assentamentos, da recomposição do passivo ambiental, da melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas rurais e urbanas, assim como a implementação das Reservas Extrativistas. Os movimentos apostam que são esses os investimentos necessários para um desenvolvimento, social e ambientalmente, sustentável para a Transamazônica e o Xingu.

Na caravana das quebradeiras de coco a Brasília, em 2007, durante as audiências no INCRA, no Serviço Florestal Brasileiro, na OIT, na Secretaria de Igualdade Racial, foi possível perceber os dilemas dos técnicos em tentar desenvolver políticas que equilibrassem os interesses dos empreendimentos econômicos e dos povos e comunidades afetados diretamente por esses empreendimentos¹⁰³, numa clara demonstração da contraditoriedade presente em um Estado que se pretende democrático e de ajuste aos interesses do capital em franca expansão.

Qual a reação dos movimentos sociais? Percebe-se que, enquanto o governo cede às pressões do agronegócio, os movimentos conseguem manter o fôlego de fazer ações coletivas autônomas, públicas, e não se deixam cooptar completamente¹⁰⁴. A entrevistada abaixo elenca quatro estratégias do MST para recolocar a reforma agrária em pauta: 1) aliança política dos movimentos do campo com as universidades e pesquisadores. Há um entendimento de que a expansão do agronegócio exige estudos, pesquisas e a construção de

Depois do acidente ocorrido no dia 22 de agosto de 2003, matando 21 técnicos civis, ficou no senso comum a idéia de que são os encantados que não estão permitindo a concretização desse projeto. Tudo isso mostra que a disputa política se dá também no plano espiritual e no imaginário.

¹⁰² Documento assinado por mais de 200 lideranças, divulgado em novembro de 2009.

¹⁰³ Nesse período, uma das grandes preocupações desses órgãos era a crise do setor siderúrgico, em função da impossibilidade de continuar consumindo florestas pela pressão dos órgãos ambientais. Os empresários do setor tinham como alternativas a compra do carvão mineral ou o plantio de florestas, como de eucalipto. Os técnicos do Sistema Florestal Brasileiro - SFB e do INCRA apostavam na possibilidade de um consenso, por meio de um instrumento florestal que eles denominaram de Distrito Florestal Carajás, visando uma produção sustentável capaz de beneficiar a população local e proteger as florestas. Eles contavam, para isso, com as linhas de crédito destinada à denominada agricultura familiar. A estratégia dos planejadores era desenvolver sistemas agroflorestais, com o apoio das linhas de crédito, das políticas públicas, de forma que a produção familiar, nos assentamentos, pudesse atender as demandas do mercado do carvão, de forma sustentável.

¹⁰⁴ Vide a resistência do MST e do MAB contra a construção da hidrelétrica do sul do Maranhão, que se expressa publicamente por meio de bloqueios à obra, iniciada em 2007, como a que ocorreu em março de 2008, quando bloquearam a estrada de acesso ao canteiro de obras, às margens da BR 010, com a participação de cerca de 400 pessoas atingidas, entre ribeirinhos, agricultores, pescadores, barqueiros, barraqueiros que reivindicavam uma forma de discussão sobre os impactos da hidrelétrica. O juiz da Comarca de Estreito, do Tribunal de Justiça do Maranhão, Gilmar de Jesus Everton Vales, concedeu liminar de manutenção de posse da usina hidrelétrica na divisa do Maranhão/Tocantins. O Consórcio Estreito Energia - CESTE (Vale, Alcoa, Alumínio Bilinton Metais - BHP, Camargo Correa. Tractebel) ofereceu R\$ 35 mil ou 12 ha de terra em outra área. A usina faz parte do PAC, sendo a maior hidrelétrica em construção no país, com capacidade instalada de 1087 mw. Valor do investimento: R\$ 3,6 bilhões. Outra forma de resistência se manifesta na Campanha Justiça nos Trilhos que aglutina trabalhadores de toda a área de influência da cadeia produtiva da Vale.

pautas comunitárias, observando os elementos comuns, mas compreendendo as especificidades; 2) massificação da luta, tentando desconstruir um imaginário de que a cidade é melhor que o campo, construindo outra idéia de que o campo tem seu papel na sociedade, de que o campo está relacionado com melhor qualidade de vida e provar que reforma agrária dá certo; 3) organicidade das famílias para que, uma vez conquistada a terra, elas possam manter um nível de organização capaz de garantir a qualidade de vida nos assentamentos; 4) acesso às políticas públicas em todas as áreas, particularmente na educação de forma diferenciada, atendendo a realidade do campo, mas em todos os níveis, e na área da produção, como a oferta de políticas que garantam incentivos e assistência técnica à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos.

() Um é essa questão da **aliança política** dos movimentos, dos movimentos do campo, esse espaço na **universidade** para os debates, abertura dos **pesquisadores** para pesquisar essa realidade do agronegócio, da reforma agrária. Então a gente está nessa perspectiva, e para a gente a aliança política dos movimentos sociais precisamos **construir pautas comunitárias**, embora a gente tenha as **nossas especificidades**, temo o Movimento Sem Terra que luta por esta questão da luta pela terra, mas nós temos um movimento, o MAB que não...também é uma luta pela terra, mas que move outra bandeira, então nós estamos buscando que **elementos a gente tem em comum**, que nos unifica nessa perspectiva de fortalecer esse enfrentamento e essa luta para que essa questão, ela seja de fato implementada. A outra questão é essa **massificação da luta** () tanto do ponto de vista de levar mais gente para a terra, conquistar mais gente para lutar contra o agronegócio, como também desse ponto de vista do apoio para a luta pela reforma agrária. O outro desafio é a questão da **organicidade das famílias** e aí isso é uma coisa posta no movimento, para a gente não basta só levar as famílias para ter acesso a esse pedaço de terra, mas para a gente é muito importante que **as pessoas continuem organizadas** para tentar outras condições, condições sociais de uma produção de mais qualidade, com mais condições de mercado e de possibilidade; a questão de uma **educação** de qualidade, aí hoje a gente luta muito para que as famílias do movimento tenham acesso à ATES, todos os **cursos superiores** que nós já conseguimos para o pessoal dos assentamentos e que hoje a gente abre para todas as entidades do campo, os movimentos sociais do campo, assim é uma luta de muitos anos (). O último grande desafio que ele está ligado à questão das **políticas públicas** é a questão do incentivo à produção do assentamento, porque se nós temos um assentamento e temos terra agricultável, mas se nós não temos o incentivo do governo para isso, termina que a gente tem uma produção muito menor do que o que a gente realmente poderia fazer, se a gente tivesse um incentivo do governo. Essa questão da produção, do escoamento da produção no mercado. Então em alguns estados tem algumas políticas, mas aqui no Maranhão, assim, políticas voltadas para os assentamentos, nessa perspectiva a gente não tem (Dirigente do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos).

Dentro da estratégia de ampliação das demandas, associando a luta pela terra a outras necessidades como a educação, a produção, há um investimento em um segmento

novo, que emerge, rompendo com conceitos e ampliando as fronteiras, discutindo um projeto de uma nova sociedade. A juventude passa a ser reconhecida pelos movimentos sociais tradicionais como um sujeito político que redefine a relação campo/cidade, conforme explica esta militante do MST

() e assim, uma das estratégias também para oficializar a luta pela reforma agrária pela terra foi **ampliar as bandeiras de luta para além da luta pela terra**. Eu acho que hoje a gente tem outras bandeiras que também aglutinam um pouco. Uma das bandeiras é a luta **pela educação**, hoje a gente já consegue aglutinar, aqui mesmo no Maranhão, na luta pela educação, a gente consegue aglutinar outros movimentos, tem a ASSEMA, os quilombolas, que já somam essa luta por essa bandeira difícil, que é a educação. Eu acho que outro elemento é a articulação da **juventude**, é um movimento que tem buscado muito esse trabalho com a juventude, e a articulação também com a juventude da cidade. Então a gente já tem tentado de fazer essa articulação com os movimentos de juventude da cidade, organizar algumas atividades conjuntamente, **jovens do campo, jovens da cidade**, o encontro nacional da juventude que ... a realidade da juventude. O Movimento está junto organizando, ajudando a organizar a questão **do jovem do campo e da cidade**. Então tem várias outras iniciativas que não é só a luta pela terra, mas que está ajudando aglutinar esse processo que hoje é muito mais difícil de você travar a luta pela reforma agrária, mas a luta mesma pela sociedade mais justa, essa coisa de um horizonte ou de uma pátria mais igualitária foi se afastando muito, principalmente das organizações, você precisa ser muito criativo para descobrir formas de aglutinar. (Militante do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos)

O fortalecimento dos movimentos sociais contemporâneos requer o duplo movimento de mergulhar nas especificidades, mas ao mesmo tempo, romper fronteiras construídas dentro da lógica da oposição binária. A necessidade de “aglutinar”, apontada pela entrevistada acima ilustra bem a necessidade de somar forças. Para esta outra entrevistada, a reforma agrária hoje extrapola a luta pela terra e envolve direitos que garantem a vida, englobando desde o acesso aos recursos naturais, à segurança, à soberania alimentar, ao direito de informação e de formação econômica e política, para que as pessoas se vejam como sujeitos.

() Então por trás de fazer a reforma agrária está muito mais do que fazer, do que retomar a organização da estrutura agrária deste país, mas está esta **retomada da construção e reconstrução da vida**. Então essa é a nossa bandeira de luta e por isso que engloba a **luta das mulheres** contra o agronegócio, **em defesa das sementes, das sementes crioula, isso engloba a luta contra a construção das hidrelétricas** que não é discutido com as comunidades. É simplesmente alagada as comunidades e sempre dos camponeses ... não se discute os impactos ao meio ambiente, social e as ditas indenizações quase nunca chegam, quando chegam não tem como repor a pessoa de toda uma construção histórica que ela viveu ali. Então a nossa luta, ela se constitui nessa perspectiva. Então por isso que é mais do que uma luta pela terra e aí nisso está envolvida a **luta pela saúde**, pelo **acesso à informação, formação política**, não é uma militarização, como algumas

peessoas dizem, “Ah, o MST faz doutrinação das crianças nos assentamentos”, o que a gente faz é levar **informação** para todas as pessoas que estão no assentamento, que a gente chama de **formação política**, que é ele se perceber que sujeito ele é, a qual classe ele pertence, e como essa sociedade funciona. As opções, você tem condições de fazer as opções, quando você tem acesso às informações, ao conhecimento, sem isso você é apenas alguém que vai do jeito que a classe dominante quiser. Então, na verdade, são muitos desafios. (Dirigente do MST/MA, 2009). (Os grifos são nossos).

Dentro dessa perspectiva, surgem, em período mais recente, formas organizativas estruturadas em redes de articulação de organizações, movimentos sociais e intelectuais, de abrangência regional ou mundial. Durante a pesquisa de campo desta Tese, acompanhei, pontualmente, três dessas articulações que estão se estruturando no Maranhão: a Via Campesina, a campanha Justiça nos Trilhos e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, cujas dinâmicas alicerçaram todo o argumento que venho apresentando nesta tese, de que a contra força ao capital, em sua fase contemporânea, se apresenta por meio de formas organizativas que conjugam interesses locais que estão conectados com questões globalizadas.

A Via Campesina é uma rede de articulação mundial, criada em 1992, que atualmente reúne 168 organizações e movimentos sociais que atuam no campo, na Ásia, África, América e Europa. Há 13 anos no Brasil, a rede articula o MST, a Federação dos Estudantes de Agronomia – FEAGRO, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Pastorais da Juventude Rural, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Seus eixos temáticos são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos¹⁰⁵.

No Maranhão, o investimento maior tem sido na realização de estudos e na formação política da militância, por meio de cursos em parcerias com universidades, nas áreas da Agronomia, Pedagogia, Técnico Agrícola, Saúde, Direito. Suas lutas conjugam interesses específicos com as questões globais, envolvendo temas ambientais, econômicos e culturais. Entre eles: luta pela terra, água, a questão ambiental, transgênicos, os conflitos com a Vale, os impactos da construção de hidrelétricas, das carvoarias, a lei de patentes, a reforma no código

¹⁰⁵ Sua estrutura organizativa é formada pela Conferência Internacional, principal espaço de deliberação política; Comissão Coordenadora Internacional, Comissões Políticas, Secretaria Executiva e movimentos camponeses a ela vinculados. O MST se vinculou à Via Campesina em 1996.

florestal, a política de assistência técnica e extensão rural, a soberania alimentar e as lutas das mulheres.

() ela tem se comportado as vezes como uma frente do campo de enfrentamento ao capital internacional, especialmente na última década, **a questão do campo tomou uma característica muito ampla**, muito mais distinta do que há alguns anos atrás, quando a luta da terra se dava diretamente com o latifundiário, a luta pela água se dava com a empresa estatal brasileira, Eletrobrás, você tinha a questão dos agricultores que estavam na luta contra os empreendimentos nacionais no Brasil e na última década então, feita a leitura de que mudou o contexto nacional, mudou a situação internacional do capital, então, decidiu-se que não tínhamos como lutar isoladamente, o MST com a terra, o MAB com as hidrelétricas, a CPT com as questões dos conflitos, que era preciso então mantermos... articulação para enfrentar esse inimigo maior e mais articulado, mais elaborado que é, na verdade, não só o latifúndio, não mais o fazendeiro, mas as multinacionais, porque aí veio o capital internacional, quando ele veio, ele veio fortalecido com múltiplos conjuntos de empresas que vêm enfrentar aqui, que vêm buscar aqui a matéria-prima, a riqueza, a terra no país e que era preciso enfrentar, de forma mais elaborada, planejada e mais unificada. Então por isso foi importante construir a Via Campesina no Brasil. (Dirigente do MST e da Via Campesina/MA, 2009). (Os grifos são nossos).

Assim como a mundialização do capital toma contornos diferenciados, exigindo uma compreensão da questão agrária, de forma mais ampliada e mais articulada com outras temáticas, mudam-se as estratégias de sobrevivência e a percepção que os agentes sociais têm de si próprio (ARAÚJO, 2010, p.152-153), assim como também mudam-se as estratégias de enfrentamento que passam a conjugar, além da articulação em rede, ações de massa, ações jurídicas, ações de comunicação e de pressão, em níveis locais, nacionais e internacional. A Via Campesina reforça os laços entre os povos da América Latina, na interpretação deste dirigente do MST/MA

() Seria até difícil da gente tirar uma denominação, o Movimento Sem Terra é isso. É difícil, porque nós estamos em todos os lugares, todos os setores. Como a gente acredita que nós temos que fazer a transformação da sociedade e essa transformação da sociedade, ela tem que, digamos assim, tendo o Estado hoje, o Estado que nós temos, Estado nacional, Estado político, nós temos que ter acúmulo em todos os setores, para a gente poder dizer assim “o que que serve daqui, o que que não serve desse Estado para nós” .O que que se acumula do ponto de vista administrativo, o que não serve em termos administrativo. Então você tem todos os setores. E é um movimento que não está no Brasil. Muita gente se engana “Oh, o MST está no Brasil”. Está muito enganado. Então o Movimento hoje nós integramos a Via Campesina e nós estamos em vários continentes. Nós estamos na América Latina, na América do Sul, América Central, América do Sul, na Ásia, no continente africano () Então nós temos hoje gente no Moçambique, fazendo lá experiência de movimentos camponeses, lá na África. Nós temos gente na África do Sul, temos gente na Venezuela, contribuindo com o governo Chaves, na questão da produção; uma brigada

militante, com agrônomo, técnico ajudando essa questão da produção na região. Temos gente fazendo medicina em Cuba. Temos gente em um monte de lugares contribuindo com os movimentos camponeses, ajudando a criar, fortalecer e trazendo, também é claro, esse apoio (Dirigente do MST/MA, 2008).

Essa rede de articulação, em seu início, propiciou a abertura de um espaço de reflexão e de estudos, reunindo estudiosos das universidades e dos movimentos sociais, sobre a expansão do capital no Maranhão. Como ações de pressão, a Via Campesina assumiu as ocupações na hidrelétrica de Estreito, realizadas em 2006 e 2007, as ocupações no INCRA pela reforma agrária e por uma política de assistência técnica, denunciando as situações de conflitos por terra no Estado, tentando articular essas lutas com as lutas específicas, enfrentadas pelos movimentos mais localizados, como em Açailândia, em torno de questões como ações predatórias das carvoarias, e em Alcântara, com a base de lançamento de foguetes.

() E nesse sentido o MST tem feito um esforço grande em relação a Alcântara, é um espaço importante por saber historicamente as necessidades que passam aquelas comunidades quilombola, aquelas comunidades que vivem em Alcântara (). Hoje já temos dois agrônomos formados, que é do MAB, em Alcântara, já temos os companheiros de Pedagogia, do Magistério, os técnicos que são formados são de Alcântara, no sentido de fortalecer o movimento social daquele município, para que esse movimento social fortalecido, o MAB, isso também ajuda a fortalecer a Via Campesina a nível de Estado. (Dirigente do MST/MA, 2009).

Portanto, no processo de resistência às pressões do capital, esses agentes – ativos e atuantes na acepção de Bourdieu (1996) – assumem formas organizativas, de dimensões locais e globais, que são acionadas, conforme os interlocutores que se apresentam em seus processos de lutas. Na análise de Delgado (2010), no Brasil, a luta pela terra é uma luta popular, e a reforma agrária é uma política pública. Independente da existência de planos de reforma agrária, a luta em torno dessa demanda se dá via duas manifestações políticas: a ocupação de terras e as manifestações de pressão sobre o Estado, visando às políticas públicas. Nesse jogo de forças, o Estado nunca tem se colocado à frente, está sempre a reboque do poder de pressão dos movimentos sociais.

CAPÍTULO 3

O MARANHÃO NA DINÂMICA DO CAPITAL NOS PERCURSOS DA MUNDIALIZAÇÃO E DE AJUSTE: a saga de uma disputa hegemônica.

O Cerrado não pode estar subordinado à lógica e ao valor do business (negócio). Para nós, o valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais, valor esse cujo aprendizado do seu profundo significado traduzimos em nossas múltiplas e variadas culturas enquanto povos dos cerrados.

Carta do Maranhão à sociedade Brasileira, novembro de 2000.

Pensar a relação Estado/Movimentos Sociais atuantes no campo implica desvendar os processos de ocupação e formação do denominado território do Estado do Maranhão. Recorro, inicialmente, à história econômica e política para compreender o atual cenário sócio-político, dentro do contexto, mais geral, de democratização e de ajuste do Estado Brasileiro contemporâneo, e, mais específico, em que está em jogo o padrão de dominação consolidado há mais de 45 anos. Ancorando-me sempre nos conceitos de cultura e política, procuro pensar esse Estado como espaço de disputa hegemônica que está nos circuitos do capital mundializado, por meio do agronegócio e de indústrias transnacionais, e que, a pretexto de um discurso oficial de modernização, reproduz relações sociais que nos fazem enxergar uma hibridização da extrema modernização capitalista com a tradição do patrimonialismo e do colonialismo.

Na abordagem de aspectos multidimensionais dessa realidade, recorro a uma literatura específica, incluindo publicações, trabalhos técnicos e científicos, como relatórios de pesquisa, artigos, monografias, dissertações de mestrados e teses de doutorados, bem como indicadores sociais divulgados por institutos de pesquisa. Outro volume de informações foi obtido em eventos específicos das entidades, reuniões entre entidades e órgãos governamentais, reuniões do CEDRUS, audiências públicas organizadas pelas equipes de ATES. Todos esses espaços me propiciaram o acesso às produções e ao discurso de agentes políticos, material posteriormente cotejado com as interpretações dos entrevistados sobre a experiência tratada nesta tese, coletadas em trabalho de campo.

A sistematização do material produzido na investigação conduziu-me a uma ordem de exposição, neste capítulo, que compreende, inicialmente, um repensar sobre os

espaços de disputa hegemônica e rupturas não consolidadas, resgatando, para isso, aspectos da formação sócio política e econômica do Maranhão. No segundo momento da exposição, recupero a emergência de sujeitos políticos a construir uma cultura política emancipatória, com destaque para três situações configuradas a partir da década de 1980: a expansão do MST em território maranhense e a emergência da ASSEMA, na região do Médio Mearim e do MIQCB, na região dos babaçuais.

3.1 Cultura e política: espaços de disputa hegemônica e rupturas não consolidadas

Em fevereiro de 2007, quando retornei de Fortaleza para realizar o trabalho de campo, o clima era de muita expectativa quanto aos “novos rumos” na política maranhense. Depois de 42 anos sob o domínio de um grupo político que tem como representante maior a família do senador José Sarney, o Governo do Estado estava sob o comando do médico Jackson Lago (PDT), cuja eleição – em outubro de 2006 – foi resultado de uma articulação que reunia interesses de grupos políticos dissidentes da denominada “oligarquia Sarney”¹⁰⁶ e de grupos políticos que, desde a democratização do país, colocam-se no plano da oposição política, com o aval de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil integrantes das chamadas forças populares.

Foi um momento em que o Maranhão respirou os ares de uma ruptura¹⁰⁷, que não se consolidou e foi desmontada em 16 de abril de 2009 pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. O desempenho político administrativo do Governo Jackson Lago – janeiro de 2007 a abril de 2009 – e, por outro lado, a postura do TSE, no julgamento do processo que desencadeou a cassação do Governador, mostraram que, no caso específico do Maranhão, não basta um realinhamento de forças no campo do capital, tal como ocorreu em outros estados do país. A ruptura, como se pretende mostrar nesta Tese, exige esforços muito mais profundos.

Entre 2008 e 2009, o Maranhão deixa de ser uma situação específica, localizada, por vezes analisada com o peso do estigma de um “Estado atrasado”, para integrar o cenário político nacional e internacional, revelando, entre outras coisas, as facetas do capital em sua fase mundializada, quando se sustenta por meio de teias de relações que só mesmo o grupo de

¹⁰⁶ Termo empregado por estudiosos, sobretudo dos campos da História, Ciência Política e Sociologia Política, e por militantes dos partidos políticos e dos movimentos sociais, para caracterizar a permanência do Grupo Sarney no poder no Maranhão, hoje extensiva à política nacional. Sobre esse padrão de dominação, ver Gonçalves (2000) e Reis (2007), Nunes (2000) e Bello Filho (1998).

¹⁰⁷ A dificuldade de promover rupturas se dá também em função das rearticulações da chamada oligarquia e de sua ubiquidade. A disputa pelo poder independe da ideologia e o grupo que faz uso desse padrão de dominação está em todas as partes, num refazer-se constante.

elite da Polícia Federal¹⁰⁸ é capaz de desvendar, e só mesmo a Justiça no Brasil é capaz de ignorar. A expansão do capital em países ditos “em desenvolvimento” se articula com relações de poder que, na análise da teoria política clássica, não seriam tratadas como modernas.

Vivenciavam-se momentos de agonia¹⁰⁹ em que os episódios – o da cassação do mandato do governador Jackson Lago e do desmonte das redes de corrupção pela Polícia Federal – amplamente comentados na mídia, mais nacional do que local, dado o controle dos meios de comunicação neste Estado – constituíam apenas a ponta do iceberg. Mais do que nunca, a política no Maranhão passou a ser exercida com práticas de intimidação, assédio, compra de voto institucionalizada e de legendas partidárias, com retomadas de instrumentos do regime militar, como intervenções em partidos políticos de esquerda.

Todos esses fatos têm provocado diferentes formas de reação, desde o silêncio e a recusa de tratar desses temas, porque no senso comum, política virou sinônimo de “coisa suja” ou “impura”, passando por polarizações radicais que usam do personalismo e impedem a autocrítica, até a indignação mais contundente que leva lideranças camponesas e políticos de oposição a deflagrar greve de fome¹¹⁰, num grito de que tudo tem limite. Ou deveria ter.

Tais acontecimentos políticos exigem análises de cunho sociológico sobre a política no Maranhão, evitando a superficialidade de pontos de vista que atribuem a tudo que ocorre no presente como um retorno ao passado, como elementos do pré-moderno, mas se perguntando como esses eventos, esses dramas sociais assumem características políticas, e que valores eles assumem na trama. Sabemos que na lógica racional da teoria clássica, política não é considerada um espaço de trocas e não está relacionada com a vida privada, mas uma microanálise da política maranhense, iniciada pelo jornalista Palmério Dória (2009), mostra-nos como eventos tão entrelaçados com a vida privada não podem ser menosprezados no estudo da política e da economia de forma mais global, isto porque o “feudo do coronel”

¹⁰⁸ Refiro-me às operações da Polícia Federal que desnudam o envolvimento da família Sarney em casos de corrupção e desvio de recursos públicos, amplamente divulgados pela imprensa nacional em 2009 e compiladas pelo jornalista Palmério Dória (2009).

¹⁰⁹ Do grego *agonia*, quer dizer luta “contra a morte”.

¹¹⁰ O líder camponês Manoel da Conceição, o deputado do PT Domingos Dutra e, posteriormente, a ex-deputada do PT, Terezinha Fernandes, deflagraram greve de fome no dia 12 de junho de 2010, na Câmara dos Deputados, em Brasília, em protesto à intervenção da direção nacional do PT à direção estadual do Partido no Maranhão, desconsiderando a decisão do Encontro Estadual que decidiu pelo apoio ao candidato do PC do B, deputado Flávio Dino, ao governo do Estado, nas eleições de 2010. Diante da repercussão em âmbito nacional, a direção nacional do partido manteve o apoio oficial a Roseana Sarney, mas liberou a militância para fazer a campanha ao candidato de sua escolha. A greve de fome terminou no dia 17 de junho, quando Manoel da Conceição e Domingos Dutra encontravam-se hospitalizados, com graves problemas de saúde.

(DÓRIA, 2009)¹¹¹ tem suas ramificações, cujos limites extrapolam o território chamado Maranhão.

Nessas alturas dos acontecimentos e nesse cenário político, aprofundam-se minhas indagações iniciais, acerca da relação do governo estadual com os movimentos sociais que atuam no campo e sobre as articulações entre os cenários políticos e econômicos, locais e globais. E, para não perder o foco, procuro pensar no esforço de construção conjunta de uma política pública, no caso o Programa ATES, em um estado com todas essas nuances. As questões levantadas eram parte de um esforço particular de não tomar as representações como objetos abstratos, almejando fazer uma reflexão com esteio na observação das práticas do cotidiano e da dinâmica dos sujeitos em suas relações (COMEFORD, 2003; FREITAS, 2003).

Enquanto investigava o processo de implantação do Programa ATES no Estado, vivenciei momentos da tensão que expressavam o confronto de interesses contraditórios dentro do aparelho estatal, particularmente no que afeta às investidas do capital no campo, por meio de empresas ligadas ao agronegócio, e à resistência de grupos e movimentos sociais que tentam ser reconhecidos como sujeitos e colocar na pauta governamental suas reivindicações em defesa de propostas de desenvolvimento, que eles classificam como sustentáveis.

Pensar essa situação requer uma retomada dos clássicos da sociologia, como Weber (1996), para quem o Estado patrimonialista se caracteriza pela ausência de um quadro administrativo profissional formal, pela falta de racionalização da economia e pela predominância da instituição família, em contraposição às formas organizativas. Em suas interpretações sobre o Maranhão, Reis (2007) tem afirmado que a oligarquia, enquanto grupo político, apropria-se dos postos de mando e se fortalece na mediação entre instâncias de poder e entre interesses público e privados. Esse padrão de dominação política, característico da Primeira República, no Maranhão, origina-se na passagem do domínio familiar para um campo político, cujo critério de ascensão é definido pela integração e uso patrimonial e clientelista da máquina governamental, valendo-se de práticas que variam das fraudes eleitorais, personalismo e alinhamento ao governo federal à violência física e moral aos adversários.

Eis a origem das relações perigosas que, historicamente, estabeleceram-se entre Estado e sociedade, demarcada, segundo Reis (2007), pela repressão violenta ou de cooptação de formas organizativas dos grupos dominados e pela cumplicidade em relação ao empresariado que, se de um lado sofre as consequências de um Estado corrupto, de outro, se

¹¹¹ Entrevista concedida a Samuel Souza, em 21 de outubro de 2009.

beneficia com vantagens corporativistas, como incentivos fiscais, isenções tributárias, empréstimos, moratórias e outros privilégios.

Ainda, segundo Reis (2007), a oligarquia é uma teia muito mais complexa. Além desses dois pólos, envolve a sociedade na lógica da troca de favores e do Estado como negócio. Em tempos contemporâneos, a estrutura oligárquica dá provas contundentes da sua vitalidade e capacidade de atualização, reeditando a relação tensa entre o local e o nacional. Nos anos de 2008 e 2009, enquanto a Polícia Federal revelava ao mundo a teia de relações envolvendo os filhos do senador Sarney, sinalizando uma possível fragilização do poder do grupo familiar, e a possibilidade de uma ruptura política, o grupo apresentava ao mundo mais uma de suas formas camaleônicas, mostrando que as tais práticas atribuídas ao colonialismo e ao patrimonialismo também podem ser pensadas como dimensões da sociedade moderna.

Retomo essas interpretações com a compreensão de que o Maranhão, mesmo preservando esses elementos, está altamente alinhado com a dinâmica do capital no mundo contemporâneo. Em um Estado com o seu perfil, onde público e privado parecem ter o mesmo significado, há de se atentar para as reinterpretações dadas à ideologia neoliberal e ao modelo de *governança*, proposto pelos adeptos da Nova Administração Pública. Em sua integração ao movimento do capital em sua fase mundializada, o Maranhão reproduz formas híbridas de trabalho livre, tais como meação, colonato e aforamento (MESQUITA, 2008, p.4; ALMEIDA, 2010). É essa hibridização que carece de uma explicação mais acurada.

É nessa perspectiva que retomo o pensamento de Bauman (1999), explorado no capítulo anterior, particularmente, quando ele se refere aos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, que facilitaram a mobilidade do capital – o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria que produz novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial –, gerando o que ele chama de “pós-guerra espacial”. Somente os competidores que se possam fazer ouvir entram na disputa. Mas há outras conexões também localmente limitadas, interrompidas e deixadas para trás (BAUMAN, 1999). O autor está falando de uma ponta do fio de novelo, onde o capital começa a se movimentar nesse sentido. O lugar de onde falo pode ser a outra ponta, onde esse capital livre chega e não tem nenhum compromisso, porque longe de exigir os direitos à vida dos povos locais, os governantes abrem todas as possibilidades para a sua instalação, como ilustra a interpretação de uma das dirigentes do MST, entrevistada.

() Enquanto em outros estados do Brasil se diz que a luta não é mais contra aquele latifúndio, do coronel atrasado, e que (...) as grandes multinacionais, aqui no Maranhão nós temos as duas realidades. Nós temos essa realidade do

avanço da monocultura sobre as terras agricultáveis, sendo compradas por empresas, multinacionais, corporações, como é o caso da Vale do Rio Doce, Ferro Gusa Carajás, que aí você tem na região tocantina o avanço da cana e do eucalipto e aqui você tem o avanço da soja também, em Balsas. Então tem alguns territórios, em que essa luta contra as multinacionais contra a monocultura e o agronegócio ... por isso, porque eles não só ocupam as fazendas, essas terras públicas, mas eles substituem a floresta amazônica pelo eucalipto, pela cana, pela soja, como também ele vai sufocando os pequenos agricultores da região e aí nós temos ainda essa outra realidade que essa luta contra o coronel, o fazendeiro atrasado, o amigo de Sarney, o político lá da região, que todo mundo respeita, porque conquistou a fama de ser o cara que mais tem dinheiro ou o mais malvado, o pistoleiro da região. Então aqui no Estado nós vivemos, tem essas características desse avanço, desse avanço do ponto de vista do capital no campo, do agronegócio, mas também essa característica desse atraso, principalmente nos pequenos municípios, tem municípios que as pessoas têm medo de se mexer, dependendo de quem seja a terra que você vai ocupar, essa coisa da pistolagem, dos coronéis (Dirigente do MST /MA, 2009)

O Maranhão contemporâneo encarna uma hibridização que articula o ajuste ao capital mundializado, por meio do agronegócio e do turismo, com dimensões colonialistas, patrimonialistas, fortes laços de consangüinidade e de compadrio, que se estende e se ramifica em transações comerciais, ancoradas em redes de corrupções, ultrapassando as fronteiras do Estado e do país. Trata-se de um espaço onde estão presentes elementos ditos da modernidade, com indústrias com tecnologia de ponta, que se sustentam por meio de relações sociais de produção, características do início da revolução industrial na Europa, com práticas de trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

A leitura do cenário, apresentado neste capítulo nos remeteu, em muitos momentos, aos clássicos que se dedicaram a compreender as “raízes” do Brasil. Holanda (1995), ao tentar interpretar a mentalidade do homem brasileiro, identificou uma aversão ao associativismo, o que faz com que a tradição social brasileira seja individualista e vinculada a um imediatismo próprio de grupos primários, como a família. A questão que se apresenta, ao longo de toda esta análise, é como compreender a emergência das atuais formas associativistas e das atuais formas de planejar, em um Estado que mantém certos elementos do patrimonialismo e do coronelismo – ainda que com roupagem moderna - como, por exemplo, a proximidade entre o público e o privado.

3.2 Aspectos da formação sócio política econômica do Maranhão

Situado em uma área de transição, entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste, o Maranhão compreende uma área de 331.383,293 km quadrados, onde vive uma

população estimada, em 2006, de 6.184.538 habitantes, distribuída em 217 municípios, sendo que 68,1% dessa população se concentram na área urbana (IBGE, 2005). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, numa extensão litorânea de 640 km. O único estado do Nordeste a ter parte do seu território coberto pela floresta amazônica, estando inserido na Pré-Amazônia, com uma área de 123.369 km quadrados, o que o coloca, juntamente com o estado do Piauí, na posição também de Meio Norte.

Os primeiros registros da ocupação e utilização das terras do território maranhense pelo homem branco, de origem européia, datam de 1612-1616, com as incursões portuguesas e francesas, e de 1642, com a presença dos holandeses. Essas experiências introduziram o gado bovino e os animais de carga no Estado (PORRO, 2004), atividade que se associou à economia agrícola, baseada na prática do extrativismo pelos indígenas.

Entre os anos de 1750 a 1850, a ocupação do Estado pela população branca se deu por meio de duas frentes. Uma pelo sul, associada à pecuária, caminho percorrido por vaqueiros oriundos do Nordeste (BA), em busca de pastagens nativas no sertão maranhense. A segunda frente, mais associada à agricultura, fixou-se mais em terras próximas ao litoral (Baixada Ocidental e Oriental), ou no Baixo e no Médio Mearim, Grajaú e Pindaré. Descendentes de escravos de origem africana e de povos indígenas, essa frente formava a mão-de-obra das *plantations* de cana-de-açúcar e do algodão. Com o fim do regime de escravidão, esse sistema entra em declínio e, gradativamente, é substituído pela produção da pecuária extensiva, dando origem a um campesinato que se sustenta por meio do uso comum de recursos e da cooperação entre unidades domésticas de produção (PORRO, 2004; ALMEIDA, 1976).

Esse processo de ocupação espontânea das terras maranhenses, iniciado no período colonial, intensifica-se com a abertura dos eixos rodoviários entre 1939-1945 e, posteriormente na década de 1950, com a construção da ferrovia São Luís/Teresina e com a abertura das estradas federais. O Maranhão dito “rural” surge com a ocupação das ex-fazendas, em particular, das terras consideradas devolutas, por ex-escravos, segmentos sociais que viviam da agricultura e migrantes nordestinos (MEIRELES, 2001). Esses grupos garantiam a sobrevivência a partir do sistema de roça itinerante e da exploração consorciada com arroz, milho, feijão, mandioca, principalmente no Vale do Mearim, sendo responsáveis pela grande produção de arroz, verificada nas décadas seguintes.

Além das condições climáticas e da fertilidade dos solos, a disponibilidade de terras devolutas atraía, para o Maranhão, grupos de nordestinos, vitimados pela seca ou pela má distribuição da propriedade em seus lugares de origem (ARAUJO, 1996). A frente de

nordestinos seguia de Teresina até Caxias e, em período de estio, seguia pelo Itapecuru, rumo ao Oeste, até Grajaú, Mearim e Pindaré. Uma segunda frente de nordestinos, formada por possuidores de gado, seguiu duas rotas: uma pelo sudoeste em direção a Barra do Corda e Tocantins; e outra, pelo rio Parnaíba, seguindo para o Oeste, fixando-se em Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão e Carolina. Observa-se que tanto no período colonial, como no período pós-colonial, o processo de ocupação em território maranhense deu origem à formação de duas regiões: uma, onde prevalece a prática da pecuária extensiva e, outra, onde predomina a agricultura (ANDRADE, 1973).

Outro movimento de ocupação das terras devolutas, no Maranhão, foi denominado por M. Santos (1983) de Frente Nordestina no Maranhão. Trata-se do deslocamento de lavradores maranhenses no interior do Estado, nas duas primeiras décadas do século 20, rumo às terras livres, chamadas “Bandeiras Verdes”, na tentativa de se libertar da situação de subordinação, causada pelo sistema de aforamento e dos conflitos com os proprietários de terras.

O processo de ocupação até aqui descrito, em certa medida, foi considerado espontâneo, porque assumido pelos próprios grupos camponeses, como alternativa às condições de sujeição em que viviam, em seus lugares de origem. Entretanto, a partir dos anos 1960, outra forma de ocupação, dirigida, começa a ser sugerida pelo planejamento público, inspirado em uma visão desenvolvimentista – disseminada no País a partir dos anos 1950 – que interpretou o Norte como um imenso território vazio, com forte potencial para a solução das distorções sociais que ora se apresentavam com a concentração de renda no Sul e Nordeste.

Um dos instrumentos técnico-científico, que serviu de base para fundamentar essa interpretação, foi o relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, elaborado, em 1959, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado pelo economista Celso Furtado. O documento, que inspirou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, recomendava projetos de colonização no Maranhão, como meio de organizar o fluxo migratório nordestino e corrigir as distorções advindas da seca no Nordeste.

O tiro saiu pela culatra. Tal recomendação não levou em conta a formação social e econômica pré-existente no Estado e acabou estimulando os fluxos migratórios nordestinos, e, com a venda de 90% das “terras livres” por preços irrisórios a grandes grupos empresariais, a experiência acabou fechando as fronteiras agrícolas no Maranhão, abrindo as possibilidades para o grande capital. O processo de inserção do Maranhão ao mercado nacional se deu via

apoio governamental, por meio de subsídios e transferência de terras devolutas às grandes empresas agropecuárias e comerciais (MESQUITA, 2006; ARCANGELI, 1987).

Em 1969, outro instrumento jurídico possibilitou o fechamento das fronteiras agrícolas e facilitou a inserção de empresas agropecuárias no Estado. Trata-se da Lei Estadual de Terras, conhecida por Lei Sarney de Terras¹¹². A Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, foi complementada pelo Decreto nº. 4.028, de 28 de novembro de 1969, e dispõe sobre as terras devolutas e sobre a política fundiária do Estado, permitindo a venda de grandes extensões de terras, superiores a 3.000 hectares, para sociedades anônimas.

Na década de 1970, a idéia da integração nacional, por meio da ocupação da Amazônia, inspirou os planejadores, que consideraram as terras devolutas da região como “vazios demográficos”, “espaços vazios”. Tal interpretação induziu o Estado a uma política de colonização oficial e a apropriação privada das terras, através da posse do título, entrando em confronto com os costumes tradicionais da região e intensificando os conflitos, principalmente nas faixas pioneiras e em regiões de ocupação antiga¹¹³, sobretudo em áreas indígenas¹¹⁴, atingidas pelos projetos de colonização e de empreendimentos agrários. Em 1974, a colonização oficial foi substituída pela particular, passando o Estado a incentivar a nova colonização, patrocinada, agora, pelas empresas ou cooperativas de trabalhadores provenientes do sul do País (BASTOS, 1994), abrindo as portas para a implantação da grande empresa capitalista no campo.

Outro grande instrumento, nessa política de abertura de fronteiras para a implantação de projetos agropecuários na Amazônia, foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, no dia 27 de outubro de 1966, por meio da Lei nº. 5.173. Por intermédio do Banco da Amazônia, o órgão faz concessões de incentivos fiscais e creditícios às empresas agroindustriais e mineradoras.

Com a criação do INCRA, através do Decreto-Lei nº. 1.110 de 09 de julho de 1970, o governo militar inaugurou sua política de colonização dirigida oficial e, posteriormente, particular, investindo nos programas especiais de desenvolvimento

¹¹² A SUDENE implantou um projeto de remanejamento dos colonos da área da seca para as áreas agrícolas. Entre os recém-assentados, estava uma massa humana de desempregados, força de trabalho sem trabalho e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho. Junto com essa massa, trouxe também as empresas que se instalaram nas áreas mais férteis. Segundo Gonçalves (2000), essa foi a porção do latifúndio, a herança política que Sarney deixou para o Maranhão.

¹¹³ Os povos que habitavam essas faixas costumavam praticar o sistema de cultivo itinerante. Utilizavam pequenas áreas (1 a 2 hectares) para o plantio, durante três a quatro anos, deixando, em seguida, a terra em descanso entre 10 a 15 anos. Além de favorecer a recuperação da floresta, esse sistema de produção se adequava ao tipo de vegetação da região amazônica (CONCEIÇÃO, 1980).

¹¹⁴ Em 1973, foi criado o Estatuto do Índio para impedir a disputa entre pecuaristas e índios na “nova fronteira” (CPT, s/d).

regional¹¹⁵. A Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, prevê a reserva de 10 km de cada lado das estradas federais para projetos de colonização, e, em 1971, o Decreto-Lei nº. 1.164, de 1º de abril de 1971, amplia para 100 km, ao longo das estradas, sob o controle do governo federal e do Conselho de Segurança Nacional. Ianni (1979) analisa que tais políticas tinham o objetivo de transformar a colonização espontânea em dirigida, a fim de favorecer o acesso às terras devolutas, tribais e ocupadas aos grandes fazendeiros e empresários nacionais e estrangeiros.

Nessa época, um forte debate acerca do modelo econômico a ser assumido no Maranhão movimentava o planejamento público. Os planos governamentais e os estudos, de caráter oficial, relativos à economia maranhense, apontavam o “setor primário” como a alternativa econômica para o Estado¹¹⁶. Outra orientação, no entanto, era dada pelos chamados “industrialistas” (PASSAJOU, 1967 *apud* ALMEIDA e MOURÃO, 1976) que associavam a idéia de desenvolvimento à indústria e atribuíam o atraso às atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas.

Entre os que defendiam o “setor primário”, havia os que pleiteavam o apoio às unidades produtoras de dimensão familiar e, por outro lado, os que pensavam na introdução na área rural de grandes empresas agropecuárias assentadas no trabalho assalariado, voltadas para a pecuária de corte com reduzida mão-de-obra, alta tecnologia e direcionadas para o mercado internacional. A segunda vertente favorecia, enquanto atividade, a pecuária, e, enquanto modalidade de exploração, a grande empresa agropecuária com mão-de-obra assalariada, implicando, por conseqüência, a utilização racional da terra e sua ordenação jurídica pela titulação (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

Nesse período, o estoque de terras disponíveis no Maranhão era avaliado entre 90.000 km quadrados de terras devolutas na região Pré-Amazônica (PASSAJOU, 1967 *apud* ALMEIDA e MOURÃO, 1976) e 100 mil km quadrados de terras sem ocupação (TRIBUZZI, 1970 *apud* ALMEIDA e MOURÃO, 1976). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE estimava, por outro lado, que aproximadamente 900 mil famílias,

¹¹⁵ Programa de Integração Nacional – PIN (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974) (INCRA, 2000).

¹¹⁶ Em seus estudos sobre a pecuária no Maranhão, o doutorando em Desenvolvimento Sustentável, em Lisboa, médico veterinário, mestre em Agroecologia, Itaan Santos tem mostrado que desde o início do século XVII, a base econômica era a carne e o couro, sendo que o gado era usado como base alimentar nas fazendas. No século XIX até 1960, o gado passou a ser criação extensiva. Na década de 1970, os projetos fundiários incentivaram a pecuária. Na década de 1980, com os Projetos de Assentamentos e, nos anos 2000, com as linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, intensifica-se essa tendência para a criação de gado. Atualmente, o Maranhão é o segundo rebanho de gado do Nordeste. (SANTOS, 2008).

oriundas do nordeste oriental, formavam um excedente de mão-de-obra agrícola e apontava, em seu Programa de Desenvolvimento Regional, a Pré-Amazônia maranhense como área adequada à absorção daqueles excedentes (COMARCO, s/d).

O governo estadual investiu na chamada ocupação racional e ordenada de terras, visando à disciplinar o espontaneísmo da fronteira agrícola em avanço na Pré-Amazônia maranhense. A idéia era promover a modernização do setor primário, mediante investimentos empresariais e da abertura das terras disponíveis a projetos de colonização para absorver as famílias camponesas das áreas consideradas de tensão social, como regiões Mearim/Pindaré – onde os conflitos entre agricultores e pecuaristas já eram evidentes – ou regiões de colonização mais antiga.

Em 6 de dezembro de 1971, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO que recebeu uma área de 1.700 hectares de terra na região centro-oeste, e, outra, de 400 mil hectares na região de Maracaçumé, atingindo o município de Turiaçu, para a execução de projetos de colonização em Zé Doca e em Buriticupu-Santa Luzia. O Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu tinha por meta fixar 10.000 famílias de lavradores maranhenses e migrantes nordestinos, numa faixa de 315 mil hectares de terras devolutas, incorporadas ao patrimônio estadual, situadas às margens da rodovia, no trecho Santa Luzia-Açailândia. Uma área de 600 mil hectares seria destinada para as ordenações, enquanto que, para a implantação de médias e grandes empresas, foi destinada uma área de 1.185 hectares, beneficiando 418 pessoas jurídicas.

O projeto não chegou a concretizar suas metas. Ao final de 10 anos, somente 1.035 famílias haviam sido assentadas, quando o previsto era 10 mil; apenas 300 posseiros tiveram ocupações regularizadas; em contrapartida, 61 empresas negociaram áreas de 20 mil hectares com a COMARCO. A partir da política implementada pela empresa, foram instaladas no município de Santa Luzia, 36 empresas que, juntas, ocuparam um total de 694.186,46 hectares, representando 56,1% da área do município (LUNA, 1985)¹¹⁷.

Em maio de 1972, foi criada a Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE – sob a coordenação da SUDENE –, uma empresa de economia mista com participação de 99,04% da União e 0,6% do Estado, com o objetivo de implantar e desenvolver o Projeto de Colonização do Alto Turi, para cinco mil famílias, em uma região

¹¹⁷ Ver o estudo do advogado Luis Antônio Câmara Pedrosa, intitulado **A questão agrária no Maranhão**, sobre os conflitos sociais gerados a partir dos mecanismos oficiais adotados, com incentivos fiscais, para atrair grupos empresariais que estimularam práticas fraudulentas e violentas, com a participação dos aparatos públicos de segurança, para a retirada das terras que se encontravam em posse de pequenos agricultores e povos indígenas. Ver também Almeida (1994) sobre os conflitos sociais com assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças camponesas, decorrentes dessas experiências de colonização.

no noroeste do Maranhão, composta por matas da Amazônia Legal às margens do Rio Gurupi, na divisa com o Estado do Pará¹¹⁸. A área de 1 milhão de hectares abrange 17 municípios: Centro do Guilherme, Nova Olinda do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Monção, Penalva, Araguanã, Pedro do Rosário, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Governador Newton Belo, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca, Centro Novo do Maranhão, Presidente Médici e Santa Helena.

Sob a coordenação do INCRA, o projeto integrado de colonização de Barra do Corda previa a entrega de títulos de propriedade de terra, até dezembro de 1975, a 3.000 famílias. Há de se ressaltar ainda a criação, em 1979, da Companhia de Terras do Maranhão – COTERMA, que foi sucedida, em 1981, pelo Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA. Ainda nos anos 80, diante da intensificação dos conflitos agrários¹¹⁹, o governo militar criou O Grupo Executivo para as Terras do Araguaia – GETAT que substituiu o INCRA nas áreas de maior tensão (Imperatriz e Tocantins), acelerando processos de titulação até 3.000 hectares.

O resultado desses investimentos públicos foi o aumento de projetos pecuários visando à implantação de pastagens. Em meados da década de 1970, dados do IBGE apontam para o fortalecimento da grande propriedade na região do Vale do Pindaré e do aumento da área plantada com pastagens. Carneiro (1994) destaca a concentração das terras, verificada no período, com a participação dos projetos agropecuários incentivados pelo Fundo de Incentivo da Amazônia – FINAM e Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR. A área plantada com pastagens que, em 1960, era de 150 mil hectares, em 1985, atinge 2,8 milhões de hectares, o que representa um crescimento no rebanho bovino, no mesmo período, de 135%, enquanto que a produção de arroz não passou de 40% (PORRO, 2004).

Nos anos 1980, com a abertura das fronteiras agrícolas para os grandes projetos minerosiderúrgicos, vinculados ao Programa Grande Carajás, e da base de lançamento de foguetes de Alcântara, intensificou-se o processo de transferência de terras devolutas para corporações empresariais, entre elas: Varig, Mesbla, Sharp, Sanbra, Pão de Açúcar e Cacique, sobretudo na região de Pindaré, investimentos popularmente denominados como “Grilo” Pindaré, pelas formas fraudulentas como as terras eram adquiridas e registradas em cartórios (ASSELIN, 1982).

¹¹⁸ A COLONE foi extinta pelo Dec. nº. 2646 de 30/06/98. Parte de suas terras foi repassada, em junho de 2005, ao patrimônio do INCRA, para a realização de projetos de assentamento.

¹¹⁹ Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre 1980 e 1981, foram registrados 1.363 conflitos por terra no País, envolvendo mais de 1 milhão e 200 mil pessoas na disputa por mais de 40 milhões de hectares de terra. No mesmo período, ocorreram 197 mortes e 518 ficaram feridas nos conflitos. Os campeões dos conflitos foram: Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (SOUZA MARTINS, 1985).

Ao analisar a estrutura fundiária maranhense nos períodos de 1970 a 1995, o economista Benjamin Mesquita, concluiu que qualquer que seja o conceito utilizado, todos eles apontam para uma estrutura de acesso e uso da terra “extremamente desigual e antidemocrática”¹²⁰. Mesquita (2006) e Porro (2004) utilizaram como parâmetro o Índice de Gini para a concentração fundiária no Maranhão (1950-1996), e perceberam que esse índice esteve acima de 0,90 nos últimos 50 anos, com uma tendência de recuo entre 1950 (0,93) e início dos anos 70 (0,926), até 1995 (0,901).

Se a concentração da terra no Estado, em termos macro, em 50 anos, foi pouco alterada, ao considerarmos as mesos e microrregiões, o quadro se reproduz, e, em algumas, se intensifica. Segundo Mesquita (2006), no período de 1960 a 1985, em todas as mesorregiões houve uma alteração positiva na concentração fundiária, em particular nas regiões oeste (25%) e centro (21%). Nesse mesmo período, com exceção do litoral ocidental, todas as microrregiões sofreram uma intensificação na concentração da terra, destacando-se as do Pindaré (99,7%), Presidente Dutra (95%) e o Médio Mearim (47%). A partir de 1985, houve uma ligeira queda em quase todas as mesorregiões.

Quanto às microrregiões e municípios, no período de 1985 a 2000, a tendência é de uma queda na concentração da terra, tendência que predomina no sul, centro e oeste do Estado. Partindo da segmentação por tamanho de estabelecimento, Mesquita (2006) chega a uma classificação em: pequeno (menos de 10 ha), médio (entre 10 ha e 1.000 ha) e grande (acima de 1.000 ha). Conclui que, no período de 1970 a 1995, no Estado, os minifúndios são muito numerosos, mas insignificantes em área apropriada. Entre 1970 e 1985, os minifúndios caíram de 85,4% para 84%, e continuaram caindo até 1995 (73%). Em termos de área, a queda ainda foi maior. Em 1970, eles detinham cerca de 5,6%; em 1985, chegaram a 4,5%; e, em 1995, a apenas 3,1%.

No outro extremo, os latifúndios não tiveram expressão numérica, mas, quanto à área apropriada, saltaram de 42%, em 1970, para 44%, em 1980; caindo para 36%, em 1995. Por fim, levando em conta outro indicador, a área média, o índice de concentração e centralização da terra, os números mostram que a média dos pequenos produtores sem terra (parceiros/ocupantes/arrendatários) diminuiu de 1,8 ha, em 1970, para 1,4 ha, em 1995. O latifúndio aumentou em 14%, saindo de 2.377 ha para 2.716 ha, em 1995. Os médios estabelecimentos, mesmo dobrando sua participação (número e área), tiveram sua área média diminuída, caindo de 132 ha para 95 ha.

¹²⁰ Característica extensiva à estrutura fundiária brasileira. Ver Delgado (2010).

Mesquita (2006) indica a pecuária extensiva consolidada, a introdução de monoculturas de soja e eucalipto, a nova política agrícola e os programas de assentamento nos anos 1990, como fatores que possibilitaram o aumento do número de proprietários e da área média dos estabelecimentos articulados ao agronegócio. O autor acrescenta que a ação governamental com o crédito rural subsidiado, os incentivos fiscais e o Estatuto da Terra inicialmente beneficiam a grande empresa e a concentração do capital. A partir de 1985, com a pressão dos movimentos sociais emergentes das situações de conflitos, o governo adota políticas mais efetivas de regularização fundiária, bem como políticas específicas para a agricultura familiar, a exemplo do PRONAF.

Em síntese, o autor tenta desmistificar a idéia de que a concentração de terra esteja diretamente associada à atividade da pecuária. Analisa que um conjunto de fatores (históricos, estruturais e conjunturais) contribui para isso, entre eles, as mudanças nas formas de acesso à terra, a atividade específica que demanda grandes extensões de terras, a ação da política econômica, o comportamento do mercado e/ou as ações de caráter político que se efetivam entre os diferentes grupos que disputam seu uso e posse. Da ação do Estado resulta o grau de concentração ou desconcentração, bem como o perfil de distribuição e acesso à terra e, portanto, o processo de acumulação e de concentração de capital que se consubstancia em termos de renda e da terra. Enfim, a concentração da terra é multideterminada, segundo o autor, por um conjunto de fatores, sendo que a expansão da pecuária e os instrumentos de política agrícola e setorial a ela associada nem sempre foram os principais responsáveis por tal fenômeno.

Nas duas últimas décadas, o IBGE tem registrado um crescimento do número de habitantes, concentrados nas áreas consideradas urbanas do Maranhão. Em 2000, chegou a 59% do número total de habitantes, enquanto que nas áreas ditas rurais, o número de habitantes perfaz 41%. Contudo, conforme lembra Mesquita (2008)¹²¹, a urbanização maranhense continua sendo a menor do país, ou seja, o Estado apresenta o maior número de habitantes nas áreas classificadas pelos institutos de pesquisa como rurais. Pelos dados do IBGE, verifica-se que praticamente a metade do número de habitantes ainda vive no campo. Desse total, cerca de 65% da força de trabalho vem da denominada agricultura familiar. Em suma, o Maranhão ainda é o Estado mais agrícola do Brasil.

¹²¹ Este autor apresenta diversos fatores para a mudança do perfil demográfico do Maranhão, entre eles: “aumento da migração campo-cidade, devido a concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural” (MESQUITA, 2008, p. 11).

Estudos sobre a economia do Maranhão apontam que, entre 1930 a 1970, a produção agrícola - arroz, feijão, mandioca e milho – sofreu uma evolução, sendo que em 1970, o estado foi considerado o segundo maior produtor de arroz do Brasil e, em 1982, chegou no pico da produção de arroz, milho, feijão e mandioca. A partir de 1985, essa produção entra em fase de declínio – coincidentemente no mesmo período em que começa o desmonte de todo o sistema agrícola¹²² –, processo que chega ao ápice em 1997, com a extinção do aparato técnico institucional que trabalhava com a agricultura familiar, sendo que o pior período esteve entre 1996 e 1998, quando a produção *per capita* chegou a 18,92%. Mesquita (2008) também percebe esse movimento das culturas temporárias, associadas à atividade da pecuária, que acompanha o fluxo de nordestinos e maranhenses no Estado, seguindo do leste para o oeste, desde os anos 1950. Em seu estudo identifica que, entre 1980 e 1995, houve um declínio acentuado, em área, da produção de arroz de 28%; e de 44%¹²³.

A retração verificada nesse setor não se repete em outras atividades. Grupos de produtores que representam, digamos assim, a parte “moderno-capitalista” (MESQUITA, 2008) da agricultura maranhense e que atuam na produção de arroz irrigado, milho, soja e cana-de-açúcar, conseguiram, por meio de incentivos fiscais e créditos públicos e privados, alterar a estrutura produtiva da agricultura. Até 1978, não havia investimento em soja no Estado. Esse tipo de produção começa a aparecer em meados dos anos 1980. Em 1984, ocupava uma área de 8.861 hectares; saltando, em 2005, para uma área de 372.974 ha, para se ter uma idéia da velocidade de sua expansão, principalmente com os debates em torno do biocombustível. De acordo com o levantamento feito por Mesquita (2008), do início da atividade, no final dos anos 1980, até 2007, a soja cresceu, em volume de produção e área ocupada, 53% ao ano. Trabalhando com um intervalo maior (1990/2005), o crescimento é de 2.524%.

A expansão do agronegócio nessas proporções é uma tendência que se observa no Brasil, a partir da década de 1990, conforme demonstra Dias (2007), e no caso do Maranhão, dado o efeito substituição soja sobre a pecuária, leva alguns economistas como Mesquita (2008) a observar que está em curso um processo de *despecuarização* e *descamponização* da agricultura do sul do Estado, observada com o deslocamento de famílias para outros estados

¹²² Ver Capítulo 4.

¹²³ Esse autor afirma que a lavoura do arroz segue uma expansão horizontal (extensiva, sem insumos modernos), por meio do aproveitamento das áreas internas dos estabelecimentos, via cessão a terceiros (arrendatários, parceiros). Somente em 1980 e 1990, a produção do arroz começa a fazer uso de insumos modernos. Essa produção começa a declinar a partir dos anos 1990.

da região Norte e Centro Oeste do País, tal é a pressão da soja sobre outras atividades econômicas no período de 1985-2000¹²⁴.

Na interpretação Almeida (2005), as questões sociais e econômicas intensificam-se, nos anos de 1980, na medida em que novo projeto de industrialização inicia uma coalizão, difícil de romper, entre o setor mais atrasado da terra, com o mais adiantado da indústria, representado pelas empresas mineradoras e siderúrgicas, exportadoras dos minérios de Carajás. A aliança do poder agrário com a industrialização desmoronou de vez a idéia do celeiro do Brasil. Os empreendimentos passam a disputar agora os recursos naturais. A idéia de desenvolvimento, vinculada à industrialização, prevalece no Estado e os investimentos públicos desconhecem as diferentes territorialidades e modos de vida que coexistem, reproduzindo no dia-a-dia diferentes tipos de conflitos.

Os grandes projetos¹²⁵ e o processo de modernização do campo – com incentivos aos grandes projetos agropecuários e agroexportadores¹²⁶, centrados na monocultura, com implementos agrícolas da mais alta tecnologia em regiões estratégicas, como a Pré-Amazônia, o cerrado e os campos naturais da Baixada Maranhense – acentuam problemas sociais e ambientais. Todos esses investimentos implicam a devastação de grandes áreas, a contaminação das bacias dos principais rios do Estado, com o uso de agrotóxicos (pesticidas e inseticidas) e de adubos químicos, e a conseqüente desertificação dos solos, causando o que Almeida (2005, p. 27) chama de *processo predatório*, caracterizado por relações sociais e conflitos, que compõem o *processo de devastação* (idem), particularmente na região dos babaquais.

O cenário atual que se configura no Estado do Maranhão é o reflexo do movimento do capital internacional. Nos últimos 10 anos, o capitalismo financeiro concentrou o maior volume de recursos arrecadados no mundo inteiro nos bancos dos Estados Unidos e na Europa, e esses bancos passaram a investir em compra de ações de diferentes empresas. Para exemplificar, a Monsanto, antiga empresa atacadista de soja, de cereais dos Estados Unidos, que comercializava, no passado, grãos em alguns mercados, hoje aglutina 56 empresas, cujo societário maior é um banco.

A Monsanto hoje, além de comercializar grãos, tem laboratórios de pesquisas de sementes transgênicas e de remédios para animais, fábricas de pesticidas, herbicidas e fungicidas, fábricas de derivados de soja, como óleo de soja, margarina e de ração animal. O

¹²⁴ A inserção no mercado globalizado beneficia grupos e segmentos de forma pontual e se restringe aos intensivos de capital, commodities minerais (Vale, Alumar e guseiras).

¹²⁵ Programa Grande Carajás, Consórcio Alumar, Base Aérea de Alcântara. Ver Arcangeli (1987)

¹²⁶ Produção de soja, empresas siderúrgicas, produção de eucalipto, madeiras.

mesmo acontece com os laticínios, como a Nestlé e a Danone, ou seja, o capital financeiro apresenta como um dos resultados a concentração de inúmeras atividades produtivas, que antes eram separadas e até competitivas, e que passaram a atuar em toda a cadeia de produtos relacionados com a agricultura, seja de insumos, seja de derivados de matéria-prima agrícola¹²⁷.

Temos, portanto, o movimento da concentração do capital em algumas empresas, e outro movimento no sentido da centralização, quando o capital controla, simultaneamente, vários ramos da produção. O terceiro movimento corresponde à mescla dos capitalistas em uma mesma empresa. A Monsanto é, ao mesmo tempo, comercial, agrária e financeira. A Companhia Vale do Rio Doce tem bancos entre seus maiores acionistas, explora minério, fabrica aço, vende e compra matéria-prima. Outro movimento do capital financeiro é o da internacionalização dos mercados e dos preços. “O preço da soja, do milho, do algodão, da celulose e de todas as matérias-primas produzidas da agricultura é um preço internacional, não se baseia mais no custo de produção local. Ele é um preço internacional controlado de forma oligopólica” (STÉDILE, 2007). Em resumo, essas empresas controlam o comércio agrícola mundial, padronizam os alimentos para dar escala na produção e, conseqüentemente, o lucro. Impõem a propriedade privada da água e introduzem a propriedade privada da biodiversidade dos seres vivos.

O dirigente nacional do MST, Pedro Stédile (2007) traduz, dessa forma, a natureza do agronegócio no Brasil, “como uma nova forma de produzir produtos agrícolas, sendo uma combinação entre os interesses das transnacionais com os grandes proprietários de terra”. E nessa fusão já está estabelecida a relação de exploração entre a grande empresa e o fazendeiro, já que cabe à primeira fornecer os insumos, o adubo, o agrotóxico, o grande mercado e o preço. Como a sua taxa de lucro é sempre menor, o fazendeiro é induzido a aumentar sua área de lavoura, por meio do monocultivo, do uso de mecanização intensiva, de agrotóxicos, de técnicas agrícolas predatórias ao meio ambiente e de sementes transgênicas. Por outro lado, toda a produção é dedicada ao mercado externo.

Na mesma linha de raciocínio, Delgado (2010) afirma que agronegócio, na acepção brasileira do termo, associa o grande capital agroindustrial à grande propriedade privada, realizando uma aliança estratégica com o capital financeiro, visando ao lucro e à renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. Tal estratégia que se estrutura, na

¹²⁷ No Seminário “A Natureza do Agronegócio e sua configuração no Maranhão”, promovido pela Via Campesina, no dia 26/04/07, em São Luís, o militante do MST, Pedro Stédile, destacou que, atualmente, na área de grãos, a Bunge, a Monsanto, a ADM, a Kagil e outra, francesa, controlam todo o comércio de grãos no mundo; na área de laticínios, a Nestlé, a Parmalat e a Danone controlam todo o mercado mundial.

agricultura brasileira, com a modernização técnica da década de 1970, por meio do uso do crédito rural subsidiado, é também um arranjo de economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais.

Andrade de Paula (2007), classificou o agronegócio como uma dinâmica associada à plantação com tendência a se expandir, promover padronização de processos produtivos, causando a eliminação ou empurrando outras culturas. Há uma tendência ao retorno às origens com estrangeiros na disputa pelas riquezas. Em contraposição, vem sendo construído outro termo, emprestado da biologia, a agrobiodiversidade, para designar diversas formas de vida. São duas lógicas distintas de uso e apropriação da natureza. O agronegócio se expande de fora para dentro, articulado com o capitalismo.

A biodiversidade é o seu oposto. Segundo ele, não há compatibilização entre os termos, embora hajam tentativas de conciliação entre o agronegócio e os povos. A Amazônia, dado a sua diversidade, tem sido palco de lutas. Se a Amazônia tem sido colocada no centro dessas disputas, de que maneira poderíamos pensar na aproximação entre esses dois termos? Primeiro, o agronegócio se apropria de parte do discurso ambientalista. Segundo, a mercantilização da natureza dentro do campesinato. Na década de 1990, o ambientalismo de negócio subordina a natureza às regras do mercado. Só é rentável aquilo que for economicamente sustentável, ou seja, o plano de expansão do agronegócio na Amazônia não faz distinção entre grandes e médios e tenta incluir todos no agronegócio.

De que forma esse arranjo do capital financeiro internacional se expressa em um território com as especificidades do Estado do Maranhão? A princípio, o avanço do agronegócio foi muito associado aos investimentos da soja no Estado, porém, estudos mais recentes e os movimentos sociais que atuam no campo começam a relacioná-lo com investimentos na monocultura do eucalipto - nas regiões do Baixo Parnaíba, tocantina e toda a região dos Carajás¹²⁸ - e na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar.

Nos últimos 20 anos, os investimentos na produção da soja seguiram do sul do Maranhão, particularmente da região dos cerrados, em direção ao nordeste do Estado, concentrando-se mais recentemente na região do Baixo Parnaíba. Empresas transnacionais e grandes e médios produtores do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo são atraídos pelas vantagens oferecidas pelo Estado - com aporte de recursos públicos, por meio de subsídios, para a produção de monocultivos - e por outros fatores, entre eles: a ausência de uma política de regularização fundiária; e a fragilidade do Estado de Direito que garanta o respeito às leis

¹²⁸ Refiro-me à área geográfica que abrange o município de Imperatriz e seu entorno até o sul do Estado e à região dos Carajás, toda a área afetada pela construção da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

ambientais (PINHEIRO, 2007). O quadro abaixo, divulgado pelo Fórum Carajás, em 2007, mostra as empresas com investimentos na área de alimentos e de grãos, com faturamento de cerca de 42 bilhões de reais.

Quadro 05 - Maiores empresas do agronegócio

TRANSNACIONAIS	FATURAMENTO EM R\$ (BILHÕES)	NÚMERO DE EMPREGADOS/MIL
Bunge	23.2	11,0
Cargill	12.9	22,5
ADM	2.8	2,6
NACIONAIS		
Caramuru	1.8	2,4
Grupo Maggi	1.3	1,8

Fonte: Fórum Carajás, 26/04/07

O investimento em soja e em eucalipto¹²⁹ está associado à siderurgia. Todo o produto proveniente do desmatamento no plantio da soja, na região sul e no Baixo Parnaíba, tem uma estreita relação com a produção de carvão vegetal para abastecer a siderurgia no Maranhão. Conforme anunciou o diretor de Programas do INCRA, Marcos Kowarick - em audiência com grupos de assentados e mulheres quebradeiras de coco babaçu, no dia 11 de julho de 2007, na sede do INCRA, em Brasília - o segundo maior pólo de ferro gusa do Brasil, que envolve Marabá, Paraopebas, Açailândia, Pindaré-Mirim e São Luís, está vivendo uma crise há mais de 15 anos, devido à insustentabilidade no fornecimento da matéria-prima para a produção de ferro. Durante todo esse tempo a atividade intensificou o desmatamento na Amazônia, em toda a área do Programa Grande Carajás¹³⁰, e não tem floresta plantada suficiente para abastecer o mercado. Por outro lado, o Ministério Público cobra o reflorestamento das áreas desmatadas. Como solução imediata para a crise do setor, o governo, por intermédio do INCRA, do Sistema Florestal Brasileiro e do Ministério do Meio Ambiente, chegou a propor a implantação do Distrito Florestal Carajás, cujo foco seria a produção de carvão de forma sustentável.

Por outro lado, a procura pelo carvão está pressionando grupos que vivem da produção familiar e do extrativismo vegetal. A procura pelo carvão está inviabilizando o

¹²⁹ Com forte concentração em Açailândia e Imperatriz e em Urbano Santos.

¹³⁰ Particularmente, nos municípios de Buriticupu, Parnarama e Centro do Guilherme, nesse período, verificou-se uma forte concentração de madeireiras e serrarias, com a incidência de grandes conflitos envolvendo madeireiros, agricultores familiares, povos indígenas e o IBAMA.

acesso das quebradeiras de coco babaçu ao recurso natural. Existem situações, em que as mulheres trabalham no chamado sistema de barracão¹³¹, sendo obrigadas a entregar praticamente toda a casca do coco babaçu para o dono do barracão, ficando impedidas de utilizá-la, como substituto do gás de cozinha na produção de seus alimentos, prática comum na região dos babaçuais¹³². Isso demonstra que a atividade do extrativismo do babaçu, antes assumida predominantemente por mulheres, hoje tem outros sujeitos, como empresas, na disputa pelo recurso¹³³

Esses segmentos sociais começam a sofrer pressões, também, dos investimentos na monocultura de cana-de-açúcar, com o objetivo de produzir o etanol para o biodiesel. Segundo um levantamento divulgado pelo Fórum Carajás, atualmente cerca de 2.500 famílias de agricultores, oriundas dos municípios de Balsas, Colinas, São Domingos, São João dos Patos, Paraibano e Fortuna estão envolvidas no Programa Etanol, no Maranhão. O programa visa a incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva do Etanol no Estado e a geração de milhares de empregos, nos próximos anos. Se a demanda brasileira, até 2010, é de 570 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 403 usinas, as metas para o Maranhão são de instalação de 45 novas usinas, uma produção de quatro bilhões de litros de álcool, em uma área de 1,2 milhão de hectares, identificada como de alta aptidão, uma produção de 45 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, por safra, e a geração de 57 mil empregos diretos e de 62 mil empregos indiretos (PINHEIRO, 2007).

Numa tentativa de mapear o circuito do agronegócio, no Maranhão contemporâneo, identifica-se a concentração da soja e construção de hidrelétricas no sul; cana-de-açúcar e carvão, no leste; pecuária extensiva, carvão e criação de búfalo, no oeste; bambu, cana-de-açúcar, soja e eucalipto e refinaria de petróleo, no norte. Todos esses investimentos pressionam a agricultura familiar mais concentrada, no centro e no norte do Estado.

Tais investimentos se constituem na principal ameaça aos diferentes povos¹³⁴ que ocupam o Maranhão, colocando a necessidade de formas de organização política específicas em defesa de seus territórios. Os conflitos sociais nos anos 2000 assumem outras configurações, passando não somente pela disputa por terra, como também por lutas pela

¹³¹ Sistema comum nas regiões do Médio Mearim e tocantina, em que um intermediário arrenda um pedaço de terra do fazendeiro e contrata os serviços das quebradeiras de coco babaçu, através do pagamento de diárias, para que elas quebrem o coco e entreguem ao contratante a amêndoa e a casca do coco.

¹³² As famílias que vivem da economia do babaçu garantem seu sustento por meio do uso integral da palmeira de babaçu, e a casca do coco é transformada em carvão de cozinha para a produção de alimentos.

¹³³ PNCSAa (2005); PNCSAb (2005); PNCSAc (2008); PNCSAd (2008).

¹³⁴ Aqui se incluem os denominados povos tradicionais, os agricultores familiares, assentados, posseiros, quebradeiras de coco babaçu.

preservação e acesso aos recursos naturais e por políticas públicas que reconheçam as diferenças culturais e compreendam a cultura como um direito de cidadania. A CPT, atualmente elenca quatro situações consideradas de conflitos no campo: conflito de terra; conflitos trabalhistas; conflitos por água; e outros. Nesse último tipo incluem-se os conflitos que se estabelecem em tempos de seca, na disputa por políticas agrícolas e no garimpo. (CANUTO, 2010).

Em *Guerra Ecológica nos Babaçuais*, Almeida, Martins e Shiraishi Neto (2005), apresentam uma cartografia social do processo de devastação da região ecológica dos babaçuais, mapeando as tensões e os conflitos sociais, configurados no processo de destruição desse ecossistema. Os mapas situacionais, além de revelarem as ocorrências concretas de conflito, delimitam as territorialidades específicas, enfatizando realidades localizadas e processos sociais, mostrando os diferentes sujeitos sociais envolvidos, bem como as especificidades das formas organizativas emergentes e diferentes formas de resistência configuradas face às situações de conflito apresentadas. A cartografia revela uma dinâmica, qualificada, pelos autores, como “guerra”, na chamada região dos babaçuais, nem sempre “percebida” pelo planejamento público.

Esses povos, diga-se de passagem, durante muito tempo estiveram à margem do alcance das políticas públicas, por não serem visualizados nem mesmo pelas estatísticas oficiais. Almeida (2007)¹³⁵ destaca a existência de uma estatística oficial completamente divorciada da situação real. Só para se ter uma idéia, o último mapa da incidência das áreas de babaçuais, que apresenta uma estimativa de 400 mil quebradeiras, data de 1981, isto é, as estatísticas oficiais, como o censo agropecuário, não contemplam as categorias das quebradeiras, dos seringueiros e dos castanheiros e outros povos da Amazônia¹³⁶.

A aposta na chamada modernização do campo, verificada no Estado a partir dos anos 1970, e o crescimento econômico esperado com os investimentos na pecuária bovina, não implicaram rupturas nas relações de produção¹³⁷ e nem modificaram o quadro do Estado do Maranhão nos indicadores sociais. Daí porque Mesquita (2008) classifica o desenvolvimento sócio-econômico recente do Maranhão como insustentável. A exposição dos aspectos históricos da formação social e econômica neste capítulo teve por intenção demonstrar as raízes dos atuais indicadores sociais. Um dos principais indicadores de crise

¹³⁵ Palestra proferida na Câmara dos Deputados, Brasília, 10/07/07.

¹³⁶ Nos últimos 20 anos, com o surgimento do MIQCB, vários grupos de pesquisadores universitários têm produzido as informações essenciais sobre a economia do coco babaçu.

¹³⁷ Investimentos que utilizam alta tecnologia convivem, ou, mesmo, são responsáveis pela ocorrência de relações de exploração com características do trabalho escravo, muito freqüentes na atividade do extrativismo do coco babaçu, na produção do carvão para as guserias e na exploração da madeira.

social é o IDH. Em 2002, o Maranhão possuía um índice de 0,637 face ao 0,687 do Nordeste e 0,767 do Brasil. Em 2004, o Estado apresentou a renda *per capita* mais baixa do Brasil (2.748 reais), com o índice de mortalidade infantil de 42,1 por mil nascidos vivos (2005) e de analfabetismo de 23,1% (2004)

Quanto ao indicador social na área da educação, embora dados do PNUD informem que a dimensão educação (com 59,3%) foi a que mais contribuiu para o crescimento do IDH no Maranhão, de 0,543 (1991) para 0,636 (2000), estudos mais recentes mostram que a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade é de aproximadamente 23%, sendo que esta variável assume valores mais elevados para indivíduos do sexo masculino e para as pessoas que vivem no meio rural. O percentual de analfabetos entre homens na zona rural é mais do que o dobro do verificado na zona urbana, da mesma forma que a média de anos de estudos é visivelmente inferior (IBGE/PNAD, 2004).

Há de se acrescentar ainda as implicações desses investimentos – que seguem a lógica dos economistas formalistas e dos planejadores, que privilegiam fatores exógenos em detrimento dos fatores endógenos – à questão ambiental, com o alto índice de desmatamento causado pela pecuarização, pela sojicultura, pelo eucalipto, pelas carvoarias que servem as usinas de ferro gusa e, agora mais recente, pelo plantio de cana-de-açúcar e de mamona para a produção do biodiesel. Todos esses investimentos, incentivados pelo Estado, seguem um modelo de desenvolvimento que implica práticas e relações predatórias ao meio ambiente.

Na interpretação de Mesquita (2008), quatro fatores atuam como entraves para um desenvolvimento sustentável no Maranhão. Primeiro, a frágil base produtiva, haja vista que a atividade econômica se restringe a uma agricultura não capitalista atomizada¹³⁸, sem financiamento e sem condições de comercialização e, por outro lado, a uma agricultura capitalista com alto grau de concentração de renda e de terras e de degradação ambiental. Segundo, a baixa produtividade em todos os setores produtivos. Terceiro, a precária infraestrutura. E, quarto, o baixo nível de investimento que, pontual e seletivo, priorizou setores intensivos de capital, para atividades extensivas. Enfim, o autor elenca entraves de ordem estrutural, como a concentração de terra e de renda, e conjunturais, gerados pelo

¹³⁸ Segundo o IBGE (1995), o Maranhão é o Estado da federação em que as formas não-capitalistas ainda predominam majoritariamente: 80% do pessoal ocupado na agricultura (1.333.864) é constituído pelo trabalho familiar executado sob formas de parceria, arrendamento, meação ou autônomo. O trabalho assalariado (permanente e temporário), principal indicador de relações capitalistas, vem crescendo, já representando 20% da força de trabalho da atividade, dos quais 17% são de trabalhadores temporários. Os dados do ultimo censo 2006 demonstra, de um lado a diminuição da força de trabalho em geral (25%), e de outro, a confirmação da tendência anterior de predominância do trabalho com laço de família – 81% frente ao sem laços de parentesco 20%. O que mostra que a chamada modernização agrícola privilegiou pouquíssimos produtores e atividades, em detrimento da agricultura familiar e do extrativismo (MESQUITA, 2008).

desconhecimento e ou não comprometimento por parte dos sucessivos governos estaduais e da própria elite do Estado, em relação aos problemas estruturais elementares, o que impede um planejamento capaz de superar os entraves mencionados.

3.3 Sujeitos políticos a construir uma cultura política emancipatória.

A despeito de todas as questões aqui apresentadas, as estatísticas oficiais indicam que, no Maranhão, cerca de 420 mil famílias vivem no campo, o que corresponde a cerca de 2,1 milhões de pessoas. Estima-se, ainda, que 300 mil pessoas sobrevivem da economia do babaçu (ALMEIDA *et al*, 2000). Os estudos têm revelado que no momento em que todas as condições são adversas a sua existência, esses grupos se organizam social, política e economicamente, com avanços ainda tímidos, mas suficientes para almejar a formação de um mercado segmentado.

A construção de uma cultura política, no Maranhão, não pode prescindir da recuperação histórica da resistência dos povos que habitam este território desde os tempos coloniais. Tal narrativa é ainda uma exigência para se compreender por que o Maranhão é o lugar onde a oligarquia mais resiste e onde os movimentos sociais têm mais dificuldades de promover articulações capazes de se contrapor a este padrão de dominação.

Para não ir mais longe, contento-me em lembrar a Balaiada, uma das cinco revoltas ocorridas no século XIX, em várias províncias do país, contemporânea à Cabanagem/PA, Sabinada/BA, Farroupilha/RS e Praieira/PE. Esse movimento que reuniu negros, índios e pobres livres mestiços, foi deflagrado no dia 13 de dezembro de 1838 e se estendeu do Maranhão ao Piauí, em reação às situações de sujeição impostas pelas economias do algodão e da cana-de-açúcar. O termo Balaiada vem do apelido Balaio, atribuído ao líder do movimento, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira¹³⁹, fabricante de cestos e balaios. A revolta durou três anos – os chamados balaios organizaram um governo independente quando ocuparam o vale do Itapecuru e a Vila de Caxias –, mas foi barbaramente reprimida, com a morte de todas as lideranças, em 1841, e com a nomeação do coronel Luís Alves de Lima e Silva, conhecido por Duque de Caxias, a presidente da Província e comandante das armas (FOREM/MA, 2004).

Um século depois, entre os anos de 1944 e 1945, no período da ditadura do Estado Novo, emergem novas ações de solidariedade - quando a família não mais respondia às

¹³⁹ Outros líderes do movimento foram: o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutáí, o Cara Preta, e o ex-escravo Cosme Bento das Chagas.

situações de precisão - expressas nas associações mutualistas. Outras formas de solidariedade se davam por meio de laços de vizinhança, momentos em que o mutirão se torna um ato político. De 1946-1947, fim da ditadura do Estado Novo, quando no nordeste brasileiro assiste-se ao aparecimento das ligas camponesas e ações do Partido Comunista Brasileiro e da igreja católica no campo, no Maranhão, consolidam-se, a partir de 1953, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, vinculadas à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, cuja principal reivindicação era a “reforma agrária democrática”. Em 1956, durante a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, realizada em São Luís, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM. Tais formas organizativas, segundo Almeida (1981) preservavam relativa autonomia face aos órgãos governamentais, partidos políticos e igrejas.

No Maranhão, o movimento sindical surgiu tardiamente, na década de 1960, quando o regime militar se instala no país, reforçando a repressão policial que desde os tempos da Balaiada é dedicado às formas de solidariedade do campo. Entre os anos de 1963 e 1972, no vale do Pindaré, os sindicatos dos produtores autônomos, por vezes denominados “sindicatos clandestinos”, foram barbaramente reprimidos, com violências física, psicológica e moral sobre suas lideranças.¹⁴⁰

A repressão do regime militar sobre o movimento sindical intimidou o processo de organização política dos segmentos sociais que viviam no campo. Somente em 1972 os trabalhadores rurais criaram a sua federação estadual, a FETAEMA - 11 anos depois da criação da CONTAG -, com a participação de oito dos 12 sindicatos dos trabalhadores rurais existentes à época. Em 1975, sob a influência da Teologia da Libertação, foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma reação da igreja católica à ditadura militar¹⁴¹, que se transformou em importante aliada dos movimentos sindicais atuantes no campo.

No final da década de 1970, começaram a se estruturar, no estado, organizações não governamentais voltadas para os direitos humanos e direitos de cidadania e partidos políticos de esquerda. Em 1979, foi criada a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH¹⁴², um espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência. A entidade prestava assessoria jurídica e política às comunidades, inicialmente, na grande São

¹⁴⁰ Uma das vítimas da violência policial desse período foi a liderança camponesa, Manoel da Conceição, na época, presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim, baleado durante uma reunião para consulta médica do sindicato, tendo, como consequência, uma perna amputada. Foi preso por nove vezes, torturado nos quartéis do Exército em vários estados e obrigado a exilar-se na Europa entre 1976 e 1979. Manoel retornou ao país com a declaração da anistia e retomou sua vida política no sul do Maranhão, como ambientalista e como militante de partido político. (ARAÚJO, 2010; CONCEIÇÃO, 1980).

¹⁴¹ Sobre o processo de criação da CPT no Maranhão, consultar Costa (1994).

¹⁴² Posteriormente a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos – SMDH.

Luís. Na década de 1980, voltou-se para as questões do campo, estabelecendo relações com sindicatos dos trabalhadores rurais, movimentos e organizações de áreas de assentamento, acompanhando processos de desapropriação de propriedades, concentrando suas ações na região do Baixo Parnaíba, particularmente em Araiões e Magalhães de Almeida, e oferecendo suporte para a consolidação de movimentos que começam a emergir em outras regiões.

Em 2001, a SMDH iniciou um projeto agroecológico nesses municípios, com recursos de cooperação internacional, com uma equipe composta por assistente social, técnico agrícola e agrônomo. Outros projetos foram importantes para o desmembramento das lutas no campo: o Projeto de Assessoria Jurídica – PAJ, oferecendo suporte jurídico no processo de organização dos grupos na luta pela terra; e o Projeto Vida de Negro – PVN nas comunidades rurais, que, posteriormente, influenciou na estruturação do Centro de Cultura Negra – CCN¹⁴³.

Com a anistia e a volta do líder camponês, Manoel da Conceição, ao Brasil, outra organização foi criada no sul do Estado. Fundado em 1984, o CENTRU inicialmente se dedica ao trabalho de formação sindical na região tocantina e no sul do Estado, com a preocupação de ajudar, assessorar e apoiar o trabalhador rural. A partir de 1990, aprofunda a discussão sobre o processo de organização social, associativismo e cooperativismo. Trata-se de uma ONG dirigida por trabalhadores rurais que pensam a convivência humana, a convivência ambiental e a organização da produção voltada para a sustentabilidade, e que investe na educação.

A partir de 1998, a entidade começou a trabalhar com assessoria técnica, por meio da experiência com o Projeto Lumiar, por um período de três anos, prestando apoio a várias cooperativas, a uma central de cooperativas e a associações de pequenos produtores em 12 municípios: Imperatriz, João Lisboa, Amarante, Montes Altos, Buritirana, Senador La Roque, Balsas, Estreito, São Raimundo das Mangabeiras, São Francisco do Brejão, Cidelândia e Loreto (ARAÚJO, 2010).

O surgimento dessa organização coincide com a emergência de novos movimentos sociais - a exemplo dos movimentos de mulheres, ecologistas, negros e índios -

¹⁴³ A partir do trabalho da SMDH, outras organizações surgiram, a exemplo da Associação Agroecológica Tijupá, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, formada por técnicos que atuaram na SMDH, mais especificamente, no Projeto Tecnologias Alternativas - PTA. O projeto tinha dois eixos: um *político*, que tratava de fortalecer a organização e o poder de autonomia dos pequenos produtores rurais, assim como a luta pela reforma agrária, e outro *técnico* – promover a melhoria dos sistemas produtivos tradicionais da agricultura familiar através do resgate e difusão de tecnologias alternativas. A institucionalização da Tijupá aconteceu em janeiro de 1990.

que, inicialmente, têm por demanda bens, serviços e direitos à vida, comida, abrigo. Posteriormente, assumem mais a questão da identidade, direitos sociais modernos com forte apelo à igualdade, à liberdade, às relações de gênero, geração e etnia. Na Amazônia, movimentos sociais específicos estão se consolidando fora dos marcos tradicionais de controle (ALMEIDA, 1994), contando, no início, com o apoio formal de STTRs e de grupos de oposição sindical.

Percebe-se, no perfil dessas entidades e movimentos sociais, uma transitividade entre estratégias de organização política e de organização econômica. Há uma diversidade de temas e de funções (assessorar, gerenciar, assistir, executar) e uma tendência a se estruturar em redes, como Conselho Nacional dos Seringueiros, Grupo de Trabalho da Amazônia, Rede Agroecológica do Maranhão e Rede Frutos dos Cerrados.

3.3.1 MST: mudança na estrutura agrária

A emergência desses movimentos específicos, aliada aos aspectos da história política e econômica, analisada no item anterior, criou as condições para que outros movimentos de abrangência nacional se instalassem no estado. As articulações para a organização do MST no Maranhão começaram em 1985, durante o 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com a participação de outras organizações, como o CENTRU, Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e partidos políticos (PT e Partido Socialista Brasileiro - PSB).

A primeira ocupação de terra no Maranhão ocorreu em 1986, na fazenda Capoeira, em Santa Luzia – hoje município de Buriticupu -, organizada pelo CENTRU, com o apoio do MST; no mesmo período em que a União Democrática Rural - UDR¹⁴⁴ começa a se estruturar para resistir à reforma agrária, acirrando os conflitos no campo. Em 1987, outra ocupação ocorre na fazenda Itacira/Criminosa (empresa Sharp), em Imperatriz. Entre os anos de 1988 e 1989, o Movimento segue caminho próprio, assumindo as ocupações da fazenda Gameleira – na época, município de Imperatriz, atualmente, município de Governador Edson Lobão -, e da Fazenda Diamante Negro, em Vitória do Mearim. Em 1993, o MST se consolida no Maranhão, nas microrregiões de Imperatriz, Pindaré e Baixada Maranhense¹⁴⁵,

¹⁴⁴ Essa organização patronal foi fundada no mesmo dia do assassinato (10/05/86), na cidade de Imperatriz, do Padre Josimo, religioso e coordenador da CPT, da região do Bico do Papagaio (TO).

¹⁴⁵ Sobre o processo de busca da autonomia do MST no Maranhão, consultar Taveira (2002).

por meio de estratégias de mobilização, materializadas nas caminhadas, marchas, encontros, cursos de formação e ocupações de terra (TAVEIRA, 2002).

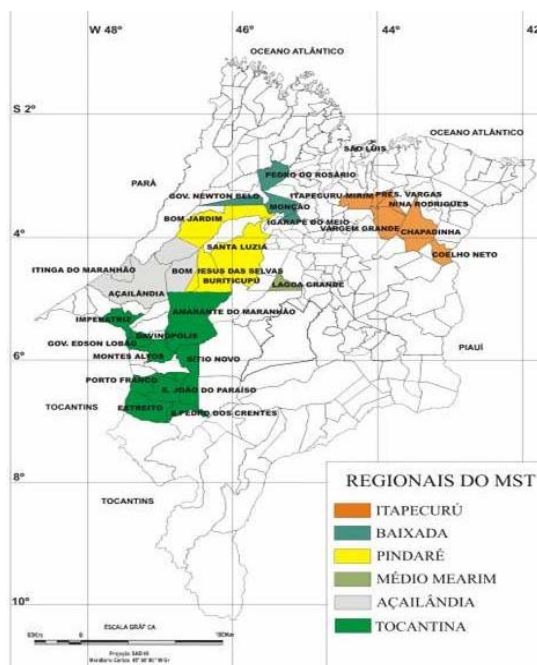
O MST tem como principais reivindicações a luta pela terra e a mudança na estrutura agrária, de modo a garantir direitos básicos, como educação, saúde, habitação, infraestrutura e crédito ao homem do campo. Atualmente atua junto a 6.691 famílias assentadas¹⁴⁶ em 54 Projetos de Assentamentos, que corresponde a 257.205,34 hectares de área territorial, em 28 municípios. O Movimento acompanha 15 acampamentos¹⁴⁷ montados em 13 municípios, com a participação de 2.757 famílias. São 9.448 famílias acampadas e assentadas, o que dá uma estimativa de 47.240 pessoas em 41 municípios, 19% dos municípios do Estado (MST/MA, 2010).

Conforme o mapa abaixo, O MST está organizado em seis regiões: região tocantina (Estreito, São Pedro dos Crentes até Imperatriz); região de Açailândia (Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia do Paruá, Santa Luzia do Tide); região da Baixada (Igarapé do Meio, Monção, Vitória do Mearim); região de Alto Turi (Zé Doca, Governador Newton Belo); região de Itapecuru (Itapecuru-Mirim até o Baixo Parnaíba); e região Médio Mearim (Lagoa Grande, Lago da Pedra, Bacabal).

¹⁴⁶ A década de 1990 foi a de maior crescimento até 2005. De 2005 a 2008, o crescimento foi mais lento. Aumentaram os obstáculos para a conclusão dos processos. Em 2008, apenas 56 famílias foram assentadas.

¹⁴⁷ Os militantes entrevistados descrevem o acampamento como a situação em que as famílias ainda não conseguiram a desapropriação das terras, mas permanecem nas áreas, desenvolvem seus sistemas de produção, constroem suas moradias, escolas de taipa, de palha de babaçu, de madeiras, conforme as características regionais; mas não têm acesso às políticas públicas, sendo beneficiários das políticas compensatórias. A desapropriação só ocorre, mediante o aceite do proprietário da terra e mediante o laudo técnico que comprove que a propriedade não estava cumprindo função social.

Mapa 04– Regionais do MST no Estado do Maranhão



Fonte: MST/Adaptação IBGE 2000.

Como demonstrado no mapa acima, a territorialização do MST no Maranhão se dá no sentido sul-oeste-leste do Estado, seguindo, inicialmente, conforme explica o entrevistado abaixo, as condições de possibilidades de obtenção de apoios a sua causa, e, depois, acompanhando o circuito dos grandes projetos que têm pressionado os segmentos sociais, que se organizam com base no trabalho familiar.

() Em Alto Alegre nós não temos, o Movimento é assim, no momento, a partir do momento... desse período que o Movimento do ponto de vista geográfico do MST, nós fomos para onde? Para onde o Movimento tinha apoio; então o MST iniciou, por que que o maior número de assentamentos do MST é na região tocantina? Porque lá foi **onde se iniciou** o Movimento no Estado, embora a gente tenha começado aqui pelo Pindaré, pela ocupação da Capoeira, mas a gente foi ter o **apoio** na região tocantina, em Imperatriz; então, por lá, por isso que lá tem o maior número de assentamentos. **Então o Movimento vai, de acordo, onde ele vai tendo apoio**, ele é chamado e tal então ele vai indo, começando a fazer seu trabalho...estamos em área de abrangência, estamos na região de Itapecuru, estamos indo para o Baixo Parnaíba. Nós estamos lá em Estreito, não estamos só em Estreito. Estamos de Estreito a próximo a Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú. Aquela região toda ali, São Pedro dos Crentes, toda aquela região ali temos assentamento (Liderança do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

O Movimento se mantém por meio de uma estrutura organizativa, já comentada no Capítulo 2, que conjuga dois elementos, a hierarquia e a participação, de modo que o planejamento de suas ações começa a ser definido no Congresso Nacional. Realizado a cada cinco anos, com a participação de assentados e militantes, para, primeiro, comemorar as lutas pelos cinco anos que se passaram e, segundo, propor linhas de ação para os próximos cinco anos, o Congresso pensa as grandes linhas. Em seguida, vêm as demais instâncias: a Coordenação Nacional que se reúne uma vez por ano, composta por dois membros (um homem e uma mulher) de cada Estado, com renovação a cada dois anos. Após a reunião da coordenação, é realizado o Encontro Nacional para elaborar o planejamento das ações. Tais definições são implementadas pela Direção Nacional, que se reúne a cada 60 dias.

Essa estrutura organizativa é reproduzida nos estados, onde acontecem, inicialmente, os Encontros Estaduais, a cada dois anos, quando são deliberadas as ações. Cada Estado tem uma Coordenação Estadual, eleita no Encontro Estadual, e formada por dois representantes (um homem e uma mulher) de cada assentamento. A execução do planejamento de ações definido no Encontro Estadual fica a cargo da Direção Estadual, composta por 38 membros (no Maranhão).

Para lidar com as grandes regiões nos estados, o MST propõe um tipo de movimento social que reduza a delegação de poderes e faça com que cada um assuma as responsabilidades como membro ativo da organização, daí por que aposta nos núcleos de trabalho de base e em uma estrutura organizativa interna, que tem por base o assentamento, organizado por núcleos de famílias que, no Maranhão, pode chegar a até 10 famílias/núcleo, sendo que cada núcleo conta com dois coordenadores (um homem e um mulher) para fomentar e encaminhar as discussões sobre as problemáticas do grupo. A cada 500 famílias é formada uma brigada. Com essa estrutura organizativa, o MST acredita que consegue envolver um maior número de pessoas nas discussões. Cada brigada tem 20 pessoas na coordenação e dessas, duas são eleitas para representar a brigada na direção estadual.

As famílias também estão organizadas por setor: educação, saúde, gênero, comunicação e cultura, formação, setor de produção, cooperação e meio ambiente. O setor é composto por dois representantes (um homem e uma mulher) de cada brigada (500 famílias). A Direção Estadual se distribui em todas as brigadas e conta com uma Secretaria Estadual que funciona em São Luís. Conforme explica a entrevistada abaixo, essa estrutura organizativa segue um movimento circular, em que as decisões são tomadas a partir de propostas coletadas pelos setores que têm atuação mais direta junto aos assentados.

() porque todas as propostas a gente faz, depois manda para a direção estadual e a direção estadual discute e define, ela é a instância que realmente define, bate o martelo. Na grande maioria das vezes, a direção estadual, ela acata todas as propostas que os setores enviam, porque na verdade são os setores que estão lá no dia-a-dia do trabalho, conhece, domina, tem a informação e tal e tal e tal. (Militante do MST, 2008).

A organicidade tem a função de transformar o movimento de massa, diminuindo sua espontaneidade e, por outro lado, garantindo sua permanência histórica. A partir do entendimento de que o movimento, embora mobilize, articule e agite a massa, não sobrevive só de massa e que é preciso organizá-la para que ela permaneça e resista no tempo. Então, movimento e organização são dois elementos de sustentação da estrutura organizativa de um grande movimento de massa, sendo que movimento tem a ver com massa, mobilização, agitação, experiência, formas de luta, objetivos gerais. E organização tem a ver com grupo, estrutura, conspiração, consciência, estratégia e programa. A organicidade, portanto, é uma estratégia para reduzir a espontaneidade do movimento de massa (MST, 2009).

a organicidade, ao contrário da espontaneidade, fará com que a militância olhe para fora de movimento de massa e sinta indignação pela perseguição e derrota de outras categorias que também lutam por seus direitos. Esta revolta irá se transformar em consciência, e esta criará iniciativas para combinar as lutas, pois aos poucos se vai percebendo que, embora com nomes diferentes, os inimigos se situam todos na mesma esfera e atuam de forma organizada, comandados por interesses comuns e tutorados pelo Estado (MST, 2009, p. 25).

O MST se consolida e se expande pelo Estado, no momento em que os movimentos sociais começam a estimular a institucionalização de formas organizativas, com vistas ao acesso às políticas públicas, e reforçam as discussões em torno do associativismo e do cooperativismo. Em âmbito nacional, foi criado, em 1992, o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, que tem por base as associações dos assentamentos e as Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs, de prestação de serviços ligadas, nos estados, à Cooperativa Central de Reforma Agrária – CCA que, por sua vez, está vinculada à Central de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB nacional.

Em âmbito estadual, o investimento no associativismo e no cooperativismo, desde 1993, permitiu a consolidação da seguinte estrutura, formada, segundo a denominação do MST/MA (2010), por empresas sociais: Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina LTDA – COOMARA; Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante LTDA – COOPERVID (1993); Cooperativa de Produção Agropecuária 04 de Maio LTDA – COOPAQMA; Cooperativa Central de Assentamentos em Áreas de Reforma Agrária – CCA; Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares –

CPJ; Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária – COOPERA (1998); Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA (1998)¹⁴⁸. Tal estrutura vem sendo montada desde 1993.

A atuação do MST nas áreas de assentamento se dá, ainda, por meio de parcerias realizadas com instituições públicas: INCRA; Escola Agrotécnica Federal de São Luis – EAFSL; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Mestrado em Agroecologia – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Ministérios – Educação, Cultura, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente; Secretarias Estaduais – Educação, Saúde, Cultura, Trabalho e Economia Solidária; Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste. Dessa forma, conforme explica o entrevistado abaixo, o Movimento tem uma atuação por dentro e por fora do Estado, na tentativa de influenciar na definição de políticas públicas e de moldá-las conforme a sua concepção de sociedade.

() Dentro do Estado porque, assim, eu não diria dentro do Estado, eu diria ele **participa das políticas públicas do Estado**, porque, assim, estar dentro do Estado de que forma? Estar dentro do Estado, poderia se dizer, quando ele está executando alguma política que é do Estado, que não deveria estar executando, tipo, política de assistência técnica, isso não é tarefa nossa fazer, mas se nós tivéssemos um Estado que tivesse com um aparelho e com políticas claras para isso. Então você termina estando dentro do Estado, porque está executando políticas, mas não na ótica do Estado; a gente tem a pretensão, inclusive, **de aplicar essas políticas na nossa concepção**, por isso que a gente vai **construindo as políticas, na concepção que a gente acha que deveria ser**. (Liderança do MST, 2008).

A fala do entrevistado expressa uma tendência dos movimentos sociais de adentrar, cada vez mais, nos espaços de concepção e de gestão das políticas públicas, como uma estratégia de dar um caráter político a essas políticas, de modo a fortalecer as ações dos movimentos

() Quando o Estado, digamos assim, ele vai mudando. Qual a intenção? **A gente vai forçando o Estado ir mudando e fazendo certas reformas**, porque a gente acha para você... **na transformação social é necessário você fazer algumas reformas para que elas dêem condições de se fazer a transformação social**, inclusive no livro de Rosa Luxemburgo ela trata Reforma ou Revolução, para ela reforma é uma coisa, revolução é outra coisa, mas, porém, ela ressalta, porém, para se fazer revolução é necessário se avançar nas reformas e a gente acredita que é necessário fazer algumas reformas para poder acumular, acumular força e, por outro lado, a necessidade de se conhecer a sociedade, em todos os setores e segmentos dela, por isso hoje que nós temos cursos desde alfabetização de jovens e

¹⁴⁸ As duas últimas são responsáveis pela execução dos serviços de ATES, segundo o convênio firmado com o INCRA.

adultos ...passando por geografia, agronomia, ao último que a gente abriu agora que é a última área que é direito. Entendeu, tem que conhecer o aparelho do Estado. (Liderança do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

A estratégia do MST de abrir canais de diálogo com o Estado, por meio das políticas públicas, se intensifica, no Maranhão, nos dois anos do Governo Jackson Lago, quando movimentos sociais específicos conseguiram compor a estrutura de governo, basicamente nas secretarias estaduais da Mulher, de Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Agricultura. Nesta última, apesar dos esforços da equipe de técnicos da SEAGRO em manter o canal de diálogo com os movimentos sociais, o Governo não chegou a um consenso quanto à concepção de desenvolvimento que iria propor para o Estado, tendo em vista a diferença de interesses em disputa.

Alguns movimentos, a exemplo do MST e da Via Campesina, conseguiram estabelecer canais de diálogo mais direto com o Governador Jackson Lago. Esses movimentos viam o momento político como propício para articular os governos progressistas para obter apoio em suas reivindicações, como a integração latino-americana, ações de educação no campo para combater o analfabetismo e formação de jovens, incentivo para a produção agrícola e na área da saúde. Nesse período foi efetivada uma articulação entre os governos de Cuba, Venezuela e o Governo do Maranhão, possibilitando convênios com o MST para projetos de alfabetização de jovens e adultos¹⁴⁹.

3.3.2 ASSEMA: a terra era liberta

No final dos anos de 1980, outro movimento se configurou na região do Médio Mearim, organizado por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, com a mediação de entidades confessionais e dos STTRs dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Lima Campos. O processo de ocupação dessa região se deu, inicialmente, pela transferência de famílias de outros estados do Nordeste, particularmente do Ceará e do Piauí, no final dos anos 1950, devido à seca e à falta de terras para trabalhar em seus lugares de origem, circunstâncias que colocavam essas famílias em condição de sujeição, como cobrança de renda, na relação com o “patrão”.

O Maranhão atraía esses nordestinos por suas condições climáticas, pela disponibilidade dos recursos naturais e porque a terra era “liberta” (MUSUMECI, 1988;

¹⁴⁹ Tal interpretação da realidade levou o MST, juntamente com outros movimentos sociais, a integrar o movimento, denominado Balaiada, na tentativa de construir uma analogia entre a resistência contra a oligarquia do século XXI e o Movimento Balaiada, do século XIX, considerando as homenagens pela passagem dos 170 anos de morte de Cosme Bento, líder negro assassinado em 1841.

LUNA, 1984). As famílias viviam da agricultura, da produção do arroz, feijão, milho e algodão, e da criação de animais, como o cavalo, o burro, o porco e a galinha, e do extrativismo do babaçu. A idéia construída pelos idealizadores da SUDENE de que o Maranhão seria o celeiro do Nordeste também contribuía para essa movimentação de maranhenses e nordestinos no interior do Estado, conforme relembra o entrevistado a seguir:

() No povoado, sempre existiu uma liderança. Todo tempo em comunidade teve isso. Nessa época, tinha um cidadão chamado Seu Pacífico, chamado Velho Pacífico, e ele é que, realmente, **era o dono daquelas terras**. Era tida como terra dele, mas porque ele era a **pessoa mais velha no povoado**, naquele ano, mas ele não tinha uma terra marcada, marcada ou cercada e documentada. Então era o limite de variante, demarcação de pé de árvore mais antigo, uma ... assim. Então as pessoas botavam roça onde queriam, não tinha esse negócio “Não tem que pedir ao dono da terra”. Não tinha renda, não tinha nada. Mas isso, era tida essa pessoa como dono, mas não impedia nada. Era o seguinte, cada qual, ninguém tinha dono de terra, chegava em qualquer um canto e fazia uma roça. E não pagava renda e não pagava nada. Aí, no decorrer do tempo, foi que foi chegando (Trabalhador rural, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

Até então, a posição de “dono da terra” era atribuída àqueles moradores mais antigos na comunidade, com base nos laços de confiança entre o grupo e o considerado “dono da terra”, que também tirava seu sustento da agricultura. As famílias não eram privadas do acesso aos recursos naturais e garantiam suas existências por meio de sistemas de uso comum desses recursos.

() Ele não resolvia nada. No caso de Seu Manoel, porque em outro povoado essas pessoas eram um dono das terras que virou dono mesmo, de verdade. Esse Seu Pacífico não... depois perdeu todos os direitos sobre a terra, quando chegou o usucapião. Então **o governo Sarney**, na época de 64, 65 dividiu o Maranhão e ele perdeu todos os direitos, porque na verdade ele também **não tinha as terras como dele**. Então ele não definia nada, ele não era uma liderança de comunidade que não tinha igreja nessa época. Não tinha sindicato. Ele **não era nenhum proprietário**, assim tipo **criador de gado**. Ele vivia simplesmente de agricultura. A roça dele para subsistência. Ele era tido como dono da terra, porque **era a pessoa mais velha** da comunidade. Então a gente tinha aquele respeito. Depois essas terras, elas foram passando a ter dono de pessoas da própria comunidade, aí passaram a **ter dono de verdade**, pessoal cortaram, cercaram. As pessoas passaram a pedir terra para trabalhar, passaram a pagar renda, renda alta. O babaçu passou a ser preso. As pessoas passaram a dar mato para fazer roça e jogar o capim. “Eu lhe dou a roça, e você nem paga a renda, mas você me joga a semente do capim na sua roça”... Aí ele foi circulando a terra (Liderança da ASSEMA, Lago do Junco, 2008). (Os grifos são nossos).

A partir de meados da década de 1965, conforme precisou o entrevistado acima, essa forma de uso da terra e dos outros recursos naturais começou a sofrer alterações. Do mesmo modo, mudou a forma de organização social e política das famílias, na medida em que

novos sujeitos apareceram. Com a abertura das fronteiras agrícolas para a pecuária, a partir de 1965, a terra começou a ter valor de mercado, facilitando a emergência de outro tipo de “dono” de terra, encarnado no chamado “proprietário” - aquele que compra a terra, cerca e impõe limites à força de trabalho, por meio da cobrança de renda¹⁵⁰, da formação de pastos para a pecuária e da privação do coco babaçu, levando as famílias ao endividamento. Nesse momento, o latifúndio ainda vive do chamado “gado pé duro” e da cobrança de renda e do foro. O mesmo entrevistado assim caracteriza a formação desse latifúndio.

() Muitos deles foram trabalhando na agricultura e comprando um pedacinho de terra,.. os pequenos trabalhadores de roça, como... como Cabaceiro, José Brasilino, o Baeta, o próprio João Cifrônio, foram trabalhando e comprando o pequeno pedaço de terra, até chegar 50, 40, 100, 80 ha. Agora, muitos deles, no caso do Adelino, eles começaram a **comprar terra devoluta** do Estado, sem documento. Então eles compravam uma área de terra e **cercavam uma área maior** e foram se apropriando dessas terras. Exemplo é que o Adelino, ele tinha em São Manoel 168 ha de terra devoluta. A terra era do Estado, ou seja, eles pegavam a terra documentada e cercavam uma área maior. E muitas das pessoas, como meu pai, e outras que achavam que terra não ia ter dono ... ficou sem tirar uma área para trabalhar, acabando ficando na **beira da estrada**, e simplesmente com um local de morar, que é o patrimônio do povoado, simplesmente o local da casa e um quintalzinho. E esse pessoal foi comprando um pedaço de um, um pedaço de outro, e foi fazendo. (Liderança da ASSEMA, Lago do Junco, 2008). (Os grifos são nossos).

A narrativa do entrevistado revela a formação do grande latifúndio, por meio da prática da grilagem¹⁵¹, em terras devolutas, para a produção da pecuária, e com a introdução de diversas formas de imobilização da força do trabalho. A resistência das famílias começou quando foi negado o acesso ao último recurso utilizado para o sustento das famílias: o coco babaçu. As mulheres passaram a se confrontar com os opositores diretos, a polícia, o fazendeiro e o jagunço. No relato abaixo, o entrevistado narra as violências praticadas contra as mulheres na resistência pela “libertação do coco”

() Aí foi que definiu assim, nós vamos morrer na luta, morrer lutando, mas parado nós não morre, porque a gente tava vendo a nossa dificuldade e nós começamos pelo babaçu. “**Vamos libertar o babaçu**”. Até naquele momento que nós estávamos na luta para **libertar o babaçu, que era preso**, só dava de meia, se entrar nas soltas delas, no conceito daquela época era roubando coco, se os proprietários pegassem lá dentro era humilhado, **o vaqueiro humilhou várias mulheres, tem mulher dessa região que foi**

¹⁵⁰ Na cobrança de renda, o dito proprietário libera uma área para as famílias fazerem seus roçados e, em pagamento, determina um percentual da produção, que varia muito de região para região, dependendo do tipo de produto negociado e do contexto histórico. No início dos anos 1990, em Esperantinópolis, segundo os entrevistados, a cobrança chegava a dois alqueires de arroz por linha, oito alqueires por hectare ou um saco de milho por linha.

¹⁵¹ Tal prática é consolidada com o registro das terras, de posseiros ou devolutas, em cartórios, de forma fraudulenta. Ver Asselin (1982).

chicoteada, então palavra de deboche tomavam o coco, obrigavam a vender o babaçu para o sujeito que ele queria lá na solta e deixando ali tudo, a casca, pessoas que arrancava a solta do proprietário, pessoas que juntava todo o coco dava de metade para as pessoas quebrar, quebrava, deixava as cascas para ele e deixava ali mesmo...então **nós decidimos que ia sair dessa opressão, mesmo que a gente não tivesse terra**. (Liderança da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

A luta pela libertação do coco estimulou a organização pela conquista da terra

() A gente achava que a terra era deles. Quando nós libertamos o babaçu, **quem iniciou isso aí foram as mulheres**, aí nós falamos: “Ah nós temos o coco para quebrar, mas não tem onde botar a roça” e foi quando.... nessa época, em Lago do Junco, tinha duas lutas pela reforma agrária já. Foi na década de 82 e 85. Então no ano de 85, aconteceu o conflito de José Machado e Pau Santo... Nós vimos, o Pau Santo conseguiu a terra deles, ... sangue derramado, então “Que se nós não se conformasse só com o coco. Que tal se nós conseguisse essa terra?”. Essa terra tem parte dela que é devoluta. Se parte dela é improdutiva, mas, se nós tiver organização nós consegue essa terra. Então nós reunimos a comunidade e partimos para a luta. **A luta do babaçu foi em outubro de 85, quando foi em abril de 86 nós demos o primeiro passo pela luta da terra, dia 11 de abril de 86, primeira ação dentro da propriedade**, pedimos um pedaço da terra ao secretário para botar roça. A gente sabia que ele não dava, só tinha boi lá dentro e ele mandou recado para nós, que não tinha terra para agricultura. As terras dele só dava para criar boi. Então nós chegamos e botamos uma roça, cinco linhas de roça para plantar cana e o feijão, dentro das terras e os bois dentro. Depois a gente pediu para ele tirar os bois, ele tirou, mas já na luta. E o resultado disso é que () nós fomos intimados. Rolou poucos dias em casa, foi no dia 11 de abril, quando foi 29 de abril nós fomos chamados na delegacia, eu e mais seis companheiros de povoados diferentes, que nós recebemos muito apoio das comunidades de Lago do Junco e da igreja, prestar depoimento, humilhação, ... **fazendeiro...** a gente, **delegado** regional. Mas a luta continuou. Aí voltamos lá com o compromisso de parar com a luta da reforma agrária naquela terra, de parar. (Liderança da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

A resistência das famílias de Lago do Junco iniciou no período em que o tema da reforma agrária entrou novamente na pauta oficial, com a discussão em torno do I PNRA. Um dos desdobramentos desse processo foi a organização patronal, em meados de 1980, quando os ditos “proprietários de terra” começaram a articular uma nova forma de representação, a UDR, que se constituiu em outro interlocutor nos conflitos agrários na região.

() Nesse mesmo período tinha se criado a **UDR**, União Democrática Ruralista no Brasil... e **o representante da UDR** esteve nessa audiência e saímos com o compromisso de em três dias nós darmos a resposta a eles dizendo que nós iria paralisar a luta ... só que nós reunimos três dias depois, os trabalhadores, e ... uma resposta para a UDR... e a luta continuou. Isso já era no dia... de maio, quando foi no dia 17 de maio ele já tinha...aí o mês de junho foi só de liminar de integração de posse. ... mulheres e crianças. Maio, junho e julho foi só de terror...e nós na luta, no **INCRA**, no **ITERMA**,

depoimento na delegacia. Quando foi 5 de agosto, nós tinha um companheiro no Aguiar, no Ludovico, ... que apoiava a gente ... seqüestraram ele ... e saíram, botaram em uma D-20, saíram para matar, mas ... atrás no carro e a mulher correndo atrás. Queria ta no carro também. Aí botaram a mulher dentro do carro. Lá na frente, para disfarçar, eles pararam o carro, para a mulher descer. Eles esperaram para botar ele e ela dentro da cabine. Na hora que ela desceu ... só que nessa hora ele pulou do carro e ... pistoleiro e eles não conseguiram ver. No dia 6 de agosto, no dia seguinte, a gente tava no nosso povoado. Aí destruíram nosso povoado, pistoleiro, polícia, fazendeiro... quebraram tudo quanto foi horta que tinha do lado da igreja. Um cabo de aço puxando o caminhão. Nesse mesmo dia deram cinco minutos para as mulheres desocupar as casas. Derrubaram todas as casas. Reduziram a nada. (Liderança da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

As formas de imobilização da força de trabalho, expressas com a presença do gado na roça e no preço da renda, resultaram no deslocamento das famílias para outros estados, como o Pará, onde o conflito por terra não se apresentara com a mesma intensidade do Maranhão. Em Esperantinópolis, tais formas de imobilização da força de trabalho deram origem a formas de solidariedade diferenciadas nas comunidades. Em Centro do Coroatá, a reação incluía desde a decisão de “matar o gado”, que invadia as roças, até a realização de mutirões ou ocupações nos fóruns de Justiça. Em Cipó/Canaã, o processo de resistência começou em 1991, quando o fazendeiro, oriundo do Estado do Piauí, passou a impedir que as famílias realizassem seus roçados, por meio do pagamento de renda e decidiu vender as terras para o INCRA, procurando, para isso, a mediação do STTR e de outras formas organizativas, como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COPPAESP e a ASSEMA. A terra foi comprada pelo INCRA, entre 1993 e 1994.

Após a conquista da terra, nos anos 1980-90, as famílias de trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, da região do Médio Mearim, iniciaram um processo organização social política e econômica, via institucionalização de formas organizativas, segundo os princípios do associativismo e do cooperativismo. Em maio de 1989, por iniciativa dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Lago do Junco, foi criada a ASSEMA, entidade que nasceu com o propósito de apoiar os denominados trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu, nas áreas da produção, comercialização e fortalecimento das famílias para o acesso aos direitos de cidadania e às políticas agrárias e agrícolas, tendo como pano de fundo as relações de gênero, geração e etnia.

De caráter regional, a ASSEMA hoje tem, entre seus associados, associações de mulheres extrativistas e quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais dos municípios de Lago do Junco,

Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão, Pedreiras e Peritoró. A entidade investe na organização das famílias, em suas múltiplas dimensões: social, política, econômica, ambiental e cultural, priorizando, em suas pautas, a produção com base na agroecologia, a comercialização qualificada como solidária e questões ambientais, de gênero, de geração e étnicas.

A ASSEMA propõe um sistema de produção, chamado agroextrativismo, baseado em princípios agroecológico, conjugando as atividades da agropecuária com o extrativismo do coco babaçu, de forma que, no mesmo local, as famílias tenham condições de investir em culturas anuais, fruticultura, plantas madeireira e plantas adubadeiras, combinadas com a criação de animais - de pequeno, médio e grande porte - e com o extrativismo do babaçu; Tal prática implica preparo de área sem utilização do fogo, agrotóxicos, máquinas pesadas e adubos químicos solúveis, adoção de técnicas participativas e insumos adequados à agricultura familiar, rotação das culturas, com plantio de espécies de famílias diferentes, cujas raízes exploram diferentes camadas dos solos (ASSEMA, 2004, p. 12; 2002, p. 17-34).

Dentro da linha temática da segurança alimentar e economia solidária, a ASSEMA estimula o associativismo e o cooperativismo, em redes, disseminando o consumo ético de produtos agroextrativistas e o uso da floresta de babaçu, apoiando as organizações locais, na comercialização de produtos específicos, como: óleo orgânico para cosméticos e torta de babaçu para alimento animal, produzido pela COPPALJ; mesocarpo do babaçu para alimento humano, pela COOPAESP; sabonete de babaçu e papel reciclado com fibra de babaçu, pela AMTR; artesanato de babaçu, pela AJR; azeite do coco babaçu, licor e compota de frutas, produzidos por grupos informais. Outra linha de trabalho é o desenvolvimento local e políticas públicas, por meio do qual, a entidade tem um programa específico para acessar direitos junto ao poder público, nas áreas de educação, microcrédito, infraestrutura e fortalecimento das organizações locais.

A ASSEMA atua em sete municípios da região Médio Mearim, somando um total de 56 organizações comunitárias, 63 comunidades distribuídas em 22 áreas de assentamento de reforma agrária - estadual, federal e ocupações tradicionais. A entidade articula uma rede de organizações locais formada por: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais - AMTR (1989); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPPALJ (1991); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis - COOPAESP (1992); Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AJR, organização de jovens de caráter intermunicipal que envolve

grupos de 12 comunidades e que produz peças artesanais dos resíduos do babaçu (ASSEMA, 2010).

3.3.3 MIQCB: livre acesso aos babaçuais

A área de ocorrência dos babaçuais, no Brasil, envolve os estados do Maranhão, Pará, Piauí, Goiás e Minas Gerais, abrangendo uma área de 18, 5 milhões de hectares dessa floresta secundária. Nesse território, estima-se, pelos dados oficiais (IBGE, 1995; 1996) que 400 mil pessoas vivem dessa economia e que cerca de 70 subprodutos são extraídos da palmeira de babaçu. A palmeira *Orbinaya Phalerata Martius*, conhecida por palmeira de babaçu, ocorre em outras partes da América Latina: Bolívia, Colômbia e México.

Entre meados das décadas de 1970 e 1980, quando as indústrias do babaçu - com o fim dos incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE - entraram em falência, estudiosos, planejadores públicos e empresários chegaram a declarar o fim do ciclo do babaçu. Entretanto, com a prática do extrativismo do babaçu, essas famílias resistiram aos impactos econômico sociais, causados pela abertura das fronteiras agrícolas no Maranhão - proporcionada pela Lei Sarney de Terras - para o grande capital, materializado, na época, pela pecuária.

Por falta de uma política de regularização fundiária, as quebradeiras de coco babaçu enfrentam, cotidianamente, os resultados da concentração de terras. Constantemente sofrem humilhações e violências físicas nos confrontos com capatazes de fazendas, enfrentando incêndios em suas casas e cercas elétricas, que as impedem do acesso ao coco babaçu, principal produto da palmeira, de onde elas tiram o sustento de suas famílias. Para garantir a sua existência, muitas se submetem a relações de exploração do trabalho que variam desde a cobrança de renda, sistema de barracão¹⁵², sendo transportadas em carros de boi, quando não são sujeitas a coletar e a vender, a preços irrisórios, a casca ou o coco inteiro para as siderúrgicas que produzem carvão.

Desde a década de 1970, o babaçu vinha sendo cercado e apropriado por pecuaristas e empresas, beneficiados por políticas públicas federais e estaduais. A partir da segunda metade da década de 1980, quando tudo parecia desfavorável a sua existência, esse grupo deu início a um processo de organização política e econômica, a partir do enfrentamento de mulheres, pelo acesso aos babaçuais. A resistência se materializa, de forma

¹⁵² Ver fascículos do PNCSA citados nas Referências.

diferenciada, grupos de mulheres, associações, cooperativas, sindicatos e comissões. (FIGUEIREDO, 2005)

Paralelo à fundação da ASSEMA, em 1989, as mulheres trabalhadoras rurais, do Vale do Mearim (MA) e do Bico do Papagaio (TO) mobilizavam-se, para garantir o livre acesso aos babaquais, principal tema do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado em 1991 (ALMEIDA, 1991). De 1991 a 1995, o grupo se manteve organizado, em forma de articulação. Somente a partir do III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1995, essa articulação foi ampliada para movimento.

Na região do Médio Mearim, nos anos 1990, as mulheres reagiram à expropriação dos denominados fazendeiros, por meio de ações coletivas de resistência, como empATES¹⁵³, e iniciaram um processo de organização coletiva, acionando a identidade política de quebradeira de coco. Uma de suas estratégias era pressionar governos federal, estaduais e municipais e promover o debate sobre a economia de base familiar e o extrativismo, buscando meios de aproveitar integralmente o coco babaçu, como forma de se fortalecerem economicamente e politicamente. O movimento emerge, conjugando diferentes dimensões no seu processo organizativo.

Uma das formas de mobilização e de expressão desse grupo são os encontros interestaduais, espaços de revitalização da memória de suas lutas e de socialização das diferentes experiências. São momentos de troca de saberes, em que o conhecimento tradicional dialoga com o conhecimento científico, já que o movimento tem como forte característica a aglutinação de pesquisadores em seu entorno. Os encontros são também momentos em que o grupo revitaliza suas crenças - por meio de místicas - e promove debates políticos e negociações com o poder público, realiza o comércio solidário e manifesta publicamente suas demandas, sintetizadas nas Cartas das Quebradeiras.

Atualmente o MIQCB encontra-se estruturado em seis regionais: Médio Mearim, Baixada Maranhense e Imperatriz, no estado do Maranhão; Pará; Tocantins e Piauí. Ao longo dos seus 20 anos de existência, o movimento tem se apresentado como importante sujeito nas lutas pela preservação dos babaquais, denunciando os “processos de devastação” (Almeida, 2005) e apoiando iniciativas de outras organizações, consideradas parceiras, a exemplo da ASSEMA, que vêm investindo em iniciativas econômicas sustentáveis.

Há cerca de 20 anos, as quebradeiras de coco babaçu discutem sobre instrumentos jurídicos que, efetivamente, impeçam a devastação dos babaquais e de outros recursos

¹⁵³ Sobre os processos de resistência na região do Médio Mearim, consultar FIGUEIREDO (1998; 2005).

vegetais estratégicos à reprodução das famílias que vivem do extrativismo. Sua principal reivindicação tem sido a aprovação de leis municipais chamadas “Leis Babaçu Livre”, que proíbem as derrubadas, queimadas, envenenamento das pindovas, o uso de agrotóxicos e torna livre o acesso aos babaçuais para uso em regime de economia familiar. Essas leis já foram aprovadas em 17 municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Neste último estado foi aprovada a lei estadual “Babaçu Livre” e a lei estadual contra a queima do coco inteiro¹⁵⁴.

As quebradeiras de coco utilizam como estratégia de lutas a realização de audiências públicas em assembleias legislativas e no Congresso Nacional, além de audiências com os setores específicos dos governos estaduais e federal. Ao defenderem o livre acesso ao recurso natural, as quebradeiras, não só priorizam o direito à vida das famílias que dependem desse recurso para viver, como também abrem um longo debate sobre a privatização de recursos naturais, ampliando o entendimento acerca da questão ambiental, tema que passa a ser associado a outras dimensões como o social, o econômico e o cultural, sendo as relações de gênero e de geração centrais nessa discussão.

Nessa direção, o MIQCB acompanha o Projeto de Lei Federal Nº 231, na Câmara dos Deputados, dispondo sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu existentes nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Em 2007, 300 mulheres, em audiência com deputados federais, conseguiram aprovação, nas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias, do Projeto de Lei Federal do Babaçu Livre. Como resultados dessa ação, 12 mil hectares de floresta de babaçu, do município de Penalva (MA), foram incluídos na lista de Reservas Extrativistas a serem criadas pelo IBAMA¹⁵⁵.

As quebradeiras saíram da invisibilidade. Integram o conjunto de sujeitos coletivos que hoje se apresentam como interlocutores reconhecidos no cenário político nacional. Reivindicam direitos, mudanças comportamentais, valores, lutam pelo reconhecimento de territorialidades e pela viabilização de políticas públicas direcionadas para suas situações específicas. O grupo está presente em diferentes espaços públicos de definição de políticas públicas, tais como: Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Comitê Gestor de Projetos da Coordenadoria do Agroextrativismo/MMA; Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio à Produção da

¹⁵⁴ Ver Shiraishi Neto (2006)

¹⁵⁵ Sobre isso ver relatórios do MIQCB (2009) e Mesquita, B; Martins, C; Shiraishi Neto, J; ARAÚJO, H. (2007).

Trabalhadora Rural/MDA; Rede Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER-Mulher; Direção do Grupo de Trabalho Amazônico; Conferência Nacional do Meio Ambiente; e Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, promovida pelo MDA.

Cabe ressaltar que a ASSEMA e o MIQCB são organizações de base que colocam os sujeitos em diálogo direto com as instâncias de poder público (GAIOSO, 2000, p. 119). Tais formas de mobilização, ao longo das últimas duas décadas, vêm ampliando seus interesses, promovendo um diálogo entre as dimensões ambiental, econômica, social e política, promovendo uma articulação entre saberes e se fazendo plurais em suas relações.

Esses grupos são vinculados organizações locais, como associações, cooperativas, grupos informais e ONGs, entretanto, estão ligados também a movimentos sociais e a redes de articulação política e econômica, de caráter regional, nacional e internacional¹⁵⁶. Por outro lado, atuam politicamente dentro e fora dos espaços de definição de políticas públicas, de forma que tais vínculos nos permitem pensar sobre o local articulado com o global, esforço característico dos movimentos sociais configurados a partir da década de 1990.

Se um dia a terra foi “liberta” para segmentos camponeses nordestinos que adentraram nas terras maranhenses, fugindo da seca e em busca de melhores condições de vida, hoje ela é muito disputada e nessa disputa participam grandes grupos econômicos internacionais, interessados na produção de commodities. No ramo do babaçu, por exemplo, novos investidores, oriundos de São Paulo, da Alemanha e da Holanda, estão comprando terras e arrendando para que as mulheres colem cascas ou cocos inteiros para eles.

As três situações descritas neste capítulo demonstram formas diferenciadas de resistência ao padrão de dominação e de tentativas de construção de uma cultura política emancipatória no Maranhão. Tais experiências nos remetem às reflexões propostas por Spivak (1985) sobre mudanças e crises e sua crítica às teorias, em particular a historiografia, que tendem a observar os grupos, considerados “subalternos” – entre eles, especificamente, os camponeses – sob uma perspectiva generalizante que impede a percepção da consciência específica de cada rebelião e o significado dado por cada grupo as suas ações. A intenção neste estudo é perceber de que forma os três grupos, em seus contextos históricos, se

¹⁵⁶ Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão – CCAMA; Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária – RBSES; Rede Cerrado de ONG’s; Rede GTA – Grupo de Trabalho Amazônico; Fórum da Amazônia Oriental - FAOR; RIPP; Via Campesina; Fórum Carajás; Rede de Agroecologia do Maranhão – RAMA; Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão; Encontros Regionais de Agroecologia; Fórum Nacional para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.

organizam e tentam buscar caminhos próprios, mas não isolados, tendo em vista a construção de seus projetos de transformação social.

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: uma dimensão da questão social no campo

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular

Sérgio Buarque de Holanda

Neste capítulo reflito sobre a tentativa de construção conjunta de uma política pública, que se autodenomina de “assessoria” em diferentes dimensões, tais como técnica, social e ambiental, em um estado com as peculiaridades do Maranhão. Para isso, retomo algumas interpretações, já elaboradas, da história da assistência técnica e extensão rural no Brasil e no Maranhão, e sobre as políticas de assentamento do INCRA, demarcadas por perspectivas homogeneizadora e generalizante. Nesse percurso, observo as políticas de desenvolvimento e as formas de intervenção estatal na área de assistência técnica e de extensão rural, as diferentes concepções de desenvolvimento em disputa, e a forma como o planejamento público interpreta a vida no campo.

Nos capítulos anteriores, tentei contextualizar o momento em que se dá a iniciativa de construção conjunta de uma política pública voltada para as áreas de assentamento da reforma agrária no Brasil e, por extensão, no Maranhão, verificando a emergência e/ou revisão de conceitos que orientam mudanças de práticas, de costumes e de visões de mundo. Mostrei que os movimentos sociais contemporâneos propõem projetos de sociedades com novas matrizes alimentar, energética e ambiental, numa espécie de retomada da articulação entre as diferentes dimensões da vida, proposta em fóruns mundiais. Apontei ainda a conexão entre as entidades que entraram na disputa pela ATEs no Maranhão com esse debate mundial.

Na perspectiva de alcançar as interpretações dos agentes envolvidos nas ações da EMATER, conversei com profissionais que atuaram na empresa, na área de assistência técnica e extensão rural, especificamente nos anos 1970 e 1980, e com trabalhadores rurais que compunham o público alvo da empresa. Os serviços de assistência técnica e extensão rural no Maranhão são resultados de processos de lutas e tensões, podendo ser demarcados diferentes momentos, determinados conforme o perfil do quadro de funcionários e o jogo de

forças que envolve as políticas de desenvolvimento do País, com reflexos diretos no Estado. Tais interpretações foram cotejadas com dissertações de mestrado que tratam da história da ATER no MARANHÃO.

Procuro retratar o deslocamento dos serviços públicos de assistência técnica, de uma perspectiva mercadológica, para uma assessoria técnica e política, mostrando momentos de intervenção pública nessa área, como meio de contribuir para os interesses do capital em expansão no país. Tento alcançar a contraditoriedade dessa intervenção, permeável de pressões dos movimentos sociais. E, por fim, contextualizo o momento de construção do Programa ATES, como uma proposta de assessoria “in loco”, que se constrói na convivência cotidiana com as famílias consideradas beneficiárias do Programa.

4.1 De um serviço mercadológico à assessoria técnica e política.

O esforço de compreender como a assistência técnica se constitui, como uma dimensão da questão social¹⁵⁷ (LENOIR, 1996), em meio às disputas de diferentes interesses, implica uma reflexão acerca da construção dessa categoria, no processo de articulação com outros campos. Inicialmente, percebo uma diferenciação entre os termos “assistência técnica” e “extensão rural”, assumida por estudiosos que se dedicam à temática. O debate, expresso em documentos oficiais e em estudos acadêmicos, é assumido no campo da agronomia, ampliando-se, nos anos 2000, para outras áreas tecno-profissionais.

A literatura específica busca estabelecer esta diferenciação entre os campos da assistência técnica e o da extensão. Assim, ao comentar as contribuições de Leite (1987), Souza (2006, p. 3) delimita a distinção entre os dois campos: “assistência”, como o “ato ou efeito de assistir tecnicamente uma pessoa, objetivando auxiliá-la no desenvolvimento de suas atividades econômicas, políticas e sociais”; e “extensão rural”, como um “processo de educação informal, que promove mudanças de atitudes e de comportamentos individuais e coletivos e visa ao desenvolvimento rural, utilizando métodos simples e práticas que levam o

¹⁵⁷ Meu ponto de partida é o enunciado por Lenoir (1996), ou seja, de desvendar as representações que circundam o meu objeto de estudo, num exercício doloroso de me afastar das evidências, para compreender o processo de constituição da assistência técnica como um problema social. Segundo este autor, trata-se de um dos obstáculos mais difíceis de serem superados, os “problemas sociais são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam a encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes correspondem” (p. 61). Trata-se, portanto, de uma construção social e o sociólogo, ainda segundo esse autor, deve analisar os agentes que travam as lutas simbólicas no processo de construção do “problema social”, bem como as armas utilizadas, as estratégias, observando as relações de força entre gerações e classes sociais, bem como as representações dominantes das práticas legítimas associadas à definição do “problema” (LENOIR (1996).

homem rural a interpretar e responder de maneira apropriada às mensagens de mudanças” (idem).

Castro *et al.* (2005, p. 50) considera a “assistência como um sistema de trabalho em que a transferência ou difusão de técnicas é efetuada sem o uso de processos educativos”, e a “extensão rural” como “a difusão (disseminação, transferência) de conhecimentos através de processos educativos”.

Freire (1977, p. 69), amplia a reflexão, quando associa a educação mais à comunicação – compreendendo esta como o diálogo, o encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados – do que à extensão. Segundo o autor, quando a extensão se encontra associada às idéias de *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação*, não corresponde a um “que – fazer educativo libertador”. Do contrário, quando o profissional se coloca como um educador – tratando aqui a educação aproximada à comunicação – tende a recusar a prática da *domesticação* dos homens, assumindo uma prática mais do campo da comunicação do que da extensão.

Inspirados nesse debate, circunscrito inicialmente no campo acadêmico, os programas governamentais buscam, posteriormente, conjugar os dois campos, da assistência técnica e da extensão, privilegiando a dimensão educativa. Esta conjugação se afirma com uma tendência marcante nas intervenções governamentais no campo, sobretudo, no período que compreende as décadas de 1940 a 1980, quando os percursos da assistência técnica estão, organicamente, vinculados aos percursos da extensão rural, e esta, por sua vez, vinculada ao crédito rural. Juntos, esses serviços visavam formar novos e bons agricultores, de modo a incrementar o processo de modernização da agricultura brasileira (SOUZA, 2006; DIAS, 2007).

Alguns autores chegam a elaborar uma periodização das experiências extensionistas no Brasil. Souza (2006) apresenta três momentos: a) 1948 a 1960; b) 1964 a 1980; c) 1980 a 2002. De acordo com essa periodização, o trabalho extensionista de campo começa no Brasil em 1948, a partir da experiência com “trabalhos cooperativos”, sob a coordenação de uma instituição dos Estados Unidos¹⁵⁸ – a International Association for Economic and Social Development – AIA –, junto a agricultores do município de Santa Rita do Passa Quatro – SP.

¹⁵⁸ Onde a prática extensionista começou, após a Guerra de Secessão.

Essa instituição apoiou, posteriormente, a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR¹⁵⁹, em Minas Gerais, em 1949, financiando 50% das instalações e treinando os técnicos (FONSECA, 1985). A partir daí, foram fundadas associações em outros estados, voltadas para a promoção do denominado *produtor rural*¹⁶⁰, com ênfase para a aplicação do crédito rural integral¹⁶¹.

No nordeste, foi criada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, em 1954, com sede em Recife, e se estendendo, posteriormente, para o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Bahia, onde os conflitos sociais no campo apresentavam-se de forma mais intensa, com o avanço das Ligas Camponesas. Em 1956, foi fundada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. A emergência dessas associações de crédito e assistência rural se dá no momento em que estão se intensificando as relações econômicas, políticas e militares entre os Estados Unidos e os chamados países do bloco ocidental, resultando em vários acordos firmados¹⁶².

Em 1949, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, propôs o crescimento e progresso nas áreas consideradas subdesenvolvidas. No pós-guerra, considerado “Era do Ouro”, quando os Estados Unidos consolidam seu poder na Europa Ocidental, Ásia, África e América Latina, são adotadas como estratégias de expansão: Plano Marshall para a Europa, a operação Pan-Americana (1959) e a Aliança para o Progresso (1961), para a América Latina. Trata-se de um período em que as bases para a chamada “revolução verde”¹⁶³ estão sendo construídas.

¹⁵⁹ A primeira organização na América Latina, onde o serviço de extensão rural foi executado em conjunto com o crédito rural supervisionado.

¹⁶⁰ *Produtor rural, pequeno produtor* são categorias que emergem com as políticas públicas e programas governamentais elaborados, no âmbito da atuação das EMATERs

¹⁶¹ Essas organizações funcionavam dentro de uma rede de relações que envolvia órgãos federais, estaduais, órgãos de desenvolvimento regional, estabelecimentos de crédito e entidades privadas. Seguiam o método americano, na perspectiva de elevar o nível técnico do agropecuário e promover melhorias das condições de vida, por meio do crédito rural e do atendimento das necessidades das famílias, por meio da organização de comunidades.

¹⁶² Só para destacar: 1947 – na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente foi elaborado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; 1948, o Brasil participou da elaboração da Carta de Organização dos Estados Americanos - OEA, com o objetivo de fortalecer a solidariedade e a cooperação das Américas; 1948, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos realizou estudos identificando pontos de estrangulamento da economia brasileira, que resultaram em recomendações e projetos para a formulação da política econômica governamental de ambos os países; 1953, foi criado no Brasil o Escritório Técnico de Agricultura - ETA, órgão vinculado ao Programa de Coordenação Técnica dos Estados Unidos – Ponto Quatro, que tinha como função prestar assistência técnica, incluindo treinamento de técnicos em assuntos agropecuários e em extensão rural, e financeira para os trabalhos de fomento do setor agrícola executados por instituições públicas ou privadas (GRAÇA, 1978).

¹⁶³ Entre as mudanças pretendidas nessa revolução estão o aumento da produtividade das culturas e ampliação de mercados externos para os produtos industriais, como motores e insumos químicos para a agricultura. Ver o levantamento feito por Dias (2007) dos convênios firmados com a finalidade de estimular a utilização de adubos químicos e Vasconcelos (1997).

O governo brasileiro deslancha o projeto desenvolvimentista, via industrialização¹⁶⁴, adotando estratégias, visando à substituição de importações e fortalecimento do mercado interno, criando, para isso, as ferramentas necessárias para as políticas de crédito que funcionam como um adiantamento de capital financeiro para investimento e custeio¹⁶⁵. Cabe ressaltar que todo esse investimento na industrialização e modernização do campo, que resultou no aumento rápido das exportações agropecuárias, foi feito sem alteração na estrutura fundiária.

No período de 1948 a 1960, qualificado como do “humanismo assistencialista”, – percebe-se que a intervenção é pautada em um discurso de promoção da qualidade de vida dos “pobres” – prevaleceu o assistencialismo familiar, com atenção para as famílias e comunidades classificadas como “pobres”, momento em que se deu a introdução de novas técnicas e o aprimoramento das metodologias para atender a dinâmica do setor industrial. Dias (2007), baseado nos relatórios da EMBRATER, mostra que a assistência técnica e extensão rural no Brasil foram financiadas por meio de acordos entre os governos brasileiro e norte-americano. Os serviços eram feitos por duplas. O homem ia para a roça aplicar formicida, enquanto que a mulher explicava para a dona de casa como fazer determinados tipos de alimentos. Em 1960, diante dos resultados frustrados com os denominados pequenos agricultores, a extensão se volta para os médios e grandes, considerados mais aptos a adotar as tecnologias modernas.

Nessa época, apesar da grande produção de arroz, que colocou o Estado na posição de quinto lugar, em 1952, não havia no Maranhão nenhuma intervenção de política pública para o setor¹⁶⁶. As primeiras iniciativas vêm com a criação da SUDENE, em 1959, e com ela, os projetos de colonização. Posteriormente, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Maranhão – ACAR-MA¹⁶⁷, que funcionava através dos seus escritórios locais, nos municípios de Pedreiras, Pindaré-Mirim, Bacabal e Coroatá. Nesse período, o País já começa a apresentar sinais de crise financeira, com estagnação econômica e endividamento tributário.

¹⁶⁴ Uma ampla produção teórica organiza esse processo em duas grandes fases: 1933 a 1956, quando o capital industrial concentrou-se em São Paulo; e de 1956 a 1980, quando a industrialização segue novo padrão de acumulação monopolista, deslocando capitais do centro para outras regiões do País. Em ambas, tanto o Estado quanto a agricultura tiveram um papel determinante. Sobre isso consultar Mesquita (2008).

¹⁶⁵ Em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE); em 1956, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB; em 1959, a SUDENE; e o BASA.

¹⁶⁶ Ausência que levou a Associação Comercial do Maranhão a instituir a Campanha da Produção, entre 1948 e 1958, com o objetivo de superar problemas obstrutivos do desenvolvimento da produção agrícola do Estado. Sobre a campanha ver Dias (2007) e Bello Filho (1998).

¹⁶⁷ Instituída na gestão do governo Newton Belo, através do Decreto-Lei nº2236, de 28 de dezembro de 1962, com o objetivo de promover mudanças na produção de conhecimentos e de recursos que conduzam a uma elevação do nível de vida do *denominado produtor rural*.

4.1.1 Intervenção voltada para a acumulação e valorização do capital

O segundo momento identificado por Souza (2006) compreende o período de 1964 a 1980, quando o modelo de produção agropecuária passa a ser orientado pelas teses de um grupo de economistas da Universidade de São Paulo, liderado por Antônio Delfim Netto, em favor da modernização conservadora. Assim, em 1967, quando este assume o Ministério da Fazenda, implanta o Sistema Nacional de Crédito Rural, trazendo para a agenda oficial o debate sobre as questões agrárias, com o propósito de acelerar o crescimento da produção agrícola, sem alterar a estrutura fundiária (DELGADO, 2010).

O modelo de produção agropecuária, implantado no Brasil, orientado pela Teoria da Difusão das Inovações¹⁶⁸ que, de fato, norteou a chamada Revolução Verde, sustenta-se no tripé *ensino, pesquisa e extensão*. Além das universidades, órgãos de pesquisa e de extensão rural introduziam pacotes tecnológicos, voltados para a utilização de insumos industrializados (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos) e máquinas (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação).

É pertinente lembrar que, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), o Estado passa a exercer o papel de articulador e controlador das forças e interesses políticos e econômicos, assumindo o comando do setor produtivo, contando, para isso, com a ciência e a tecnologia, e com todo um aparelho institucional. A agricultura passa a ser prioritária, tendo a modernização como mola propulsora.

A extensão rural, associada ao crédito rural, apresenta-se como instrumento de desenvolvimento rural, mediante transferência de tecnologia moderna para a agropecuária, na perspectiva de transformar as práticas, hábitos e costumes não somente na produção, como na alimentação e na higiene dos sujeitos do campo. Daí a ênfase à educação, sendo esta entendida como transmissão de conhecimentos técnicos, e tratada como técnica social de intervenção. Nessa perspectiva, a extensão rural é o meio de promover mudança para a manutenção do equilíbrio social, de acordo com a forma dominante de organização e o poder vigente, e mudança significa introdução de práticas agropecuárias consideradas modernas¹⁶⁹. Percebe-se, portanto, que interesses econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, estão

¹⁶⁸ Essa teoria conflitava, no final dos anos 1960 e 1970, com outras orientações teórico-metodológicas, a exemplo da estrutural-participativa que inspirou Paulo Freire, e a teoria da dependência e outras, que questionavam a idéia de desenvolvimento associada à expansão capitalista.

¹⁶⁹ Vários estudos dedicaram-se a investigar a função da extensão rural no contexto da mudança social, e a conexão entre a assistência técnica e a educação escolar, com a estrutura agrária. Alguns destacaram a estrutura agrária como fator limitante da ação extensionista, e a ação de forma persuasiva e não educativa dos técnicos em relação aos públicos. Para uma leitura crítica do papel da educação nesse processo, ver Freire (1977) e Fonseca (1985).

imbricados na determinação da assistência técnica e da extensão rural pretendida neste período (GRAÇA, 1978).

A forma organizativa montada pelas ACARs, sob a coordenação da ABCAR, segue, inicialmente, o “modelo clássico” norte-americano que, depois de adaptado ao “mundo subdesenvolvido”¹⁷⁰ por Everett M. Rogers, tornou-se o modelo difusionista-inovador, com forte influência da teoria difusionista – contribuição da antropologia e da sociologia sobretudo inglesa –, da Teoria dos Sistemas Sociais, de Talcott Parsons (FONSECA, 1985) e das teorias da modernização, desenvolvidas por cientistas sociais norte-americanos, interessados em compreender a mudança social e o desenvolvimento econômico.

O esquema explicativo de tais teorias se apoia em oposições binárias moderno x atrasado; tradicional x moderno, sendo a primeira caracterizada pela estabilidade, pouca variedade nas atividades econômicas, baixa produtividade e baixo nível tecnológico; e a segunda, por mudanças contínuas, atividades econômicas diversificadas, alta produtividade, tecnologia moderna em grande escala (GRAÇA, 1978).

Nos anos 1970, com as inovações tecnológicas, sobretudo, nas áreas das comunicações e dos transportes, o Governo Militar optou pelo empresariamento do sistema de assistência técnica e extensão rural e da pesquisa agropecuária¹⁷¹, para seguir o modelo de desenvolvimento econômico industrial e urbano. Assim é que nos estados, as ACARs se transformam em EMATERs. Em âmbito federal, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA¹⁷², a ABCAR é transformada em Empresa Brasileira de Extensão

¹⁷⁰ Nesse processo de adaptação à realidade da América Latina, a educação passa a ter um destaque na prática extensionista.

¹⁷¹ Sobre esse processo ver Vasconcelos (1997).

¹⁷² Criada em 1972, para dinamizar o Sistema Nacional de Crédito Rural – juntamente com a EMBRATER –, no momento em que a pesquisa e extensão estão articuladas com o propósito de modernizar o denominado “pequeno produtor” ou a “unidade de produção familiar”. Conforme interpretação de Vasconcelos (1997), entre os critérios de definição desse “pequeno produtor” estavam: a) família entendida como unidade básica da produção, sem trabalho contratado; b) produção para o próprio consumo, comercializando-se pequeno excedente; c) o tamanho da propriedade reduzido; d) o baixo nível de renda da unidade de produção; e) o reduzido grau de integração do produtor com o mercado de insumos e de produtos; f) e o baixo nível tecnológico. Segundo a autora, esta perspectiva muda nos anos 1990, quando o Governo Brasileiro, no enfrentamento de mais uma crise do capitalismo e, diante do avanço do debate em torno das questões ambientais, modifica sua estratégia, face à denominada “unidade de produção familiar”, que deixa de ser entendida como objeto de programas assistenciais, para ser considerada importante segmento na estratégia do agora pretendido “desenvolvimento sustentável”. Mudam-se a denominação para “agricultura familiar” e os critérios de definição, que passam a ser: a) sistema produtivo diversificado; b) uso predominante de mão-de-obra familiar; c) baixa inserção no mercado; d) limitado acesso à terra e a outros meios de produção; e) baixo nível de capacitação e debilidade organizativa. O discurso oficial muda o enfoque dado a esse segmento, baseado, anteriormente, na necessidade, na carência que justificava os programas de cunho assistencialista, para evidenciar as possíveis potencialidades da dita “agricultura familiar”, vista agora como a alternativa para minimizar as altas taxas de desemprego urbano e o fluxo migratório campo-cidade.

Rural – EMBRATER¹⁷³ e o Sistema Brasileiro de Extensão Rural - SIBER, em Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER.

Com esse sistema montado, as políticas agrícolas são direcionadas para a transferência de tecnologias de produção agropecuária, mediante pacotes tecnológicos centrados nas variedades de alto rendimento, e a assistência técnica constitui-se um valioso instrumento na perspectiva tecnicista de tratamento da questão do campo. Com isso, satisfaziam-se os interesses de indústrias estrangeiras, interessadas em vender tecnologia e insumos, e dos bancos estrangeiros com os quais o governo brasileiro negociava para subsidiar a agricultura modernizada.

Nessa época, havia uma crença de que “inovação induzida”, por meio de pacotes tecnológicos, seria capaz de “modernizar” os ditos pequenos produtores” corrigir as disparidades sociais regionais e promover o “bem-estar” dos “pobres” no campo. Há quem classifique esse momento como a “era da cooperação internacional” ou da “ideologia filantrópica norte americana”, tão necessária para a formação do espírito da revolução verde. Vários convênios foram firmados com o Banco Mundial, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, visando à implementação de programas de desenvolvimento, tendo como público alvo os classificados como “população carente” e “pequeno produtor das áreas rurais”.

No nordeste, foram implementados vários Programas Especiais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI, financiado pelo Banco Mundial, via FAO; o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP; o Programa do Instituto Nacional de Alimento – INAN/EMBRATER/ BIRD e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, todos voltados para as áreas rurais de baixa renda.

Vasconcelos (1997) considera que esse esquema interpretativo perdurou até o ano de 1985, quando a idéia, ainda em voga, de desenvolvimento tecnológico, da forma de produção familiar passa a ser perseguida, por meio de realização de diagnósticos identificadores das necessidades e dos limites dos ditos pequenos produtores, de forma a orientar a produção de tecnologias adaptáveis às condições sócio-econômicas desses sujeitos.

¹⁷³ Órgão criado em 1974, vinculado ao Ministério de Agricultura, responsável pela formulação e execução da política de Assistência Técnica e Extensão Rural no País. Seu público era caracterizado por três estratos: a) produtores de alta renda; b) produtores de média renda; c) produtores de baixa renda – neste último estavam enquadrados os ditos pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários, e membros assalariados da força de trabalho permanentes ou eventuais, para os quais era aplicada como estratégia, além da transferência de tecnologia, a educação (FONSECA, 1985).

No Maranhão, os serviços da ACAR-MA foram assumidos pela EMATER, em 1975, justamente quando o Governo Geisel está lançando o II PND, procurando aproximar Governo, empresa e trabalhador, com vistas a transformar, social e economicamente, o Norte, considerado espaço vazio, e o Nordeste, vitimado pelas condições climáticas. Vinculada à Secretaria de Agricultura e integrante do SIBRATER, essa empresa pública estatal teve por objetivo difundir o conhecimento técnico, gerencial, econômico e social para o aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural. (EMATER-MA, 1976).

**Quadro 6: Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Maranhão
Período 1962 -2008**

Serviços	Períodos				
	1962-1975	1975-1985	1985-1996	1996-1999	2000-2009
Assistência técnica e extensão rural	ACARs	Emater Empresas privadas	Empresas privadas	Empresas privadas	MDA/INCRA Programa ATER Empresas privadas
Assistência técnica para assentados da reforma agrária			MDA/INCRA Experiências com CONTACAP	MDA/INCRA Experiências com Projeto Lumiar	MDA/INCRA Programa ATER Programa ATES

Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

Em seu resgate histórico da extensão rural no Maranhão, Dias (2007) mostra que, com a substituição da ACAR pela EMATER, muda também o objeto da ação que deixa de ser o produto para ser a comunidade, na medida em que é privilegiada a execução de Projetos Especiais, em detrimento da assistência técnica, o que resultou numa queda do público assistido. O autor comenta que, até 1975, a extensão rural maranhense contou com apoio governamental, em nível estadual. Depois disso, o suporte financeiro passou a ser os financiadores dos programas voltados para os chamados *produtores de baixa renda*, a exemplo do INAN e POLONORDESTE.

Com base nos dados oficiais, Dias (2007) analisa a década de 1970 como exitosa para a extensão rural no Maranhão. Em 1976, a instituição contava com uma estrutura composta por 279 técnicos, 72 unidades produtivas, 7.093 produtores assistidos. Ao final da década, os relatórios apontavam para 387 técnicos locais, 122 municípios cobertos por 13 unidades regionais e 100 unidades locais, atendendo 53.484 produtores rurais.

Cabe lembrar que nessa época os serviços de assistência técnica e extensão rural eram de responsabilidade dos governos estaduais, por vezes assumidos pela iniciativa privada.

O INCRA estava mais voltado para a regularização fundiária, concentrado no projeto de colonização de Barra do Corda, e nos projetos fundiários de Pindaré, Bacabal, Imperatriz e Açailândia, posteriormente transformado em um núcleo do GETAT.

Segundo as narrativas dos ex-técnicos da EMATER, havia uma divisão sexual do trabalho. A prática da assistência técnica era assumida, predominantemente, por homens, profissionais das áreas da agronomia, medicina veterinária e técnico agrícola ou em agropecuária, oriundos da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Pará¹⁷⁴, que desenvolviam trabalho junto aos denominados *pequenos produtores*. Enquanto que o trabalho de extensão rural era considerado uma atividade feminina, exercida pelas extensionistas domésticas, como eram chamadas as professoras normalistas (nível médio) e assistentes sociais (nível superior), encarregadas de trabalhar com as mulheres, consideradas “mão-de-obra ociosa”, o que demonstra o desconhecimento do planejamento público sobre a participação desse segmento, denominado nos projetos como *donas de casa*, nas atividades agrícolas e sobre a dinâmica da organização social, política e econômica das famílias no campo.

Daí porque o trabalho social priorizava programas de Educação Rural, Nutrição Rural e Subsistência, com ações que enfatizavam temas relacionados à organização rural, assumidas pelas assistentes sociais, enquanto que as professoras de nível médio tratavam de ações voltadas para a promoção do equilíbrio do lar, com preocupações específicas para higiene e educação sanitária, ambiental e alimentar – por meio de cursos de alimentos, beneficiamento de frutas e hortas domésticas – discutia as questões do lixo, das fossas sépticas e dos filtros e outras atividades como cursos de corte e costura, curso de tricô e de bordado. O trabalho com as mulheres era conjugado com o trabalho com os jovens, procurando envolvê-los na prática com hortas domésticas, hortas escolares, de forma a introduzi-lo na nova dieta alimentar e na adoção de novas técnicas de plantio. Algumas experiências pontuais, com horticultura e roças comunitárias, foram citadas por um dos entrevistados, a exemplo do que ocorreu no município de Bequimão, onde, os técnicos começaram a estabelecer contatos com ONGs que já discutiam a agroecologia.

Esse quadro foi alterado só em 1985, com a inserção, por meio de concurso público, de mulheres de outras profissões, como economia doméstica e a pedagogia, para a execução de projetos de combate à pobreza rural, como o POLONORDESTE, com atuação nas áreas de educação, saúde, agricultura e regularização fundiária. Até meados dos anos 1980, era grande o investimento da empresa em capacitação dos técnicos. Tratava-se de uma

¹⁷⁴ A Escola de Agronomia do Maranhão foi criada nos anos 1970. Os profissionais que atuavam na assistência técnica e extensão rural na época passaram a compor o quadro de professores desta instituição.

realidade de todo o sistema que procurava garantir a capacitação dos quadros técnicos, seguindo a lógica cartesiana, por meio de cursos de especialização, mestrado e doutorado em outros estados principalmente do Sul do país e no exterior.

Os concursos da EMATER envolviam um processo de capacitação do profissional contratado, por meio de uma etapa chamada de pré-serviço, que incluía cursos de 300 horas aula de caráter interdisciplinar – além das disciplinas técnicas, incluíam-se a economia e a sociologia rural –, inicialmente em Recife, depois em São Luís, e estágios nas localidades, para a parte prática. Devido a essa qualificação os técnicos eram muito demandados também pelos médios e grandes produtores e políticos.

Além da qualificação, o técnico da EMATER dispunha de uma estrutura de trabalho e salários considerados bons pelos entrevistados, o que lhe dava status nas localidades e conforto no desempenho de suas atividades. A estrutura administrativa era composta por um escritório estadual, onde ficavam o secretário executivo, o secretário adjunto, uma coordenação técnica e um grupo de planejamento; os escritórios regionais¹⁷⁵, onde atuava uma equipe composta por um coordenador regional, que coordenava e assessorava os escritórios locais, e uma equipe administrativa. As duplas de assessores regionais (um agrônomo e uma assistente social) davam suporte para os técnicos nas unidades locais. O entrevistado, abaixo, descreve as condições de trabalho oferecidas pela EMATER, naquele período.

() em cada lugar foi construído prédio, com escritórios das EMATERs com todos os equipamentos e construídas também as residências dos técnicos. Então nós tínhamos uma residência, digamos assim, oficial dos extensionistas que era uma casa que era anexa ao escritório, uma casa razoavelmente boa, porque tinha dois quartos, sala, copa, cozinha e hoje eu não sei o que fizeram com essa estrutura da EMATER, porque algumas foram passadas para as prefeituras, com a extinção da empresa (Ex-funcionário da EMATER, 2009).

A idéia da modernização, sob influência norte-americana, implicava mudança de mentalidade, de comportamento, de hábitos e costumes, daí a preocupação em desenvolver trabalhos comunitários, junto às lideranças e instituições, no sentido de discutir propostas visando a melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, a EMATER dá sequência à lógica da ACAR e fortalece o esquema “EMBRAPA pesquisa, EMBRATER divulga”. Então, o extensionista doméstico era o difusor de tecnologia, para ajudar a promover mudança de comportamento e de atitudes para adaptar o sujeito do campo a essa tecnologia “moderna”

¹⁷⁵ Doze regionais: Caxias, Pedreiras, São João dos Patos, Balsas, Colinas, Rosário, São Luís, Pinheiro, Santa Inês, Codó, Bacabal, Imperatriz.

proposta pela pesquisa. Nesse sentido, a relação entre o técnico e o chamado *agricultor* era na perspectiva de que o primeiro é quem detém o saber a ser transferido para o segundo, é aquele que vai ensinar o *agricultor* a fazer.

Outra distinção identificada pelos entrevistados diz respeito às questões agrárias das questões agrícolas. Tendo como foco as questões agrícolas, a EMATER não se envolvia com as questões agrárias, ou seja, não “fazia política”, como disse uma entrevistada. Seu interesse era ensinar a plantar, a produzir, a melhorar a alimentação e as condições de vida. De tal maneira que o planejamento das atividades era definido por um grupo de técnicos, especialistas em planejamento, que atuava no escritório estadual, em São Luís, e que definia as metas a serem atingidas pelas unidades locais e monitorava os trabalhos, por meio de um sistema – fichas – de controle. O tipo de investimento era definido conforme duas variáveis: a vocação do local e as possibilidades de inovação tecnológica.

A rigidez e a forma impositiva como o planejamento era elaborado, sem participação dos técnicos locais e nem dos trabalhadores, geravam tensões entre as equipes. No relato abaixo, o entrevistado revela os conflitos que se apresentavam na execução desses projetos, sobretudo, em outro período da história da instituição, a partir do concurso de 1985, quando novos técnicos foram contratados e começaram a imprimir outra forma de trabalho, junto às famílias, estabelecendo uma diferença em relação à prática dos técnicos antigos.

() Então nós trabalhamos muito também nesse campo, não só de nosso trabalho de extensão rural, até quando nós chegamos na EMATER era muito. O trabalho de extensão rural era muito aquela coisa de nós temos que **ajudar os coitados dos trabalhadores**, os técnicos é, nós tínhamos muito, nós entramos, em 85, encontramos muitos técnicos que vieram da época do trabalho de combate à seca e muito, muitos vícios, e nós encontramos também esses técnicos e **nós éramos muito contestados pelos técnicos antigos**, porque nós tínhamos... nós vivíamos um momento novo no Brasil, quando **nós entramos em 85**. Nós vivíamos um período em que nós estávamos saindo da ditadura. Então nós tínhamos outra e... pela própria idade que nós tínhamos, das lutas que nós tínhamos empreendido em outros lugares, tínhamos outra visão de extensão rural. (Ex-funcionário, 2009). (Os grifos são nossos).

A partir dos relatos dos entrevistados, podemos inferir que a intervenção pública, materializada pelo sistema das EMATERs, é voltada para a acumulação e valorização do capital no campo. Embora alguns técnicos avaliem que a pretendida revolução verde não chegou a acontecer no Maranhão, as interpretações de lideranças de movimentos sociais, acerca da atuação da EMATER, também sinalizam para uma assistência técnica de pacotes, com perspectiva homogeneizadora, sem levar em conta as especificidades das situações, com fortes conseqüências no modo de vida das famílias consideradas público alvo desses serviços.

() Esse modelo de assistência técnica das EMATERs (interrupção), então a gente sempre questionou esse modelo de assistência técnica, que **não levava em consideração as dinâmicas regionais, as diferenças regionais**, tanto climáticas, como de solos, como de gente; então era um pacote para cá e esse pacote serve para o sul e serve para o resto do Brasil, e na reforma agrária ela é ainda mais cruel, porque **na reforma agrária era o modelinho**, modelinho da casinha porta e janela, não levava em consideração ou ainda não leva, agora que estamos no processo, que uma casa, geralmente as famílias do interior eles tem em média cinco, seis filhos, então a média de pessoas numa família é cinco, seis, sete. Então a mesma casa que era feita no nordeste, é no sul, se a família tem sete pessoas, mas era dois quatinhos e se tem só o marido e a mulher era a mesma coisa, e **a assistência técnica eram aqueles mesmos projetos, criar gado**, o pacote. Então **a assistência técnica já dizia, tinha que vir casada no pacote os venenos, que é o agrotóxico**, e tem que comprar ali, na casa do compadre, e tem que ser o técnico tal que vai fazer o projeto. (Liderança da FETRAF nacional, 2007). (Os grifos são nossos).

Outro aspecto, ressaltado por lideranças e trabalhadores entrevistados, diz respeito à relação entre o técnico e o assentado, qualificada como “de distância”, com pouca ou inexistência de possibilidade de troca de saberes ou de informações. Por não oferecer uma assistência técnica permanente *in loco*, os técnicos da EMATER, em determinadas circunstâncias, não compreendiam os processos políticos organizativos das comunidades e ignoravam a formulação de novos conceitos advindos de movimentos sociais, que atuavam nessas áreas, como ocorreu na região do Médio Mearim, onde algumas famílias, a partir de 1989, com a criação da ASSEMA, decidiram investir no agroextrativismo, questionando o uso de fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e outras orientações de técnicos da EMATER, motivos de muitas desavenças entre os assentados, sobretudo, lideranças, e esses profissionais.

A recuperação desses aspectos da construção dos serviços de assistência técnica e extensão rural, no Brasil, evidencia que tais serviços foram instituídos no Brasil, no bojo da revolução verde, baseada na modernização da agricultura, na estruturação de empresas rurais especializadas na produção para exportação e na formação de um mercado consumidor de produtos industriais. Esse processo foi inicialmente financiado por instituições internacionais, que depois se retraíram, deixando que o governo brasileiro assumisse.

Prosseguindo com a classificação de Souza (2006), o período de 1980 a 2002 compreende a terceira fase das experiências extensionistas no Brasil. As mudanças na política econômica internacional – causadas pelo aumento nas taxas de juros, adotado pelo Banco Central norte-americano – submeteram os países da América Latina a “programas de ajustes” nas renegociações de suas dívidas externas e inserção da nova ordem do capital.

A partir do Consenso de Washington, em 1979, o governo brasileiro se vê obrigado a atender as recomendações de reforma fiscal, tributária, financeira e cambial, tendo como consequência o estabelecimento do Plano Nacional de Desestatização, com redução do crédito rural. Para enfrentar a crise de 1980 – da dívida externa, cambial e fiscal -, o governo brasileiro, ainda sob o regime militar, aposta na formação do mercado interno e passa a adotar medidas de controle das importações, das demandas internas, das despesas públicas e dos gastos com as estatais, de elevação de impostos e de redução dos salários. Em 1987, chega a decretar a moratória da dívida externa, medida revista em 1988, após as pressões externas dos credores, da migração de capitais estrangeiros para outros países.

A partir de 1982, inicia-se o processo de desmonte do sistema de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Os relatórios da EMATER-MA (1982) apontam para os efeitos da crise do modelo de desenvolvimento agrícola, sustentado pelo crédito rural subsidiado e pelos incentivos fiscais; crise financeira que afetou o trabalho de campo, com a redução do quadro de pessoal em até 20%; a política salarial baseada na correção automática. A moratória, decretada no início dos anos 1980, fez com que o Banco Mundial retirasse o recurso que mantinha a assistência técnica e a pesquisa (82%, no caso do Maranhão). O Estado ficou sem orçamento para o setor.

As medidas são embriões de uma política desenhada sob inspiração da ideologia neoliberal, predominante nas discussões de Washington, que retomava a antiga fórmula do Estado Mínimo. No Brasil, a retirada começa pelos setores mais frágeis. Enquanto em outros estados, principalmente no sul do País, o sistema de assistência técnica e extensão rural foi absorvido por outras instâncias, mantendo os serviços; no Maranhão, isso não ocorreu¹⁷⁶. A empresa foi extinta, no Governo Roseana (1998), sem cumprir sua missão de promover a modernização da agricultura no Estado, e sem que outra alternativa fosse apresentada. Na inexistência de uma política estadual de assistência técnica, surgem as empresas especializadas na prestação desses serviços, ou seja, o Estado se retirou e os serviços foram privatizados.

Na crítica feita à extensão rural oferecida pelo modelo das EMATERs, é ressaltada a prioridade dada ao denominado *grande produtor*, aquele que tem maior capacidade de resposta. Em sua análise sobre a atuação da ACAR/EMATER-MA, baseada

¹⁷⁶ Alguns entrevistados lembraram que ainda houve uma movimentação, por iniciativa de alguns políticos, no sentido da municipalização dos serviços, mas a idéia não chegou a se concretizar.

nos relatórios da empresa dos anos de 1980 e 1993¹⁷⁷, Dias (2007) discorda que isso tenha ocorrido no Maranhão, em função

da quantidade de produtores familiares existentes, do volume de suas produções, da estrutura fundiária vigente, da ausência do grande produtor na área rural, bem como da baixa capacidade empreendedora dos grandes produtores rurais da época, do desenvolvimento dos programas denominados de baixa renda, implementados a partir da década de 70 pela ACAR-MA/EMATERMA, e dos convênios realizados com o INCRA, com vistas aos produtores envolvidos em assentamentos da reforma agrária. (p.40-41).

Há quem acredite que o agronegócio instalado no Maranhão prescinde da assistência técnica pública. Analisando o problema sob outro prisma, Mesquita (2008) argumenta que a pretendida modernização na agricultura não se deu no Maranhão porque, apesar de todo o aparato institucional verificado nos anos 1960/1970, a incorporação de insumos modernos no setor agropecuário se deu de forma pontual e seletiva, articulada com as grandes empresas e latifúndios subsidiados pelo Estado¹⁷⁸. O fato é que os serviços da EMATER não atenderam nem a gregos e nem a troianos, também porque a agricultura dita familiar nunca esteve entre as prioridades dos orçamentos públicos e das estratégias de desenvolvimento do Estado. De maneira que os significados de sua extinção – diga-se de passagem, lenta e gradual – não chegaram a ser compreendidos pela sociedade como um todo, o que explica a falta de reações, de pressões em sua defesa, tal como ocorreu quando da tentativa de extinção de outros órgãos do sistema em nível nacional¹⁷⁹.

Há de se considerar, no entanto, que o processo de desmonte da EMATER enfrentou a resistência da Associação dos Servidores da EMATER, a única entidade de trabalhadores do serviço público a fazer greve no Governo Cafeteira, movimento que durou 28 dias. Segundo os ex-funcionários da empresa, entrevistados, o desmonte do sistema estadual começou pelo congelamento e atraso dos salários. De dez salários mínimos, o técnico agrícola chegou a ganhar apenas um salário. A luta pelos direitos trabalhistas durou 16 anos, até que fosse anunciada, no Governo Roseana Sarney, a extinção da empresa e de outros

¹⁷⁷ Em 1980, o relatório da EMATER-MA afirma que, do público atingido, menos de 1% se caracterizava como grande produtor, 20% como médio e 79% como pequeno produtor. Em 1993, o relatório declara que a empresa assistiu 83.096 unidades de produção, das quais 89,8%, chefiadas por pequenos produtores. (PEREGRINO, 2007)

¹⁷⁸ De acordo com os relatórios da EMATER-MA (1983), os serviços alcançaram 47.162 *produtores rurais*, desse total 93% são classificados como *pequenos produtores*. Nesse mesmo período, a empresa assina o convênio EMATER/BNB/SOJA, para a elaboração de projetos de crédito voltado para a cultura da soja, classificada na programação como culturas introdutórias (DIAS, 2007).

¹⁷⁹ Refiro-me às pressões de defesa da EMBRAPA e da EMBRATER.

órgãos do sistema da agricultura¹⁸⁰. Este entrevistado narra a saga dos funcionários do órgão para ter seus direitos reconhecidos

() – Só que isso para a EMATER não servia, porque **o nosso salário na EMATER era mais de 10**. O salário de um técnico agrícola iniciante era mais de 10. Então o salário era muito bom na época. E, **Cafeteira começou o desmonte congelando os salários**, foi quebrando, congelando e atrasando os salários. Ele foi quebrando pelo estômago. Teve casos terríveis, tipo agrônomos, técnicos que já tinham suas vidas consolidadas, estruturadas, entregar seus filhos, mulher para o sogro, porque não podia sustentar. Houve um depoimento de um técnico lá de Presidente Dutra, “Olha, gente eu () já devolvi a esposa e os filhos, porque eu não tenho condições de sustentar”, até porque as pessoas tinham um padrão de vida razoável, uma vida razoável. E os técnicos da EMATER, nos municípios, eles tinham um status. Nossa, ser técnico... eles tinham uma vida econômica estável. Então, eles foram quebrando por ali, e quebraram mesmo tentando enfraquecer. Mas, mesmo com tudo isso, aí que o movimento foi se fortalecendo. E foi uma coisa muito boa na EMATER, porque nós tinha...sempre uma certa rixa entre campo, pessoal do campo e pessoal do escritório central, mas nós conseguíamos juntar essas forças. Então as pessoas vinham do interior para cá, passavam uns dias, as pessoas se hospedavam nas casas, os que tinham casa, moravam em São Luís, hospedavam essas pessoas para participar. Nós tínhamos um canal de discussão direto com os escritórios regionais e adesão de, a gente trabalhava muito pela adesão dos escritórios regionais que eram alguns (Ex-funcionário da EMATER, 2009). (Os grifos são nossos).

A partir de 1996, o Governo Roseana Sarney¹⁸¹ adota a linha do Banco Mundial e passa a implementar a reforma agrária de mercado, por meio do Cédula da Terra, e as políticas públicas de caráter compensatório, terceirizando a execução de obras públicas (caminhos de acesso, eletrificação, e poços artesianos) para as associações comunitárias. O Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Comunidade Viva imprimiu uma descentralização conservadora e reeditou o clientelismo e o assistencialismo – com práticas de cobrança de comissões, corrupção e desvio de recurso – dentro das organizações locais, que passaram a disputar projetos nos conselhos municipais do Fundo Municipal de Ação Comunitária – FUMAC (TIPITI, 2002) ou convênios com o INCRA.

A despeito das pressões dos movimentos sociais, no sentido da nucleação das ações, estas continuaram pulverizadas em várias estruturas administrativas, sem vínculo a uma política distributiva ou de crescimento. Sob o pretexto da descentralização e da gestão participativa, esse modelo intimida as formas organizativas pré-existentes que, para terem acesso às políticas públicas compensatórias, amenizam suas lutas.

¹⁸⁰ Como a EMAPA, a CIMEC e a CODAGRO.

¹⁸¹ Nesse período, a reforma agrária era feita pelo INCRA, ITERMA e pelo NEPE/Programa Cédula da Terra.

No Capítulo 3, procurei mostrar a participação do Estado, por meio de subsídios, no processo de inserção do capital no Maranhão. Neste capítulo, evidencio que a política de modernização agrícola, baseada no crédito subsidiado, não chegou a gerar grandes excedentes, capaz de promover a modernização nas relações de produção pretendida. Para Mesquita (2008), isso se deu porque a política de crédito rural e de preço mínimo teve efeitos residuais – restritos ao período de auge dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado – concentrando-se em setores específicos, como pecuária de corte, produção de arroz irrigado e alguns setores da agroindústria, como beneficiamento de óleos vegetais e madeira. A partir da crise de 1980, é o próprio mercado que passa a dar o tom da expansão do capital e da modernização da agricultura, representada pelo agronegócio de soja, eucalipto e, mais recentemente, cana de açúcar.

4.1.2 Intervenção contraditória, considerando interesses do capital, permeável às pressões dos movimentos sociais

Em meados dos anos 1980, a temática da reforma agrária foi inserida na política de desenvolvimento do País. O Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA teve como prioridade os programas: assentamento de trabalhadores rurais, colonização, regularização fundiária e tributação de terras. Em 1985, foi criado o Programa Especial para a Reforma Agrária – PROCERA (1986-1997)¹⁸², pelo Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de oferecer recursos para os assentados iniciarem seus processos produtivos. Posteriormente, esse programa foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como resultado da mobilização dos agricultores do sul do País e das federações de trabalhadores, entre elas a CONTAG. Esse programa atendeu, inicialmente, os

¹⁸² O PROCERA oferecia uma linha de crédito a 4% de juros ao ano, e previa que a assistência técnica fosse prestada pelas empresas de assistência técnica. Algumas entidades no Maranhão, a exemplo do MST e da ASSEMA, apoiaram os assentados no acesso a essa linha de crédito, por meio de suas formas organizativas locais, como associações e cooperativas, orientando para uma proposta diferenciada da EMATER, e para a produção diversificada – com a criação de animais de médio e pequeno porte, produção de culturas permanentes, como frutas e árvores, o beneficiamento e a comercialização. Entretanto, uma série de fatores - entre eles a falta de uma assistência técnica adequada (que na época era prestada por empresas), a falta de estudos de mercado, de pesquisas das condições ambientais das áreas de assentamento, o modelo padronizado de projeto, a burocracia dos bancos e a demora na liberação dos recursos – resultou na falta de êxito de muitos projetos e no endividamento dos assentados, além de estimular nos assentamentos o interesse pela produção do gado bovino. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, várias medidas foram tomadas visando a renegociação e o pagamento das dívidas. Durante os convênios com o ATEs, os assentados dos PAs visitados nesta pesquisa aproveitaram para saldar seus débitos. No Maranhão, segundo Lago (1998), entre os anos de 1994 a 1996, os financiamentos do PROCERA atenderam 11.108 famílias, representando a aplicação de um volume de recursos de R\$ 32.371.466,95, em 281 projetos.

denominados *pequenos agricultores não assentados* e depois foi ampliado para outros segmentos, como as comunidades tradicionais e os assentamentos de reforma agrária.

No âmbito dos movimentos sociais, inicia-se um repensar da extensão rural, numa crítica à perspectiva da abordagem difusionista para uma concepção mais dialógica. Com o crescimento do público do MST, começa um debate interno, em torno das inovações necessárias para o aproveitamento da terra conquistada e um movimento de defesa da assistência técnica de forma radical. Em 1986, o I Encontro Nacional dos Assentados definiu que as famílias acampadas e assentadas constituem o MST, cujo trabalho deveria contemplar acampamentos e assentamentos. É o começo da luta por crédito especial subsidiado para as famílias assentadas, com juros e prazos diferenciados dos outros agricultores (AZAR, 2005). A partir daí, a atuação do Movimento, junto aos assentados, aos “com terra”, vislumbrou a busca de alternativas para promover o desenvolvimento nos assentamentos e de incluir, nas pautas reivindicatórias, o acesso às linhas de crédito.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil entra numa nova ordem constitucional, um tanto quanto contraditória. Ao mesmo tempo em que desencadeia processos de democratização, está submetida ao processo de “ajuste” (CARVALHO, 2010) ou de “ajustamento constrangido” à ordem econômica globalizada, ou, ainda, no caso do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de “ajuste ultraliberal” (DELGADO, 2010). Em 1991, a Lei Agrícola¹⁸³ determina que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores. Tais dispositivos jurídicos coincidem com a segunda grande crise do petróleo e com as medidas neoliberalizantes. Como abordado no Capítulo 2, o Estado brasileiro é impelido a uma reforma que implica redução de despesas públicas, privatizações das estatais e concessões de serviços públicos. Uma das conseqüências desse processo foi a redução de recursos destinados aos serviços de assistência técnica e extensão rural, que resultou na extinção da EMBRATER, no governo Collor de Melo. Nesse contexto de desmonte, como já foi dito, os estados assumem os serviços de extensão sob diferentes condições.

Ainda na década de 1990, alguns eventos reforçaram as críticas ao modelo agrícola, baseado na mecanização, produção em larga escala, uso de fertilizantes químicos e pesticidas. Essas críticas desnudaram o caráter da própria assistência técnica, como via para a expansão do capital no campo. Assim, tem-se uma ofensiva dos movimentos de resistência contra esse modelo.

¹⁸³ Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

A Eco 92 demarcou o início das preocupações com o saber popular e a tecnologia do trabalhador rural, dando maior visibilidade à agricultura alternativa. Outros eventos – como o Grito da Terra - organizados pelo MST e pela CONTAG, geraram o reconhecimento do *agricultor familiar*¹⁸⁴ como agente social importante na definição de políticas e das ações governamentais de reforma agrária. Esse agente começa a conquistar também influência junto às agências internacionais, responsáveis por diagnósticos e elaboração de planos de desenvolvimento rural no Brasil.

Cabe frisar também as mudanças no âmbito governamental. No decorrer dos anos 1990, o INCRA investiu em projetos de cooperação técnica internacional e em parcerias e convênios com organismos multilaterais, para fins de desenvolvimento de estudos acerca de elementos-chave: métodos de diagnósticos, gestão participativa e planejamentos rurais, voltados para a reforma agrária; capacitação de técnicos nesses métodos; formulação e implementação de estratégia para a descentralização e municipalização das ações e apoio à reforma agrária¹⁸⁵.

Percebe-se uma mudança no caráter da intervenção estatal, via políticas públicas. Permanece a natureza contraditória de intervenção, considerando fundamentalmente interesse do capital, mais permeável às pressões políticas dos movimentos sociais, que incluíram em suas pautas a temática da assistência técnica. A partir desse momento, as experiências com programas governamentais, voltados para a assistência técnica, tentaram incorporar, como princípios, a questão ambiental por meio das noções de eco-desenvolvimento e agroecologia, propondo uma revisão do conceito de “agricultura familiar” e das formas da gestão com a participação popular.

Em 1993, com a edição da Lei 8.629, que regulamentou os dispositivos da Constituição de 1988, referentes à reforma agrária, as terras obtidas passaram a ser transformadas em projetos de assentamento. A idéia era transformar os “sem-terra” em

¹⁸⁴ Nos anos 1990 uma nova categoria parece se configurar, a do agricultor familiar.

¹⁸⁵ Em 1999, algumas produções foram marcantes: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO publicou seu método e planejamento “Guia Metodológico – Diagnóstico de Sistemas Agrários”; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD desenvolveu o método de planejamento “Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão – ITOG”, com a estratégia Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, cujo foco era discutir a renda do agricultor e fazer diagnóstico da renda, procurando saber a renda bruta e a renda líquida dos agricultores, daí o esforço em monetarizar muitas coisas que, para o agricultor, só têm valor de uso. Posteriormente, realizou, no nordeste, experiências com a metodologia de capacitação Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local – GESPAR; o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA investiu num método que partia da capacitação em campo dos técnicos, a chamada “Capacitação Imersa”, que previa práticas de planejamento junto aos assentados e utilizava princípios universais dos processos de diagnóstico e programação. Um Roteiro Mínimo Comum para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos foi elaborado. Ver Peixoto (2002) e Dias (2004).

agricultores familiares competitivos, o que dependeria da viabilização de serviços e infraestrutura básicos de forma racional (INCRA, 2000).

No discurso do INCRA, aparece a intenção de substituir a visão baseada na distribuição de terras por um conjunto articulado de políticas públicas, seguindo a concepção do “Novo Mundo Rural”, com o propósito de unificar as políticas voltadas para o campo, transformar o “trabalhador rural assentado” em “agricultores familiares” ou “agricultor viável economicamente”. Diz o documento oficial: “A concepção de desenvolvimento rural sustentado passou a ter como diretriz básica a integração das políticas de reforma agrária e agrícola, visando a dar sustentabilidade à agricultura familiar” (INCRA, 2000)¹⁸⁶.

Em 1994, o Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Pequenos Produtores Rurais – CONTACAP (Conta Capacitação) propunha a execução dos serviços de assessoria técnico-administrativa, feita por entidades não estatais, com atuação nos assentamentos da reforma agrária do nordeste, com recursos de fundos constitucionais, resultado de uma parceria entre INCRA, Ministério de Agricultura e Reforma Agrária – MARA e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, responsável pela operacionalização do programa. Verifica-se que a partir dessa experiência, a assistência técnica passou a ser proposta desvinculada da extensão e da pesquisa.

O Programa foi criado após o processo de sucateamento dos órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural, ocasionado pela extinção da EMBRATER e pela conseqüente retirada de recursos do governo federal para os governos estaduais. Nos estados do sul, onde as EMATERs eram mais estruturadas, os governos estaduais mantiveram os serviços, o que não aconteceu em alguns estados do nordeste, entre eles o Maranhão. O Banco do Nordeste, também prejudicado com o sucateamento do setor, foi um dos defensores da proposta. O Programa foi montado com recursos do Departamento Nacional de Cooperativismo – DENACOP, do Ministério da Agricultura. Daí por que o foco do CONTACAP é o apoio às organizações, como associações e cooperativas e os serviços de assistência técnica serem denominados, no Programa, de “assessoria”, para não confundir com as ações do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, também do Ministério da Agricultura. Nesse caso, a assessoria técnica não era individualizada.

O CONTACAP permitia às organizações de pequenos agricultores contratarem equipes multidisciplinares para fazerem o trabalho de assessoria, não só tecno-administrativa, como também educacional e cultural, no campo da produção, com dimensão educacional,

¹⁸⁶ Favareto (2007), em sua análise sobre a idéia de desenvolvimento rural, explicita os deslocamentos conceituais ocorridos no processo de busca de um novo paradigma.

cultural e política. Sobre essa experiência, os entrevistados destacaram, como características fundamentais na discussão acerca de uma política pública de assistência técnica: 1) o fato de ser um programa voltado para a reforma agrária; 2) a garantia do controle social; 4) a viabilização da qualificação dos assentados para o acesso ao crédito; 5) a viabilização de parcerias com organismos não estatais; 6) a não restrição ao crédito.

O Maranhão participou com três equipes multidisciplinares de assessoria técnico-administrativa. Duas delas em áreas de assentamento de reforma agrária ligadas ao MST, mediante os contratos de repasse BNB/COOPERVID e BNB/ASPAG, a saber: PA Diamante Negro/Jutaí, nos municípios de Igarapé do Meio e Monção; PA Vila Esperança, em Monção; PA 4 de Maio, município de Pedro do Rosário; e PA Gameleira, município de Governador Edison Lobão. A terceira equipe atuou junto a uma associação de agricultores familiares de Jenipapo dos Vieiras, no Projeto Integrado de Colonização – PIC de Barra do Corda. Os convênios eram firmados entre o Banco do Nordeste e as associações dos assentamentos, que executavam os serviços.

Essa foi a primeira experiência com assessoria técnica pública, em assentamentos ligados ao MST, distinta dos serviços oferecidos pela EMATER. Em suas reflexões sobre as experiências do presente, os entrevistados recuperam as experiências do passado, fazendo uma espécie de balanço dos ganhos e das perdas. Essa forma de narrativa me orientou para a história dos programas governamentais, cujo foco tem sido a assistência técnica, a partir dos anos 1990.

Quando se reportam à experiência com o CONTACAP, as lideranças e militantes entrevistados destacam o monitoramento do Programa, viabilizado por uma equipe de articuladores – formada por representantes dos segmentos envolvidos, como bancos, INCRA, movimentos sociais –, por meio de visitas aos assentamentos e diálogos com as equipes de campo. O entrevistado abaixo interpreta que foi a atuação do movimento social nesse controle, segundo ele, baseado mais no acompanhamento de gestão do que de fiscalização, um dos fatores que levou o Governo a extinguir o Programa. Ele ressalta que os trabalhadores tinham certa autonomia na gestão dos recursos, obedecendo a um plano de trabalho elaborado por suas entidades de representação política. O CONTACAP proporcionou condições para que as entidades se estruturassem fisicamente para a operacionalização do Programa, sem perder o controle social. Apesar de ter como foco a capacitação - e não exclusivamente a linha de crédito -, o Programa facilitou o acesso às linhas de créditos existentes, conforme explica esse entrevistado.

() A partir dos assentados, das organizações dos assentados. Ele tinha um controle também social pelo MST, através das organizações dos setores de produção. Então todas as discussões, os debates, no sentido da construção do programa () de fato ajudava a reforçar a organização dos trabalhadores e esse medo...risco... **essa condição, na visão do governo, colocava o governo na defensiva**, porque no entender deles os agricultores devem ser massa de manobra, não podem ser autônomos, não podem ser...caminhar. Têm que ser controlados e o programa mudava essa condição. **A partir do momento que você trabalha essa... essa... essa questão organização dos trabalhadores, você empodera os trabalhadores, o chamado empoderamento. Você cria uma condição de visão dos trabalhadores rurais, diferente, infelizmente em algumas visões de governo essa concepção ela não é bem aceita.** (Liderança do MST, 2006). (Os grifos são nossos).

() – Tinham as equipes de articuladores. Essa equipe de articulação, ela é que fazia todo esse processo de acompanhamento de assistência, ia para os assentamentos, para as reuniões, conversava com as equipes, discutia e ajudava a encaminhar os problemas, enfim, tinha um **acompanhamento sistemático**. Não era um acompanhamento de fiscalização. Era um **acompanhamento de gestão**, de discussão, de ir se vendo os problemas, tentando elencar possíveis alternativas. Então era um processo de construção em que a equipe de articuladores e as equipes multidisciplinares locais fazia um **processo de construção junta** (Liderança do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Como fatores negativos, eles apontam a interrupção do programa no momento em que os trabalhadores estavam com os projetos em plena fase de implantação. O tempo da assessoria técnica oferecida não coincide com o calendário agropecuário, os serviços são retirados na fase de implantação dos projetos. O programa é concebido dentro de uma perspectiva homogeneizante, sem considerar as particularidades das situações. No trecho abaixo, o entrevistado destaca a dissonância entre o tempo dos serviços oferecidos e o tempo das práticas agrícolas, bem como os prejuízos dos trabalhadores

() em plena fase de implantação do projeto, e acabou a assistência técnica assim, sem nenhuma prévia, digamos assim, sem um aviso que pudesse ir canalizando, inclusive, para que as próprias entidades beneficiárias pudessem ir já se resguardando, pudesse ir prevendo, justamente essa parte de acompanhamento técnico, porque no momento em que foi suprida a assistência técnica, todos os recursos necessários para esse acompanhamento, então os assentados ficaram à mercê da situação. Então o projeto que estava em plena fase de implantação, saíram todos os técnicos da área, o que que aconteceu com um agricultor desse que estava com o projeto no meio da implantação? Então isso é muito ruim. Outra coisa, o projeto no início de ser implantado, previa-se um acompanhamento por muito mais tempo, porque a implantação de determinado projeto, de determinada cultura, ele não se dá só no momento em que você está implantando de fato o projeto. A **fase de maturação** do projeto também precisa ser acompanhada, e um acompanhamento técnico realmente bem feito () Então, na minha opinião, é ... eu acho que tem ai alguns erros técnicos também, nessa questão de planejamento, tanto de elaboração, de execução, mas a

própria instituição financeira também tem uma parcela de erro bastante forte. Os próprios órgãos, tipo INCRA, e outros mais também têm, porque o INCRA, inclusive, não consegue dar um passo significativo com relação a essa questão dos **impasses financeiros** que são constituídos dentro do próprio banco. () **A pequena agricultura nunca foi considerada justamente, nunca foi respeitada as suas particularidades. As linhas de crédito, quando elas são criadas, na política agrícola, elas são criadas para todo o Brasil.** As normas do teto, por exemplo, do PROCERA, quando ele foi criado, PROCERA, PRONAF, qualquer uma outra, o que é para o nordeste, é para o norte, é para o centro oeste. Isso é muito ruim, porque essas particularidades regionais, elas são desrespeitadas, você não pode acreditar, porque uma linha de crédito deu certo lá no Rio Grande do Sul, tem que ser aplicada para o Maranhão, porque ela tem que dar certo nos mesmos moldes, isso tá errado, é crime isso, e até hoje, até hoje, os órgãos que se intitulam, é como gestores dessas políticas, desses pacotes aí. Eles nunca conseguiram se dar conta dessa necessidade (Liderança do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Na recuperação desses programas governamentais, observa-se a reprodução desse tratamento questionado pelo entrevistado. Os serviços de assistência técnica estão à mercê da burocracia estatal e das definições de políticas de desenvolvimento regionais. Se não, vejamos. Até o ano de 1994, não havia no Brasil nenhuma linha de crédito voltada para o chamado pequeno produtor. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF¹⁸⁷, aumentaram as demandas pelos serviços de assistência técnica.

Entre os meses de setembro e dezembro de 1996, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da avaliação do CONTACAP, iniciou-se um processo de discussão que resultou na concepção básica do Projeto Lumiar¹⁸⁸ – outra experiência, de âmbito nacional – que começou a ser implantado no segundo semestre de 1997, em meio a um debate, de âmbito interno do governo, sobre a capacidade do INCRA, enquanto órgão executivo de política fundiária, para executar projetos de fomento e assistência técnica.

¹⁸⁷ Instituído com a finalidade de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar, tendo como beneficiários os chamados pequenos agricultores. No ano de 1996 foi criado pelo Decreto nº. 1.946 de 28/06/96, o qual apresentava algumas mudanças no texto legal, com o objetivo de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda e da qualidade de vida, além da ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. Entre os anos de 1997 e 2002, o programa sofreu novas mudanças, ampliando suas ações para silvicultores, remanescentes de quilombos e indígenas, disponibilizando créditos para atividades não agrícolas, como artesanato e turismo rural, e criando novas categorias de beneficiários, classificados, atualmente de A a E, para fins de acesso ao crédito.

¹⁸⁸ O Projeto Lumiar era uma das ações do Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária, que integrava o Plano Brasil em Ação que, por sua vez, compunha a Política de Assentamento da Reforma Agrária. Coordenado pelo Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, por meio do INCRA/Diretoria de Assentamento, em parceria com o Ministério da Agricultura, os bancos do Brasil, da Amazônia e do Nordeste, as entidades representativas dos trabalhadores rurais e uma representação do governo estadual (MEPF/INCRA, 1997).

Com essa iniciativa, o governo conjuga um programa de crédito com um projeto de assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com os instrumentos normativos, o PROCERA e o Projeto Lumiar passam a “ser administrados de forma conjunta e integrada, tendo em vista seu caráter de complementariedade” (INCRA, 1997, p. 2 - 18). A assistência técnica proposta deveria ser desenvolvida com a participação dos chamados *produtores*, tendo caráter técnico-econômico às unidades produtivas; e técnico-social, relativas ao estímulo, apoio e assessoramento às famílias beneficiadas, visando à melhoria de suas condições de vida, nas áreas da habitação, saneamento, educação, nutrição e organização comunitária.

Resultado das pressões dos movimentos sociais, ONGs e entidades confessionais¹⁸⁹, visando cobrir a lacuna deixada pelo sucateamento da assistência técnica pública, o Projeto Lumiar é concebido no momento da implantação do modelo de gestão proposto pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE, no sentido de estabelecer uma administração pública de caráter gerencial, conforme o pensamento de Bresser Pereira (2005). A proposta era desenvolver uma forma de gestão descentralizada e participativa e, como o INCRA não tinha quadros para executar tal ideia, o órgão decidiu descentralizar os serviços (MEPF; INCRA, 1997) por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, especialmente as que têm atividades relacionadas ao tema da reforma agrária e que atuam em áreas de assentamento. A expectativa era que o projeto expandisse a experiência do CONTACAP e “lumiasse” os assentamentos por meio de melhorias e benefícios.

Sob o espírito de descentralização das políticas públicas, o projeto criou as condições institucionais que possibilitaram a contratação de serviços de assistência técnica e capacitação pelos próprios assentados, através de suas organizações locais. Essa assistência teria que introduzir tecnologias adequadas à qualidade de vida. Teria que dispor de um sistema de informações técnico-econômicas, com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados, de forma a estruturar os assentamentos para inseri-los de forma competitiva no mercado. Em síntese: “viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (MEPF/INCRA, 1997, p. 3). Daí a ênfase para a produção.

¹⁸⁹ Entre eles o MST, as federações de trabalhadores da Agricultura, a CONTAG, a CPT, que começam a inserir em suas pautas a assistência técnica como reivindicação importante.

O governo resolve firmar convênios diretamente com as organizações locais, evitando relação direta com cooperativas centrais dos assentados ou com associações estaduais de cooperação agrícola, vinculadas a movimentos sociais, como o MST, mas, os movimentos se apropriaram da experiência e chegaram a um número de 400 profissionais das ciências agrárias atuando nos assentamentos (CONCRAB, 2005).

Nota-se que, tanto nos objetivos, como nas orientações básicas do projeto, aparecem as preocupações concernentes à garantia da autonomia dos assentados e à participação das organizações e integração com outras instituições, em particular, universitárias, em busca de tecnologias adequadas aos assentamentos. A ênfase aos termos descentralização e sinergia compunha um léxico construído, tendo como pano de fundo a intenção de descarregar o INCRA das funções típicas de política agrícola, como a assistência técnica (MEPF/INCRA, 1997). Pela leitura dos instrumentos normativos, é possível perceber a tensão que se apresenta desde a concepção do Projeto, em função de múltiplos interesses entre os interlocutores envolvidos.

Cabe resgatar o olhar dos militantes acerca das experiências com assistência técnica pública, que viabilizam uma (re)significação da prática. Os relatos revelam os processos contraditórios apresentados na dinâmica de construção de uma política pública gratuita de assistência técnica no País. Inicialmente, o CONTACAP, que amplia a preocupação restrita ao crédito, incluindo outras dimensões no trato da questão. Em seguida, vem o Projeto Lumiar, já com caráter nacional, que, de certa forma, contribui para que os movimentos sociais também se envolvam de forma mais sistemática, com a questão da assistência técnica. Entretanto, há de se considerar a preocupação com as mudanças que se apresentam, sempre que um Programa substitui o outro, sobretudo, no que diz respeito ao controle social e à garantia de recursos para a operacionalização do trabalho. De fato, as duas iniciativas se constituem em um marco na história da reforma agrária, porque a partir daí os movimentos sociais incorporaram em suas lutas o acesso a programas de assistência técnica pública voltados especificamente para as áreas de assentamento.

Algumas organizações e movimentos sociais, no Maranhão, participaram da experiência com o Projeto Lumiar, entre elas: o MST¹⁹⁰, O CENTRU e a Tijupá. Através desse programa, conforme relato abaixo, os agricultores tiveram mais acesso aos recursos do PROCERA. De acordo com o MST os recursos disponíveis para o Estado do Maranhão eram

¹⁹⁰ O MST participou do Projeto Lumiar com cinco equipes: Imperatriz (3), Buriticupu (1), Baixada (1).

em torno de 25 milhões. Em 1999, o Movimento conseguiu acessar praticamente 50% desse total, isto é, mais de R\$ 10 milhões de crédito rural no âmbito do PROCERA¹⁹¹.

A experiência com o Projeto Lumiar revela a tensão no processo de construção de uma política pública voltada para a assistência técnica, que passa a ser uma questão política a ser enfrentada na luta pela reforma agrária, com momentos de avanços, no que se refere à participação de movimentos sociais, desde a concepção até a execução da proposta e momentos de refluxo. Da passagem do modelo ACAR/EMATER para as experiências com o CONTACAP e o Projeto Lumiar, vê-se que a assistência técnica se desvincula da extensão rural e, gradativamente, da pesquisa.

No Projeto Lumiar, os convênios eram firmados entre o INCRA, o Banco do Brasil e as associações de moradores ou de assentados, sendo que o INCRA era o provedor e supervisor dos recursos; o banco atuava como operador dos recursos; e as organizações dos assentados contratavam e controlavam a prestação dos serviços de assistência técnica – junto a pessoas jurídicas (cooperativas, empresas públicas ou ONGs) ou iniciativas privadas – e se responsabilizavam pela remuneração dos técnicos, que só era liberada mediante a autorização escrita da associação e a entrega dos relatórios e das prestações de contas.

A gestão e o controle eram feitos com a participação direta das associações de assentados – o que dava a ilusão de autonomia das organizações locais – com o intermédio do INCRA e da equipe de supervisores, composta por membros da universidade, do INCRA e entidades. Dentro do órgão havia um técnico com a função específica de ajudar as entidades de base nessa gestão¹⁹². Outra particularidade era a prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação *in loco*, as equipes locais teriam que morar no assentamento ou na proximidade.

As lideranças e militantes entrevistadas destacam que a parceria anunciada nos convênios firmados, envolvendo organizações vinculadas a movimentos sociais e o poder público, ainda está muito restrita aos princípios dos instrumentos jurídicos criados. É no exercício da operacionalização das políticas que as dificuldades dessa intenção aparecem. A zona de conflito se expressa, sobretudo, quando da aplicação dos recursos financeiros. No entender dos assessores e militantes das entidades, a falta de flexibilidade na gestão dos recursos torna os programas não funcionais em alguns momentos, considerando as

¹⁹¹ Informação obtida em entrevista com uma das lideranças do MST, em /março/2006

¹⁹² A estrutura do projeto era composta por: Instâncias de Coordenação e Decisão: Comissão Nacional e Comissões Estaduais; Instâncias de Coordenação Técnica e Execução: Equipes de Supervisão, Especialistas e equipes locais, compostas por um técnico de nível superior com competência específica para apoiar a gestão e a organização das comunidades rurais; de um técnico de nível superior na área agropecuária e dois técnicos de nível médio. Uma equipe local assistia 300 famílias. Ver MEPP/INCRA (1997).

especificidades do campo e a dificuldade de manter o planejamento fechado em metas a cumprir. Por outro lado, o acompanhamento do poder público a essas ações, no seu cotidiano, ainda está mais aproximado da postura de um fiscal, com poder de punição, do que de um parceiro, um formador de novos gestores públicos.

A tentativa de construção conjunta é demarcada por essas tensões que se apresentam no cotidiano, na operacionalização das ações predefinidas, fugindo aos propósitos enunciados do planejamento de cunho participativo. Tanto no CONTACAP, como no Projeto Lumiar, pelas limitações dos convênios, sobretudo no que diz respeito a monitoramento e/ou supervisão, as entidades acabam usufruindo de certa autonomia e executam os serviços, conforme seus princípios. O controle do governo se restringe especificamente à aplicação dos recursos financeiros. Entretanto, percebe-se que essa autonomia metodológica se fragiliza, na medida em que os programas começam a significar ganhos políticos para as organizações. É quando eles são interrompidos.

Na recuperação das experiências do passado para explicar o presente, os entrevistados tendem a identificar mais autonomia das organizações na condução dos serviços (mais no CONTACAP, menos no Projeto Lumiar), numa espécie de descenso. Mas quando a autonomia acontece, não se dá de caso pensado, mas em função da fragilidade dos próprios mecanismos de controle, previstos nos instrumentos normativos dos programas/projetos. No caso específico do Projeto Lumiar, a coordenação e a supervisão atuaram de forma deficitária, por falta de condições de trabalho¹⁹³, situação que exigiu maior envolvimento das organizações conveniadas no acompanhamento dos serviços. Tal condição pode dar a ilusão de maior autonomia ou de maior controle social, mas, por outro lado, implica erros que resultam em questionamentos jurídicos. Tanto os relatórios quanto as entrevistas, com membros das equipes de supervisão, mostram que houve uma precarização das condições de trabalho em todos os segmentos do Projeto, se comparado à realidade do CONTACAP ou mesmo do modelo ACAR/EMATER.

Segundo os técnicos e militantes entrevistados, o Projeto Lumiar vem com menos participação dos movimentos sociais e com mais limitações, entre elas a do volume de recursos para as capacitações, se comparado ao CONTACAP. Na medida em que mudam os programas e determinados conceitos são incorporados na política de ATER, percebe-se, contraditoriamente, uma recorrente precarização nas condições de execução dos serviços e uma intensificação nas cobranças dos órgãos de controladoria da União e da mídia, para que

¹⁹³

Ver relatórios nacional e local. Consultar referências

as entidades conveniadas sejam estruturadas para assumir os serviços que o INCRA, por falta de recursos, optou por terceirizar. Como veremos nos itens seguintes, na concepção dos técnicos do Ministério Público e da Controladoria Geral da União, no Maranhão, os convênios dessa natureza, têm que ser firmados com quem tem condições de bancar os serviços.

() A estrutura, a condição de trabalho do CONTACAP era melhor, porque o CONTACAP, além da **remuneração dos técnicos**, tinha o **recurso para os técnicos capacitarem** os agricultores. Então tinha recurso, por exemplo, para **deslocamento dos agricultores**, para a **alimentação de agricultor**. Então tinha uma rubrica de capacitação imbutido nesse muito bom e vários desses eventos de capacitação, a gente colocou, na época, no sentido **de fortalecer a organização** dos agricultores, tanto no aspecto administrativo, gestão de projeto, como também aspectos de organização, estratégias de fortalecimento, tanto das cooperativas como das associações. Já o Lumiar não, o Lumiar **se restringia a pagar salários**, os honorários dos técnicos, **deslocamento e aluguel de veículos e pessoas**, o CONTACAP não, o CONTACAP ele tinha recurso, **inclusive compra de material de expediente, para cursos, papéis, xerocar material, cartilhas, então ele tinha essas vantagens**, o foco dele era capacitação e o LUMIAR o foco era assistência técnica; por exemplo, no CONTACAP a gente teve **mais autonomia metodológica**; no Lumiar, houve uma tentativa do INCRA de, digamos assim, forçar uma metodologia, uma metodologia (Técnico atuante no Projeto Lumiar, 2009). (Os grifos são nossos)

() Eu percebo isso, quer dizer, do CONTACAP até hoje, a atual situação que é a ATES, a gente percebe isso que **as condições de trabalho vão reduzindo**; por exemplo, na época do CONTACAP tinha recursos para aluguel de veículos. (). Então hoje o que o TCU fala, olha se o governo federal vai conveniar com entidades, a **entidade tem que ter veículo**, como se todas as entidades aí tivesse uma frota de veículos, aguardando os convênios com o governo (Técnico atuante no Projeto Lumiar, 2009). (Os grifos são nossos)

Percebe-se, pelas narrativas, uma espécie de declínio das condições oferecidas pelos programas governamentais que partem de uma iniciativa, cujo foco era a capacitação e quando o trabalho começa a dar sinais de fortalecimento das organizações, é substituído por outra voltada especificamente para a assistência técnica, com forte redução de recursos e, conseqüentemente, do trabalho, processo restritivo que prossegue até os dias do ATES. As falas dos entrevistados mostram a natureza contraditória da intervenção estatal, via política pública. Transfere a execução, mas não garante o controle social. Os programas são constantemente interrompidos, quer seja pela suspensão dos repasses dos recursos, quer pela criminalização dos movimentos sociais, via questionamentos jurídicos dos órgãos de controladoria da União.

A metodologia proposta no Projeto Lumiar parte da elaboração de um diagnóstico da situação local e da definição de um plano de desenvolvimento do assentamento, com a

participação dos beneficiários, sendo este o seu caráter inovador. Entretanto, na sua operacionalização os movimentos, nos debates em torno das metodologias do sistema ITOG, desenvolvido pelo INCRA/PNUD, e da Metodologia Capacitação em Serviço, desenvolvida pelo IICA, começaram a pensar em metodologias próprias. O MST desenvolveu uma proposta denominada Organização de Negócios Agrícolas.

() Na época, em parte isso foi positivo, porque isso forçou o próprio MST, porque o MST tinha assim “nossa metodologia é a participativa”, quer dizer, era uma coisa meio genérica. Aí foi que na época isso forçou o MST a, digamos assim, desenvolver, digamos assim, ou pelo menos sistematizar alguns aspectos e transformar isso numa metodologia que, na época, era “organização do negócio agrícola”. A metodologia do MST tinha por objetivo a organização do negócio agrícola. Então ela tinha muito foco as organizações, embora isso entrasse em conflito com a própria estrutura do Lumiar que tinha como foco a assistência técnica para a produção, projetos de PRONAF, essas coisas. E o MST tinha como foco estruturar cooperativas, por isso que se chamava “**Organização do negócio agrícola**”, porque aí tinha muito foco, estudar aspectos de mercado, ou seja, tem um estudo de mercado e tem um plano de comercialização, isso tendo como foco os princípios da cooperação agrícola, seria o sentido da cooperação agrícola que já vinham sendo trabalhado desde o início do surgimento do MST, então se pegou esses princípios e se tentou fazer estudo de mercado e plano de comercialização para as cooperativas e associações e na época isso foi conflituoso porque em parte o INCRA rejeitou e, quando o INCRA rejeitou mas acabou aceitando, mas aí tinha um problema, os supervisores do Lumiar, muitos foram capacitados pela metodologia ITOG. Então quando eles viam em um local que estavam se aplicando a metodologia “Organização dos negócios agrícolas”, eles avaliavam a metodologia da “organização dos negócios agrícolas” tendo o ITOG como a idéia aí é comum, inclusive, se avaliar, negativamente, a metodologia da “organização dos negócios agrícolas”, porque os referenciais eram a partir do ITOG e (Técnico atuante no Projeto Lumiar, 2009).

O entrevistado se refere à tensão que se apresenta na operacionalização do Programa e na adoção de metodologias que não se coadunam com a realidade local. Conforme registram os relatórios de avaliação, os cursos oferecem “pacotes metodológicos”, com ênfase na “participação total”, ignorando as especificidades culturais dos agricultores e dificultando a troca entre os saberes técnicos e do trabalhador. Por outro lado, o fluxo de informações, de demandas é lento, não obedece aos cronogramas traçados, ou seja, a descentralização não é efetivada na prática (MEPF/INCRA, 1999).

Outra interpretação é apresentada no trecho da entrevista abaixo, em que uma liderança analisa que esses projetos e programas governamentais, executados por meio de parcerias com entidades e movimentos sociais, por vezes, enfraquecem as formas de organização pré-existentes e as formas de representação tradicionais, colocando o órgão

público, no caso específico, o INCRA, no centro das interlocuções com os assentados. É pertinente o comentário de Almeida (2002, p. 7), de que “a forma do indivíduo e da associação participarem é aquela que os aparatos de poder define como tal”, havendo, portanto, uma imposição de um novo coletivo. Do mesmo modo, há uma intervenção na forma de organização social e política nos assentamentos, homogeneizando estatutos e demandas agora mais focadas para os benefícios coletivos, conforme analisa essa liderança da região sul do Estado.

() e o INCRA tinha a maior autoridade em todo o programa. O Centru era mais um cumpridor de tarefa, na época, porque a gente estava a reboque disso. E também tinha o seguinte: até então **os assentamentos tinham muita relação com o sindicato**, o sindicato dos trabalhadores... mobilizador de terra ... mas, a partir desse projeto do INCRA, os trabalhadores aprenderam o caminho do INCRA, todo mundo ia diretamente para o INCRA. O INCRA era o vínculo, era o INCRA que resolvia tudo lá. Então, essa relação para mim fortalecia muito mais o INCRA a frente dos trabalhadores, do que o sindicato ou mesmo o Centru. Nós não tivemos assim aquela proximidade com relação ao Lumiar não, o que estava mais presente lá eram os técnicos e os do INCRA e o INCRA monitorava o que estava sendo feito. Então eu fui uma vez fazer uma visita no assentamento e voltei de lá muito desconsolado com o que eu vi lá, eu não vi assim nada que fortalecesse a organização e a consciência da organização em cada... era mais uma idéia assim de “ter um poço”... só para ...tinha não sei quantos poços artesanais, açudes, orientado pelos ... não ajudou a comunidade a melhorar a vida deles não, era um bocado de dinheiro que não tinha muita lógica (Liderança do CENTRU, 2007). (Os grifos são nossos).

O entrevistado compreende que o modelo de reforma agrária institui novas relações nos assentamentos, colocando o órgão público como central na busca por direitos, processo que, por vezes, fragiliza as organizações pré-existentes. Outros entrevistados questionam a forma de participação dos movimentos sociais, proposta pelo Estado, na construção desses programas governamentais e a condução do processo que leva à extinção dos mesmos, resultando em prejuízos para os assentados. Tal como ocorreu com o CONTACAP, o Projeto Lumiar foi suspenso quando os projetos produtivos estavam em fase de implantação e quando os movimentos começavam a atuar como sujeitos políticos, agindo com mais autonomia na busca de metodologias próprias. Nas interpretações abaixo, o mesmo entrevistado questiona o tipo de participação ofertada pelo Estado em suas investidas de descentralização das políticas públicas e de ação conjunta com a sociedade civil.

() criaram o Lumiar, inspirado nesse CONTACAP, mas aí, já não houve mais a participação dos movimentos sociais. Foi um grupo, justamente, digamos assim, um povo dos órgãos do governo, que acabaram criando o próprio Lumiar, toda a proposta, a versão, primeira, segunda, terceira, quarta

versão, todos eles foram escritos, justamente, pelos órgãos do governo, e o que é pior, porque depois chamaram, os movimentos sociais **para legitimar** isso, como se tivesse havido uma **co-participação** que, na verdade **não houve co-participação**, do ponto de vista de fundamentar o trabalho da escrita, algumas outras coisas, como muitas das vezes, o próprio governo ainda faz isso, como uma tática para bastante, bastante assim, muito evidenciada isso, faz um plano lá muito bem feito, depois convida os movimentos e aí a gente vai para lá, dá a presença em uma reunião, onde, na discussão, é colocado todo um plano, uns vai lá, ainda argumenta, protesta e tal, mas o essencial, o cerne da idéia da proposta daquele plano, ele já está concretizado e vai junto e depois ainda se fica falando que é um plano que tem a **participação** da base, dos trabalhadores etc e tal. Isso é **uma prática que está se dando de uma forma assim, bastante consecutiva entre governo e movimentos sociais**, inclusive no governo Lula. Essa prática, ela está se dando de uma forma extremamente forte. **Às vezes os trabalhadores vão só para legitimar** aquilo e depois ainda **sai como se ele tivesse sido um co-participante**, quando na verdade **ele foi só legitimar**. () aí a gente iniciou o Lumiar com todas as, digamos assim, as diferenças que a gente poderia perceber entre um programa e outro, primeiro porque aí **o Lumiar veio com aquela prerrogativa de ter que suprir as EMATERs que estavam todas elas falindo**, ia ser justamente para todo o Brasil (Liderança do CENTRU, 2007). (Os grifos são nossos).

Este assessor de uma das entidades conveniadas com o INCRA, considera que no decorrer do processo, os movimentos sociais conseguiram se apropriar do Projeto

() teve muito esse controle, essa intervenção do INCRA, do governo federal, mas de **1999 até 2000 os movimentos sociais conseguiram se apropriar do Projeto Lumiar** e fazer com que **o programa fosse começando a acumular força para os movimentos sociais** e isso foi criando uma **tensão** muito grande na **relação do governo federal com as entidades** que estavam desenvolvendo o Lumiar. Então **ele foi interrompido** em junho de 2000. Era para terminar em janeiro de 2001. Aí **terminou antes do tempo**, com a alegação de problemas (Assessor do CENTRU, 2007). (Os grifos são nossos).

Acompanhando a interpretação de militante e lideranças, verifica-se que a participação ofertada não se dá em todo o processo de construção dos programas e das políticas públicas, ainda que sejam frutos de demandas e de reivindicações dos movimentos sociais. A participação é restrita à execução e, diante das dificuldades ou, como considera o segundo entrevistado, na medida em que os movimentos se apoderam da execução e da definição das estratégias, os programas são suspensos, com prejuízo maior para o trabalhador.

Nos relatórios do INCRA, a abertura à participação das organizações dos trabalhadores rurais no Projeto Lumiar é interpretada como uma inovação, entretanto, o exercício na prática revelou dificuldades estruturais, de ordem financeira, administrativa e de ordem política, com importantes variações nas situações. Não houve paridade na composição das Comissões Estaduais do PROCERA-LUMIAR e nem sintonia entre a Comissão Estadual

PROCERA/LUMIAR, equipe de supervisão e superintendência. A sobrecarga no trabalho burocrático da Secretaria Executiva e a morosidade na negociação da implantação da infraestrutura dos assentamentos prejudicaram as demandas dos assentados, assim como outros fatores, como: técnicos das equipes locais recém-formados, com experiência limitada; falta de estrutura física para a execução dos trabalhos em todas as instâncias; precárias condições de trabalho; uso dos locais de trabalho, nos assentamentos, como locais de moradia coletiva, o que gerava muitos conflitos pessoais no interior das equipes; divergência entre técnicos das unidades locais do INCRA e técnicos das equipes locais do Lumiar e entre as equipes locais e supervisores externos; paralelismo entre as atividades do INCRA e das equipes locais nos assentamentos. Tudo isso em função do baixo grau de internalização do Projeto Lumiar no INCRA (MEPF/INCRA, 1999).

Os relatórios apontam ainda a falta de suporte institucional e decisão política em sua operacionalização. O Projeto não se constituiu prioridade política da Superintendência do INCRA. Em 1997, as metas eram o número de assentamentos, as demais ações foram tratadas como apêndices. Enfim, as dificuldades política e ideológica têm origem na própria concepção da agricultura familiar e na importância a ela atribuída no contexto das políticas agrária e agrícola, cujas ações governamentais sempre foram pontuais e fragmentadas.

Os relatórios identificam situações em que associações e cooperativas de assentados se fortalecem em decorrência do trabalho das equipes locais, mas, questionam a participação pretendida, em função da condução, “de maneira autoritária”, dos movimentos sociais sobre os destinos de seus representados e em função das teias das microrrelações de poder local.

Com a extinção do Projeto Lumiar, o governo universalizou o PRONAF, ampliando-o para outros segmentos sociais, passando a oferecer um serviço de assistência técnica para orientar o assentado no acesso ao crédito, com recurso previsto no PRONAF, para a elaboração e acompanhamento de projetos. Tratou-se de um apoio pontual, chamado ATER, oferecido entre os anos de 2000 e 2005.

Nesse ínterim, o Governo de Fernando Henrique Cardoso consolida o Programa “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”, que ficou conhecido como “Novo Mundo Rural”. Conforme analisa Medeiros (2003, p. 56), com o lema “levar qualidade aos assentamentos”, o programa tinha por meta tratar o assentado como agricultor familiar e trabalhar suas ações juntamente com os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Sustentável, visando parcerias com os

governos estaduais e municipais. A partir daí, diversas ações do INCRA passaram a ser partilhadas com as organizações dos assentados.

As experiências com o CONTACAP e, posteriormente, com o Projeto Lumiar, de certa forma, reforçaram as discussões que os movimentos sociais já vinham fazendo em torno do associativismo, do cooperativismo, da institucionalização de formas organizativas, como estratégia para fortalecer o beneficiamento e a comercialização da produção e como maneira de se habilitar para os programas governamentais e/ou políticas públicas.

Tais iniciativas possibilitaram, a partir de 1997, a formação de grupos de técnicos¹⁹⁴, que se diferenciam pela capacitação adquirida no exercício da militância e de serviços de assessoria e pesquisa, junto a movimentos sociais e organizações não governamentais. Esses profissionais se organizam formalmente em cooperativas de serviços e associações de técnicos, como forma de se habilitar para a execução dos programas governamentais voltados para a assistência técnica. Assim é que a COSPAT surgiu estimulada pela Tijupá; a COSERT pela FETAEMA; e a COOPERA pelo MST. Essas três cooperativas empregaram a maior parte dos técnicos do Projeto Lumiar. Esse segmento hoje está organizado em redes¹⁹⁵, influenciando, devido ao capital cultural de seus integrantes, na formação de nova mentalidade acerca da concepção e da prática desses serviços¹⁹⁶.

No final da década de 1990, o Maranhão ainda sofria os efeitos da fragilização da extensão rural pública no âmbito nacional. Em 1998, a reforma administrativa do governo Roseana Sarney resultou na extinção da Secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA e todas as suas vinculadas¹⁹⁷. Foram criadas 18 gerências de desenvolvimento regional e oito gerências centrais. A SAGRIMA foi transformada em Subgerência de Agricultura, Pecuária e

¹⁹⁴ De diferentes áreas profissionais: agrônomos, técnicos agrícolas, técnicos agropecuários, assistentes sociais, cientistas sociais, pedagogos, geógrafos, historiadores e filósofos.

¹⁹⁵ Associação das Cooperativas do Nordeste; Rede de Cooperativa e Assessoria Técnica - CAT; ASSOCENE; União Nacional de Cooperativas de Agricultores Familiares e Economia Solidária-UNICAFES.

¹⁹⁶ Em 2003, segundo uma pesquisa realizada pela FAO, os serviços de ATER eram prestados no Brasil por instituições governamentais estaduais e municipais (secretarias municipais de Agricultura) e ONGs vinculadas a movimentos sociais e organizações de agricultores, que trabalham com as temáticas do desenvolvimento sustentável e com as questões ambientais. Essas organizações prestavam os serviços gratuitamente, por meio de projetos financiados com recursos públicos locais e de cooperação internacional. A pesquisa identificou ainda outras prestadoras: as representações de trabalhadores rurais e produtores, federações estaduais de trabalhadores rurais e movimentos sociais de caráter regional e nacional, entre eles o MST e o Conselho Nacional dos Seringueiros; as prestadoras de serviços de ATER; e as cooperativas de técnicos oriundas da experiência com o Projeto Lumiar; as cooperativas de produção; universidades, escolas agrotécnicas, EFAs, CFRs e instituições de pesquisa (CNS); cooperativas de crédito; agroindústrias; outras instituições públicas; e o sistema S (SEBRAE e SENAR). Esse estudo revela a concentração dos serviços de ATER na região sul do País. Ver mais detalhes Garcia (2007).

¹⁹⁷ EMATER; Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento S/A – CODEA; Companhia de Defesa e Promoção Agropecuária do Maranhão – CODAGRO; Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária – EMAPA; Companhia de Mecanização Agrícola do Maranhão – CIMEP; Companhia Maranhense de Abastecimento – COMABA.

Abastecimento, vinculada à Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – GEPLAN. Sem estrutura, essas gerências não garantiram a assistência direta aos agricultores, sendo muito precário o atendimento à política de crédito e aos programas compensatórios, como o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR.

Em 2002, o Governo do Estado, por meio de nova reforma administrativa, criou a Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO. O Sistema da Agricultura passou a ser composto pelos órgãos: GEAGRO e as gerências regionais; Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED; ITERMA e pelo Núcleo de Projetos Especiais – NEPE. Sendo assim, de junho de 2002 a maio de 2003, a GEAGRO criou 18 Casas de Agricultura Familiar – CAFs que funcionaram como órgãos executores de suas políticas/programas/projetos, com o objetivo de apoiar atividades econômicas tradicionais e estimular novas práticas produtivas, por meio de assistência técnica. O foco passou a ser as comunidades rurais tradicionais, incluindo os grupos de agricultores e pescadores. Em 2004, nova reforma administrativa extinguiu a GEAGRO e criou a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAGRO, incorporando, em 2005, as CAFs no seu sistema. Em síntese, desde a extinção da EMATER não foi criada uma política de assistência técnica específica para os assentamentos de reforma agrária do Estado do Maranhão.

Apesar de todos esses arranjos institucionais, a metodologia de trabalho e os procedimentos – desde a ACAR-MA, passando pela EMATER até as AGEDs – restringiram-se a assessorias pontuais dos técnicos desses órgãos, com visitas escassas, distribuição de sementes e elaboração de projetos, inicialmente do PROCERA e depois do PRONAF, para apresentar ao Banco do Nordeste do Brasil. Com a extinção da EMATER e com o fim do Projeto Lumiar, a assistência técnica passou a ser prestada pelo “mercado”, ou seja, o Estado imobilizou a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural e delegou esse papel à iniciativa privada. Iniciativas pontuais, por meio de convênios e parcerias com municípios, foram viabilizadas, no sentido da municipalização da agricultura, com destaque para a experiência dos Consórcios Intermunicipais de Produção e Abastecimento da Região de Influência de São Luís – CINPRA.

Há de se registrar, nesse período, o investimento das ONGs e movimentos sociais na criação de metodologias próprias de prestação de serviços de assessoria técnica, entre eles, destacam-se as ações das Escolas Famílias Agrícolas - EFA's que vêm atuando no interior maranhense desde a década de 1980. A metodologia empregada pelas EFA's segue a Pedagogia da Alternância, isto é, os estudantes alternam períodos em sala de aula e na prática agrícola no campo. Como veremos nos itens que seguem, nos anos 2000, uma assessoria

técnica pública, diferenciada e ampliada, já integrava as pautas reivindicatórias desses movimentos.

4.1.3 Programa ATER: assessoria *in loco*, na convivência cotidiana com as famílias.

Ainda seguindo a classificação de Souza (2006), o período de 2003 até os dias atuais compreenderia a quarta fase. Durante a Conferência da Terra, realizada em novembro de 2003, em Brasília, foi apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, com a pretensão de assentar 550 mil famílias entre 2003 e 2007¹⁹⁸, e regularizar as terras de 500 mil famílias de posseiros.

Após a posse do presidente Lula, foram chamados, para os cargos do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, profissionais ligados a movimentos sociais que fomentaram as discussões em torno de um programa de assistência técnica plurianual. O governo federal passou a reconhecer a ATER como um dos instrumentos importantes para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável. De acordo com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de ATER passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do MDA.

A experiência acumulada nas iniciativas anteriores resultou em mudanças na concepção da assistência técnica pública que passou a ser elaborada, no âmbito federal, considerando propostas de metodologias participativas, os princípios da produção agroecológica e a rejeição de pacotes tecnológicos oriundos da revolução verde.

No início de 2003, abrem-se a discussão e consulta à sociedade civil, com vistas à construção da Política Nacional de ATER¹⁹⁹, com a qual o governo federal volta a assumir a coordenação da assistência técnica e extensão rural, em articulação com diversos setores do governo federal, bem como com os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações

¹⁹⁸ Segundo a Universidade Estadual de São Paulo, entre 2003 e 2007, apenas 163 mil famílias foram assentadas, apenas 29,6% da meta foi alcançada. Quanto à regularização fundiária, a meta era regularizar as terras de 500 mil famílias de posseiros, o governo legitimou apenas 113 mil, 22, 6% da meta. Entre 1985 e 2007, a CPT registrou 1.117 ocorrências de conflitos com morte de 1.493 trabalhadores. O Brasil é o segundo país com a maior concentração de propriedade fundiária, perdendo apenas para o Paraguai, onde atuam os latifundiários brasileiros. De acordo com o INCRA, 1% dos estabelecimentos agrícolas controla 45% das terras, enquanto 90% dos pequenos estabelecimentos possuem apenas 20% da área agricultável. Trinta e dois mil latifundiários concentram 132 milhões de hectares. Trinta milhões de hectares pertencem a empresas estrangeiras. Existem 250 milhões de hectares de áreas devolutas (MST-RJ, ADITAL, 2009).

¹⁹⁹ Sobre esse processo, consultar Dias (2004). No Maranhão, as discussões ocorreram em 2005, quando a SEAGRO, com a participação de diversos segmentos do poder público e da sociedade civil, elaborou o Plano Estadual de ATER, seguindo os mesmos princípios da PNATER, com uma meta de atingir 50% do universo dos agricultores familiares.

de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, com a preocupação de contribuir para a implantação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. No discurso oficial, chama atenção os princípios da nova política.

Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política Nacional de ATER, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica a necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira, considerada mais pobre, passou a ser o elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de ATER.

Com essas medidas, o governo brasileiro incorpora novos conceitos no dispositivo de assistência técnica e extensão rural e garante alguns instrumentos institucionais para uma metodologia que tome como ponto de partida o conhecimento dos agroecossistemas e que abarque a agroecologia como referência para a idéia de desenvolvimento sustentável. Chama atenção a inclusão de outras dimensões, para além do econômico, na política de ATER e a preocupação em compreender os assentamentos do ponto de vista da sua pluralidade, quer social, étnica, cultural ou ambiental, bem como a inclusão de temas antes restritos a outras áreas do conhecimento. Isso sinaliza o esforço do aparato governamental em se qualificar e se preparar para atender as demandas da sociedade civil, pela constituição de um Estado pluriétnico (PACHECO, 2005).

Caporal (2006)²⁰⁰ assinala que a atual política de ATER deve atender às demandas sociais; estabelecer uma intervenção dos extensionistas adequada à sociedade atual; enfrentar a crise sócio ambiental, gerada pelos modelos convencionais; promover uma ação educativa, democrática e participativa; adotar os princípios da agroecologia; e zelar por maior equidade e maior respeito às diferenças.

A PNATER permite que os serviços públicos de ATER sejam executados por entidades estatais e não estatais. Através da Norma de Execução nº 39, de 30 de março de 2004, o INCRA disciplina outra ação de assistência, criando o Serviço de ATES, destinado, exclusivamente, às famílias assentadas em Projeto de Reforma Agrária e Projetos de Assentamento reconhecido pelo órgão. No seu artigo 10, está o direcionamento para convênio, com entidades ligadas aos movimentos sociais, de âmbito nacional, para ser executado em três anos. Entre os colaboradores listados no Manual Operacional do ATES constam os órgãos estaduais de Terra, superintendências regionais do INCRA, universidades,

²⁰⁰ Em 2006, coordenador Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, no MDA/SAF/DATER.

o MST, a CONTAG e as Federações de Trabalhadores da Agricultura de Goiás e do Tocantins, como representantes da sociedade civil nessa nova proposta.

O Programa ATES amplia as preocupações apresentadas no Projeto Lumiar, porque incorpora novas reivindicações dos movimentos sociais, resultando na inclusão de duas componentes nos serviços de assistência técnica, agora proposta como assessoria. Tratam-se das questões ambiental e social, cujos princípios começaram a ser desenhados no Projeto Lumiar, mas que no Programa ATES assumem nova ênfase. Em seus instrumentos normativos, está prevista a opção pela agroecologia e por uma metodologia específica, participativa que, se efetivada, poderia significar o rompimento com o modelo da assistência técnica e extensão rural convencional que privilegiava a produção, por meio da adoção de pacotes tecnológicos, compostos por sementes ditas melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização agrícola com tratores e, raramente, a mecanização via tração animal. Em síntese, a proposta inicial da ATES consolidava, na interpretação de assessores dos movimentos sociais, um rompimento com uma estrutura que já vinha transcorrendo desde a experiência com o CONTACAP.

Os resultados desse “encontro” em torno da construção da proposta estão sistematizadas no Manual Operacional de ATES. Diferentemente da “assistência técnica” e “extensão rural”, o serviço de ATES propõe uma assessoria técnica, social e ambiental que compreende um “conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita”(MDA/INCRA, 2004). Em todo o dispositivo é ressaltado o caráter multidisciplinar e multidimensional dessa proposta, com ênfase ao processo educativo que possibilite a qualificação das pessoas nas comunidades e nas organizações. Institucionalmente, esse serviço compõe o Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos da Reforma Agrária e tem por objetivo:

assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de **produção estruturadas**, inseridas de forma **competitiva** no processo de **produção**, voltadas para o **mercado**, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável (MDA/INCRA, 2004). (grifos nossos).

Entre as diretrizes básicas, previstas no artigo 2º da Norma de Execução nº 39, destaca-se o compromisso de garantir à família assentada o serviço de ATES *pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente*. Observa-se, tanto no objetivo quanto nas diretrizes e critérios, a tentativa de conceber o Projeto de Assentamento como um espaço multidimensional e a intenção de torná-lo apto para se inserir, de forma competitiva, no

mercado. A idéia de desenvolvimento procura conjugar as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, assim como também suas diferentes problemáticas sociais: acesso à terra, produção, uso sustentável dos recursos naturais, inserção no mercado e capacitação dos recursos humanos.

O serviço de ATES proposto estabelece ainda como critérios: o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando os costumes e conhecimentos endógenos; a viabilidade econômica, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento; o respeito ao caráter multidisciplinar e intersetorial das políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável; a promoção da adoção de novos enfoques metodológicos e participativos e de paradigmas baseados nos princípios da agroecologia; o estabelecimento de mecanismos e modelos de gestão capazes de monitorar, avaliar e promover as devidas correções das ações no tempo real, mediante participação dos diferentes atores sociais, como forma de democratizar as decisões, contribuindo para a construção da cidadania e do processo de controle social das diferentes políticas públicas; o desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável; o desenvolvimento de um programa de capacitação participativo, conciliando os saberes adquiridos na escola e os obtidos pelas comunidades assentadas, visando à preservação e integração das diversas manifestações, quer em termos técnicos, culturais e de vivências múltiplas.

Fazendo uma leitura dos instrumentos jurídicos, que orientam a concepção desse serviço, observa-se a complexidade da proposta, uma vez que transcende as práticas tradicionais de assistência técnica e extensão rural, sinalizando para novas relações entre os agentes sociais – representados nas figuras dos técnicos e dos assentados – entre si e entre os agentes e os recursos naturais, tal como complementa o Art. 3º da Norma de Execução Nº 39, que trata dos Conceitos Básicos e Abrangência:

I – Compreendem como serviços de ATES, o conjunto de técnica e **métodos constitutivos de um processo educativo**, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, tomando por base **a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações**, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável;

II – entende-se, também, como serviços de ATES, a participação das **ações de natureza multidimensional**, em termos técnicos, ambientais, econômicos, culturais e sociais, voltadas para a construção do processo de desenvolvimento dos projetos de assentamento, criados e a serem recuperados, segundo o contexto de desenvolvimento rural integrado, a envolver os diversos territórios e biomas, compreendidos pelos **diferentes grupos sociais** existentes no meio rural. (Os grifos são nossos).

Atualmente o serviço de ATES é vinculado ao setor de infraestrutura da Divisão de Projetos de Assentamento do INCRA. A Superintendência Regional pode celebrar convênios com as entidades de personalidade jurídica de direito privado, integrantes dos movimentos sociais ou das organizações representativas dos trabalhadores rurais, governos dos estados, prefeituras municipais e entidades civis sem fins lucrativos. É exigida experiência das prestadoras de serviços de no mínimo dois anos de planejamento, capacitação e assistência técnica em agricultura familiar, da mesma forma que é exigido um corpo técnico com pelo menos 1/3 de profissionais com experiência de mais de dois anos na agricultura familiar. Algumas dessas normas foram alteradas pela Norma Técnica N° 03/DD/2007.

Nos itens anteriores deste capítulo, tento formular um panorama do processo histórico de construção de uma política pública de ATER no Brasil, destacando o deslocamento do conceito de *assistência técnica*, numa visão mercadológica, para os serviços de *assessoria*²⁰¹ tecno-política. O deslocamento é possibilitado pela incorporação de outras dimensões, como a social, ambiental e cultural, na concepção do Projeto de Assentamento para reforma agrária, e pela intenção de tratar esse espaço de forma multidisciplinar. Cabe refletir aqui sobre a concepção de assistência técnica que está em disputa, uma assistência vinculada à idéia da transferência de conhecimento, ou uma assistência mais aproximada da idéia da construção conjunta, da troca, do aprender fazendo, consubstanciada na idéia de assessoria?

Nesse deslocamento conceitual, está em disputa a concepção de assistência técnica pretendida pelos diferentes agentes envolvidos na execução desses serviços. Os assentados propõem um serviço diferenciado daquele tipo de assistência técnica deslocada da realidade, oferecida, sobretudo, pelas empresas, em que o técnico sobrecarregado de funções,

²⁰¹ O termo assessoria não tem uma explicação clara nos instrumentos normativos do Programa ATES. Por inferência, alguns atribuem a opção pelo termo à intenção de indicar um serviço mais complexo do que à assistência técnica convencional. Envolvimento que implicaria superar o caráter pontual ou fragmentado do processo de intervenção social, tendo em vista a construção de procedimentos mais duradouros e contínuos de interação entre técnicos e agricultores; o estabelecimento de relações de confiança mútua, por isso mais horizontais e menos hierárquicas, entre os agentes e os tipos de conhecimento envolvidos; e uma visão mais holística ou integral do processo de intervenção social que cria demandas que vão além do processo agrícola de produção (GARCIA, 2007).

aparece pontualmente na comunidade, não vivencia o seu cotidiano e não consegue perceber as suas reais demandas. A assessoria técnica e política, pretendida no Programa ATES, requer uma assistência técnica *in loco*, na vivência cotidiana com as famílias dos trabalhadores rurais, o que implica tempo maior de permanência nas áreas.

Assim como o CONTACAP, o Programa ATES é interpretado por alguns profissionais que acompanharam e vivenciaram as experiências, como o divisor de águas, em termos de reconhecimento da demanda de assistência técnica, segundo as propostas dos movimentos sociais. Cabe aqui outra demarcação central para sinalizar a emergência da denominação de assessoria, no lugar de assistência. É um deslocamento conceitual, indicando uma resignificação, na medida em que desvincula a assistência técnica da extensão rural – nos moldes do SIBRATER – e de suas principais ferramentas, a educação e a pesquisa, propondo um refazer da Educação – que deixa de ser *para*, mas *do* campo²⁰² – e um repensar do papel das instituições de ensino na formação dos profissionais de ATER, conforme analisa Garcia (2007, p.66).

Ao reivindicar programas de formação de profissionais de ATER, o movimento busca a formação de recursos humanos que contribuam tanto para a construção do projeto político alternativo quanto para a viabilização dos assentamentos, pois diversos autores colocam que o movimento reconheceu que, depois da conquista da terra, enfrenta-se o desafio da viabilização socioeconômica dos assentamentos.

Para os assentados e lideranças, o essencial é a convivência com as famílias, no seu cotidiano e nas suas práticas, o que implicaria o técnico morar nas áreas de assentamento, condição que, na interpretação deste entrevistado, permite a troca de saberes e o aprender fazendo junto.

() A assistência técnica era pensada da forma a **morar na comunidade**, por exemplo, em Esperantinópolis tem dois assentamentos, então eles iriam morar no assentamento, mas como a gente acha que no **assentamento não tem estrutura**, para que nós tivesse uma equipe de técnicos, com computador, essas coisas de trabalho, de equipamento, aí foi pensado ficar na cidade, porque a cidade é central. Então o técnico ficava ali para as

²⁰² Dessa forma, a assistência técnica é inserida na agenda da reforma agrária e entre os propósitos dos projetos de Educação no campo em andamento, como resultado de parcerias entre universidades e movimentos sociais. Um exemplo é o “Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para a Assistência Técnica” (Residência Agrária), instituído pelo MDA, por meio da Portaria nº 57 do MDA, publicado no Diário Oficial em 26 de julho de 2004, com o objetivo de favorecer a aproximação entre as universidades e os movimentos sociais para qualificar os processos de formação de profissionais de ATER, tendo abrangência nacional. A partir dessa experiência começa a ser construída outra sintonia entre a pesquisa/ensino/aprendizagem e um espaço de reflexão acerca das problemáticas agrárias e do desenvolvimento rural. (GARCIA, 2007). Outro espaço foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, criado em 7 de abril de 1998, por portaria do MEPE. Os movimentos não só investem na formação da sua militância, como também na produção de estudos sobre essa temática; daí a disponibilidade de uma vasta literatura produzida por militantes ou profissionais vinculados a movimentos sociais, que passam a disputar a legitimidade do conhecimento produzido no campo científico.

comunidades, mudou, já mudou o sentido do que a gente pensou. Mas nós não conseguimos fazer isso em Lima Campos, mesmo assim, mantendo na cidade, porque em Lima Campos temos cinco técnicos e a gente não conseguiu fazer isso, porque não tivemos apoio da estrutura do município, que é o próprio sindicato, e como lá em Esperantinópolis é o sindicato, então em Lima Campos não apareceu o **sindicato** para dar esse apoio... ficava preocupado ...então ele se ocupou de receber uma equipe técnica para trabalhar ali. Então eles não tiveram essa preocupação. Em Lago do Junco não é diferente. Nós temos a **cooperativa** que tem uma estrutura, tem tudo, e tem a **escola família** e tem várias **associações** com essa vontade, com esse desejo de manter a assistência técnica. Ainda tem outros grupos, **núcleos** que também não se mantêm, porque o escritório ficou em Pedreiras. Mas como já tem técnicos do município, ele consegue ficar lá, no caso da Graciléia, já o Toinho trabalha lá e vem para Pedreiras, escritório em Pedreiras, e juntamos todos os técnicos de São Luiz Gonzaga, por isso que eu disse que ainda não realizamos o sonho que foi pensado desde o início desse convênio. A gente não conseguiu botar e **segurar eles nos municípios** (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Este entrevistado enfatiza a necessidade de uma aproximação maior do técnico/assentado, que na sua concepção, poderia ser resolvida com a moradia do técnico nas áreas que lhe permitissem uma observação maior das práticas das famílias, nem sempre, perceptíveis em eventos de capacitação, colocando para isso a necessidade de um envolvimento das organizações locais na garantia dessa condição do trabalho. Entretanto, em sua fala, está expressa a resistência do técnico em permanecer em tempo integral nas áreas, pelas necessidades de suas funções profissionais.

() Se ele ficar no município, **facilita essa informação** para o trabalhador. Então ele tem mais facilidade. Se ele dormir na comunidade, ele tem como tirar o tempo dele antes de dormir, 4 da tarde, 5 horas, 8 horas da noite, e **ta palestrando** com as famílias e está **descobrimdo o meio de produção**, o que que é **desenvolvimento** para ele. Tá puxando tudo isso para não ser no seminário, para não ser numa palestra, **você vai conhecendo as pessoas e até o plano que as pessoas têm**. Então por isso que era interessante que as pessoas **dormissem** diretamente nos assentamentos. Esse é um dos gostos que a gente tinha muito e que a gente fala, e que a gente fala “isso é bom”, “precisa disso”, “**você tem que dormir no assentamento**”. Esse era um desejo que a gente tinha muito e que a gente fala, e que a gente fala “Isso é bom”, “precisa dormir no assentamento”... é claro. Não sei se é porque o sistema de transporte que se tem dá toda a condição dele ir lá e voltar, porque ele tem a moto para ir, e que ele podia encostar essa moto lá, ficar um dia, ficar até dois, **mas ele não consegue**. Então essa é uma das coisas que não está, não era o que a gente queria, mas a gente está lidando com isso e tentando (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Esta outra liderança pensa o acompanhamento técnico de forma ampliada, observando não só aspectos da produção, como das condições sociais e ambientais e culturais do assentamento, conhecimento necessário para a elaboração de bons projetos.

() a idéia pensada pelo agricultor é onde a gente tenha, não talvez uma assistência técnica, mas um **acompanhamento técnico**. É um pouco mais **amplo**, que não se limita só à questão da agricultura, mas vê a questão do **controle do lixo**, vê a questão do **controle das queimadas**, vê a questão do controle do **não uso do agrotóxico**, vê a questão da ajuda, um acompanhamento, onde a família possa chegar **melhorar seus quintais**, a chegar no **agroquintal**, a questão do **tamanho da produção**, de **criação desses pequenos animais**, de pequeno, médio e grande porte. Então, o agricultor, o que ele quer um acompanhamento técnico com essa condição, **não só para elaborar projeto, mas que esse técnico se sinta parte da comunidade**, ou seja, um **acompanhamento permanente**, a família assentada (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

() A maior dificuldade eu diria que é a questão do **conceito** de muitos profissionais hoje, um **costume** que já vem de técnicos governamentais, que é de **elaborar projeto**, entregar projeto, **só fazer um técnico, não aparece mais para dar o acompanhamento**. Essa é uma das dificuldades. É do profissional se adequar isso tudo que nós criamos e adotamos de ASSEMA, que é o **acompanhamento permanente na família**, na comunidade, ou seja, **conviver com a comunidade, ver os costumes da comunidade**, para sentir a receptividade daquelas famílias na comunidade, para se relacionar de modo geral com aquelas famílias e não se limitar a assistência técnica talvez seja uma das dificuldades... que nem todos os profissionais querem fazer isso, porque tem profissionais com esse perfil, mas nem todo profissional tem esse perfil, o que não é o caso do profissional da ASSEMA. (Liderança da ASSEMA, Lago do Junco, 2008). (Os grifos são nossos).

O terceiro entrevistado, abaixo, que não está na posição de liderança, aprofunda mais a questão, propondo um acompanhamento no tempo certo, ou seja, nos momentos cruciais do processo produtivo, de maneira a otimizar o tempo e os recursos disponíveis para a produção, reduzindo as possibilidades de erros. O fato é que os três propõem uma assessoria direta, mais aproximada da realidade e mais comprometida com as famílias, considerada público-alvo.

() uma assistência técnica para o trabalhador rural eu acharia que devia **acompanhar o trabalho do produtor rural**, eu não digo desde o momento do broque... mas pelo menos no **momento em que ele está fazendo o seu enxerto**, porque o momento do plantio é o **momento da segurança** do produtor, na hora que precisamos da assistência técnica, nas nossas terras tem muito poluentes... fraca para caramba, **precisava da assistência nos dizer** como era que a gente deveria plantar naquela terra que era mais fraca, qual é o sistema que a gente vai organizar para que ela dê um bom legume, ou se acha que tirando o que a gente chama a palhada com a máquina... tirando naquele local também podia fazer outro, porque eu acho que a palhada depois dela ser... queimada eu acho que ele deveria ter um trato nela pro modo ver se ela produzia de novo, porque se ela produzisse, aí não, aí melhorava, porque aí ... plantar duas vezes, plantar hoje aqui, plantar para acolá não, ... ficava trabalhando no mínimo uma parte aqui, porque aqui é uma dificuldade, porque é muito, é uma área muito alta, eu não sei se ... porque não tem a água. Outro dia eles estavam falando que nós podia implantar um projeto lá no baixo, lá nós tem terra para trabalhar, é uma área

bonita, nós tem uma reserva lá... mais baixo,... tem um baixão mais lindo do mundo, tem dois açudes bons de água lá dentro...é la que nós queria ver se nós conseguia plantio mais adequado era lá...Eu acho que nós vamos ... uma ala lá para nós fazermos o plantio. **É nessa hora que nós vamos precisar de um técnico ... para nós podermos trabalhar direito** () (Trabalhador rural, Esperantinópolis, 2008).(Os grifos são nossos).

Na interpretação dos técnicos de ATES e dos técnicos militantes, são ressaltadas algumas características dos serviços pretendidos, entre elas que seja realizada dentro das condições das famílias e que permita uma participação consciente desde o planejamento até a execução dos serviços. Prevalece a idéia de um serviço que se diferencia dos pacotes oferecidos por empresas de iniciativa privada, daí a preocupação com a capacitação tanto de técnicos quanto de assentados. Emerge a figura do “técnico assentado”, aquele que sendo trabalhador ou filho de trabalhador, passa por um processo de formação e de capacitação que lhe permita ocupar a posição de técnico, nesse caso, ele passa a ser considerado técnico militante. Para este técnico a questão não está na moradia do técnico, mas no número de famílias estabelecido para o acompanhamento

() Eu não digo que morar no assentamento. Ter que viver lá, ter que dormir, ter sua vida lá. Eu não digo tudo isso, mas **que houvesse o quê, uma certa especificidade de técnicos por assentamento**, porque o que acontece? Eu sou médico veterinário. Eu tenho que dar assistência a quase 14 assentamentos. Então é complicado ter que estar direto num assentamento só. Eu tenho que me virar pra o quê, ir pra um assentamento aqui, pra outro assentamento acolá, pra outro acolá. Então não tem um técnico que seja só de um assentamento, não tem. Geralmente mesmo, por mais que seja nível superior, que a gente chama, médico veterinário, no caso, eu tenho que dar conta de toda a regional, mas existem técnicos que são responsáveis por brigadas. Agora se eu tenho **um técnico por assentamento** eu não digo que ele precisaria Mas uma brigada possui três, quatro, cinco, seis assentamentos às vezes. Então acaba também dificultando. Toda semana ele iria duas ou três vezes lá, supria mais a necessidade deles do que nesse sistema que nós estamos, porque enquanto ele visita um assentamento aqui nessa semana, ele vai visitar esse assentamento de novo daqui a um mês porque não tem como ele ir direto, porque ele vai num assentamento nessa semana, noutra semana outro, outro, outro. Quando ele vai terminar, as visitas ele vai voltar novamente ali, ao primeiro assentamento faz um mês, um mês e meio. Então realmente deveria **ter um técnico por assentamento** (Técnico ATES, região tocantina, 2008).(Os grifos são nossos).

Este outro entrevistado reforça que a ausência do técnico nas áreas prejudica a relação técnico/assentado

() E aí eu particularmente acho que esse é um problema também pra gente desenvolver uma... a credibilidade do técnico com as famílias fica muito distante quando se trata de **você ir e ficar pouco tempo e tal** () mesmo que você não more dentro da área, que aí eu acho que sufoca o trabalho da gente

se você passa a morar dentro da área, mas assim você cria um vínculo. Você não precisa morar dentro da área pra criar esse vínculo, **mas você tem que ter minimamente um tempo de permanência com essas famílias pra você conhecer como é a dinâmica delas** (Técnico ATEs, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

De fato, os conceitos em construção impõem novos perfis de técnicos e de militantes, cujos papéis, por vezes se confundem. Por outro lado, a educação é retomada como ferramenta importante, mas com outro significado. Trata-se de uma idéia em construção, cujos resultados só poderão ser visualizados a longo prazo. A concepção de “assessoria” está associada a outra concepção de matriz tecnológica, também em construção, sendo, portanto, necessário investimento maior em pesquisas participativas, em que o agricultor atue como co-participante. As iniciativas realizadas nesse sentido, com o apoio das universidades, têm seus limites, conforme explicitados no trecho da entrevista abaixo.

() **o agricultor como co-participante**, é que ele vai arcar com ônus muito grande dentro da pesquisa, muito grande, muitas vezes você tem uma pesquisa que ela só prevê a implantação. A manutenção disso, muitas vezes, o projeto não cobre e acha que o agricultor vai ter que arcar com isso. O agricultor não tem as condições de arcar com isso, porque no momento dele fazer a capina, digamos assim, como um exemplo clássico, da área de pesquisa é a mesma época em que ele tá fazendo a roça dele. A roça dele que vai fornecer alimentos para ele poder garantir a comida na mesa dos filhos. Enquanto que a pesquisa vai ainda esperar, três, quatro, cinco, seis, dez anos para apresentar os resultados. E nesse tempo, quem banca a sustentação da família dele? Como é que você consegue garantir que o agricultor faça essas duas atividades ao mesmo tempo, sem que ele tenha uma fonte que possa garantir a subsistência da família dele? Não tem, essa pesquisa cai por terra. E um dos grandes entraves nossos é isso. É você garantir que, após a implantação da pesquisa, a manutenção disso, ela venha se dá também, digamos assim, dentro da fase que fora prevista, planejada, pensada, e muitas das vezes ela não está se dando, porque a gente não tem recursos, realmente recursos financeiros para isso. E aí o agricultor faz isso um ano, dois anos, no maior sacrifício, depois ele, por si só, começa a desestimular e você, na condição de técnico, não tem mais argumento, inclusive, que possa convencer o cara a continuar dessa forma, até porque isso, do ponto de vista humano, você também vai ficando coagido (Dirigente do MST, 2009).

A matriz tecnológica perseguida pelos movimentos sociais propõe um repensar tanto dos sistemas de produção, quanto das práticas tradicionais da agricultura no País. Novos conceitos, inspirados na agroecologia e nas metodologias participativas, são idealizados e passam a orientar as práticas dos trabalhadores. Vivencia-se um momento de desnaturalização de conceitos e de internalização de outros.

() A assistência técnica também nós estamos construindo essa concepção. A gente acha que não é a extensão rural da forma como ela vem sendo feita,

vai lá para o campo, dá a assistência técnica, orientar o produtor, como se o produtor não tivesse nenhum conhecimento, ignorar os conhecimentos do produtor, o conhecimento empírico, a relação que ele tem com a natureza, tudo isso. Então a assistência técnica que a gente defende, inclusive essa de que **ela se some com o conhecimento empírico** que o produtor tem lá. É claro que tem coisas que, do ponto de vista técnico, não tem nada a ver, mas você tem que **respeitar a cultura do lavrador, do agricultor,** e você tem que ir **construindo com ele** esses elementos, essa concepção de assistência técnica. Primeiro, a gente acha que a assistência técnica que a gente tem que trabalhar e a ATEs um grande debate foi chegar à denominação, não seria a extensão rural, seria assistência técnica, **social e ambiental,** porque ela perpassa o conjunto que ela, além de ser, **o nome mudou, é assessoria,** não deixou de ser extensão. **Deixou de ser assistência, é assessoria.** Você vai dar uma certa, um certo **acompanhamento,** uma certa **orientação,** para o produtor, e essa orientação, ela tem de ser, **do ponto de vista produtivo, ela tem que ser técnica, produtiva, mas também do ponto de vista social, mas também do ponto de vista ambiental.** A lógica, o modelo de produção impregnado na agricultura brasileira convencional não serve para nós assim também, como a gente já identificou, que o modelo tradicional da roça no toco também não serve. Então **nós temos que construir uma matriz tecnológica que serve para nós.** Isso nós temos discutido. Então nós temos que discutir a matriz tecnológica e essa nossa matriz tecnológica é baseada em quê? No **princípio da agroecologia.** Não naquela agroecologia ortodoxa que você não pode utilizar de tecnologia, tipo uso de máquina para diminuir a penosidade do trabalho. Não é isso. Mas aquela **tecnologia que você, ao mesmo tempo que você diminui a penosidade do trabalho, você agride o menos possível o meio ambiente, que possa fazer conviver com os ecossistemas,** não destruir os ecossistemas, aprender a produzir respeitando os ecossistemas, preservando ele, dessa forma...dessa forma que está aí usando o pacote agroquímico da revolução verde, isso já tá provado...o agronegócio não adianta. Então não adianta essa concepção está sendo construída da assistência técnica, assistência técnica está sendo construída (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

Os dois dirigentes do MST, ao expressar a idéia de assessoria técnica, em construção no âmbito do Movimento, destacam duas dimensões: a primeira, comentada no excerto acima, diz respeito a uma assessoria que reconheça o conhecimento do Outro, que assuma uma postura de troca de saberes e de acompanhamento; a segunda, compartilhada com o entrevistado, abaixo, está relacionada á matriz tecnológica, proposta pelo MST, baseada nos princípios da agroecologia, com destaque para a diversidade da produção, para o beneficiamento e para a criação das condições para o comércio

() Nossa compreensão primeira é dentro da porteira. Como ver os meios... no sentido da gente **organizar a propriedade rural, sem depender...** com pouca dependência. Isso acho que é um pressuposto. O outro pressuposto é **promover o desenvolvimento, a partir da organização da produção,** a gente quer a **diversidade,** mas que a gente busque a **agroindústria,** busque os elementos necessários, no sentido de que essa produção, ela seja processada e **consiga agregar valor, a não dependência...** evitar o máximo

a especulação. Também não é uma questão fácil. Então o **fortalecimento das pequenas unidades industriais, de processamento, da comercialização, da organização das cooperativas, dos grupos...** do fortalecimento focal... do entorno. Nada adianta tu querer produzir e não observar quem tá ao seu redor, que o primeiro mercado consumidor é esse que tá aí, na sua porta (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

Também está em disputa a concepção de propriedade. A pretendida pelos movimentos sociais é caracterizada pela: independência, organização da produção de forma diversificada, fortalecimento das unidades industriais visando à agregação de valor, organização de cooperativas para fortalecer a comercialização. De tal forma que se amplia o entendimento da reforma agrária, com acesso às políticas públicas e aos benefícios coletivos, que reforçam a organização social. Portanto, na interpretação dos entrevistados, a ATES se diferencia da ATER, porque não tem o caráter somente de preparar o agricultor para o acesso ao crédito, ela deve estar inserida no âmbito da proposta de reforma agrária.

() Uma outra questão na concepção nossa de assistência técnica é a **reforma agrária**, e a reforma agrária entendida como um **bojo de questões que perpassam como a educação, as políticas ficam voltadas, como a melhoria de habitação, a melhoria do acesso à estrada, energia, água, saúde e todos aqueles quesitos que já são básicos e que isso depende da organização social**. Então não adianta nada uma assistência técnica que não reforça a organização social. Uma assistência técnica que venha trabalhar somente o crédito, como fazem então assistência técnica e extensão rural no âmbito da ATER, que é a assistência técnica vinculada ao crédito, ela nada mais trata do que o acesso ao crédito. **A nossa assistência técnica, ela tem que ser pública, controlada pelos trabalhadores, e que ela venha promover o desenvolvimento das comunidades**, das famílias que tão lá, nesses vários âmbitos. Então ela tem que tá inserida no que queremos da reforma agrária. Senão ela não tem sentido (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

Neste capítulo tentei recuperar a dinâmica da construção de uma política pública voltada para a assistência técnica, observando os deslocamentos conceituais, bem como as tensões que permeiam a intervenção pública que tende a voltar-se para os interesses do capital, mas, ao mesmo tempo, permeável às pressões dos movimentos sociais. Procurei situar o contexto político e econômico em que o Programa ATES foi concebido e implementado no Estado. No capítulo seguinte farei a análise, propriamente dita, da experiência com esse programa específico, no estado do Maranhão.

CAPÍTULO 5

PROGRAMA ATES NO MARANHÃO (2004/2008): jogo de forças na construção de uma política pública

Eu acho que é uma política muito boa do governo federal. Eu acho interessante demais, agora a burocracia também é muito grande. Os técnicos que elaboraram o plano de assistência técnica pública, eles não têm noção da falta de estrutura que tem as comunidades, a base onde os técnicos vão trabalhar.

Maria Adelina Chagas

O adentrar no corpus empírico da Tese, consubstanciado nas narrativas dos agentes sociais envolvidos na construção conjunta do ATES, colocou-se diante de uma exigência: considerar as especificidades da política de reforma agrária no Maranhão contemporâneo. De fato, compreender os encontros e desencontros na relação Estado/Movimentos Sociais, na construção de uma política pública, voltada para a produção familiar impõe, como *dever de ofício*, o desenho desses espaços que os órgãos oficiais denominam de assentamentos.

Assim, é prudente o cotejo entre a idealização de um assentamento e as configurações reais que se apresentam no cotidiano. Para tanto, é decisivo considerar a diversidade de situações, delineada conforme os processos de organização social, política e cultural dos grupos sociais envolvidos, do poder de articulação das organizações representativas em suas lutas pelo acesso aos recursos naturais e às políticas públicas.

Inicialmente, desmonta-se a perspectiva das políticas de desenvolvimento que tratam esses espaços, numa ótica homogeneizante, tornando invisíveis suas expressões particulares. O próprio órgão oficial, responsável pela condução da política de reforma agrária, face, ao quadro de realidade que se apresenta, já reconhece a multiplicidade de situações que estão delineadas nessa categorização geral de assentamento.

Uma das servidoras do setor de ATES, do INCRA, entrevistada durante o trabalho do campo, ao analisar o Programa, enumerou cinco tipos de assentamentos, tomando como critério a assistência técnica: 1) os criados mais recentemente, que já estão recebendo assessoria técnica; 2) os criados há mais tempo, mas que ainda não foram contemplados com assessoria técnica; 3) os que já receberam recursos para infraestrutura e crédito Implantação, mas que não têm assessoria técnica; 4) os que já receberam os créditos Implantação e recursos para infraestrutura e que agora estão com assessoria técnica; e 5) os novos que estão

começando a receber os recursos para infraestrutura, e que, desde o início, tiveram o acompanhamento de ATES.

O esforço de sistematização do material empírico leva em conta elementos comuns que possibilitam categorizações. Desse modo, tomo como base informações coligidas em diferentes situações: nas visitas realizadas nos assentamentos - Nova Salvação, em Lima Campos; Cipó/Canaã e Palmeiral/Vietnã, em Esperantinópolis; Diamante Negro/Jutay, em Igarapé do Meio -; em reuniões realizadas em São Luís, entre os servidores e direção do INCRA e representantes de entidades de mediação e organizações locais; nas assembleias da ASSEMA; nos encontros do MIQCB e do MST; nos estudos documentais, com destaque para relatórios do INCRA e das equipes de ATES e PDAs.

O quadro sócio-político e econômico do espaço denominado “assentamento”, “áreas de assentamento”, “projeto de assentamento”, “assentamento” ou “PA”, aqui delineado, reflete a percepção de diferentes agentes sociais, a saber: os considerados beneficiários dessa política, denominados “assentados”; os técnicos de ATES; os técnicos e gestores do INCRA. A análise explicita distintas dimensões das contradições que se apresentam na operacionalização de políticas desenvolvimentistas que, no dizer de Almeida (2010, p. 02), “enaltecem as regras de acesso individual aos recursos naturais e propugnam como modelo universal a parcelarização ou assentamentos baseados em lotes”.

No discurso oficial – relatórios do INCRA e os PNRA –, os assentamentos são apresentados como espaços sociais demarcados geograficamente, a partir da intervenção estatal, para fins de reforma agrária, com base em diagnósticos socioeconômicos. Em tais espaços, são previstas ações de promoção social e econômica, visando a implantação de sistemas de produção autossustentáveis, na perspectiva de cumprimento da função da terra e da promoção econômica social e cultural das famílias²⁰³. De forma que, segundo essa ótica, assim define-se o objetivo do Projeto de Assentamento:

reordenamento agrário do País, através da melhor distribuição da terra, podendo utilizar terras obtidas via desapropriação por interesse social, terras públicas da União, as adquiridas e aquelas recebidas através de doações (INCRA, 2000, p. 48-49).

Sendo o principal programa do II PNRA, o assentamento prevê distribuição de terra, com a execução de projetos e atividades relacionadas à organização espacial da área,

²⁰³ Segundo Delgado (2010, p.102), “as áreas obtidas para assentamento são legalmente posse da União”, permanecendo inscritas no Cadastro Rural pela antiga titularidade até a emancipação do assentamento e a entrega das parcelas de terra aos novos titulares. Nesse período, legalmente a posse é do assentado, mas o domínio é da União.

com serviços de infraestrutura - estradas, obras comunitárias, habitação, escola, posto de saúde, energia elétrica, abastecimento de água. Ainda, na idealização do II PNRA, nessa área, dotada das condições básicas de vivência, prevê-se a implementação de projetos produtivos, possibilitando a criação de “novas pequenas propriedades agrícolas ou unidades de produção” (INCRA, 2000, p. 49).

A expectativa dos planejadores era de que, com a incorporação de terras ao processo produtivo do País, fossem criadas novas pequenas propriedades, com geração de novos empregos, distribuição de renda, redução do êxodo rural, erradicação de focos de tensão social e aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas.

O resultado do Censo Agrário de 1996, as avaliações das experiências acumuladas com o PNRA (1985), os resultados frustrantes das investidas na modernização do campo e os processos de ambientalização dos conflitos sociais (LOPES, 2004), impuseram a exigência de uma redefinição dos Projetos de Assentamento. Assim, governo e segmentos da sociedade envolveram-se neste repensar, tentando combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade.

A rigor, no processo de redefinições do Projeto de Assentamento verificou-se uma ampliação do próprio âmbito da reforma agrária: às preocupações com distribuição de renda, ocupação e emprego rural foram acrescidas as referentes à segurança alimentar e nutricional, ao acesso a direitos fundamentais e ao meio ambiente. Dessa maneira, ampliaram-se as ações e os chamados beneficiários diretos da política de reforma agrária. Hoje, além dos denominados agricultores familiares, aparecem outras categorias, a saber: as comunidades rurais tradicionais; as populações ribeirinhas; os atingidos por barragens e por outras grandes obras de infraestrutura; os ocupantes não índios das áreas indígenas; as mulheres trabalhadoras rurais; a juventude rural e outros segmentos (II PNRA, 2003).

Quando se pergunta, a técnicos e a determinados grupos de trabalhadores, o que é um Projeto de Assentamento, a primeira vinculação feita é com os benefícios coletivos e com as políticas sociais. De fato, predomina a representação de um espaço estruturado com estrada, fornecimento de energia elétrica e de água, instalação de postos de saúde, escolas, centros comunitários, bem como a garantia de acesso das famílias aos créditos agrícolas. Outra dimensão de destaque, no imaginário de trabalhadores e técnicos, é a questão da organização política, com a capacitação do assentado para acessar recursos públicos e o desenvolvimento das lutas coletivas, em busca do atendimento das demandas.

No entanto, em situações específicas de assentamentos, uma percepção recorrente é a de estranhar esta designação para o seu espaço e questionar as categorizações atribuídas pelos órgãos oficiais. Nessa linha de concepção, é emblemática a fala de uma liderança das quebradeiras de coco babaçu, ao se referir à situação da comunidade de Monte Alegre, no município de São Luiz Gonzaga do Maranhão, região do Médio Mearim, que hoje reivindica o reconhecimento na condição de comunidade quilombola

muitas vezes **para a gente não está claro o que é projeto de assentamento**, porque nós fomos descobrir que **nós éramos assentado, de 79 até 86, nós fomos saber em 86, que a gente estava no projeto de assentamento**. Então nós passamos de 79 até 86 e a gente não sabia que era assentamento. Depois a gente descobriu que o assentamento era PA Olho d'Água dos Grilos e aí a gente perguntou, mas PA Olho d'Água dos Grilos por quê? Se nós que tivemos nossas casas queimadas. Aí a gente descobriu que parece que porque o nome era muito feio. Diz que Monte Alegre era muito feio, diz que Monte Alegre era um nome muito feio, mas para nós não era feio, aí a gente foi se descobrindo e até hoje continua. (Liderança do MIQCB, 2008). (Os grifos são nossos).

Há que se considerar a distância entre as idealizações e as materializações na vida cotidiana. Inegavelmente, os assentamentos, na sua diversidade, são perpassados de tensões e contradições, vivenciando precarização de condições de vida e de trabalho, em meio a lutas e resistências. E muitas são as dimensões que se articulam e se entrecruzam nas tramas desse espaço conhecido como assentamento. Trabalhando essa questão, Melo (2007) observou que a dinâmica de um assentamento perpassa diferentes dimensões – econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas – que interagem entre si e que só serão compreendidas mediante a apreensão das relações sociais e das relações entre os grupos e o meio ambiente. Há de se observar, também, as formas de sociabilidade pré-existentes a sua implantação e às construções que foram feitas a partir dessas intervenções, para se compreender os conflitos contemporâneos dentro desses espaços, sobretudo, quando é proposta uma assessoria técnica e política.

Tendo por suporte a concepção oficial de assentamento e as narrativas e interlocuções de lideranças, militantes, técnicos de ATES e dos trabalhadores, cheguei ao delineamento do quadro de realidade dos assentamentos, trabalhando questões que considero chaves analíticas: a) Questões de infraestrutura; b) Questões fundiárias; c) Questões ambientais; d) Acesso a políticas agrícolas e agrárias; e) Organização social e política; f) Questões éticas no uso de recurso público; e g) Questões culturais.

5.1 Assentamentos no Maranhão: território plural, com disputas em diferentes dimensões.

5.1.1 Questões fundiárias

Como demonstram os indicadores sociais, o Maranhão é o segundo colocado em concentração de terras²⁰⁴, carecendo de uma política de regularização fundiária, capaz de corrigir distorções históricas, freqüentemente denunciadas pelos órgãos de representação dos segmentos sociais que vivem no campo, em manifestos e ações de pressão junto ao INCRA, e por estudiosos das questões agrárias, por meio de pesquisas e documentos.

Em tempos contemporâneos, o latifúndio no Maranhão, seguindo a tendência nacional, tem outra dimensão e a figura emblemática dos conflitos agrários - representada pelos chamados *fazendeiro* ou *latifundiário*, *produtores de gado*, *madeireiro* - das décadas de 1970 e 1980, hoje está presente nas diferentes facetas do agronegócio, materializadas por grandes empresas nacionais e internacionais, que adentram no território maranhense, com o aval do Estado. Em síntese, com a expansão do agronegócio no Estado, mudam os interlocutores, mas permanecem os conflitos.

De fato, grupos internacionais e nacionais disputam os recursos naturais para a implementação de grandes negócios no mercado de *commodities*. Apesar do discurso desenvolvimentista e modernizante que se apresenta como a possibilidade de superação do “atraso” - tal como os defensores desse modelo classificam as diferentes formas de vida que existem no Maranhão - esses empreendimentos se mantêm por meio de relações sociais de sujeição²⁰⁵, reproduzidas desde os tempos coloniais, com o aval das elites locais.

Nas audiências públicas, nas reuniões das organizações/movimentos, nas reuniões com os gestores do INCRA e nas entrevistas, trabalhadores e representantes das entidades apontavam e cobravam soluções para os múltiplos problemas fundiários. Uma das reivindicações mais recorrentes é a atualização do cadastro do INCRA, para evitar os conflitos e tensionamentos internos relativos à terra. Destacam-se as seguintes situações a

²⁰⁴ A dimensão da concentração fundiária no Maranhão foi apresentada e discutida também no Capítulo 3 desta Tese, mais especificamente no item 3.2. que trata dos aspectos da formação sociopolítica e econômica do Maranhão.

²⁰⁵ Refiro-me, especificamente, às práticas sociais que se apresentam nas microrelações no campo, não visibilizadas nas discussões sobre as questões agrárias e agrícolas no país. No caso específico da região dos babaçuais, afetam diretamente as mulheres e crianças, constantemente violentados por fazendeiros ou seus capatazes. Tais práticas não aparecem nos censos oficiais, porque passam despercebidas pelos aparatos de poder e movimentos sociais que discutem de forma generalizante as questões da reforma agrária e agrícola, não atingindo o cerne da questão. Sobre o tema consultar Araujo, Martins, Magalhães (2004).

demandar a atualização cadastral: assentamentos recentes cadastrados que não receberam créditos, apoio e habitação; famílias que moram no assentamento e que não são cadastradas, formadas, por vezes, por filhos de assentados; famílias que estão nas casas financiadas sem serem cadastradas; cadastros realizados sem conclusão; falta de cadastros dos agregados; famílias cadastradas que já foram embora do assentamento, mas que permanecem na relação dos beneficiários; famílias cadastradas que não se enquadram nos critérios para ser beneficiário da reforma agrária, por não morarem e/ou não trabalharem no assentamento; interferência dos técnicos do INCRA nos cadastramentos; fazendeiros que vivem nos lotes.

Tais reivindicações mostram como a política de reforma agrária cria critérios de di-visor (BOURDIEU, 1998), estabelecendo distinções - assentado x não assentado; cadastrado x não cadastrado - não existentes antes da intervenção pública, quando o espaço era organizado mediante outras regras de sociabilidade, definidas pelos próprios grupos.

A essas questões fundiárias, resultantes da falta de uma política de regularização fundiária no País, acrescentam-se outras pertinentes ao desempenho do próprio INCRA na solução das situações de conflitos. Os trabalhadores e entidades reclamam constantemente – nas entrevistas e em intervenções nas reuniões – da lentidão na condução dos processos de vistorias, das desapropriações e denunciam a compra e venda de lotes.

Em meio a estas questões mais operacionais na execução da política, que abrangem desde a lentidão de registros até mesmo a práticas irregulares e ilícitas, emergem problemáticas de caráter estrutural que tocam em aspectos vitais das questões agrárias, destacando-se, dentre elas, a superposição de territórios²⁰⁶ que se revela, com inteireza, na polêmica da natureza do uso da terra e de outros recursos naturais. É a imposição da parcelarização em lotes individuais se conflitando com formas de uso comum dos recursos naturais. Conforme explicita esta entrevistada, está em pauta um elemento decisivo na sociabilidade no sistema do capital: a propriedade privada.

() O nosso assentamento, pela hierarquia que nós já tínhamos, **ele tinha que ser comunitário**, onde todo mundo viva no mesmo espaço, participe das decisões e que tudo seja **coletivo**; a terra é coletiva, mesmo eu tendo uma área para eu trabalhar, mas é coletivo. () Só que na nossa região existem muitos **projetos de assentamentos** que, na concepção de outras pessoas, é um projeto de assentamento, tira-se o patrimônio, o resto vamos dividir; **aí cada um fica com seu lote e não é comunitário**, o pessoal dizia: “Não, nós vamos fazer assentamento para receber **infraestrutura**”. Eu acho que **projeto de assentamento é uma forma de ou é de dominar ou é a**

²⁰⁶ Sobre o conflito que se estabelece, em função da superposição de territórios em assentamentos de reforma agrária, envolvendo reservas extrativistas, unidades de conservação, unidades de preservação ambiental, terras indígenas e territórios quilombolas, consultar, também, Carvalho de Souza (2009).

maneira mais fácil de fazer acabar, eu não sei, eu nunca entendi essa história de projeto de assentamento (Liderança do MIQCB, 2008). (Os grifos são nossos).

A questão da parcelarização de lotes tem sérias implicações na dinâmica e na potencialidade desses espaços sociais. É o que bem enfatiza esta entrevistada, ao explicar o processo de transformação de sua comunidade – que atualmente reclama junto ao poder público o reconhecimento como comunidade quilombola - em assentamento:

() É o **cadastro do INCRA**. O negócio da imissão de posse não funcionou. Depois passou a não funcionar quando a gente começou a ver que companheiros pegavam a terra. Estava no coletivo, aí a cabeça mudava. Não, vamos dividir, e quando começaram a **vender**, e quando começaram a vender, começaram a **perder a terra e tem muito companheiro que foram assentado e que hoje não tem um pedaço de terra**, porque na hora que divide, na cabeça está “eu vou vender” e acaba vendendo para pessoas que moram na cidade e que depois se tornam de novo proprietários de terra (Liderança do MIQCB, 2008). (Os grifos são nossos).

Nesse outro excerto da entrevista, a liderança estabelece uma diferença entre *assentamento* e *comunidade quilombola*, acionando a ancestralidade e a memória como elementos da identidade quilombola.

() lá mesmo no sítio de Monte Alegre não houve... eu vejo de duas formas: uma, é feito um projeto de assentamento, **aonde eu nunca me mudei dali**, aonde meus avós, meus bisavós, onde eu moro há mais de 100 anos. Quando a gente torna a brigar por essa terra, aí vem o projeto de assentamento, porque ali houve um conflito. Outra característica de assentamento, quando **se ocupa a terra**, eu venho de outro lugar, ocupo, aí o INCRA vem, desapropria, porque ali é uma desapropriação para que seja feito o assentamento. O que caracteriza é **ter o povo e ter a infraestrutura**... Agora, a **comunidade quilombola** é o lugar onde houve uma fazenda de **escravos** e que quando se grita liberdade eles não vão embora para lugar nenhum, eles permanecem ali, e que a resistência que está **nas veias** faz com que a gente encare a luta de frente, é uma **herança** que a gente tem que a gente não pode esconder, então é uma **história**, ah os meus avós me contam que eu vou contar para os meus netos, porque a **história** é uma história viva, é uma história que é contada... **remanescente** porque a gente é uma parte de um povo que já veio... e não ter vergonha de ser negro. É uma marca profunda que a gente tem que ficar lembrando, o que eu sou, da onde eu vim...e aí as coisas que a gente tem lá, que a gente acredita...a gente acredita que ali tem uma pedreira, que tem vários encantados...o projeto de assentamento é uma coisa que alguém criou e impôs para nós (Liderança do MIQCB, 2008). (Os grifos são nossos)

A fala da entrevistada reafirma as indicações analíticas de Almeida (2010, p.2), quando o autor se refere às implicações de iniciativas governamentais que imprimem regras

de acesso individual aos recursos naturais e universalizam a parcelarização ou assentamentos baseados em lotes, como estratégias de regularização fundiária, apostando na privatização de terras públicas, como meio de incorporar novas tecnologias e de dinamizar o mercado de terras. Assim, explica Almeida (2010, p. 2):

As razões menosprezam fatores étnicos, de parentesco e/ou culturais, representando-os como meras “sobrevivências” ou “comunidades primitivas”, ou como elementos residuais abrigados sob uma classificação de “tradicional”, isto é, uma determinada situação social que, embora tenha sobrevivido às mudanças, estaria, do ponto de vista evolucionista, em vias de extinção.

O técnico militante do MST e assentado em Itapecuru-Mirim, entrevistado abaixo, ao comentar a situação vivenciada no PA Vila Diamante/Jutay, no município de Igarapé do Meio, na região da Baixada Maranhense, avalia que o grande desafio dos assentamentos, na contemporaneidade, é conviver com a diversidade cultural

() aqui existe uma diversidade grande, porque tem gente aqui do Estado do Maranhão que veio **de outros municípios**. Aqui, antigamente, era um sítio de **Vitória do Mearim**, mas aí aqui, você encontra gente daqui do Estado do Maranhão que veio de Vitória do Mearim, grande parte das famílias daqui da Vila Diamante, mas você encontra gente que **veio de Pernambuco, do Ceará, do Piauí**. Então, existe aqui uma **diversidade de famílias** oriundas de **outros estados**, enquanto **que as comunidades já existiam** e estão aqui, as comunidades mais antigas, elas são formadas por **um tronco familiar**, embora tenham outras comunidades, tipo Água Branca. Água Branca é uma comunidade que também foi formada por **um tronco familiar, uma família que veio do Ceará**. Mas aqui mesmo na Vila Diamante você vai encontrar essa diversidade de naturalidade de outros estados muito marcante, muito forte, e nós aqui, esse é um dos grandes **desafios** daqui você conseguir, digamos assim, conciliar essas **diferenças culturais** para fazer com que haja harmonia na comunidade entre essas diversas tendências aqui na Vila Diamante. (Técnico militante do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Nesse assentamento, a identidade política quilombola ainda não foi acionada pela própria comunidade

() Olha, esse povo que fica no fundo da área, embora seja uma comunidade que fica bem próximo da deles lá, mas a história deles é que existe, realmente, **remanescente de quilombola**. Agora eles hoje já perderam praticamente esses traços, isso nunca foi trabalhado. Não houve um resgate, outro tipo do trabalho e tal. Talvez se alguém puxasse isso. Talvez ainda conseguisse, digamos assim, mais forte, mas existe, por exemplo, aqui existem **festas como tambor de crioula**, que é uma coisa marcante da gente ver aqui no Maranhão, das comunidades quilombola, tem essa festa aqui, no assentamento, principalmente, nas comunidades que são **comunidades negras**. Tem o **bumba boi**, tem festas como essa, tem o **terecô**, tem **tambor de mina**. Existe no assentamento essas comunidades que são **comunidades**

antigas. Então isso são traços que tem aí, de uma forma ou de outra, uma relação com comunidades quilombola (Técnico militante do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Os dois relatos referem-se a situações específicas dos processos de ocupação do Maranhão. No primeiro, a entrevistada de Monte Alegre, município de São Luiz Gonzaga do Maranhão, descreveu uma situação de intervenção estatal, para fins de reforma agrária, em uma área, onde o grupo permaneceu no território, mesmo com o estabelecimento do conflito pela posse da terra. Na segunda situação, ocorrida em Igarapé do Meio, descrita pelo segundo entrevistado, o grupo de “ocupantes”, formado por diversos segmentos oriundos de outros lugares, foi assentado em áreas onde já existiam grupos étnicos. As duas situações descritas revelam o desafio de pensar o assentamento como um espaço plural.

5.1.2 Questões de infraestrutura

Maranhão está em primeiro lugar em número de assentamentos no País, porém, ocupa, também, a primeira posição em *passivo de infraestrutura*²⁰⁷, isto é, lidera em termos de déficit de efetivação dos chamados bens e serviços de infraestrutura. Conforme os gestores do INCRA, vários fatores contribuem para esse quadro e, entre os citados, estão: o aumento das demandas e do público beneficiário do Programa; a inadimplência das prefeituras que impede o repasse de recursos; e o descumprimento dos convênios, por parte de prefeituras que recebem os recursos e não executam as obras de infraestrutura. Para um servidor do órgão, entrevistado, o fator determinante para a deficiência nesse campo está na discrepância entre o número de assentamentos criados com a desapropriação de terras e o número de ações disponibilizadas. Neste tocante, é enfático demarcar as mudanças de demanda no âmbito da reforma agrária

() Ah, mudou bastante. Hoje a demanda maior não é mais por terra, desapropriação de terra. Inverteu-se aí esses extremos. Hoje é por ação de infraestrutura, **porque desapropriou-se tanta terra, se distribuiu tanta terra, e não se levou a infraestrutura.** Há um déficit muito grande, o que nós temos aí de **passivo de assentamentos**, necessitando de ação de infraestrutura não tá escrito. Isso é uma bola de neve muito grande, porque a cada ano que passa **você incorpora muitos assentamentos**, muitas famílias novas ao teu universo. E **você não disponibiliza a ação da infraestrutura** na mesma proporção, isso é uma bola de neve. O que mais bate na nossa porta no INCRA não é desapropriação de terra, a demanda grande é justamente por ação de infraestrutura: estrada, energia, abastecimento d’água, créditos, créditos... apoio a educação, crédito PRONAF, são essas

²⁰⁷ Expressão utilizada no discurso técnico-gerencial, encarnado pelo INCRA.

ações que são hoje demandadas, a grande demanda do INCRA são essas ações. Não é mais desapropriação, desapropriação existe, existe a demanda. Mas não é mais como naquela época (Servidor do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

Em termos de estrutura física, os assentamentos assistidos pela ATES no Maranhão, ainda não dispõem da autonomia propugnada na concepção oficial de Projeto de Assentamento, aqui já delineada. Cabe sublinhar o peso que a dimensão da infraestrutura ganhou nas lutas dos movimentos sociais, no campo da reforma agrária. De fato, verifica-se um privilegiamento de demandas pelos considerados bens e serviços de infraestrutura. Entendo ser esta uma busca dos movimentos para superar a tendência à favelarização dos assentamentos, garantindo condições básicas de vida no campo.

O próprio discurso dos gestores enfatiza a priorização das questões de infraestrutura, no âmbito da atuação do INCRA, no desenvolvimento da política da reforma agrária, denominando esta opção de “investimento em humanização”

() Agora há um direcionamento para atender essas necessidades mais urgentes, que é uma casa e alguma coisa para o agricultor comer, se alimentar, enquanto espera a roça. E **antigamente o INCRA tinha primeiro que demarcar**. Então o que? A demarcação ficou para depois, a divisão do lote ficou para depois, a titulação do lote, propriamente dita, ficou para depois, por quê? Dentro de uma leitura emergencial, o que fazer? Salve o homem, dá um dinheiro para ele ficar lá na terra, pega uma casinha. Não é dada, ele é devedor dessa casa, mas acredito que no futuro não muito distante o governo vai anistiar isso, vai doar. Mas o certo é que **houve, na minha leitura, um grande investimento, talvez o maior do mundo, em termos de investimento no ser humano**, no resgate, iniciar assim, o que o presidente Lula tem dito “ter direito de almoçar e jantar”, depois vamos demarcar esse lote, depois vamos ter onde botar a cabeça debaixo, temos que tirar da lona. Então esse foi um **investimento muito, eu diria assim, humanístico**, voltado para o ser humano ()

() Eu acho que **a reforma agrária não pode viver só com a distribuição da terra**, não só com **habitação**, mas existe uma série de agregados que são necessários para consolidar. A **assistência técnica** é uma delas. Se eu pudesse fazer o projeto, fazer a **estrada**, botar o **poço**, botar uma **água** de boa qualidade, o Ministério da Saúde, através da prefeitura ou da secretaria municipal da Saúde, fizesse os postos de saúde. A Secretaria de Educação ou o Ministério da Educação fizesse as **escolas**. Nós fizéssemos as estradas ou alguém fizesse a estrada. Nós teríamos aí com a assistência técnica uma evolução mais rápida e mais segura (Gestor do INCRA, 2009). (Os grifos são nossos).

É preciso atentar para os significados deste discurso oficial que encarna a argumentação recorrente usada pelo Governo Lula (2003-2010) de que “nunca se fez tanto pela reforma agrária”. É emblemática a fala do gestor referindo-se à atuação do INCRA, no ano de 2009, no estado do Maranhão

() Só para você ter uma idéia, este ano o INCRA do Maranhão está investindo em torno de 300 milhões de reais no campo, 300 milhões de reais para habitação, para estrada, para alimentação de agricultores, para ele comprar uma vaquinha ou um bezerro, um cabrito, comprar o arame para cercar. Então isso é importante, isso não vinha, isso nunca veio. Agora você imagina, se nós formos somar bolsa família e tal, **nós temos uma política que busca a redução da miséria, da fome, da pobreza absoluta**, daquele ponto em que, de inércia que o homem fica, eu digo sempre ... que ele não tem ovo para comer porque comeu a galinha na véspera. Então essa é minha visão (Gestor do INCRA, 2009). (Os grifos são nossos).

Uma das demandas mais frequentes dos trabalhadores é a construção ou a recuperação das estradas. No período de chuvas, as condições de acesso às áreas apresentam uma sensível deterioração, contribuindo para o isolamento das famílias, para a elevação dos preços de transportes e para o aumento da penosidade do trabalho, tanto das famílias quanto dos técnicos. É o que sublinha um técnico de ATES na seguinte fala:

() É a questão das condições da estrada. E quando chega o período chuvoso, fica tão difícil transitar que, às vezes, o pessoal fica isolado lá. Como esse mês, esse ano agora, o pessoal ficou quase um mês **isolado**, que pra sair da área (...) Até sair de moto, tinha que vir dois, três, que era pra um ajudar a desatolar o outro. Porque carro não passava. Carro ficava lá e você tinha que **andar vários quilômetros** pra você chegar na sede. Então você tem dificuldade de acesso. Durante o período agora seco, não. Porque lá, como tem muito madeireiro... Não digo nem madeireiro, é carvoaria. Passa muito caminhão por dentro. É o que eles chamam de estrada de arrastão. Só aquela **estrada aberta** pelo trator, mas sem piçarra, sem nada. Aí ali consegue-se transitar com os carros. E também, quando tem a moto consegue chegar. Ou então de início era preciso se alugar transporte (Técnico de ATES, Imperatriz, 2008). (Os grifos são nossos).

Tais condições, na avaliação desse entrevistado, interferem na dinâmica dos trabalhos de assessoria técnica

... Sair da sede do município pra você chegar até o assentamento, que é 5 ou 6 [?] km, **saía muito mais caro** do que você sair de Imperatriz pra Santa Inês. Levava em **torno de 3 a 4 horas** de viagem pra chegar lá em Sítio Novo. E lá a gente levava uma média de uma hora pra sair da sede pra chegar no assentamento. Gastava em torno de R\$ 80,00 a R\$ 100,00 reais de aluguel de um carro só pra deixar lá. E a passagem variando de R\$ 17,00 a R\$ 20,00 pra chegar de Imperatriz a ... que é um dos problemas que até uma vez um coordenador colocou. **A questão da prestação de contas**. Às vezes o pessoal questiona: por que que é tão mais caro... Só olham os números, mas não entendem a realidade. Só a questão dos números. Então são essas condições (Técnico de ATES, Imperatriz, 2008). (Os grifos são nossos).

O relato evidencia que quando o projeto de assessoria é elaborado sem o devido conhecimento da realidade, as atividades planejadas ficam sujeitas a constantes alterações - datas previstas para a realização ou custos calculados - particularmente, no período das

chuvas. São os imponderáveis que se apresentam no cotidiano que exigem flexibilização no planejamento das ações, dificilmente assimilados por técnicos dos órgãos de controladoria da União.

Existem assentamentos, onde as famílias já garantiram benefícios importantes, como água, luz, equipamentos para o beneficiamento da produção. Entretanto, não conseguem avançar na organização econômica, devido a deficiência de infraestrutura, sobretudo no que se refere às condições das estradas que não permitem o escoamento da produção, sendo este fator um gargalo para as iniciativas econômicas. É o que avalia uma técnica de ATES, referindo-se aos assentamentos nos municípios de Estreito e Senador La Roque, sul do Estado.

() No sentido de **infraestrutura**, os assentamentos de **Estreito** estão bastante avançados. Eles já têm uma infraestrutura que dá para eles produzirem. Tem água, tem luz, têm as estruturas coletivas, uma boa parte tem as usinas. Eles conseguiram também recentemente, já no final, alguns projetos, através da Secretaria de Economia Solidária aqui do Estado, para fazer uma usina, uma casa de farinha, ou então para fazer lá a mini-fábrica de doces para os projetos. Tem também uma bacia leiteira para lá, tem alguns. Eles têm já alguma forma de se desenvolver. Agora, assim, lá nos assentamentos de Estreito o grande problema que a gente tem é a **estrada** que, na verdade, é a MA 138, () é uma estrada terrível, essa estrada vai de Estreito até São Pedro dos Crentes. Em períodos de inverno, tem lugar que corta mesmo a estrada, e no verão é poeirão. Então, assim, tem muita dificuldade lá na questão da **estrada para escoar a produção**. Tem assentamento que tem - não sou da área agrônômica, mas eu sei, porque a gente sempre acompanhava nesses assentamentos - que tem local bons de produzir, que tem um potencial todo, p. ex, a banana, tem lugar lá que os agricultores cansaram de trabalhar nessa linha por conta de que eles **não têm estrada para escoar a produção** (Técnica de ATES, região Sul, 2008). (Os grifos são nossos).

As condições das estradas refletem nos serviços dos transportes. Em grande parte dos assentamentos, o sistema de transporte é garantido por meio do chamado “carro de linha” – vans, kombis, caminhões e o popular “pau de arara” – ou ainda a moto. Na ausência desses veículos, são utilizados a bicicleta, carroça, carro de boi e os animais - jumento e burros - e, dependendo das circunstâncias, as pessoas percorrem longas distâncias a pé. São esses os meios que as famílias dispõem para transportar sua produção, no caso de decidirem pela comercialização dos produtos²⁰⁸. No PA Nova Salvação, em Lima Campos, as famílias perdem a produção ou desistem de investir em determinadas culturas, por falta de condições do escoamento da produção.

²⁰⁸ Outros estudos também se dedicaram à descrição dos processos de implantação das políticas agrícolas nos assentamentos. Especificamente sobre a Vila Diamante ver Azar (2005).

No período de realização da pesquisa – 2007 a 2009 -, uma das questões enfaticamente debatidas nos assentamentos relacionava-se aos recursos que estavam sendo liberados pelo INCRA para a recuperação das casas. A situação, descrita no excerto da entrevista, abaixo, revela as condições das moradias, financiadas pelo crédito habitação, e das instalações sanitárias, na região tocantina.

() Agora, com relação às casas, inclusive atualmente estão todos os assentamentos, praticamente, da região, eles estão com projeto de recuperação das casas. Um recurso que vai ser oferecido pelo INCRA, via MDA. Então esse recurso vem com a função de que? Ele vem com a função de recuperar as casas, porque o que a gente pode ver é o seguinte: **as casas não foram feitas como deveria ser**. Um exemplo, questão de **quantidade de material** que foi utilizado. Então, você vê que **cimento foi muito pouco utilizado**. Então as pessoas ou grupo, não sei, que estavam na direção da construção dessas casas, creio eu que utilizaram de má fé. Se na nota tinha dez sacos de cimento, usaram só cinco. Em muitos lugares, o cimento é muito pouco. E a questão até mesmo da **mão-de-obra**. Dependendo de assentamento pra assentamento você vê que **as pessoas que construíram as casas não tinham experiência nenhuma**. Então, parede torta, parede totalmente sem sustentabilidade... Então hoje está precisando muito de recuperação dessas casas e assentamentos que existem aí, casas de assentamento que **a parede está caindo** ou já caiu. Inclusive em um assentamento a parede da casa já caiu, caiu em cima das pessoas que estavam morando lá... Então, foram casas que foram feitas, praticamente o quê? **Fora dos moldes da construção civil**, que é uma casa que realmente fosse aquilo que é preconizado dentro da engenharia civil. Porque se tivesse feito da forma correta nem precisaria dessa questão da reforma, mas hoje precisa bastante. E também tem a questão assim, alguns assentamentos, algumas casas de assentamento foram feitas, por exemplo, com **banheiro**, mas algumas não foram feitas com banheiro e existem lugares que não existe nem sequer **sentinas**, que é o local que você vai pra fazer suas necessidades fisiológicas. Na verdade, o que é utilizado é o **próprio mato**. Então há essa variação também de assentamento pra assentamento e eu não sei o porquê (Técnico de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

No PA Nova Salvação, município de Lima Campos, região do Médio Mearim, um dos trabalhadores - confirmando o que o entrevistado acima relata - chegou a afirmar que não tinha confiança em morar na casa de alvenaria construída, com recursos do INCRA. Por medo da casa “nova” cair, preferia usá-la como depósito, galpão, enquanto permanecia morando com a família na casa antiga, de taipa que ele mesmo havia construído.

Os assentados enfrentam, também, dificuldades com o fornecimento de água. No excerto do relatório trimestral, abaixo, é relatada a peregrinação da equipe de ATES/AMIQCB, para solucionar o problema da falta de água, no município de Codó. Essa tarefa envolve as comunidades, por meio de seus órgãos de representação política, órgãos públicos municipais e empresas. Mostra ainda a qualidade, ou melhor, a falta de qualidade,

dos serviços prestados pelas empresas de construção civil nas áreas de assentamento, tão denunciadas pelos assentados nas audiências públicas e reuniões com o INCRA.

() O projeto de abastecimento de água encontra-se parado sem data para conclusão na comunidade dos Matões do Moreira (PA Orcaisa), a **empresa** executora das obras de infraestrutura tem demonstrado **morosidade** no processo de conclusão. Já em outras comunidades, como Alto Bonito, Corujão, Tukurubá, Salobro e São José de Pinho, PA CIT Novo Horizonte, **os poços construídos encontram-se com água salgada**, prejudicando saúde das famílias que dependem desses poços. A equipe já fez várias tentativas para se informar sobre a fonte de recursos para a construção desses poços, mas ninguém soube até o momento nos informar ao certo. Fomos à Secretaria de Saúde do Estado e também não sabem dar informação, só sabemos que foi uma empresa de nome Hidrosonda. Enfim, no inverno as comunidades ainda possuem a alternativa dos **igarapés**, e no verão necessitam trazer ao menos a água de beber da sede do município, portanto a problemática da água permanece, e na audiência com o prefeito de Codó estava presente o secretário adjunto de Obras, que sugeriu a compra de dessalinizadores, mas precisaria ser incluso no Plano Plurianual. Algumas famílias não se encontram ainda no assentamento devido às dificuldades de abastecimento d'água (AMIQCB, Relatório Técnico Trimestral de Atividades, 2009). (Os grifos são nossos).

O trabalhador entrevistado, abaixo, complementam as informações do relatório, ao descrever as condições do fornecimento de água e a qualidade dos benefícios coletivos, nas áreas de assentamento.

() A água, nós temos poços (...) no quintal, ou poços cacimbão, como é chamado. São poços que são feitos geralmente com um metro e meio de largura e a profundidade varia de três, quatro e até doze metros, por exemplo. É um poço que é cavado manualmente ... de largura que caiba um homem dentro com instrumentos pra cavar. E é assim, nossa fonte de água (Trabalhador rural, Pedro do Rosário, 2008).

Nessas condições, os serviços de ATES ficam comprometidos. Como afirma a entrevistada abaixo, “parece que é tudo pela metade”.

() E até mesmo essa **história dos quintais**. A gente sempre gostou muito de trabalhar o melhoramento dos quintais para a **segurança alimentar**, frutas, verduras que não fazem muito parte da cultura, mas que seja a vinagreira, quiabo, maxixe, abóbora, não só lá na roça, mas plantar no próprio quintal, com a água encanada propiciaria que tivesse certamente o ano todo aquilo ali, mas sem água não é eficiente, portanto **essa questão de infraestrutura dos assentamentos é tudo pela metade**. Não tem nada terminado, talvez uma energia que é elétrica, talvez uma energia, não sei a energia propicia a televisão. E a hora que chega é o maior sonho dos assentados, é a chegada da energia. Então talvez isso é coisa que, isso quando não dá um cheirinho de chuva, porque **quando começou a chover já está faltando luz**, tem alguns municípios que é bem **precário essa história de segurar energia**. Eu nem

entendo dessa parte aí, mas eu fico bem impressionada. Mas **a água é um dos pontos mais críticos** assim que eu acho que os assentamentos, que eu acho que os assentados não terem água encanada. A maioria deles não tem, quando tem, vem naquele determinado horário, daí você enche todos os baldes para ficar com água no restante do dia e daí ela só vai vir a noite, sabe, é alguns períodos do dia. (Técnica de ATES, região dos Cocais, 2008). (Os grifos são nossos).

Os relatos evidenciam as percepções dos (as) técnicos (as) de ATES e dos trabalhadores (as) sobre a realidade dos assentamentos e a dificuldade de executar os serviços de ATES, dentro dos princípios e diretrizes estabelecidos em seus instrumentos normativos, por limites gerados por falta de ação do próprio INCRA. Com essas narrativas, identifica-se, de imediato, que a assessoria técnica e política idealizada, quando exercida na prática, revelam a fragilidade das ações de reforma agrária nas áreas de assentamento.

5.1.3 Questões ambientais

No Capítulo 3, mostrei o impacto sócio ambiental dos investimentos em monoculturas em várias regiões. O Maranhão é o estado que apresenta o maior índice de queimadas do Nordeste e o quarto colocado, em âmbito nacional. Grande parte dos assentamentos está degradada. O próprio INCRA admite que os passivos ambientais, nos assentamentos, são elevados, em função das derrubadas e das queimadas para a produção da agricultura tradicional, pecuária, soja, eucalipto e cana-de-açúcar.

No entanto, há de se destacar que a diversidade de situações está relacionada com os processos de ocupação e com a variedade de ecossistemas do estado. Nas regiões sul e oeste do Maranhão, uma das grandes questões ambientais apresenta-se em função da extração ilegal de madeiras, nos municípios de Buriticupu e Amarante, inclusive na Reserva do Gurupi e produção de carvão em Açailândia. Nessa região, as monoculturas da soja e do eucalipto também contribuem para esse resultado. No Baixo Parnaíba, as famílias têm dificuldades de combinar as atividades agrícolas com a preservação dos recursos naturais. Os rios são poluídos e desprotegidos, com as queimadas nas matas ciliares e com a falta de saneamento básico, como tratamento de esgoto e sistemas de coleta de lixo. No Médio Mearim, as quebradeiras de coco babaçu, em suas lutas pelo livre acesso aos babaçuais, tentam conter, por meio de leis municipais, as derrubadas, queimadas e envenenamento das pindobas. E na Baixada Maranhense, as famílias enfrentam conflitos com os criadores de búfalos.

Com tais limitações, em alguns assentamentos do Baixo Parnaíba e da região dos Cocais, os técnicos de ATES apontam, em seus relatórios trimestrais e semestrais, a

inexistência da segurança alimentar e nutricional, devido à produção abaixo do necessário para manter o nível alimentar nutricional adequado, durante todo o ano. Na região dos Cocais, as equipes também identificam um baixo conhecimento sobre os princípios de produção agroecológica, de maneira que o quadro desenhado é bem distante da utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais, dos princípios da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional, idealizados nos instrumentos normativos dos Projetos de Assentamento e do Programa de ATES.

5.1.4 Acesso a políticas sociais, agrícolas e agrárias

Nos relatórios das equipes de ATES, nas narrativas dos trabalhadores e representantes de entidades, nas audiências públicas e nas reuniões, eram enfatizados o alto nível de analfabetismo nos assentamentos e a deficiência e/ou inexistência dos serviços de educação. As escolas, desaparelhadas e distantes das residências, oferecem apenas da 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental. Em muitas situações, não existem merenda escolar, nem profissionais qualificados e bem remunerados.

No período do trabalho de campo – 2007 a 2009 -, no PA Nova Salvação/Lima Campos, os assentados dispunham apenas de uma escola com duas salas de aula e uma Escola Família Agrícola – EFA, em construção. A precariedade desses serviços resulta na transferência das famílias, ou dos filhos, por vezes acompanhados pela mãe, para as sedes dos municípios, a fim de dar continuidade aos estudos. O deslocamento de membros da família implica redução da mão-de-obra e redefinições nas atividades econômicas a serem assumidas pelo grupo familiar.

Ao longo desta Tese, venho ressaltando que, nas áreas visitadas, existem importantes investimentos dos movimentos sociais e das entidades de apoio aos assentados, em projetos de educação do campo. Apesar das dificuldades, as experiências com as EFAs, centros de formação, cursos oferecidos - em parcerias com escolas agrotécnicas, universidades e INCRA - e com escolas de alfabetização - com apoio de órgãos de cooperação internacional ou em parcerias com prefeituras municipais - vêm contribuindo com a construção da proposta de educação do campo²⁰⁹.

²⁰⁹ Na região do Médio Mearim existem três EFAs, nos municípios de: Lago do Junco, Nova Salvação, e Capinzal do Norte. Na Vila Diamante/Igarapé do Meio, o MST coordena o Centro de Formação Padre Josimo. Em João Lisboa, o CENTRU coordenou, por meio de um projeto financiado pela Petrobrás, a Escola Técnica Agroextrativista. Segundo informações divulgadas pelo INCRA, em 2009, foram formados 1.505 alunos no curso de Ensino Fundamental; 1.760 alunos estão em sala de aula, nos cursos de Ensino Fundamental e Técnico

Do mesmo modo que na educação, os serviços oferecidos na área da saúde são classificados como precários, pelos entrevistados. Além de postos médicos desaparelhados, que funcionam mais como postos de vacinação, é destacada a falta de profissionais qualificados e de instalações físicas. A liderança entrevistada, abaixo, atribui as deficiências na oferta dos benefícios coletivos à falta de políticas integradas.

() O grande problema da reforma agrária é que as políticas não são integradas, vocês desapropriam, fazem a vistoria. Depois passa três anos para sair decreto de desapropriação. Depois passa não sei quantos anos para sair a imissão de posse. Depois não sei quanto tempo, a liberação do crédito... não sei quanto tempo a estradinha... O governo federal precisa mudar essa política. Tem que ser política integral. Se a gente tiver condição de trabalhar só mil habitações ou desapropriações, que isso chegue em um pacote, para que você tenha condições de trabalhar melhor a vida do nosso povo, a vida dos trabalhadores, porque aqui no Maranhão a gente continua ainda a passos de tartaruga essa questão da reforma agrária (Liderança da FETRAF, 2007).

As narrativas, sobre a experiência com o Programa ATES, evidenciam que, no caso específico do Maranhão, ainda não se consolidou a integração interinstitucional dos ministérios e órgãos federais, e, nem tampouco, com as esferas estadual e municipal, tal como idealizaram os planejadores da política de reforma agrária. A integração de ações visava a garantia dos recursos orçamentários e financeiros, bem como a combinação de políticas de segurança alimentar e nutricional, de combate à pobreza, de consolidação da agricultura familiar, de proteção social e de acesso a direitos, como política de habitação, educação, cultura, infraestrutura e segurança pública (II PNRA, 2003).

Por outro lado, as narrativas evidenciam a dificuldade das equipes de ATES em cumprir os princípios do Programa, uma vez que as lutas por acesso às políticas agrícolas implicam lutas políticas, por vezes nos planos simbólico e cultural, envolvendo comportamentos dos trabalhadores, dos técnicos do INCRA, do poder público, das empresas, dos políticos locais, enfim de todo o conjunto dos agentes envolvidos no processo.

Uma demonstração concreta do que vem se afirmando é que concomitante à assessoria prestada às famílias dos denominados assentados na busca dos benefícios coletivos, as equipes de ATES assessoram os trabalhadores nas negociações das dívidas do PROCERA e do PRONAF. A dificuldade, segundo as narrativas, tem sido lidar com as planilhas padronizadas desses programas, montadas a partir de outras realidades. Para cumprir as

exigências dos bancos e atingir as metas estabelecidas, os trabalhadores são estimulados, pelo próprio banco, a investir na produção de gado bovino, gerando uma contradição com o Programa ATES que tem, entre seus objetivos, a diversidade da produção, conforme os princípios da agroecologia.

5.1.5 Organização social e política

Na tentativa de aproximar-me das percepções dos agentes sobre a organização social e política dos assentamentos e das lutas políticas apontadas no item anterior, identifico um debate acerca da natureza da participação ofertada pelo Estado e da autonomia pretendida pelos movimentos sociais. A técnica de ATES comenta as dificuldades de garantir esse direito que, no seu entender, ainda é um direito a ser conquistado

() **O direito de participação é muito comprometido**, quase nenhum participam efetivamente de conselhos, com raras exceções. Isso também é um problema. Os conselhos de fato não funcionam, quando funcionam são manipulados pelo poder público local. Isso também prejudica bastante a oferta de serviço público de qualidade, já que a **participação social** é quase que negada. Ainda é um direito a ser conquistado, mesmo apesar de todo um esforço que se faz, de articular fóruns ou fazer o processo de mobilização para discutir direitos, isso está bastante anos luz ainda para ser conquistados pelos assentamentos. Às vezes é escolhida uma pessoa do assentamento que tem alguma **ligação com um grupo político**, que está no poder e aí não repassa, não faz o processo de discussão com a comunidade. Esse é o perfil que a gente vai encontrar nos assentamentos (Técnica de ATES, Baixo Parnaíba, 2007). (Os grifos são nossos).

As narrativas de técnicos e lideranças expressam uma preocupação constante com a fragilização das formas organizativas, institucionalizadas em associações de moradores ou associações de assentados, face à implantação das políticas agrárias e agrícolas. Neste relatório, é descrita a dificuldade de firmar parcerias com o poder público, em função de práticas assistencialistas, que impedem o fluxo e a solução de demandas das famílias assessoradas pelas equipes de ATES, na região dos Cocais.

() Há constantemente encaminhamentos aos órgãos competentes, na busca de soluções de problemas, como também de **parcerias**, o que não tem sido muito fácil, principalmente quando nos encontramos num contexto político **assistencialista**, diante dos **gestores públicos** (Relatório Trimestral do AMIQCB – Codó). (Os grifos são nossos).

Na fala abaixo, a técnica de ATES qualifica a relação INCRA/Assentado, como assistencialista, constituindo-se como um obstáculo à formação e autonomia do chamado assentado

() os assentados acabam aceitando, porque também aquele crédito, para eles aquele crédito é um **crédito dado**. Não existe essa compreensão do que isso importa. ‘Gente, nós estamos pagando isso aqui!. Isso aqui está muito bem pago inclusive’. “Não é...o **INCRA deu**”. E então, na verdade, os assentados têm essa visão do INCRA sempre estar dando crédito. É muito **assistencialista** a reforma agrária. Muita assistencialista. Então você acaba não dando valor, você vê uma casa, “ah a parede está caindo? Ah deixa cair, daqui a pouco vem a reforma do INCRA” (Técnica de ATEs, região dos Cocais, 2008). (Os grifos são nossos).

Na percepção dos técnicos de ATEs, as formas organizativas - que emergem do processo de implantação dos assentamentos, institucionalizadas em associações de moradores ou associações de assentados - não garantem a participação social (primeira fala), uma vez que elas imprimem fortes vínculos com o poder público e grupos políticos locais, comprometendo o direito de participação dos demais membros do grupo. Tais vínculos são qualificados, pelos técnicos, como característicos de práticas assistencialistas que, além de dificultar as parcerias previstas na proposta de integração das ações nas diferentes esferas da administração pública, colocam o poder público na condição de “doador” de recursos (segunda fala) e levam à interpretação de que os benefícios não são direitos conquistados, mas “dádivas”.

Outra problemática, mencionada pelos entrevistados, é que o controle dessas “dádivas” gera uma espécie de poder local – incorporado, por vezes, nas figuras do servidor do INCRA, do servidor do banco e do presidente da associação –, os benefícios são transformados em moedas de troca e as relações passam a ser definidas por laços de fidelidade e de convivência.

Quando o trabalho de assessoria técnica tenta fugir dessa lógica, estabelece-se uma tensão entre as equipes de ATEs e servidores do INCRA e do banco (BNB) e entre associações de moradores e entidades conveniadas. Por outro lado, o ritmo do fluxo dos processos encaminhados aos órgãos públicos, em particular ao INCRA e a conseqüente demora das respostas das demandas, deixam as organizações locais e entidades de mediação em situação vulnerável e fragilizada, face ao descrédito do trabalhador. A falta de diálogo – seja entre entidades, seja entre os agentes envolvidos, seja entre as entidades e o INCRA – é apontada como outro fator que contribui para o desenho da organização política nos assentamentos, nos termos aqui descritos.

() Agora com relação à organização dos assentamentos em si, como um todo, a gente encontrou bastante **fragilizada**, porque as **associações** muito **desacreditadas, sempre dirigidas pelo presidente ou presidenta** (...) quando a gente entrou era muito assim, tinha assentamento que **ficava só na figura de uma pessoa** e às vezes, muitas das vezes, essa pessoa já não tinha

menor interesse de tá ali fazendo aquele trabalho, mas ... obrigação, porque outras não estavam querendo assumir. Então assim, muito, as associações muito **fragilizadas** mesmo, pouco trabalho, **sem nenhuma expressão** das discussões sobre o extrativismo mesmo, (...) Ainda ficou ali ativa para caso viesse algum projeto, porque uma boa parte dessas que já tinham pego o PRONAF, os projetos, essas estavam totalmente desanimadas. As que a gente pegou e que ainda não tinha projeto a gente ainda encontrou um pouco mais de participação, de organização. Então no começo **era muito difícil mobilizar as pessoas para participar** das reuniões, das discussões, porque eles só queriam participar se fosse alguma discussão que envolvesse **dinheiro**, envolvesse **projeto** ou para a gente discutir sobre as **dívidas** que eles haviam contraído com o PRONAF ou para a gente, ou saber se a gente estava levando algum projeto novo que tivesse dinheiro (Técnica de ATES, região Sul, 2008). (Os grifos são nossos).

As falas dos técnicos de ATES indicam que os serviços de assessoria técnica, segundo os princípios previstos nos instrumentos normativos, teriam que imprimir uma forma de organização política e social diferenciada da que se apresenta no cotidiano dos assentamentos, propondo outra concepção de participação, de organização, de busca de direitos. Esse pensamento, em construção, se confronta com o sistema de organização que o modelo atual de reforma agrária, ignorando as formas organizativas preexistentes, imprime nos assentamentos. Tal modelo faz dos instrumentos organizativos um meio específico para preparar o sujeito do campo para o acesso às políticas agrícolas e para transformá-lo em cliente do banco – daí porque as associações são vistas como o meio de chegar aos “projetos” produtivos individuais e a benefícios coletivos –, dando a falsa ilusão de cidadania, conforme explica a liderança da ASSEMA

() A luta tem que ser permanente, porque se for trinta moradores e todos os trinta tiverem bem, então o assentamento vai bem. Agora se só dois se deram bem na vida, conseguiram ter alguma coisa, melhorar, a família tá melhor, aí os outros no assentamento não tá bem, () ai foge do compromisso, do **compromisso social com a sua organização**. Ai você pergunta quais os primeiros passos? Os primeiros passos é a organização das famílias. **É criar uma associação, porque é por ela que é a entrada de recursos**. Se não tiver, só ficar em grupo, ele não consegue a estrutura do assentamento e as primeiras coisas do assentamento. É difícil, mas todos eles têm, os assentamentos que eu conheço, todos têm uma associação, todo mundo é **reconhecido no banco**. Se você vê quando 20 anos atrás, se você tava fazendo um negócio no Banco do Brasil, o fazendeiro tinha que lhe levar lá... Então ele para fazer um projetinho de 10 linhas de roça, por um acaso, de arroz, de milho... E hoje, os projetos tá no banco e tem recurso, **você só precisa fazer seu projeto**, mas faz parte... não é só porque eu sou assentado que eu tenho direito. A conjuntura do município, a luta pelo recurso atinge o Estado. (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

O indivíduo é instado a se libertar de vínculos antigos – o fazendeiro ou o político local. Mas, por outro lado, é estimulado a estabelecer compromissos com o poder público e a entrar em outra teia de relações, também, na interpretação de técnicos e dirigentes, de caráter paternalista, em que o poder público se apresenta como principal interlocutor. Este é um dos elementos limitadores, citados pelos técnicos entrevistados, das parcerias pretendidas com diferentes órgãos públicos. Ou seja, todos os princípios previstos nos instrumentos normativos, voltados para o fortalecimento e a autonomia dos assentados, na prática têm suas reconfigurações. A ruptura com essa lógica, que vincula associação a projeto, implica conflitos de diferentes ordens que vêm transformando determinados assentamentos em “casos de polícia”, como veremos mais adiante.

A estrutura de poder estabelecida nos assentamentos e povoados, por meio de redes de relações definidas por laços de confiança e de fidelidade – citada particularmente pelos técnicos de ATES das regiões visitadas – segue uma lógica que se confronta com os princípios do associativismo e do cooperativismo, que vêm sendo construídos por movimentos sociais que atuam no campo, desde os anos 1980. O relato, abaixo, evidencia que os serviços de ATES, se executados, na intensidade planejada, terão que se confrontar com as ramificações - expressas nas microrelações testemunhadas por técnicos e trabalhadores - do padrão de dominação hegemônico no Estado e no País.

() A situação era... tinha um fazendeiro que tinha a terra, tinham as pessoas que trabalhavam para ele e eram obrigadas a pagar ou em diárias, ou em produto, para utilizar a terra. Com o advento da reforma agrária isso mudou um pouco, **mas aquela situação de dominação, ela perdurou.** Por quê? Porque o pessoal assimilou o processo, ele assimilou aquela realidade como uma coisa que dá resultado, que dá certo. Apesar de uma forma mais dissimulada, existem **pessoas** que detêm um certo **controle local político** sobre os outros e que usufrui disso numa **relação de benefícios de mão única** só para ele, não para os outros com o poder político, e também utiliza isso para benefício próprio de manutenção de uma situação. Então essa maquiagem que eu estou falando é isso. Apesar de termos associações, apesar de termos o momento democrático, na verdade, **o lado social** está ainda muito fragilizado dentro dessa relação. É por isso que a ATES pode ajudar, se o social for encarado de uma forma, dentro de uma linha ética, mas se for numa linha de manutenção da realidade que está lá, essa situação vai perdurar. E é uma situação muito complicada, primeiro porque é uma coisa muito **dissimulada** e, segundo, as **pessoas acreditam que é assim**, porque já vem disso há muito tempo e que isso dá resultado, é meu **compadre**, é meu amigo, é meu conhecido, é meu primo, é meu irmão, e o sistema continua com essa manutenção (Técnico de entidade, 2008). (Os grifos são nossos).

A reflexão do entrevistado mostra, também, que o “feudo do coronel” pode não ser mais o mesmo, mas suas raízes continuam vivas e encarnadas nos sujeitos da política local contemporâneos. A mudança dessa estrutura implica mudanças muito mais profundas capazes de reconstruir o imaginário das pessoas, considerando o que o técnico acima afirma: a situação é dissimulada, isto é, não está no plano visível e do dizível. É consolidada na crença, “as pessoas acreditam que é assim, porque já vem de há muito tempo”. É a “microfísica do poder” Foucault (1979), materializada no cotidiano dos chamados assentamentos.

5.1.6 Questões éticas no uso de recurso público

A execução do Programa ATES implica romper com estruturas. Nas reuniões com o INCRA e nas audiências públicas, eram recorrentes as reclamações dos trabalhadores, dos representantes de entidades e dos técnicos de ATES, quanto às precárias condições das construções das instalações físicas, em particular poços construídos que não funcionam, estradas intrafegáveis e extravio de materiais comprados para a construção de moradias ou de moradias construídas com materiais de baixa qualidade.

O trecho do diálogo, apresentado abaixo, entre técnicos(as) de ATES/AMIQCB e servidores do INCRA, durante um seminário, ilustra o jogo de forças que se apresenta, dentro e fora do órgão, quando da execução dos serviços previstos

Técnico (a) de ATES - () a habitação é feita com vários sujeitos (associação, sindicato). Existe uma rede de relações que se dá de forma sutil () Os funcionários (INCRA) já chegam indicando. Eles dizem que tem que ser daquela maneira. A ATES orienta para que as pessoas conheçam seus direitos e a legislação. Mas o funcionário do INCRA chega com outro discurso.

Servidor (a) do INCRA – É um processo que só vai mudar com muita informação.

Técnico (a) de ATES – e com punição, o problema do INCRA são algumas pessoas.

Servidor (a) do INCRA – o INCRA tem vários casos de sindicâncias. As denúncias têm que acontecer, as denúncias têm que ser fundamentadas.

Servidor (a) do INCRA – tentar procurar as forças favoráveis para trabalhar e denunciar as forças contrárias (Seminário MIQCB/FETRAF, 14/09/07).

Em verdade, essa temática se impôs na pesquisa. Quando iniciei o estudo, tinha uma idéia pré-concebida da situação, baseada no senso comum, nada que revelasse o retrato fiel da realidade e que apresentasse a dimensão do problema. Na medida em que avancei no trabalho de campo, essas questões emergiram, exigindo uma observação mais apurada.

Infelizmente, por falta de condições de dar seguimento ao trabalho investigativo, decidi abandonar questões que considere mais complexas²¹⁰ – até porque as revelações, em caráter de denúncias, exigiam um tratamento policial, atitude posteriormente tomada pelo INCRA.

A princípio, na interpretação de técnicos, trabalhadores e lideranças dos movimentos, tais práticas são mantidas por uma teia de relações que envolve donos de empresas de construção civil, servidores do INCRA e do ITERMA, funcionários de bancos oficiais e representantes de organizações locais. Na fala seguinte, a técnica de ATES, relata a tensão que se estabelece no campo da operacionalização do Programa de ATES, quando a equipe tenta romper com essa cadeia de relações

() Teve um dia que a gente tava acompanhando as áreas, fazendo visita e, simplesmente, **veio o recado dizendo que tinha chegado o material das casas**. Nem os próprios técnicos estavam sabendo que o material das casas tinha chegado. Estava previsto pra chegar um mês depois, mas ainda estava em negociação. Quando a gente menos se espanta, no meio da reunião, chega o material das casas. Todo mundo ficou pasmo. Isso tinha sido... porque **lá realmente tinham pessoas que não eram de boa índole**. A gente soube, depois de uma semana, conversando, que tinha sido uma jogada entre o **presidente da associação e a empreiteira**. Só que quem tava negociando essa parte todinha, pra ver se conseguia desconto, era a equipe técnica e a própria comunidade deixou de fora. Aí quando veio a bomba, que eles tinham...() **A equipe técnica de lá, que ela tava tentando solicitar pras famílias, alertar pra não pegar material defasado, não pegar material de segunda mão**. Na verdade não adiantou de nada, porque já tinham feito a cabeça dos assentados. Na hora que o material chegou era material de segunda mão, madeira verde pra telhado, não veio o material todo... Já começaram construir as casas. () Eu sei é que quando veio, a gente não teve nem o que fazer. **Os técnicos praticamente foram expulsos de dentro do assentamento, deu a maior confusão isso, porque a gente começou a fazer a denúncia pro INCRA**, que o material não estava vindo certo, que o material não ia sustentar as casas (Técnica de ATES, 2008). (Os grifos são nossos).

Essa outra entrevistada estende a análise, revelando outros agentes envolvidos na cadeia, como técnicos de bancos e fornecedores

() O PRONAF, ele vem, por exemplo, assim, projeto de avicultura. Então tem todo um insumo, ração, equipamentos não sei o que, tudo através de nota fiscal. Há uma liberação lá para o comerciante fornecer esse material. No máximo, uma mão-de-obra, por exemplo, o próprio assentado construiu o galinheiro. Então ele ganha aquela mão-de-obra através de recibo que tem que ser justificado com o banco, mas o banco tem, **o banco tem técnicos**

²¹⁰ Entre elas, refiro-me a inserção do mercado de drogas nas áreas de assentamento, observada também em outra pesquisa realizada em outras regiões (MDA/FUBFRA, 2007), mas que se constitui ainda um tabu, protegida pelo silêncio das pessoas. Somente no final da pesquisa essa questão parece vir à tona, nos meios de comunicação, em forma de cobrança, ainda que tímida, à superintendência do INCRA.

corruptos e daí **o técnico da assessoria ainda molha a mão**. É bem esse palavreado que eles utilizam para aprovar o projeto no banco, que já é ligado ao comerciante. Então assim **é uma cadeia, a corrupção do PRONAF, ela é uma cadeia, desde o fornecedor ao técnico do banco, ao técnico de ATES e o assentado, em muitas situações**. Em algumas situações **o assentado é enrolado**, é vítima disso. Fica com a dívida, ele ainda tem o ônus da dívida do PRONAF. Em outras **situações ele é conivente** porque ele quer que libere o dinheiro na mão dele, aí **o técnico é irresponsável** também, porque ele precisa da assinatura do técnico para sair a liberação do banco e aí **o técnico assina** para vir 3, 4, 5 mil para a mão dele. Em vez de ser comprado, tudo utilizado de equipamento, fazer um PRONAF diversificado, em três, quatro atividades, como é a agricultura familiar (Técnica de ATES, 2008). (Os grifos são nossos).

A teia de relações, bem como suas implicações ao uso dos recursos públicos, mencionada pelas técnicas entrevistadas, é de amplo conhecimento da direção do INCRA, tal como admitiu um ex-gestor do órgão

() Teve caso, por exemplo, isso aí foi na construção das casas () então começou a construir as casas. O servidor que ia fiscalizar as casas, ele **era servidor** do INCRA, e era o **dono da indústria** que fornecia as portas, que fornecia as janelas, que fornecia a madeira para cobrir as casas. Ele era o **dono da empresa e nem tinha cerimônia de botar alguém**. Ele era o dono da empresa **e ele era quem autorizava o pagamento**. Ele fornecia o material e ele que autorizava o pagamento para ele mesmo, quer dizer, isso não se admite uma coisa dessa, um ato corrupto, assim do mais descarado do mundo, isso o descarado e aqueles que correm com gente por trás, as vezes consegue... da empresa... qualquer coisa parecida. Então, esse caso, **o servidor foi demitido**, por exemplo. Demitir o servidor público é a coisa mais difícil do mundo. É muito difícil demitir o servidor público, é muito difícil. Então, nesse caso, o cara foi demitido mesmo, perdeu o emprego (ex-gestor do INCRA, 2009). (Os grifos são nossos).

A recorrência de exposições das situações e de fatos que revelam práticas de corrupção, no processo de execução das obras, fez com que a direção do INCRA resolvesse tratar os conflitos agrários, atualmente mais expressivos nas lutas por infraestrutura nos assentamentos, como casos de polícia. A superintendência do órgão designou um coronel da Polícia Militar para exercer as funções de delegado agrário, com funções de realizar diligências para “verificar” conflitos agrários, entre eles, segundo o atual superintendente, Benedito Terceiro, a plantação de maconha nos assentamentos²¹¹.

Em entrevista concedida à Rádio Jovem Pan, no dia 26 de maio de 2010, o superintendente do INCRA, Benedito Terceiro, revelou que na medida em que a associação dos assentados ou dos moradores contrata a empresa para os serviços de engenharia civil,

²¹¹ Rádio Jovem Pan, 26/05/10.

deflagra-se a disputa pelo domínio da movimentação da conta bancária. Esse tipo de conflito resultou na morte - executado a tiros - do presidente da Associação de Moradores do PA Flexal, município de Santa Luzia, no dia 4 de abril de 2010.

Segundo explicações do superintendente do INCRA à imprensa, o senhor Francisco Ribeiro Viana, mais conhecido como “Caçador”, havia denunciado em 2009, ao INCRA e ao Ministério Público, irregularidades no processo de construção de casas sob responsabilidade da Flexal Empreendimentos e Construções. O órgão instalou comissão de sindicância e acionou a Secretaria de Segurança. O servidor, responsável pela aplicação do crédito, faleceu no período da investigação.

No dia 6 de junho de 2010, o Ministério Público do Maranhão e as polícias Civil e Militar realizaram uma operação no povoado Faísa, a 120 km da sede do município de Santa Luzia, prendendo nove homens suspeitos do assassinato do presidente da Associação. A notícia divulgada no jornal O Estado do Maranhão (2010) apresenta um pequeno retrato da área de assentamento, onde ocorreu o episódio:

() Segundo o promotor de Justiça de Santa Luzia, Joaquim Ribeiro de Souza Junior, o povoado Faísa não recebe a atenção devida por parte do poder público. “A ausência de um número maior de policiais, a distância entre o povoado e a sede do município, dificuldades de acesso, especialmente em período chuvoso, fazem com que a localidade permaneça em completo abandono, prevalecendo a lei do mais forte e do que tem a arma de fogo de maior calibre, reinando a impunidade”, analisou.

O homicídio de Francisco Ribeiro é um exemplo dessa impunidade citada pelo promotor e deu origem à operação. Como presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais do Povoado Flexal, em agosto de 2009, a vítima obteve recursos públicos junto ao INCRA, no total de R\$ 210 mil, para a construção de 31 casas populares, destinadas aos respectivos associados. Para a execução do serviço, a associação teria contratado a empresa Flexal Construções e Empreendimentos LTDA, cujos representantes legais são Francisco de Araújo Sales e Francisco Matias da Silva.

RECURSOS DO INCRA

Conforme demonstram os elementos de informação colhidos pelo Ministério Público, inicialmente foram liberados apenas 20% dos recursos obtidos junto ao INCRA, algo em torno de R\$ 44.800, para construção de 20% das casas populares, ou seja, seis imóveis. Apenas depois da conclusão desta primeira etapa, seria liberado o restante dos recursos, até perfazer o total de R\$ 210 mil. A primeira parcela do recurso foi repassada pela vítima à empresa Flexal Construções que, no entanto, não construiu as seis residências.

Diante do fato, o líder comunitário procurou a Promotoria de Justiça de Santa Luzia que, imediatamente, notificou os representantes legais da empresa para explicações, sendo que os mesmos se comprometeram por escrito a concluir as seis casas até o dia 20 de outubro de 2009. Porém, além de não cumprir com o acordo firmado na Promotoria de Justiça, os representantes da empresa passaram a ameaçar a vítima no sentido de que a

mesma firmasse declaração, Atestando a conclusão das seis casas populares, viabilizando a liberação do restante dos recursos públicos disponibilizados pelo INCRA.

A vítima não aceitou a proposta e avisou que iria retornar ao Ministério Público para noticiar o descumprimento do acordo firmado na Promotoria. Infelizmente não houve tempo hábil e Francisco Ribeiro foi brutalmente assassinado. (O Estado do Maranhão, 2010)²¹².

O episódio, que custou a vida de um trabalhador e a desestruturação de uma família²¹³, ilustra, de forma trágica, as questões analisadas neste item. As situações narradas por técnicos de ATEs, servidores do INCRA, dirigentes, militantes e trabalhadores sobre os assentamentos, em tempos contemporâneos, levam alguns trabalhadores a considerarem inaplicável o termo “Projeto de Assentamento” no Maranhão e a optarem pela expressão: “Projetos em processo ou em fase de Assentamento”.

Apesar da recorrência das situações aqui descritas não é possível generalizá-las. Não se pode ignorar que, nesse jogo de forças, as entidades conveniadas com o INCRA tentam promover rupturas com essa estrutura, investindo em iniciativas de organização política e econômica, em educação, no fortalecimento de organizações de jovens, na perspectiva de superar o padrão de dominação vigente. Em alguns assentamentos visitados, as famílias têm conseguido se organizar para acessarem os créditos e os recursos de infraestrutura e têm buscado parcerias com o poder público municipal.

Tais dinâmicas fazem com que o chamado “assentamento” seja percebido como um espaço plural nas relações e organizações políticas, em que diferentes forças sociais estão em permanente disputa. Portanto, convém concordar com a recomendação de Gaioso (2000) de que a noção de comunidade – interpretada como espaço homogêneo –, vinculada ao conceito de assentamento, nos projetos governamentais, deve ser relativizada. O assentamento não é uma delimitação física, estabelecida pelo governo, onde os membros compartilham, igualmente, de todas as atividades. “É, antes de tudo, um espaço heterogêneo, caracterizado pela inserção de múltiplos planos específicos em cada localidade” (idem, p.43).

O dirigente do MST/MA, na fala abaixo, considera os assentamentos como territórios de disputa permanente, entre as forças políticas e econômicas que representam os interesses do capital e as forças sociais que disputaram e conquistaram o território para implantar novo projeto econômico, político, social, organizativo, educacional.

²¹² O Estado do Maranhão on line, 9 de junho de 2010, consulta às 14:31h.

²¹³ As reportagens mostraram que tanto a família da vítima como outras famílias abandonaram o povoado, temendo as ameaças dos acusados pelo crime.

() Em função disso, nós estamos discutindo uma nova concepção de assentamento. Assentamento que o MST defende é **assentamento por núcleo de moradia**, núcleo menor, reduzido, com no máximo **30 famílias**, porque a nossa experiência **com assentamento grande, os problemas são constantes**, é ruim porque acumula muito problema, porque para o meio rural os problemas vão se caracterizar como se fossem problemas urbanos, onde as famílias estavam longe dos lotes de produção, onde o quintal é pequeno, não pode plantar... não pode ter o sítio, não pode criar o porco. Então, quanto menos gente em uma agrovila, melhor se dá essa relação com a terra (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

São espaços em construção permanente. Assim, o termo assentamento é associado a: trabalho, produção; organização das dimensões econômica, social, cultural das famílias; elevação do nível educacional; retaguarda social, uma forma de resistência contra o capitalismo; acúmulo de força social para a luta política; formação de militantes e dirigentes para a luta da classe trabalhadora; alianças políticas com setores estratégicos da classe trabalhadora rural e urbana (MST, 2009), enfim, trata-se de espaços da organização permanente.

De fato, no Maranhão, as áreas desapropriadas têm uma correlação com as mobilizações de grupos sociais pela posse da terra. O termo assentamento denota uma ação oficial visando alocar, fixar, assentar em áreas previamente selecionadas, analisadas e preparadas para tal. Pelas narrativas dos entrevistados e documentos produzidos pelas equipes técnicas, é possível inferir que nos chamados assentamentos do Maranhão, não houve uma ação planejada. Muitos deles são resultados da ação dos grupos e suas organizações políticas, em suas lutas pela posse da terra e pelo acesso aos recursos naturais. A ação oficial ocorre, *a posteriori* (ANDRADE, 1998), em função da pressão dos movimentos em busca da solução de suas demandas. Senão, vejamos.

O desempenho do órgão nesses termos se dá, desde o momento em que o Governo brasileiro, seguindo a ideologia neoliberal, optou pela descentralização de suas ações, incluindo as da reforma agrária. O INCRA vem buscando a integração das políticas agrárias com as políticas agrícolas (1990), sendo obrigado a realizar uma série de agregações²¹⁴, como, por exemplo, a terceirização de setores por meio de parcerias com ONGs e prefeituras municipais para a execução de programas e projetos.

Segundo os gestores do INCRA, nos anos 1970, o INCRA fazia a demarcação dos lotes, entregava a titulação, construía as escolas, os postos de saúde e a eletrificação rural.

²¹⁴ As principais áreas de atuação do INCRA são: regularização fundiária rural, assentamento de trabalhadores rurais, demarcação de terras de remanescentes de quilombos, capacitação de técnicos e trabalhadores rurais, assistência técnica e extensão rural, reassentamento de trabalhadores rurais, aplicação de cadastro imobiliário rural, vistoria e avaliação de imóveis rurais e crédito fundiário (MDA/FUBRA, 2007)

Com a ampliação do conceito de reforma agrária demandada pelos movimentos sociais, o INCRA incorporou, em suas ações, outras dimensões da vida no campo, como: assessoria técnica, questões de gênero, questões ambientais, questões étnicas e educação do campo.

A experiência com execução de políticas agrícolas e agrárias, em parceria com organizações da sociedade civil, começou no Maranhão em 1995, na medida em que o INCRA, enquanto executor da política fundiária nacional, teve suas ações estendidas e seu público ampliado. Tal expansão transcorreu sem que a capacidade operacional do órgão a acompanhasse. Segundo os gestores do INCRA, o Maranhão é o estado que possui o maior número de assentamentos no Brasil. O número varia entre 900 a 1000, se forem considerados os que estão sob controle do INCRA – aproximadamente 600 – e os que estão sob o controle do ITERMA – cerca de 300 –, o que representa, aproximadamente, 150 mil famílias no campo. Ainda segundo os dados oficiais, o Estado é responsável por 30% de toda demanda do Brasil.

Com as sucessivas reestruturações do órgão, efetivadas entre os anos 1980 e 1990, os recursos destinados aos benefícios foram realocados para os ministérios afins. Entretanto, na prática, a integração das ações idealizadas²¹⁵ não se concretiza no ritmo calculado pelos planejadores. Quando ocorre tem reforçado as articulações políticas que implicam relações de poder e de mando locais, colocando o INCRA como o principal interlocutor de conflitos nos assentamentos e transformando as ações de reforma agrária em ocorrências policiais, como já foi mencionado.

Concomitante a administração dos créditos Implantação – alimentação, fomento e habitação – e Infraestrutura, o órgão desenvolve ações disciplinares²¹⁶. Segundo seus gestores, o INCRA possui em média 340 servidores, que atuam na Unidade Avançada de Imperatriz e na Superintendência em São Luís. Nos últimos anos, o órgão - em função da defasagem salarial²¹⁷ - tem assistido a uma evasão significativa, por meio de concursos públicos, de seus técnicos para outros órgãos do aparato governamental. De forma que, apesar dos concursos realizados, a sua capacidade operacional é bem aquém da demanda,

²¹⁵ Refiro-me à integração interinstitucional dos diversos ministérios e órgãos federais, à garantia dos recursos orçamentários e financeiros, à combinação das políticas de segurança alimentar e nutricional, de combate à pobreza rural, de consolidação da agricultura familiar, de proteção social e de acesso a direitos como: política de habitação, educação, saúde, cultura, infraestrutura e segurança pública, prevista no II PNRA (2003).

²¹⁶ Em 2010, foram instaladas 21 Comissões de Sindicância Investigatórias – CSI, e desde 2009, foram abertos 11 Processos Administrativos Disciplinares – PAD e 20 Tomadas de Conta Especial – TCE para apurar situações de mau uso dos recursos públicos (Balanço 2009, INCRA, São Luís, junho 2010).

²¹⁷ Com a mudança na estrutura do INCRA (Decreto Lei 5.735, de 27 de abril de 2006), muitos cargos perderam suas gratificações, sem que isso implicasse redução de responsabilidades. Como a medida não atingiu a todos, criou uma desigualdade entre os servidores, com atribuições correlatas (MDA/FUBRA, 2007).

considerando ainda que 30% do total dos servidores já se encontram em processo de aposentadoria e que, a cada ano, aumentam o público e as ações a serem desenvolvidas²¹⁸. Diante desse quadro, as metas da instituição são definidas, conforme as demandas e pressões dos movimentos sociais, isto é, o planejamento segue o critério da emergência das situações e áreas em conflitos iminentes são priorizadas. De forma que o conflito acaba sendo o definidor da intervenção pública.

5.2 Atuação conjunta Estado/Movimentos sociais.

O Maranhão é o único gestor do País que não dispõe de um sistema de assistência técnica. O Programa ATES começou a ser discutido em 2003, paralelamente às experiências com convênios entre o INCRA e entidades vinculadas a movimentos sociais, para fins de execução de um Programa de Assistência Técnica Emergencial. Nesse período, o Governo Lula discutia novas políticas para o campo e o Programa ATES emergiu de um esforço conjunto de órgãos representativos dos trabalhadores rurais e movimentos sociais, como a CONTAG, MST e FETRAF, que se apresentam como forças que, historicamente, lutam pela terra e por ações no campo.

No Maranhão, participaram desse processo a SMDH, a ASSEMA, o MST, o CENTRU, a Tijupá, o MIQCB e a FETAEMA, as primeiras entidades a firmarem convênios, em dezembro de 2004, para execução dos serviços de ATES, em um período previsto para 40 meses. Na época, houve um entendimento de que a prioridade, no processo de seleção, seria dada às organizações que já tinham vínculos e acúmulo de experiências com as questões da reforma agrária, tal como explicam o ex-gestor do INCRA, que acompanhou o processo de definição dos convênios no Maranhão:

() Esse debate foi feito com todas as organizações sociais. Nós fizemos uma prioridade, aí foi uma prioridade também do superintendente, na época, eu, de trabalhar com os movimentos sociais, por quê? Porque os movimentos sociais, são eles que **reivindicam do INCRA** a desapropriação de determinada área. São os movimentos sociais que **cobram do governo** a desapropriação da terra. O trabalhador rural que trabalha no campo sofrendo, ele não consegue ter a visibilidade na cabeça dele de que ele tem que chegar ao governo e cobrar do governo a resolução da vida dele. E os movimentos sociais, pelos seus profissionais, pelos seus técnicos, eles conseguem ver isso, como a FETAEMA, como a CPT, como o MST, como a Cáritas, como a Sociedade dos Direitos Humanos. Eles **cobram do governo** a

²¹⁸ Acrescenta-se a isso a falta de estrutura física e material (veículos, material de consumo, equipamentos). Ver MDA/FUBRA (2007).

desapropriação da área, **acompanham** aquelas famílias, **acompanham** aqueles trabalhadores. Eles **acompanham** pessoas, aquelas famílias, aquelas organizações, **até a concretização da desapropriação**. Então mais do que justo que eles também fizessem assistência técnica, já que eles **conheciam** todo o **costume, o comportamento das pessoas**, que fizessem então assistência técnica. E aí foi a prioridade (Ex-gestor do INCRA, 2009). (Os grifos são nossos).

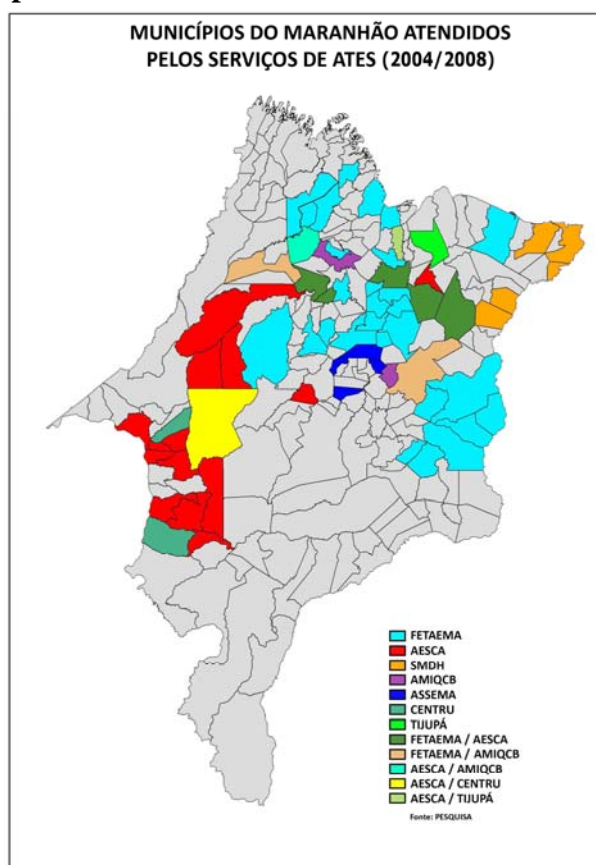
Os convênios firmados emergem no contexto descrito no item anterior, como resultado de tentativas de promoção dos serviços de assistência técnica, mediada pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que têm por público grupos sociais que vivem no campo. Havia uma intenção de potencializar o debate sobre novos conceitos como agroecologia e metodologias participativas e a preocupação em não interromper esse percurso.

(...) Eu lembro que essa era a grande discussão... Não vamos deixar o programa que foi amplamente discutido pelos movimentos sociais de luta pela reforma agrária para qualquer empresa que chegasse, porque o programa de ATES **tem os princípios muito voltado para a agroecologia**, para o **fortalecimento da luta pela reforma agrária**, primando pelo processo de **participação** e aí eu acho que esse foi o recorte que foi feito naquele período. Primar por essas **organizações que de fato tinham compromisso com a reforma agrária** e abrir para... naquele momento, pelo menos foi esse meu entendimento, seria prejudicar uma política que vinha sendo construída por essas organizações, por esses movimentos. Eu lembro que no âmbito do programa houve muitos questionamentos, brigas enfim ... porque todas as entidades hoje prestam assistência técnica às empresas, elas questionaram bastante, lembro que teve até briga com o INCRA com essas empresas, em função desse recorte que o INCRA fez (Técnica de ATES, 2007). (Os grifos são nossos).

Segundo os gestores do INCRA, o Maranhão foi o estado que recebeu o maior volume de recursos do Programa ATES no país²¹⁹, cerca de 40 milhões de reais. Foram implantados 239 Projetos de Assentamentos – PAs, em 79 municípios, atendendo aproximadamente 30.066 famílias de assentados da reforma agrária, número previsto nos convênios, mas que é subestimado, considerando que, nas áreas, o número de famílias residentes é sempre maior que o número de famílias cadastradas pelo INCRA. Nesse primeiro momento, os serviços envolveram 314 técnicos, de forma que o estado teve a seguinte cobertura com os serviços ATES.

²¹⁹ Essa posição foi alterada, em 2008; os cortes orçamentários colocaram o Maranhão em segundo lugar em termos de número de famílias atendidas. De R\$ 32 mil, caiu para R\$ 16 mil.

Mapa 05 – Área de cobertura da ATEs/Maranhão



Fonte: Pesquisa de campo da Tese, 2007-2009

Foram firmados diretamente sete convênios com organizações não governamentais vinculadas aos movimentos sociais que atuam no campo, para execução dos serviços de ATEs, em 40 meses (dezembro/2004 a abril/2008). Além desses, outro convênio foi firmado com uma ONG para prestação dos serviços de articulação entre os núcleos operacionais, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 07 – Programa ATEs no Maranhão (2004-2008)

CONVÊNIOS	MUNICÍPIOS	Nº FAMÍLIAS	PAs	Nº Técnicos
AESCA 9.000/2004	24	4.845	37	48
ASSEMA 11.000/2004	04	1.336	12	13
FETAEMA ²²⁰ *	34	18.056	129	181

²²⁰ Sendo que a RD/FETAEMA atuou em 41 PAs de 11 municípios, com uma equipe de 64 técnicos, atendendo 7.451 famílias; a COSSERT atuou em 34 PAs de 9 municípios, com uma equipe de 45 técnicos, atendendo 4.703 famílias; a COSPAT atuou em 32 PAs de 7 municípios, com uma equipe de 33 técnicos, atendendo 3.208 famílias; e a PLANEJA atuou em 26 PAs de 11 municípios, com uma equipe de 39 técnicos, atendendo 3.967 famílias (INCRA, 2010).

6.000/2004				
TIJUPÁ 5.000/2004	02	726	03	08
CONVÊNIOS	MUNICÍPIOS	Nº FAMÍLIAS	PAs	Nº Técnicos
CENTRU 8.000/2004	04	1.903	18	19
AMIQCB 19.000/2005	06	2.453	34	24
SMDH 7.000/2004	05	747	6	08
ICC 10.000/2004				13
TOTAL	79	30.066	239	314

Fonte: INCRA/2007

Em se tratando da história dessas entidades, duas delas surgiram na década de 1970, três na década de 1980 e duas na década de 1990 (Quadro 11 - Apêndice), tendo, portanto, entre 17 e 36 anos de existência e, por público, grupos dos chamados *trabalhadores(as) rurais, mulheres quebradeiras de coco babaçu, sem-terra, assentados da reforma agrária, quilombola, pescadores, agroextrativistas, artesãos, estudantes e vítimas da violência urbana e rural*. Com exceção da FETAEMA, essas organizações têm experiência com projetos de desenvolvimento de sistemas agroextrativistas, agroflorestais ou alternativas de plantio que se baseiam nos princípios da agroecologia.

Embora o contato com o tema tenha sido iniciado por meio da cooperação internacional, todas elas também apresentam em seus currículos experiências anteriores com parcerias firmadas com programas governamentais, basicamente com dois órgãos da esfera federal, os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, o que demonstra pouco acesso às políticas de âmbito estadual. Das sete conveniadas com o INCRA, o MST, o CENTRU e a Tijupá participaram das experiências com o Projeto Lumiar, sendo que o MST incorporou o debate sobre a assistência técnica pública em sua pauta, a partir da iniciativa do CONTACAP. De acordo com seus instrumentos normativos²²¹, o Programa ATES tem por objetivo geral:

Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os **unidades de produção estruturadas**, inseridas de **forma competitiva** no processo de produção, voltadas para o **mercado**, integradas à dinâmica do **desenvolvimento** municipal e regional, de forma ambientalmente **sustentável**. (MDA/INCRA, 2004). (Os grifos são nossos).

²²¹ Manual de ATES e a Norma Executiva nº 39.

Em seus Objetivos Específicos, estão os seguintes compromissos: a) promover o desenvolvimento sustentável, considerando as tradições, os costumes e conhecimentos endógenos; b) promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, considerando os direitos fundamentais do trabalhador rural, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado, mediante à adequação das ações de reforma agrária, às especificidades de cada região e bioma; c) promover a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de paradigmas baseados nos princípios da agricultura familiar, com foco na agroecologia, cooperação e economia popular solidária; d) garantir o controle social das ações; e) desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir do enfoque dialético, humanista e construtivista, visando mudanças de atitudes e procedimentos dos agentes sociais com vistas à melhoria da qualidade de vida e à promoção do desenvolvimento rural sustentável; f) desenvolver um programa de capacitação participativo, conjugando saberes adquiridos na escola e nas comunidades; g) promover a igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento (MDA/INCRA, 2004).

Considerando que as palavras não são inocentes, mas carregadas de sentidos, porque são construções sociais, causa espanto a amplitude dos objetivos do Programa e a ambição de atuar em distintas dimensões e de operar conceitos tão complexos, atualmente, em constantes revisões. A leitura mais atenta dos princípios e das metas torna compreensíveis as tensões geradas na operacionalização do Programa, conforme os capítulos anteriores já apontaram. Para assegurar a prestação dos serviços com essas especificidades, foi prevista uma estrutura administrativa do Programa, composta pelas seguintes instâncias de concepção, execução e monitoramento:

Quadro 08 – Estrutura e competência dos serviços de ATES

INSTÂNCIAS	RESPONSÁVEIS
Coordenação Nacional	Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário – SD
Coordenação Regional	Superintendências regionais do INCRA
Equipe de Articuladores dos Núcleos de Serviços de ATES	Profissionais de nível superior com formação multidisciplinar, contratados por entidades conveniadas, para garantir a qualidade dos serviços
Núcleos Operacionais dos Serviços de ATES	Técnicos de nível médio e superior com formação multidisciplinar, obedecendo à proporção de um técnico para 100 famílias responsáveis pela execução dos serviços.

Fonte: Norma de Execução nº 39, Cap II

De acordo com a NE 39, a gestão, em âmbito nacional, ficaria a cargo da Coordenação Nacional de ATES e, em âmbito estadual, da Coordenação Regional de ATES. Tratava-se de um conselho paritário, coordenado pelo INCRA, com representantes de órgãos governamentais e de membros da sociedade civil - instituições, entidades ligadas aos movimentos sociais . A execução se daria por meio dos Núcleos Operacionais, constituídos por técnicos com formação multidisciplinares.

Esse trabalho seria orientado sob todos os aspectos – técnico, social e ambiental – por uma Equipe de Articuladores, constituída por profissionais qualificados para a tarefa de articular a execução das ações, fazendo a mediação entre os núcleos operacionais e os órgãos do governo, como, por exemplo, as prefeituras municipais, as secretarias estaduais de Agricultura, de Saúde, de Educação e outros que estivessem diretamente relacionadas com os planos de desenvolvimento dos assentamentos.

A estratégia montada para a execução dos serviços de ATES não chegou a funcionar, no Maranhão, tal como planejada e prevista na Norma de Execução nº 39. Em primeiro lugar, a Coordenação Regional e a equipe de articuladores dos núcleos de ATES foram desarticuladas, prejudicando tanto a concepção, quanto o monitoramento dos serviços executados pelos núcleos operacionais nas áreas de assentamento.

A área de abrangência do Programa, além de obedecer aos critérios técnicos definidos pelo INCRA, conforme o número de famílias estabelecido para cada entidade, seguiu a opção das entidades de atuarem nas áreas onde já tinham trabalhos consolidados, com a flexibilidade de incluir novas, dependendo de acertos mantidos com as comunidades. Houve mudanças nas áreas e no número de famílias, também em função da relação entre as comunidades e as entidades conveniadas. Quando não foi possível o consenso, a programação inicial foi alterada. Isso se deu também porque, para atender a programação oficial, a maioria das entidades foi orientada a incluir áreas onde não tinham nenhum trabalho, o que exigiu mais tempo na construção dos laços de confiança. De forma que o estado do Maranhão teve a seguinte cobertura:

Quadro 09 - Área de cobertura da ATES/MA - Convênios 2004-2008

ORGANIZAÇÕES	MUNICÍPIOS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
CENTRU	Amarante do Maranhão	Alvorada I; Alvorada II; Boa Vista I; Caac; Jabuti; Margarida Alves; Santo Antônio
	Senador La Roque	Alvorada III; Lagoa da Cigana; Novo Horizonte I; Pingo de Ouro; Taboleirão
	Estreito	Nossa Senhora Aparecida; Bom Jesus I; Braço Forte; Vitória; Vale da Formosa; Sol Nascente.

	Buritirana	Taboleirão II
ASSEMA	Lago do Junco	Bonanza, Pau Santo, Santo Antônio, Santa Rita
	São Luiz Gonzaga do Maranhão	Olho d'Água dos Grilos, Três Setúbal
	Lima Campos	Riachuelo, Baixão, Nova Salvação, Santa Maria dos Fernandes, Santo Antônio dos Veloso
	Esperantinópolis	Palmeiral Vietnã e Cipó Canaã
ORGANIZAÇÕES	MUNICÍPIOS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
AMIQCB	Pedro do Rosário	Quadra União, Jaguaribe, Roque Santa Tereza, Novo Horizonte, 10 de agosto, Codó de Padilha, Nossa Conquista, 05 de outubro, Quadra Pimenteira/Colone, Quadra Nova Pimenteira/Colone, Olho d'Água
	Zé Doca	Nova Canaã/Colone, Núcleo A1, Alto Alegre, Santa Clara /Colone, Santo Antônio III/Colone, Terra Prometida/Lírio do Vale; Canaã, Feliz União, Quadra São Benedito; Vila Esperança; São Pedro/Colone; Quadra São João; Fortal/Colone; Guiados por Deus/Santa Tereza; Nossa Vitória/Colone; São Francisco II
	Viana	Vila Nova de Ana Dias; Maracaçumé/Ricoa
	Codó	Orcaisa; Cit Novo Horizonte; Conceição do Salazar.
	Capinzal do Norte	Santa Cruz
	Olinda Nova	Olho d'Água/13 de Maio
	AESCA	Estreito
São Pedro dos Crentes		17 de Abril; Paulo Freire
São João do Paraíso		Minador
Porto Franco		Maravilha
Imperatriz		Itacira
Montes Altos		Novo Horizonte
Davinópolis		1º de Maio; Alegria
Governador Edison Lobão		Gameleira
Amarante do Maranhão		Curitiba
Sítio Novo		Oziel Pereira
ESCA	Buritirana	Pe. Josimo; Saramandaia
	Buriticupu	07 de Maio; Brasilândia; Califórnia/Diamantina; 11 de Junho; Tabocão.
	Bom Jardim	Amazônia
	Itapecuru-Mirim	Conceição Rosa
	Nina Rodrigues	Palmares II; Mangueira
	Presidente Vargas	Pe Josimo
	Vargem Grande	Pe Trindade
	Chapadinha	Nsa. Sra. Aparecida
	Monção	Flor do Vale; Vila Esperança
	Igarapé do Meio	Diamante Negro/Jutay; Lage Comprida
	Pedro do Rosário	4 de Maio; Boa Vista II
	Lagoa Grande do Maranhão	Cigra
	Açailândia	Califórnia; Açai
	Bom Jesus das Selvas	Alta Floresta I

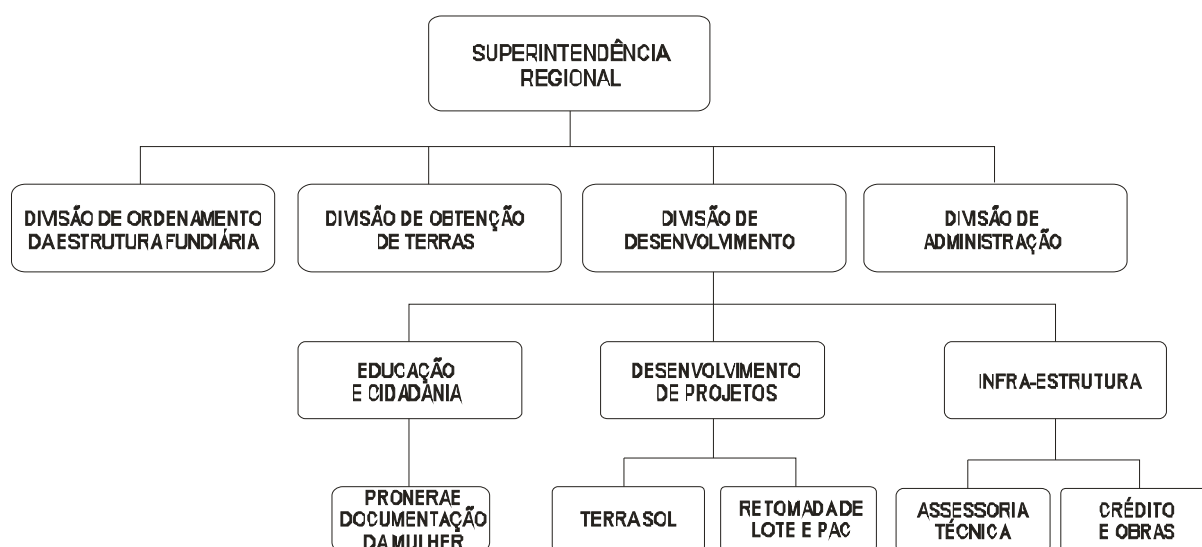
TIJUPÁ	Rosário	Tingidor; São João do Rosário
	Morros	Lagoa da Onça
SMDH	Araioses	Água Fria; Rancharia
	Buriti	Pé da Ladeira
	Magalhães de Almeida	Santo Agostinho
ORGANIZAÇÕES	MUNICÍPIOS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	Tutoia	Barro Duro
	Brejo	Árvores Verdes
FETAEMA	Alcântara	Bituba; Chapada; Portugal
	Alto Alegre do Maranhão	Alto Alegre
	Bacabal	Feliz São Francisco; Aldeia; Bela Vista/Fala Cantando; Mata de Ana; Seco das Mulatas; Sincorá
	Barreirinhas	São José do Morro Alto
	Buriti Bravo	Angical; Rio Claro
	Cantanhede	Galvão/Cantanhede; São Leopoldo; São Patrício
	Caxias	Caxirimbu; Monte Valeriano; Porto Paiol; São Manoel/Canabrava; Buriti do Meio; Conceição/Mocambo; Água Preta; Engenho D'Água
	Chapadinha	Laranjeira; Paiol.
	Codó	Costa Fundamento; Monte Cristo/Matozinho; Boqueirão dos Vieiras; Lança Umbigudo.
	Coroatá	Conceição/Arvoredo; Macacos; Vale do Bekaa; Santana III; Santana IV; Limão; Jordão; Remanso da Marinha
	Fortuna	Lagoa da Fortuna
	Igarapé do Meio	Coque
	Itapecuru Mirim	Gaiola Grande; Santo Antônio II; São Benedito; Cigana; Boca da Mata; Entroncamento; Olho D'Água; Piqui; Santa Maria dos Pinheiros; Saco Dantas/Guaribas; Bom Jesus II; São Francisco I
	Matinha	Preguiça
Matões	Floresta	
Matões do Norte	Lagoa do Coco; Agro Alegre	
FETAEMA	Miranda do Norte	Cigana/Sta Catarina; Tico-tico
	Mirinzal	Conceição I
	Monção	Camacaoca
	Paço do Lumiar	Cumbique
	Parnarama	Brejo do São Félix; Mendes; Brejo do São Félix II
	Pedro do Rosário	1º de Junho; Bebe Água; Fé em Deus; Novo Horizonte II; Quadra São João Batista; Quadra São Raimundo; Serra Verde; Três Palmeiras; Xixandá
	Pinheiro	Refúgio; Apaga Fogo; Porão dos Pirrós; Santana dos Pretos
	Pio XII	Bom Jesus; São José da Mata
	Pirapemas	São José da Vitória; Barriguda/Bagaceira; Barroca dos Veados; Lagoa Seca; Lago Verde; Mata Fome; Nova Vida; Pirapemas
	Presidente Sarney	Fazenda Galo; Santa Maria
	Santa Helena	Paruá
	Santa Luzia do Tide	Guarida; Batuta; Santa Inácia; Cacique/Tucumã; Cajueiro; Fazenda Planalto/Pedesa; Karina; Sit; Castelo
Santa Rita	Sto Antônio/Sefans/Carema	

	São João do Sóter	Bom Jardim; Santa Filomena/Taboca; São José dos Perdidos; Bacabinha; Pedra/Mocambo
	São Mateus	Bocaina; Boi Baiano; Timbaúba; Jitirana.
	Timom	Humaitá; São Benedito/L. dos Marcos
	Vargem Grande	Almeida/Mato Grosso; Campestre; Aroeira; Campo Grande
	Vitória do Mearim	Mato Grosso, Santa Rosa, Sumaúma/Jacamim
ORGANIZAÇÕES	MUNICÍPIOS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	Vitorino Freire	S. Bartolomeu/Luzilândia
	Zé Doca	06 de Março; Belém; Boa Esperança I; Cocalinho; Cruzeiro do Sul; Pimenta; Quadra Diamante; Quixaba; São Raimundo I; São Vicente; Tamandaré
	Alto Alegre do Pindaré	Engenho Central
	Buriticupu	Triângulo de Prata
	Santa Luzia	Faixa; Jatobá

Fonte: INCRA/2007 e as entidades conveniadas.

Os convênios foram firmados para fins de prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental, elaboração dos planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDAs²²², de Recuperação de Assentamentos – PRAs; e de Exploração Anual – PEA; além da elaboração dos projetos produtivos a serem apresentados ao PRONAF e dos serviços de capacitação dos assentados. Na estrutura administrativa do INCRA, o Programa ATES é vinculado ao setor de Infraestrutura da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, conforme organograma a seguir:

Figura 04 - Organograma do INCRA/MA – Setor de ATES na estrutura do INCRA/MA



²²² O PDA é um diagnóstico participativo, no qual é apresentado um quadro da situação produtiva, social e ambiental do assentamento; são levantadas, junto com as comunidades, estratégias de organização para a solução de problemas, e elaborado um plano de ação com as diretrizes, parcerias e o orçamento das ações detalhado.

Fonte: INCRA, 2008

Entre os anos de 2007 e 2009, o setor de ATES funcionava, basicamente, com quatro profissionais: um assegurador do Programa e três técnicos. O órgão estava enfrentando uma deficiência em seu quadro, com a evasão de servidores aprovados em outros concursos, o que ocasionava uma rotatividade grande na equipe, agravada com o deslocamento interno de técnicos do Programa para outros setores. Dos quatro profissionais permanentes, duas técnicas já haviam atuado profissionalmente em movimentos sociais e, devido a essa relação, elas eram uma espécie de facilitadoras na comunicação das entidades/movimentos com os demais setores do órgão. O setor de ATES assumia as funções de planejamento, articulação, monitoramento, atendimento às conveniadas e assentados, acompanhamento dos repasses de recursos, das prestações de contas, produção de relatórios e atendimento às demandas das sindicâncias e das auditorias do TCU e da CGU que, naquele momento, investigavam os convênios de ATES.

Nessa primeira fase do Programa, uma das dificuldades, citadas pelos entrevistados, foi a falta de internalização dos princípios do Programa dentro do próprio órgão, o que explica a resistência de determinados servidores e setores quanto aos trabalhos de ATES e o que gerou um conflito, a ser comentado mais na frente, entre o “servidor do INCRA” e o “técnico de ATES”.

() De início, uma das primeiras coisas que a gente fez foi mandar ofício para a Divisão para se fazer uma espécie de **interação entre as pessoas, já nesse sentido**, porque aqui a gente depende de informação da infraestrutura, quando a gente vai a campo, esse tipo de coisa. Então a gente queria **inteirar dessa forma...** indo diretamente até a pessoa...Então assim...em alguns casos a gente percebe uma certa **resistência** mesmo... dizer que a **ATES não presta**, não dá certo...o técnico não trabalha direito...aquela coisa toda... que a gente... muita bagunça...e a gente tenta sensibilizar... a gente vai e diz “olha, a gente tem que compreender, porque as vezes” ... “ah, o técnico já faz um mês que não vai lá no assentamento”, tem que saber por que, como é que tá...porque os técnicos estão há **três meses sem receber salários**, então dificilmente... conseguir segurar... há uma **rotatividade**...que contribui... Então a gente tenta sensibilizar para a pessoa compreender...qual é a nova proposta metodológica da ATES, que é diferente, não é assistência técnica só na área produtiva...diferente da ATES, e aí a gente tenta sensibilizar dessa forma, de está conversando, de está mostrando... A gente até pensou em fazer um seminário de avaliação da ATES, mostrar as dificuldades, mas mostrar também o que já tem de bom. A gente pensou, se reuniu, mas acabou que ... não conseguimos ... por causa de resistência. (Servidora do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

() Tem determinadas ações que elas deveriam ser trabalhadas em conjunto com a ATES (...) acaba desandando porque **não há essa compreensão da**

própria proposta de ATEs... e quando a gente tenta fazer isso aqui, aliás, a gente já tentou diversas vezes, nem sempre é bem sucedido, quer dizer... **é o próprio INCRA tentando conversar com o INCRA.** Não surtiu efeito (...) resistência muito grande em tentar compreender mesmo a proposta de ATEs. (Servidora do INCRA, 2007) .(Os grifos são nossos).

Os dois relatos evidenciam disputas que se apresentam internamente no órgão entre “técnicos novos”, recém-concursados e “técnicos antigos” e entre estes últimos e movimentos sociais. Há de se ressaltar que, não sendo internalizado pelo INCRA, o Programa não foi assimilado também por outras instituições ou espaços públicos de definição de políticas públicas, a exemplo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS.

Não se vê, no momento presente, o que se viu no período do SIBRATER - quando todas as instituições estavam sintonizadas com o propósito de investir na formação do profissional que atuou como agente da modernização do campo. A pretendida integração de ações entre os ministérios ainda não se concretizou no Maranhão, continuando no plano do ideal. Ao contrário, o que se vê, pelas falas dos agentes envolvidos, é uma intensa zona de conflito entre órgãos do aparato governamental (INCRA, bancos, IBAMA, secretarias estaduais e municipais) e entre os poderes executivo e judiciário.

No âmbito das entidades, para cumprirem os objetivos do convênio, uma das primeiras medidas tomadas foi a ampliação de suas equipes técnicas, por meio de contrato de serviços de profissionais, de níveis médio e superior: técnicos agrícolas, técnicos em agropecuária, engenheiros agrônomos, economistas, médicos veterinários, assistentes sociais, sociólogos, geógrafos, pedagogos, filósofos e historiadores. Entre os critérios utilizados na contratação estava a experiência com trabalhos junto a movimentos sociais. Em algumas entidades foi priorizada a contratação de filhos de assentados, ex-alunos das EFAs.

A metodologia foi definida, conforme as políticas internas das entidades que procuraram adequar as normas do convênio a seus princípios, tendo em vista que, entre as regras estabelecidas, estava a proporção de famílias por técnicos, sendo 100 famílias para um técnico de nível médio; 125 famílias para um técnico de nível superior da área agrária; e 500²²³ famílias para um técnico de nível superior das áreas social, ambiental ou econômica.

Os núcleos operacionais teriam as atribuições de: elaborar, assessorar e acompanhar a implementação do PEA, PDA, PRA e o Relatório Ambiental Simplificado – RAS; orientar e capacitar os(as) agricultores(as); desenvolver ações de gestão e educação

²²³ Essa proporção foi alterada no ano de 2008, passando o técnico de nível médio para 1:85 e o técnico de nível superior das áreas social, ambiental e econômica para 1: 250.

ambiental; implementar projetos produtivos, de beneficiamento e de comercialização da produção dos assentamentos; qualificar as associações e outras formas organizativas dos assentamentos; orientar para oportunidades de acessos aos direitos básicos de cidadania e às políticas públicas existentes (MDA/INCRA, 2004). Ou seja, para cobrir todas essas funções, o técnico teria que atuar em diferentes papéis, tais como: educador popular, político, técnico e militante.

Mas, onde encontrar esse técnico? Essa foi a primeira dificuldade enfrentada pelas entidades no momento de montar suas equipes. A maioria não conseguiu cumprir um dos critérios previstos nos instrumentos normativos do Programa, correspondente à experiência de dois anos na região, já que não havia no mercado local profissionais com esse perfil.

Gestores do INCRA, técnicos de ATES e lideranças chegaram a um consenso na análise de que o Estado e o mercado não formaram o técnico com o perfil traçado para prestar os serviços de ATES. A integração, idealizada, entre os ministérios ainda não foi o suficiente para reinventar a relação assistência técnica/extensão rural/educação, tão bem articulada como nos tempos da “revolução verde”. De forma que a nova política de ATER ainda não adentrou no espírito científico, salvo raras exceções²²⁴, com vistas à revisão de conceitos e à incorporação de paradigmas que estão sendo construídos fora dos currículos escolares, em outros espaços públicos.

() A própria universidade forma os técnicos para a monocultura. **Ela não forma os profissionais para essa diversidade, da sustentabilidade, como os trabalhadores discutem, que é a agricultura sustentável.** Eles não discutem isso. A universidade **prepara o cidadão para a monocultura.** Aí eles especializam, “oh, esse aqui vai se especializar para plantar feijão, esse aqui é para plantar milho, esse aqui é para plantar cana”. Aí o pessoal se especializa assim. Esse outro ramo é diferente, até porque é o seguinte; olha, a partir de 2006, houve uma divisão, você sabe disso, quem é trabalhador rural, agricultor familiar passa a ter um programa especial para ele, que é o PRONAF. Quem é produtor rural, grande produtor rural é o outro sistema de recurso que vai receber dos bancos. Então, **esse da agricultura familiar, ele não tem esses profissionais, os técnicos preparados** para trabalhar com eles; **já o da monocultura, os grandes produtores não, a universidade preparou para esse ramo, para esse pessoal,** certo? Então, esses agricultores da agricultura familiar, além da horta, do conhecimento técnico profissional, tem também a questão de compreender a realidade dos trabalhadores, da cultura, daquela vida deles, como é que funciona aquela vida deles, desde o tamanho da casa...o tamanho da terra. O esforço dele é para três hectares de terra, então ele não vai produzir em 10 mil hectares de terra. Ele não absorve isso. (Ex-gestor do INCRA, 2009). (Os grifos são nossos).

²²⁴ Refiro-me às iniciativas dos investimentos em Educação do Campo em andamento, em parceria com algumas universidades, escolas agrotécnicas e movimentos sociais, já citados.

A servidora do INCRA, no excerto da entrevista, abaixo, fala da dificuldade que o profissional, sobretudo, da área técnica tem na lida com a diversidade cultural

() Mas a gente percebe que **a universidade ainda trabalha é com o agronegócio**, e a grande deficiência que eu percebo é **a dificuldade de lidar com as comunidades, considerando os aspectos sociais e culturais da comunidade**, porque fazer a agricultura não é só trabalhar com plantas e animais, é trabalhar com quem faz ela, é um ser humano que está ali, ele que conduz o trabalho e às vezes isso fica para outro lado e aí o técnico agrícola, o agrônomo, o técnico agropecuário diz “ah isso não é minha área”. Não tem que entender, conhecer tudo, mas pelo menos ter a sensibilidade de dialogar..., de como relacionar as questões. (Servidora do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

Este outro entrevistado compreende que faltou internalização da proposta do Programa, dentro do próprio INCRA, capaz de fazer com que o órgão buscasse parcerias com outras instituições importantes

() então, o que ocorre, o problema é que isso aí não, como a ATES não se incorporou, quer dizer, não foi, digamos assim, internalizada pelo INCRA, a própria coordenação, com o tempo, caiu em desuso e as relações, é o caso, a própria discussão sobre a ATES e sobre os serviços de assistência técnica dentro do CEDRUS, que tem participação das instituições de ensino, é pequena. Então assim, vários instrumentos de participação, de integração estão subutilizados, quer dizer, a coordenação entrou em desuso. O CEDRUS não consegue ser um espaço de, realmente, reflexão, de discussão, de formulação de proposta para se avançar. Falta, digamos assim, uma estratégia do próprio órgão, no caso o INCRA, de envolvimento das instituições de ensino, chamar os cursos que estão mais relacionados com o programa de ATES, tipo assim o curso de Serviço Social, o curso de Agronomia, curso de Veterinária, estimular que as instituições de ensino criem cursos de especialização com temas relacionados. No caso, sistemas agroflorestais, quer dizer, a UEMA podia oferecer um curso de sistemas agroflorestais, tendo como público prioritário os agentes de ATES e que, aqueles cursos que têm um ou dois finais de semana por mês, seriam esses cursos que permitem o profissional atuar e também se capacitar, capacitar de forma qualificada, não aqueles cursos pontuais, 30h, 40h, mas um curso de longo prazo, faria uma monografia. Então, acho que isso permitiria, porque o INCRA sozinho e os movimentos sociais sozinhos não vão conseguir alterar a qualidade e a concepção do serviço de extensão rural. Então há a necessidade de envolvimento das instituições de ensino, não só as universidades, porque têm agora as escolas agrotécnicas, as escolas família agrícola, tem o antigo CEFET que agora é o Instituto Técnico Federal, que tem curso de agroecologia, tem curso de agroecologia em Buriticupu, tem curso de sistemas florestais em Açailândia, deve ter outros aí, porque agora, todo tempo estão sendo criados novos CEFETs. Então, hoje, tudo isso é desarticulado (Técnico atuante no Projeto Lumiar, 2009).

As entidades conveniadas optaram por formar esse profissional, por meio de outros espaços de promoção da educação do campo. Na contratação de seus técnicos,

priorizaram profissionais oriundos das EFAs e das escolas agrotécnicas. Entretanto, o tempo de formação do profissional não coincide com o tempo do Programa, o que acaba comprometendo o desenvolvimento do trabalho. Em algumas entidades, conforme explicam os entrevistados abaixo, a equipe era formada, em sua maioria, por técnicos estreados, tanto na profissão quanto na experiência com trabalho com movimentos sociais, exigindo mais tempo para o processo de aprendizagem e para o estabelecimento de relações de confiança junto às famílias.

() Existe uma preocupação das organizações, de abarcar, de trazer para a execução do trabalho profissionais com o perfil que o Programa desenha, só que infelizmente a gente não consegue. **No Maranhão há uma deficiência muito grande de profissionais com essa qualificação**, principalmente na área agrária tem mais **difficuldade de lidar com as questões sociais, questões culturais**. Assim, é como se fosse um garimpo..Elas estão avançando. Na verdade ela está abrindo uma porta permanente de acessar. Então elas investem nisso, capacitação. Então esse **tempo que leva para aprontar o profissional, para atender a exigência que o programa tem, também acaba implicando no desenvolvimento do trabalho**, porque se você pegar um profissional já pronto, sem experiência, mas pelo menos com uma formação para atuar com a proposta que o programa tem, isso já seria meio trabalho já desenvolvido. Quando as entidades apostam em profissionais que, mesmo não atendendo aquele perfil total, não atende todos aqueles itens ali, mas atende a um ou outro e se encarrega de lapidar, de qualificar para alcançar o objetivo, elas acabam comprometendo parte do trabalho. Na realidade é um misto, **existem entidades que têm um corpo de profissionais muito bom**, dá para perceber isso, no acompanhamento a gente já avaliou isso. **Tem entidades que têm um misto, parte de profissionais são bons e outro já tem uma deficiência** e aí você percebe por núcleo, às vezes numa mesma cidade profissionais que estão em determinados núcleos tem uma deficiência muito grande em determinadas questões, enquanto que em outro núcleo profissionais conseguem ter uma qualificação melhor. Então é um misto mesmo e **tem entidades que acabam predominando uma qualificação menor**, mas não seria tanto inadequado para a execução do trabalho. E aí a gente sente isso em alguns produtos, sente isso às vezes no campo, quando a gente vai para o acompanhamento; as vezes o que os assentados falam do comportamento, dá para a gente perceber. Existem as duas coisas, profissionais que são bem qualificados, que já têm trabalho com agroecologia, com agricultura familiar, com comunidades, mas existem profissionais que estão se inserindo, sem uma qualificação da própria formação, principalmente da área agrária. (Servidora do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

() Acho que tem um fator complicador que é a **inexperiência** da equipe técnica que foram contratadas. Com raríssimas exceções, a grande maioria dos técnicos eram técnicos que nunca tinham feito trabalhos relacionados com isso, **a maioria recém formados...** e essa falta de experiência fez com que se precisasse de um, dois anos de aprendizagem inicial de relações ... como é que se davam as atividades, o que que é uma assistência técnica, ao assentamento, a questão agrária, política agrícola, política agrária. Isso fez

com que o programa demorasse a deslançar. (Assessor de CENTRU, 2008). (Os grifos são nossos).

Por outro lado, o atraso no repasse das parcelas dos recursos fez com que, nesses quatro anos, houvesse uma rotatividade muito grande nas equipes técnicas. No caso específico da AESCA, o convênio sofreu várias interrupções. Foram 10 aditivos e a entidade teve que montar a equipe técnica por seis vezes, o que implicou maior investimento em capacitação. De 48 técnicos contratados inicialmente, em 2007, o número foi reduzido para 21, ocorrendo períodos em que todos os técnicos foram retirados da área por falta de recursos. Eu cheguei a entrevistar duas vezes o mesmo técnico, em entidades diferentes. Outros que, no momento da entrevista, já estavam na terceira organização, em menos de dois anos.

() Tem bastante. Na verdade essa minha... eu costumo dizer que o técnico é muito como um vendaval, ora ele está aqui, ora ele está ali, de acordo também com a necessidade. E assim, isso pra mim teve o lado bom e o lado ruim. O lado bom é que eu **conheci diversas formas de prestar assessoria técnica** e com isso a gente vai tirando os proveitos positivos daquilo que a gente acha interessante. Mas assim, por outro lado, aquele vínculo que você pega com as famílias, você vai acostumando e vai começando as coisas a darem certo, você termina tendo uma quebra daquilo ali. E aí isso pra mim seria o ponto negativo de estar sempre indo de um lado para o outro, muito por conta da fragilidade do programa mesmo. Porque assim, tem entidade... se eu tivesse continuado... se o programa tivesse continuado na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que seria encerrado agora no final desse ano passado, eu ainda estaria lá. Porque eu não gosto muito de estar aqui e depois está saindo assim simplesmente porque... só teve essa vez que foi por maior, a primeira vez. Mas eu avalio dessa forma: é bom no sentido de acúmulo de conhecimentos, e tal. O seu nome vai ficando, se você faz um trabalho legal, é claro, isso é automático; aí seu nome vai ficando no mercado e isso possibilita você não ficar sem trabalho, na verdade é isso. (Técnico de ATEs, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

Nessas circunstâncias, o grupo de técnicos é heterogêneo, com profissionais com experiência e outros em início de carreira, técnicos com experiência com movimentos sociais e outros que estavam em seu primeiro contato. Para este técnico a formação profissional está sendo proporcionada pelos movimentos sociais

() Por outro lado há uma priorização da formação técnica, porque já que é um movimento, é uma assessoria técnica diferente. Então eles possibilitam esse conhecimento a mais para a gente. Então a gente vai para várias capacitações. Eu já cheguei ao ponto de estar dando capacitação sobre metodologia de aplicação, de construção de plano de desenvolvimento de assentamento e recuperação junto com o pessoal da FAO. Já teve discussões em São Paulo, já teve discussões em Fortaleza de um mês. Passamos um mês em Eldorado dos Carajás, discutindo como construir da melhor forma,

construindo metodologias para a construção do plano de recuperação, do plano de desenvolvimento e por aí vai. Assim a gente tem muita possibilidade de conhecimento aqui dentro. (Técnico ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

O que as narrativas revelam é que a questão da reforma agrária e os temas a ela vinculados saíram da agenda do sistema de educação, em seus diferentes níveis

() A gente sempre primou muito, apesar de termos uma equipe, que eu diria que não é a equipe mais adequada, já que muitos tinham, era a primeira experiência de trabalho, teria que ter um trabalho também com essa equipe. Não foi fácil, muitas pessoas saíram, outras entraram, em função dessa falta de experiência, mas também de compreensão do que é um trabalho com a reforma agrária, com a agroecologia. Não era uma tarefa fácil compreender esse conjunto de esforços que teria que ter nos assentamentos (...) **As pessoas estão saindo das universidades ou mesmo das escolas técnicas com pouca habilidade para lidar com questões da reforma agrária**, com agroecologia, esse paradigma novo, tecnológico que foi que está sendo previsto dentro do programa, que foi uma coisa que foi bem interessante, que até então antes da política nacional de ATES, ou de ATER, e o programa de ATES, a agroecologia era coisa de gueto mesmo, de grupos que militavam com meio ambiente, com agroecologia, reforma agrária e ter um programa com essa especificidade, com essa linha orientadora é muito desafiador, tanto para nós como organização, porque tínhamos que ter uma equipe com esse perfil, como para os agricultores, que também estão ainda discutindo essa transição para a agroecologia (Técnica de ATES, Baixo Parnaíba, 2007). (Os grifos são nossos).

O investimento do MST nas capacitações junto aos técnicos, assentados e lideranças conjuga conhecimentos técnicos com conhecimentos sobre as questões agrárias, propondo uma capacitação técnica e política, que contribui para a formação de um técnico específico, denominado de “técnico militante”

() Eu me compreendo como **militante** e aí, assim, um pouco do entendimento de militante, que é aquela pessoa que dedica o seu tempo de trabalho e a sua vida por uma causa. Então, como o MST se coloca como uma organização política que tem um projeto de organização social de construção de um projeto político para a sociedade e luta pelo socialismo, como outras organizações políticas que já houveram, partidos políticos, movimentos sociais que tinham os militantes... me considero uma militante do MST. (Técnica militante do MST, 2008).

Melo (2007) lembra que a concepção de desenvolvimento sustentável, proposta no Programa ATES, está interligada a cinco dimensões: a ambiental ecológica, a social, a econômica, a cultural e a política. A ambiental ecológica procura entender os recursos naturais com o enfoque sistêmico. A social visa a reduzir as desigualdades de acesso a bens e serviços. A cultural procura estabelecer um diálogo de respeito e interesse pela cultura local, de modo que os saberes, os conhecimentos e os valores se constituam em ponto de partida

para a construção coletiva de uma proposta de desenvolvimento sustentável. A dimensão política tem como ferramenta principal a educação, compreendida enquanto ato humano e político, porque lida com os processos das relações de poder na sociedade (SOARES, 2004 *apud* MELO, 2004).

Nessa perspectiva as entidades procuraram potencializar o trabalho que já desenvolviam sobre associativismo, cooperativismo, como etapa anterior à elaboração dos projetos produtivos, como forma de contribuir para o amadurecimento dos grupos no acesso às linhas de crédito e na condução dos seus projetos produtivos de forma autônoma, de modo a romper com a estrutura comentada pelo entrevistado abaixo.

() Eu entendo que nós tivemos vários problemas. Um pelo menos deles foi que no passado, o governo é que tinha de chamar os técnicos, capacitar ... o que devia fazer. Neste agora, nós não tivemos condições financeiras para fazer o trabalho de formação, de entendimento dos companheiros que iam trabalhar no campo com os agricultores familiar, porque os técnicos formados lá, na universidade, são mais é voltados para a questão do que já existe aí de projetos de desenvolvimento, **questão do agronegócio**, a questão do químico, a questão do que está aí. Mas para fazer uma agricultura, dentro de um princípio de respeito à natureza, sabe, de uma produção orgânica, de desenvolvimento sustentável e solidário, a gente não tinha condições de trabalhar, de dar para esses companheiros um treinamento para poder eles irem para o campo com essa falação, já de entendimento mais maduro. E outra coisa muito ruim é que, como os companheiros não tiveram essa formação, não aprofundaram...lá no campo, o que que tem lá? **O que está na cabeça da grande massa dos trabalhadores é que projeto é dinheiro**, puro e simplesmente, e eles querem ficar com quem lá vai para pegar o dinheiro, se depois, se esse dinheiro vai ter problema para pagar, isso é outra discussão.... Então como isso, essa concepção geral que tem que aproveitar o dinheiro que tem, sem saber em que está aplicando... o pessoal... em condições de pegar a grana que ele pesquisa... Então essa é a dificuldade que a própria sociedade traz, através dos meios de comunicação, da cultura... traz **a questão do projeto como dinheiro** só. O projeto não é visto pelo pessoal do campo como uma coisa assim que nós vamos plantar aquilo que nós queremos, a partir das nossas condições, como nós pudermos, para vir reforçar o que nós queremos. Não, a gente vai muito a reboque do que alguém quer financiar, o banco, o Ministério do Meio Ambiente e pronto (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

Nessa direção, o trabalho do(a) técnico(a) da área social é permeado de responsabilidades multidisciplinares. Desde o tempo das ACARs, a questão social é vista como estratégica dentro da política de assistência técnica e extensão rural. Assumida naqueles tempos pelas professoras de nível médio, suas tarefas estavam relacionadas a atividades entendidas como femininas, como a educação e culinária. Posteriormente, com a inserção das assistentes sociais, o foco muda para a organização comunitária. E agora, no Programa ATES,

o trabalho conduz para uma orientação mais política, de organização dos trabalhadores para a busca de direitos de cidadania e de valorização das culturas.

() A gente tem uma discussão, no Movimento, que está ... digamos assim, que está mais consolidada, que é essa idéia de contribuir com ... no trabalho de base, educação popular, na organização política do povo, com a consolidação da questão dos direitos sociais e hoje também a gente tem levantado a questão desse profissional. E aí a gente está falando mais específico do assistente social agora, nesse caso, que é orientar e contribuir para encaminhar o acesso às políticas sociais que os trabalhadores rurais muitas vezes têm direito e não conhecem, não sabem, ... A gente nem precisa nem dizer que não tem trabalho nenhum em relação a isso. Então essa questão das políticas sociais, de Saúde, de Educação, Previdência, ... a própria questão do gênero, das relações de gênero, a questão do trabalho educacional aos portadores de necessidades especiais. Então a gente vê assim que essa orientação do assistente social nos assentamentos é fundamental. Outro problema nos assentamentos também, que o Movimento não dá conta de trabalhar, enquanto organização política, é a questão de gênero que está ligada à violência doméstica. Então assim, tem muita demanda, só que ainda é um caminho muito, muito longo a se percorrer. E aconteceu com a gente uma coisa interessante que o ano passado, foi o ano passado?...Foi, o ano passado, a gente abriu a seleção com três vagas para assistente social, apareceu uma, só apareceu uma candidata. (Técnica militante do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

Nessa percepção o trabalho do técnico da área social é bem elástico, está vinculado ao trabalho da educação, da busca de direitos e políticas sociais, da organização política e do debate em torno das questões de gênero e etnia.

() A gente colocou assim que seria a organização das famílias. Essa organização das famílias () é como elas se organizam dentro das associações. Então seria organizá-las dentro dessa questão do associativismo, dentro da associação, inseridas também na questão municipal. Então trabalhar a questão das políticas públicas, que os assentamentos ainda não tinham sido contemplados, levar essas políticas para os assentamentos. A questão da documentação, que é um problema grande nos assentamentos, que seria viabilizar documentação para essas pessoas assentadas, que não têm acesso. A questão de saúde, educação, infraestrutura. Então a gente pensou que nós iríamos, ao longo desse tempo, trabalhar questões nesse sentido do fortalecimento das famílias, no sentido do **associativismo**, de organizá-las dentro das associações, mesmo da legalidade das associações, que têm muitas associações que passam por vários problemas, na questão da constituição das associações, como também orientá-los na questão de fazer ata, documentos necessários para o desenvolvimento das associações. Eram mais ou menos essas questões. E também tinha a questão do cooperativismo que a gente colocava de tentar trabalhar essas famílias na possibilidade de criar, onde não tem cooperativa, nos assentamentos que a gente trabalhava tem uns que não têm cooperativa. (Técnica militante do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

No excerto acima, a entrevistada ressalta o outro aspecto do trabalho do social vinculado à organização política, com enfoque para o associativismo e cooperativismo, como vias de acesso às políticas públicas e direitos de cidadania. Abaixo, outro entrevistado ressalta que o trabalho social tem o papel de contribuir para a construção de uma nova visão de mundo e para a reelaboração conceitual

() Os movimentos perceberam que não basta dar semente. Tem que fazer com que as famílias compreendam o valor da semente, daquela reprodução, () para que a família possa dividir a semente e possa, também, a partir de um certo momento caminhar com suas próprias pernas. Então essa discussão lá do social também veio mais para a compreensão da realidade política e econômica do País, porque as famílias têm que aprender a se inserir dentro desse processo e o assentado e a família lá do lado rural perceberam que era uma coisa muito complicada () e os movimentos lutaram então para promover esse tipo de educação social e ambiental, porque não adianta ter políticas públicas, se o cidadão e a cidadã não se envolvem dentro desse contexto. Então o objetivo maior da ATES é fazer uma **conscientização** sobre o meio ambiente e também do lado social das famílias, porque não é o fato dele ser assentado, não é o fato dela ter uma roça ou um plantio ou uma certa coisa, que vai desassociar ela desse convívio da sociedade, e da importância dela dentro desse contexto social, político e econômico da onde ela está residindo. Isso é fundamental e ela também, através dessa luta, e desse estudo, e desse avanço, dessas linhas, vai lutar para melhorar a própria política pública e demandar outras situações, outras ações que o próprio governo ou federal ou municipal tem que fazer, intervir para mudar essa realidade e o social também vai contribuir até modernizar um pouco essa visão do mundo rural ou do mundo mais urbano, essa discussão toda. O social vai chegar nesse ponto. Em alguns locais vai chegar primeiro, em outros vai chegar um pouco mais devagar. Mas eu acho que o social, dentro desse bojo, de assistência técnica, ele não é mais importante do que o lado técnico, mas também ele não é menor, acho que há paridade muito grande. E o social, ele vai transcender toda aquela visão da família do local. Ele vai se espalhar para ações mais eficientes, tanto no povoado, quanto no município e também no próprio estado, porque vai ter uma nova dinâmica, por isso que o social é fundamental e ele deve ser mais incentivado, tem que ter uma porcentagem maior de técnicos dentro dessa área, que é para está discutindo, para tá mostrando, que é para estar fazendo esse feed back com as famílias (Técnico da ASSEMA, 2008).

Nesta última interpretação, o trabalho social possibilita uma reflexão crítica da realidade. Os técnicos entrevistados apresentam suas concepções acerca do trabalho social no âmbito do Programa ATES. Os três coadunam com a leitura de que o papel deste profissional ainda não está claro e tem dificuldade de ser assimilado, particularmente pelo trabalhador, ainda preso à crença de que a assistência técnica se restringe a orientações técnicas para projetos produtivos.

() Nós estamos fazendo um serviço de **adequação da ATES à realidade local** e isso dentro do Maranhão é uma coisa decorrente, com raras exceções,

por exemplo, é um conflito das famílias com o latifundiário. A ATES funciona de uma forma mais coerente, quando é um conflito das famílias com um político, **mas quando é um conflito interno**, ou quando é um conflito de forças com apoios externos, **a ATES, ela se torna muito fragilizada**, porque é um conjunto de forças que está operando naquele momento e **o técnico vai por onde está mais forte**, porque sabe se ele se indispor, ele perde o emprego, aí para manter a realidade.(Técnico da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

O último entrevistado identifica uma limitação do trabalho de ATES, no que diz respeito às relações internas, envolvimento entidades conveniadas, entidades com os grupos de assentados e mesmo entre as famílias. Quando as tensões se apresentam nesses espaços e implicam mudanças de prática, o(a) técnico(a) de ATES fica intimidado(a) ao enfrentá-las. Enfim, não há um consenso em torno do trabalho social. Como a preocupação está mais voltada para os projetos econômicos, há uma cobrança constante de rapidez do técnico. Nas falas dos entrevistados são apontadas, como obstáculo, a interferência da política partidária local, as práticas de corrupção, de clientelismo, de individualismo e a resistência às discussões mais coletivas que resultem em novos hábitos e costumes.

O Programa governamental propõe um trabalho social com a expectativa de possibilitar o amadurecimento político do assentado. Mas, ao mesmo tempo, não dá suporte,, nem técnico nem político, para o profissional enfrentar com autonomia as situações, de maneira que este acaba se adequando à realidade local.

5.3. Competência técnico-gerencial das entidades na execução de definições estatais

Na medida em que os serviços de assessoria técnica passaram a ser reassumidos pelo Estado, a estratégia adotada no Maranhão, priorizando as organizações e movimentos sociais com acúmulo de atuação no campo, gerou contestação das empresas especializadas em consultorias na área de assistência técnica, das prefeituras não contempladas com os primeiros convênios e de políticos a elas vinculados. Tais segmentos argumentavam que recursos públicos não poderiam ser administrados pelo terceiro setor, mas por meio de licitação. As organizações conveniadas passaram a ser questionadas quanto a sua competência para executar programas governamentais.

Na interpretação dos servidores do setor de ATES/INCRA, a gestão dos recursos pelas entidades chegava a ser satisfatória, se considerados os recursos disponíveis, a infraestrutura dos assentamentos e as condições em que o trabalho era realizado, conforme ilustra a descrição feita por uma servidora entrevistada.

() A última viagem que eu fiz a Morros, tem um assentamento que tem uma extensão enorme, extremamente arenoso, não tem transporte, tem um ônibus que passa uma vez por dia e não percorre todo assentamento, é parte do assentamento. Então a **dificuldade** do técnico, se ele comprasse uma moto, não conseguia se deslocar porque a estrutura dos solos não permite. No verão teria essa dificuldade, no inverno teria outras grandes áreas alagadas. E aí o que eles fazem? Eles se deslocavam a pé, grandes extensões ou então teria que ir e passar... como essa relação técnico X família acaba não permitindo que ele passe mais tempo em um determinado lugar, ele teria que passar uma semana, duas semanas. (Servidora do INCRA, 2008)

() E a realidade é outra, porque ... no convênio, no assentamento tem cadastrado 80 famílias, o técnico foi contratado para prestar assessoria a 80 famílias, mas quando você chega lá tem 20 ou 30 **famílias** a mais no assentamento como **excedente**, esperando cadastro e aí porque não dá para fazer só quem está cadastrado... isso é praticamente regra em todos os assentamentos ter famílias a mais. (Servidora do INCRA, 2007).

Ainda na leitura dos servidores do INCRA, a administração pública não é flexível diante das particularidades das situações e há uma dissonância entre a legislação e a realidade dos assentamentos, distância que se expressa, por exemplo, em cobranças de notas fiscais a um (a) assentado (a) que vende sua produção para a refeição de um evento do Programa ATEs. O acerto de contas, com este rigor, implica devolução de recursos, impugnação de prestação de contas e, como consequência maior, atraso na liberação das parcelas e das etapas seguintes do trabalho. Nos trechos das entrevistas abaixo, os servidores do setor de ATEs descrevem algumas das especificidades dos assentamentos e os arranjos que o técnico de ATEs, no seu cotidiano, tem que fazer para cumprir suas metas

() A grande dificuldade que a gente tem percebido é que essas entidades dos movimentos sociais, **os próprios movimentos sociais** têm algumas dificuldades na questão do **trato dos recursos**, da forma de aplicação dos recursos, a questão da prestação de contas, existem várias impropriedades. Não é, não vou dizer assim irregularidades, mas impropriedades e que a gente ... depois vão remendando, vão consertando aquelas impropriedades. Então tem uma certa dificuldade, algumas entidades com relação a isso, tem outras que tem uma facilidade maior, aí já executa outras parcerias com outros órgãos, já tem conhecimento. Mesmo porque na implementação de um programa desse **não há uma capacitação prévia**. A capacitação é toda a posteriori... então a gente vai, é como se diz, **a gente vai aprendendo na execução da parceria**. (Servidor do INCRA, 2008) (Os grifos são nossos).

Técnicos de ATEs e assentados atribuem a ocorrência de impropriedades na prestação de contas, também, à inexistência de capacitações na área de gestão de recursos públicos. O fato é que em 2006, no mesmo período da CPI das ONGs, a partir de denúncias

veiculadas na imprensa e das solicitações de deputados federal e estadual²²⁵, o INCRA foi questionado pela CGU e pelo TCU, sobre a forma de contratação das organizações (sem licitação) e dos técnicos (sem concurso público), os salários dos técnicos, a capacidade técnica das organizações para o exercício do trabalho, os custos do Programa e o fato de que algumas entidades conveniadas participavam da Coordenação Regional. Nesse momento, além das pressões das empresas de consultorias e dos políticos, os movimentos sociais passaram a sofrer também pressões dos órgãos de controladoria da União e do Ministério Público, cujas intervenções são interpretadas, pelos movimentos, como um ato político, conforme expressos nos excertos das narrativas abaixo

() Não, não é só aqui no Maranhão. Aqui no Maranhão foi feito o maior convênio do Brasil, porque a Justiça, ela tem uma lei, uma diretriz, a Lei 8666, que regulamenta todo tipo de convênio e todo tipo de licitação. O que o lado jurídico está argumentando é que a forma como foi feito, talvez não houve uma licitação da forma como eles pensam, como está na lei, que talvez não seria convênio, mas seria contrato. E, por traz disso tudo tem a **questão política**, porque os políticos, em todo o Brasil, eles detinham o acesso a esses recursos públicos, através de empresas, de ações, de beneficiamento de áreas, com estradas e a partir da ATES eles foram rompidos, esse elo foi rompido, foi cortado. E houve **várias denúncias, dos políticos** e tal e como, de alguma forma, por um lado, algumas organizações não estavam contempladas dentro da lei, isso abriu uma brecha para que a CGU e outros órgãos juristas entrassem com processo contra a ATES, até determinando que alguns convênios fossem suspensos e outros dando prazo para que fossem só até...sem direito a renovação (Técnico da ASSEMA, 2007). (Os grifos são nossos).

() Também. Aqui tem uma história bastante grande, porque como é um programa nacional **tem muitas forças que querem destruir...**() o Ministério Público pensa assim, os órgãos de fiscalização pensam assim e tudo mais pensam assim. Então criam uma grande contradição aqui no Estado, que também existe a nível nacional, porque qual é a intenção do outro lado? Quer a **privatização**, quer **uma assessoria técnica privada, nós defendemos uma assessoria técnica pública, sob o controle do trabalhador**. Então essa contradição, ela tá em cheio. Então aqui **vários órgãos políticos tentam silenciar no sentido de tirar a gestão do programa do controle das organizações responsáveis**. Então as investidas do Ministério Público, da Assembléia Legislativa do Estado, você pega as auditorias que estão aí (Dirigente do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

() Quando se implantou o programa de ATES aqui em nosso Estado, nós tivemos **vários interesses contrariados, interesses econômicos, interesses políticos, administrativos**, porque, pelo seguinte, porque em um estado em que não tem, não se tem uma assistência técnica pública, o que que se tem? Se tem são várias empresas de consultorias que não têm compromisso com o

²²⁵ Gastão Vieira solicitou auditoria especial do TCU nos convênios celebrados pelo INCRA, através da Superintendência do Maranhão, com Organizações Não-Governamentais. Ver PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 100, de 2005.

trabalhador, com o agricultor familiar. O interesse dela é elaborar um projeto sabe-se lá de que forma é elaborado, no escritório, dificilmente, com raríssima exceção, dificilmente o sujeito vai elaborar um projeto, discutindo mesmo com a comunidade, através de um planejamento participativo, identificando as limitações da área, as dificuldades, assim como também as suas virtudes, para depois conceber realmente um projeto de desenvolvimento. Então eles fazem um projeto de qualquer jeito, eles vão lá, eles querem é ganhar o dinheiro deles, tá certo? Acompanhamento realmente técnico não dão, só vão lá quando é para liberar uma parcela, totalmente diferente de um trabalho da ATES, em que existe a permanência do técnico de ATES lá, de segunda até sexta-feira, ou pelo menos, não digo, já que a maioria deles já moram na área, mas aqueles que não moram, mas estão lá praticamente toda semana, estão assistindo lá os trabalhadores. Então esse é um programa que veio **contrariar interesses, interesses políticos, administrativo e econômico**, porque tinha muita gente que ganhava dinheiro à custa de trabalhador sem prestar serviço. E então o programa contrariou interesses (Servidor do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

Conforme os entrevistados, a partir da representação de um deputado federal, o Ministério Público abriu procedimentos administrativos, requisitando documentos, para apurar as supostas irregularidades na execução dos convênios da AESCA, ASSEMA, CENTRU, FETAEMA, SMDH, TIJUPÁ e o ICC. O trecho da entrevista abaixo com o procurador da República, Sergei Medeiros, revela os argumentos do MP na representação feita ao TCU.

() Se não me falha a memória, eu recebi uma representação de um deputado, não me lembro se foi estadual ou federal, acerca de suposta irregularidade nesse programa, principalmente uso de critério político para escolha de entidades conveniadas, e esse critério político estava indicando que não havia uma preocupação quanto à capacidade técnica das entidades para tocar esse projeto. Então, com base nisso eu abri procedimento administrativo, requisitei os documentos e, de fato, **encontrei várias impropriedades na formulação dos projetos, falta de critério técnico para a escolha das entidades**. Na verdade, como boa parte das atividades a serem desenvolvidas pelas entidades, no meu entendimento, **são atividades que o mercado presta esse serviço**, o que na verdade, eu defendi na ação é que haveria necessidade de licitação para a contratação ou de empresas ou até mesmo de entidades voltadas para a assistência técnica à pequena agricultura (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

Na época, o procurador da República, Sergei Medeiros, qualificou como problemas técnicos a contratação, por meio de convênio, das entidades para a prestação dos serviços de ATES e de articulação

() problemas técnicos, **falta de critérios na composição de preços, falta de clareza na definição dos objetivos da assessoria**. Isso aí foi constatado também pelo TCU. Eu fiz uma representação ao TCU e a própria CGU

também em alguns casos reconheceu isso. É...**conflito de interesses**, por exemplo, as **comissões de fiscalização** de aprovação de relatórios de fiscalização, que eram um órgão, que era composta pelas próprias entidades que eram fiscalizadas. Então teve casos de relatórios que apontavam impropriedades, foram rejeitados por esse órgão porque deixou fazer parte entidades que estavam sendo fiscalizadas, o que era um verdadeiro absurdo. É tanto que o INCRA suspendeu de imediato essa questão. E fraude, **entidades fantasmas**, uma entidade que juntou documentos falsos no seu credenciamento. Havia notícia no jornal que **era ligada a membros de partidos políticos**. (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

Em função dessa representação, alguns convênios tiveram liminares concedidas, como a SMDH e o ICC. Outras foram decididas em parte, o que resultou na suspensão de repasses de novos recursos. No caso da FETAEMA, o Procurador alegou falta de capacidade técnica, considerando que a entidade subcontratou outras entidades que, na sua interpretação, poderiam ter participado de licitação para celebrar contrato com o INCRA. Outro argumento foi o valor alto do contrato concentrado em uma única organização.

Sobre a experiência de convênios envolvendo poder público e organizações da sociedade civil, o entrevistado argumentou que o modelo legal mais apropriado seria a licitação, considerando que existem empresas no mercado especializadas em assistência técnica. Condenou a contratação de serviços de terceiros, considerando que a relação contratual deveria ser igual a que se estabelece entre poder público e empresas. Em sua interpretação, se o órgão público contratou os serviços da instituição é porque ela comprovou ser capaz de executar os serviços, se não for capaz, a medida é rescisão contratual. Outro questionamento apresentado é a falta de critérios técnicos na definição do formato e das estratégias.

() **A falta de critério geográfico para definir os pólos** ficou claro, e aí você pode aprofundar esse levantamento que as áreas eram distribuídas não com **critérios técnicos, mas com critérios políticos**, área de influência da FETAEMA, área de influência da entidade tal, entidades de movimentos políticos que recebiam convênios. Tanto que existem municípios que recebem, uma área recebe convênio da FETAEMA, outra área recebe convênio de outra entidade, o que não tem sentido, salvo se desvirtuar os critérios técnicos por critérios políticos (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

Neste excerto, o Procurador detalha o seu entendimento sobre os critérios técnicos recomendados para a contratação dos serviços de ATES

() Não, no meu entendimento, **primeiro tinha que ser licitação**. Eu vejo como **desvio da finalidade do convênio esse tipo de contratação**. Acho que teria que ser licitado primeiramente. Existem empresas que fazem isso, então é uma **fuga à licitação para a contratação de entidades**. Eu acho que nesse caso não era cabível. É como se eu quisesse fazer um convênio aqui para contratar o serviço de vigilância da Procuradoria. Eu posso fazer um

convênio? Não, porque o mercado oferece empresas que prestam serviço. Então, não tem sentido eu pegar uma associação qualquer que esteja interessada, tenha como objeto a prestação de serviços de vigilância a órgãos públicos e contratar, sem licitação, e jogar essa entidade para prestar esse serviço, remunerando-a para isso. (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

E questiona a capacidade financeira das entidades para assumirem os convênios

() O erro foi do INCRA, no meu entendimento sim. Eu tenho essa visão. Há uma **necessidade de licitação**, salvo se você constatar, concretamente, isso o processo de licitação vai demonstrar, que não existe no mercado empresas habilitadas para esses serviços, porque os serviços têm um custo, têm uma planilha, inclusive, a planilha ficou claro que o governo não tem muito critério, composição de preços, de valores, **ficou patente em alguns casos que a entidade não tinha capacidade financeira para dar contrapartida**, a contrapartida está super dimensionada, ou seja, você colocava como contrapartida o fornecimento de computador e você valorava esse computador num patamar absurdo, justamente para chegar até a composição mínima de capacidade financeira para poder tocar o projeto. Então são vários problemas que, na verdade, estão naquilo, na própria essência desse contrato. Para mim não é o caso de convênio, é o caso de licitação. ...Na atividade de convênio, e fora **a questão finalística**, porque essa é mais complicada, porque você tem que ir na ponta para saber se está funcionando, porque há um histórico, **todos os projetos do INCRA são fracassados**, desde se você pegar... década de 90, o jornal Folha de São Paulo foi fazer um levantamento das desapropriações, estavam todas abandonadas, os projetos de assentamento. (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

O Procurador prossegue com sua análise, questionando, também, a capacidade técnica e gerencial das entidades conveniadas

() na verdade, **a questão da capacidade e do credenciamento**...foi mais a composição das atividades, **critérios pouco objetivos** para a descrição das atividades que seriam desenvolvidas. Você falar que vai fazer assistência técnica é muito vago, mas **dentro da assistência técnica vai fazer o que?** Isso é que não está claro no contrato, a falta de clareza desses convênios é que possibilita desvios, porque você diz que faz uma atividade, como eles colocam lá, custo de reuniões, por exemplo, uma questão que eu bati muito no... em todos os casos, teria que ver, eu não recordo, é que houve um custo arcado pelo contribuinte, dinheiro público, para a capacitação técnica de pessoas que iam trabalhar. Ora, **se o pressuposto é que as entidades têm um quadro, têm a capacidade técnica, por que que você vai pagar, o INCRA vai pagar curso, aulas para a capacitação técnica das pessoas que vão trabalhar no projeto?** São pessoas ligadas a entidades, contratadas pelas entidades. Então quase todas tiveram esse problema, em quase todas o INCRA pagou para a capacitação técnica de contratados (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

Percebe-se que a leitura do Procurador da República é baseada unicamente na relação contratual entre poder público e entidades, sem considerar o contexto social, político,

econômico e cultural em que a proposta de assistência técnica idealizada no ATES está sendo construída. Quando questionado sobre a inexistência de quadros profissionais capacitados no mercado, o entrevistado volta-se para os instrumentos normativos que orientam os convênios firmados

() Mas se o pressuposto para a contratação da entidade é que ela tem capacidade técnica, pressupõe-se que ela já pagou esses cursos, aí eu não vejo problema nenhum. A entidade, o movimento social fazer a capacitação técnica de agricultores, de pessoas que vão projetar isso aí, que vão difundir esse conhecimento técnico, isso é normal, não vejo problema. **O problema é que você faz o contrato, cujo pressuposto é a capacidade técnica da entidade, como é que você vai, ao mesmo tempo, pagar para essa capacitação?** É como se eu pagasse, na verdade o custo disso aí, que tem que está embutido. Como, na verdade, a finalidade não é o lucro, então tem que ter custo, esse custo é arcado pela entidade, tem que ser arcado pela entidade. Eu não vou pagar aqui os serviços de vigilância, treinamento de vigilantes, já tá no custo da empresa. Está no preço que eu estou pagando. Só que está diluído, está diluído em todos os contratos que ela tem isso tá diluído, quer dizer, agora nesse caso não é diluída, o próprio INCRA está pagando para... e não é a finalidade do recurso. O recurso pressupõe a existência da capacidade técnica da empresa, tanto que elas são credenciadas por isso. Aí é uma questão de modelo. No meu entendimento, a contratação de empresas, isso pode até ter um custo maior, mas você tem como responsabilizar. (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

A análise dos convênios no Ministério Público não implica um conhecimento mais aproximado da realidade das entidades conveniadas. O diálogo dos analistas com o INCRA é baseado no “contrato”, conforme explicita o excerto abaixo.

() na verdade, o **objeto é efetivamente um contrato**, se elas fazem outras atividades não me interessa, então... examinar exatamente um contrato e é **um exame meramente documental**, quer dizer, o **contrato em si no meu entendimento tinha irregularidades**, independentemente dela desenvolver ou não atividade, o que me parece não é o caso de todas, de algumas, umas três, talvez no máximo, que já tinha uma atividade nesse sentido, mas, como os contratos seguiam um modelo, existem similares, entendi que nesse caso também apresentaram os mesmos riscos, **falta de objetivo definido no contrato**, que na verdade gera problema, dificuldade de fiscalização. São recursos consideráveis, 6 milhões, 25 milhões, sendo repassados, tem uma definição do objeto da atividade, eu não posso dar 25 milhões para uma pessoa e dizer “olha, você vai desenvolver a atividade de assistência técnica”, mas qual, aonde, o que, qual o custo disso, sabe... não, era muito claro nesse sentido, no meu entendimento. É tanto que, na verdade, o próprio TCU reconheceu isso, se você já pesquisou os acórdãos do TCU, chegou a uma conclusão similar, **que precisava definir melhor o objeto dos contratos**, porque estavam propiciando justamente desvios de recursos. (Procurador da República, 2009). (Os grifos são nossos).

O Procurador não vê a experiência com o ATES como um processo educativo - tanto para o Governo quanto para os movimentos sociais - e nem vê especificidades nessa

relação que, no seu modo de interpretar, trata-se de uma relação contratual tal qual a firmada com empresas.

() O ideal é que tenha capacidade, que tenha qualificação técnica para isso, mas o pressuposto da contratação é a capacidade técnica, eu não vejo porque que o governo tenha que preparar as entidades, por esse modelo, porque ele pressupõe, quando elas se credenciam, é que elas têm capacidade técnica. É isso que consta no processo de credenciamento. Então se não tem ou se foi um equívoco de avaliação, isso tem que ser revisto (Procurador da República, 2009).

Na Controladoria Geral da República, a análise dos convênios teve início em junho de 2007. Até o período da entrevista, haviam sido analisados os convênios do ICC, CENTRU e TIJUPÁ e estavam em análise o da SMDH e o da ASSEMA. Por deficiência de pessoal no setor e, devido ao aumento das demandas, o trabalho tem-se restringido à análise documental, por meio de leitura dos relatórios produzidos pelas entidades comparados com os produzidos pelo INCRA e por meio da verificação da prestação de contas da aplicação dos recursos.

Segundo o analista de finanças de controle, Jaspers Jorge Rodrigues Amorim, a análise tenta alcançar o assentamento, para verificar o grau de efetividade desse tipo de programa nos assentamentos. Observa-se que seus argumentos coincidem em muitos aspectos com os do Procurador da República, como, por exemplo, o de que o grande problema dos convênios era a falta de “objeto definido”

() É uma questão do convênio. Inicialmente todo convênio tem que ter um **objeto definido**, saber o que vai fazer, é a ATEs, mas sim, constitui o quê, isto, aquilo, aquilo outro, capacitações em geral, esse serviço de prestação da capacitação dos dirigentes, mas também não só isso, também uma parte de assistência que tem, social, para os seres assistidos, as famílias assistidas, as famílias assentadas. Cabia então verificar se realmente estava sendo feita dessa maneira e aí se desmembrou uma dificuldade muito grande. **Alguns convênios, o objeto dele é muito falho**. Aí a gente tem uma dificuldade maior ainda de fazer análise, porque **se a gente não tem alguma coisa bem direcionada**, então, a aplicação, ela em geral pode se estender a mais do que seria o objeto finalista da questão, que seria dar assistência às famílias. (Analista da CGU, 2009). (Os grifos são nossos).

Outras ações foram caracterizadas como “má aplicação de recursos”

() Primeiro é a questão **do objeto definido**, dificultava muito a análise da prestação de contas desses convênios. Segundo, que a gente via que tinha **muita despesa que parecia não voltada para o objeto**, muita despesa que não visualizava usar a aplicação disso na concepção do objeto que seria a assistência das famílias, em termos do objeto, mais ou menos isso. () A

gente viu mais também, principalmente **má aplicação dos recursos**, coisas que não tinham nada a ver com o objeto do trabalho. (Analista da CGU, 2009). (Os grifos são nossos).

Neste excerto, o entrevistado especifica o que ele chama de “má aplicação dos recursos”

() Por exemplo, **algumas despesas que não seriam () enquadradas em convênios dessa natureza** e, quando se faz um convênio, a instituição conveniada, tem que ter () uma capacidade física e operacional e conseguir dar conta do convênio, dar andamento ao convênio, da execução do convênio. Em alguns casos **a gente vê a despesa da própria instituição sendo cobertas com recursos da União**, que não era para a finalidade, a finalidade é muito direta, da prestação da assistência, coisas que eram da própria manutenção administrativa das entidades conveniadas, serviço de vigilância, por exemplo, é uma coisa que funciona, a entidade tem que ter, independente do convênio, a vigilância do seu local, da sua sede. Nesse caso eles estavam fazendo pagamento com o recurso da União, com esses processos. (Analista da CGU, 2009). (Os grifos são nossos).

Tal como na Procuradoria Geral da República, as análises da Controladoria Geral da União prescindem de um conhecimento mais aproximado da realidade a que o convênio se refere. O controle é feito por técnicos que não conhecem os assentamentos ou que somam pouca experiência com visitas e contatos com os assentados e com as entidades conveniadas, conforme ilustra o diálogo abaixo, onde o entrevistado explicita o seu contato com as áreas de assentamento

() Cheguei a ir **em uma** delas, essa que eu estou te falando, lá do Amarante. () eu cheguei em um assentamento, não me recordo o nome agora, conversei com algumas pessoas, conversei com o presidente, inclusive, foi na hora que eu encontrei o presidente, ele estava vendo a questão da gleba dele, ia fazer queimada. Deu para observar então que toda aquela área do assentamento não tinha sido ainda objeto de plantio, colheita ou um trabalho direcionado, ou um trabalho já de semeadura ou alguma coisa desse tipo. **A terra me pareceu ainda muito, muito ao natural, não tinha sido feito nenhum tratamento ...** pelo menos não vi tração de animais, coisas que a gente espera justamente... nesses locais, até porque vai, além da questão da assistência, vai outros recursos de outros programas para atender os assentamentos.

P – Você já conhecia algum assentamento?

R - Não.

P –Qual foi a sua impressão?

R - A minha impressão não foi boa, basicamente porque se tiver a oportunidade de ver os recursos, na página portais... pegar ... **a quantidade de recursos aplicadas na região maranhense, a quantidade é muito grande**, mais de uma centena de milhão de reais que a gente espera que tenha alguma... algum ganho. Pelo menos lá, nesse assentamento que eu fui eu não vi, assim dizer, não, realmente os recursos estão aplicados e muito bem aplicados. A impressão foi ainda de **pouco desenvolvimento, muito atraso**. (Analista da CGU, 2009) (Os grifos são nossos).

Os relatos do procurador da República e do analista de finanças de controle da CGU revelam alguns aspectos que precisam ser pensados. Em primeiro lugar, chama a atenção o desconhecimento, por parte dos técnicos dos órgãos de controladoria, do processo de construção do Programa ATES, bem como dos seus princípios e diretrizes. Enfim, a análise é feita com base nos dispositivos jurídicos, como o contrato e nos relatórios produzidos pelas entidades e pelo INCRA, sem um entendimento da filosofia do Programa em construção.

O segundo aspecto é a falta de um conhecimento mais apurado da realidade dos assentamentos no Maranhão, por parte dos dois profissionais responsáveis pelo controle dos recursos públicos. O primeiro entrevistado nunca foi a um assentamento e o segundo havia feito uma única visita, até o momento da entrevista. De modo que verifiquei um distanciamento entre os órgãos executivos e os de controladoria e, mais ainda, entre esses últimos e o público beneficiário do programa governamental. A suspensão de alguns convênios, como o da ASSEMA, interrompeu o andamento de vários projetos que se encontravam em implantação, com prejuízos para o assentado, como veremos nos itens que seguem.

Outro aspecto que chama atenção é a rigidez no trato dos instrumentos normativos, quando se percebe que a construção do Programa ATES é permeada de acertos, acordos, arranjos, adequações, conforme as condições operacionais do Programa, para lembrar Bourdieu (1998). No discurso dos técnicos dos órgãos de controladoria, as entidades são equiparadas às empresas e a política pública a uma mercadoria que se coloca no mercado e negocia com quem tem poder de concorrência.

No meio desse fogo cruzado, o ICC desistiu do convênio; a SMDH entrou com recurso, mas não insistiu; a ASSEMA foi orientada para antecipar o fim do contrato; e a FETAEMA²²⁶ decidiu não mais atuar como executora do Programa ATES e dar continuidade à luta por sua transformação em política pública. O Tribunal de Contas e o Ministério Público chegaram a pedir anulação do convênio, descredenciando a AESCA, mas o juiz substituto da 3ª Vara negou o pedido, revelando falta de consenso até mesmo dentro do poder judiciário, como relata o entrevistado abaixo

() A coluna vertebral dessa denúncia do Ministério Público está amparada, em primeiro lugar, no processo que foi seguido pela Superintendência, seria

²²⁶ Alvo de maior questionamento. O Ministério Público entrou com medida cautelar para não haver renovação do convênio.

parceria. Então eles alegam que não poderia ser através de convênio, seria através de uma **licitação pública**. Uma outra vertente, é que nenhuma das entidades tinha **capacidade técnica** para executar os programas de ATES. Todas elas, mais de 90% das entidades que foram conveniadas, já eram nossos parceiros na execução da própria assistência técnica, não ATES, mas a assistência técnica. () Bem, eu só quero dizer o seguinte, que de todos esses processos, alguns já foram decididos pela justiça federal, onde **alguns juízes não levam, não acatam essas colocações do próprio Ministério Público** e essas alegações, inclusive contrapondo, de forma bastante interessante, todos esses pontos que foram levantados pelo Ministério Público, e tomam decisões, tomaram decisões, alguns desses convênios, dos que nós temos, tem uns três ou quatro que foram decididos já pela justiça, pela **Justiça Federal, pela continuidade, basicamente pela continuidade**. Outros que foram decididos para encerrar, mas por uma questão de fundamento, que existia no próprio programa, ou seja, **a entidade que estava executando o trabalho de ATES não deveria - segundo o Ministério Público e a própria Justiça Federal - fazer parte da coordenação regional**, o que no nosso caso aqui do Estado tinha uma que fazia parte. Isso fazia parte do próprio fundamento, norma de execução que, em função disso, ela foi reformulada a nível nacional, em todos os estados da Federação. (Servidor do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

Devido ao atraso na análise da prestação de contas na Procuradoria Jurídica do INCRA e, conseqüentemente, na solução dos questionamentos nas prestações de contas, o MST trabalhou até fevereiro de 2008 com recursos de 2006 e até novembro de 2009, com recursos de 2007. Das sete conveniadas, somente duas, a Tijupá e o MIQCB, renovaram os convênios.

O posicionamento dos órgãos de controladoria, acerca dos convênios firmados, levou as entidades e o INCRA a fazerem a autocrítica, reconhecer erros e a promover mudanças. Em função desses questionamentos, o INCRA realizou, durante os anos de 2006 e 2007, estudos internos e, no final de 2007, a Norma Técnica Nº 60, da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos do INCRA, propôs nova forma de atuação nos serviços de ATES. Entre as mudanças propostas, estavam: a retirada da especificação, que priorizava os convênios com entidades ligadas aos movimentos sociais; a ampliação da vigência dos serviços até 2011; a extinção da coordenação regional; e a criação do Fórum Regional²²⁷, de caráter paritário, ligado à Superintendência do INCRA, para subsidiar o órgão na tomada de decisão.

²²⁷ As entidades foram chamadas pelo INCRA para discutir a estrutura do Fórum, suas atribuições, a composição, a operacionalização. Dentre os critérios para a sua constituição, foram definidos: interesse, comprometimento na participação, representatividade regional e global, questão de gênero, organizações que trabalham com o tema da agroecologia. Foi pensada uma paridade: 50% da sociedade civil: ACONERUQ, FETAEMA, MST/VIA CAMPESINA, SMDH, RAMA, FÓRUM CARAJÁS, UAEFAMA, UNICAFES, ARCAFAR; 50% organizações governamentais: INCRA (coordenador geral), SEMA, IBAMA, SEAGRO, CONAB, UEMA/UFMA, MDA. De fato, esse Fórum nunca funcionou.

As entidades não tiveram poder de articulação face às pressões dos órgãos de controladoria, ficando restritas a responder, individualmente, os questionamentos e a organizar relatórios e prestações de contas, conforme as normas exigidas. Conseqüentemente não se posicionaram diante do Poder Judiciário que, naquele momento, se configurava como outro agente, no processo de criminalização dos movimentos sociais, a se confrontar. Para este entrevistado os questionamentos dos órgãos de controladoria não foram construtivos

() Não foi uma ação judicial construtiva, nem educativa. Foi uma ação judicial movida pela politicagem, com o objetivo determinado de criar confusão, bagunçar com a política pública () e isso foi catastrófico, porque as entidades, de uma certa forma, elas, apesar de fazer isso, num grau pequeno, dentro da sua área de atuação, **elas não estão preparadas para um embate de magnitude grande como foi esse, a Justiça Federal**, tanto em nível federal, quanto estadual, esse terrorismo que foi feito. Então isso abalou as entidades, uma **certa limitação**, esse **aparato jurídico, nesse instrumental** e o objetivo que se tinha de denegrir e bagunçar com a ATES foi alcançado, bagunçou tudo e as entidades, elas ficaram realmente num **marasmo, ficaram à mercê dessa situação. Não conseguiram dar uma resposta à altura**. Houve várias conivências do próprio INCRA, do próprio aparato judicial federal, do próprio aparato político mesmo também, que não deu respaldo, então foi uma confusão. Eu acho que nesse ponto aí **as entidades saíram muito prejudicadas pelo terrorismo**, pelo medo, pela insegurança que gerou no meio delas e por ter uma fragilidade de manter esse aparato judicial, esse instrumental bem conhecido, bem operacional lá por parte delas. (Técnico da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

Para este outro assessor, as entidades deveriam ter passado por um processo de capacitação, anterior ao trabalho de fiscalização e de punição.

() Houve um erro do INCRA, desde o estabelecimento do Programa, que **deveria ter qualificado**, capacitado cada entidade, de como é que deveria ser feito. Então as entidades fizeram suas prestações de conta, cada uma a sua maneira, com suas deficiências e lógico que isso, em nível nacional, isso passou por diversos problemas. Aqui em nível local houve um **debate público** dessas deficiências, do próprio programa, das contratadas, da prestação de contas, do que poderia fazer. Então a gente percebe que houve esse erro e, por outro lado, há uma questão que, como a gente sabe, teve... **política**, que os órgãos de controle do Estado estão com preocupação que a entidade não desvie o recurso, talvez até na discussão da CPI das ONGs que está rolando no Brasil, todo mundo está com a preocupação de exigir ao máximo das entidades que isso não ocorra e que ocorra uma coisa séria. Na prática isso é positivo, se você tivesse no Estado o controle do Judiciário sobre todos os gastos dos recursos públicos, seria ótimo. **O problema é que as entidades deveriam ter sido capacitadas** para fazer a gerência, a gestão desse programa do jeito que Brasília determinou ... Algumas entidades não têm muita experiência. Em cada programa existe uma forma de prestação de contas. **O que deu é que muitas coisas que poderiam ter sido evitadas, acabaram não sendo**. Então, vários problemas internos, talvez até por falha histórica, **entidades estruturadas, mas que sempre priorizaram a questão da atividade e não a questão da administração**. A administração era só o

meio e não a base. Então hoje, na verdade, se reflete um pouco nisso. Essa problemática toda que as entidades estão passando, essa **pressão de diversos órgãos de controle do Estado**. Mas assim de certa forma vai servir para alguma coisa. (Assessor do CENTRU, 2008). (Os grifos são nossos).

O cunho político identificado, pelos assessores das entidades, no questionamento dos órgãos de controladoria, também foi percebido pelos (as) servidores (as) do INCRA. No entender dos servidores entrevistados abaixo, as entidades não estavam preparadas para gerenciar recursos públicos, entretanto, a fiscalização tem o sentido de “incriminar” e não de “educar”, imprimindo no setor de ATEs, outro ritmo no trabalho, com sérias implicações nos fluxos dos projetos.

() Tomam muito tempo, a gente respondendo e acaba que a gente vê que **não há uma sensibilidade**, assim como a legislação saber a dificuldade, tipo essa da prestação de conta, e aí já incriminam. Eles **já fiscalizam no sentido de incriminar**. Eles não fiscalizam no sentido de ver o que está acontecendo, já é no sentido mesmo...A gente percebe isso na forma da pergunta, na forma como as respostas não são satisfatórias para eles, nos relatórios. Então fica complicado, a pessoa só analisar papel, não sabe da realidade, qual a dificuldade do convênio. Analisam de forma muito fria, não vai lá, não vê o resultado de perto, não vê a dificuldade, complicado por isso porque não há... (Servidora 1 do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

() isso acaba gerando uma infinidade de receios por parte do órgão, no sentido de celebrar novo convênio, ser maleável – “Vamos liberar uma parcela, depois traz a prestação de conta” -, porque você acredita que a prestação de conta vem, mas você não pode liberar porque já tem o receio, porque tem um órgão controlador que está ali, cobrando, exigindo, questionando... (Servidora 2 do INCRA, 2007)

() Teve uma parcela que passamos meses de atraso (Servidora 1 do INCRA, 2007)

() Aí na verdade tem que sacrificar quem está na ponta, no campo
P – Esse atraso de recurso é por conta disso?

() Não, no caso, se pudesse hoje, pedir liberação de parcela... está aí o recurso, o orçamento financeiro está disponível, mas não pode encaminhar o negócio para frente porque tem que aguardar resposta da prestação de conta anterior, porque se a gente encaminhar agora, a gente pode incorrer no erro que o TCU já questionou anteriormente...Se é para ver isso em uma semana, leva três, quatro, porque tem que andar agora passo a passo para não deixar margem de questionamento... porque na verdade a ATEs não tem um fundo próprio, assim como vários programas no Brasil não têm recurso próprio. Para você ter uma idéia, a ATEs é um recurso gerado com duas ou três fontes de pagamento. Então é assim, não é “tem a ATEs, o volume de recurso está aqui”. Não, vai ter que buscar a cada parcela, vai ter que buscar. (Servidora 2 do INCRA, 2007)

A conduta dos órgãos de controladoria da União deixam também a sensação de que o formato da fiscalização segue um interesse específico, quando se trata de convênios firmados com movimentos sociais.

()A gente avalia que como é com movimentos sociais, há um interesse muito mais por trás de cancelar esse convênio, tanto é que... aqui no INCRA é a ATES e o PRONERA, exatamente os programas que atendem uma demanda dos movimentos sociais. Movimentos sociais são representações dos agricultores. Na verdade é uma pressão dos assentados através de suas representações e a gente vê que se por um acaso esses mesmos projetos que ocorrem hoje fossem por empresas, talvez não fossem tão investigado...e é exatamente porque ... movimentos sociais que causa polêmica (Servidora 2 do INCRA, 2007).

No ano de 2008, o INCRA e as entidades realizaram várias reuniões para avaliar o processo e refletiram sobre o papel dos movimentos sociais na execução de políticas públicas. Havia algumas interpretações de que o papel de executor afastava as organizações do controle social e as deixavam vulneráveis às cobranças. Naquele momento, eram as ONGs que estavam sendo pressionadas, por meio de denúncias, das CPIs, de investigações da Polícia Federal e dos órgãos de controladoria. Os pareceres jurídicos dessas instituições revelam disparidades de entendimento sobre o programa governamental, dentro do próprio aparato governamental, o que resulta em um dos grandes conflitos enfrentados pelo serviço de ATES.

Essas reuniões se constituíam em espaços de socialização das informações sobre os convênios em cada entidade e das mudanças no programa, em âmbito nacional. Mas, sobretudo, eram espaços de articulação e de definição de estratégias de pressão ao poder público, cobrando soluções para os problemas enfrentados. Algumas entidades apostavam em uma ação coletiva e sempre que o Programa estava sob ameaça, tentavam mobilizar e motivar as demais para ações de pressão, fosse por meio de reuniões na Superintendência do INCRA, com as entidades conveniadas, fosse por meio de ocupações do órgão, com a participação dos assentados. As organizações não chegaram a uma ação coletiva junto aos órgãos de controladoria.

O MST defendia a transformação do Programa ATES em uma política pública, com controle social, com ressalvas na forma de elaboração para o Nordeste. Na interpretação dos militantes do Movimento, o programa trouxe desenvolvimento para os assentamentos, entretanto, com dificuldades, já que os movimentos sociais perderam o caráter reivindicatório e passaram a ser alvo de pressão de forças contrárias à proposta.

Havia muita preocupação quanto à situação das áreas, após a suspensão dos convênios, particularmente, dos assentados que conseguiram acessar os PRONAFs e que estavam com projetos em fase de implantação.

() Mas em função de toda essa discussão feita, do questionamento do TCU, do Ministério Público e CGU, qualquer tipo de atividade e temos um monte de projeto PRONAF em fase de implantação no assentamento, que agora não tem como ser implantado, porque não tem ninguém para executar. Não tem um técnico para fazer um laudo, para fazer assessoria, não tem como efetivar. Então essa política, ao mesmo tempo que ela leva o assentado a acessar o crédito, ela leva o assentado ao **endividamento**, por causa dessa descontinuidade ... e a incerteza no programa (Dirigente do MST, 2008).

Outra tensão era o formato que o INCRA iria imprimir ao Programa. Com a inexistência de um sistema público de assistência técnica e extensão rural no Estado, havia uma intenção da Superintendência do INCRA de abrir licitação para as prefeituras. As entidades não acreditavam na capacidade das prefeituras para assumir a assistência técnica e temiam sua transformação em objeto de uso nas relações de poder locais. Em outros estados, as regras estavam sendo redefinidas e as entidades pleiteavam a participação no processo de definição do novo formato de ATES.

Em 2008, o Programa foi incluído no Plano Plurianual (PPA/2008-2011) do Governo Federal, como uma ação orçamentária do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER na Agricultura Familiar, restringindo-se a 12.094 famílias em 100 Projetos de Assentamentos de 29 municípios dos territórios da Cidadania do Baixo Parnaíba, Cocais, Lençóis/Munim e Vale do Itapecuru (INCRA, 2009).

A partir do dia 31 de março de 2008, as reuniões passaram a ter outro enfoque, considerando a implantação de um programa de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, concebido pelo MDA, voltado às regiões consideradas mais pobres do Brasil, o Programa “Território da Cidadania”²²⁸. A partir daquele momento, 80% dos recursos do INCRA teriam que ser empregados nos Territórios da Cidadania, sendo que apenas 20% dos PAs do INCRA estavam dentro desses Territórios. Em outros termos, o INCRA teria que administrar 80% dos PAs que ficaram fora do Programa dos Territórios, com apenas 20% dos

²²⁸ O Programa Território da Cidadania visa à superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável que incorpora ao conceito de território dados geográficos, econômicos, sociais, ambientais, associados às identidades e coesão social e cultural. Para isso, propõe a estratégia territorial, a consolidação das relações federativas, a integração das políticas públicas e a participação social. Inicialmente mobilizou 10 ministérios e criou 60 territórios. Em 2008, o Programa chegou a envolver 22 ministérios. No Maranhão, foram criados oito territórios. Muitos dos dados considerados vêm de fontes oficiais de pesquisa e dos programas sociais, como o Bolsa Família. Vide www.territoriocidadania.gov.br.

seus recursos. Com isso, 3.342 famílias atendidas pela ATES ficaram fora dos Territórios e as organizações tiveram o número de famílias reduzidas.

Outra exigência vem do Tribunal de Contas. A liberação dos créditos para os Projetos de Assentamento passou a ser condicionada à Licença de Instalação e Operação - LIO²²⁹. Outra pancada, considerando que no Maranhão, segundo o INCRA, 595 PAs estavam sem licenciamento²³⁰, e muitos sem PDAs e sem PRAs. A questão era como os órgãos governamentais e não governamentais poderiam se articular para garantir os licenciamentos dos PAs até 2012?. O serviço de licenciamento foi criado em 2006 e esteve parado por falta de diálogo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente -SEMA e, em 2008, as discussões foram retomadas, o que resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta entre o INCRA e a SEMA, em julho/2008, que propiciou, até julho de 2010, a concessão de 107 LIOS pela SEMA

A partir desse momento, a contratação dos serviços de ATES obedeceram ao processo convênio, segundo critérios que procuravam combinar as determinações do TCU e do Programa Territórios da Cidadania. A definição dos assentamentos, a serem contemplados com o Programa ATES, passou a ser feita em conformidade com as informações de outros setores do INCRA, especificamente o da Cartografia e do Núcleo Ambiental. Os técnicos do órgão passaram a priorizar os PAs que estão dentro dos Territórios, os que já haviam feito o PDA e a PO.

Evidenciaram-se tensões com a implementação de programas dentro do próprio MDA e com as exigências do TCU - cuja perspectiva homogeneizante não dá conta da diversidade das situações. Os técnicos de ATES e representantes das entidades indagavam como inserir a realidade dentro da legislação e como adequar suas programações dentro do estabelecido pelo Território da Cidadania e pelo TCU.

Em reuniões específicas, os movimentos sociais eram acionados pelo INCRA com o apelo de dividir responsabilidades; em outras, o clima era de tensão. De um lado, as entidades e os trabalhadores - demonstrando cansaço, irritação e descrença - lembravam a existência do grande passivo social e ambiental, acumulado há mais de 30 anos, agravado com as práticas de corrupção, com a não criação da reserva legal, com o aumento do número de famílias nos assentamentos. Cobravam dos órgãos de controladoria maior agilidade no andamento de suas investigações. Do outro lado, servidores resignados e um superintendente

²²⁹ Esse licenciamento é de responsabilidade do INCRA e da SEMA.

²³⁰ Os assentamentos recebem a LP de seis meses. A partir daí terá que ter a LIO (2 anos) e Licença de Validade da Operação (4 anos)

que, diante do volume de pressões, por vezes reagia com ironia, usando de metáforas - como “No INCRA a pressão vem de cima, como o aquecimento global, o que faz com que o órgão se especialize em apagar incêndio” ou “O INCRA é igual Ipê roxo. Serve para tudo” – para explicar o excesso de ações hoje concentradas no órgão.

Em alguns momentos, o superintendente chegou a apelar para que os movimentos ajudassem na pressão “a Brasília”. Especificamente, quando eram anunciados os cortes no orçamento. Em 2007, o orçamento do Programa ATES, em nível nacional, foi de R\$ 80 milhões. Em 2008, a previsão era de passar para R\$ 203 milhões, o que não ocorreu. No Maranhão, os sucessivos cortes nos recursos chegaram ao seguinte resultado:

Quadro 10 – Recursos do ATES/Maranhão

Convênios	Recursos
2004-2008	R\$ 39.458.650,87
2008-2011	R\$ 22.726.414,44

Fonte: INCRA/2010

Com isso, o Programa atendeu, em 2007, cerca de 30 mil famílias em 239 assentamentos. Para 2008, foi feita uma programação para atender 62 mil famílias em 484 assentamentos. Com os sucessivos cortes dos recursos, o Maranhão ficou com a cota de 12.094 famílias, sendo que do total de volume de recursos destinado aos convênios de 2008-2011- firmados com sete entidades²³¹ sem fins lucrativos para prestar serviços de ATES, a maioria cooperativas de técnicos - 80% tiveram que ser empregados nos Territórios da Cidadania. Das sete entidades primeiras, apenas duas – a Tijupá e a AMIQCB – renovaram os contratos.

Analisando a trajetória da experiência do Programa ATES no Maranhão, no período de 2004 a 2008, percebe-se que como principal pilar do sistema capitalista, o Estado oferece uma relação contraditória com os movimentos sociais, que se concretiza no trabalho conjunto. Predomina uma relação de pressão e negociação, envolvendo movimentos sociais e setores do aparato governamental, com momentos em que prevalecem traços de autoritarismo, particularmente quando a tensão se apresenta no campo jurídico. Os movimentos sociais, por outro lado, parecem se desarmar, face à pressão das normas, dos dispositivos legais. O ATES encarna uma alavancagem que possibilita pensar em outra idéia de desenvolvimento, entretanto, o discurso da oferta de participação não tem sintonia e nem ressonância dentro da

²³¹ Tijupá Agroecológica; AMIQCB; COOSERT; COOSPAT; Bioterra; Ethos e a Planeja.

própria estrutura burocrática que, como já vimos e veremos a seguir, desqualifica a ação dos movimentos, como sujeitos políticos, na execução e no controle dos serviços.

5.4. Disputa no âmbito do Governo pelos significados de ATES/ATER

Para explicitar melhor o que venho afirmando, cabe tentar recuperar a origem dessa contradição. No período em que o Programa ATES está sendo definido, configura-se no interior do MDA uma disputa, entre os programas de ATER e ATES, relacionada com as estruturas e com sujeitos que têm o papel de desestruturar e de estruturar essas políticas, trazendo novas concepções de assistência técnica, incluindo as dimensões técnico, social, político e ambiental.

Recuperando a história, a origem da ATER está relacionada com a história da ANCAR, das EMATERs, da EMBRATER, ou seja, surge e se consolida como uma exigência do capital que se estadualiza e se consolida como uma coisa de governo, mas isso vai gerar um novo movimento, ganhando uma ressignificação política. A sociedade percebe que sem assistência técnica não há reforma agrária e começa a politizar a exigência de uma assistência técnica diferenciada.

A partir das experiências com o CONTACAP e com o Projeto Lumiar e agora com o ATES, diversos segmentos da sociedade civil se movimentaram para alterar o modelo de assistência técnica. Mas essa movimentação só tem visibilidade quando os agentes sociais assumem a assistência técnica, como uma tensão política, como um campo de disputa que envolve Estado, movimentos sociais e os interesses do capital. Há uma tensão constante na construção dessa política, com vários recuos diante das contra-forças. Analiso, nesta Tese, a dinâmica dos movimentos sociais, resistindo e insistindo para que os serviços de assistência técnica, de uma mercadoria, se transformem em um campo político.

No Governo Lula, para a estruturação do MDA, foi constituído um corpo técnico ligado a movimentos sociais, ONGs e partidos políticos de esquerda, que disputam espaços dentro do Ministério, visando à construção de um projeto político. Quando os movimentos sociais começaram a discutir com o Governo Lula uma proposta de assistência técnica diferenciada, seguindo uma visão completamente distinta da ATER, que resultou na criação do CONTACAP, já era nessa perspectiva. Mas esse grupo tem maior poder de influência

dentro do MDA e menos dentro do INCRA, onde, segundo a interpretação de assessores dos movimentos e de gestores do INCRA/MA entrevistados, começa a se apresentar uma divisão interna entre os adeptos à nova proposta que se materializa no Programa ATES e os técnicos mais antigos, mais resistentes às orientações do MDA, conforme explica este servidor do INCRA

() Olha, veja bem, a ATER já existia, a ATER já existia, só que a ATER é assistência técnica pura e simples. A ATER trabalha com a implementação de projetos produtivos. Sou técnico, vou lá na área, me apresento para a associação, faço um projeto para eles, para os assentados. Eles acessam o recurso, através desse projeto e eu dou assistência técnica a esse projeto. Eu não dou assistência técnica ao assentamento, eu dou assistência técnica àquele projeto, àquele grupo, àquele grupo de famílias, vamos supor, oito, dez famílias que querem que eu faça um projeto. E outra coisa, eu não estou lá permanentemente. Geralmente esse tipo de trabalho que é praticado pelas empresas, que é executado por empresas de consultoria, são visitas esporádicas e bote esporádica nisso. Geralmente só para uma vistoriazinha, para a liberação de uma parcela, daquele projeto implementado. Diferentemente da ATES, a ATES não. A ATES tem o compromisso com o assentamento como um todo. Não é com um grupo de agricultores não, isolado, tem o compromisso com o assentamento todo e tem também uma visão mais completa. Ela não é só assistência técnica ao projeto. Ela é assistência social e ambiental. Ela está preocupada com todas essas vertentes do assentamento, entendeu. E também é executada, não é só por um técnico não. É uma equipe multidisciplinar, tem assistente social, tem engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, pedagogo. Então, bastante diferente para a questão da ATER. Agora a questão da ATER é complicado, em função da concorrência das empresas. Essas empresas, ela não têm compromisso com o assentado, ela tem é com o lucro. O objetivo dela é aquele lucro. Na realidade o objetivo é tirar algo. É aquele lucro. Diferente da ATES, a ATES o fim não é este. O lucro é o lucro social dos assentados. Esse é que é o objetivo. (Servidor do INCRA,2008)

Conforme diferencia o entrevistado acima, no ATER o compromisso é pontual, com o projeto, atendendo a interesses privados, enquanto que no Programa ATES o compromisso é com o assentamento. Os serviços, denominados de assessoria, são passados para as entidades, ou seja, para as mãos da sociedade civil. O ATES encarna uma proposta política de assistência técnica dos movimentos e, como não há estrutura, os movimentos se inserem nesses espaços de discussão e assumem o discurso da produção, colado ao discurso da assistência técnica que, por sua vez, tem que ser diferente. Assumem, também, parte dos serviços, o que implica investir na formação de um corpo técnico, com uma visão tecnológica, humanística, social, política e ambiental²³². Sua execução é permeada de tensões que começam nas microrrelações, dentro das estruturas burocráticas do MDA e do INCRA

²³² Passando a investir na formação específica de técnicos que originou a construção da proposta do curso “Residência Agrária”, uma parceria firmada entre movimentos sociais e universidades. Ver: Garcia (2007); Melo (2007).

nacional, onde a proposta é concebida, se aprofundando nas superintendências regionais e locais, entre os técnicos do órgão e equipes de ATES e entre estes e os assentados.

Os dois entrevistados, abaixo, ressaltam a diferença de foco entre as duas propostas de assistência técnica.

() ATES tem o foco ambiental, tem o foco social, tem o foco da capacitação, tem o acesso ao crédito, tem o foco do PDA, tem o foco do PRA, do Plano de Exploração Anual. Então tem toda essa dimensão maior e, além de ser um programa com uma duração maior, não um programa pontual acabou aqui, acabou, não. Tem todo um processo de **continuidade**. Então tem toda uma legislação, normativos que foram criados que dão amparo a ATES (). Só que aqui (ATER), como o **interesse maior é o crédito**, a modalidade da ATER se limita ao crédito, à elaboração do PRONAF e à liberação desse crédito aos assentados e o acompanhamento por duas ou três ocasiões, até que todo esse crédito fosse aplicado. (Liderança do MST, 2007)

() Então, no momento, hoje em dia, no cenário nacional, quem está mais forte é a ATER. Então se a ATES sair, quem vai assumir toda essa demanda vai ser a ATER, só que a ATER, ela trabalha com um outro prisma, ela trabalha de uma outra forma. Enquanto a ATES, ela tem um certo recurso para pagar salários de técnicos, para que se possa ficar fixamente no campo, para que a gente possa dar um acompanhamento qualificado, a **ATER não tem isso, a ATER trabalha pontualmente** por hora, por hora trabalhada, por cursos, seminários. Então exige uma outra dinâmica, uma outra ginástica, porque ela não quer favorecer, de uma forma mais ampla, um desenvolvimento rural assim mais efetivo, como a ATES procura. (Assessor da ASSEMA, 2008). (Os grifos são nossos).

Nas falas dos entrevistados são evidenciadas duas preocupações centrais na distinção dos dois modelos de prestação dos serviços. A primeira referente à continuidade dos trabalhos, enquanto na ATES havia uma expectativa de que o programa pudesse acompanhar as experiências por um tempo mais prolongado, na ATER a participação do técnico se dá de forma pontual, o que na interpretação de lideranças e técnicos significa prejuízos para os assentados. A outra diferença diz respeito ao crédito, a prioridade da ação da ATER e preocupação permanente no exercício do ATES, que procura privilegiar a organização e o fortalecimento do assentado antes de apresentar projetos ao banco.

Ainda no âmbito da própria instituição gestora do Programa, identifica-se uma tensão, com o aparecimento de outros sujeitos, os “técnicos novos”, assim denominados os recém-contratados por meio de concurso público. A presença de técnicos recém-concursados, oriundos dos movimentos sociais, nos quadros do INCRA, é um elemento facilitador nas relações Estado/movimentos sociais. São eles que permitem o andamento das demandas nas instituições e atuam como mediadores no diálogo entre a direção do órgão e as

entidades/organizações. Tal conduta, por vezes é questionada pelos técnicos denominados “antigos”

Outra zona de tensão se apresenta na relação entre os “técnicos do INCRA” e os “técnicos do banco”, revelando resistências dentro do próprio aparato governamental e uma hierarquia - não explícita juridicamente, mas que se expressa no exercício prático das funções - entre o banco, que determina e impõe planilhas e metas, e o INCRA que, naquele momento, tentava romper com essa estrutura. O entrevistado abaixo detalha essa zona de conflito

() porque a compreensão institucional, ele (o servidor) absorve o institucional, como o banco diz que é assim, então ele acha que isso só dá certo assim. Ele não consegue ver uma outra opção. E o próprio banco, quando resistia, as instituições diziam “não, mas o banco não quer, o banco não aceita”, aí eu dizia “não, mas nós não vamos atender o banco não, o dinheiro é do trabalhador, ele tem que se adequar ao pensamento dos trabalhadores. Não é o que o banco está querendo, o dinheiro não é do banco, o dinheiro é dos trabalhadores”. “É, mas a regra aqui é outra”. “Mas a regra tem que ser a nossa. O dinheiro é nosso, a regra tem que ser a nossa aqui, vamos estabelecer a regra para o banco”. Então esse debate se dava de Brasília para a agência bancária lá no interior. Nós travava de Brasília... nós trabalhava do Tesouro Nacional, do Tesouro Nacional até a agência bancária, certo, criava regra, criava norma e bancava isso aí, certo. (Ex-gestor do INCRA, 2008)

No mapeamento dos entrevistados, uma fronteira se define entre o “técnico de ATES”, com atuação direta no campo junto aos assentados, e o “técnico do INCRA”, mais situado nos escritórios do órgão. A relação conflituosa se dá, sobretudo, quando o exercício das funções do “técnico de ATES”, tal como previsto nos dispositivos do Programa, pode revelar, alterar ou tensionar práticas - consolidadas dentro do órgão e exercidas por laços demarcados pela pessoalidade e por sentimentos e emoções - não esperadas em uma estrutura burocrática, no sentido weberiano. Na interpretação dos assessores das entidades e dos próprios servidores do INCRA, isso se dá porque não houve uma internalização do Programa no órgão. Se não vejamos as narrativas sobre as tensões que se apresentam nesta esfera

() O campo é isso,... nos programas anteriores,...então **dependendo do técnico que está na área, ele acaba tendo essa limitação do INCRA** e se tem uma relação mais direta com o técnico da ATES, que tá no campo, até porque as vezes passa um tempão sem ir lá, quando vai, quem tem mais elemento até mais.. que poderia tá colaborando mais com o trabalho dele são os técnicos que estão no campo, então assim, **essa relação de parceria não é vista aqui no INCRA como um todo**, alguns setores, alguns profissionais, **alguns funcionários conseguem aceitar isso e até valorizar e outros não**, outros acham que eles estão lá **atrapalhando** o serviço deles, dos funcionários..., aquela história de mostrar o que está certo, o que está errado,

o que pode ser modificado... **isso incomoda...** (Servidora 1 do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

() Tem determinadas ações que elas deveriam ser trabalhadas em conjunto com a ATES, por exemplo, existe uma modalidade de crédito aqui que é a... assentamento desde a sua fundação, que é o crédito apoio. Esse crédito apoio, você pode colocar 30 % ou 20% para aquisição de alimentação, isso seria mais para os assentamentos que estão em processo inicial de implantação, até as pessoas se estabilizarem na produção, e 70% seriam investidos em projetos produtivos, trabalhar com criações, aquisição de máquinas e equipamentos, só que a gente não consegue ver, efetivamente, isso ser aplicado, porque **quem aplica o crédito, na maioria das vezes, não tem conhecimento do papel da ATES**, que estaria ali para assessorar isso, que muitas das vezes a ATES faz a discussão com a comunidade e tenta orientar para aplicação do crédito, aí tem determinado técnico, por não conhecer, porque não seria um crédito que o INCRA repassa, mas um crédito bancário, um de uma outra... aí acaba desandando, porque **não há essa compreensão da própria proposta de ATES...** E quando a gente tenta fazer isso aqui, aliás, a gente já tentou diversas vezes, nem sempre é bem sucedido, quer dizer... **é o próprio INCRA tentando conversar com o INCRA**. Não surtiu efeito... resistência muito grande em tentar compreender mesmo a proposta de ATES....(Servidora 2 do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

() É complicado, não é fácil, porque são duas coisas distintas: uma é o **papel do funcionário do INCRA** e o outro é o papel do cara que **está lá na ATES**, até quando a estratégia do programa também, de uma certa forma ou de outra, permite que haja até, vamos dizer assim, esse tipo de conflito que a gente enfrentou, mas de uma certa forma ou de outra, nós superamos, hoje nós temos uma realidade diferente. Sabe por que? Vou lhe dizer por que; primeiro, nós tínhamos **funcionários antigos, bastante antigos**, muitos deles, oriundos ainda daquele sistema de ditadura, pessoas reacionárias. E, do outro lado, da **equipe ATES**, nós temos vários, muitos que eram integrantes dos movimentos sociais, **ativistas...** Então há essas polêmicas, existiu isso, ainda existe, mas em muito menor proporção, mas existiu, a gente caracterizou isso, a gente conseguiu detectar isso. Mas na verdade os técnicos de ATES que estão ... Eles **não são funcionários do INCRA**, mas de uma certa forma ou de outra, indiretamente, eles representam a ação do INCRA, porque é uma ação direta do INCRA (Servidor 3 do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

() Isso é muito complexo, porque alguns atores dentro do INCRA, eles não concordam com a ATES, porque eles acham que **a ATES de alguma forma substitui o técnico do INCRA**, de alguma forma tira as prerrogativas que o técnico do INCRA tinha, enfraquece o INCRA, quando na verdade não é isso, quando na verdade é porque o técnico de ATES, que está no campo, ele é subordinado diretamente ao convênio e o convênio é dirigido pelo INCRA, então não existe isso. Existe uma briga muito grande dentro do INCRA, eu acho que em todos os estados, de técnicos que são a favor e de técnicos que são contra, porque primeiramente quem está **agora dentro das áreas de assentamento agora é o técnico de ATES**, então de alguma forma, as realizações, **as dinâmicas dos técnicos do INCRA foram modificadas**. **Nós temos agora muito mais demandas, muito mais ações**, só que os técnicos do INCRA não têm muito mais **diárias** para ir ao campo, não têm muito mais como antes, para viajar, para fazer isso e aquilo, porque o técnico

de ATES já está fazendo. Então de alguma forma há um **ciúme** muito grande e isso causa uma complicação, porque onde a gente poderia ter um apoio, nós estamos tendo dificuldade muito grande, que é dentro do próprio órgão que está gestando esse programa. (Técnico da ASSEMA, 2007). (Os grifos são nossos).

A formação desses pares binários demonstra que a instituição não conseguiu internalizar a proposta do ATES, tal como ocorreu com os movimentos sociais e sindicais que, embora com limites, passaram a assumir os serviços como uma de suas demandas. As narrativas revelam um campo de disputa, permeado por sentimentos (SIMMEL, 1983;1986) - como ciúme, insegurança, medo de concorrência - ignorados ou não permitidos no campo da fala, mas que são definidores do destino de uma proposta que se pretende inovadora. Soma-se a esses sentimentos, que, por vezes, sedimentam a microfísica do poder (FOUCAULT, 1979), o fato de que, como pano de fundo da rejeição manifestada à proposta do ATES, estava a resistência a um projeto de nova sociedade, que inclui mudanças na matriz alimentar, na relação com o meio ambiente e no exercício da justiça social.

() Pode não afetar pela questão econômica, agora tem o aspecto ideológico, o aspecto ideológico, onde no ATES, **o pessoal tem uma crítica ao agronegócio**, em algumas situações nós podemos ter inclusive uma **disputa de projetos de desenvolvimento**. Então é o caso, você tem um determinado local. É o caso lá de uma região, você tem o agronegócio presente, você tem também a atividade da agricultura familiar e a agricultura familiar está se desenvolvendo, enquanto o agronegócio vem com a crítica de que a legislação ambiental atrapalha e tudo o mais, é o caso hoje dessa discussão sobre a mudança do código do meio ambiente. **São várias organizações ligadas à agricultura familiar, hoje defendem que não seja feita nenhuma modificação no código e que o código seja implementado, enquanto as organizações do agronegócio defendem a modificação**. Em parte, teve uma contribuição dos serviços de ATES para que essa posição fosse adotada, **isso contribuiu para uma melhor discussão**, uma melhor compreensão da legislação ambiental. Obviamente não foi a ATES sozinha que contribuiu com isso, estaria super estimando a ação da ATES, mas teve a sua parcela de contribuição. Então, a gente pode chegar à conclusão que a ATES, com todos os problemas, com atraso de recurso, ele teve sua parcela de contribuição para o fortalecimento das organizações. (Ex-técnico do Projeto Lumiar, 2009). (Os grifos são nossos).

A proposta, em jogo, era que a ATES fosse pública, gratuita e ampla, enquanto que a ATER defendia uma assistência técnica privada e limitada ao crédito. No Maranhão, o Governo Roseana Sarney extinguiu a EMATER e não criou as condições para garantir a assistência técnica pública e gratuita a assentados e não assentados, privatizando os serviços no Estado, contribuindo para o surgimento de outro segmento, as empresas de consultoria,

que passaram a assumir os serviços de ATER. De forma que, desde a criação do ATES, evidenciou-se no Estado o conflito entre os defensores da assistência técnica privada – empresários e políticos a ela vinculados - e os defensores da assistência técnica pública e gratuita – os movimentos sociais e setores específicos do INCRA.

5.5. Formas diferenciadas de apropriação do Programa ATES

Neste item apresento como a experiência com o ATES foi apropriada por três entidades/movimentos: a AESCA, a ASSEMA e o AMIQCB. Não se trata de um estudo comparativo, mas de uma reflexão sobre a operacionalização do Programa ATES, de forma diferenciada, dentro do quadro de dificuldades até aqui exposto. Até que ponto as contradições e limitações propiciaram às organizações relativa autonomia na condução dos serviços de ATES, conforme sua visão de mundo, seus princípios e metodologias e suas experiências acumuladas.

A intenção é demonstrar que essas três organizações se apropriaram de um programa governamental na perspectiva de atender suas demandas mais localizadas, mas sem perder de vista um projeto, mais amplo, de mudança na concepção de desenvolvimento no Estado do Maranhão. As três organizações tensionam o modelo de desenvolvimento projetado, a partir do ideário da modernização vinculada à industrialização e ao mercado de commodity, e tentam legitimar outra matriz tecnológica, que vem sendo construída a partir das experiências com sistemas produtivos orientados pela agroecologia, a exemplo do agroextrativismo, desenvolvido pela ASSEMA e incentivado pelo MIQCB, dos sistemas agroflorestais, estimulados pelo CENTRU, no sul do Maranhão, e pelo MST.

Para efeito de análise, me concentrei neste item em quatro pontos: a) experiência com assistência técnica, a fim de perceber como as entidades se inseriram na luta por uma assistência técnica diferenciada; b) de que forma os serviços de ATES foram conduzidos; c) as realizações no âmbito do Programa; d) e a conclusão do convênio. Como a preocupação aqui não é fazer uma avaliação de Programa, não me preocupei com os resultados alcançados, até porque considero que a observação nestes termos requer uma observação em tempo mais prolongado.

5.5.1. AESCA/MST: assessoria técnica como um ato político e pedagógico

Desde o início dos anos 1990, os dirigentes²³³ do MST despertaram para a importância dos serviços de assistência técnica, para o fortalecimento dos assentamentos no aspecto da organização da produção e para a transição ecológica que propiciasse uma nova matriz tecnológica, orientada por princípios agroecológicos. Gradativamente, o Movimento foi acumulando informações obtidas em eventos específicos estadual e regional, até que a idéia se transformasse em uma reivindicação da universalização dos serviços de ATES, com equipes multidisciplinares e com o envolvimento dos dirigentes no acompanhamento dos serviços para o setor de produção.

Paralelo às pressões por uma política pública de assistência técnica voltada para esse propósito, no Maranhão, o Movimento desenvolveu outras experiências com práticas agroecológicas pontuais, inicialmente com apoio do Ministério da Saúde, voltado para a construção de farmácias e depois com apoio da cooperação internacional, a exemplo do projeto de desenvolvimento agroecológico, apoiado pela Action Aid, em assentamentos dos municípios de Itapecuru e Imperatriz.

A primeira experiência de participação do MST, no Maranhão, em programa governamental, voltado para a assistência técnica, foi com o CONTACAP. Anteriormente, segundo os técnicos militantes entrevistados, o contato com esses serviços se dava por meio de técnicos da EMATER, que chegavam às áreas com os pacotes tecnológicos da revolução verde, sem nenhum controle dos trabalhadores. Foi no período em que os movimentos sociais, em nível nacional, começaram a incorporar a assistência técnica na pauta da reforma agrária, e a compreendê-la como ferramenta importante para a consolidação da conquista da terra. Foram montadas duas equipes multidisciplinares: uma, com seis profissionais no PA Diamante Negro/Jutay, no município de Igarapé do Meio, na região da Baixada; e outra, também com seis profissionais, no PA Gameleira, município de Governador Lobão. Segundo os técnicos militantes do MST, essa experiência ajudou muito os assentados a acessarem o programa de crédito PROCERA.

Com a extinção do CONTACAP, iniciou-se um debate nacional sobre assistência técnica, que resultou na criação do Projeto Lumiar e na consolidação da proposta de assistência técnica do MST. No Maranhão, o MST participou com cinco núcleos, com um total de 17 técnicos, sendo três núcleos em Imperatriz, um Igarapé do Meio e um em Buriticupu. O MST passou a investir no desenvolvimento de uma metodologia para trabalhar

²³³ O termo dirigente é atribuído à pessoa que, dentro do grupo, ocupa o papel de líder político. No caso específico do MST, conforme explicações dos entrevistados esse líder político, que pode estar ou não em uma instância de decisão do Movimento, tem a responsabilidade de coordenar as atividades dos setores nas regiões.

especificamente nas áreas de assentamento, levando em consideração as várias dimensões da organização, desde a social, até a política e a econômica.

Foram realizados vários treinamentos e elaborados documentos, entre eles: “Queremos assistência técnica”, “Qual o papel do técnico nos assentamentos”, “Qual o papel da assistência técnica na reforma agrária” e “Metodologia de trabalho e de inserção da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária”. Neste último documento são sistematizadas orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho técnico e definido o papel dos técnicos do MST, que deve ser um “militante” da reforma agrária. Trata-se de uma militância “especializada”, com viés político-ideológico e técnico, com vistas a fortalecer a cooperação, a organicidade nos assentamentos e a produção agrícola em bases agroecológicas. Em síntese, um formador, um profissional aperfeiçoando o conhecimento científico, devendo estar integrado à dinâmica organizativa do MST (CONCRAB, 2005).

A postura do técnico, prescrita nas cartilhas do MST, deve obedecer às seguintes características: pedagógica de duplo sentido - desprendimento para repassar conhecimentos técnicos e humildade em respeitar o saber popular e as experiências de vida dos trabalhadores -; vocação para a pesquisa; ser militante de sonhos e de mudanças e ter ideais altruístas. É esperado que esse técnico seja um militante da reforma agrária. Pela sua permanência nas áreas, ele pode ser um canal de fortalecimento da cooperação, organicidade técnica, pesquisa e renda nos assentamentos. O técnico tem que ter conhecimento técnico e boa prática pedagógica, para ajudar a superar os problemas técnicos organizativos dos assentamentos, construindo uma metodologia participativa na pesquisa. A assistência técnica se vincula, portanto, à estrutura organizativa do MST.

Diversas formas de cooperação são adotadas, sendo que muitas optaram pela agroindustrialização. As cooperativas estão dentro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, responsável pela organização da produção, estimulando o trabalho coletivo da produção agrícola e pecuária, da industrialização e da comercialização nas áreas de reforma agrária. O setor tem como eixos de ação: garantir a produção de comida, visando à segurança e a soberania alimentar, baseados na agroecologia; orientar a lutar para promover melhorias sociais e econômicas nas áreas de assentamento e acampamento, buscando acessar, propor e cobrar políticas públicas; organizar e estimular a cooperação agrícola; fortalecer a participação e organização do SPCMA; construir uma matriz tecnológica em contraponto à monocultura, baseada na agroecologia (MST/MA, 2010)²³⁴.

²³⁴ Informações obtidas em na secretaria do MST/MA.

Entre as ações desse setor estão a prestação dos serviços de ATES²³⁵. No MST, as discussões em torno do ATES começaram a partir de 2003, com o Plano Operacional Emergencial – ATER, executado de janeiro a julho de 2004, para o qual foram contratados 21 técnicos para atuarem em 17 projetos de assentamento. A partir dessa experiência, o MST deu início ao processo de construção de uma proposta de convênio plurianual, analisando a metodologia a ser utilizada, as áreas a serem cobertas, o número de famílias e as ações a serem desempenhadas.

O convênio de ATES, assinado entre o INCRA e a AESCA²³⁶, em dezembro de 2004, contemplou cinco linhas de ação: a) PDA e PRA; b) capacitação tanto com os assentados quanto com os técnicos; c) projetos, elaboração e acompanhamento de projetos produtivos, não só projetos para o PRONAF; e d) a questão da difusão de práticas agroecológicas, com dias de campo, visitas de intercâmbio, realização de experimentos; e o acompanhamento mais cotidiano, discutindo com as famílias sobre o planejamento das unidades familiares.

De acordo com o Quadro 07, a equipe foi formada por 48 profissionais das áreas de Agronomia, Assistência Social, Geografia, Medicina Veterinária e Pedagogia, para atuar em 37 PAs, de 24 municípios, atendendo um total de 4.845 famílias. A estrutura dos serviços de ATES foi montada conforme a estrutura organizativa do MST nos assentamentos. Assim, foram montados seis Núcleos Operacionais (NO) – na linguagem do Manual de ATES – nas seis regionais do MST. Vinculados ao Setor de Produção, os serviços eram acompanhados pelo coordenador político, que tinha as funções de orientar, garantir e respaldar o trabalho do técnico nas áreas.

Em contraposição aos investimentos econômicos baseados na monocultura, a experiência com o ATES reforçou o debate em torno das possibilidades econômicas nas áreas de assentamento, como a caprinocultura, a suinocultura, a avicultura, a piscicultura, os campos agrícolas, as fruticulturas, as hortas comunitárias, e os agroquintais, apostando na diversidade da produção.

²³⁵ Na área de capacitação foram realizados o Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária para 100 alunos dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins; e o Curso de Agronomia para 42 alunos dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Na área da pesquisa, o Movimento contabiliza a Pesquisa em agroecologia, no PA Diamante Negro Jutaí; e na área da produção de agroindústria: Mini - fábrica de Caju (Assentamento Juçara); Mini - fábrica de Tiquira (Assentamento Palmares II); Usina de processamento de coco babaçu (Assentamento Diamante Negro Jutaí); Produção de Mel (Assentamento Califórnia e Assentamento 4 de Maio) e implantação de Viveiros de Mudas – Assentamento Conceição Rosa e Gameleira.

²³⁶ Para a execução dos serviços a AESCA contratou a COOPERA que, por sua vez, contratava a equipe técnica.

() Há um debate que o Movimento está fazendo no sentido de que o crédito tenha uma **diversidade**. Então essa orientação, a gente procura construir com os técnicos e assentados, no sentido para que o acesso ao crédito não seja um crédito meramente de uma única atividade, para ver se a gente consegue fazer o mais **plural** possível, porque uma família assentada que não tem um incremento de renda mensal, ela vai sentir muita dificuldade de se assegurar nesse assentamento. Não dá para admitir um assentamento com apenas uma entrada anual de recursos no orçamento (Dirigente do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Apesar dessa orientação, a bovinocultura²³⁷ tem ocupado um lugar de destaque na opção dos assentados. A escolha se deve a vários fatores. Há uma cultura de que o gado “dá mais dinheiro” e que há uma disponibilidade maior do Banco do Nordeste para liberar recursos para projetos de produção de gado. Entretanto, em áreas de assentamento esse tipo de produção tem seus limites. O entrevistado abaixo explica porque os trabalhadores optam por esse tipo de atividade

() Na verdade é o seguinte, **o plano de desenvolvimento** o banco tem que alterar porque, porque na **verdade se concentra a questão dos grandes criadores de gado** e é onde se vê a questão da grande produção e hoje é um comércio promissor da questão da venda de carne... Só que ele **não leva em consideração a realidade do assentado e ou do assentamento**. É diferente quando você tem a possibilidade de criar mil cabeças de gado, numa terra muito grande, não sei quantos mil hectares, do que quando você leva para a realidade do assentamento, porque o assentamento já tem algumas limitações. Então o gado que você vai criar num lote, por exemplo, de 30 hectares é no máximo que você vai poder criar e tendo uma boa pastagem com 30 animais, isso utilizando a área como um todo. Claro, ele não utiliza esse lote, essa área desse lote como um todo para a criação de gado. Ele planta mandioca, ele faz roça, planta arroz, planta outras coisas. Na verdade vai ser menor a quantidade de animais que vai ser criada. E o que acontece? as pessoas acabam vendendo o gado porque não têm pasto, ou então, alugando pasto para colocar esse gado, que na verdade se torna totalmente inviável, economicamente falando. **Então o banco, ele na verdade se preocupa em liberar dinheiro, em saber que tá ajudando a agricultura familiar e tudo, mas não leva em consideração a realidade do assentado**, do assentamento e da região. E isso que tem que ser discutido em relação ao plano de desenvolvimento do próprio banco. (Técnico de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

²³⁷Em seus estudos sobre a pecuária no Maranhão, Santos (2008) constata que o gado foi trazido para o Maranhão para servir de alimento para as famílias que viviam nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e arroz, em Munim/Pindaré. Até 1960, essa atividade era praticada pelos chamados pequenos agricultores, criadores de gado, concentrados em Pedreiras e Bacabal. O quadro mudou a partir das décadas de 1960, com a abertura das fronteiras agrícolas para a pecuária, permitido pelos projetos de colonização e fundiários do INCRA. Nos anos 1980, a produção de gado foi estimulada, com a implantação dos primeiros projetos de assentamento da reforma agrária, e com as linhas de crédito. No período de realização desta pesquisa, havia uma estimativa de que a cada dez projetos encaminhados ao PRONAF, sete era para a produção de gado.

Os relatos nos mostram, também, a distância entre o plano de desenvolvimento do banco e a realidade das condições de vida nos assentamentos. Na interpretação dos técnicos entrevistados, o banco tem como referência uma realidade distinta e propõe um padrão de plano de desenvolvimento, usando como ferramentas modelos padronizados de planilhas, nos quais os projetos devem se adequar, o que, por um lado, facilita e estimula a bovinocultura e, de outro, dificulta a apresentação e aprovação de propostas de produção diversificada, segundo a orientação das entidades conveniadas

() Outro problema que a gente vê muito é a questão **de água** em alguns assentamentos. Então tem assentamento em que o cidadão coloca água para os seus animais no balde. Tem uma manilha, pega no poço e bota. Por quê? Porque foi feito o açude, foi gasto horas com trator de açude, com trator para fazer esse açude, mas na hora o açude não conseguiu segurar essa água da chuva. E aí eles acabam tendo que fornecer praticamente no balde essa água. Então existe assim uns problemas que **o banco não leva em consideração**. Você tem no banco, ah, é tantos animais... isso é aquela coisa bonitinha, dentro de uma planilha, aquilo que pode ser gasto, aquilo que é feito, evolução de rebanho, tal, tal, tal. Mas não leva em consideração os problemas que podem surgir. E também **a falta, muitas das vezes, de experiência**, como eu já falei, que em torno de **70% dos assentados não tem esse conhecimento ou experiência**, melhor dizendo, **na criação de gado**, acaba também influenciando numa criação de insucesso na produção de, no caso, da carne. Então, por exemplo, um assentamento que a gente visitou tinha problema de ... foi feito projeto para bovinocultura de leite, mas as pessoas não tiveram conhecimento, experiência com relação a esse tipo de produção, de leite, e não carne, e isso foi que inviabilizou seu projeto, e eles acabaram mudando, transitando de bovinocultura de corte para bovinocultura de leite. (Técnico ATES, 2008). (Os grifos são nossos).

Associado à falta de infraestrutura para esse empreendimento, os técnicos identificam como obstáculos: a falta de experiência com a atividade pecuária, a falta de conhecimento do assentado sobre a produção de gado; o tamanho da área disponível insuficiente para a formação de pasto; e a falta de infraestrutura. Tudo isso exige do técnico conhecimento específico e habilidade na orientação do assentado, quanto ao cálculo a ser feito na hora da aquisição dos animais, de forma a evitar prejuízos e endividamento com os bancos, tal como ocorreu com a experiência narrada pelo entrevistado abaixo.

() É porque é o seguinte: antes desse PRONAF A, antes deles fazerem o PRONAF A, eles fizeram o PROCERA, aí acessaram o teto todo, tiveram aquele projeto coletivo. O que eles fizeram? Pegaram um projetão coletivo de 200 e poucos mil reais, cento e tantos mil reais. Eles chegaram a ter aqui nos assentamentos, eles pegaram... aqui já era solta. Aqui já era fazenda. Então já tinha pastagem plantada, já tinha tudo, eles melhoraram essa pastagem, roçaram, se juntaram, cercaram, fizeram projeto para gado. Só que daí o projeto não teve sucesso, porque houve desunião, houve alguém que

saiu, alguém que não queria pagar a conta. Eles venderam todos os animais, quitaram as dívidas. Alguns grupos não fizeram isso. Algumas pessoas dividiram e dividiram a conta também, ficaram pagando individualmente, e outro pessoal foi na mesma carrada “o pessoal fez projeto para gado e tinha muito gado, então vou fazer projeto para gado”. Aí está esgotado, aí não tem mais área, não tem água, estrutura nenhuma ... gado. Nós temos agricultor que tem é medo do gado. Paga outra pessoa para cuidar, mas fez projeto para gado, “ah, rapaz, não posso fazer outra coisa porque não tem área”. (Técnico de ATEs, região da Baixada, 2008)

No caso específico do PA Diamante Negro/Jutay, o primeiro assentamento implantado sob o acompanhamento do MST, na região da Baixada, algumas de suas agrovilas, em particular, a Vila Diamante, dispõem de relativa infraestrutura física, conforme descrito no Capítulo 1. Os técnicos entrevistados identificam a necessidade de um investimento maior na assistência técnica permanente para ajudar os assentados a potencializar a infraestrutura já existente, para pensar no assentamento dentro de um plano de desenvolvimento sustentável e rever o associativismo e o cooperativismo, considerando que o modelo atual vincula as formas organizativas aos recursos públicos, via financiamento de projetos produtivos – estabelecendo relações semelhantes ao do assistencialismo e do clientelismo entre banco e assentado - distanciando-as de uma ação coletiva ou das práticas de solidariedade.

Além da produção de gado com pastagens naturais, as famílias investem na produção de arroz, feijão, milho, melancia e leguminosas (abóbora, maxixe e quiabo) para o consumo e para a venda nos mercados dos municípios de Igarapé do Meio e Santa Inês. Devido às precárias condições de transporte e das estradas, sobretudo no inverno, enfrentam problemas no escoamento dessa produção.

Na Vila Diamante, o cultivo de culturas temporárias é feito por meio da “roça no toco” ou “agricultura no toco”, que inclui práticas de corte e de queimadas para a limpeza e fertilização do solo, exigindo um período de repouso para a recuperação dos solos. O arroz – cultivado na roça no toco e na vazante, no período de baixa das águas do lago dos campos - é consorciado com o milho, o feijão e frutas (melancia) e leguminosas (abóbora, quiabo, vinagreira e maxixe)²³⁸. Além da agricultura, as famílias ampliam suas rendas com a extração do coco babaçu para a produção de carvão, azeite e mesocarpo, atividade exercida, predominantemente, por mulheres e crianças; a pesca; e a criação de gado bovino de forma extensiva e de animais de pequeno porte, como galinha, porco e pato. O trabalho conta com a mão-de-obra familiar ou, quando necessário, com a contratação de terceiros.

²³⁸ Sobre o sistema de produção utilizado na Vila Diamante, consultar Azar (2005, p.101-102).

Durante o convênio ATES, os técnicos tentaram potencializar as iniciativas com práticas agroecológicas que estão sendo desenvolvidas com a produção do arroz orgânico no campo. Os agricultores aproveitam o movimento do lago para fazer a adubação. A produção é individual, mas a área e a forma de organização da produção são coletivas, conforme explica o técnico entrevistado abaixo.

() Não, a **área é coletiva**. Só a área, a área é coletiva, agora a **produção é individual**. Eles fazem um certo trabalho cooperado, por exemplo, troca de diárias. Hoje eu te ajudo, amanhã nós ajuda ele, troca de diária, amanhã nós iremos trabalhar no meu. Assim, **troca de diária**. Eles fazem esse trabalho. É a única coisa que eles estão fazendo de forma cooperada, trabalham com troca de diária. Mas se você chega lá e pergunta para um, eles sabem tudinho, “essa é a área que eu planto, aqui é a área que... planta, aqui é a área que seu Nonato planta, seu Francisco”. Eles sabem a área de todo mundo. O campo é coletivo, é para todo mundo. Agora não tem que passar a cerca, não teve que gerar conflito lá ... onde eles pescam também, todo mundo pesca, para não poder gerar esse conflito. Plantam, mas todo mundo sabe a área de todo mundo. Cada um tem sua área de plantar melancia, cada um planta, todo ano eles fazem naquele mesmo lugar. Aí então é esse processo, **a água vem, tira todo o mato, faz a capina natural, aí o mato morre todinho. Quando a água baixa, aquilo ali fica só matéria orgânica, aquele mato que ia crescer, que ia apodrecer todinho, fica pretinho, transforma todo em matéria orgânica**. Então... (Os grifos são nossos).

P – Nessa área não tem fogo?

R – Não, não, completamente orgânico. Tem algumas coisas que eles colocam, por exemplo, barragem. O único veneno que eles usam lá, porque tem uma coisa, no plantio, por exemplo, agora a gente está usando... o seguinte. Eles geralmente plantam o milho, a abóbora, as coisas que eles plantam lá, quando eles plantam, aí tem um... uma pragazinha lá que come as sementes. O que que a gente está fazendo com eles? A gente está trazendo, plantando, fazendo em casa ou lá mesmo, põe nos copinhos, plantam, depois que a semente germinou, que está no ponto de transplantar, aí a gente transplanta para a terra. A gente está fazendo. O milho, a gente ainda planta direto, planta cinco, seis caroço para a gente aproveitar a noite... depois replanta. A gente faz dessa forma, está procurando transplantar e às vezes, quando está nascendo, para o bicho não cortar, eles aplicam a barragem, que é um veneno para essa praga (Técnico de ATES, região da Baixada, 2008)

Concomitante à assessoria prestada às famílias dos denominados assentados na busca dos benefícios coletivos, as equipes de ATES assessoram os trabalhadores nas negociações das dívidas do PROCERA e do PRONAF. A dificuldade apontada é lidar com as planilhas padronizadas desses programas, montadas a partir de outras realidades. Para cumprir as exigências dos bancos e atingir as metas estabelecidas, os trabalhadores são inclinados a investir na produção de gado bovino, gerando uma contradição com o Programa ATES que tem, entre seus objetivos, a diversidade da produção, conforme os princípios da agroecologia.

Nas capacitações e intercâmbios realizados, há uma preocupação em esclarecer as consequências do investimento em uma única atividade para os assentamentos. Em contrapartida, os técnicos procuram mostrar outras possibilidades, com a diversidade na produção, com cursos específicos de caprinocultura, avicultura, hortaliças, culturas da mandioca e do milho, agroquintais. Entretanto, os entrevistados ressaltam a dificuldade de trabalhar com essas culturas, tendo em vista a falta de infraestrutura em muitos assentamentos, como água para garantir essas produções.

Outro conjunto de temas é explorado nas capacitações, com prioridade para a agroecologia, educação ambiental, manejo do solo e segurança alimentar. Há de se destacar o interesse por temas relativos às formas organizativas, as experiências com associativismo e cooperativismo. Nesses espaços, os assentados são orientados sobre os projetos e as possibilidades de negociações e quitação de suas dívidas junto aos bancos, como forma de garantir o acesso ao crédito.

As capacitações não se restringiam ao conhecimento técnico. Eram momentos também de formação política de técnicos, lideranças e assentados, em que temas tradicionais no MST eram retomados, como a reforma agrária, análise de conjuntura política e a história do Movimento.

As experiências do MST, por meio de suas organizações cooperativistas, em convênios para a execução de assistência técnica, desde o CONTACAP, estimularam o debate em torno de uma assistência técnica diferenciada, denominada assessoria técnica, de tal forma que o Movimento chegou a um desenho de uma metodologia, expresso no Caderno de Cooperação Agrícola, nº 14, da CONCRAB, intitulado **Metodologias de Trabalho e de Inserção da Assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária. Orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho técnico**. Uma metodologia de inserção da assistência técnica no MST e uma metodologia de planejamento, avaliação e controle do trabalho que garanta a marca deste Movimento.

5.5.2. ASSEMA: ampliação das bases e fortalecimento do agroextrativismo

A ASSEMA começou a investir em assistência técnica por meio de projetos pontuais, com apoio da cooperação internacional para a contratação de técnicos. Há 21 anos trabalha na organização da produção, discutindo a questão ambiental, a comercialização solidária, a política pública, a organização das mulheres e da juventude rural. O enfoque da sua discussão em torno da assistência técnica, desde o início, passa pela preocupação

ambiental, pela luta das famílias contra a devastação dos babaçuais e das matas ciliares e pelo interesse em investir em um sistema de produção inspirado na agroecologia, denominado agroextrativismo, como alternativa aos “pacotes tecnológicos” oferecidos pela EMATER e como a via que pode levar desenvolvimento sustentável.

A partir de 2001, a entidade decidiu entrar no campo das políticas públicas, na tentativa de acessar as linhas de crédito e os benefícios coletivos oferecidos pela política de reforma agrária. A primeira experiência foi com o PROCERA. Assentados das áreas de atuação da ASSEMA acessaram essa linha de crédito, mas não conseguiram recursos para viabilizar uma equipe permanente. Os resultados da experiência foram variados dentro da região. Mas o percentual de inadimplência chegou a 80%. Somente a comunidade de São Manoel (Lago do Junco) conseguiu pagar todo o projeto.

Nas comunidades de São Manoel e São Sebastião, município de Lago do Junco, um grupo de 31 famílias, associadas da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Manoel, entrou com um projeto, no valor de R\$ 11.300,00, para comprar 2 mil metros de cerca e 11 matrizes, e com um projeto para roça (arroz, milho, feijão, fava e mandioca). Compraram 25 matrizes. Em 2000, quando pagaram a última parcela, sem precisar renegociar a dívida, dividiram 48 animais, deixando 10 cabeças para a associação.

Nessa experiência os assentados contaram com os serviços de assistência técnica, prestados pelos técnicos da ASSEMA, que visitavam as áreas, verificavam os problemas, ofereciam cursos, tratavam os animais, orientavam as famílias sobre a quantidade de animais permitida para o tamanho da área, para o sistema de produção inspirado nos princípios da agroecologia desenvolvido nas roças orgânicas e para a diversificação da produção. Além de assessorar na elaboração dos projetos e nos laudos dos bancos, os técnicos realizavam vistorias e acompanhavam a implantação dos projetos produtivos.

Em Esperantinópolis, a experiência com o PROCERA não foi tão exitosa. Os assentados foram orientados pelo Banco do Nordeste a investirem na bovinocultura e no plantio de banana, abacaxi e caju, considerando as terras de chapadas, característica da região. Quando narraram a experiência (abaixo), os assentados apontaram vários aspectos que resultaram no endividamento, tais como: investimento em tipos de produção que os assentados não tinham conhecimento; dificuldades no aprendizado resultando em erros consecutivos; falta de infraestrutura no assentamento para os projetos produtivos; falta de experiência, consciência e responsabilidade do assentado ao lidar com créditos; decisões individualizadas enfraquecendo o trabalho coletivo.

() Foi uma decepção. Muitos abandonaram, abandonaram os plantios de caju, o gado começou a dar problema. **Se você não criava gado, então você não tem o costume** de criar gado e () gado começou a morrer. Hoje tem cerca dentro do mato, que ninguém mais foi para lá, deixou lá, não quer mais fazer nem a roça, e poucas pessoas resistiram daquele tempo para cá. Só tem três pessoas que cria gado hoje, mas tudo é pouquinho, daquele tempo, até hoje (...) Hoje eu ainda tenho um projeto de criação de ovelhas, também tá começando a entrar o primeiro, tá com 10 dias, a gente já tem resultado. Eu cansei de correr lá por dentro das soltas, ... E aí foi aumentando, ainda chegou até 11 gados, ... Consegui pagar o projeto. De 14 que fizeram esse projeto, só dois nunca pagou (...) **Esse projeto nós fizemos sem ter água**, olha para te ver, sem ter água para gado beber, sem ter açude, sem ter nada, porque tava chegando muito dinheiro. Olha o que aconteceu, pessoas que foram para o cabaré, cachaça, passavam de semanas, e aí... deixou de fazer o trabalho, fazer cerca, fazer tudo, **ele ia era beber cachaça**. E ele começou a vender gado depois e nessa ... beber cachaça. A gente tentou segurar para essa pessoa. Não segurou. Ai a gente pensou, “vamos abrir mão”, “deixa para lá, quem não quiser se acabe, mas...” Mas não teve jeito, aí ele ficou, a gente chamava, discutia e o problema nunca acabou. Acabou depois que ele acabou com todos os animais, aí pronto. Aí acabou tudo. Essas histórias é muito bom para a gente levar para os assentamentos de novo, porque persiste... não foi só aqui, teve nos outros também, foi um problema... porque era muito dinheiro, o povo não queria trabalhar. Se você quiser trabalhar, é dinheiro na mão, é dinheiro no banco, deixa lá no banco, vai trabalhar, tira o necessário e não gasta, e nós recomendava todo dia. Se você não quer trabalhar ... bota no banco, quando chegar na hora de pagar, você paga tudinho... aí a outra coisa interessante é quando se vai fazer uma **coisa coletiva**. Uma obra dessa a gente vai fazer coletiva ... um poço, uma estrada, a eletrificação, isso é muito interessante e é difícil, porque as pessoas já estão. No começo, “Ave Maria”, se tocasse, batesse alguma coisa, ia todo mundo, ... mas depois, quando começa a **se individualizar**, a pessoa, a família... aí é difícil trabalhar o plantio. O assentamento só tem nome ... **ele só vai dar o crédito, se tiver o coletivo no meio, se não for**, não tem coletivo que preste. Nosso pessoal tinha tanta vontade ... que o nosso assentamento criou nome. O nosso era novo, nosso assentamento é novo dentro do município de Esperantinópolis. (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

Na sequência da narrativa da experiência, o entrevistado detalha a dificuldade do assentado em administrar os recursos provenientes da política de crédito, uma das razões, na sua interpretação, do endividamento das famílias

() Não eram altos os juros, não. Acho que foi cuidado mesmo, foi na entrada do real... aqui a gente, tinha proprietário aí que pagava 3 reais em uma diária. Aí no início nós recebemos de habitação, de fomento, mas também chegou as primeiras parcelas do recurso do PROCERA, então, encheu de dinheiro, e como a família, às vezes era duas pessoas, até três dentro de casa, então ficava mais gente para acessar (gastar) o projeto, e nós já tava em janeiro, então tudo o que pensava precisava agir logo. Aí tinha a roça, tinha um plantio de caju que não estava, tinha cerca de arame para fazer, tinha aqueles que estava chegando aqui dentro, já tinha casa para fazer, **então isso um dos fatores que levou o pessoal a gastar mais e não valorizar o real, pessoas que vinham de fora para ajudar, trabalhar,**

ganhavam muito dinheiro, de um dia para o outro eu me lembro que tinha o pessoal que ...banana ganhava 30 reais, 30 reais por dia ... o pessoal vinha com aquela ânsia de trabalhar...Então as pessoas não valorizaram o real, não tô dizendo todo mundo.. não valorizaram o real, **gastaram o dinheiro demais**. Não tinham noção do que poderia sobrar para ele depois. Então tirar o dinheiro para fazer despesa com diária, em 95, para o cara ganhar 30 reais por dia era... era o valor de seis diárias aí ... tinha...um proprietário que pagava até 10 reais, mas para nós o pessoal que vinha para cá tirava dinheiro demais. (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

Como o relato acima aponta, a falta de planejamento na liberação dos recursos, aliada à inexperiência das famílias, na lida com linhas de crédito e com determinadas atividades agropecuárias e à falta de um estudo sobre as potencialidades das áreas, considerando suas características agrônômicas, sociais, ambientais e culturais, levaram ao cometimento de alguns erros. Nesse processo, alguns prejuízos foram registrados, como a construção de cerca em áreas inapropriadas para o pasto e a ocorrência de praga e fogo no cajal, que fez com que os produtores abandonassem a produção, conforme narra essa liderança

() Era na produção de castanha, produção de castanha, porque a gente sabe que **a produção vai toda para o Piauí**. Então tinha lá tudo facilitado e aqui não. Já tava com cinco anos que a gente não via o caju se desenvolver, quem não conhece... acha que a nossa aqui é a melhor, mas não é. Em outras regiões é melhor para o caju. Então com esse ataque, essa **traquinose**, sem recursos, preparo, banhando os cajus, preparado... mas não resolveu. Então a gente esmoreceu, abandonou.O que sobra disso tudo não dava para pagar o projeto e nós tinha que pagar o projeto. **Em 95**, oito anos depois, tinha que pagar. Começava ... aí ficamos...foi deixando o capim se acabar, olhando a situação, onde tem gado não tem água, só tem um poço. Então foi uma grande necessidade que a gente passou aqui, depois do projeto... e agora, onde nós vamos pegar água para o gado?

P – Na época vocês se concentraram nessas duas coisas: caju e gado

R - Caju e gado. As bananas, as mudas tiveram tanta dificuldade para chegar, veio de Esperantinópolis, que terminou chegando aqui no ... Então **nós não temos bananal aqui. Os plantadores de bananas dessa época também não fazem mais**...Foi provado que nossas terras não eram suficientes para o plantio...terminou a gente desistindo **as nossas terras tão duras**, aí de lá para cá...teve tanto problema... mas também teve os pontos positivos (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

A assistência técnica, na época, era pontual e distante, sem uma convivência direta nas áreas, restrita a laudos técnicos e visitas e mais concentrada no trabalho burocrático dos escritórios. Este entrevistado destaca o distanciamento que havia na relação técnico/trabalhador e, por outro lado, a resistência do trabalhador em reconhecer o conhecimento do técnico

() É um desafio para nós, porque os técnicos que foram formados naquela época não querem tá no assentamento, não querem conviver com o agricultor. Eles tinham maior dificuldade. Pode ser filho de agricultor, depois que faz o curso, ele acha que não foi preparado para a terra. Às vezes tinha técnico que perguntava: “Como é que tá lá?” E ele tava fazendo o laudo técnico. Aí você dizia “tá assim e tal...”. **Você que fazia o laudo.** Então **ele nem vinha na área.**(). Tudo bem, ele acreditava muito na gente, mas não era... **Era para ele vir na área para ver ele mesmo,** não era desconfiança, mas ele tinha que estar presente. Então **muitas vezes era mais no papel,** era assim que era para ser feito e isso não dá certo. Tem que tá vendo tudo. **Os trabalhadores têm resistência,** têm muita resistência para fazer o que um técnico diz, mas não assistir não está certo ... às vezes o agricultor... Só que não é da forma que o técnico aprendeu, e aí é o que eu acho que é resistir, mas nós não resistimos nada que o técnico... Aí houve as duas coisas que não saíram da forma que era para ser. Mas talvez nós até por não ter conhecimento. (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2007). (Os grifos são nossos).

Em Cipó/Canaã, 19 famílias ou 16 acessaram o PROCERA e alguns ficaram endividados. A partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, algumas medidas foram adotadas visando facilitar a negociação dessas dívidas, inicialmente com um desconto de 30% e com a renegociação do débito, que chegou em torno de 80%. No Governo Lula houve mais um desconto, o assentado ficou com apenas 10% para pagar. Em 2001, os assentados começaram a renegociar seus débitos e a quitá-los.

Em Centro do Coroatá, os assentados criaram a Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado de Centro do Coroatá, para acessar os recursos públicos voltados para as áreas de assentamento. Com isso, cercaram os lotes com arame farpado, construíram açudes, adquiriram o gado, realizaram plantios de banana, abacaxi, laranja, acerola e maracujá. Mas a experiência com o plantio de frutas não deu certo, pelas especificidades do solo, por falta de água e por falta de estradas para escoar a produção.

Segundo técnicos de ATES e assentados entrevistados, não houve uma análise de solos para saber qual a cultura adequada às condições físicas da área. A definição dos projetos obedeceu mais a um critério econômico de quantidades necessárias para a extensão da terra, sem considerar a infraestrutura disponível. O técnico era o mediador entre os assentados e o banco, conversava com a comunidade, repassava as informações, estimulava e assessorava na elaboração e aprovação de projetos. De forma que a produção era feita de modo espontâneo, sem planejamento. A opção pelo gado se dava pela facilidade em fazer o pasto e pela disponibilidade dos recursos naturais.

() Como não tinha irrigação... **quem optou pelo gado ficou melhor,** porque naquele tempo... tinha **facilidade para fazer pasto** na época. Era mais o **capim lageado** mesmo que... em vários lugares... não dava muito trabalho para fazer área de pastagem. Aí as pessoas conseguiram pagar as contas.

Outras que optaram pelas frutas não conseguiram pagar com recurso,... quer dizer, não teve êxito, não teve produto, pagou com recursos de outra fonte e também com aquela anistia do Governo Lula. Foi mais assim... daquele tempo, daquele período e até hoje ainda tem algumas pessoas que não conseguiram pagar, talvez eles vão conseguir agora porque está tendo novamente essa proposta de dispensar uma parte, um percentual aí, talvez até de 90 %

P – Na época do PROCERA, como foi que vocês chegaram à definição do que produzir?

R - Não era uma coisa bem planejada em grupo, **era mais individual**, era muito fruto do que alguém queria fazer. Alguém tinha mais...gado, aí o projeto dele era de gado. **O gado dava mais que o plantio**. Na verdade o plantio muita gente não queria, **foi uma época que a gente pensava diversificar ... essa preocupação já existia, existia...** sindicato, as associações e a gente tinha a preocupação de estar produzindo não só o arroz, o milho e o feijão, assentamento, está pensando em diversificar, tentar melhorar a produção e tentar... mercado.

P – E essas famílias já tinham experiência com o gado?

R – Não, algumas **já criavam, mas sem planejamento**. Eu, quando cheguei em 82, meu sogro tinha umas cabeças de gado, e tinha a área que ele trabalhava com roça, **tinha bastante mata naquele tempo**, mas não era nada planejado, e meu sogro ... ele nunca... com o gado e foi indo e agora o que ele tem é menos do que ele tinha antes. Ele não planejava assim, ... matrizes e pegar o gado mais ruim e vender ou então pegar o ... ficar renovando e aquela parte que ele vendesse... comprar ... desse para alguma coisa, para roupa, calçado Era vendendo um para pagar pastagem para o outro, e aí nunca foi para frente, e como ele todo mundo assim. **Foram poucas as pessoas que conseguiram crescer com um volume de gado razoável** e se aproveitar dele (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

As discussões em torno da diversificação da produção começaram a partir de 1995, quando os grupos perceberam os problemas ambientais prementes e passaram a incorporá-las nas suas agendas e propostas de desenvolvimento. Duas experiências com práticas agroecológicas começaram a ser desenvolvida: a ASSEMA investiu nos “Ensaio”, um projeto assumido com grupos de famílias, para estimular o consórcio de culturas brancas com o extrativismo do babaçu; e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantinópolis, em 2000, desenvolveu um projeto, com o apoio do PDA, que resultou no plantio de 44 hectares de frutas e uma espécie de madeira em 11 comunidades.

() Já havia também uma conversa, um planejamento, um pensamento, uma **preocupação já com a nova geração**, que se a gente não viesse trabalhar esse lado, tanto a gente não chegaria ao fim da vida, tendo condições de sobrevivência, como a nova geração, quando chegasse, iria encontrar um lugar muito ruim. Tanto que a gente falava muito assim, que os nossos pais, as pessoas mais velhas não tinham necessidade de fazer essa luta, porque **no tempo deles tinha muita floresta, muita árvore, tinha muita caça, muita planta nativa, muito peixe**. Então, não tinha necessidade, nós é que precisava estar plantando para que a nova geração chegasse e encontrasse

pelo menos parte da água... reposição daquilo que a gente tinha destruído (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Considerando as condições de infraestrutura nos assentamentos, as experiências pontuais demonstraram que, na falta de uma orientação técnica, com preocupação social e ambiental, os trabalhadores eram induzidos a erros e prejuízos constantes, aumentando a penosidade do trabalho particularmente na agricultura, conforme detalha essa liderança.

() A gente, quando eu plantei, elas não deram bem, porque a gente não tinha estrada, era um ano chovedor; se eu não me engano, foi em 94, e fui o último a plantar, quando a gente cavava a cova de bananas aqui, aí a água já subia, botava o plantio de banana para dentro da água, e aí a maioria apodreceu. Maracujá, tinha muita saúva, muita formiga, e aí comeu maracujá e aí a gente foi matar formiga de todo jeito, cavando e eu lembro que eu tive até que usar veneno nesta época. Nunca gostei, mas eu colocava veneno na fumaça. Tinha um fumegador, que entrava para a abelha, a gente colocava veneno dentro e ficava soprando, fazendo aquele manejo e ele jogando a fumaça, a gente botava lá no chão, lá no buraco da saúva, através de uma mangueira ou coisa assim, e ficava fazendo aquele manejo e a fumaça ia entrando e onde ela ia saindo a gente ia fechando, fechando, e por último a gente fechava o local, onde a gente tinha botado a mangueira. Foi aí que a gente conseguiu matar as formigas (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008).

O entrevistado acima pagou sua dívida com o PROCERA, com uma renda extra, aproveitou a anistia de 70%. Apesar das dificuldades com plantios sem irrigação e sem infraestrutura, continuou insistindo com a produção de forma diversificada, o que demonstra que a mudança de prática na agricultura, dado as condições que envolvem o exercício da atividade, exige muita persistência do agricultor.

Em Lima Campos, a experiência com o PROCERA também foi permeada de dificuldades, por falta de conhecimento e de experiência dos assentados. Vários projetos não deram certo e a estratégia da ASSEMA, no convênio de ATES, foi trabalhar com essas famílias que já tinham experiências acumuladas.

A partir de 2000, partindo da crítica às experiências passadas com a assistência técnica e com linhas de crédito, vindos em forma de “pacotes” que resultaram no endividamento dos assentados e de suas organizações, a ASSEMA começou a definir estratégias para ter acesso à assistência técnica pública e gratuita. Para isso, criou o Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, para acompanhar os projetos e acessar as políticas públicas específicas para os assentamentos.

Neste período, a ASSEMA estava discutindo internamente estratégias de mobilização de recursos locais, via políticas públicas. Além do Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, a ASSEMA criou o Programa de Comunicação e Mobilização de Recursos, entre 2002 e 2003, cujo objetivo era dar visibilidade a suas ações e sensibilizar a sociedade local para a sua causa. Foi a partir desse momento que a entidade começou a pleitear parcerias com o poder público, federal e estadual.

Depois das experiências com o PROCERA, a primeira tentativa de participar de um programa governamental voltado para a assistência técnica foi com o Projeto Lumiar, mas a entidade não foi contemplada. Internamente, continuaram as reflexões em torno da assistência técnica pretendida pelos assentados, que levasse o técnico a morar nas áreas, para uma convivência mais aproximada e que despertasse, entre os agentes envolvidos, o senso de responsabilidade pelos projetos propostos.

Em dezembro de 2004, foi firmado o Convênio com o INCRA, para fins de prestação dos serviços de ATES, a 1.336 famílias, em 12 projetos de assentamento dos municípios de Lima Campos, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Lago do Junco. Foram contratados 13 profissionais, sendo 10 de nível médio e três de nível superior. A equipe era composta por técnicos em agropecuária, engenheiros agrônomos, engenheiros ambientais, assistentes sociais e engenheiro florestal.

As experiências com o PROCERA, com os ensaios orgânicos, com a Escola Família Agrícola e seu sistema integrado fundamentaram dentro da ASSEMA as discussões sobre a concepção da assessoria técnica, social e ambiental, pretendida no Programa ATES. A entidade adequou os serviços a seu planejamento, ampliando suas ações e suas bases, procurando potencializar as organizações em fase de estruturação, sobretudo a de jovens e de mulheres.

Algumas questões se apresentaram como centrais na definição dos serviços a serem oferecidos pela entidade: os projetos teriam que partir da realidade dos assentamentos, levando em consideração a aptidão do assentado; os projetos teriam que ser planejados com muita cautela para evitar os erros cometidos nas iniciativas passadas; a formação teria que ser técnica, social e ambiental. Nota-se, na fala abaixo, a preocupação em associar a produção às questões ambientais e a cautela com os projetos produtivos.

() Você só pode pegar um projeto, **você tem que gostar daquilo**. Se não gostar daquela atividade, você não pode fazer e aí fomos trabalhar também a **formação do pessoal**, cursos de capacitação sobre galinha caipira, sobre bovinocultura, ovinocultura, trabalhar também as questões ambientais, saber

também o que é uma mata ciliar, uma mata permanente, respeitar tudo isso...ter essa consideração com os recursos naturais, os igarapés, os rios, a gente foi trabalhar... e dentro disso tinha a ... das associações, o acompanhamento mesmo, tinha a necessidade de produzir (). O pessoal cobrava cursos, tanta formação, “cadê nossos projetos?”, “cadê os recursos?” E a gente ia recomendando que os técnicos **tivessem cuidado**, porque nós já tinha passado por algumas coisas que não foram tão boas. Hoje **os projetos foram poucos**, o investimento foi pouco. (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

A mudança pretendida na oferta dos serviços de assessoria técnica e na matriz tecnológica tem suas resistências tanto no plano governamental – em todos os níveis -, quanto nos grupos a serem beneficiados. Em ambos os espaços, a internalização da idéia ainda não se consolidou completamente. Esta liderança explica os discursos diferenciados do poder público e da entidade da sociedade civil.

() - Eu considero aqui no nosso município **muito prematuro**, uma vez que o **INCRA tem um pensamento diferente da ASSEMA, que tem mais esse lado agroecológico**. O INCRA não tem muito isso. É uma coisa nova para todo o lugar, não só para o município. A maioria das pessoas querem trabalhar, mas do jeito que vinha antes, utilizando veneno, produzindo mais só arroz e feijão mesmo. Eu considero um desafio grande, não é fácil para a gente conseguir avançar. Eu acho que **a gente tem que ter incentivo mais por parte do governo municipal**. O Maranhão não conseguiu avançar, enquanto nos outros estados, a Paraíba, Pernambuco, o Ceará têm um percentual de 30% do Estado, o Maranhão, se eu não me engano, é 0,5% para a agricultura. Aí fica difícil trabalhar, porque essas pessoas trabalham com o incentivo do governo, o governo ajuda e eles estão desenvolvendo atividades. **Aqui é muito ter que cair na crença das pessoas, as pessoas precisam acreditar, alguém tem que fazer e se dá bem, para que outros vejam para poder seguir essa rotina; o pessoal copia muito aquilo que está dando certo, aquilo que não dá certo eles ... Por isso que eu vejo com muita dificuldade isso ai**. (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Daí porque a insistência dos diretores da entidade na perseguição de uma assessoria técnica “in loco”, com o técnico residindo nos assentamentos, para uma convivência maior com o assentado, para um fazer conjunto, num diálogo e troca de informações permanentes. Os serviços da ATEs não alcançaram esse nível de relação pretendida com o assentado, mas possibilitaram uma aproximação maior com as organizações locais, assessorando seus planejamentos, nos processos de regularização da documentação necessária para acessar linhas de crédito junto aos bancos e a políticas agrícolas e na reformulação de estatutos. Nos planejamentos mensais dos técnicos, eram previstas ações de reuniões com associações, visitas técnicas e capacitações.

Uma das estratégias da ASSEMA foi articular os serviços de ATES com as ações dos seus programas. Assim os programas de Organização de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, o de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, o de Comercialização e o de Produção Agroextrativista passaram a desenvolver ações conjuntas de capacitação, tendo como preocupação central o envolvimento do assentado na concepção do projeto, tal como explica o entrevistado abaixo:

() Uma das coisas que mudou foi a própria **capacitação** do trabalhador. A **consciência** dele do que é um **projeto**. Isso a gente viu que as pessoas hoje têm consciência do que é um projeto, porque antes eles achavam que um projeto era exatamente o governo passar dinheiro e eles achavam que aquele dinheiro, se pagasse bem, se não pagasse bem também. Mas hoje eles vêem que o dinheiro do governo, o dinheiro público tem retorno e você não pode ficar com ele, não passar uma parcela ... Então você tem que estar sempre em dia com o projeto. O que mudou bastante, o que eu sinto que mudou é tanto para nós, da base, como da equipe da ASSEMA. Esses cuidados em estar mantendo o projeto em dia. (Liderança da ASSEMA, Lima Campos, 2008). (Os grifos são nossos).

Na fala seguinte, a liderança dá ênfase para a necessidade de capacitações permanentes de técnicos e assentados em diferentes áreas, tendo em vista que o assentamento é um espaço plural que deve ser compreendido nos aspectos social, ambiental, econômico e cultural. Na inexistência de uma política educacional que contemple essa necessidade, a experiência com capacitação vem se dando na prática do cotidiano e na troca de saberes

() Nós não tivemos oportunidade ainda de capacitar a equipe. A equipe vai se capacitando uns com os outros, no dia-a-dia. A gente busca capacitação por outras vias e aí quem vai se capacitando vai ajudando os outros, daqui... por exemplo, se tem uma capacitação na área **social**. Então vai uma pessoa da área social, vai um ou dois da equipe de produção mesmo, que é para tá se capacitando, para na falta de um assistente social, aí o técnico já tem algum conhecimento para fazer. Na parte **agronômica**. Então não tem um agrônomo que possa acompanhar, tem só um, mas que a pessoa tenha informação, uma capacitação com essa pessoa mesmo para poder ir ficando com condição para fazer parte da equipe técnica mesmo e parte agrônômica, no que for possível, tentar fazer. Aí quando parte da..., parte de averbação de reserva, a questão mais legal, a questão relacionada à Amazônia, aí essa a gente tem mais dificuldade, mas hoje toda a nossa equipe já tem alguns conhecimentos e também não estão totalmente sem saber. Já tem algum conhecimento que já dá para ajudar a fazer essa discussão nos assentamentos, com os trabalhadores e os diretores da ASSEMA, não todos, mas em parte, também já ajuda. A gente tem enfrentado dificuldade, mas já ganhou o campo... (Liderança da ASSEMA, Lima Campos, 2008). (Os grifos são nossos).

Na formação da equipe técnica, a ASSEMA priorizou filhos de assentados, formados pelas EFAs. Tal medida deu um respaldo político à entidade, segundo opinião de alguns assessores, fortalecendo seu projeto. Por outro lado, exigiu um investimento maior na capacitação desses profissionais, particularmente, nas atividades referentes à elaboração de projetos, sistematização de informações e produção de relatórios, ou seja, a capacitação do assentado é feita concomitante à capacitação do técnico.

Com os serviços de ATEs, a ASSEMA procurou fortalecer a organização dos jovens e das mulheres na região. Nas capacitações oferecidas e na assessoria técnica e política prestada ao assentamento, esses dois segmentos eram envolvidos, na perspectiva de que a ATEs alcançasse as suas particularidades. No caso específico das mulheres, uma das ações foi a assessoria no processo de mudança dos estatutos das associações, abrindo possibilidades para a participação das mulheres nos quadros das organizações, fortalecendo o trabalho da ASSEMA com as questões de gênero e de geração e fomentando o sistema de produção agroextrativista, que tem por base a roça orgânica, tal como explica o jovem abaixo:

() Esse projeto começou em 2003... aí a gente se reuniu ... a gente começou uma associação também ... a gente conseguiu uma área, a gente passou a trabalhar naquela área... trabalhando, tentando cercar a área, aí a gente fez uma parte, a ASSEMA também ajudou muito, ajudou muito, no sindicato, ... ajudou muito, a Prefeitura também, deu apoio também e a gente veio trabalhando, assim, a assistência técnica. A gente teve cursos de capacitação sobre criação de galinhas, como fazer **remédios naturais**. A gente... tem dois processos, **não utiliza remédios industrializados, ou então remédios ... a gente usa é receita mesmo das nossas plantas**. A gente tem, a gente fez esse curso, como fazer remédio, a gente também fez esse curso, não só nós, mas todo mundo daqui da região aqui fez também esses cursos, se bem que os outros grupos de jovens não quiseram criar galinha, mas também foram ver como se trabalhava, como se aprendia... remédios naturais (Liderança jovem da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Em Esperantinópolis, nas capacitações, os técnicos estimulavam as famílias a realizarem o planejamento e a sistematização de suas propriedades e repassavam informações nas áreas de: avicultura, horticultura, criação de animais de pequeno, médio e grande porte, piscicultura, roças orgânicas, oportunidades em que eram observadas e discutidas a potencialidade de cada lote e de cada família. Entretanto, poucas famílias conseguiram se organizar para uma produção sistematizada. A maioria dos projetos apresentados ao PRONAF C foi para a bovinocultura, a cultura permanente (banana) e a piscicultura. Além dessas atividades, as famílias estavam investindo em hortas e em caju, como forma de diversificar a produção, predominantemente garantida pela roça, gado e extrativismo do babaçu.

O sistema de produção agroextrativista enfrenta resistências por fatores culturais que produzem no imaginário a crença de que o gado “dá certo”, “dá mais resultado”, “dá lucro”; pela falta de informações; e por pressões da pecuária extensiva e do agronegócio na região. Apesar disso, o dirigente e assentado de Esperantinópolis abaixo, ao descrever a produção diversificada, identifica bons resultados dos serviços da ATES, na medida em que as famílias começam a repensar suas práticas e a rever sua concepção de propriedade. Para esta liderança a propriedade deveria ser planejada para a produção diversificada

() Então, tem sido muito bom. E a outra coisa boa é que a elaboração de projetos nesses primeiros dois anos estão terminando agora, depois de três anos, mas a gente tem tanta coisa bonita na comunidade que dá gosto a gente olhar, assim de implantação de projetos, implantação **de peixes nos tanques**. Você sente o trabalhador assim tão animado que chama até atenção da gente assim na comunidade. Aí tem **açude, criação de pequenos animais, que nem o caprino e até suíno mesmo, tem sido muito bonito de se ver**. Eu estou até apaixonado, já tô criando **ovelhas**. Eu já estou sendo um criador de ovelha. Então isso tem sido muito gostoso. **É pena que os trabalhadores não perceberam isso antes e a gente também tava na formação deles**. Primeiro, antes desses projetos, a gente preparou eles, esse foi o trabalho nas comunidades e as comunidades tinha muitas pessoas que **nem acreditavam** que ia elaborar os projetos, ficava naquilo de preparar as pessoas e aí, quando a gente começou a elaborar os projetos, liberar projetos aí, recurso e eles comprar os animais, preparar pasto e fazer açude, fazer cerca, foi que todo mundo começou interessar, um daqui, outro dacolá e tem sido muito interessante isso, porque a produção da ASSEMA hoje, ela tá grande, **não é arroz, mas gado, bode, ovelha, porco, galinha tem bastante, viu**. Eu realmente tenho olhado nas comunidades, estou interessado e tem como as pessoas amanhã dizer “valeu a pena” Se há dez anos atrás a gente botar uma roça muito grande, hoje não precisa não, botar uma **roça** pequena e controlar, porque você precisa pensar na roça, **criação de gado**, você tem que cuidar da **criação de bode, do sítio, tem o caju**, precisa tá roçando, tá tirando, você tem que pensar no **plantio de mandioca** e trabalhar com tudo isso. Então, ele garante isso e onde está o investimento aí? É uma coisa de todos os anos, você tem que fazer todos os anos isso, então... uma propriedade. A propriedade tem que ser, **a produção da propriedade tem que ser de vários tipos de produção**. A propriedade tem que ser pensada... **propriedade modelo** (?) onde haja a **criação de peixe, a criação de galinhas, a criação de gado, a criação de bode... abelhas...** Feito isso você vai ter esse horror de produção, uma diversificação da produção e ainda levando em consideração... na pastagem... manter... permanente, se tiver ... você tem uma propriedade bonita que pode todo mundo vir olhar. É muito difícil, porque no povoado é muito de costaneira, de chapadas, não tem como você fazer um tanque .. água, aqui não tem, mas **tem como criar abelha**, tem muito verde, muita flor. Aqui em junho, aqui no baixão faz uma zoadá de abelha, você passando e elas estão lá fazendo zoadá alto mesmo,... só pelo som das abelhas, porque é muito mesmo e já tá perto, daqui para 30 de junho é só o que você vê nesse baixão (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Em Nova Salvação, apesar da tendência dos assentados optarem por gado nos projetos do PRONAF, como forma de melhorar a renda, as famílias, por meio de suas organizações, tentam criar formas de controle, estabelecendo limites para a criação de animais, conforme o tamanho da área de cada um. A Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais das Subáreas da Vila Santa Luzia estabeleceu cercar até 8 hectares para a criação de gado, sendo cinco cabeças para gado bovino e 150 cabeças para caprinos e ovinos. Isso para tentar conjugar a criação de animais com a roça anual (arroz, milho e feijão) e com o extrativismo e beneficiamento do babaçu. Um grupo de mulheres está se estruturando para produção do carvão do babaçu, do azeite e do sabão.

Nesse PA, a agricultura ainda é a principal ocupação dos assentados. As famílias tentam ampliar sua renda, apostando na diversidade da produção e na adoção do sistema agroextrativista proposto pela ASSEMA que consorcia as atividades da agropecuária com o extrativismo do babaçu. As formas de plantio praticadas conjugam culturas (arroz, banana, milho, mandioca; arroz, milho, mandioca, macaxeira, feijão abafado) ou em forma de monoculturas (banana, feijão abafado, milho, arroz). O plantio é feito no sistema da roça no toco, utilizando a mão-de-obra familiar. O trabalho coletivo é viabilizado na condução da mini-usina de arroz e criação de gado e na casa de farinha.

As ações do ATES abordaram a questão ambiental, por meio das capacitações, campanhas preventivas pelo controle das queimadas e uso de agrotóxicos. As ações na área social foram voltadas para assessoria no acesso ao Crédito Infraestrutura, possibilitando a construção de estradas, energia elétrica, construção de poços, fortalecimento e estímulo aos grupos de jovens nas comunidades e regularização estatutária das associações.

A suspensão do convênio ATES e a conseqüente retirada do técnico das áreas resultaram em prejuízos financeiros e em frustração dos assentados. Quando encontrei um dos entrevistados, um ano depois da visita, ele havia perdido parte de sua produção de bodes e de peixes. Outro planejava vender um imóvel para pagar a dívida com o banco. O grau de dificuldade maior foi na construção de um trabalho coletivo. Dependendo da história da luta pela terra, os grupos têm mais ou menos facilidade para o trabalho coletivo no encaminhamento das lutas por infraestrutura nos assentamentos. Daí porque em algumas áreas a desistência e a ocorrência de venda de lotes são maiores. Nessas situações, o trabalho da ATES se concentrou mais na mediação dos conflitos internos, na solução de problemas burocráticos junto ao INCRA, referentes à atualização de cadastros das famílias e no fortalecimento dos grupos como forma de estimular a ação coletiva nesses espaços. Para este entrevistado essas questões tomaram muito tempo dos técnicos

() E ficou muito isso, eu vejo a **assistência técnica uma falha não muito dos técnicos, mas da própria comunidade**, do desentendimento, de não saber trabalhar organizado. Não existe um pensamento coletivo, só individual, daí aquelas brigas que sempre aconteceram. A pessoa conseguia a casa, por exemplo, aí ele vendia o lote, ficava com a casa. Aquela coisa toda, aí quem fica com o lote é quem tem que pagar ... eu sei que até hoje saíram uns projetos há pouco tempo, mas foram poucos e uma crítica muito grande em cima dos técnicos, que eu vejo que não é muito culpa do técnico. **O técnico não chegava e achava uma base de serviço organizada**, em que as pessoas já tivessem um pensamento próprio de como fazer, tiveram que tentar organizar e aí não conseguiram. **E aí foi perdido um tempo bem grande**. O que está certo para mim é que nessa área aqui, para nós trabalhar, para ter... trabalho, só se for uma coisa mais preparada, que nem a irrigação.
P – Mais preparada como?

R– Preparada assim que eu digo, se tivessem pessoas com **o mesmo pensamento**, porque nós temos umas pessoas que têm um pensamento mais **coletivo**, que não têm coragem de vender sua área. Mas são pessoas também **que não têm coragem de denunciar o companheiro**, que estão fazendo as coisas mal feitas, que vende seu lote. A associação não tem condição de indenizar o lote de uma pessoa, para que ele não venda para outro ... essas coisas assim que dificulta muito (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Em sua interpretação, os serviços de ATES deveriam ser precedidos de um trabalho político de responsabilidade do INCRA, capaz de resolver questões recorrentes nos assentamentos, como a venda de lotes. Como isso não ocorreu a ação do Programa acabou limitada

() O trabalho da ATES nesses três anos **foi um trabalho mais de conscientização política**, que eu considero que não andou muito e por último alguns projetos que foram encaminhados, o pessoal está recebendo agora. Não foi muita gente não, aqueles que conseguiram se organizar mais um pouco, que a terra não tem muitas pendências como as outras, de venda de lote, essas coisas(). (Liderança do STTR, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Para esta técnica de ATES o trabalho político requer um tempo de maturação maior do que o previsto no convênio

() Eu acho que a maior dificuldade mesmo é a **organização das associações**. Muita desorganização, **as pessoas ainda estão com o pensamento muito individualista**, porque se fosse caso contrário, se nós encontrássemos um povo com vontade de se organizar, de permanecer juntos, muitos **problemas de organização da associação, de regularização**, que é o que barra muito no banco para encaminhar os projetos, teriam sido resolvidos. Mas aí fica uns querendo, outros não; uns querendo se organizar, outros não; uns querendo um projeto coletivo e ai **leva tempo** e dificulta muito o trabalho da gente, que é o **individualismo** e a falta de organização nos assentamentos. (Técnica de ATES, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Os dois entrevistados revelam, de fato, distorções geradas, por vezes, pela própria política de parcelamento (ALMEIDA, 2009). Durante a condução dos trabalhos de ATES, somente nos municípios de Esperantinópolis e Lago do Junco, foram viabilizadas parcerias com o poder público municipal. Entretanto, tais parcerias foram insuficientes para garantir os serviços de assessoria técnica após o encerramento do convênio. Segundo os entrevistados abaixo, a maior resistência à relação de parceria prevista no Programa foi enfrentada junto ao banco, no processo de liberação dos recursos

() Um dos nossos parceiros, que é o agente financeiro, que é **o banco, é onde a gente tem encontrado mais dificuldades**, porque existe uma **burocracia**, e eles próprios parece que não conhece a **burocracia do projeto**, como que é, e aí tem momentos que emperra a nossa liberação de recursos, por conta **de informação não dada correta para nós**. Nós pega o check list, quando estamos elaborando o projeto e o banco fornece o check list com todos os itens que necessita para se elaborar o projeto para poder ser encaminhado para o banco. Começa, a gente elabora com todos aqueles dados, quando chega lá, eles dizem que, por conta das normas que mudam, existem coisas que é diferenciada e aí a gente tem tido esse problema com ele. (Liderança da ASSEMA, Lima Campos, 2008). (Os grifos são nossos).

Nessas circunstâncias, o tempo da burocracia não coincide com o calendário agrícola

() **Os projetos são elaborados** dentro das normas do **calendário agrícola**, e que a gente discute com o banco, “oh, nós queremos que até mês tal isso seja liberado, para que os trabalhadores tenham a implantação do projeto no tempo certo”. **Mas isso tem quebrado**, tem quebrado muito, pode ser causa nossa, dos nossos técnicos, não vou dizer que não seja, tem algumas pendências, **mas a maior parte é burocracia do banco**, até por ser 16 municípios que o banco daqui a ... cobre, 16 municípios, aí fica muito dependioso, para tá liberando dinheiro no momento que quiser, mas **o banco também tem uma burocracia que é muito rígida** com nós, talvez os trabalhadores que tenham reclamado estão certos, estão certos porque nós temos sofrido conseqüências com implantação de projetos de custeio que saíram fora do tempo, e roça para custeio tem que ser liberado até dezembro, que é o tempo que precisa, considerando o calendário agrícola. (Liderança da ASSEMA, Lima Campos, 2008). (Os grifos são nossos).

Apesar dos obstáculos, a entidade considera que obteve ganhos com a experiência com o Programa. Durante o período de janeiro a dezembro de 2007, os técnicos fizeram um levantamento de 246 demandas de projetos produtivos PRONAFs. Desse total, 144 para PRONAF A e 102 para PRONAF C. Alguns foram aprovados e iniciaram a implantação no mesmo ano. Os projetos envolvem as atividades de: bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, agricultura (arroz, feijão, milho mandioca), piscicultura,

fruticultura, avicultura, horticultura. Os projetos produtivos beneficiaram um total de 122 famílias, mobilizando um total de recurso de R\$ 1.193.852,00. (ASSEMA, 2008)

Com o questionamento da CGU e do Ministério Público, a ASSEMA foi orientada a encerrar o convênio com o INCRA, no final de 2007. Dessa forma, a determinação dos órgãos de controladoria interferiu no processo de construção de uma matriz da agroecologia que, desde 1989, vem sendo proposta para a região do Médio Mearim e que, com o convênio ATES, imprimiu um ritmo mais intenso, com a ampliação da equipe e das áreas cobertas pela entidade. A suspensão do convênio interrompeu essa dinâmica, trazendo novos desafios para a entidade

() Sim, eu acho que **muita pessoa parou para pensar**, mesmo que ele não faça, mas ele começou a pensar “será que da forma que eu estou fazendo isso vai dar certo?” “Será que a ASSEMA realmente ...” Já começam a analisar. É tão tal que algumas pessoas, por exemplo, não Lago do Junco, mas têm outros municípios que **as pessoas trabalharam mais com outras atividades**, criação de pequenos animais, criação de peixes. Foi investido muito nisso, outras pessoas com hortaliças, o cultivo de mandioca. Então, algumas pessoas começam a... não sei se difundiu completamente, mas pelo menos, algumas pessoas compreendem hoje melhor o que é a ASSEMA, porque antes ouvia falar e não sabia realmente do que se tratava.(...)

P – E como ficou a ASSEMA depois do final do convênio?

R – (silêncio) Eu acho que, eu não sei se pela diminuição dos profissionais, mas eu acho assim que depois do convênio, **esfriou muita coisa**, inclusive, esses outros projetos que eu trabalhava aqui que não é do INCRA, que é da AMTR, teve **uma queda enorme**, teve a parada das atividades e o que não estava bom, não sei nem se é pior, mas, simplesmente, ficou muito ruim. E aí teve muita comunidade que tinha o projeto começando a andar, aí de repente saiu o profissional. (Técnica de ATES da ASSEMA, 2007)

() 7 anos nós nos associamos, eu entrei lá. Consegui algumas coisas. Eu não tenho muita coisa porque eu tenho uma despesa grande. Tenho oito, seis filhos estudando. Tenho uma despesa grande, mas eu melhorei de vida, graças a Deus. Só em eu trabalhar na minha terra já é alguma coisa. **Eu trabalhava nas terras dos outros, pagava renda, trabalhava nas terras da minha família, depois trabalhava na família da minha mulher, mas era a terra dos outros, eu não podia fazer o que eu queria. Hoje lá eu tenho 17 cabras, eu tenho um aviamento, eu produzo, sempre produzi, mesmo nas terras dos outros, sempre produzi alimentação básica, sempre produzi. Então lá eu acho que foi bem melhor de conhecimento, nem se compara ().** Para mim o assentamento melhorou a minha vida e muitos companheiros, companheiros lá, eu acho também todos eles melhoraram, tinha deles que moravam nas terras alheias, todos tão melhor de vida. Agora como eu assim ... mas tem muitas pessoas melhores do que eu. (Trabalhador de Lima Campos, 2007)

As falas acima, de uma técnica de ATES e de um trabalhador, ilustram a interrupção do processo de construção de uma nova matriz tecnológica, a que me referi. Após

a suspensão do convênio, a entidade não teve condições de manter a equipe técnica e nem os serviços de assessoria técnica, restringindo seu quadro de 17 para três técnicos e reduzindo sua área de cobertura, priorizando as comunidades com as quais trabalha há mais tempo. O trabalhador entrevistado acima é uma situação particular. Nem todos estão com o mesmo entendimento da proposta da ASSEMA e muitos acumularam prejuízos, com a retirada do técnico de campo.

5.5.3. MIQCB: reforço ao debate sobre as questões de gênero e ambiental

O MIQCB entrou no debate sobre assistência técnica, a partir de 2005, quando firmou um acordo de parceria com a FETRAF, visando à execução dos serviços de ATES e o fortalecimento dessa Federação no Estado. O acordo entre as duas entidades não tinha respaldo legal e o MIQCB, apesar das dificuldades de infraestrutura, assumiu, posteriormente - por meio da AMIQCB - todas as etapas do trabalho.

O convênio, entre INCRA e a AMIQCB, foi firmado em dezembro de 2005. Conforme demonstra o Quadro 07, foi composta uma equipe de 24 técnicos, entre engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, uma técnica em administração e uma pedagoga, para atender 2.453 famílias, em 34 Projetos de Assentamento, nos municípios de Pedro do Rosário, Zé Doca, Codó, Capinzal do Norte, Viana e Olinda Nova, áreas onde o Movimento ainda não tinha nenhuma inserção, o que significa dizer que a experiência com a ATES proporcionou a ampliação da sua área de atuação.

O MIQCB se apropriou dos serviços de ATES não só para ampliar suas bases, como também para reforçar suas preocupações com as temáticas: gênero, geração, etnia, associativismo, cooperativismo, produção agroecológica e segurança alimentar nutricional, conforme explica a entrevistada a seguir:

() Eu acho que a assistência técnica que a gente precisa é essa que o técnico vai para orientar, explicar, de que jeito, porque que a devastação chegou ao ponto que chegou, que o gado não é a solução, que a gente tem que valorizar os pequenos animais, agroecologia a gente tem que trabalhar isso, porque nosso planeta está acabando, então tem a preservação das matas ciliares, dos igarapés, dos açudes, dos rios. Eu acho que é mais ou menos, nós estamos mais ou menos no rumo. Eu acho que falta aperfeiçoar pouca coisa, mas eu acho que nós estamos mais ou menos no caminho. Com a assistência de ATES (Liderança do MIQCB, 2007)

() É esse trabalho voltado, porque a ATES já é um trabalho que já é para ser trabalhado a questão da **agroecologia, sistemas ambientais**, essa coisa toda.

E aí era exatamente isso, a gente também ter técnicos que tivesse se capacitando para essa área **agroextrativista**, para tá fazendo cursos, ajudando **as mulheres a se organizar** ou em **grupo, associações**, tá ajudando na organização da **produção** das mulheres, esse nosso interesse agora, porque isso que eu penso agora. (Liderança do MIQCB, 2007). (Os grifos são nossos).

Assim como nas entrevistas realizadas com as quebradeiras de coco, coordenadoras do MIQCB, as questões de gênero, geração e etnia aparecem vinculadas às questões ambiental e econômica nos relatórios produzidos pelos técnicos de ATES. Além do reforço à atividade do extrativismo do babaçu, o trabalho de ATES desenvolve iniciativas econômicas, como agroquintais, hortas comunitárias e hortaliças, procurando inserir o tema da segurança alimentar entre as preocupações das quebradeiras.

() Como resultado das lutas, podemos destacar como preocupação na nossa intervenção uma permanente busca de promoção da **igualdade de gênero, raça e etnia**. Em relação à participação das mulheres, nossa intervenção tem sido no sentido de promover igualdade entre homens e mulheres e prever ações específicas de capacitação e valorização das mulheres, assim como **atividades econômicas geradoras de renda**, no intuito de garantir a **segurança alimentar**. (Relatório Técnico Trimestral de Atividades – julho a setembro/2006). (Os grifos são nossos).

O sistema produtivo proposto pelo MIQCB se baseia nos princípios da agroecologia e do agroextrativismo, organizado por meio da diversificação da produção e da associação do extrativismo dos babaçuais com as atividades agropecuárias, de maneira que as atividades econômicas sejam sustentáveis. Daí a preocupação em desenvolver experiências com manejo e conservação dos solos, com enfoque para a adubação verde, para o controle de pragas, por meio de preparados naturais e plantas repelentes e para o consórcio de gramíneas e leguminosas.

Outra preocupação temática presente nas entrevistas e nos relatórios diz respeito ao fortalecimento e autonomia das organizações associativas, de forma a garantir políticas públicas e direitos de cidadania aos povos que vivem no/do campo, fomentando a leitura crítica da realidade local, “sem perder de vista o âmbito regional e nacional” (MIQCB, 2006). A expectativa é superar traços de assistencialismo na relação poder público/organizações locais presentes nos assentamentos.

Os serviços de ATES são oferecidos, por meio de uma metodologia participativa, que inclui reuniões e oficinas de planejamento, com as organizações representativas das famílias de quebradeiras de coco assentadas; acompanhamento técnico em campo; exposições orais; atendimento no escritório; e participação em assembléias das organizações.

Uma característica dos assentamentos, acompanhados pelo MIQCB, na oferta de serviços de ATES, é que são assentamentos grandes. Só para ilustrar, no PA Sítio Novo Horizonte residem 370 famílias, metade do convênio firmado para 2009-2011. Tem assentamentos cujo perímetro envolve áreas de mais de um município, exigindo da equipe de ATES habilidade para lidar com diferentes prefeituras e estabelecer parcerias na busca da solução de problemas de infraestrutura, conforme explica esta técnica de ATES

() Quatro assentamentos, o PA Sítio Novo Horizonte é o maior. Aí tem o PA ORCAISA, que fica também dentro do município de Codó e uma parte em Capinzal do Norte. Olha quantas prefeituras nós temos que conversar. E dois assentamentos que é Costa Fundamentos e Conceição do Salazar, que ficam dentro do município do Peritoró (). Então assim, a gente precisa falar com todos esses atores aí. (Técnica de ATES, região dos Cocais, 2009)

Como o trabalho de ATES envolve uma interdisciplinaridade na percepção do assentamento em diferentes dimensões, os técnicos procuram atender as demandas dos assentados, buscando parcerias com diferentes órgãos públicos municipais - secretarias de Agricultura, Educação e Ação Social - e instituições locais, o que exige habilidade na mediação de conflitos internos e externos. Sintetizando, a equipe de ATES faz a mediação entre as demandas dos assentados nas áreas de educação, saúde, produção, ações sociais - bolsa família, documentação, aposentadoria -, energia elétrica, água, lixo, questões ambientais, habitações e eventos culturais.

No final de 2008, o MIQCB conseguiu renovar o convênio (2009/2011), concentrando sua atuação na Região dos Cocais. Entre os problemas mencionados pela equipe técnica do MIQCB que trabalham nessa região estão: comunidades sem infraestrutura; sem estradas, sem luz, sem licenciamento ambiental; conflitos nas demarcações de terras; superposição desses territórios - reservas extrativistas, unidades de conservação, unidades de preservação ambiental e territórios quilombolas -; tensões nas relações entre INCRA, empresas, comunidades e equipe de ATES; e insegurança alimentar nas áreas quilombolas.

5.6. Sentidos do ATES no contexto dos agentes envolvidos: trabalhadores, técnicos, gestores públicos

Neste item apresento os sentidos atribuídos ao Programa ATES pelos agentes sociais envolvidos na iniciativa de construção conjunta da política pública de assistência técnica. Privilegiei as interpretações dos trabalhadores, técnicos de ATES e dos gestores

públicos diretamente ligados à concepção e à execução dos serviços. Uma das interpretações do ATES, apresentada por técnicos de ATES e assessores das entidades, é que o Programa consubstancia avanços na ampliação da perspectiva da assessoria técnica social e ambiental, conquistados nas lutas, sendo para o MST, ASSEMA e MIQCB, estratégico para a ampliação de suas bases de militância, para a capacitação de seus quadros técnico-militantes e para o fortalecimento das propostas de produção inspiradas em princípios agroecológicos.

A partir do Programa, a questão ambiental entrou na pauta oficial de assistência técnica, fortalecendo um debate já existente no âmbito dos movimentos sociais e sinalizando para a possibilidade de, por meio de um programa governamental, potencializar as iniciativas de produção com bases agroecológicas, como os sistemas agroflorestais e o agroextrativismo. Algumas entidades usaram de cautela na elaboração de projetos produtivos, discutindo, com as comunidades, alternativas econômicas sustentáveis, fugindo da pressão, tanto do BNB quanto do INCRA, para que projetos fossem encaminhados ao PRONAF sem que as famílias estivessem preparadas.

() O que é interessante é que criou-se **um debate do ponto de vista ambiental**. Acho que isso é interessante. As entidades foram obrigadas a discutir **questões como áreas de reserva permanente ou não uso de adubos químicos**, por exemplo, a instalação de sistemas agroflorestais, um pouco as ações em relação a gestão ambiental, mas, ao mesmo tempo, a gente sente que **a parte social, que é histórica, em toda a assistência técnica há pouco debate das questões de gênero, da relação, pouco debate das relações internas das áreas de assentamento**, da própria organização, do funcionamento das corporações, das cooperativas, a gente não avançou. Não tinham, continuam não tendo essa questão social. E na questão **produtiva a gente também não tem essa análise sobre o que melhorou em termos de produção**, se aumentou a quantidade, se melhorou a produtividade do assentamento (Assessor do CENTRU, 2008). (Os grifos são nossos).

Apesar dos limites do trabalho na área social, o Programa também possibilitou momentos de articulação entre as entidades, sobretudo, quando se intensificavam as ameaças sobre o Programa. As entidades “saíam dos seus mundos”, tentavam estabelecer uma comunicação entre si e traçar estratégias de pressão, conforme explica a entrevistada a seguir:

() mas eu vejo assim que a ATES ela foi e é importante também, por conta dessa **articulação** que ela acabou obrigando muito das organizações fazerem para conseguirem, continuar com a assistência técnica, que acaba que quando tu tem uma necessidade objetiva, assim como acontece com os assentados, acontece também acho que com a gente, com as organizações. É claro que a gente tem uma visão do específico e do todo também, mas assim, tu sabe disso, nós temos **muita dificuldade de sairmos de dentro das**

nossas organizações, isso é um grande desafio. **Como a assistência técnica é uma demanda, era e é uma demanda comum para os movimentos sociais**, então acabou que a reivindicação para continuar com ela e tal. Então foi **um fator que acabou facilitando um pouco o contato, aproximando algumas organizações**. (Técnica militante do MST, setembro, 2008). (Os grifos são nossos).

Ao propor uma metodologia participativa, o Programa tentou romper com a relação entre técnico/assentado baseada na imposição do saber técnico-oficial e desqualificação dos saberes adquiridos na prática do ofício, na tentativa de construir as bases para uma relação alicerçada na troca e partilha de saberes. Os serviços de ATES, orientados pelas entidades de mediação, puseram em contato diferentes conhecimentos: o saber técnico acadêmico – técnicos agrícola e agropecuário, engenheiros agrônomo e veterinário, sociólogo, assistente social -, o saber técnico da estrutura burocrática estatal e o saber da experiência acumulada.

A técnica de ATES da região tocantina, entrevistada abaixo, descreve a mudança pessoal, por que passou, a partir da experiência com o ATES: “ampliar a vista”, “entrar humilde”, “ouvir primeiro e falar depois”, “conhecer inicialmente a situação para depois opinar, decidir como atuar”, “conversar”, “estabelecer laços de confiança”, “fazer junto”, são algumas das recomendações repassadas nas capacitações do MST à equipe de ATES, para uma comunicação melhor entre técnico e trabalhador.

() Técnico fica muito preso àquela parte técnica, aí não amplia a vista. Aí a partir do momento que a gente começa **a ampliar a vista** é que a gente vai ver como é que a gente como técnico, deve atuar dentro do assentamento. Isso eu aprendi dentro do MST. **Minha visão era muito técnica**: ‘Olha, você tem que fazer isso, tem que fazer aquilo’. Não ouvia muito o que o pessoal tinha a dizer e, quando ouvia, ouvia pouco. Aí uma coisa que eu aprendi no MST é que eu **devo entrar humilde**, como todo tem que ser. Entrar dentro de uma área que principalmente não se conhece, **ouvir primeiro e falar depois**, ou seja, **ouvindo primeiro a situação todinha**, de como está essa comunidade, aí é que eu posso vir **a opinar de que forma eu posso atuar** lá dentro, porque não adianta eu chegar lá e dizer que eu vou fazer e acontecer lá sem saber a realidade local (Técnica de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

() eu tinha aprendido de início no MST era um tipo de **metodologia**, aonde você **participa, vai junto com o assentado, luta pela causa do assentado** e assim conseqüentemente o técnico aparece (Técnica de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

Este outro técnico de ATES, da região da Baixada, fala das resistências dos trabalhadores que precisam de motivação para participar e assumir os experimentos dos

técnicos, particularmente quando esses experimentos implicam mudanças de práticas. O trabalhador valoriza a visita do técnico em sua casa e, somente nesta condição, demonstra predisposição em “fazer junto”.

() Então é assim, **se a gente vai na casa do assentado, ele recebe a gente muito bem, participa e tal, tem bastante interesse, mas se a gente chama assim para o todo, geralmente não participa.** Então nos assentamentos que a gente chega, é mais ou menos isso, a gente vai. Eles ficam mais a cargo do presidente, se eles precisam de alguma coisa eles pedem para o presidente, tem a questão do presidencialismo também, embora a gente queira desmistificar isso, mas ainda tem muito isso, **presidencialismo**, o presidente da associação é que tem que fazer as coisas e as vezes o assentado está precisando, mas as vezes **eles julgam a gente por ser novo também** “ah, não vou pedir orientação para esse cara porque já venho fazendo isso a vida toda...” então às vezes **a gente desvenda, desvenda, trabalha da melhor forma dizendo** “Você faz desse jeito, deixa eu fazer aqui um pouquinho aqui do lado para vê como é que eu faço. Então a gente tenta trabalhar dessa forma. Quando eu faço um experimento, ele “Rapaz, tu fez só esse pouquinho aqui...” porque, por exemplo, nós fizemos uma plantação de melancia, um experimento com um produtor, todo ano ele faz a plantação dele. Ele é muito trabalhador, planta muita melancia, muito feijão, só que ele pecava muito a questão da melancia, a... melancia estava muito pequena, mas não é por nada. É porque ele deixava cinco, seis pés por cova, onde o ideal é ele deixar dois, no máximo três. Então, **a gente foi lá, fez um trabalho com ele.** Fizemos...um remédio contra praga, usei um fertilizante natural, a base de capim, ... cinzas, urina de vaca, essas coisas. Fizemos e colocava de oito em oito dias. Não deu uma praga, não deu uma doença. Tirava melancia lá de 20 kg. Então foi um trabalho assim que a gente fez bastante experiência, todo mundo, ele ta cobrando a gente agora de novo, para a gente fazer agora de novo. Ele já ta falando (Técnico de ATES, Baixada, 2008). (Os grifos são nossos).

Uma das especificidades do trabalhador rural, assentado da reforma agrária, apontada na fala do entrevistado acima, está relacionada à expectativa dos resultados das práticas agrícolas propostas pelo ATES. Daí porque, para o assentado, é fundamental a permanência do técnico na área, para o “fazer junto”, como garantia de êxito no trabalho.

Na região do Médio Mearim, outra dificuldade identificada, pelos técnicos, diz respeito à adoção de práticas agrícolas dos antepassados das famílias. Nesse caso, o trabalho requer um diálogo mais apurado sobre a importância dos saberes ancestrais, da volta às raízes, na construção de sistemas produtivos sustentáveis.

() a gente descobre na própria discussão com ele, em uma reunião, que ele **já sabia dessas práticas e quando se fala no melhoramento da galinha do terreiro, eles acham que não tem grande importância** tá colocando uma ração melhorada para a galinha, porque no momento que você coloca só o ... ela vai tendo deficiência em outros nutrientes. Mas **hoje a gente está dando essa grande importância** ... um pouco balança... melhoramento da própria raça da galinha, uma questão de cruzamento de raça com raça, para ter um

produto melhor, uma raça mais definida. E também na própria alimentação tá diversificando, um farelo do arroz com o farelo do milho e a própria mandioca para diversificar essa ração para a própria galinha ganhar mais proteína e ter um rendimento melhor, tanto para a carne como para ovo, e o jeito é ficando...em vez de tá indo comprar um sal mineral, tá produzindo na própria propriedade dele. Isso ele já sabia, mas não praticava. (Técnico de ATES, região Médio Mearim, 2008). (Os grifos são nossos).

Na interpretação dos técnicos de ATES, o trabalhador vê o técnico como o elaborador de projetos. O interesse pelos recursos do PRONAF faz com que os trabalhadores se desinteressem pelas inovações tecnológicas ou novas concepções de práticas agrícolas, propostas pelo Programa. Essa resistência apresenta-se, também, pela falta de condições nos assentamentos, sobretudo a falta de água, energia elétrica e água, para os investimentos nas unidades produtivas propostas pelos movimentos: horticultura, agroquintais. Quando existe o mercado, não existem as condições de produção. Os técnicos estimulam a realização de feiras regionais, como espaços de troca e de comercialização da produção.

Uma técnica de ATES da ASSEMA, filha de trabalhador rural e de quebradeira de coco, explica como se dá a relação, entre pais e filhos, quando se trata de definir o sistema de produção a ser adotado pela família. Ela e os irmãos estão se formando nos projetos de Educação do Campo, viabilizados pelos movimentos sociais, com passagens pelas escolas família agrícola e pelo PRONERA. No trecho de uma de suas entrevistas, apresentado abaixo, a entrevistada relata as mudanças ocorridas no modo de produzir de sua família, a partir do momento em que os filhos começaram a inserir outras informações.

() Pouca coisa a gente conseguiu, porque o meu pai **tem a cabeça muito dura. A minha mãe é muito mais fácil.** Eu acho que minha mãe conseguiu absorver mais coisas, meu pai não. Eu sempre falo assim para ele e para outras pessoas assim que eu ainda não alcancei o objetivo da minha formação, porque o que eu quero um dia é ter minha própria propriedade para eu mostrar todos os meus conhecimentos e com ele não vai ser possível, infelizmente. Às vezes eu digo para ele que eu vou comprar uma terra, ele diz “nunca tu vai comprar isso”, eu digo “vamos ver se eu não vou comprar”. Só para mim mostrar algumas coisas, mas eu acredito que, mesmo de uma forma que ainda não está legal, não é como deveria ser, mas também por falta de recurso, **a minha família já consegue trabalhar, já está trabalhando com algumas atividades,** criações, por exemplo, a gente hoje cria carneiro, cria porco, cria galinha, e outras lá, pato, coisa assim, e a gente também tem o pomar, tem um quintal, onde a gente planta, temos uma horta, tem hortaliças, e aí **meu pai também aprendeu uma técnica do plantio da mandioca,** a produção aumentou isso, ele se apegou muito a isso, a gente tem plantado ultimamente, sempre a gente gostou muito de plantar mandioca, mas aí depois disso, é assim, ele dá prioridade para o plantio de mandioca e aí implantou uma casa de farinha. **Então assim, eu acho que conseguimos influenciar em poucas coisas, mas conseguimos e ele, assim, tá dando mais valor a isso, porque antes ele falava muito em gado, hoje**

ele não fala. Hoje ele já quer muito criar peixe.. por falta de recursos, mas... a cabeça dele acho que mudou muito, mas é muito difícil ainda, a relação. Mas eu acho que ainda precisa mudar muito (risos) também chegou uma época que a gente não conseguia produzir, não conseguia produzir o arroz para chegar o outro ano. E a gente já tá com dois, três anos que a gente consegue

P – A qualidade de vida de vocês melhorou?

R – Acho que lá em casa o que precisa é a questão da estrutura da casa, mas a alimentação, a questão da colheita, porque, por exemplo, tá com dois, três anos, eu acho, que a gente consegue ter feijão de ano a outro e arroz e fava e milho também, milho não, mas farinha, a gente tem o ano todo. Meu pai tem vendido também muita farinha, paga as contas, agora mesmo ele pagou 2 mil reais do Banco do Nordeste, só com o dinheiro da farinha. A gente pagou um projeto daqui da ASSEMA também com venda de animais, de porcos, de farinha também, e parte do dinheiro que a gente conseguiu também foi com venda de arroz e o arroz que a gente ficou dá para comer até a outra colheita. Então assim, acho que **melhorou muito** e também a escola do meu irmão tem sido mantida o ano todo por conta de atividades de casa, não é dinheiro de fora, que eu não tô trabalhando (). Então todo o dinheiro que o meu irmão foi para a escola foi lá de casa que saiu da produção mesmo, tanto o que estuda o PRONERA, quanto o que estuda em Teresina. E antes, eu e meu irmão, meu pai não conseguia fazer isso, dessa forma, a gente ia para a escola, morava na escola, praticamente, mas ele não conseguia pagar a prestação e a gente e a gente... não conseguia. E os dois meninos faz isso só com a produção (Técnica de ATES, região do Médio Mearim, 2009) (Os grifos são nossos).

A narrativa revela, em primeiro lugar, o papel desempenhado pelos filhos e pela mulher no processo de mudança das práticas agrícolas. Tais agentes são apresentados como os mais abertos às inovações, com menos resistência às mudanças, se comparados aos homens adultos. O segundo aspecto a se observar é a contribuição das experiências com educação do campo, voltadas para os filhos das famílias de trabalhadores rurais, na formação de um “técnico específico”, que pode facilitar a pretendida troca de saberes. Apesar dos conflitos intergeracionais, revelados pela entrevistada, tais iniciativas dão um diferencial na forma de organização da produção familiar.

A adoção de práticas agropecuárias sustentáveis requer, também, um tempo específico. No diálogo abaixo, o entrevistado sintetiza a dificuldade do trabalhador em aderir a outras práticas agrícolas

P – Por que é difícil trabalhar com roça orgânica?

R – porque **o nosso trabalhador é cabeçudo**. Ele só acredita no fogo. Ele não acredita que... a roça no mato sem queimar não dá ... e é por isso que nunca mudou nada.

P – Aqui não tem roça orgânica?

R – aqui não tem nenhuma roça orgânica. Nós queria mudar a criação de porco como ela falou (a técnica). Ela queria mudar o criatório de porco. Até que isso aí é uma coisa que nós devia mudar mesmo, porque o porco ... a

gente vê o porco assim no meio da rua a gente não dá conta. Mas depois que ele fica no local dele, que ele aparece, a gente sabe que o bicho é bem nojento mesmo, mas ainda não conseguimos. Já teve alguém que mudou. Eu tenho um padrinho meu para ali que ele está criando só por dentro dos matos. Os porcos dele é só dentro dos matos, tem muito porco

P – Da forma que vocês criam como é ?

R – o povo cria é no meio da rua, solto aqui oh, ainda hoje

P – e aí ela está recomendando como?

R – Tá recomendando para a gente criar preso, porque é mais limpo, é mais... e é mesmo, só que depois ele está lá por dentro dos matos. ... aí ela recomendou a criação de galinhas, mas aí, o negócio é o seguinte, **para implantar mesmo na cabeça do povo é obrigado lutar muito, nosso povo é um povo duro, duro mesmo, vai dois, três...** (Trabalhador rural, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

A liderança abaixo também aponta para a exigência de um tempo específico, para que novas práticas agropecuárias propostas apresentem resultados visíveis, o que mostra uma particularidade desse agente social que é a crença naquilo que é visível, palpável.

() É até por conta do sistema de produção que vem aí, que foi implantado para nós, **a gente tem tido muita dificuldade de implantar o sistema de produção que a ASSEMA quer e pensou para ser implantado nas nossas áreas, por conta de uma resistência que só o trabalhador tem com relação a agricultura convencional e foi falado, ainda agora naquela entrevista de que ninguém não aceita a proposta agroecológica assim rápido.** Tem que ter um trabalho, tem que ter alguém que começasse para os **outros verem** para a gente poder ter firmeza no que estamos fazendo. Por mais que a gente já tenha alguns exemplos, algumas, alguns objetivos já concluídos, mas nós ainda temos dificuldades, nosso povo não abraça essa causa. São muito fácil absorver a proposta convencional que vem e para trocar por uma outra que tem dificuldade, tem um **prazo médio e longo** para poder ter resultado. Isso não é fácil, **mas a gente tá conseguindo (...)** **a gente está conseguindo melhorar talvez uns 50%, a gente começou a melhorar na renda familiar** (Liderança da ASSEMA, 2007). (Os grifos são nossos).

Do ponto de vista dos trabalhadores, quando se pergunta o que eles aprenderam com os serviços da ATES ou em que os serviços de ATES interferiram no modo de viver e de lidar com suas práticas produtivas, eles destacam “as formas de plantar” e de “planejar o plantio”.

() Bom, em relação à questão agrícola, é uma questão que nós aprendemos algumas formas técnicas de trabalhar. Porque assim, como eu sou agricultor há muito tempo, desde menino, não é verdade? Eu tenho 28 anos, eu posso dizer que vinte deles eu passei na roça. Porque desde que eu comecei a me entender como pessoa eu ia pra roça com meu pai, meus irmãos e tal. E assim, **nós sabemos muito empiricamente o que se faz na roça.** Mas essas questões mais práticas que nós aprendemos agora, mais técnica, na verdade, que é espaçamento de uma cultura, por exemplo, profundidade de um

determinado plantio, quantidade de sementes, essas coisas mais técnicas (Trabalhador rural, Pedro do Rosário, 2008). (Os grifos são nossos).

P – E assim, com esse trabalho da ATES o sr. modificou alguma coisa na forma do Sr. produzir?

R. – Na verdade, como eu estou falando, o que eu produzo é só o arroz, arroz, mandioca... a única coisa que eu pude modificar foi, por exemplo, o plantio da mandioca. É a única mudança que eu acho que eu fiz.

P – Como é que era e como é que o Sr faz hoje?

R – Quando eu plantava até 2005, por exemplo, eu plantava o que eu chamo de **plantio desordenado**. Então eu chegava com a enxada, cavava buracos aleatórios, que chama covas; picava a maniva também aleatória, sem se preocupar com o tamanho da maniva, com a sanidade da semente... porque a mandioca é produzida a partir de manivas e pedaços da haste, também. Então eu não me preocupava com a sanidade da semente e nem com o ordenamento das fileiras. Então a partir, por exemplo, da última roça que eu fiz, que foi 2005 / 2006, eu **já plantei todo ordenado**, em fileiras com o espaçamento mais ou menos igual entre as plantas, linhas e isso aumenta a produtividade (Trabalhador rural, região da Baixada, 2008). (Os grifos são nossos).

A idéia do “plantio ordenado” também foi apresentada no PA Nova Salvação, município de Lima Campos, onde os serviços de ATES reforçaram a orientação da ASSEMA, de que a propriedade deve ser “programada”, isto é, diversificada, seguindo os princípios da agroecologia, o que implica mudanças de hábitos e costumes, conforme podemos apreender do diálogo abaixo:

() Meu sonho é tocar, eu estou programando a minha área. Quero fazer **uma propriedade programada, diversificada**, quanto a minha casa, já tá bem encaminhada, uma linha e meia de **roça orgânica**. Já plantei as ervas para introduzir os venenos naturais, porque a ASSEMA faz uma capacitação só que as pessoas não têm o que fazer, só... plantar. Eu já plantei, eu tenho uns 80 pés de milho na roça orgânica. O meu objetivo agora é tocar esse processo. ... trabalho para tocar esse projeto para deixar para os meus filhos. Eu quero botar tudo na cabeça deles, tudo de ecologia, trabalhar ecológico, produzir orgânico,

P – O que o senhor tem aprendido nesse processo todo, o que o senhor está aprendendo?

R – Rapaz eu já aprendi muita coisa...Graças a Deus, porque... a terra era uma coisa que eu não... **para mim era normal brocar o mato, queimar, largar veneno**. Eu nunca fui muito fã de veneno, mas via os outros botando, para mim era normal isso. Hoje **eu já tenho um conhecimento que não é normal**. A terra se acaba, por exemplo a gente já tem mesmo, na área que nós trabalha, as áreas de brachiara estão acabadas. Não presta, está compactada total. Então isso eu já tenho consciência, estou passando para meus filhos, estou tentando passar para os companheiros, ... mudar uma pessoa que tem 40 anos de tradição, tirar da cabeça dele. Então o que é que passa no meu raciocínio. Eu tenho que fazer para mostrar para ele na prática, **porque teoria, só dizer teoria, tem alguns amigos aí que prega essa teoria tem 16 anos, mas não tem na prática**. Então eu achei que eu devia fazer na prática, porque só o companheiro ir lá e mostrar para ele que dá certo. Aí eu convenço ele, pode não fazer, mas ele fica convencido que dá. Se ele não quiser fazer, se achar

que é mais difícil, que é mais fácil queimar, mas ele está confiante que dá sem queimar e sem veneno. Mas a mão-de-obra dobra 50%. Essa é a diferença das pessoas (Trabalhador rural, Lima Campos, 2008). (Os grifos são nossos).

O entrevistado destaca a limitação de um programa governamental quando se trata de mudanças de práticas e costumes. Há uma distância entre o tempo de execução do Programa e o tempo necessário para que as inovações apresentem resultados. Na interpretação do entrevistado, o exercício prático é fundamental no trabalho educativo que resulte em mudança de hábitos.

Há um consenso de que o Programa ATES conseguiu estabelecer um diálogo com as famílias, em torno de práticas de cultivo agroecológicas que visam o desenvolvimento sustentável, mas técnicos de ATES e trabalhadores consideram curto o tempo do Programa. Além do mais, a assessoria técnica é retirada prematuramente, sem que as famílias estejam totalmente preparadas para assumir seus projetos.

() Eu vejo assim que tem muitas coisas que a ATES já contribuiu bastante, mas não acho que **essas comunidades de assentamento já estejam totalmente preparadas** para ser deixado de ter uma assistência, uma assessoria técnica. Eu acho que eles têm que ter um **acompanhamento**, porque isso tudo é um processo de construção. E não se aprende as coisas de hoje para amanhã. Até que você consiga implantar uma nova experiência dentro de uma área você tem que ter trabalhado muito nela. Eu vejo muito por esse lado assim, e aí isso leva **tempo** (Técnico de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

Na interpretação do trabalhador, o Programa, por ser pontual, não dá conta de todo o ciclo produtivo e é prejudicado com o atraso no repasse de recursos e as constantes interrupções, o que deixa o agricultor vulnerável às (in)definições do poder público.

() Eu acho que ele é bom, ele é interessante. Ele é um programa que se fosse executado como tá na teoria ele seria muito proveitoso. Mas o nosso problema é que como o pessoal... (). **O INCRA, ele libera o recurso, mas sempre atrasa.** Então, por exemplo, o técnico ele vai começar agora um experimento em piscicultura. Piscicultura por mais que seja tilápia, um pescado que é rápido, mas o ciclo dele não pode ser inferior a seis meses. Seis a oito, até um ano. Então o convênio acaba com seis meses, por exemplo. Então o técnico orientou como produzir adequadamente, só que **na hora de comercializar**, que é o último estágio da atividade e **o mais importante, o assentado ele não vai ter mais o apoio**, entende? O técnico já foi embora. Por quê? Porque acabou o convênio. Então técnico nenhum pode ser voluntário. E na época da comercialização ele teria que ser voluntário pra apoiar o cidadão. Então esse que é o ponto fraco. Por exemplo, esse convênio vai acabar em novembro ou dezembro. Em janeiro acaba. Nós podemos ficar janeiro, fevereiro e março sem convênio. E

podemos ser renovados em março, mas também talvez não seja. Então o técnico que começou a desenvolver uma experiência em setembro ou agosto de 2008, em 2009 o futuro dessa experiência ele é incerto. Entendeu? Então é a deficiência que eu vejo no programa é esse. **Não há uma continuidade assegurada**, entende? É tudo muito relativo, vai, não vai. As pessoas elas não têm certeza de nada. Nós aceitamos sim o convênio. O técnico propõe criar galinha, peixe, criar bovinos. Que você estava ali ontem e você viu. É a pior idéia que existe. O banco chega lá e bota na cabeça do assentado, só que na hora de fazer o manejo o assentado nunca viu criação de gado. E no tempo do manejo, que a vaca começa a parir, começa a tirar o leite, ordenhamento, aquele negócio, o assentado vai estar só. Então teria que ter uma política especificamente voltada pra isso. Teria que ter uma **assistência durante todo o ciclo produtivo da atividade**. Porque a atividade pecuária não tem o ciclo definido. É uma atividade assim: se você quiser você fica com ela o resto da sua vida, porque a vaca vai parir, a novilha vai parir, entendeu? É contínua. Esse é o problema. A incerteza quanto à continuidade da tarefa, da atividade (Trabalhador, Região da Baixada, 2008). (Os grifos são nossos).

O entrevistado do PA Cipó/Canaã, município de Esperantinópolis, enfatiza que os serviços de ATES potencializaram as discussões sobre o meio ambiente, cooperativismo e associativismo que a ASSEMA vinha desenvolvendo na região, desde o final dos anos 1990.

() como executar o teu trabalho dentro da propriedade, ... pela propriedade, isso foi também... pela ATES. Eles trabalharam muito isso, até porque tem a reserva permanente, tem trabalhado isso com a gente... onde nós devemos atingir tudo isso, sem prejudicar o meio ambiente, baseado nas matas, no verde, no fogo, no descontrole quando tinha, só que...então não era tão estranho, então a gente já tava preparado. Desde 97 que a gente fez vários cursos, como cuidar do fogo, ... propriedade, o cuidado de discutir a produção...**produção para o mercado**. Então isso é muito importante e se mantém ainda, se tem o cuidado e a ATES foi... porque a gente discutiu, ...imagina você capacitar o pessoal sem dizer o que que é. Hoje é um curso de **associativismo**, então você vai discutir associações, como se organizar, mas você não sabe... as vezes eu nem compreendi, através dali compreendi o que é uma associação, o que é o ser social, discutir o associativismo no meio da família, da comunidade, o que que é isso e gente consegue ver o indivíduo ali no meio do pessoal... às vezes... mas consegue ver. Mas isso é nosso, é de todo mundo, mas é preciso que seja trabalhado muito o lado social e isso foi trabalhado muito bem o lado do **associativismo** que é preciso... que é uma das necessidades maior, por mais que você tenha conhecimento e já tenha vivido não sei quantos anos em associações. ... mas é preciso e necessita aprender muito mais. Se vai para o lado individual ... todo mundo ... e que a gente consegue ver claramente ... por mais que tenha trabalhado o **cooperativismo**, como aqui não trabalhamos com a cooperativa, nós temos trabalhado mais é com associações, para nós a cooperativa não é tão... mas como não estamos dentro disso, dessas organizações ... mas para mim há cinco anos atrás, uma cooperativa é mesmo que estar fazendo qualquer uma casa aí... para manter uma cooperativa e associação não, porque estava dentro... a gente sente a necessidade mesmo de se preparar para aquilo ... associações, encarar os problemas, a gente tem trabalhado muito bem... não teve nenhuma pendência

... todos eles trabalharam, agora tem uma coisa do meio rural ... é a vontade do povo participar .. todo mundo. **Não é todo mundo que quer cursos, palestras, porque parece que ... em algumas coisas que fazem não se sentir a vontade.** Parece que já chegou num momento, já chegou onde queria chegar e não quer...quanto mais você tem informação melhor,quanto mais alguém diz para mim de uma forma diferente é uma coisa nova ...controle consciência e eu sinto que **o povo precisa estudar mais**, precisa ter vontade ... abalar mesmo, sacudir o pessoal.... (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2008). (Os grifos são nossos).

Outra possibilidade de interpretação da experiência com o Programa ATES foi apresentada por um grupo de técnicos entrevistados que o considera como um programa governamental que leva a um recuo no âmbito da assessoria técnica, social e ambiental, tendo em vista que a articulação entre as entidades não foi suficiente, para enfrentar as pressões das forças contrárias e nem para estabelecer uma relação de diálogo com o Estado.

() **As organizações que estão executando poderiam ter se articulado melhor**, tanto que ele vem, desde que começou, ele enfrenta vários problemas para que ele, para que ele não dê certo, parece que é uma política, um trabalho que foi feito com muita luta dos trabalhadores rurais para ter um programa como esse, mas tem todo um grupo que trabalha contra e aí **os movimentos para mim eles tiveram uma grande oportunidade de ter um grande programa, mas eu acho que elas se fragilizaram no momento em que elas não deram as mãos, não, não deram as mãos no sentido de fortalecer esse trabalho como um todo.** ()

P – Sobre a questão dos movimentos sociais com o Estado, essa relação, essa tentativa de construir essa política, como você avalia essa relação?

R – eu acho que não houve essa relação, porque a gente viu que **a coisa ficou muito fragmentada**, ficou muito assim com o movimento social, **esse movimento social ficou para um lado e o Estado para outro nesse trabalho**, parece que não houve esse entendimento e aí também vem a própria questão do **movimento social não ter que, desde o começo que a gente entrou nesse programa, o movimento social lutou por essa política, lutou por esse programa, mas o próprio movimento parece não ter entendido a dimensão dessa ATES** (Técnica de ATES, região Sul, 2008). (Os grifos são nossos).

Na interpretação dos diretores e assessores de entidades, apesar das possibilidades, o Programa ATES não dispõe da devida estrutura, o que compromete sua proposta de ampliação da assessoria técnica. Na busca por recursos públicos locais, as entidades assumem encargos estatais, embrenhando-se nos processos burocráticos, sobrecarregando suas lideranças e organizações locais que ficam sem tempo para o trabalho político. A narrativa abaixo destaca a particularidade da burocracia, com a qual técnicos e lideranças lidam no seu cotidiano.

() Muitas vezes... o INCRA, na verdade ajuda e atrapalha ao mesmo tempo. Ele auxilia da forma que... quando eles liberam a terra pra gente. Tanto é que nesses documentos que a gente viu, a participação de INCRA, até pelas próprias conversas que a gente tem dentro do assentamento, a participação do INCRA depois que está estruturado é praticamente zero, ou seja, o INCRA é uma forma de pegar a terra, transformar em assentamento, mas depois a participação deles é praticamente nula. Qualquer situação, qualquer problema que surja e a gente recorra ao INCRA pra solucionar, e muitas vezes são só eles que solucionam, não tem como a gente remediar a situação ou mediar a situação, não tem como. Principalmente em processos de **venda de lotes**. Quem teria a autoridade a respeito disso não sou eu, é o INCRA. Na hora de fazer um sipramento, não sou eu, é o INCRA, ou seja, são determinadas coisas em termos de infraestrutura mesmo que quem faz é o INCRA. É o INCRA que encaminha. É ofício INCRA via instituição A para instituição B. Para vir é aquele negócio!. Agora, quando a gente chega lá no INCRA para solicitar esse auxílio do INCRA, essa presença, aí é que emperra. Não, é protocolo tal, não, o responsável por esse setor não está, tá viajando, tá de férias, tá de recesso, tá doente e não tem uma outra pessoa sequer, dentro da instituição que possa responder por essa pessoa que está fora. ou seja, é só aquela que responde, só aquela que assina, só aquela que autoriza. Não tem uma segunda pessoa para quem a gente possa se encaminhar. É esse o problema todinho que a gente encontra. Quando a gente vê a situação que a gente não tem como controlar e na hora que a gente chega lá aí começam os ofícios. Ofício para fulano de tal, ofício para setor tal. Aí roda o INCRA todinho, aí chega no final: fulano de tal viajou. Sim, e aí, como é que a gente faz? Tem umas férias prolongadas... (Técnica de ATES, região tocantina, 2009). (Os grifos são nossos).

A peregrinação a que se refere a entrevistada foi descrita em outros momentos por assentados, durante os eventos acompanhados, revelando particularidades da burocracia, ou, melhor dizendo, disfunções na burocracia nos órgãos governamentais, que comprometem o objetivo central do órgão. O INCRA ampliou seu público e, conseqüentemente, suas demandas, sem alterar sua estrutura. Do mesmo modo que as entidades também não se estruturaram para acompanhar os serviços de ATES, sobrecarregando lideranças e técnicos nas atividades burocráticas.

() A gente estava acostumado com a forma de lidar com recursos externos... **burocratiza** um pouco a nossa situação... Não sei se foi um pouco inteligência do governo, **de tirar a gente do lado da pressão**. Eu não sei porque normalmente porque quando o governo abre as portas junto com ele vem a **burocracia** que ocupa as lideranças, **toma muito tempo das lideranças, joga questões, responsabilidades para as associações, que você não está acostumado**. Quando se trata de recurso do governo, tem os prós e os contra... política de concorrência, discussões que são tomadas nas **burocracias** que são **muito rápidas** obrigam a gente a tomar decisões, coisas que atropelam a gente. O que há de positivo? O Estado é um recurso interno, mas tem um certo **atropelamento**, por exemplo, **com a EMATER, o Estado era mais distante**. A gente batia, mas não tinha uma relação mais de perto, não havia nenhuma relação. Hoje a gente assume essa parte (Liderança da ASSEMA, Esperantinópolis, 2006). (Os grifos são nossos).

Quando se pergunta sobre a experiência de execução conjunta do programa governamental, diretores de entidades e técnicos de ATES enfatizam a falta de internalização da proposta dentro do INCRA, o que dificulta o fluxo de informações, de documentos, tornando mais lento o cumprimento das demandas e acirrando os conflitos internos, envolvendo técnicos do órgão e técnicos do Programa ATES.

() Desde o início é o órgão... agora eu não acredito que é o órgão em si, mas o conjunto de funcionários, não sei se é acomodação, não sei por que, mas às vezes dificulta o trabalho. Eu percebo que a questão da concepção do que é a ATES, o que é o convênio, qual é a finalidade. **Isso não é internalizado pelas pessoas.** Ou órgão não repassa as informações aos funcionários ou é falta de interesse. Eu percebo que é um convênio que é a partir do órgão, mas que no conjunto ali alguns profissionais não têm conhecimento sobre esse trabalho. E mesmo a gente colocando a gente percebe uma certa discriminação com relação a quem é técnico da ATES, com relação a quem é funcionário do INCRA. Então **a gente não percebe uma boa vontade.** Pelo menos na unidade de Imperatriz, a Unidade Avançada, a gente não percebe boa vontade das pessoas pra questão dos encaminhamentos que a gente solicita, pras questões formais, de documentos e dificuldades pra conseguir as relações de beneficiários, pra conseguir... A gente consegue, mas só que você precisa das coisas para um tempo aí as pessoas enrolam. **Às vezes até perdem,** como já aconteceu. Perdem documentos, perdem ofícios que a gente deixa lá. Na questão de documentos a gente vem fazendo a recuperação do PDA e dificultou muito. E mesmo de **não disponibilizar o documento.** Eu não sei se por falta de vontade, eu não sei se por **desorganização do órgão.** A gente percebe que o **convênio tá aí mas não tá internalizado** (Técnico de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

Há um entendimento de que o ATES gerou uma distância entre a concepção e a execução difícil de resolver, tendo em vista que, ao assumirem a execução dos serviços, as entidades deixaram de atuar no controle social do programa.

() É uma concepção que eu acho que se aproxima mais do que a gente vem falando ao longo do tempo. **Agora o que emperrou o processo foi na hora de amarrar,** por exemplo, esse manual operacional, dar condições para as organizações... não ficou muito diferente... quando passou para a execução, **a execução não condiz com a concepção do programa,** a concepção realmente é diferente de outros programas que a gente vem acessando (Assessora do CENTRU, 2008). (Os grifos são nossos).

() nunca foi muito tranquilo na Sociedade. Assumir uma política de ATES, assumir uma política como essa, com todas as fragilidades, que **embora na sua concepção tenha muito avanço, mas na verdade na prática ela enfrentava muitas contradições.** Então isso sempre foi uma tensão para nós executarmos e ao mesmo tempo termos que dar a contrapartida do controle social, da formulação de políticas e perdas e danos (). Em

contrapartida a coordenação regional também não funcionou que deveria ser esse espaço de debate, de crítica, de aperfeiçoamento da política. **Então logo no início até que se reunia, mas depois, essa coordenação regional praticamente ficou sem êxito, sem dar esse suporte. A equipe de articuladores também não fluiu como deveria ser. Então o programa centrado todo naquela filosofia...** de pensar o programa, de não ver o programa como uma coisa estanque, mas como uma coisa que estava em construção. Esse meio de campo aí não funcionou e também tem o rebatimento com **as equipes que ficaram com as angústias de ter que lidar com todos os problemas** nos assentamentos que não eram resolvidos a tempo... enfim. As políticas também **nos municípios** que não conseguem pensar na forma de complementar as ações do INCRA, sempre acham “ah assentamento não é responsabilidade nossa” (Técnica de ATEs, Baixo Parnaíba, 2007). (Os grifos são nossos).

Como os assentamentos ainda não dispõem de infraestrutura, a operacionalização das ações previstas nos manuais de ATEs exigia das equipes maior esforço nas relações com o poder público, a fim de estabelecer parcerias na execução de benefícios coletivos, o que nem sempre foi possível, considerando as tramas da política local, demarcadas por laços de confiança, de parentesco, troca de favores e práticas assistencialistas, característicos do patrimonialismo

() Olha... mas tudo isso a gente sabia, mas quando você está **executando uma política pública**, que é diferente de você estar executando uma **ação de questionamento, de mobilização**. Enfim, é diferente, porque ao mesmo tempo que a gente tem uma trajetória de questionamento com o poder público, a gente também tem que abrir um **canal de diálogo** com eles, porque senão várias coisas não andam. A questão da educação, da saúde, do serviço público em geral. Se a gente não tiver um bom canal de diálogo com o poder público local não funciona. Então isso também é uma, isso foi um **empecilho**, foi também um **desafio** para nós, em alguns momentos sentar com pessoas que historicamente não tinha nenhuma relação de diálogo. Acho que isso também é bom, **isso exercita também o nosso poder de negociação, de diálogo com forças opostas** a nós. Enfim, apesar de todos os problemas do programa, eu não acho que foi uma perda pra gente, sabe, desenvolver esse programa. É evidente que a gente poderia tá muito melhor, dá uma contribuição muito melhor se a gente não tivesse tão entranhado nesse programa, porque **é difícil você separar naquele momento de ação, de tarefa, que tem que cumprir, tem que fazer com uma ação de formular, de criticar as propostas, as ações**. Isso de fato é quase um...(Técnica de ATEs, Baixo Parnaíba, 2007). (Os grifos são nossos).

Como explicitado no excerto acima, às entidades coube o triplo papel de formular, executar e controlar as ações e a dupla tarefa de mobilizar e de construir canais de diálogo com o poder público, um desafio, no entender da entrevistada, tendo em vista que, historicamente, as relações poder público/organizações locais/entidades de mediação, no Maranhão, são permeadas de tensões. Os direitos são conquistados à base de pressão

constante da sociedade civil, por meio de seus órgãos de representação e dos movimentos sociais.

Por outro lado, na percepção de alguns técnicos entrevistados, as organizações não compreenderam a dimensão do ATES e deixaram de aproveitar o espaço para se fortalecer politicamente. O Programa foi subutilizado como estratégia na busca dessas parcerias e o trabalho foi realizado de forma fragmentada.

() Pois é. Eu acho que é muito na base da **pressão**. Eu acho que a sociedade, a partir do momento que a sociedade se mobiliza e mostra a necessidade pro governo, e na base da **pressão** mesmo, de **ocupar** e estar **reivindicando**, no momento que ele percebe que aquilo pode ser, não sei, uma ameaça pra ele, sei lá, aí ele de uma certa forma implementa algumas coisas. Mas muito deficiente ainda. **Porque a assessoria técnica é pouco eficiente, é pouco recurso para deslocamento, você não tem uma estrutura** para estar executando suas atividades a contento, como a gente queria que fosse. Mas eu acho muito deficiente. Por exemplo, eu acho também que apesar do programa de ATES ser um programa do governo federal, mas as próprias **entidades teriam que buscar parceria com o governo estadual**. Porque isso tem que ser visível a todos os olhos (Técnico de ATES, região tocantina, 2008). (Os grifos são nossos).

No âmbito dos gestores públicos, como limitações do Programa ATES, foi mencionada, em primeiro lugar, a amplitude do seu objetivo, que exige certo nível de organização da infraestrutura dos assentamentos e das entidades responsáveis pela gestão do Programa. As condições, ainda precárias, dos assentamentos exigem mais tempo dos técnicos no trabalho de organização social e política e na capacitação das famílias para que elas tomem ciência dos seus direitos e possam se credenciar para o acesso às políticas agrícolas.

() **O objetivo do programa é bem amplo** que até... tem algumas coisas que o programa traça que tem **dificuldades mesmo de operacionalização do programa... o tempo**. É um convênio de três anos, aonde **não corresponde a consolidação das propostas**, que estão impostas pelo Programa. Muitas vezes não convêm a uma consolidação de uma ação pontual de um determinado assentamento, de uma determinada família, não consegue acessar isso. E outra coisa é o **atraso nos recursos**. Se há um atraso na parcela, conseqüentemente, há uma paralisação, há uma **descontinuidade**, na verdade. Quando retorna, quando isso volta a engrenar novamente é como se tudo ficasse reiniciando. **Todo tempo reiniciando. O número de técnicos também**. Eu particularmente avalio que é insuficiente pela área geográfica que o Maranhão tem, porque **o Programa é concebido de forma única sem considerar as particularidades de cada região** e aí o Maranhão e a Amazônia acabam perdendo porque são grandes extensões de áreas que as vezes uma equipe de dois, três profissionais têm que dá conta e acaba dificultando muito a execução disso (Servidora do INCRA, 2007). (Os grifos são nossos).

Há uma concordância, entre os reclamos dos técnicos e dos assentados, de que o tempo da burocracia não corresponde ao tempo da consolidação das propostas. O atraso constante na liberação dos recursos resultou na descontinuidade dos trabalhos que constantemente eram reiniciados.

Os gestores públicos enfatizaram, também, a limitação, própria das políticas públicas demarcadas pela homogeneidade. Na definição de seus princípios, critérios e diretrizes, tais políticas desconsideraram as peculiaridades regionais e as particularidades das situações. Esse desconhecimento revela-se, também, na rigidez da legislação que, pensada em âmbito nacional e operacionalizada com rigor, impede setores da controladoria da União de enxergarem as diversidades, tornando-se, também, uma limitação na execução do Programa governamental.

5.7. Atuação dos Movimentos Sociais no campo na percepção de gestores e técnicos do Estado

Quanto à percepção dos gestores e técnicos do INCRA acerca da atuação dos movimentos sociais na experiência aqui analisada, há de se fazer uma distinção entre técnicos que tiveram, em sua formação profissional, passagens pelos movimentos sociais e gestores mais antigos do órgão. Na interpretação do primeiro grupo os movimentos sociais suprem a lacuna deixada, com a extinção do sistema de ATER no estado. Há, nessa perspectiva, um reconhecimento e legitimação dos movimentos como sujeitos políticos, como interlocutores e parceiros na construção de políticas.

() **Esses movimentos têm muito a contribuir**, principalmente pela ausência que o nosso estado tem com o trabalho de extensão rural. **Não existe nenhuma instituição oficial que trabalhe diretamente com a extensão rural.** Então fica uma ausência muito grande disso e **os movimentos sociais vêm entrar nesse campo para suprir**, não consegue alcançar todo mundo, mas suprir, isso minimamente em alguns pontos. Assim, por esse aprendizado que o movimento tem, acho que é de grande valor a participação deles em um programa como esse, até pela própria concepção do Programa, que aí já nasce da participação do movimento social na construção disso () Então **a gente percebe claramente que há uma diferença nesse acesso ao crédito**, que há uma **outra lógica**, um **outro comprometimento**, de **não endividar**, tem uma preocupação muito grande, enquanto que essas outras entidades que não são ligadas a movimentos sociais, é pura e simplesmente venda de trabalho para uma instituição. Não se preocupa em fazer de forma participativa, o planejamento de aplicação do crédito. Não se preocupa se o assentado vai ter prejuízo ou não. **Então a gente percebe que para a ATES, para assessoria técnica social e ambiental há um avanço nos assentamentos, por conta disso, desse**

comprometimento, dessa preocupação, o que muito provavelmente a gente não iria ver em entidades que não são ligadas a movimentos sociais e isso já é em cima da experiência que a gente já viu, não é uma hipótese. É claramente perceptível (Servidora do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

A servidora acima destaca o compromisso dos movimentos sociais na execução do Programa, a preocupação com o desenvolvimento do assentamento, com a orientação do trabalhador quanto aos projetos econômicos e a mudança significativa na condução dos serviços quando as entidades diretamente vinculadas a movimentos sociais saem de cena. Nesse outro excerto, a entrevistada enfatiza a adequação do Programa com as temáticas já trabalhadas pelos movimentos

() Eu acho que é por **essa parceria que dá certo, governo e movimentos sociais, porque a ATES surge a partir da luta dos movimentos sociais**. Todo o princípio do Programa de ATES a gente vê que é em **consonância com o que os movimentos sociais defendem: a equidade de gênero, a economia solidária, agricultura sustentável de base agroecológica, equipes multidisciplinares, que vejam os assentamentos em todas as dimensões**. Você vê que é um programa inovador de assessoria técnica que a ATES tem sido e é por conta da parceria que dá certo, é por conta dos movimentos sociais, de estarem dentro o programa que esse programa ainda existe, porque se dependesse dos atrasos que o programa tem de repasse de recursos, corte de verbas ... se não fosse a parceria com os movimentos sociais talvez esse programa não estivesse dado certo ... porque os movimentos sociais já estão no assentamento, independente do INCRA estar ou não estar, se tem técnico, não ter técnico, os movimentos sociais já estão em determinados assentamento, aí com o programa de ATES só vai fortalecer o assentamento. Já tem...então **o movimento briga para ter a ATES, briga para continuar, briga para ...** Então aquele assentamento que tem movimento social, que tem só faz fortalecer (Servidor do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

Na percepção dos gestores, a participação dos movimentos sociais tem sua importância, porque revela, expõe ao poder público a demanda “desconhecida” e porque divide as responsabilidades na solução de problemas. Para este entrevistado houve uma mudança na relação Estado/Movimentos Sociais

() Olha, eu acho que **as organizações têm contribuído muito**. Eles provocam o governo **a reconhecer uma determinada demanda**. () Eu entendo que quem vive e quem vivenciou, como eu vivenciei, a situação da estrutura fundiária nacional **ela melhorou muito com a ocorrência dos movimentos, porque eles fizeram aflorar aquela demanda reprimida** que tinha ali, aquele, aquele contingente ignorado, organizou essa gente “oh, nós estamos aqui, nós precisamos disso”. Excessos existem em tudo, em tudo, não deles, em todas as atividades existem excessos. Existem alguns, mas não chegam a prejudicar os resultados importantes, eu acho que é uma minoria

de ocorrências...() Pois é, e **a presença dos movimentos sociais representou muito para a própria instituição**, entendeu, porque o que existia, na realidade, era um, não vou dizer um clima, mas um ambiente de embate, vamos dizer assim, de um lado o governo e, do outro lado, a sociedade civil cobrando aquelas ações. A partir desse momento aí, não é que não houvesse cobrança da sociedade civil, havia cobrança, mas **a sociedade civil também estava representada na gestão de todas essas ações**. Essa ação descentralizada, a sociedade civil, através de suas entidades representativas ... até mesmo dos próprios movimentos sociais, vamos dizer diretamente, passaram a ser **co-responsáveis** conosco na execução dessa política de reforma agrária (Servidor do INCRA, 2008). (Os grifos são nossos).

Em contrapartida, no âmbito dos órgãos de controladoria, percebe-se um desconhecimento e perplexidade face ao potencial dos movimentos sociais. Baseados nos documentos produzidos pelas entidades – relatórios e PDAs - os técnicos desse setor deslegitimam a capacidade técnica das entidades

() Essa opinião que eu estou lhe dando não só por conta disso, não só por conta do trabalho que eu fiz aqui, em outros trabalhos que, espontaneamente, outros trabalhos que eu tenho feito. Eu digo, a impressão que passa, pelo menos aqui os trabalhos... dessa maneira que estão sendo executados **não têm obtido os resultados que eram esperados, desvios por má aplicação, desconhecimento** ou não, a gente vê muito. A própria organização do material que seria objeto do trabalho, algum relatório que seria finalístico, a gente vê que há uma deficiência muito grande. Não sei se por conta disso, profissionais que ali estão fazendo ou seria mesmo uma deficiência da própria instituição que cuida deste, qualquer outro tipo de trabalho, por exemplo, os relatórios que eles têm que produzir, alguns casos, que seriam PDAs, PRAs, a gente vê uma coisa muito, **um trabalho muito, muito pobre, um longo tempo para a execução do trabalho que se resume a algumas folhas**. E as informações que trazem não são grandes achados. Eu na minha avaliação mesmo, ligeira, ela não teria... teria... aplicabilidade, o que se deseja desenvolvimento no assentamento e recuperação do assentamento, informações que venham ... pelo menos eu já tive, alguns casos que eu já tive oportunidade de analisar. **Informações que vinham eram muito pequenas, muito escassas e não teria, no meu modo de ver, não teria, como aquilo ali orientar um planejamento**, um desenvolvimento ou recuperação de um assentamento. Eu acho que a experiência, em tese é boa, mas a prática ela não conseguiu...(Técnico da CGU, 2009). (Os grifos são nossos).

Destaca-se no, discurso dos órgãos de controladoria, a desqualificação dos trabalhos executados pelas entidades, numa espécie de manejo de mecanismos com vistas à restrição da participação. Ancoradas no argumento do “trabalho técnico”, as análises deste setor são acionadas como ferramentas importantes no discurso - expresso nas ações judiciais e

nas CPIs das ONGs - de setores da política que visam a criminalização dos movimentos sociais, via responsabilização por mau uso dos recursos públicos.

Na percepção de militantes e dirigentes dos movimentos, a ação dos órgãos de controladoria estão dentro de um contexto de disputa política que precisa ser melhor analisado. Para este dirigente do MST, o ônus de tal disputa recai sobre o trabalhador

() Existem, digamos assim, pessoas interessadas em fazer com que quem está na base da pirâmide não consegue dar um salto de qualidade para frente e tem pessoas interessadas em fazer com que isso possa realmente dá esse passo de qualidade. Eu vejo assim entre os **magistrados** tem deles que até consegue compreender essa necessidade. Eu sou até a favor de que realmente haja a investigação, agora o que eu não sou a favor é que **quem pague por essa investigação seja, justamente os beneficiários do programa que são os trabalhadores, porque na maioria das vezes quem paga o preço maior disso, o ônus maior é o trabalhador.** (Dirigente do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Ainda na percepção dos dirigentes do MST, no caso específico do Programa ATEs, a punição antecedeu a etapa que seria de capacitação das entidades, que nunca aconteceu, isto é, a fiscalização não foi educativa, foi sobretudo, punitiva.

() Então, se as entidades estão tendo uma forma diferenciada de fazer, digamos assim, de gerir os recursos, **na minha opinião, o primeiro passo não é a punição.** O primeiro passo é **uma capacitação.** Então para mim o país precisa trabalhar isso ... certo? O primeiro passo não era a punição. O primeiro era uma capacitação. Aonde é que está o maior grau de alfabetização. É no magistrado? É nos deputados? Ou é no meio rural, é nos trabalhadores rurais? Quem possui o maior grau, quem tem a maior necessidade de maior atenção? Então está aí, parece que a gente é o seguinte “Bom, eu agora sou juiz, eu não to limitado aqui, digamos assim, a ver possibilidades...” Por que que um juiz não pega o INCRA e diz o seguinte”Tudo bem – Ministério Público – antes de você fazer a liberação dos recursos você vai fazer uma **capacitação para gerir esses recursos, para quem é que vai gerir, quem são o público.** Você vai fazer uma capacitação para gerir isso daqui e você vai acompanhar, ou você tem perna para acompanhar isso aqui, ou então não faça nenhum projeto, não faça nenhum planejamento, não faça o convênio. (), se tem erros, do ponto de vista de gerir esses recursos. Mas quem de fato errou? Foi o INCRA que fez liberação de forma inconveniente? Foi as empresas que estavam gerindo que aconteceu desvio de recurso? É um negócio complicado, o próprio INCRA, muitas das vezes ele se limita bastante, tem funcionário mesquinha. (Dirigente do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Seguindo essa interpretação, o posicionamento dos órgãos de controladoria expressa a luta de classe, materializada no campo jurídico. O ATEs é uma expressão da pressão política dos movimentos sociais sobre o poder público, daí o rigor com que é tratado

() Eu acho o seguinte, é um espaço, como é uma luta, porque no MST a gente acredita que estamos numa **luta de classe**, porque **os projetos, querendo ou não, eles foram feitos, foram criados esses programas a partir de uma pressão política**, demandada pela necessidade, claro, mas que na medida em que elas foram sendo criadas e que os movimentos foram executando, **os movimentos, querendo ou não, eles foram acumulando, foram acumulando do ponto de vista do conhecimento técnico, do ponto de vista da relação, do ponto de vista de ir envolvendo outros sujeitos na luta**. Então, querendo ou não ele vai fortalecer o movimento social. Então como ele é criado paralelo à política do Estado, embora dentro de uma legislação do Estado, quando essa legislação não é atendida na sua totalidade, então ela é questionada, é o caso que acontece com a ATES, algumas coisas que não foram atendidas na sua totalidade, da legislação, até porque para se efetivar algumas políticas dessa, pensando-se no campo, jamais teria condições de ser efetivada no campo, dentro das condições que o Estado tem, da estrutura que o campo tem para a burocracia que...tem município no Maranhão que só tem um posto de gasolina, tem assentamento lá que não tem posto de gasolina, como é que eu vou fazer para fazer uma licitação lá, tem uma série de coisas de infraestrutura básica que você não teria como implementar determinada política, levando em consideração a legislação (Dirigente do MST, 2007). (Os grifos são nossos).

Esta outra militante compreende que há uma ação conjugada entre os órgãos do aparato governamental, orientada pelo processo de criminalização dos movimentos sociais, no qual o poder judiciário tem atuado como peça chave

() o que houve agora foi uma intensificação, onde **vários desses aparelhos de Estado** estão voltados para isso. Então, você tem um judiciário que delibera todas as ordens de despejo sem analisar os casos. Então já vai construindo um consenso de que ocupação, e aí tem até um projeto lá na Câmara, de transformar a ocupação em crime hediondo, então, de que ocupou não tem defesa. É um ato errado e pronto, então dali já vem do judiciário, essa questão da liminar de despejo, sempre com violência imediatamente. **Você pega o TCU**, os projetos mínimos que a gente tem de alfabetização, que estão lá as prestações de contas, não só com notas, como eles pedem, mas com cartas escritas por quem foi alfabetizado, com lista de nomes, endereços de quem foi alfabetizado, mas eles ignoram tudo aquilo e aí lança de que nós vamos ter que devolver todo o dinheiro, que o Movimento cometeu desvio e isso e aquilo. Então, você tem **a própria polícia** que está fazendo uma investigação ferrenha na vida de toda a militância, não só do MST, mas de vários movimentos sociais. Então, são escutas telefônicas, são, que as vezes a gente tem acesso a algumas informações, mesmo que não sejam oficiais, mas de que vem se montando esse dossiê e essa **questão da mídia**, que essa é uma das que tem trabalhado muito nessa perspectiva. Então, você tem **o judiciário**, você tem **o governo**, que não, que embora não use dessa violência, mas simplesmente **tira a reforma agrária da pauta**. Você tem a **polícia** que usa da truculência para despejar as famílias e até reprimir as próprias manifestações, e você tem essa questão da **mídia** que fecha com chave de ouro. Então, tudo o que se faz, eles assim oh, o que os Estados Unidos faz com o Iraque, eles chamam de ocupação, quando o MST, ou o MAB, ocupam hidrelétrica para se chamar essa atenção da sociedade, para fazer esse protesto (processo), eles chamam de invasão. Então eles chamam de terrorismo. Então, eles, **há uma tentativa**

da mídia, do judiciário, e da polícia de passar para a sociedade essa idéia de que os movimentos sociais que fazem luta representa perigo. E isso não é apenas uma constatação nossa assim... é a partir da forma como vem acontecendo e a forma como as coisas, por exemplo, acontece um fato em Pernambuco, a mídia nunca relata ele como de fato foi, é sempre incriminando o Movimento. E assim é como acontece no Pará, acontece no Rio Grande do Sul, aqui no Maranhão. Então é nessa perspectiva que a gente tem trabalhado bastante nisso e muitos companheiros que, sendo presos, processos e mais processos, e sempre com as mesmas justificativas, formação de quadrilha, atentado ao pudor, desacato a autoridade. Então várias questões da liberdade que a gente tem para manifestar para chamar atenção para o diálogo, para as necessidades, hoje é assim, no Rio Grande do Sul, ficou um tempo proibido do MST e Via Campesina fazer marcha, então () onde havia o Movimento não podia fazer marcha. Então, **algumas pessoas iam presas**, e aí quando chegavam lá, além daquele processo de onde ele foi pego, por causa de uma ocupação, mas se **acrescentavam vários outros**, mesmo que não houvesse acontecido, mas estavam lá, desacato a autoridade, às vezes pegavam um facão, uma foice e colocava lá no processo, porte ilegal de arma branca. Então todos esses elementos, que se acirraram mais em 2007, e aí é isso. Não é que agora... é que agora se acirrou mais do que antes, quando a gente estava lá no Estreito, , então, teve um rapaz que pegou um tiro, pegou um tiro na perna. Nós temos um acampamento, no Amarante, que lá sempre tem essa questão do tiroteio. Então a sede da fazenda é um pouco perto de onde está acampado e lá os pistoleiros fazem rajadas, chuvas e rajadas de tiros (Dirigente do MST, 2008). (Os grifos são nossos).

De acordo com essa análise, houve um deslocamento do confronto para o campo jurídico e nesse processo não pode ser negligenciada a ação dos meios de comunicação de massa que atuam como mediadores na construção da opinião pública sobre os movimentos sociais, fundamentando, portanto, as decisões judiciais. Os diversos mecanismos acionados como meio de intimidar a ação dos movimentos, descritos acima, dificultam a construção dos canais de diálogo com o judiciário, considerado o “poder maior”, conforme observa a entrevistada

() Então a gente vai convivendo com esse processo também de resistência, mas assim, essa questão do judiciário, é uma questão que nos preocupa muito, porque hoje, no Brasil, é o poder maior. Então a nossa sociedade, assim por mais que discorde de algumas opiniões e atitudes do judiciário, mas ainda não, **nós não construímos instrumentos de fazer esse diálogo** e também de dar essa pressão no judiciário, porque é como **se o judiciário existe não para fazer valer a Constituição Brasileira, mas para fazer valer os interesses da classe, da classe dominante**. Aí é dos banqueiros, é do agronegócio, é das transnacionais. Aí tem a questão dos assassinatos não é, no Paraná, teve uma liderança do Movimento que foi assassinada, por uma empresa de segurança () E assim cada estado a gente tem casos que mataram (Dirigente do MST, 2009). (Os grifos são nossos).

A análise das entrevistas dos diferentes agentes sociais envolvidos na construção do ATES revela que não há um consenso no campo estatal. O Programa é executado em meio a contradições e tensões que se expressam internamente no INCRA, entre o INCRA e os órgãos de controladoria da União e entre o poder público e as entidades vinculadas aos movimentos sociais.

Enquanto setores específicos do INCRA reconhecem e legitimam os movimentos sociais, como sujeitos políticos, como interlocutores e parceiros na construção de políticas, no âmbito dos órgãos de controladoria, é claro o desconhecimento do potencial dos movimentos sociais para gerir recursos públicos.

Tal contradição é interpretada por lideranças dos movimentos sociais como uma expressão da luta de classes. Assim como os meios de comunicação, o poder judiciário atua como ferramenta importante no processo que vem sendo denominado de criminalização dos movimentos sociais, questão colocada com ênfase durante a pesquisa, mas que não pode ser explorada conforme a temática exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: retorno ao ponto de partida

*Se estamos à busca de um novo caminho, de um novo sentido, de um novo senso comum e de uma reinvenção da emancipação social, nós precisamos congregamos universidades, movimentos sociais, organizações sociais, que todos lutam pela dignidade humana e por um mundo melhor, a que nós reconhecemos ter direito...precisamos nos armar da arma do pensamento e da ação solidária...essa arma tem uma dimensão epistemológica...a diversidade cultural do mundo...não pode ser concebida nem tratada sem uma concepção epistemológica adequada
(Boaventura dos Santos)*

No arremate desta Tese, empreendo o caminho de volta ao ponto de partida, ao fio condutor dos meus estudos: a relação Estado/Movimentos Sociais, tecida nos processos da construção conjunta de uma política pública, voltada para sujeitos que, no campo, vivem a saga da reforma agrária. Na elaboração processual deste trabalho, tive sempre presente o caráter da produção, então em curso, isto é, os meandros dessa relação, focando seus encontros e desencontros, em diferentes campos e níveis.

Desde o início, procurei afastar-me de qualquer pretensão de uma avaliação de políticas públicas. Convém ressaltar que, enquanto trabalho técnico e científico, tal abordagem exige aportes metodológicos e tempo específicos que, de fato, propiciem uma observação sistemática, do início ao fim do Programa em pauta. O acompanhamento da execução do Programa ATEs, no Maranhão, no período de 2007 a 2010, me permitiu refletir sobre a relação Estado/Movimentos sociais atuantes no campo, em um Estado, onde o padrão de dominação hegemônico conjuga elementos da modernização, como a industrialização, com métodos do patrimonialismo, estudado por Holanda (1995) e do colonialismo, no sentido atribuído por Santos (2007. 59), como um sistema de trocas em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade.

A pesquisa me pôs em contato com a literatura da política brasileira, fazendo-me entender o quanto ainda são atuais os pensamentos de nossos clássicos. Ao percorrer o continente maranhense, ouvi histórias e casos que me fizeram lembrar os comentários de Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio à segunda edição do livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal (1997) sobre a continuidade da existência do “coronelismo”. Apesar da emergência de novas lideranças, a figura do “coronel” continua, ancorada nos mesmos fatores que a produziram (LEAL, 1997, p. 18).

Assim como o “coronel”, perdura, no Maranhão e no Brasil, o tipo de família patriarcal, que dificulta, segundo Holanda (1995, p. 146), aos detentores das posições públicas de responsabilidade, compreenderem a distinção entre os domínios do público e do privado. Prevalece, ainda, o tipo “funcionário patrimonial” – que interpreta a gestão pública como de seu interesse particular -, embora já se perceba a emergência de um tipo aproximado ao “puro burocrata”, estudado por Max Weber (1996).

Assim sendo, desde o início, pareceu-me instigante compreender como o Estado, com tais características, “oferta” participação, em um programa governamental que, no plano do ideal, propugna a autonomia e o fortalecimento de sujeitos, para que eles possam conduzir suas lutas por direitos. A análise da experiência, apresentada nesta Tese, revelou que a participação, por vezes anunciada como um espetáculo, tem seus limites e reforça a formulação de ilusões próprias das políticas de reforma agrária, como a de igualdade de direitos, a da idéia de que todos são proprietários e, por fim, a ilusão de poder das entidades de mediação.

Procurei entender, por outro lado, como os movimentos sociais, envolvidos na iniciativa, disputavam espaços públicos para o reconhecimento e atendimento de suas demandas, respeitando suas diversidades. As análises das narrativas dos diferentes agentes envolvidos no ATES - técnicos vinculados ao Estado; técnicos, dirigentes e militantes vinculados aos movimentos sociais; e famílias beneficiadas pelo programa – conduziram-me a uma primeira descoberta, referente a natureza desta relação Estado/Movimentos Sociais, em uma atuação partilhada nas definições e na implementação de um programa governamental: a relação entre os dois campos é uma relação de pressão e negociação permanentes, em meio a embates e confrontos, na perspectiva de democratização do poder público.

Ao longo de mais de três anos de trabalho de campo – acompanhando eventos, apreciando documentos, entrevistando/conversando e observando, atenta às teias em construção e às rupturas prováveis – pude bem perceber as tensões no âmbito do Estado, materializado no INCRA e nos Movimentos Sociais, encarnados nas entidades conveniadas, bem como os pontos de intersecção, presentes nessa relação. De modo que visualizei sinais, em curso, de uma redefinição da estrutura burocrática do Estado e de uma nova configuração das entidades da sociedade civil.

Perseguindo os encontros e os desencontros dessa relação, adentrei em um campo híbrido de negociações e conflitos, em torno de uma matriz tecnológica, cuja lógica confronta-se com a o modelo econômico em curso. A assistência técnica constitui-se num

campo de disputa, em que os agentes dispõem de capitais diversos que lhes conferem capacidade de poder diferenciados. Logo, a partilha na construção coletiva de um programa governamental – no contexto do Estado democrático que se ajusta aos interesses do capital – não significa, em absoluto, igualdade de posições e de poder.

E, avançando no desvendamento deste campo de disputa, identifiquei nuances que apontavam dimensões específicas no posicionamento dos agentes no “jogo de xadrez” da construção de uma política pública. No campo do Estado, verifica-se uma falta de sintonia entre os órgãos e, mesmo, entre instâncias do mesmo órgão, revelando a heterogeneidade deste campo, com suas tensões internas peculiares. Ainda no campo estatal, verifiquei um esforço – manifestada por setores específicos do INCRA e pela ação dos órgãos de controladoria – de romper com as estruturas que dão guarida ao tipo “funcionário patrimonial” e de reordenamento das práticas de execução das políticas públicas e de controle da aplicação dos recursos públicos.

Entretanto, tal esforço revela algumas dificuldades de atuação desses segmentos do setor público. Se de um lado há uma intenção de ordenação impessoal exigido em um Estado burocrático – no sentido weberiano –, por outro lado, o esmero com as regras do jogo, com a obediência à legislação – necessária, quando se pensa em romper com a realidade enraizada nos princípios do patrimonialismo e do colonialismo – tende a tornar-se um obstáculo a mudanças, quando ignora as particularidades das situações que se apresentam no cotidiano dos agentes envolvidos nas políticas implementadas.

Uma peça chave no tabuleiro de xadrez, com peso efetivo no jogo, são os órgãos de controladoria, como encarnação do Poder Judiciário. Percebe-se que quando a disputa adentra no campo jurídico, as entidades do movimento tendem a recuar. A rigor, os movimentos sociais, pressionados pela criminalização e, mesmo, judicialização dos conflitos, não apresentam desenvoltura de ação quando a disputa chega nesse campo. Os próprios militantes admitem essa fragilidade ao tratá-lo como “o poder maior”. Em outros termos, eu diria que a pressão dos movimentos saem das ruas, penetram as instâncias do poder executivo, mas, ainda encontra-se limitada, no que diz respeito às estruturas dos poderes legislativo e judiciário, espaços onde os canais de diálogo e de negociação ainda estão por se construir.

No campo dos Movimentos Sociais, no caso específico da experiência com o Programa ATES, constata-se uma individualização de cada entidade na condução do processo de execução do Programa, o que se deve, inclusive, ao próprio modelo da parceria, consignado nos convênios, que cria entre poder público e entidade conveniada, uma relação contratual. E mais: as instâncias de coordenação e de articulação do ATES – previstas no

Planejamento e que poderiam romper com essa individualização, possibilitando o tratamento do Programa como uma ação coletiva - não foram efetivadas, deixando uma grande lacuna.

Em verdade, o desvendamento dos interstícios desta relação Estado/Movimentos Sociais reafirma, em um contexto específico da construção partilhada de um programa governamental, a natureza contraditória do tecido estatal. É inegável ser o Estado um dos pilares do sistema do capital. No entanto, no seu funcionamento, é permeado por contradições, na medida em que as forças que se contrapõem ao padrão de dominação, mostram a sua capacidade de pressão e tensionamento. Daí porque a dinâmica tem seus altos e baixos, momentos de avanços e de recuos na pressão, que se definem dentro de um contexto político mais ampliado.

De maneira que o percurso do ATES se definiu dentro de um contexto político em que a possibilidade de ruptura com o padrão de dominação foi desmontada e não se pode ignorar as sensações, os sentimentos, as emoções que movem as ações dos sujeitos. O momento político, no meu entender, influenciou no posicionamento das entidades na condução dos processos do Programa ATES. Houve uma espécie de entrega ou de redenção às exigências que, no ano de 2008, o INCRA apresentou para a continuidade dos convênios.

É um posicionamento semelhante ao do período da extinção do sistema de assistência técnica e extensão rural, no Governo Roseana Sarney, o que indica que o tema da assistência técnica sofreu deslocamentos conceituais para assessoria técnica, incorporou outras dimensões da vida das famílias que vivem no campo, entrou nas pautas dos movimentos sociais, mas ainda não se constitui uma demanda prioritária – embora, na percepção dos agentes envolvidos, sua ausência resulte em grandes prejuízos para o trabalhador. Portanto, no âmbito dos movimentos sociais, permanece o desafio de repensar esse serviço, enquanto peça importante na construção de uma nova matriz tecnológica.

Por outro lado, associado à necessidade de garantir os serviços de assessoria técnica, enquanto uma política pública, vem a necessidade da qualificação desses serviços. Como pensar uma assessoria técnica, considerando a diversidade cultural, a pluralidade de conhecimentos, de saberes, de práticas, de tecnologias, de tradições, de mitos, isto é, como exercer a ecologia e a complementariedade dos saberes (SANTOS, 2007) e dar visibilidade às experiências sociais, políticas e culturais, desperdiçadas pela *razão indolente* (SANTOS, 2004) do mundo ocidental?

No entender de Santos (2007, p. 182), a ecologia dos saberes permite complementaridades, ainda que muitas vezes haja conflitos. A ecologia dos saberes pressupõe o reconhecimento de várias formas e vários saberes no mundo e a compreensão de que todos

eles se caracterizam por certo tipo de intervenção no mundo. Como construir um serviço de assessoria técnica que garanta a coexistência, a complementariedade e a articulação entre esses diferentes saberes?.

A maioria das entidades conveniadas - observada durante o trabalho de campo desta Tese, no primeiro momento do Programa ATES - ao longo de suas trajetórias, aposta na construção dessa ecologia dos saberes, proposta por Santos (2007), imprimindo outra relação técnico/trabalhador. Investem, também, na invenção de nova matriz tecnológica e enfrentam, no seu cotidiano, as pressões do modelo econômico, materializado no agronegócio, em plena expansão, com o aval do Estado.

Nesse enfrentamento, destaca-se a atuação do técnico de ATES, nos assentamentos, na construção de instrumentos e de espaços reveladores não apenas de demandas, como também de uma estrutura enraizada em relações de poder difíceis de serem enfrentadas. Não é por acaso que, no jogo de forças entre ATER/ATES, este último encontra dificuldades de se manter dentro das instâncias do poder público. Percebe-se que, neste jogo de forças, muitas políticas e propostas, embora idealmente bem intencionadas, são feitas para não funcionarem e, ao final, se responsabilizar as organizações conveniadas.

Cabe ressaltar, ainda, as mudanças nas lutas pela reforma agrária. No caso específico do Maranhão, é visível a ênfase dada pelos movimentos sociais pela infraestrutura nos assentamentos, atualmente um eixo importante de suas lutas, para proteger esses espaços da tendência à favelarização, garantindo as condições para uma vida decente no campo.

Portanto, considerar encontros e desencontros não significa, em absoluto, tratar o Estado como espaço onde os interesses dominantes e os interesses dos setores considerados dominados estejam no mesmo nível, ou ainda, como um espaço homogêneo, a encarnar as forças do mal. É preciso estar atento para não incorrer no equívoco costumeiro de demonizar o Estado. Existe uma dominação dos interesses do capital, em meio aos tensionamentos das lutas. É preciso perceber esse espaço como um campo de disputa permanente, expressa no corpo técnico, e, mesmo, no grupo dirigente. É o reconhecimento da contraditoriedade que marca o campo estatal e que bem se expressa na trama das políticas públicas.

O adentrar nas minúcias da construção desse programa governamental permitiu a constatação de que patrimonialismo e colonialismo não são resquícios do passado. São elementos do presente, inteiramente, adequáveis às exigências do mundo dito moderno e que assim devem ser encarados. De modo que o Maranhão, longe de ser qualquer espécie de “resíduo”, está em sintonia com as movimentações do Brasil contemporâneo, em meio às tendências do tempo presente na política brasileira.

E nessa empreitada, cabe lembrar o pensamento de Boaventura dos Santos de que a busca de um novo caminho, de um novo senso comum e da reinvenção da emancipação social prescinde da congregação de forças – universidades, movimentos sociais, organizações sociais – na construção de um pensamento e de uma ação solidária, enfim, de uma nova concepção epistemológica.

A recuperação de aspectos da história das lutas pela construção de uma proposta de assessoria técnica e pela formação de um “técnico militante” indica a criação de um novo campo conceitual sobre os sentidos da formação e ação técnica comprometida com os temas e os agentes do campo. Os investimentos na educação do campo, como resultados de parcerias entre movimentos sociais e universidades, criam e ampliam um campo político para um projeto novo de descoberta de paradigmas, de forças contra-hegemônicas, que fogem de um tipo de competência exigida pelo Estado, que se colocam no campo do projeto emancipatório.

Assim, os movimentos sociais que atuam no campo, por meio de suas lutas e reivindicações, tentam construir uma emancipação política, num esforço de conjugar o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença. Trata-se de um desafio importante, considerando que, como afirmou Santos (2007, p.62) na teoria crítica a perspectiva emancipatória foi orientada pelo princípio da igualdade. Em tempos contemporâneos, a expectativa é que a luta pela igualdade implique o reconhecimento da diferença. Nesse aspecto, os movimentos sociais têm atuado como agente que tensiona e pressiona o poder público a romper com políticas públicas de caráter homogeneizante e generalizante que não reconhecem a diversidade do mundo vivido.

Procurei, neste trabalho, mostrar o esforço conjunto de chegar até o desenho de uma política pública, com a preocupação de articular diferentes dimensões da vida social. Apesar desse diferencial, o Programa ATEs ainda foi planejado em uma perspectiva homogeneizante e, no campo operacional, apresentou dificuldades, tendo em vista a heterogeneidade de situações que envolvem os projetos de assentamento para reforma agrária no Brasil. Ao expor minúcias da execução desse programa no estado do Maranhão, fazendo uma espécie de microfísica do poder, inspirada em Foucault (1979), a intenção era evidenciar, em primeiro lugar, as particularidades que envolvem a execução de uma política pública que não podem ser negligenciadas pelo planejamento público e, em segundo lugar, que o projeto de emancipação política implica um domínio maior das microrrelações de poder que envolvem não somente a concepção, como também, a execução dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de ciências sociais**, Nº 37 vol. 13, São Paulo, jun, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

_____. **Distinguir e Mobilizar**: duplo desafio face às políticas governamentais. In: **TIPITI**. São Luís: ONGs/Ma, 2002.

_____. **Nas Bordas da Política Étnica**: os quilombos e as políticas sociais. Intervenções feitas na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia “Nação e Cidadania”, Recife, 2004 e no Encontro da Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Belém, 2004.

_____. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coordenadores). **Conflitos no campo Brasil 2009/ CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, J. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: Vol 5, 1981.

_____. Universalização e Localismo. Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Debate**, Ano 4, nº 3, p.23-40, 1994.

_____. **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar de dados. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto, Benjamin Alvino de Mesquita (orgs), Helciane de Fátima Abreu Araujo, Cynthia Carvalho Martins, Miguel Henrique P. Silva. São Luís: MIQCB/BALAIOS Typographia, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: **Pesquisa Antropológica**. Brasília, nº 9-10, 1976.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

_____. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. A terra e o homem no Nordeste (Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste). 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1986 .

ANDRADE, M. de P.; CARNEIRO, M.S.; MESQUITA, B. A. A reforma da miséria e a miséria da reforma – notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **Cadernos Tempos Novos**. O Maranhão em Rota de Colisão: Experiências Camponesas versus Políticas Governamentais. São Luís: CPT, 1998.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Entre a cerca e o asfalto: a luta pela posse da terra em Buriticupu**. (monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais). UFMA, 1996.

_____. **Memória, mediação e campesinato: estudo das representações de uma liderança sobre as formas de solidariedade, assumidas por camponeses na chamada Pré-Amazônia Maranhense** (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UFMA). São Luís, 2000. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. Educação no (do) campo: um diálogo com as diversidades. In: **Cadernos Camilliani**/Centro Universitário São Camilo. Espírito Santo, v. 8, n.3, 2007. Semestral (2000-2006), quadrimestral.

ARAÚJO, Helciane; MARTINS, Cynthia; MAGALHÃES, Ana Carolina. As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo. In: **Direitos Humanos no Brasil**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: 2004.

ARCANGELI, A. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terra do Carajás**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde: algumas questões para reflexão e debate. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, 1989.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão** (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/UFMA). São Luís: 2005.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Estela dos Santos Abreu (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A expressão dos sentimentos na política. In: TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar (orgs.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.

BASTOS, E. B. L. **Maranhão, Terra em Sangue**: uma análise da ação oficial para o campo durante o período da Nova República no Maranhão (Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Marcus Penchel (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **Aprendendo a pensar a sociologia**. (trad) Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2010.

BELLO FILHO, W. de B. **História do Planejamento Econômico no Maranhão**: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento (dissertação de Mestrado em Políticas Públicas/ UFMA). São Luís: 1998.

BERREMAN, G. Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, A. (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Mariza Corrêa (trad.). Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Orlando dos Santos Reis (trad.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da sociologia rural no final do século XX). In: Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. **30 Anos de sociologia rural na América Latina**. Montevideú: ALASRU, 2000.

CACCIA BAVA, Sílvio. **Políticas sociais são o band-aid da sociedade**. Entrevista Especial concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=29309>. Acesso em 26 jan. 2010.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coordenadores). **Conflitos no campo Brasil 2009/ CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília: Mímeo, 2006.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **La construcción de conocimientos: cuestiones de teoria y método**. México: Era, 1977.

CARNEIRO, Marcelo. **Latifúndio e ocupações camponesas ao longo da estrada de ferro Carajás: reabrindo a fronteira quinze anos depois?** (Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: 1994.

CARNEIRO, Marcelo; ARAUJO, Helciane. **Justiça nos Trilhos: alternativas à violência da empresa, PA**. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 29, Belém: 2009.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: _____. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira**. Buenos Aires: CLACSO-Asdi, 2000.

_____. Sobreclassificações e tipologias: agricultores familiares e pluriatividade. In: **Política e Desenvolvimento e o Novo Rural**. Apresentado no Seminário “O novo rural”. São Paulo: IE/UNICAMP, mar. 1999.

CARNOY, M. **O Estado e teoria política**. 4ed. São Paulo: Papyrus, 1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Fortaleza: junho, 2006a.

_____. **A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Emancipação em temo de transição: encarnações da utopia democrática na América Latina**. Sobral, CE: Mimeo, 2007.

_____. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. In: **Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina**. Adelita Neto Carleal (org.). Fortaleza: Edições UFC/ Edições UECE/ UNAM, 2006b. p. 117-151.

_____. Políticas Públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no Século XXI. In: **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fernando José Pires de Sousa (org). Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARVALHO *et al.* Estado e cultura na contemporaneidade: Portugal e Brasil em foco. In: **Revista de Políticas Públicas**/Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. V. 1,n. 1. São Luís: Programa de Políticas Públicas, 2007.

CASTRO, Eduardo Ferreira de (*et al.*). **Pontes para o futuro**. Campinas: CONSEPA, 2005.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. Palestra “**As estratégias do imperialismo para a América Latina**”, proferida pela professora Ana Esther Ceceña, da Universidade Nacional Autônoma do México, dentro da programação da Via Campesina no Fórum Social Mundial/2009.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã,1996.

Comisión de Articulación del Consejo Internacional del FSPA. **En defensa de la Madre Tierra. Baten los tambores. La Madre Tierra convoca a sus hijas e hijos a cerrar filas para su defensa**. Septiembre de 2009
SANTOS, Visão, 11/02/10

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

COSTA, Wagner Cabral da. **O Rosto Rural da Igreja**: a atuação da CPT no Maranhão (1976/1981) (Monografia do curso de Licenciatura em História/ UFMA). São Luís: 1994.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In: _____. (org.). _____. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-15.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e os movimentos sociais do campo. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Cristina Yamagami (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos**: um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

_____. Entrevista concedida a Samuel Souza, no dia 21 de outubro de 2009.

DIAS, José Peregrino Araujo. **Resgate histórico da ação e dos resultados da extensão rural oficial do Maranhão (ACAR/EMATER-MA)** (Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão). São Luís: 2007.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: v. 21, n. 3, p. 499-543, set/dez, 2004.

DUPAS, B. **Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 87-117.

DUPRAT, Débora. **A Judicialização dos conflitos.** In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO NORDESTE, RN, 04 mar, Natal: 2009.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social.** Eduardo Brandão (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ECHEVERRI, R. ; RIBERO, M. P. **Ruralidade , territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe.** Brasília: IICA, 2005

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 1. v.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório **da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís: 1976.

_____. Relatório **da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1982.

_____. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório **da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1983

ESCOBAR, V. Arturo. **La invención Del Tercer Mundo.** Construcción y desconstrucción Del desarrollo. Diana Ochoa (trad.). Caracas, Venezuela: Grupo Editorial Norma, 1996. cap. I e II

ESPINOZA, Roberto. **Vivir Bien y (Mal)Desarrollo: Interaprendizaje de Paradigmas Alternativos a la Crisis de Civilización Hegemónica.** Red Descolonialidad del Poder, Peru: 20.10.09.

EVERS, T. Estatismo vs. Imediatismo: noções conflitantes da política na Alemanha Federal. In: **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo: v. 2, 1, p. 25-39, abr. 1983.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas.** 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu, FAPESP, 2007

FSM 2009. **Declaración de la Asamblea de los Movimientos Sociales. NO VAMOS A PAGAR POR LA CRISIS, QUE LA PAGUEN LOS RICOS.** http://movimientos.org/fsm2009/show_text.php3?key=13671. Acesso em 02/03/10.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. Uma experiência de assistência técnica no campo, em regiões de babaquais, no Médio Mearim. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; Silva, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **Cadernos Tempos Novos.** O Maranhão em Rota de Colisão: Experiências Camponesas versus Políticas Governamentais. São Luís: CPT, 1998.

_____. **Empates nos Babaçuais:** do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (Dissertação de Mestrado). Belém, PA: UFPA/Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

FIORI, José Luís. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In: _____. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 3ed.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 5ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Microfísica do poder.** 1ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FILHO, Evaristo de Moraes. **Georg Simmel:** sociologia. Trad. Carlos Alberto Pavanelli... et al. São Paulo: Ática, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13ed. Rosisca Darcy Oliveira (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecossistemas da violência:** narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1995. 25ed.

_____. (coord.) **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.** GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – GTDN. Recife: UFPE, 1959.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. **Mobilização e Mediação:** análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas com Projetos de Assentamentos – ASSEMA (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). UFMA, 2000.

GARCIA, Janice Viero. **Desafios na Formação de Competências para Profissionais de ATER em Áreas de Assentamento e Agricultura Familiar:** análise do Programa Residência Agrária (Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, RS: 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Negara.** O Estado Teatro no século XIX. Miguel Vale de Almeida (trad.). Rio de Janeiro: Ed. Memória e Sociedade/Bertrand Brasil e Difel, 1991.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Vera Ribeiro (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Vera Mello Joscelyne (trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GRAÇA, Irlene Menezes. **A Extensão e o Pequeno Produtor no Estado do Maranhão** (Dissertação apresentada à Escola Superior da Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo). Piracicaba, São Luís: 1978.

GRAMSCI. **Cadernos do cárcere.** vol. 3. Carlos Nelson Coutinho (trad.). Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, S. P. **Desafio da Integração.** O mundo multipolar e a integração sul americana. http://www.cartamaior.com.br/templATES/materialmostrar.cfm?materia_id=14847. Acesso em 17/07/2007.

GUSFIELD, J. R. **Comunidades: uma resposta crítica.** Blackwell: Oxford, 1975.

HOBBSBAWM. Eric. J. **A Invenção das Tradições.** RANGER, Terence (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário (1995-1996).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. O Programa de ATEs na política de Reforma Agrária do INCRA. In: **Seminário Territorial do Vale do Itapecuru.** Itapecuru-Mirim: 3/4/2009.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira (trads.). 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 257 p. (série Debates – Ciência).

LAGO, Maria Regina T. **Assentamentos Rurais no Maranhão e Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária: uma leitura dos dados do PROCERA-MA, nos anos 1994-1996** (Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais/UFMA). São Luís, 1998.

LEIS, Hector Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo á sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes. Florianópolis: UFC, 1999.

LEITE, Tereza Alves. **Extensão rural**: histórico, objetivo, conceitos, princípios. Viçosa: UFV/CCA/DER (mimeo), 1987.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. (trad) José Paulo Netto. (Os economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1982

LENOIR, R (*et al*) . **Iniciação à prática sociológica**. Guilherme João de Freitas Teixeira (trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LOPES, José Sérgio Leite. (coord) **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LINS DE AZEVEDO, Janete M. **A educação como política pública**. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: Um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré-Maranhão. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação do Maranhão, 1985.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, Cynthia; GAIOSO, Arydimar; ARAUJO, Helciane. Políticas públicas e o re(des)conhecimento de territórios, povos e comunidades tradicionais. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, realizada em São Luís/MA: no período de 25 a 28 de agosto de 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTA, Roberto da. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In NUNES, Edison de O (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.

_____. **Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Perceu Abramo, 2003.

MEIRELES, 2001. História do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Conceição Coutinho. **A Organização do Assentamento Nova Canaã sob os Princípios Organizativos do MST** (Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Agricultura-Familiar Camponesa e Educação do Campo, da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, 2007.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Análise Recente do Setor Agropecuário do Maranhão: Evolução e Situação Atual**, mimeo, 2008.

_____. **A Transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000** (Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Géographie, Aménagement et Urbanisme. Cotuttele). UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

MESQUITA, B., ARAUJO, H.; MARTINS, C. **Diagnóstico da situação sócio-econômica das reservas extrativistas de Mata Grande, Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO)**. São Luís, 2002-2003..

MESQUITA, Benjamim (*et al.*). **GRANDES PROJETOS E SEUS IMPACTOS: a luta das quebradeiras de coco por compensação ambiental nas reservas extrativistas do babaçu**. Mimeo. São Luís, 2009

MÉSZÁROS, István. Ir além do Capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MILLS, Wright. Do artesanato intelectual. In:_____. **A imaginação sociológica**. 5ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. apêndice, p. 211-243.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. In: **Cartilha Por uma educação do campo**. Brasília, DF: Articulação, 2005, v.5.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Brasil. Reforma Agrária X Agronegócio. Brasil – **Reforma agrária só no papel**. ADITAL, 17/04/2009.

MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

NEIBURG, Frederico. Intimidade e esfera pública: política e cultura no espaço nacional argentino. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas, ensaios e debates. In: **Reforma Agrária**. Campinas, SP: ABRA, 1995, v. 25, n. 2-3.

NUNES, Patrícia Portela. **Medicina, poder e produção intelectual: uma análise sociológica da medicina no Maranhão**. São Luís: Edições UFMA: PROIN (CS), 2000.

NUNES, Victor Leal. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**, 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/ UFRJ**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

OLIVER, Lucio. **El Estado ampliado en Brasil y México**: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales. México: UNAM, Coordinación de Estudios de Posgrado: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, 2009.

PACHECO, Marcos Antônio B. **Estado multicultural e direitos humanos**: tópica constitucional de direitos étnicos. São Luís: UFM/CNPQ, 2005.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. 13. p. 103-148.

PAULA, Helder Andrade de. Palestra proferida no Seminário “**O agronegócio na Amazônia e suas conseqüências para agrobiodiversidade**”, VIA CAMPESINA: São Luis, 2007.

PEDROSA, Luis A. C. **A questão agrária no Maranhão**. In: <http://www.ucg.br/jur/palestras_pdf/LuisACPedrosa.pdf>. Acesso em: 20-05-2007.

PEIXOTO, M. O Planejamento do Desenvolvimento de Assentamentos Rurais: experiências no Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Universitária Rural**. Série Ciências Humanas. Vol 24 (1-2): 159-172, jan/jun, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: Lua Nova, **Revista de Cultura Política**, nº 45, 1998, p. 49-95.

_____. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink (orgs.). Carolina Andrade (trad.). 6ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara**: Território e Conflito – intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PINHEIRO, Edmilson. “**A Natureza do Agronegócio e sua configuração no Maranhão**”, **Palestra proferida no Primeiro Seminário do Ciclo de Debates “Agronegócio no Maranhão, exploração e miséria (destruição no campo e na cidade)**, promovido pela Via Campesina, São Luís no dia 26/04/07.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: D. Campus, (1944)2000.

PORRO, Roberto. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão. Roberto Porro, Benjamin Alvino de Mesquita, Itaan de Jesus Pastor Santos (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005a.

_____. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 2003.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). São Luís: UNICAMP, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da Gestão Democrática** (em diálogo com Gramsci). Pernambuco: UFPE, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Conhecimento e transformação social: para uma ecologia dos saberes. In: **Somanlu**, Revista de estudos amazônicos. ano 7, nº 1, jan/jun. Manaus: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a.

_____. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001.

_____. O impensável aconteceu. In: **Carta Maior.** Colunistas, 24/9/2008a. http://www.cartamaior.com.br/templATES/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3981, Acesso em 24/09/08.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____ (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências.** Revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Mouzar Benedito (trad.). São Paulo: Boitempo, 2007b.

_____. O FSM em Movimento. In: Opinião – **Centro de Estudos Sociais.** Visão, 10/02/2010. <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/opiniao/index.php?acao=autores&id=2041>. Acesso em 20/02/2010.

_____. Bifurcação na Justiça. Texto produzido para o Seminário Povos indígenas, Estado e Soberania Nacional, promovido pelo **Observatório da Constituição e da Democracia – C&D**, do Grupo de Pesquisa, Sociedade, Tempo e Direito – STD, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, e Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas – FDDI. Brasília, Faculdade de Educação da UnB. 28/05/2008b.

SANTOS, Itaan Pastor. Bovinocultura e os impactos socioeconômicos e ambientais nos assentamentos. Palestra proferida na audiência pública de Estreito-MA, Estreito-MA, 19/02/2008.

SANTOS, M. **Fronteiras**: Expansão Camponesa no Vale do Rio Caru. Relatório da pesquisa enviada ao CNPQ, 1983.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.) **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Leis do babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas / Joaquim Shiraishi Neto. – Manaus: PPGSCA – UFAM / Fundação Ford, 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia 1**. Estúdios sobre las formas de socialización. Madrid, Alianza Editorial, 1977.

SIMMEL, Georg. **Sociologia 2**. Estúdios sobre las formas de socialización. Madrid, Alianza Editorial, 1977.

_____. **Sociologia 1**. Estúdios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Estudos Avançados** 18 (51), 2004.

_____. **Introdução à Economia Solidário**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Percecu Aramo, 2002.

Schmink, Marianne and Wood, Charles H. 1992. **Contested Frontiers in Amazônia**. New York: Columbia University Press.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 1ed. Martins Fontes, 2003. 1392p

SOUZA, Antônio Cesar Carneiro de (consultor sênior). **Domínio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural pelas Entidade de Ater do Maranhão**. São Luís: MDA/FAO, 2006.

SOUSA, J. Carvalho de. **Cajazal**: De Quilombo a Assentamento (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão. Maranhão – Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável e políticas étnicas”/ UEMA). São Luís: 2009.

SOUZA, MARTINS, J.. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Terra e Poder: o problema da terra na crise política. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

_____. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: Exposição feita pelo autor em plenário, na sessão de encerramento do **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, em 04 de agosto de 2000.

SPIVAK, Gayatri Chalkravorty. Estudios da la subalternidad: desconstruyendo la historiografía. In: **Debates Post Coloniales**: una introducción a los estudios de la subalternidad. (trad) Raquel Gutierrez, Alison Speending, Ana Rebeca Prada y Silvia Rivera Cusicanqui. SEPHIS: Ediciones Aruwiyiri. Editorial Historias. La Paz, Bolívia.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. Trabalho apresentado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2002 e no seminário “**Perspectivas de la política Social em America Latina**”, promovido pelo Instituto Interamericano para o Desarrollo Social do Banco Interamericano de Desarrollo, de 17 a 19 de abril de 2002, Washington D.C.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-_____. “A Natureza do Agronegócio e sua configuração no Maranhão”, Palestra proferida no Primeiro Seminário do Ciclo de Debates “Agronegócio no Maranhão, Exploração e Miséria (Destruição no Campo e na Cidade)”, promovido pela Via Campesina, São Luís no dia 26/04/07.

TAVEIRA, Florizângela. **A Terra se converte em causa**: construção e consolidação do MST no Maranhão (1986-2002) (Monografia apresentada no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Maranhão). São Luís: 2002.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. (trad) Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **O pós socialismo**. (trad) Sonia Goldfeder e Ramon Américo Vasques. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

_____. **O que é democracia?** (trad) Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VALLES, Leonardo Bento. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. **Produção Familiar no Nordeste**: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA (Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA). Itaguaí, RJ: 1997.

VIEIRA, Liszt. Sociedade Civil e espaço global. In: **São Paulo em Perspectiva**, Volume 10, nº 4, out-dez, 1996.

WEBER, Max. Los tipos de dominación. In: **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p.170-241.

WOLF, E. R. **Guerras Camponesas do Século XX**. São Paulo: Global, 1984.

Documentos

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DE QUEBRAJDEIRAS DE COCO BABAÇU. Relatório Técnico Trimestral de Atividades – Maio a Julho/2009

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. ASSEMA em Revista, dezembro, 2004.

_____. **Plano trienal da assema (2009/2011)**. Pedreiras, 2009.

_____. **Relatório de Execução do Plano de Trabalho** – 2006 (julho – dezembro). Programa de Assessoria, Social e Ambiental. Convênio ASSEMA/INCRA CRT 11.000/2004, Pedreiras, dezembro/2006.

_____. **Relatório Institucional Anual 2006**. Programa de Assessoria, Social e Ambiental. Convênio ASSEMA/INCRA. CRT 11.000/2004.

_____. **AGROEXTRATIVISMO**. Uma parceria com a natureza. Vol 3. São Luís, 2002

_____. PPA/2008-2011. Pedreiras, 2008.

ATLAS DO MARANHÃO/Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento – UEMA. São Luís: GEPLAN, 2002.

(Balanço 2009, INCRA, São Luís, junho 2010).

BELO MONTE: **Carta dos povos da volta grande do xingu**. 7 de novembro de 2009. <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2009/novembro/belo-monte-carta-dos-povos-da-volta-grande-do-xingu/> Consulta em 20/12/10

Carta aberta dos movimentos sociais do sul do maranhão. Açailândia, 15 de maio de 2007.

Carta de Princípios do FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. São Paulo, abril de 2001.

CENTRAL DE COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Metodologia de trabalho e de inserção da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária**: orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho técnico., Caderno de Cooperação Agrícola nº 14, 2005.

Comisión de Articulación del Consejo Internacional del Forum Social Pan-Americano - FSPA. **En defensa de la Madre Tierra. Baten los tambores. La Madre Tierra convoca a sus hijas e hijos a cerrar filas para su defensa**. Septiembre de 2009

Convênio INCRA/ASSEMA CRT 11.000/2004. Assessoria técnica, social e ambiental. Relatório Semestral (janeiro a dezembro) das atividades de assessoria técnica, social, ambiental. Pedreiras: janeiro, 2009

Convênio AESCA/INCRA CRT 9.000/2004

Convênio AMIQCB/INCRA CRT 19.000/2005

Convênio INCRA/SMDH CRT-MA 4000/01. PDA Nova Salvação – Lima Campos/MA, 2002.

Declaración de la Cumbre de los Pueblos del Sur “**Protagonismo popular, construyendo soberania**”

Decreto nº 966, de 7 de novembro de 1890, cria um Tribunal de Contas para o exame, revisão e julgamento dos atos concernentes á receita e despesa da República.

Decreto nº. 1.946 de 28/06/96 institui mudanças nas regras do PRONAF.

Decreto-Lei nº. 1.110 de 09 de julho de 1970 Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento e o Grupo Executivo da Reforma Agrária.

Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal e dá outras providências

Decreto-Lei nº 7038/44, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural.

Decreto Nº 7449/45, de 27 de abril de 1945. Dispõe sobre a organização da vida rural.

FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO. Caderno de Formação. Combate ao Trabalho Escravo no Maranhão. 2004.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Declaración de la Asamblea de los Movimientos Sociales. 2009.

II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (2003)

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO MARANHÃO. Ano I, Nº 02 – Outubro/Dezembro de 2005. São Luís, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **PROCERA/LUMIAR.** Normas de Administração Gerais e Operacionais. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO. **Balanco 2009.** São Luís: junho 2010.

MARANHÃO. Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências.

_____. Decreto nº. 4.028, de 28 de novembro de 1969, aprova o Regulamento das terras públicas do Estado.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Brasil. Brasil - **Reforma Agrária X Agronegócio. Reforma agrária só no papel.** <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=38264>. Acessado em 9 de maio de 2010.

Lei nº. 5.173, de 27 de outubro de 1966, Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e dá outras providências.

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Agrícola

Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEPF/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PROJETO LUMIAR.** Assistência Técnica nos Assentamentos. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA. Estudo de perfil de entrada de agricultores e da capacidade operacional de instituições ligadas ao programa cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil. **Avaliação da Capacidade Operacional das Instituições – Maranhão.** Convênio nº 176/05. Brasília, 2007, 47 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA. **Avaliação da Capacidade Operacional das Instituições – Maranhão.** Brasília, 2007, 47 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **ATES.** Assessoria técnica, social e ambiental. Manual Operacional.

_____. **Colhendo resultados da reforma agrária.** INCRA (SR-12), São Luís, 2006. Estudo Prospectivo da Demanda para a Terra: cenários possíveis para a Reforma Agrária. Brasília, 2000.

_____. **Norma de Execução nº 39/2004** – Brasília/DF: 2004.

_____. **Relatório de Atividades INCRA.** 30 anos.

_____. **O Novo Incra.** Brasília/DF: s/d.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU/
DEPARTAMENTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA GRÃ

BRETANHA. **Alternativas econômicas sustentáveis para a erradicação da pobreza na região do babaçu.** São Luís, jan. 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Para debater os desafios internos do mst. Caderno de debates nº2. 2009.

Norma Técnica Nº 60, da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos do INCRA.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 100, de 2005.

Relatório Social 2002.

Relatório Trimestral do AMIQCB - Codó

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. 20 anos. **Flagrantes de uma história:** São Luís, 1999.

TIPITI. Revista especial das Organizações Não Governamentais do Maranhão. São Luís, 2002.

Tribuna do Maranhão – On-line. **Operação do MP e Polícia resulta na prisão de responsáveis por crimes de pistolagem em Santa Luzia.** <http://www.tribunadomaranhao.com.br/noticia/operacao-do-mp-e-policia-resulta-na-prisao-de-responsaveis-por-crimes-de-pistolagem-em-santa-luzia-5478.html>. Acessado em 9 de junho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **O Relatório Anual de 1997, das professoras do Departamento de Serviço Social da equipe Estadual de Supervisão** (MEPF/INCRA, 1999, p. 18). Avaliação Exploratória-versão Final-1ª Parte. São Luís: janeiro de 1999, p. 15.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO/ DESES. **Projeto Lumiar.** Relatório Anual – 1997. São Luís, 1997.

VIA CAMPESINA. Nota Pública, 26/10/2007

APÊNDICE

Quadro 11 – Caracterização política das organizações

Organização	Origem	Público	Área de atuação	Experiência com AT pública	Experiência com agroecologia	Relação com o poder público
ASSEMA*	mai/89	Trabalhadores (as) rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu	Sete municípios da região do Médio Mearim	Programa ATES	Sistema Agroextrativista	MMA MDA Prefeituras Municipais
CENTRU*	nov/80	Trabalhadores (as) rurais	Microrregião de Imperatriz	Projeto Lumiar	Sistemas agroflorestais	MMA/MDA
FETAEMA	abr/72	Trabalhadores (as) rurais	09 Pólos Sindicais Regionais: Alto Turí, Baixo Parnaíba, Baixada Maranhense, Baixada Oriental, Cocais, Mearim, Pindaré, Sul do Maranhão e Tocantina	Programa ATES	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	MDA
MST/AESCA*	1985/1986	Sem Terra/Assentados da RA	Atua em cinco regionais: Tocantina, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Baixo Parnaíba	CONTACAP/Projeto Lumiar/Programa ATES	Projeto agroecológico	MDA, MMA
MIQCB/	1991	Mulheres quebradeiras de coco babaçu	Estados do Pará, Piauí, Maranhão e Tocantins, sendo que no Maranhão atua em 3 regionais: Tocantina, Médio Mearim e Baixada	Programa ATES	Extrativismo do Babaçu	MMA/MDA
SMDH	fev/79	trabalhadores rurais, quilombolas, testemunhas e vítimas ameaçadas, beneficiários de penas alternativas, sociedade civil organizada, órgãos públicos, mídia e sociedade em geral.	Litoral Ocidental Maranhense (Alcântara)/Itapecuru-Mirim/Baixada (Viana)/Itapecuru-Mirim/Baixo Parnaíba (Araioses e Magalhães de Almeida)	Programa ATES	Projeto Agroecológico	Governos estadual e federal

TIJUPÁ*	jan/90	Trabalhadores (as) que vivem da agricultura familiar, agroextrativismo, pesca artesanal, artesanato, estudantes de nível médio e superior	Microrregião de Rosário	Projeto Lumiar/Programa ATES	Programa de Desenvolvimento Agroecológico	MDA
----------------	--------	---	-------------------------	------------------------------	---	-----

Fonte: Pesquisa de campo Tese: 2007/2009

